

FIXO

REVISTA DE
ARQUITETURA, CIDADE E
CONTEMPORANEIDADE

paisagens pós-antropoceno

n.29, v.8
outono de 2024



AXO

REVISTA DE
ARQUITETURA, CIDADE E
CONTEMPORANEIDADE

paisagens pós-antropoceno

n.29, v.8
outono de 2024





Rua Benjamin Constant, n. 1359, Pelotas,
Rio Grande do Sul, Brasil, Telefone: [53] 3284 55 11
<https://wp.ufpel.edu.br/cmasc/>
e-mail: revistapixo@gmail.com

A Revista Pixo é uma publicação conjunta dos Grupos de Pesquisa (CNPq) “Cidade+Contemporaneidade”, do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (PROGRAU), da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) e “Arquitetura, Derrida e Aproximações”, do Programa de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura (PROPAR), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Revista digital disponível em:

<https://revistas.ufpel.edu.br/index.php/pixo/>

ISSN 2526-7310

Editores Responsáveis

EDUARDO ROCHA
FERNANDO FREITAS FUÃO

Editora Associada

PAULO REYES
DIRK MICHAEL HENNRICH
VLADIMIR BARTALINI

Comitê Científico e Conselho Editorial

ADRIANA ARÁUJO PORTELLA
ADRIANA GONI MAZZITELLI
ADRIANE BORDA ALMEIDA DA SILVA
ALEXANDRE PEREIRA SANTOS
ANA MARIA ALBANI DE CARVALHO
ANA PAULA VIECELI
ANDRÉ DE OLIVEIRA TORRES CARRASCO
ANGELA MARIA ENDLICH
ANGELA RAFFIN POHLMANN
BÁRBARA DE BÁRBARA HYPOLITO
BEATRIZ DORFMAN
CARLA GONÇALVES RODRIGUES
CARLOS NIGRO
CARMEN ANITA HOFFMANN
CAROLINA CLASEN
CAROLINA CORRÊA ROCHEFORT
CAROLINA MENDONÇA FERNANDES DE BARROS
CELMA PAESE
CHRISTIANO PICCIONI TORALLES
CLÁUDIA MARIZA MATTOS BRANDÃO
CRISTHIAN MOREIRA BRUM
CRISTINE JAQUES RIBEIRO
DÉBORA SOUTO ALLEMAND
DIRCE ELEONORA NIGRO SOLIS
EDUARDA AZEVEDO GONÇALVES
EDUARDO GRALA DA CUNHA
ELIANA MARA PELLERANO KUSTER
EMANUELA DI FELICEFÁBIO BORTOLI
FERNANDA TOMIELLO
FRANCESCO CARERI
FRANCISCO DE ASSIS DA COSTA
GISELE SILVA PEREIRA
GUSTAVO DE OLIVEIRA NUNES
HARTMUT GÜNTHER
HAYDEÉ BEATRIZ ESCUDERO
HELENE GOMES SACCO CARBONE
IAZANA GUIZZO
IGOR GUATELLI
JAMES MIYAMOTO

JOSÉ CARLOS MOTA
JOSIANE FRANKEN CORRÊA
JUAN MANUEL DIEZ TETAMANTI
JULIAN GRUB
LAURA NOVO DE AZEVEDO
LAURA RUDZEWICZ
LISANDRA FACHINELLO KREBS
LIZIANE DE OLIVEIRA JORGE
LORENA MAIA RESENDE
LUANA PAVAN DETONI
MARCELO ROBERTO GOBATO
MARC WEISS
MÁRCIO PIZARRO NORONHA
MARIA IVONE DOS SANTOS
MARKUS TOMASELLI
MAURICIO COUTO POLIDORI
PAOLA BERENSTEIN JACQUES
PAULO AFONSO RHEINGANTZ
PRISCILA PAVAN DETONI
RAFAELA BARROS DE PINHO
RAQUEL PURPER
RITA DE CÁSSIA LUCENA VELLOSO
ROBERTA ROBERTA KRAHE EDELWEISS
SHIRLEY TERRA LARA DOS SANTOS
SYLVIO ARNOLDO DICK JANTZEN
TAÍS BELTRAME DOS SANTOS
THAIS DE BHANTHUMCHINDA PORTELA
VALENTINA MACHADO
VANESSA FORNECK
VICENTE MEDINA

Equipe Técnica

PAULA PEDREIRA DEL FIOLE
JORDANA BERCHON

Suporte Técnico

BEATRIZ DE OLIVEIRA BRUM

Revisão Linguística

ANA DOS SANTOS MAIA
PIERRE MOREIRA DOS SANTOS

Diagramação

EDUARDO ROCHA

Imagens das capas

PAULO REYES, SILVIA CARDOSO, SILVIO CORDEIRO,
BÁRBARA SCUPELLER E EFREU QUINTANA

apresentação

A 29ª Edição da Revista Pixo que é fruto da chamada temática “PAISAGENS PÓS-ANTROPOCENO”, convidou os autores a uma reflexão não só sobre as consequências da ação humana no contexto do Antropoceno (ou Capitaloceno, Plantationoceno ou Chthuluceno, outras tentativas de designar a atualidade) mas sobretudo, para além dele, o Pós-Antropoceno. Convidamos a pensar alternativas de projeto, com novos compromissos éticos e estéticos, novos imaginários, novas poéticas que levem a outros modos de ver, pensar e atuar na realidade. É certo que um pensamento projetual extrapola em muito o limite e o domínio da disciplina da Arquitetura. Esses novos modos são aqui convocados a um pensar juntos a partir de diferentes campos disciplinares. Assim, trata-se também de um convite para uma leitura transdisciplinar que posicione a categoria paisagem para além das especificidades de cada área.

A PIXO – REVISTA DE ARQUITETURA, CIDADE E CONTEMPORANEIDADE¹ é uma revista digital trimestral (primavera, verão, outono e inverno) e visa reunir artigos, ensaios, entrevistas e resenhas (redigidos em português, inglês ou espanhol) em números temáticos. A abordagem multidisciplinar gira em torno de questões relacionadas à sociedade contemporânea, em especial na relação entre a arquitetura e a cidade, habitando as fronteiras da filosofia da desconstrução, das artes e da educação, a fim de criar ações projetuais e afectos para uma ética e estética urbana atual.

A revista é uma iniciativa conjunta dos Grupos de Pesquisa (CNPq) Cidade+Contemporaneidade, do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (PROGRAU), da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) e Arquitetura, Derrida e Aproximações, do Programa de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura (PROPAR), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). A edição temática “PAISAGENS PÓS-ANTROPOCENO” é dirigida pelo pesquisadores: Paulo Reyes, Dirk Michael Hennrich e Vladimir Bartalini.

Agradecimento as revisoras e revisores da edição: Gabriel da Silva Fernandes, Germana Konrath, Gustavo de Oliveira Nunes, Lucas Boeira Bittencourt, Tiago Balem, Arthur Cabral, Isabella Khauam Maricatto, Patrícia Fernanda de Souza Cruz, Felipe Drago, Natan Arend, Andressa Mueller, Eduardo Paiva Ribeiro, Raquel Ferreira Daroda, Cibele Figueira, Christiano Pozzer, Heleniza Ávila Campos, Nicole Bueno Leal de Almeida e Geisa Zanini Rorato.

Eduardo Rocha, Paulo Reyes, Dirk Michael Hennrich e Vladimir Bartalini
Outono de 2024

editorial

PAISAGENS PÓS-ANTROPOCENO Quando o imaginário habita o real.....	10-15
<i>Paulo Reyes, Dirk Michael Hennrich e Vladimir Bartalini</i>	

autor@s convidad@s

NATURA FORMATIX Ruína arquitectónica e paisagem em Georg Simmel.....	18-27
<i>Adriana Veríssimo Serrão</i>	
DOMINGO EM PATMOS	28-41
<i>Vladimir Bartalini</i>	
UMA PEDAGOGIA PARA A CASA COMUM Transformar o mundo em jardim.....	42-47
<i>Massimo Venturi Ferriolo</i>	
PAISAGENS DO FUTURO	48-57
<i>Dirk Michael Hennrich</i>	

artigos e ensaios

I. PAISAGEM E PENSAMENTO

A PAISAGEM E O DESFAZIMENTO DO SUJEITO Do Antropoceno ao Pós-antropoceno.....	62-75
<i>Gustavo de Oliveira Nunes e Paulo Reyes</i>	
A PAISAGEM COMO POSSIBILIDADE DE LEITURA POLÍTICA DO MUNDO Perspectivas interdisciplinares entre Geografia, Arquitetura e Filosofia.....	76-95
<i>Yuri Potrich Zanatta</i>	
A PAISAGEM DA RESISTÊNCIA Notas a partir de Manzano, Lefebvre e Cosgrove.....	96-115
<i>Rodrigo Silva e Rosângela Lunardelli Cavallazzi</i>	
ESTAR PERANTE AO ANTROPOCENO A busca por paisagens Pós-antropocênicas no Sul Global.....	116-133
<i>Bárbara Scudeller</i>	

ENTRE A VISUALIDADE DA PAISAGEM E NOVAS POSSIBILIDADES DE UM CONCEITO

A paisagem cultural dos cortejos negros em Cachoeira/BA.....	134-159
<i>Livia Fraga Celestino</i>	

PASSADOS E PRESENTES SONOROS

Diferentes perspectivas sobre som e cidade no Antropoceno.....	160-175
<i>Lucas Yudi Moriya Sampaio e Vanessa Sartori Rodi</i>	

PAISAGEM

Um horizonte, um espelho, um fim.....	176-189
<i>Yuri Rezende Taraciuk e Gustavo de Oliveira Nunes</i>	

APOCAPITALOCENO

Uma livre associação de temas pertinentes ao futuro da paisagem urbana.....	190-201
<i>Ícaro Seleme</i>	

O HORIZONTE DA CIDADE NO LIMAR URBANO-PAISAGEM

Fabulações no Antropoceno.....	202-219
<i>Lucas Boeira Bittencourt e Christiano Hagemann Pozzer</i>	

PATRIMÔNIO E ANTROPOCENO

Da banalização à construção de imunidades.....	220-237
<i>Camila Ferreira Guimarães e Paula Marques Braga</i>	

RUÍNAS DE UM FUTURO

Entre a memória e o esquecimento nos tempos de Gaia.....	238-251
<i>Lara Stival Garrote e Bárbara Gonçalves Guazzelli</i>	

PAISAGENS NO TEMPO PROFUNDO

Abjeto e ruína nos horizontes do medo.....	252-269
<i>Christiano Hagemann Pozzer e Lucas Boeira Bittencourt</i>	

II. PAISAGEM E EXPERIÊNCIA

ALÉM DO DESERTO

A concha e a multiplicidade na paisagem Pós-antropoceno.....	272-287
<i>Ana Luiza Silva Freire e Marcos Bohmer Britto</i>	

FORMAS DE HABITAR MUNDOS DANIFICADOS NO CAPITALOCENO

Recompondo as ruínas de Bento Rodrigues.....	288-315
<i>Natanael de Alencar Santos e Estefania Momm</i>	

PETRÓPOLIS MAIS-QUE-HUMANA
Conspiradores ferais no Antropoceno serrano.....316-341
Emanuela Alves da Rocha, Juliana Baur, Glaucineide Coelho e Patricia Drach

EXPEDICIONÁRIOS EM PAISAGEM MULTIESPÉCIE.....342-357
Everton Jubini de Merícia e Frederico Canuto

A DANÇA DAS EMBAÚBAS
Paisagens de um pós-apocalipse ruínas de mineração.....358-371
Leandro Ferreira Marques e Tuanne Monteiro

SOBREVIVÊNCIAS DE CIDADES-RUÍNAS
PÓS BARRAGEM DE ITAPARICA
Uma montagem urbana ruínas e reminiscências.....372-391
Carolina Guida e Ricardo Trevisan

HABITAR O PÓS-ANTROPOCENO
Os afetos e seus transbordamentos em um trecho não tamponado
do Córrego do Veado em Presidente Prudente/SP.....392-409
Vitória Lisiré Passarini e Hélio Hirao

CAMINHAR, COLHER E TRANSFORMAR CINZAS
Poéticas em paisagens queimadas.....410-425
Ana Lucia Canetti e Nivalda Assunção de Araújo

RESSURGÊNCIAS VEGETAIS
Fissuras e tramas.....426-445
Arthur Simões Caetano Cabral

A RENATURALIZAÇÃO COMO UM MODO DE INTERVENÇÃO
PARA A MELHORIA EM CORPOS DE ÁGUA URBANOS.....446-463
Gabriel Delpino da Silveira e Mauricio Couto Polidori

CARTOGRAFIA DE CONTROVÉRSIAS
NA ANÁLISE DA PAISAGEM
Experimentações no ensino de projeto da paisagem.....464-479
*Hugo Kamiya Tsutsui, Vanessa Alves Cordeiro,
Katia Atsumi Nakayama e Maria Bárbara Guimarães*

parede branca

ANTROPOCÊNICA
Ensaio fotográfico.....482-487
Silvio Cordeiro

LUGARES
Amazônia e Ucrânia.....488-495
Eneida Ripoll Ströher

UMA FAÍSCA ATRAVESSOU A PISTA
Ensaio Fotográfico.....496-501
Silvia Helena Cardoso

UM TRECHO NO BIOMA DO [S]ERRADO.....502-507
Carolina Reichert

VOCÊ VIU ESSA POMBA?.....508-523
Luanda Francine Garcia da Costa

GUAIECAS E MARISQUEIROS.....524-531
Efreu Quintana

L(P)IXO.....532-537
Julia de Brito Vilas Boas e Gabriela de Moura Silva

NAVEGUE PELO PLÁSTICO CENO
Um passeio conduzido.....538-543
Camila Coelho Silva

CIDADES TEMPORÁRIAS.....544-549
Fernando Freitas Fuão



PAISAGENS PÓS-ANTROPOCENO Quando o imaginário habita o real

Paulo Reyes¹, Dirk Michael Hennrich² e Vladimir Bartalini³

As ações praticadas e as atitudes tomadas frente ao mundo em que vivemos parecem estar em descompasso em relação aos eventos que o chamado Antropoceno já desencadeou. Estamos no limiar de uma era em que o protagonismo do humano, depois de ter impactado extremamente as condições de vida na Terra, começa a recuar. Os estudos e as interpretações críticas mais profícuas sobre o Antropoceno surgidas nas duas últimas décadas já não atribuem ao ser humano o controle incontestado sobre o que se passa na Terra, e sim a uma entidade muito maior e imprevisível que leva o nome ancestral de Gaia.

Estamos agora diante de Gaia que não é, como nos lembra Bruno Latour, “uma figura de harmonia” (Latour, 2020, p. 138). Ela não é um equivalente da natureza “universal, estratificada, indiscutível, sistemática, desanimada [sem alma], global e indiferente ao nosso destino” (Idem, p. 228), da qual nos separamos e com a qual nós, enquanto sociedade, poderíamos, eventualmente, reconciliar-nos. Gaia não tem nada de maternal; é “apenas o nome proposto para todas as consequências entrelaçadas e imprevisíveis das potências de agir, cada uma das quais persegue o próprio interesse manipulando o próprio ambiente.” (Idem, p. 228). Temos que nos haver com todos esses agentes em condições de igualdade e não mais no papel do filho preferido de uma mãe protetora. Se resta alguma esperança para nossa própria sobrevivência, ela depende da nossa participação na melhoria das condições de vida neste único planeta habitável que conhecemos.

Quando sugerimos a paisagem no pós-antropoceno como pauta para a reflexão, não podíamos ter em mente a tragédia climática que assolou o Rio Grande do Sul. Estávamos propondo um exercício de imaginação de como atuar em um mundo que há tempos dá sinais de esgotamento. Entretanto, numa antecipação funesta, Gaia se manifestou com a sua mais concreta e trágica realização. Não estamos a *imaginar*, estamos *vivendo* em tempos pós-antropoceno.

1 Pós-Doutorado em Filosofia (Instituto de Filosofia da Nova IFILNOVA da Universidade Nova de Lisboa com Bolsa CAPES PRINT, 2020). Doutorado em Ciências da Comunicação (Unisinos e Universidade Autônoma de Barcelona, 2004). Mestrado em Planejamento Urbano (UnB, 1992). Especialização em Design Estratégico (Unisinos, 2008). Graduado em Arquitetura e Urbanismo (UniRitter, 1987). Professor Associado da Faculdade de Arquitetura da UFRGS no departamento de Urbanismo. Professor e Pesquisador no Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional PROPUR UFRGS. Coordenador do Grupo de Pesquisa POIESE - Laboratório de Política e Estética Urbanas. Email: paulo.reyes@ufrgs.br.

2 Dirk Michael Hennrich é Pesquisador Doutorado no âmbito da Filosofia do Ambiente e da Técnica na Faculdade de Letras e no Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa e Professor Convidado do Instituto Superior de Agronomia da Universidade de Lisboa onde leciona o seminário Estética e Ética da Paisagem. <https://www.cienciavita.pt/portal/EC10-EB8A-BF1A>

3 Professor livre docente (aposentado) do Grupo de Disciplinas Paisagem e Ambiente do Curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAU-USP e do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAU-USP, na Área de Concentração Paisagem e Ambiente; membro fundador do Laboratório Paisagem, Arte e Cultura da FAU-USP, linha de pesquisa Poéticas da Paisagem; tradutor de Ver a Terra. Seis ensaios sobre a paisagem e a geografia, de Jean-Marc Besse, e de Pensamento-paisagem, de Augustin Berque (com Camila Gomes Sant'Anna).

Vivemos um momento que nos força a perceber que não somos os únicos nem os mais importantes a determinar os acontecimentos terrenos, embora sejamos corresponsáveis por eles. Essas questões devem ser pensadas, na perspectiva de Isabelle Stengers, não como um sentido de pertencimento à Gaia, mas de *intrusão*.

Gaia não é [...], portanto, nem a Terra ‘concreta’, nem tampouco aquela que é nomeada e invocada quando se trata de afirmar e fazer sentir nossa conexão com esta Terra, de suscitar um sentido de pertencimento lá onde predominou a separação, e de extrair desse pertencimento recursos de vida, de luta e de pensamento. Trata-se de pensar aqui a *intrusão*, e não o *pertencimento* (Stengers, 2015, p. 30).

A fé em um pensamento técnico-científico que olhava a natureza como recurso eternamente disponível para exploração, e como que dotada de uma plasticidade que a faria sujeitar-se a todo e qualquer desígnio humano, não funciona mais. Uma nova pauta se impõe: não mais uma ordem exploratória que acredita no progresso a qualquer custo, mas de escuta. Uma escuta que nos obriga a pensar em uma lógica multiespécies ou em uma interligação entre diferentes espécies. Entretanto, essa escuta não é uma prática individual e aleatória, mas uma ação política e social que deve funcionar por meio de todos os laços sociais e que deve alcançar uma posição política e de influência na educação em diferentes níveis.

É preciso ter consciência de que os atuais desastres naturais não são eventos recorrentes normais de natureza avassaladora, mas que nós, em uma desestabilização exploratória e implacável do equilíbrio natural, participamos e estamos participando fundamentalmente da causa desses eventos. Não é apenas um sinal de completa cegueira e fraqueza diante dos acontecimentos atuais, mas também uma expressão de dependência tóxica que a responsabilidade pela situação catastrófica que agora aparece no Rio Grande do Sul, mas que já vimos em diferentes lugares, esteja sendo transferida do Estado para o sistema econômico neoliberal.

Diante da desesperança em que se encontra grande parte da população, a insistência na chamada força autorreguladora do mercado nada mais é do que a atitude cínica e mortal de demagogia alienada. A situação em que nos colocam os atuais e futuros desastres naturais e culturais é o resultado de uma ordem e de um progresso que ainda são o lema deste país, mas que perderam completamente o seu sentido e mais ainda a sua finalidade.

Se conquistamos tal grau de emancipação que permite dar o nome de Antropoceno a uma época geológica, não temos mais como nos isentar das responsabilidades que ela nos coloca. Sabemos fazer as plantas frutificarem fora das estações; produzimos frangos e porcos com a mesma lógica com que produzimos eletrodomésticos e parafusos; perpetrados bravatas arquitetônicas como *The Line*, na Arábia Saudita, riscando o deserto com uma “cidade” de 170 km de comprimento, 200 metros de largura e 500 metros de altura, alardeada como sustentável, inteligente e consumidora de energia limpa; flexibilizamos a legislação ambiental em prol do produtivismo. Já estamos bem crescidos para choramingar infantilmente diante dos desastres que nos assolam, uma vez que somos também responsáveis por eles. Está mais do que na hora de rever nossas posturas, sair das nuvens e aterrar. Aterrar, como nos propõe Bruno Latour, refere-se a um mundo que não se restringe ao humano. Um mundo composto também por vírus e bactérias em diferentes escalas e constitutivos da vida humana na Terra:

Na pequena escala, um vírus que ataca os humanos; e na grande escala porque a atmosfera na qual nos desenvolvemos e o oxigênio que nos permite respirar também é de origem viral e bacteriana. Suas mutações mudam necessariamente a composição e a consistência do mundo naquilo que nos encontramos. Vírus e bactérias são os grandes operadores que transformaram a Terra e fizeram sua história, a história que construiu o ambiente de habitabilidade cujo interior nos situamos (Latour, 2023, p. 32) (traduzido pelos autores)⁴.

Não é possível mais pensar que ocupamos um território, mas que o constituímos como uma diversidade de seres. A Terra é nossa origem e destino. É nela que nasceram as paisagens e que, supostamente, continuarão a nascer. É com todo o nosso ser que nos posicionamos diante da paisagem; ela assoma, simultaneamente, por um ver e um sentir; ela como que recupera as cesuras derivadas das dicotomias estabelecidas pelo paradigma moderno: separação entre sujeito e objeto, razão e sensibilidade, mente e matéria, etc.

Desde a modernidade, a categoria paisagem se apresenta como uma outra possibilidade de leitura da realidade – uma outra imagem do mundo –, colocando em relevo a relação entre o humano e a natureza, surgindo como um terceiro entre a dicotomia clássica da natureza de um lado e a cultura de outro. Ela seria, nesse sentido, um fenômeno compensatório decorrente de uma cisão, de um divórcio (Ritter, 1963). Mas a eficácia do modelo dualista que marcou a modernidade foi tal que chegou a comprometer a própria função reintegradora da paisagem: de fato, uma coisa é um pensamento a respeito da paisagem, o que impõe mecanismos de representação, implicando certo distanciamento; outra coisa é a paisagem que nasce da fusão íntima do ser humano com a terra que ele habita, prescindindo até mesmo das palavras. Essas duas instâncias estão hoje separadas.

Nunca se falou tanto sobre paisagem; nunca se publicaram tantos livros com reflexões sobre a paisagem e, por outro lado, nunca se destruíram tantas paisagens como na nossa época, constata Augustin Berque (2008).

O modelo moderno resultou em um formidável desenvolvimento das ciências e das técnicas dos fins do século XVI em diante, levando a uma crescente confiança da humanidade em cumprir o destino que lhe fora atribuído em Gênese de sujeitar a terra e tudo o que sobre ela se movesse. Daí decorreu a reificação da natureza e a radicalização da separação entre ela e o homem. Tal ruptura só viria a ser mitigada pela paisagem, cuja noção alvoreceu com operações pictóricas conduzidas inicialmente pelos paisagistas do século XV, tendo-se constituído como um problema filosófico no início do século XX, sobretudo a partir do pensamento de Georg Simmel, expresso no seu ensaio “Filosofia da Paisagem” de 1913.

Hoje, a reflexão sobre a paisagem atinge profundamente o processo de ocupação e transformação da Terra pela ação humana e designa um conceito-chave no assim chamado Antropoceno, época geológica da atualidade em que o humano se revela como força destruidora e titânica. Nessa perspectiva de transformação que conduz a um apoderamento generalizado, o homem tem explorado a Terra de forma extensiva

⁴ “A pequeña escala, de un virus que ataca a los humanos; y a gran escala porque la atmósfera en la que nos desenvolvemos y el oxígeno que nos permite respirar también son de origen vírico y bacteriano. Sus mutaciones cambian necesariamente la composición y la consistencia del mundo en el que nos encontramos. Virus y bacterias son los grandes operadores que han transformado la Tierra y hacen su historia, la historia que construye el envoltorio de habitabilidad en cuyo interior nos situamos nosotros” (Latour, 2023, p.32).

e exaustiva, levando à erradicação de uma multiplicidade de biomas e à degradação e destruição de paisagens em que a relação entre natureza e cultura atinge graus elevados de harmonia.

O sentido tomado pelo desenvolvimento da técnica a partir da modernidade afetou os campos disciplinares de um modo geral, entre eles o da Arquitetura, que passou a se instalar como uma espécie de autorização absoluta sobre o habitar na Terra e como um ato de desbravamento e de produção de novas paisagens, reiterando a visão da Terra como algo a ser conquistado e domesticado. Nessas condições, a paisagem é pensada como unidade compositiva organizada pela ação humana a serviço de uma determinada ideologia, expressa nas vertentes hegemônicas da economia e da política predatória. Essa transformação produz paisagens a partir de uma lógica de apagamentos, substituições e adensamentos, em uma perspectiva de exploração e esgotamento dos recursos naturais e destruição de valores pretéritos. Tudo é transformado e transformável, e cada vez mais são evidentes os efeitos das crises climáticas que impactam as nossas cidades, oriundas dos processos de ocupação dos territórios.

A paisagem que o momento presente convoca já não é uma entidade natural, nem uma entidade cultural: ela “é, ao mesmo tempo, e essencialmente, totalmente natural e totalmente cultural”, como enfatiza Jean-Marc Besse ao referir-se ao status medial da paisagem (Besse 2014, p. 41). A partir do contexto produzido pela hegemonia descontrolada da técnica, que caracteriza o Antropoceno, pautamos as seguintes questões: o que significa projetar a paisagem? Por qual sentido de projeto é possível pensar a paisagem em um contexto do Antropoceno ou Pós-Antropoceno? Como ir além do Antropoceno, produzindo novos imaginários e poéticas das paisagens? Como incluir uma ética da Terra nas projeções das paisagens para além do Antropoceno?

Nesta edição da PIXO – Revista de Arquitetura, Cidade e Contemporaneidade, convidamos a uma leitura não só sobre as consequências da ação humana no contexto do Antropoceno (ou Capitaloceno, Plantationoceno ou Chthuluceno, outras tentativas de designar a atualidade) mas sobretudo, para além dele, o Pós-Antropoceno.

O leitor tem, então, a sua disposição textos que permitem essa reflexão. Os artigos foram organizados por nós em dois grandes blocos: sob o título de “Paisagem e Pensamento”, apresentamos aqueles que produzem reflexões, por vezes abstratas, sobre a paisagem nessa perspectiva do pós-antropoceno; sob o título “Paisagem e Experiência”, apresentamos artigos que contribuem com o debate apoiados em experiências concretas em relação à paisagem. “Paisagem e Pensamento” refere-se a esfera teórica do problema posto, enquanto “Paisagem e Experiência” retrata os métodos que se abrem para desdobrar a mera contemplação em ação. A teoria permite a tentativa e possibilidade de ter uma visão geral, a vista de um ponto alto, como se fosse o cume de uma montanha, mas a experiência desce para os vales para retratar os caminhos e para procurar os lugares mais habitáveis: a contemplação e o caminho para sugerir uma noção sobre um possível pós-antropoceno. Temos consciência que essa divisão talvez não se apresente tão rigidamente, nem esse era o objetivo.

Além dos artigos, organizamos uma secção para a “Parede Branca” com textos e imagens que ao representar e, sobretudo, imaginar o atual momento em que vivemos no Antropoceno, nos colocam em um processo de reflexão frente à maneira como temos habitado e vivido essas paisagens.

Boa leitura a todos!

Referências

BERQUE, Augustin [2008]. *O Pensamento paisagem*. Trad. Vladimir Bartalini e Camila Gomes Sant'Anna. São Paulo: EdUSP, 2023.

BESSE, Jean-Marc [2009]. *O gosto do mundo*. Exercícios de paisagem. Trad. Annie Cambe. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014.

LATOUR, Bruno. *Diante de gaia*: oito conferências sobre a natureza no Antropoceno. Trad. Maryalua Meyer. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

LATOUR, Bruno. *Habitar la tierra*. Conversaciones con Nicolas Truong. Barcelona: ATMARCADIA, 2023.

RITTER, Joachim. Paisagem: sobre a função do estético na sociedade moderna. In: Serrão, A. (Ed.), *Filosofia da paisagem: uma antologia*, Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, Lisboa, pp. 95 – 122. 2009.

SIMMEL, G. Filosofia da paisagem. In: Serrão, A. (Ed.), *Filosofia da paisagem: uma antologia*, Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, Lisboa, pp. 39 – 51. 2009.

STENGERS, Isabelle. *No tempo das catástrofes*: resistir à barbárie que se aproxima. São Paulo: Cosac Naify, 2015.

autor@s convidad@s

NATURA FORMATRIX

Ruína arquitectónica e paisagem em Georg Simmel¹

NATURA FORMATRIX
Architectural ruin and landscape in Georg Simmel

Adriana Veríssimo Serrão²

Resumo

“Die Ruine”, o ensaio publicado por Georg Simmel em 1911, é um dos exemplos mais notáveis do procedimento intelectual deste filósofo. Um fenómeno não é uma entidade compacta, mas um ponto de cruzamento entre múltiplas energias e camadas de realidade em constante movimento. O presente artigo procura evidenciar a originalidade desta interpretação da Ruína arquitectónica em contraste com outras, de cariz histórico e antropocêntrico, privilegiando: a) o novo entendimento da posição relativa entre o campo humano da arte e o domínio da Natureza; b) a concepção dinâmica, espacial e temporal da Natureza como verdadeiro agente do arruinamento; c) a dupla constituição, objectiva e subjectiva, da Ruína; d) as múltiplas articulações entre Ruína e Paisagem, que remetem, em última instância, para uma metafísica da Vida.

Palavras-chave: Simmel, ruína, paisagem, natureza.

Abstract

“Die Ruine”, the essay published by Georg Simmel in 1911, is one of the most notable examples of this philosopher’s intellectual procedure. A phenomenon is not a compact entity, but a crossing point between multiple energies and layers of reality in constant movement. This article seeks to highlight the originality of this interpretation of architectural Ruin in contrast to others, of a historical and anthropocentric nature, privileging: a) the new understanding of the relative position between the human field of art and the domain of Nature; b) the dynamic, spatial and temporal conception of Nature as a true agent of ruin; c) the dual constitution, objective and subjective, of the Ruin; d) the multiple articulations between Ruin and Landscape, which ultimately refer to a metaphysics of Life.

Keywords: Simmel, ruin, landscape, nature.

A arte como imitação da natureza

Para introduzir no problema levantado pelo ensaio de Georg Simmel “Die Ruine”, de 1911, será conveniente recuar até à metafísica grega clássica, mais precisamente à filosofia aristotélica, que estabeleceu com precisão a definição dos conceitos de natureza (*physis*) e arte (*technè*), decorrendo daí um critério seguro para a delimitação das respectivas esferas. Diz Aristóteles:

Com efeito, de entre as coisas que são, umas são por natureza (*physis*), outras por outras causas. São por natureza os animais e as suas partes, as plantas e os corpos simples, como a terra, o fogo, o ar e a água; de facto, dizemos que estas coisas, e outras como estas, são por natureza. [...] as coisas que são por natureza têm em si mesmas um princípio de movimento e de repouso, seja com respeito ao lugar ou ao aumento ou à diminuição ou à alteração.³

É “por natureza” (kata physin) tudo o que possui em si o princípio de movimento e do repouso: – quanto à alteração de lugar (por exemplo, a deslocação dos astros); – quanto à geração, crescimento e corrupção de tudo o que é vivo; – e quanto à mudança (à alteração de qualidades). Enquanto estar em repouso ou estar em mudança pertencem à essência da coisa natural, as coisas fabricadas são destituídas de princípio imanente; a actividade técnica implica a diferença entre o produtor, o produzir e o produzido, é uma operação transitiva. Arte/técnica contém a ideia de produção (poièsis) que traz à existência algo que antes não existia – e, diversamente do que surge por contingência (por acaso), é uma actividade regulada por preceitos e regras.

Distintos pela origem, os dois modos do ser não deixam de se articular. Segundo o paradigma naturalista de Aristóteles, a arte contém a natureza como sua causa material, sendo cada artefacto um composto de matéria e de forma; assim, a natureza, que é componente das coisas naturais, pertence ainda à obra enquanto sua matéria (os elementos que a compõem); “natureza” diz-se também nesta acepção como “elemento das coisas artificiais”: é a matéria-prima, o fundo primeiro de que é feito ou de onde provém qualquer obra ou artefacto:

diz-se, por exemplo, que o bronze é a natureza da estátua e dos utensílios de bronze, e a madeira dos de madeira. E o mesmo nos restantes casos. Cada coisa está constituída por eles, conservandose a matéria (natureza da mesa), porque em todos os produtos constituídos a partir destes elementos a matéria primeira persiste.⁴

Não sendo natural por essência, uma obra continua a ser natural por acidente; os materiais persistem e continuam a actuar nela, não segundo o crescimento orgânico, mas em virtude da alteração, acidental e contingente, das suas qualidades:

Pelo contrário, uma cama, uma peça de vestuário e qualquer outra coisa de género semelhante, [...] e enquanto são produtos da arte, não têm em si mesmas nenhuma tendência natural para a alteração, mas [têmna] enquanto acidentalmente são feitas de pedra ou de terra ou de uma mistura delas, e só, sob este aspecto, a têm.⁵

¹ Este texto é uma versão elaborada do capítulo “Da essência da Ruína”, do livro *Filosofia da Paisagem*. Estudos, Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2013, pp. 90-100.

² Professora associada com agregação (jubilada) no departamento de Filosofia da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, onde lecionou entre 1980 e 2021. Investigadora do Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa. Principais linhas de investigação no âmbito da filosofia contemporânea: Antropologia Filosófica, Estética, Filosofia da Sensibilidade e Filosofia da Paisagem.

³ Aristóteles, *Física*, II, 1.

⁴ Aristóteles, *Metafísica* V, 4.

⁵ Aristóteles, *Física*, II, 1.

A conexão da actividade poiética com o movimento natural é reforçada pelo princípio da mimêsis, modelo orgânico da arte poética (*technè poiètikè*), um princípio complexo que pode ser explicitado em múltiplos aspectos complementares:

a) Da precedência, na ordem do ser, da natureza sobre arte decorre que a produção humana não é autónoma: tem um começo e uma referência para além de si mesma.

b) Que a arte (em geral e as artes poéticas em particular) imitem a natureza não significa que copiem ou retratem os entes singulares enquanto entidades acabadas, mas que, por ser uma actividade, reproduz o movimento mesmo da *physis*, que faz surgir um ente trazendo o do não ser até à existência; imitar é reproduzir, fazer como a natureza faz, tendo o processo natural como seu modelo.

c) A poiêsis, que prolonga a processualidade natural, tem ainda a capacidade de aperfeiçoar, completando processos que na natureza estão incompletos, conduzindo a acto finalizado o que se encontrava ainda em potência. A arte humana não rivaliza com a natureza, coopera com ela.

d) Daqui decorre a analogia entre a obra e o ser vivo que sustenta a avaliação da beleza e do acabamento artístico: belo é o per feito, o plenamente realizado, resultante da unidade, totalidade e extensão apropriada de um composto:

uma coisa bela – seja um animal seja toda uma acção – sendo composta de algumas partes, precisará não somente de as ter ordenadas, mas também de ter uma dimensão que não seja ao acaso: a beleza reside na dimensão e na ordem, e, por isso, um animal belo não poderá ser demasiado pequeno (pois a visão confundese quando dura um espaço imperceptível de tempo), nem demasiado grande (a vista não abrange tudo e assim a unidade e a totalidade escapa à observação de quem vê).⁶

O hilemorfismo é solidário do critério objectivo da beleza artística – a matéria contida nos limites da forma –, que será dominante até ao primeiro Renascimento e retomado por todas as concepções classicistas.

Ruína e Tempo: um acontecimento da História humana

O segundo ponto de vista que devemos introduzir para enquadrar a descrição de Simmel incide na própria noção de Ruína. Se atentarmos ao diversíssimo leque de abordagens – e à multiplicidade dos usos do termo, em sentido próprio ou figurado – que desde a Antiguidade a acompanham, concluiremos que ela escapa a uma teorização única, ocupando como que uma zona imprecisa e impossível de catalogar. Geralmente perspectivada como acção do Tempo, inserese primeiramente numa meditação sobre a relação entre Homem e História, como esquema privilegiado da tensão entre vida e morte que perpassa a condição humana.

A dimensão do Tempo assumiu ao longo das épocas dois eixos principais, contrastantes ou mesmo contraditórios: – ora como Tempo *revelador* das origens, memória de um passado primordial, arcaico, que assoma no presente como comparência do intemporal; – ora como tempo *devastador*, sob as imagens da destruição, da derrocada, da catástrofe, sinais da transitoriedade e finitude dos assuntos humanos.

O Tempo *revelador* é como que petrificado na figura da ruína imóvel, a pedra estática que desde um passado imemorial chega até ao aqui-agora; reveladora de eternidade, ela mesma incólume à alteração, a ruína é a placidez da Idade de Ouro, a harmonia perdida e almejada, a beleza absoluta da coluna ou do sepulcro. São exemplo, no classicismo do século XVII, as pinturas de Pierre Patel ou Nicolas Poussin.

O Tempo *devastador* é como que acelerado na figura da ruína partida, desfeita pela acção de *Kronos*, incessante devorador dos seus filhos, que engole civilizações, abate impérios, derruba templos, edifícios; poder de forças imensas que tudo desgastam, a derrocada lembra a efemeridade das nossas obras, a decadência do corpo, a brevidade da vida. São exemplo, na literatura romântica do século XIX, *As Memórias de Além-Túmulo*, de Chateaubriand e o poema “Dans les ruines d’une abbaye”, de Victor Hugo. Acrescem, nos dias de hoje, os cenários de guerra e as catástrofes ambientais.

Na contraposição entre a imobilidade do eterno e a efemeridade do mortal situamse as interpretações sedimentadas em relatos literários e representações pictóricas, alternando entre os valores clássicos e os góticoromânticos, entre o belo e o trágico, na linhagem arcádica ou na linhagem do fim de todas as coisas. Idêntica alternância ocorre com o sentimento provocado: seja a melancolia serena e o culto do antigo na quietude de lugares sagrados (reino dos mortos, sepulcros, templos vazios...) que convidam à meditação, seja o sobressalto doloroso do medo e do horror em imponentes quadros de destruição.

Por uma via e pela outra – eternidade e caducidade –, no centro das figurações tradicionais da Ruína encontrase o Homem que nela se revê em imagens de si mesmo.

A alternância de papéis entre Natureza e Arte

Uma hermenêutica da Ruína

A leitura conduzida por Georg Simmel no ensaio “Die Ruine”, de 1911, soa como voz discordante ao aplicar uma abordagem de tipo fenomenológico, que descreve a essência de um fenómeno captando em estado nascente. Analogamente a tantos outros fragmentos de realidade que atraíram o interesse filosófico de Simmel, como Rosto, Paisagem, Ponte e Porta, Moldura, não se trata de acrescentar mais significados a conceitos já marcados por uma densa evolução histórica, mas de explicitar a essência desse fenómeno a partir do seu aparecer real no aqui e agora de uma experiência concreta. A leitura de Simmel é directa, destituída de peso simbólico, prescindindo do recurso à sedimentação de significados contidos nas representações pictóricas e criações literárias. Não descortina nela uma teoria estética prévia, nem a marca de um estilo, nem o espírito de uma época.

⁶ Aristóteles, *Poética* 7.

Uma ruína remete, numa abordagem inicial, para o campo da arte, porque é uma obra de arquitectura que resultou da modelação da matéria natural pelo desígnio humano. Mas já este ponto de partida merece uma explicitação. Se para o racionalismo estético, o fazer humano imita e aperfeiçoa o natural, isto é, na origem da arte encontra-se a colaboração, para a metafísica simmeliana, a arte (e toda a cultura) provém de uma inadequação, de uma discórdia originária: a luta de Espírito e Natureza, ou da ideia mental que procura conter o informe da matéria que lhe oferece resistência. Nesta inadequação reside a condição antropológica básica, aquela que opõe Homem e Mundo, sujeito e objecto, e faz de todo o andamento histórico-cultural da Humanidade, um “gradual processo de domínio do Espírito sobre a Natureza”⁷.

Uma obra nasce, como todo o operar, da contradição entre a necessidade natural que segue cegamente o seu curso e a vontade humana de suspender o contínuo vital em formas estáveis, contradição essa que é resolvida pela sobreposição destas sobre aquela, dando origem à obra objectivada em estado conclusivo. Mas diversamente de outros géneros em que o material é inteiramente assimilado pela forma, quer tornando-se imperceptível (como nos pigmentos da pintura), quer quando é burilado como meio expressivo da ideia (o mármore palpável, no caso da escultura), na ruína arquitectónica esta tensão continua latente, sem resolução efectiva: não só por usar elementos naturais que se mantêm visíveis, mas também por estes conservarem, na construção, ainda presença, vocação e dinâmica próprias.

Assim, mesmo no seu acabamento, a arquitectura nunca resolve definitivamente a tensão originária, que continua a subjazer-lhe, erguendo-se a obra construída sobre esse inacabamento prévio e permanecendo, para mais, implantada em terreno natural, no próprio solo dessa tensão. A ruína propriamente dita, enquanto tal, é aquela que se encontra *in loco* e *in situ*, em lugares abertos fora dos espaços interiores. É o edifício que irá tombar no mesmo espaço exterior em que outrora se ergueu.

A essência objectiva da ruína

Coisas partidas, cacos, partes soltas ou arrumadas no espaço humano do armazém ou do museu são pedaços de arte que permanecem no domínio da arte.

a ruína devém um fenómeno mais intenso e mais significativo do que os fragmentos de outras obras de arte destruídas. Uma pintura de que se desvaneceram as partes coloridas, uma estátua com membros despedaçados, um antigo texto poético de que se perderam palavras e linhas – todos actuam apenas segundo o que da formação artística ainda está presente neles ou segundo o que a fantasia pode construir a partir destes restos: o aspecto imediato não é uma unidade estética, nada mais oferece do que uma obra de arte diminuída de certas partes. A ruína da arquitectura, porém, significa que no desaparecido e destruído da obra de arte voltaram a crescer outras forças e formas, as da natureza, e deste modo o que da arte ainda nela vive e o que da natureza já nela vive tornou-se um novo todo, uma unidade característica (*Ibid.*, 288).

⁷ Cf. o início de “O conceito e a tragédia da cultura”, publicado no mesmo ano de 1911; e “Die Ruine”, *Gesamtausgabe*, Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1996, vol. 14, p. 288. Com a sigla GSG, as citações subsequentes de “A Ruína” seguem esta edição; quando inseridas no corpo do texto são colocadas entre parênteses. Todas as traduções são da responsabilidade da Autora.

Uma nova unidade estética. Porque agora é a natureza que age contra a formação humana, modelando o edificado, tomando-o como substância do seu plasmar e produzindo um novo todo, na simbiose entre o “ainda arte” e o “já não arte”. Simmel introduz aqui a oposição entre os pólos da permanência e do devir, que caracterizam o duplo movimento da Vida; ela não é só o construído nem só o destruído, mas o *estando em devir*. A ruína é arte que vai saindo da esfera da arte para regressar à da natureza.

Simmel parece adoptar a simples inversão do paradigma mimético – a relação entre forma e matéria de Aristóteles –, através da troca de papéis, sendo que a natureza é dotada de formatividade como se fosse arte, um agente que toma o edificado como sua matéria: “A natureza fez da arte o material da sua actividade formadora, tal como antes a arte usara a natureza como seu material.” (*Ibid.*, 290).

Porém, segundo Aristóteles, a mesa envelhece por ser de madeira (não por ser mesa) e o manto desgastase por ser de lã (não por ser manto), mas tal alteração de qualidades não leva ao aparecimento de uma nova obra: a matéria, que é o informe receptivo à forma, perde a enformação, mas não gera (novas) formas; por ser natureza só acidentalmente, é material, não é génese nem processo. Só os materiais, mas não as formas, estão sujeitos à corrupção.

Estaremos também ainda longe de captar todo o alcance da descrição simmeliana se a limitarmos à reversibilidade, bem característica de concepções notáveis do Iluminismo e do Romantismo, sustentadas na ideia de uma Natureza-artista, para celebrar as harmonias entre Natureza e Cultura (ou Espírito). Ou à dupla analogia de beleza artística e beleza natural, como a encontramos em Kant: tendo consciência de que um produto é arte (intencional e dependente da vontade) e não natureza, “a conformidade a fins da sua forma deve aparecer livre de qualquer constrangimento de regras voluntárias, como se fosse um simples produto da natureza.” Que a obra de arte se pareça com o ser natural, e este se pareça com o resultado de um fazer, pressupõe que aquela suscita o sentimento de liberdade, e que neste se manifesta um acordo finalizado hipoteticamente semelhante à intenção humana. A analogia kantiana tem como tópico mediador a finalidade sem fim da beleza livre: “a natureza é bela quando tem a aparência da arte; e a arte, por sua vez, não pode ser chamada bela senão quando nós, embora estejamos conscientes de ser arte, a olhamos como natureza”.⁸

Mais próximo está Simmel de doutrinas não racionalistas, como é em Schopenhauer a Vontade como impulso cego e desejo de viver inconsciente. A vida manifesta-se em formações (organismos) que vêm à superfície, mas que não chegam a desprender-se nem a adquirir autosubsistência, para de novo serem absorvidas na corrente vital. Vida é esta a corrente de vida e morte, de exaltação e aniquilação, sem uma orientação definida. Não é informe, mas indiferente à forma; produtora, mas destituída de qualquer finalidade. Ora, quando a ruína se deve à acção humana – ao desígnio construtivo consciente, como foi sobejamente praticado com as falsas ruínas românticas – perde precisamente todo o interesse, já que são evidentes a intenção e os mecanismos desse artificialismo.

A circularidade ocorre entre duas ordens heterogéneas e não congruentes – humana e não humana –, cujas forças não são equiparáveis nem podem ser reconduzidas a uma explicação intencional. Mas esta troca de papéis não seria, por sua vez possível, sem ter por condição uma base onde a produção natural – como constante sucessão de forças em movimento sem orientação conhecida – e o operar criativo, que visa uma forma limitada, partem de uma raiz comum. A todo o existir subjaz um fundo indefinível,

⁸ Kant, *Crítica da Faculdade do Juízo*, § 45.

o eterno devir, o curso ininterrupto e indivisível, que numa imagem aproximada oscila entre duas tendências concorrentes: a tendência para o contínuo (o ilimitado) e a tendência para o descontínuo (o limitado) –, fundo esse que assoma tanto no mundo natural como no mundo espiritual.

A ruína, tal como a paisagem, não será uma parte de um todo, algo partido (de que são exemplo as monótonas pedras amontoadas no *Forum* romano), mas um fragmento, uma forma vivente em que persiste a centelha da Vida.

A essência subjectiva: o sentimento da nova unidade

Em contraste com as visões tradicionais – na alternativa entre eternidade (permanência) e destruição (mudança) –, nuclear é a recomposição dinâmica da forma, o erigir de uma nova formação que condensa em si a unidade dos opostos e o antagonismo profundo da Vida. Não o que o homem estraga ou o que o tempo estraga da obra humana, ambas visões negativas, mas a positividade da afirmação modeladora por parte da natureza: “o encanto da ruína é o facto de aqui uma obra humana ser finalmente sentida como um produto natural” (*Ibid.*, 289).

Inapreensível, mas sempre presente, o fluxo vital vem à consciência apenas por breves momentos, quando para além do carácter fragmentário da nossa existência e da multiplicidade dos nossos esquemas mentais que apenas acedem a parcelas do mundo, se dão intuições de unidade; noutros termos, quando a tensão interna se reflecte na unidade de uma imagem externa, o que acontece unicamente na experiência estética. Da ordem do vivido, a estética da ruína, como a estética simmeliana em geral, recusa a conceptualização, não é a aplicação de uma qualquer categoria idêntica e independente dos conteúdos. É a união da vida (do sujeito) e da vida (do objecto) num sentimento anímico (a *Stimmung*) sempre diferenciado por se moldar à especificidade característica de cada tipo de fenómeno.

O sentimento peculiar perante a ruína distingue-se daquelas impressões fugidias da tristeza, da melancolia ou do inquietante, que decorrem do objecto quebrado, trancado, do desfazer-se em partes desgarradas, onde predomina o espacial, falho de regeneração, ou o declínio irremediável, como ao dizer que alguém “é uma ruína”: “a ruína actua tão frequentemente de modo trágico – não porém triste – porque aqui a destruição não é qualquer coisa destituída de sentido proveniente de fora, mas a realização de uma orientação disposta na camada mais profunda do destruído” (*Ibid.*, 291).

Impossível seria, na visão de Simmel, determinar uma relação de causalidade entre sujeito e objecto, ou o primado de um ou outro pólo no desencadear da vivência unitiva, essa sintonia que alia o subjectivo e o objectivo, a interioridade e as imagens do mundo exterior. Para além da percepção corrente que apreende o mundo em fracções, a experiência vivida (*Erlebnis*) é uma fruição unitiva, um estado da alma que intui forças contrapostas (a essência da Vida) num relativo equilíbrio. Ambos, o trágico – a destruição imanente (não extrínseca) à existência do destruído – e o encantamento – o captar em uníssono a existência no seu mais intenso contraste – reúnem-se na *Stimmung* característica do arruinamento: a conjugação das forças elevatórias e gravitacionais da existência, direcções contrastantes num mesmo eixo de verticalidade.

O sentimento específico é aqui o da paz. O espírito activo abandonase à quietude da passividade receptiva em que as energias da alma concordam e voltam a ligarse:

Mas a paz profunda que circunda a ruína como uma zona sagrada, traz esta constelação: que o antagonismo obscuro que condiciona a forma de toda a existência – ora actuando no interior das simples forças naturais, ora no interior da vida anímica, ora ainda jogando entre natureza e matéria, – este antagonismo não se encontra aqui como que reconciliado até à paridade, mas ao prevalecer de um lado, é deixado, do outro, afundar até à aniquilação e no entanto oferece uma imagem nítida, que permanece tranquila (*Ibid.*, 293).

Paz significa, para o ser humano, estar liberto do imperativo de agir, da consecutiva cadeia de deliberações que determinam o nosso quotidiano nos diversos contextos e esferas sociais. O ético decorre na constante tensão das motivações e das escolhas voluntárias que solicitam o agir. O estético busca o equilíbrio, duradouro ou momentâneo, a suspensão da tensão.

O poder da vontade não é agora determinante; o homem sentese envolvido pelo Todo que pressagia a pertença à terra, promessa de retorno ao originário, o regresso goetheano à “mãe boa”, lugar de passagem entre o que já não é (*nichtmehr*) e o que ainda não é (*nochnicht*).

Aquele carácter do retorno à terra natal (*Heimkehr*) é somente uma espécie de presságio da paz cuja *Stimmung* reside na ruína – e que está a par do outro: que ambas as potências do mundo, as que tendem para cima e as que se afundam, cooperam nela com vista a uma imagem tranquila da existência puramente natural (*Ibid.*, 292).⁹

Quietude que é simples pressentimento, nunca a garantia, de um compromisso: sob a tranquilidade o conflito incessante dos impulsos mantém-se.¹⁰

As ruínas fazem parte da paisagem

Tranquilidade reforçada pela fácil integração das ruínas na paisagem envolvente. Os volumes solidamente erigidos vão declinando e as linhas bem desenhadas vão esbatendo de cores e contrastes, perdendo a imponência das formas culturais que exibem a marca da autoria; pertencem agora à paisagem circundante, fundindo-se nela e emprestando-lhe também um timbre pacificador. Tal como tecidos, papéis e objectos antigos perdem com o tempo a vivacidade original numa tonalidade esmaecida, os volumes e perfis dos edifícios vão se afeiçoando ao terreno, adquirindo os mesmos tons do chão e a sensação de lhe pertencer.

⁹ Numa formulação análoga: “Nela sentimos assim a vivacidade daquelas direcções de energias diferentes e, acima de tudo o que é estético-formal, simpatizando em nós mesmos instintivamente com essas contradições, sentimos a relevância da figura em cuja unidade tranquila elas se reuniram” (*Ibid.*, 290).

¹⁰ A mesma ideia no excerto seguinte: “No outro pólo da existência [...] ela vive inteiramente no interior da alma humana, esse terreno de luta entre a natureza, que ela mesma é, e o espírito, que ela mesma é. Na nossa alma operam forças que apenas podemos designar espacialmente por analogia com o tender para cima, constantemente interrompidas, desviadas, reprimidas pelas outras que actuam em nós como o nosso surdo e comum e, no mau sentido, “apenas natural” (*Ibid.*, 293).

Exprimindo esta paz, a ruína inserese uniformemente na paisagem envolvente e, tal como árvore e pedra, crescem em conjunto com ela, ao passo que o palácio, a *villa*, e mesmo a casa do camponês, mesmo onde se integram da melhor maneira na *Stimmung* da sua paisagem, provêm sempre de uma outra ordem das coisas e só se juntam à ordem da natureza como que posteriormente (*Ibid.*, 292).

A temporalidade é certamente determinante, mas não a queda súbita, antes a lentidão do desgaste que se exerce na superfície. Tal é a acção da patina, que paulatinamente depõe sobre as paredes uma pele que vai cobrindo a construção primitiva. Os seus agentes são potências exclusivamente naturais: as mecânicas, externas, os factores físicos, ambientais e climáticos (calor, frio, sol, chuvas, ventos...), e as orgânicas, os factores de corrosão química, o crescimento das massas vegetais devido à humidade.

É esta coincidência que subjaz aos laços mais profundos entre ruína e paisagem; o ponto de ligação não está só no facto de a transfiguração da ruína ser subjectivamente sentida como um produto da natureza, mas de serem precisamente as mesmas potências objectivas, casuais, inconscientes e sem orientação definida que esculpiram as montanhas e as ruínas. “Aqui agiram sobre as paredes as mesmas forças que, através da corrosão pelas condições atmosféricas, a passagem da água, os desmoronamentos, as fixações de vegetação conferem à montanha a sua forma” (*ibid.*, 289).

A constituição da orologia da montanha deve-se à combinação antitética de tendências geológicas, ambas construtivas: o levantamento eruptivo do vulcânico e o assentamento por desmoronamentos, deslizamentos e estratificação. A erosão desenhou as silhuetas e as encostas, e nos interstícios, com a chuva e a dissolução por reacções químicas, germinou a vegetação que se entretece nos orifícios.

Acontece que essa identidade indiferenciada das energias do mundo que Simmel agora designa de cósmicas conduz, não obstante, a resultados diferenciados. Na montanha os contrários convergem numa formação sólida, exclusivamente natural, mas nas ruínas os contrários provêm de duas ordens diferentes: “estão distribuídos em partes ainda mais distantes da existência. O que elevou foram as forças humanas, o que derruba são as forças da natureza” (*ibid.*, 290).¹¹

Na ruína é como se a Natureza se vingasse de uma usurpação e a autonomia do mundo vencesse a luta contra a liberdade da vontade.

Vida e morte das ruínas

Jogo de forças em movimento condensado numa imagem definida, a Ruína vale também como imagem antropológica da condição humana, no trágico que se instala entre a segmentação da vida finita e a vida psíquica isenta de hiatos, cujas energias e capacidades, activas e passivas, se reúnem e mesclam sem nunca alcançarem

¹¹ Os laços entre ruína e paisagem são de ordem metafísica. Será interessante encontrar esta mesma homologia no ensaio sobre os Alpes (“Die Alpen”, de 1911), a propósito da incapacidade da pintura em representar a gravidade das montanhas rochosas, bem como a altura absoluta dos mais altos picos cobertos de neve. “A Ruína” e “Os Alpes” destacam-se, para além da esfera da cultura, como dois ensaios que abordam fenómenos em que a natureza suplanta os esquemas do fazer humano.

Em outro escrito sobre paisagem – as telas do pintor simbolista Arnold Böcklin – as reflexões introdutórias postulam a compenetração entre sujeito e objecto como manifestação da “unidade originária das coisas, apenas a partir da qual se desenvolveram o Espírito consciente e a Natureza inconsciente”. Com ressonâncias schellinguianas e referências a Nicolau de Cusa, Espinosa e Schopenhauer, nas cenas meridionais de Böcklin dar-se-ia a *coincidentia oppositorum*, como se nelas a alma viesse a entrelaçar-se na trama do ser natural. “Böcklins Landschaften”, GSG 5, 9697.

um estado final. O homem pertence ao mesmo tempo a dois mundos: é o *entre* vida exterior e conteúdos espirituais.

A “misteriosa tranquilidade” que emana da destruição lenta está, no entanto, longe de consagrar a reposição de uma posição paritária entre Homem e a Natureza. Reconduzindo à base vital, Simmel supera as visões antropocêntricas cujo foco se detém no curso e destino das coisas humanas. O tempo natural não é o tempo mítico imemorial, nem o histórico da inexorável decadência. À sentença arcádica “a morte viveu aqui”, a ruína, “plenitude da forma presente da vida passada” replica: “a vida viveu aqui” (*Ibid.*, 294).

Se as ruínas confirmam que a presença da vida, acabarão também por morrer, quando só a direcção descendente se fizer sentir, tal como um corpo exausto que esgotou as capacidades regeneradoras. Porque emergem da continuidade temporal, também para elas há um final. O seu termo, e com ele o do fascínio estético, sobrevém quando nada mais resta de suficiente para que a tendência ascendente se faça sentir. As ruínas acabam realmente por morrer.

Ao deixar arruinar, o homem colabora na queda daquilo que ergueu, é coculpado. Na serenidade com que enfrenta aquilo que cai, pela sua “passividade positiva”, “faz-se cúmplice da natureza e agente da actuação desta” (*Ibid.*, 297).

A morte da vida da ruína é, em última instância, metafísica: a absorção do trágico humano pelo trágico cósmico.

DOMINGO EM PATMOS

SUNDAY IN PATMOS

Vladimir Bartalini¹

Resumo

Um tom apocalíptico perpassa os relatos tanto imaginários como científicos sobre o nosso futuro na Terra. Presságios, presciências e ciências contaminam-se mutuamente diante do estado agonizante da natureza e das dúvidas sobre a possibilidade de sua recuperação. Ao mesmo tempo, na esteira da destruição em curso e do questionamento dos limites entre natureza e cultura, coloca-se atualmente em xeque também a ideia de uma totalidade abarcante e, conseqüentemente, a possibilidade de paisagens conforme entendidas desde a Modernidade. Uma fantasia catastrófica abre o artigo como que preparando a breve exposição de ficções distópicas encontráveis na literatura a partir de meados do século XX, rematando de modo desesperançoso a crise da humanidade. Em seguida, são trazidas as atuais incertezas que rondam as ciências no trato do Antropoceno. Por fim, em meio ao nevoeiro, perscrutam-se aberturas, paisagens por vir, a partir dos pequenos, mas imprescindíveis, deslocamentos de sentido que uma disposição poética diante do mundo pode oferecer.

Palavras-chave: Antropoceno, imaginário, ciência, paisagens, poiesis.

Abstract

An apocalyptic tone permeates both imaginary and scientific accounts about our future on Earth. Presentiments, presciences and sciences contaminate each other in face of the agonizing state of nature and the doubts about the possibility of its recovery. At the same time, in the wake of ongoing destruction and the questioning of the limits between nature and culture, the idea of an encompassing totality and, consequently, the possibility of landscapes as understood since Modernity are also being called into question. A catastrophic fantasy opens the article as if preparing the brief exposition of dystopian fictions found in literature from the middle of the 20th century onwards, ending the subject's crisis in a hopeless way. Next, the current uncertainties surrounding the sciences in dealing with the Anthropocene are discussed. Finally, in the midst of the fog, one can see openings, landscapes to come, based on the small, but essential, shifts in meaning that a poetic disposition towards the world can offer.

Keywords: Anthropocene, imaginary, science, landscapes, poiesis.

¹ Professor livre docente (aposentado) do Grupo de Disciplinas Paisagem e Ambiente do Curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAU-USP e do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAU-USP, na Área de Concentração Paisagem e Ambiente; membro fundador do Laboratório Paisagem, Arte e Cultura da FAU-USP, linha de pesquisa Poéticas da Paisagem; tradutor de Ver a Terra. Seis ensaios sobre a paisagem e a geografia, de Jean-Marc Besse, e de Pensamento-paisagem, de Augustin Berque (com Camila Gomes Sant'Anna).

O fim

“[...] um momento novo, vento devastando como um sonho sobre a destruição de tudo.”

Gilberto Gil, *Retiros espirituais*

Talvez não fosse um domingo. Provavelmente não era. Por que haveria de ser, se todos os dias da semana têm a mesma chance de ser um domingo, e se, desde março, o romrom da rodovia que liga a ilha ao continente não chegava à janela que abria para o céu de Patmos? Que o solstício se aproximava dava para saber pela sombra do peitoril no chão do quarto. Não era, portanto, o fim: a Terra ainda girava e transladava; o Sol não se extinguiria. Os cachorros continuavam a latir, embora a intervalos muito mais longos, no caso de uma pessoa, um carro ou um passarinho interromperem a quietude da rua. A noite sempre vinha, e então as luzes dos vizinhos eram acendidas e ficavam acesas até clarear, o que também não parara de acontecer. As plantas, quietas, atentavam para os sinais de chegada da próxima estação, se é que ela viria. Menos embalagens, menos papéis voadores no portão, menos poeira na casa, menos roupas estendidas. Menos palavras, menos de tudo.

No dia seguinte (um domingo?), tudo ia voltando a ser terra no aterro sanitário, vulgo lixão, exceto as tiras e pedaços de plástico azul, preto, verde, cinza, branco, que se agitavam rente aos monturos, entre restos de panos, vidros, latas, papelões. Choveu no terceiro dia, o dia todo, uma chuva que começou fina e intermitente e foi aumentando aos poucos até ficar forte e constante. No quarto e no quinto dias também. À noite, um manto opaco e atonal envolvia a Terra.

No sexto dia, que também podia ser um domingo, as cavas de mineração, inundadas, engoliam os taludes que desmoronavam lentamente, carreando placas-mães, chips e códigos, pacotes de cocaína enxarcados, pedras de crack, emulsionantes, flavorizantes, aromatizantes, cloridratos, excipientes e princípios ativos.

O sétimo dia, quase com certeza, era um domingo: as usinas, plataformas, fábricas de mísseis e de brinquedos estavam vazias e mudas. Nenhuma fumaça, nem fogo, nem água vertiam dos bunkers. Partituras, instrumentos musicais e cirúrgicos, tintas, pincéis e sprays, livros e Kindles, fotos e vídeos formavam um arquivo imenso e resignado. O céu então se abriu e, por um tempo, quatro sóis iluminaram implacavelmente toda a Terra. Não havia mais noite nem onde se esconder. Os animais de maior porte faziam de tocas os baús dos caminhões estatelados nas estradas, e pássaros e saguis congestionavam as torres e os fios de alta tensão. O mar recuara, expondo o aluvião de imundícies e tralhas decompostas. Os boqueirões, quase secos, sobreviviam das esmolas de alguma insurgência obstinada.

Presságios

Não são poucas as ficções sobre o fim do nosso mundo, surgidas a partir de meados do século XX, notadamente após as explosões atômicas no final da Segunda Guerra. Corin Braga (2018) as aborda no artigo “Antiutopies apocalyptiques et posthumaines”. Como um dos exemplos mais acabados de distopia envolvendo o progresso tecnológico da humanidade, Corin Braga cita *The End of the Dream*, de Philip Wylie (1972):

O romance reúne quase todas as catástrofes possíveis (e prováveis) que ameaçam nossa civilização: radiações solares, panes globais de eletricidade, poluição com materiais radioativos provenientes de novas fontes de energia, nuvens tóxicas, contaminação do solo e das águas, morte dos oceanos e fim do equilíbrio ecológico (Braga, 2018, p. 242).

A essas possibilidades muito prováveis, como assinala Corin Braga, a imaginação do autor vai acrescentando outros cataclismos: a praga resultante de uma combinação de poluentes que destrói a flora, desencadeando a fome e a violência; o aparecimento, em consequência da radioatividade, de parasitas carnívoros que dizimam a vida nos oceanos; a ativação artificial involuntária de vulcões na Antártida, que faz subir assustadoramente o nível dos mares. Os 50 milhões de humanos sobreviventes se reagrupam em comunidades na tentativa de preservar a civilização. Mas toda esperança se esvai diante de um novo desastre que acaba por destruir a reserva naturalista de Faraway, cidadela liderada pelo protagonista do romance.

Outros romances pós-hecatombe estarão ambientados em pequenas comunidades organizadas em torno da agricultura e da pesca, como *The Wild Shore* de Kim Stanley Robinson (1984); em remotas comunidades rurais, como *The Chrysalids*, de John Wyndham (1955); em ilhas artificiais móveis governadas por sábios, como *Die Gelehrtenrepublik: Kurzroman aus den Rossbreiten*, de Arno Schmidt (1957); em ilhas da Polinésia, como *Journey Beyond Tomorrow*, de Robert Sheckley (1962), onde habitam, organizados numa sociedade fisiocrata, baseada na agricultura, os únicos sobreviventes da humanidade; em lugares recônditos da África, como *The Day of the Drones*, de A. M. Lightner (1969), onde se estabelece uma sociedade monorracial pacífica; na América do Norte, como *Gate to Women's Country*, de Sheri S. Tepper (1988), onde a escritora, retomando o tema das Amazonas, imagina uma “ecotopia matriarcal” (2018, p. 244); em cidades subterrâneas, como *Andra*, de Louise Lawrence (1971), já que a Terra se tornou um deserto de gelo depois da interrupção do seu movimento de rotação causada pela guerra; também em ambientes subterrâneos se desenrola a trama de *Facial Justice*, de Leslie Poles Hartley (1960).

Mas a força da imaginação pode levar a situações ainda mais radicais. É o caso de *Moderan*, de David R. Bunch (1971), em que as elites que governam a humanidade após uma guerra nuclear resolvem remodelar completamente, por meio da tecnologia, não só o planeta, que se tornara inabitável, como também o homem. Assim, grandes máquinas passam a nivelar a superfície da Terra, que, em seguida, será colocada sob uma imensa manta de plástico. Também recobertos por plástico serão os oceanos, após dessecados ou congelados. A flora e a fauna, uma vez extintas, serão substituídas por plantas e animais metálicos. O homem novo, senhor da terra nova, passará por cirurgias que o transformarão em um ser de aço, indestrutível. Ele perseguirá até a destruição os antigos homens de carne e osso que vivem oprimidos em bolhas (*bubble domes*).

Grandes alterações no espaço associadas a transformações genéticas também estão presentes em *Half Part Human*, de Thomas Joseph Massler (1971). Já não se trata da dizimação numérica da humanidade provocada por uma guerra ou desastre nuclear, mas de uma assombrosa superpopulação do planeta que leva os homens a viverem, aos milhões, em imensos edifícios sem contato com o exterior. As espécies animais de grande porte desapareceram, e grandes máquinas cultivam a terra produzindo as proteínas que deverão alimentar a imensa população. A engenharia genética se encarrega de produzir seres humanos (?) aptos a suportar a vida no meio de grandes multidões, auxiliada por drogas.

Corin Braga fecha seu extenso levantamento de antiutopias apocalípticas e pós humanas com *The Pritcher Mass*, de Gordon R. Dickson (1972), onde esporos que provocam sufocação infestam a terra. A esperança que resta é construir um dispositivo que concentra os poderes paranormais de uma pequena parcela da humanidade que vive em domos hermeticamente fechados. Esse dispositivo permitiria estabelecer comunicação com outras civilizações sediadas em outros planetas, para onde a humanidade poderia migrar em massa. O dispositivo funciona, mas o guardião da civilização contatada determina que as portas estão fechadas para a humanidade (o que não soa, no livro, como um castigo impiedoso, e sim como advertência de que a salvação não está na evasão da terra, e sim na reparação dos danos causados a ela).

Em suma, no campo da ficção, o mundo pós-catástrofe, quando não afluente populoso, é povoado por poucos sobreviventes humanos que sofrem mutações genéticas que lhes conferem superpoderes ou malformações; por robôs humanizados ou homens e mulheres robotizados, descerebrados ou dotados de inteligência artificial; por seres angustiados ou violentos e, não raramente, fixados em perenizar o corpo físico. O enredo se desenrola ora em espaços desprovidos de privacidade, com densidades demográficas angustiantes, ora em ilhas afastadas; ora em paraísos tecnológicos, ora em infernos supliciantes.

Uma pesquisa detalhada sobre as paisagens em que estão ambientadas essas ficções não deixaria de ser interessante. Traria talvez à tona um profuso imaginário que, possivelmente, compreenderia desde paisagens tecnologizadas ao extremo até paisagens “naturais”, mas de uma natureza indiferente, quando não hostil e ameaçadora ao homem. Como seriam as paisagens desses mundos imaginados, ou antes, como seriam esses cenários, já que o termo paisagem só faria sentido se empregado na sua acepção meramente material pois, definitivamente, trata-se de mundos “desanimados”?

Se o sentido moderno de paisagem nasce com a subida de Petrarca ao monte Ventoux, conviria, no momento atual em que o humanismo é colocado em questão, considerar a digressão de James Hillman (2010) que vê, não na subida, mas na descida do monte o fato crucial. É na volta, cabisbaixo depois de ter dominado do alto o espaço que se estendia diante dos seus olhos, que Petrarca se dá conta de que, apesar de supostamente ter se apossado do mundo, permanece ignorante sobre si mesmo. Ele descobre então, assombrado, a “profundidade incomensurável da alma” (Hillman, 2010, p. 371) – ou da psique, ou memória, ou o “inconsciente arquetípico”. Com efeito, na carta que escreve a seu confessor relatando a experiência que tivera, Petrarca não se detém sobre o espetáculo do mundo que vislumbrou do alto, mas “sobre as maravilhas da alma” (HILLMAN, 2010, p. 372). Descobre que

As montanhas concretas não eram suas pela virtude de tê-las visto; a imagem internalizada das montanhas não era sua pela virtude de tê-las imaginado. Os fatos imaginais têm a mesma validade objetiva que os fatos da natureza. Nenhum deles pertence ao homem, nenhum é humano (Hillman, 2010, p. 372).

Na experiência de Petrarca, segundo Hillman, não é para o homem que, depois do entreato da Idade Média, a natureza retorna, mas para a alma. Essa alma, porém, embora interna ao homem, é, paradoxalmente, bem maior que ele, e não é exclusivamente sua.

Acrescente-se a isso a “ferida narcísica” causada pela revolução copernicana que desalojou a Terra (e o homem) do centro do universo; a natureza objetivada, coisificada, desprovida de poderes anímicos; a defasagem entre o que a ciência propunha e descobria e o que ser humano vivenciava no seu cotidiano, longe de qualquer evidência

de translações e rotações. Pode-se então entender o papel que a paisagem passou a exercer, pela via estética (Ritter, 1963), como sucedâneo de uma natureza que já não se podia reconhecer ou abarcar.

E hoje, passados todos esses séculos – sem que jamais tenhamos sido efetivamente modernos (Latour, 1991) – como imaginar paisagens pós Antropoceno se a própria ideia de natureza, como polo oposto à cultura, é questionada ou, antes ainda, se a humanidade (tomada genericamente), em princípio senhora da natureza, não detém o controle dos processos que desencadeia, pondo em risco as condições de sua própria sobrevivência? Ao que a paisagem serviria de sucedâneo?

Ciências e presciências

Também no mundo das ciências não faltam interrogações, dúvidas e divergências, a começar pela própria aceitação do Antropoceno como uma nova época. Poderia a humanidade ser considerada, hoje, uma força geológica tão importante a ponto de justificar a inauguração de uma nova época que sucederia ao Holoceno? Parte dos geólogos reluta em aceitar a ideia enquanto não se apresentarem evidências suficientes de alterações estratigráficas provocadas pelo ser humano. Contudo, há grupos de geocientistas que já admitem a distinção entre o Holoceno e o Antropoceno. O assunto é abordado amplamente por José Eli da Veiga em *O Antropoceno e a ciência do sistema terra* (2019).

A ciência do sistema terra não se restringe a tratar do lado inorgânico do planeta. Inclui os animais, os vegetais e a sociedade humana com sua história. Isto lhe dá uma complexidade que dificulta ou mesmo impede a formação de consensos com validade para todos os ramos da ciência preocupados em saber até quando haverá condições propícias à vida na terra.

Desde a década de 1970 vêm sendo formuladas hipóteses gerais para nortear as investigações em busca de respostas a essa questão crucial. Uma delas, a mais bem conhecida, é a Hipótese Gaia, concebida por James Lovelock e Lynn Margulis, que entende a terra como um sistema autorregulável com a finalidade de propiciar a perpetuidade da vida.

Por outro lado, Peter Ward lança, no final da primeira década deste século, a Hipótese Medeia, defendendo o contrário: a vida tem que lutar constantemente para se afirmar, pois as mudanças do ambiente, frequentes na história da terra, sempre representaram ameaças que exigiram grandes esforços de adaptação para serem superadas.

Dois mitos – Gaia e Medeia – foram mobilizados para orientar investigações científicas sobre o futuro do planeta e sobre o nosso futuro. Gaston Bachelard já constatara que a ciência estava eivada de mitos. Para o bem e para o mal, parece que ainda está e, talvez, nunca deixe de estar.

É interessante, a esta altura, observar que Medeia, inspiradora da segunda hipótese, menos otimista que a primeira, é aquela que, atraída por Jasão, um estrangeiro, foge com ele abandonando seu mundo, suas origens, seu status. Pier Paolo Pasolini ambienta a primeira parte do seu *Medea* (1969) no planalto da Capadócia, em meio às habitações trogloditas escavadas nas rochas de origem vulcânica. É ali que ela vive, exercendo seus poderes mágicos numa sociedade regida por mitos e ritos arcaicos. Ela rouba e entrega a Jasão o Velo de Ouro, a pele de um carneiro divino, alado, cobiçada por dar sorte aos reis, garantir a perenidade dos seus reinos e assegurar que nenhuma mudança ocorreria.

Logo após entregar o Velo de Ouro a Jasão e fugir com ele e seus companheiros rumo a outro país, Medeia se sente perdida. Ao notar que, ao fim da jornada, os estrangeiros em fuga montavam um acampamento provisório sem seguir nenhum ritual para abençoar as suas tendas, ela se desespera: “Este lugar vai afundar porque não tem sustentação! [...] Não levantem nem mais uma pedra! Não estão procurando nem acertando o centro; procurem uma árvore, um bastão, uma pedra! [...]” (Pasolini, 1969). Jasão e seus amigos são indiferentes à sua aflição. Ela quer voltar atrás, mas já não consegue: “Ah! A terra! Deixe-me ouvir sua voz! Não recordo mais sua voz! Fale para mim, sol! [...] Como poderei voltar se não ouço mais o que dizem? [...] Toco a terra com os pés e não a reconheço. Avisto o sol com os olhos e não o reconheço.” (Pasolini, 1969).

Na sequência, o set de filmagem muda radicalmente. Não mais as habitações escavadas nas rochas, não mais a planura deserta onde se ergueu o acampamento improvisado, mas um conjunto arquitetônico rigoroso, composto pelo *Camposanto*, Batistério, Basílica e Campanário de Pisa, concluído na baixa Idade Média, às vésperas do Renascimento, ou seja, na transição do feudalismo para o capitalismo. É nesse cenário que Jasão, já adulto, reencontra o Centauro com quem convivera quando criança. Mas não é unicamente aquele Centauro que ele reencontra, e sim, agora inteiro, o homem que o constituía parcialmente, ao lado do Centauro propriamente dito, que é meio homem e meio cavalo. Jasão então exclama:

- _ Mas é uma visão!
- _ Se for, é produzida por você, responde o Centauro. Na realidade, nós dois estamos dentro de você.
- _ Mas eu conheci um só Centauro!
- _ Não, conheceu dois, um sagrado, quando você era criança, e um profano quando se tornou adulto. Mas o que é sagrado permanece junto à sua nova forma profana.
- _ Mas qual é a função do velho Centauro, aquele que conheci quando criança, já que você, Centauro novo, se percebi bem, o substituiu não fazendo-o desaparecer, mas tomando o lugar dele?
- _ Ele não fala, naturalmente, porque a lógica dele é tão diferente da nossa que não se poderia entender. Mas eu posso falar por ele. É sob seu signo que você, para além de seus cálculos e de sua interpretação, na verdade ama Medeia. [...] E não tem piedade dela, de quem compreende a catástrofe espiritual e sua desorientação de mulher antiga, num mundo que ignora o que ela sempre acreditou. A coitada passou por uma conversão ao contrário e nunca mais foi como antes.
- _ Para que serve saber tudo isso?
- _ Para nada. É a realidade.
- _ E você, por que razão a revela?
- _ Porque nada poderia impedir ao velho Centauro de inspirar sentimentos, e a mim, novo Centauro, de exprimi-los. (Pasolini, 1969).

O desenlace da tragédia de Eurípides é conhecido. Jasão, ávido por riqueza e poder, abandona Medeia e os dois filhos que teve com ela para se casar com a filha do rei Creonte. Medeia, recorrendo aos seus dons de maga, faz os corpos de Creonte e de sua filha entrarem em combustão. Em seguida, mata os próprios filhos e incendeia a casa onde mora. A saga de Jasão termina em solidão e culpa.

Mesmo que seja dispensável justificar essa digressão mais ou menos longa sobre Medeia, vale apontar e reforçar certos pontos que ela suscita. Um deles é indagar por que motivo batizar de Medeia a hipótese de a terra estar continuamente engendrando dificuldades para o prosseguimento da vida. Quem é o Jasão do qual ela quer se vingar por ter se aproveitado dela para obter o que queria e em seguida rejeitá-la?

Na leitura de Pasolini, esse Jasão é gerado no momento histórico em que o ser humano começa a se afastar da “geografia mítica” – expressão usada por Eric Dardel – segundo a qual a Terra é “fonte da vida, de onde saem todos os homens e todos os seres que, durante sua vida, guardam com ela relações e obrigações filiais” (Dardel, 1990, p. 64). Na geografia mítica tudo é sagrado, e a presença do sagrado é real, está ao alcance da mão, é confirmada mesmo “nos fenômenos atmosféricos, na chuva, no trovão, no arco-íris, em cada torrente e na menor gota de orvalho” (Idem, p. 71-72). Esta interpretação é confirmada pela locação escolhida para a primeira parte do filme, pelo ritual de fertilidade com sacrifício humano (oferenda à divindade) e pela própria fala do Centauro ao Jasão criança e, depois, adolescente:

É tudo santo, tudo é santo. Não há nada de natural na natureza, meu pequeno. Guarde isso na memória. Quando a natureza parecer natural terá acabado tudo e começará qualquer outra coisa. Adeus céu, adeus mar. Que bonito céu! Próximo, feliz!

Diga, não parece mesmo que nenhum pedacinho dele é natural e que pertence a um deus? Assim como o mar neste dia em que faz treze anos e está pescando com os pés na água morna. Olhe atrás de você. O que vê? Alguma coisa natural? Não! É uma miragem o que você vê. Como as nuvens que se espelham na água parada, pesada das três horas da tarde. Olhe lá longe aquela tira preta sobre o mar brilhante como azeite. Aquela sombra de árvores e aqueles canaviais. Em cada ponto onde seus olhos pousam está escondido um deus. E se por acaso não está aí, deixou sinais de sua presença sagrada: ou silêncio, ou cheiro de erva, ou frescor de água doce. Sim, tudo é santo, mas a santidade traz consigo uma maldição: os deuses que amam odeiam ao mesmo tempo. (Pasolini, 1969).

Uma vez dessacralizada, a natureza se torna um objeto passível de ser dissecado, transformado, submetido à vontade de um sujeito todo poderoso. Essa atitude está embasada no monoteísmo e no “profetismo bíblico” onde, segundo Dardel, se encontra “a mais bem desenhada história do mundo, a mais importante também, uma vez que, do povo hebreu, ela se transmitiu ao judaísmo, ao cristianismo e, em certa medida, ao Islã” (Dardel, 1990, p. 92). A Terra, que na concepção mítica era *origem* de tudo, passa a ser vista como algo que foi *criado*, suscetível, portanto, de ser desfeito e recomposto bastando para isso conhecer as *leis* de seu funcionamento.

Mudanças de visão de mundo não são decididas intencionalmente, são antes fruto de conjunturas – históricas para uns, cósmicas para outros. Tampouco os eventos se encadeiam segundo uma ordem linear. Se fosse assim, as condições que propiciaram o desenvolvimento da ciência moderna e do capitalismo na Europa, em torno dos séculos XV, XVI e XVII, já estariam dadas no momento da passagem da geografia mítica à geografia profética, ou seja, milênios antes.

De todo modo, há um componente propriamente trágico nessas mudanças que deve ser levado em conta. O que deslança a tragédia é uma ruptura do *ethos*, isto é, das práticas, dos costumes e tradições. E, na tragédia, o indivíduo, ou grupo de pessoas, ou sociedade que protagoniza a quebra da ética não toma a decisão “racional” de romper uma lei, nem tem consciência ou controle das consequências do ato transgressor.

Assim, Medeia, possuída pela loucura divina (o amor, conforme Platão), portanto fora de si, infringe os costumes do lugar, entregando o Velo de Ouro, garantidor do status da sociedade à qual pertence, a um estrangeiro, além de fugir com ele após cometer fratricídio.

Se na hipótese de Peter Ward a Terra é Medeia, o Jasão de Pasolini simboliza o homem (ou a sociedade humana) moderno, sob o capitalismo, pois, como visto, o ambiente filmico onde a tragédia se anuncia e consome já apresenta traços que caracterizarão o Renascimento, um novo período histórico, um outro mundo: a Modernidade.

Acontece que Medeia transgride a ética ao entregar o Velo de Ouro e matar o irmão. Ela dá início à tragédia. Quando rejeitada, vinga-se de Jasão matando os filhos que tiveram e a si própria. Quer vingar-se de Jasão, não dos filhos. Embora este seja um detalhe pouco importante em relação aos destinos do planeta, ele lança certa dúvida sobre a pertinência do nome dado à hipótese de Ward. A Terra não ofendeu nenhuma ética. O que ela sempre fez foi ocultar-se, fechar-se em si, desde Heráclito até Heidegger. O castigo deveria então recair sobre o “Paradigma Ocidental Moderno Clássico [...] o grande mata-paisagem” (BERQUE, 2023, p. 98) que, ao arrancar o véu de Ísis (Hadot, 2006), profanou o seu corpo sagrado e o abandonou, e não sobre os filhos da Terra. De todo modo, é sempre bom lembrar de uma frase que o Centauro disse ao Jasão menino: “a santidade traz consigo uma maldição. Os deuses que amam odeiam ao mesmo tempo” (Pasolini, 1969).

Há, de fato, uma polaridade, aliás muito frequente, nas atitudes humanas diante da natureza, que Pierre Hadot classifica como órficas e prometeicas:

[...] o mesmo homem pode ter simultânea e sucessivamente várias atitudes aparentemente contraditórias a respeito da natureza. Enquanto o cientista está fazendo seu experimento, seu corpo percebe a Terra, não obstante a revolução copernicana, como um apoio fixo e imóvel, e lança talvez um olhar distraído sobre o “deitar” do sol. Atitude órfica e atitude prometeica a respeito da natureza podem muito bem se suceder ou coexistir ou mesmo se misturar. Mas não são menos radicalmente e fundamentalmente opostas (Hadot, 2006, p. 120).

Entretanto, independente dessa polaridade, a pulsão (tragédia?) de saber quem somos e para onde vamos movimenta a ciência. A divisão entre ciências físicas e humanas, mesmo com suas profusas ramificações disciplinares, parece não dar conta de responder aos enigmas colocados. Passa então a ganhar força a hipótese de que, se há alguma possibilidade de se chegar a respostas que satisfaçam minimamente à nossa curiosidade, ela estaria em entender a Terra como um sistema no qual interagem a biosfera, o clima e as sociedades (Veiga, 2019).

Essa hipótese despontou em meados dos anos 1980, mas foi no início do século atual que ela ganhou força, mais especificamente a partir da *Declaração de Amsterdam sobre a Mudança Global*, de 13 de julho de 2001. Fazendo um balanço dos resultados de pesquisas realizadas na década anterior por programas dedicados a estudos da biodiversidade, do clima e da influência humana nas alterações ambientais, a *Declaração de Amsterdam* destacou cinco pontos, entre os quais Veiga (2019) elege dois – o primeiro e o quinto – para comentar por serem merecedores de especial atenção. Sobre o primeiro:

A Terra se comporta como um sistema autorregulador, formado por componentes físicos, químicos, biológicos e humanos. As interações e feedbacks entre as partes integrantes são complexos e exibem variabilidade temporal e espacial em múltiplas escalas. A compreensão da dinâmica natural do Sistema Terra avançou muito nos últimos anos, fornecendo base sólida para avaliar os efeitos e as consequências das mudanças provocadas pelo homem (Veiga, 2019, p. 65).

Sobre o quinto:

Considerados alguns dos mais importantes parâmetros ambientais, o Sistema Terra se moveu bem para fora do intervalo de variabilidade natural exibido ao longo do último meio milhão de anos. É sem precedente a natureza das mudanças que agora ocorrem simultaneamente no Sistema Terra, assim como suas magnitudes e suas taxas de mudança. A Terra está atualmente operando em um estado sem possível analogia com qualquer período anterior (Idem).

São constatações importantes, porém não aliviam a angústia dos que se preocupam, com razão, com o rigor científico dos estudos que têm o Sistema Terra como objeto. As discussões sobre um modelo realmente eficiente para dar conta de entender o funcionamento do nosso planeta continuam. Chegou-se mesmo a propor que “o dito ‘pensamento sistêmico’ da segunda metade do século XX seja superado, abrindo caminho ao ‘pensamento complexo’, ou simplesmente ‘complexidade’” (Veiga, 2019, p. 116).

A discussão parece interminável. Até que não se chegue a um consenso entre as várias disciplinas, aliás pouco provável, há grupos de cientistas que entendem ser precipitado afirmar que estamos vivendo uma nova Época chamada Antropoceno. A posição de Eli Lopes da Veiga, na obra já referida, vai no sentido oposto. Para ele,

a concepção de Antropoceno – ao contrário do que acontece com a promissora mas ainda não plenamente instituída Ciência do Sistema Terra – em nada depende das atuais incertezas transdisciplinares sobre o conhecimento complexo. Depende, sim, dos profícuos trabalhos conjuntos dos pesquisadores de duas disciplinas científicas há muito bem estabelecidas: a História e a Geografia (Veiga, 2019, p. 123).

As oscilações entre Orfeu e Prometeu, poesia e ciência, impulso e razão acompanham a aventura humana, talvez desde sempre. O que somos está entre polos; não exatamente no seu ponto médio, mas em um vai-e-vem entre eles, ou em *trajecção*, para empregar o termo que Augustin Berque (2000) utiliza para tratar da paisagem. A essa instabilidade não escapam nem a História, nem a Geografia, por mais que Veiga afirme serem disciplinas científicas “muito bem estabelecidas”. Se não, por que Emmanuel de Martonne, “observador preciso e ‘objetivo’”, nas palavras de Dardel (1990, p. 20), teria dito que “[...] as cristas dos quartzitos que ameaçam desabar, os sólidos assentos graníticos, as maciças muralhas calcáreas facilmente tornam [o alpinista] geólogo”? Observação que Dardel, certamente apoiado em Gaston Bachelard, comenta nestes termos:

Embora apreendida por uma reflexão científica, essa evocação [de Emmanuel de Martonne] deixa passar algo do encontro primeiro com o telúrico. O que *desaba*, o *maciço*, o *retalhado* subsistem de

uma experiência concreta, ingênua mesmo, em que a geografia se substancializa e invoca uma espécie de geologia primitiva que é inicialmente um interesse, se não uma paixão, pelos materiais e pela estrutura da Terra, antes de se tornar uma ciência objetiva (Dardel, 1990, p. 20).

E o que levaria Benedetto Croce a aproximar história e arte já nos idos de 1893, quando escreveu *A história reduzida ao conceito geral de arte* (Horvat, 2007), ou, décadas mais tarde, mais precisamente em 1938, a publicar *A História: pensamento e ação?*

A Terra nos convoca simultaneamente como cientistas, poetas e políticos. E é justamente a ação política que está na linha de frente do pensamento de Bruno Latour, algo que é realçado por Stelio Marras na apresentação que faz do livro *Diante de Gaia* (Latour, 2020), usando expressões como “*front* mundial de modernização”, “luta [dos ‘terranos’] contra os ‘modernos’”, “guerras entre mundos” (Marras, 2020). Que a paixão antecede a ação e que ela envolve também os cientistas fica claro nesta fala de Latour:

[...] antes de buscar o que é preciso fazer, ainda é preciso ser impelido à ação por um gênero particular de enunciados que nos tocam o coração para nos pôr em movimento – sim, para nos comover. Surpreendentemente, esses enunciados provêm doravante também de geoquímicos, naturalistas, modelizadores e geólogos – e não apenas de poetas, amantes, políticos e profetas (Latour, 2020, p. 86).

Pelo visto, a ciência pura é uma pretensão inatingível, quanto mais em se tratando da Terra e, mais ainda, da Terra entendida como Gaia, que não se deixa apreender como um Todo, dispensando a imagem do globo como representante de uma totalidade hoje questionável (Latour, 2020).

“...só um pouco diferente”

[...] as idades do mundo se sucedem como grama, talo e espiga.”
Giorgio Agamben, *Coisas que vi, ouvi, aprendi...*

O céu então se abriu e, por um tempo, quatro sóis iluminaram implacavelmente toda a Terra. Não havia mais noite nem onde se esconder.

Mas, um a um, os sóis foram se apagando até restar apenas o pequeno Sol, aquele que nasce e se põe todos os dias. A luz que ele emitia chegava atenuada pela camada fina de nuvens que, aos poucos, iam se formando. As coisas – casas, árvores, móveis e imóveis – tinham seus contornos esfumados, como se estivessem acolhoadas pela umidade da atmosfera. Começaram assim a despontar os primeiros cogumelos nas planícies de musgos contempladas, em silêncio, pelas usinas nucleares.

Nos desertos de areia, pedra e gelo, escorpiões, cobras, coiotes, focas, albatrozes, voltaram a levar suas vidas entre cactos, aloes, palmeiras e tundras, assim como os pequenos grupos de humanos que souberam fazer do deserto seu meio de existência. O mesmo aconteceria, mais tarde, nas florestas.

E nas manchas das metrópoles extintas e seus tentáculos? Parques colossais de edifícios, pontes e túneis abandonados, labirintos abertos à exploração, cercas e muros transponíveis, telhados e lajes interligados por cipós, imensas gaiolas gímnicas onde adultos e crianças vão apalpando a esmo a venerabilidade das ruínas.

Como antes, observa-se e aprende-se com as estratégias animais e vegetais, com os impulsos das raízes e das gemas, com a autonomia das aranhas e a resistência de suas teias, e também com a tensão superficial das gotas, a estrutura dos cristais, a energia armazenada nos elétrons.

Passado mais algum tempo, tudo volta ao que era... “só um pouco diferente”, como na parábola que Giorgio Agamben recupera a partir de um relato de Walter Benjamin:

Entre os chassidim se conta uma estória sobre o mundo que vem, que diz: lá tudo será como é aqui. Como agora é o nosso quarto, assim será no mundo que vem; onde agora dorme o nosso filho, lá também dormirá no outro mundo. E aquilo que vestimos neste mundo, o vestiremos também lá. Tudo será como é agora, só um pouco diferente (Agamben, 2013, p. 51-52).

Mas como imaginar ou falar de paisagens pós Antropoceno quando ainda se hesita em admitir que já estamos vivendo esta nova época? Ou, mesmo concordando que estamos no Antropoceno e cientes de que a velocidade vertiginosa dos acontecimentos pode comprimir em décadas aquilo que a geologia datava em milhões de anos, seria necessário um esforço extra para supor paisagens que sucederiam àquelas de um Antropoceno ainda mal firmado. E mesmo que se superem essas dificuldades, as indagações persistem: a que ausências essas paisagens remeteriam, a que pretendem completar, já que o Todo deixou de ter importância na ciência e no pensamento? Seriam necessariamente paisagens nostálgicas?

Se for permitido comparar a paisagem com a linguagem, pode-se dizer que os signos que a compõem nada significam isoladamente, visto que “cada um deles [signos] expressa menos um sentido do que marca um desvio entre si mesmo e os outros [signos]” (Merleau-Ponty, 2004, p. 67). O sentido “só aparece na intersecção e como que no intervalo das palavras [signos]” (Idem, p. 70). “Esse sentido nascente na borda dos signos” (Idem, p. 69) não é definido de uma vez por todas de um modo puro; ele aparece e vibra no tecer da linguagem, sempre novo, conquanto “engastado nas palavras” (Idem, p. 71), ou seja, esse novo sentido emerge de uma *poiesis*, de uma *pequena* diferença que ocorre na borda das coisas, das palavras, dos signos, onde ele existe em potência.

Não seria descabida, a esta altura, uma aproximação com a leitura que Agamben (2013) faz da auréola, esse suplemento acrescentado ao que está completo.

Pode-se pensar a auréola, diz ele,

como uma zona na qual possibilidade e realidade, potência e ato se tornam indistinguíveis. O ser que atingiu seu fim, que consumou todas as suas possibilidades, recebe assim como dote uma possibilidade suplementar. Esta é [o que se] chama de *actus confusionis*, ato confusivo, enquanto nele a forma ou natureza específica não se conserva, mas se confunde e se dissolve sem resíduos em um novo nascimento. Esse imperceptível frêmito do finito, que indetermina os seus limites e o torna capaz de confundir-se, de fazer-se qualquer; é

o pequeno deslocamento que toda coisa deverá realizar no mundo [que virá]² (Agamben, 2013, p. 54).

Sobre sedimentos do Antropoceno e por entre suas ruínas, ou seja, nessa novamente nova natureza – se entendermos por natureza tudo o que existe em seu fluxo contínuo – resultante da digestão da Terra, a cujo suco gástrico nada escapa, dá para imaginar plantas, bichos e seres humanos, ou até mesmo as pedras, o solo, as águas, re-constituindo seus mundos nesta mesma e única Terra. Talvez não sejam necessárias visões mirabolantes, bizarras ou messiânicas para imaginar paisagens pós Antropoceno, já que, recorrendo a uma imagem proposta por Georg Simmel, seria suficiente um sutil movimento do espírito para transformar “um monte de livros justapostos” numa biblioteca³.

Nas bordas de todo signo – velho ou novo, natural ou não – nas franjas de todo produto e de todo resíduo permanecerão em estado de latência pequenos deslocamentos de sentido, possibilidades de *poiesis*. De uma insurgência qualquer, de qualquer brotação, das coisas mais comuns, recompostas por um gesto novo em um instante de inoperância poderão, depois do fim, despontar novas paisagens. Nenhuma grande operação será necessária, bastando expor-se e dispor-se ao ser no “fimbriar [...] dos seus limites” (Agamben, 2013, p. 54).

Paisagens comuns, quaisquer, mas dotadas de um suplemento esplendente: paisagens aureoladas a serem contempladas, no despontar do sétimo dia, como outrora foram contempladas as espigas maduras nas pontas dos talos... só que “um pouco diferente”; algo que “surpreenderá a todos não por ser exótico, mas pelo fato de poder ter sempre estado oculto quando terá sido o óbvio”, como versejou Caetano Veloso.

Referências

AGAMBEN, Giorgio. *Coisas que vi, ouvi, aprendi...*, trad. Julia Scamparini, Belo Horizonte: Âyiné, 2023.

AGAMBEN, Giorgio. *A comunidade que vem*, trad. Cláudio Oliveira, Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

BERQUE, Augustin. *O pensamento-paisagem*, trad. Vladimir Bartalini e Camila Gomes Sant’Anna, São Paulo: Edusp, 2023.

BERQUE, Augustin. *Écoumène. Introduction à l’étude des milieux humains*, Paris: Belin, 2000.

BRAGA, Corin. “Antiutopies apocalyptiques et posthumaines”, in *Caietele Echinox*, vol. 34, 2018: Posthumanist Configurations, p. 241-254.

DARDEL, Eric. *L’homme et la terre. Nature de la réalité géographique*. Paris: Editions du CTHS, 1990.

² No original, “no mundo messiânico”.

³ “[...] o que observamos num olhar ou no interior do nosso horizonte momentâneo não é ainda paisagem, mas quando muito o material para ela – tal como um monte de livros justapostos não é ainda ‘uma biblioteca’, mas se tornará numa quando, sem se lhe tirar ou acrescentar um único volume, um certo conceito unificador a vier abarcar, dando-lhe forma”. Georg Simmel, “Filosofia da paisagem”, in SERRÃO, Adriana Veríssimo (coordenadora), *Filosofia da paisagem. Uma antologia*. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2011, p. 44.

HADOT, Pierre. *O véu de Ísis. Ensaio sobre a história da ideia de natureza*, trad. Mariana Sérvulo, São Paulo: edições Loyola, 2006.

HILLMAN, James. *Re-vendo a psicologia*, trad. Gustavo Barcellos, Petrópolis: Vozes, [1975] 2010.

HORVAT, Patrícia. “A História como arte em Benedetto Croce”, in *Anais do XIV Simpósio Nacional de História - História e Multidisciplinaridade: território e deslocamentos*. São Leopoldo: ANPUH-UNISINOS, 2007, v. 1, 2007.

LATOUR, Bruno. *Diante de Gaia. Oito conferências sobre a natureza no Antropoceno*, trad. Maryalua Meyer. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

LATOUR, Bruno [1991]. *Jamais fomos modernos*, trad. Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Editora 34, 2016.

MERLEAU-PONTY, Maurice. “A linguagem indireta e as vozes do silêncio”, in *O olho e o espírito*, trad. Paulo Neves e Maria Ermantina Galvão Gomes Pereira, São Paulo: Cosak e Naify, 2004.

RITTER, Joachim [1962]. *Paysage. Fonction de l'esthétique dans la société moderne*, trad. Gérard Raulet. Besançon: Les Éditions de l'Imprimeur, 1997.

SIMMEL, Georg [1913]. “Filosofia da paisagem”, in SERRÃO, Adriana Veríssimo (coordenadora), *Filosofia da paisagem. Uma antologia*. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2011.

VEIGA, José Eli. *O Antropoceno e a ciência do sistema terra*, São Paulo: Editora 34, 2019.

Referências filmográficas e musicais

Medeia. Texto e direção de Pier Paolo Pasolini (1969) <https://vimeo.com/87535200> acessado em 29 de janeiro de 2024.

Retiros espirituais. Composição de Gilberto Gil (1975).

Um índio. Composição de Caetano Veloso (1977).

UMA PEDAGOGIA PARA A CASA COMUM

Transformar o mundo em jardim

A PEDAGOGY FOR THE COMMON HOME
Turn the world into a garden

Massimo Venturi Ferriolo¹
Vladimir Bartalini (Trad.)²

Resumo

Uma filosofia da crise ecológica voltada para o futuro demanda uma pedagogia para a proteção da casa comum, transformando o mundo num jardim. Devemos deixar de lado o objetivo de dominar a natureza em nome do progresso e adotar um projeto político eco-socialista, baseado na sabedoria do jardineiro. O jardim – e neste contexto lembramos a arte de Roberto Burle Marx com sua feliz mistura de elementos – manifesta-se como o lugar eutópico, ou seja, belo e bom em harmonia com a natureza, recuperando seu significado original como ventre da vida. Com isso em mente, é colocada a crítica ao desenvolvimento sustentável, analisando seus significados comparados com os de progresso. A palavra de ordem deve ser: vamos transformar o mundo em jardim. Palavras-chave: crise ecológica, jardim, desenvolvimento sustentável.

Abstract

A forward-looking philosophy of the ecological crisis demands a pedagogy for the protection of the common home, transforming the world into a garden. We must put aside the objective of dominating nature in the name of progress and adopt an eco-socialist political project, based on the wisdom of the gardener. The garden – and in this context we remember the art of Roberto Burle Marx with its happy mix of elements – manifests itself as a utopian place, that is, beautiful and good in harmony with nature, recovering its original meaning as the womb of life. With this in mind, a critique of sustainable development is posed, analyzing its meanings compared to those of progress. The watchword must be: let's transform the world into a garden.

Keywords: ecological crisis, garden, criticism of sustainable development.

¹ Filósofo, ex-professor titular de filosofia Moral e Estética nas Universidades de Urbino, Milano Statale, Heidelberg, Salerno e Politecnico di Milano. Atividades de pesquisa voltadas à estética do design, com particular atenção ao processo paisagístico e à governança das transformações dos lugares. Autor de vários livros, entre os quais *Paesaggi in movimento*. Per un'estetica della trasformazione, Roma: Derive Approdi, 2016 e *Oltre il Giardino*. Filosofia di paesaggio, Torino: Einaudi, 2019.

² Arquiteto e Urbanista, professor livre docente (aposentado) da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo – FAUUSP, na área de Paisagem e Ambiente. Membro do Laboratório Paisagem, Arte e Cultura da FAUUSP com pesquisa voltada às poéticas da paisagem.

Estamos diante de um ponto sem retorno, à beira do abismo temido por Hans Jonas, que apela a uma filosofia da crise ecológica, uma filosofia que não pode ficar indiferente ao seu futuro: «quando está em jogo não só o destino do próprio povo, mas também o da humanidade e de grande parte da natureza animada, ser indiferente significa trair a causa da filosofia» (Hösle, 1992, p. 7).

Essa filosofia considera como uma única entidade a terra, o ambiente, o espaço que nos rodeia, a paisagem como quadro de vida, o jardim como sua concentração artística. É esta a única realidade concreta, e não apenas simbólica e metafísica, da casa material do homem, que é a casa comum, o terreno da ecologia, porque toda a terra é uma unidade inseparável de natureza e cultura. Devemos, portanto, sair da oposição sujeito e objeto que levou à atual destruição ambiental com a interrupção da relação intelectual e emocional do homem com a natureza, que se tornou diferente dele e sujeita ao seu domínio. Precisamos, portanto, de um pensamento que combine a autonomia do espírito com a dignidade absoluta da natureza como uma das exigências fundamentais do nosso tempo.

Em *L'Alternativa Ambiente*, Gilles Clément (2015) coloca o problema sem rodeios ao denunciar a contradição do desenvolvimento sustentável em nome do próprio desenvolvimento. Isso foi percebido por Edgar Morin, crítico da ilusão do progresso entendido como uma filosofia da história, que contesta toda ideia de desenvolvimento, inclusive o desenvolvimento sustentável. A sustentabilidade aliada ao crescimento para salvar a biosfera e as gerações futuras, embora possuidora de uma importante componente ética, não seria capaz de melhorar significativamente a própria ideia de desenvolvimento. Só o torna mais palatável, “dourando a pílula” (Morin, 2011, p. 27).

A crítica não poupa a economia verde, o marketing do bem-estar, as leis ditas favoráveis ao ambiente, as quais apelam para uma falsa salvação da humanidade quando, na verdade, o objetivo é o crescimento contínuo do capitalismo e dos lucros. Gilles Clément defende uma alternativa ao desenvolvimento sustentável, olhando com interesse para o decrescimento sem aderir totalmente a ele, distanciando-se mercado verde que invade o planeta até no campo paisagístico.

Uma solução proposta é a alternativa ambiente do jardim planetário, praticada por um jardineiro competente em substituição ao jardineiro do lucro: um projeto político desvinculado da fé indiscutível no domínio da natureza em nome do progresso. Precisamos estudar como fazer com que uma crescente população humana viva num planeta finito. Os recursos são limitados e o atual sistema de desenvolvimento econômico, mesmo sustentável, leva ao suicídio da humanidade. Nestas primeiras décadas do século, a população terrestre aposta em seu futuro ao ser governada por uma conduta alternativa baseada no abandono do projeto cartesiano, redefinindo o seu lugar no cosmos.

A humanidade ainda não conhece o seu lugar no mundo porque ainda não aprendeu a viver, isto é, a existir. Seu pensamento produziu muitas cosmogonias poéticas onde o ser humano dialoga e cohabita com os demais seres e elementos da natureza, mas hoje a natureza é vista como outra que não ele, como sua antagonista, inaugurando uma nefasta oposição a ser superada. Consideramos o meio ambiente como um entorno, o que mais distancia do que integra.

A palavra ambiente, usada para indicar o que nos rodeia, trai o não pertencimento do ser humano a este todo. Ele se coloca de outro lado, acima, não com. A posição do ser humano deveria mudar para se reavaliar como ser da natureza, revendo o seu lugar no universo, não acima ou no centro, mas sim dentro e com ele, como elemento integrador e integrado. Isto significa colocar no centro da questão a igual

dignidade dos elementos, a relação como fato constitutivo; significa apoiar a ética de Gaia com o reconhecimento de todas as entidades que partilham a terra com o seu direito à existência: reconhecimento como o próprio emblema do jardim. Desta forma a humanidade avançaria na compreensão de todos os seres vivos, tentando melhorar as suas condições.

É, portanto, necessário um projeto político promovido pela urgência ecológica com uma proposta eco-socialista, para experimentar novas políticas sociais e paisagísticas, baseadas na consciência do jardineiro planetário, papel a que todos os habitantes da terra devem ser chamados, para tornem-se paisagistas informados. Por isso é necessário educar para abandonar com plena consciência o projeto cartesiano de domínio da Natureza e abrir com ela um diálogo convincente.

Este caminho foi trilhado também com pleno conhecimento de causa pelo Papa Francisco com uma magistral encíclica sobre o cuidado da casa comum que toma o título do cântico das criaturas do santo de Assis. O texto ultrapassa a esfera dos crentes para abordar, com dados científicos indiscutíveis e riqueza de argumentos, toda a comunidade humana para construir um futuro melhor pensando na crise ambiental e no sofrimento dos excluídos, em prol de uma ecologia que leve em conta a relação íntima entre os pobres e a fragilidade do planeta.

Então, como proceder? Mudar de modelo, passando da ganância por bens materiais ao desejo por bens imateriais; favorecer a verdadeira cultura, ou seja, o desenvolvimento do conhecimento, a requalificação dos ambientes, a melhoria da saúde, todas as ações para a gestão da ecologia planetária. Anunciar uma nova economia baseada nos interesses do indivíduo e da comunidade contraposta à atual, ligada ao capitalismo.

O princípio do jardim exige que toda a humanidade seja um jardineiro versado na diversidade; que a conheça e a leve em consideração sem destruí-la, como garantia de um futuro para a vida: trata-se de um todo onde o próprio planeta é considerado um jardim, sendo todos nós responsáveis por todo o ecossistema; um lugar onde nossos gestos repercutem na harmonia do universal como parte de um todo. Os limites desta jardinagem são definidos pela extensão dos poderes do homem sobre a natureza. Este é o projeto político de uma ecologia humanista que faz da terra um único jardim.

A teoria da diversidade está presente na metáfora da riqueza humana, mineral, hídrica e vegetal da nossa terra. O ser humano e a natureza fazem parte de um único ecossistema indissociável onde o primeiro nada mais é do que um elemento, um frágil caniço pascaliano, ainda que pensante, inserido no contexto indissociável dos quatro elementos: terra, ar, água, fogo. Ele é jardineiro, não apenas por nascimento, mas por sua própria essência como habitante de um mundo ajardinado. Isso nos remete ao Sítio Burle Marx, na Barra de Guaratiba, onde o artista-jardineiro- botânico, com sua arte total que expressa a coesão de natureza e cultura, mostra uma relação correta entre o ser humano e a natureza, evidenciando a sacralidade de sua poesia.

A alegre mistura de elementos, a aceitação da multiplicidade de formas e ideias é uma mensagem cultivada com rigor, a ser acolhida: uma pedagogia baseada na natureza, atenta às relações constitutivas de uma ética que é ao mesmo tempo estética, não só vegetal, mas também da atividade humana com suas infinitas possibilidades. O artista criou uma prática extraordinária e incisiva, ao mesmo tempo uma metáfora da variedade humana, portadora de um pensamento social de forte impacto e relevância, que relembra as variedades ilimitadas do homem e do seu ambiente. Destaca-se um princípio fundamental do mundo como jardim, uma complexidade unitária da natureza e da cultura, um guia para o nosso olhar compreender a profundidade das relações naturais que formam e estruturam as diversas sociedades humanas e as suas culturas.

Acolhemos este pleito de transformar o mundo num jardim, como um sonho antigo de restaurar a imagem do Paraíso Terrestre, desfrutando-o como objeto de contemplação e não consumindo-o como objeto de exploração. A eutopia do jardim propõe esta imagem idílica, fundamento da esperança de um mundo melhor graças a uma arte respeitosa.

O jardim é, portanto, o lugar em que acreditamos, onde a nossa interioridade se torna mundo e é internalizada como prenúncio de uma relação íntima entre nós e o mundo desejado. Neste sentido, a sua metáfora é elevada, abrindo-nos a um pensamento sem fronteiras, ao mesmo tempo espaço da nossa vida, aberto ao conhecimento, espírito e meta de felicidade, antiga *eudaimonia*, aspiração eterna ao lugar desejável, projetada no futuro em sua realidade adequada à vida. Não há limites para o sonho da qualidade de um ambiente saudável, sem limites para a coexistência de seres humanos, plantas, animais e minerais; lugar desejado com o ventre da vida na origem, continuidade do curso natural das coisas desde o nascimento, processo de paisagem, mundo-jardim.

A unidade do fazer e do contemplar sustenta a tríade sentimento – pensamento – vida. O jardim oferece-se como modelo de ação humana como arte, espírito revelado pela filosofia, com a construção de ambientes para a vida numa constante ética contemplativa. O objetivo é uma natureza bela que conduza à existência humana, um lugar-mundo adequado ao valor artístico da obra de arte. Aqui está subentendido ou evidente nas suas formas tudo o que pertence à época atual, captando ao mesmo tempo a vida do habitante e a leitura de um lugar, de um país, de um território de origem ou estranho. A leitura atenta oferece uma interpretação correta do território: não se detém nas aparências, mas estuda-as e compreende-as para além do impacto da primeira vista para apreender a totalidade múltipla do panorama percebido. Tudo isto é esteticidade, difusa em uma paisagem e concentrada em um jardim. A substância filosófica é, no entanto, a mesma.

A relação entre filosofia, ecologia e jardim leva-nos a estudar os lugares, ouvindo o apelo dos cientistas alarmados com os efeitos da degradação ambiental e da destruição das paisagens ligadas à vida dos seres humanos, dos animais e das plantas. O seu grito de alarme pela vida em perigo advém dos resultados biológicos, químicos e urbanísticos da opção metropolitana em detrimento da opção paisagística, quando o urbanismo se afasta do jardim no seu sentido pleno de enquadramento da vida. Por esta razão, a humanidade deve tomar consciência da necessidade de mudanças nos estilos de vida, especialmente na produção e consumo da terra. A ideia de desenvolvimento deve ser revista, percebendo que dela está excluída a maior parte da população mundial.

Fala-se muito em desenvolvimento sustentável para apoiar a própria ideia de desenvolvimento como se ele pudesse prosseguir infinitamente num mundo finito e deteriorado. Foi revelado o truque da sustentabilidade que entra em conflito com o próprio desenvolvimento. O conceito de progresso foi deixado de lado, esquecendo que somos parte integrante de um processo em constante movimento, a Natureza. Passemos aos significados. Progresso é o avanço de qualquer fenômeno para estágios superiores, que se atinge com o progresso da cultura, do conhecimento científico e tecnológico. A palavra revela o conjunto de iniciativas adequadas para melhorar as condições de vida da humanidade. Já o desenvolvimento é a ação de aumentar, aumentar. Em vez disso, precisamos parar e refletir para além da ideia de sustentabilidade intrínseca ao crescimento, avançando para um progresso sustentável que tenha em conta a pobreza do mundo, para que a terra seja um jardim.

A função da estética hoje exige uma escolha ética, para superar a alternativa entre uma filosofia impregnada de ideologias do passado e uma sociologia que visa o processo de civilização. Toda solução deve ser buscada dentro da nossa realidade. A filosofia é-lhe

imane como uma razão intrínseca para o nosso mundo superar a fratura moderna entre a natureza como paisagem e a natureza como objeto de estudo científico. O jardim, autêntica metáfora, tem, portanto, a dignidade do verdadeiro pensamento e estilo de vida filosófico, bem como o fundamento da sabedoria ligada à Mãe Terra.

A filosofia do jardim olha para o futuro para melhor compreendermos a nós mesmos e ao mundo, recupera a memória e a história que une diferentes tempos, conduzindo-nos de volta à totalidade da natureza, ao diálogo antigo perdido. Recupera a contemplação ativa para salvaguardar o processo paisagístico com a proposta de uma ética para questionar a história e mirar o futuro com uma perspectiva responsável.

Referências

CLÉMENT, Gilles. *L'Alternativa Ambiente*. Trad. italiana Giuseppe Lucchesini. Macerata: Quodlibet, 2015.

HÖSLE, Vittorio. *Filosofia della crisi ecológica*. Trad. italiana P. Scibelli. Torino: Einaudi, 1992. Edição brasileira: HÖSLE, Vittorio. *Filosofia da crise ecológica: conferências moscovitas*. Tradução G. A. Assumpção. São Paulo: Liber Ars, 2019.

MORIN, Edgar. *La Voie. Pour l'avenir de l'humanité*. Paris: Fayard, 2011.

PAISAGENS DO FUTURO¹

LANDSCAPES OF THE FUTURE

Dirk Michael Hennrich²

Resumo

As paisagens do futuro são as possibilidades de uma humanidade que se fecha cada vez mais sobre si própria. Elas devem emergir de uma nova relação com os fenômenos naturais, que, no entanto, não é assim tão nova e é, muito mais do que isso, já inscrita no mito. Na passagem pelo mito de Orfeu e pelos Sonetos a Orfeu, de Rainer Maria Rilke, e pelo Jardim das Delícias Terrenas, de Hieronimus Bosch, o presente texto dá uma ideia dessa atitude que nos encoraja a acolher as paisagens do futuro.

Palavras-chave: paisagem, Bosch, Rilke, Antropoceno, futuro.

Abstract

The landscapes of the future are the possibilities of a humanity that is increasingly closing in on itself. They must emerge from a new relationship to natural phenomena, which, however, is not so new and much more than that already inscribed in the myth. In the passage through the myth of Orpheus and the Sonnets to Orpheus by Rainer Maria Rilke and the Garden of Earthly Delights by Hieronimus Bosch, the present text gives an idea of this attitude that encourages us to welcome the landscapes of the future.

Keywords: landscape, Bosch, Rilke, Anthropocene, future.

§

*Der Mensch spricht nicht allein –
auch das Universum spricht – alles spricht
– unendliche Sprachen (Novalis).*

A ficção científica, e não apenas científica, é um modo específico de projetar o futuro. Como todo o pensamento projetivo e fictício ela parte do solo, da terra, da experiência concreta, cristalizada no presente de cada momento vivido e do que foi arquivado, dos traços e pegadas do passado. O arquivo no seu significado original é um lugar privilegiado da memória humana, depósito das escrituras e dos artefatos, lugares inacessíveis para os demais, espaço do poder e da lei, universos condenados para permanecer, para segurar, e, ao mesmo tempo, libertar, em momentos certos ou incertos, as palavras ardentes, capaz de incendiar os indivíduos, as sociedades ou, em termos apocalípticos, os mundos, para transformar o presente em chamas e para revirar as cinzas. Também as paisagens nas suas constituições físicas e geomorfológicas, são arquivos, armazéns de miríades de camadas de acontecimentos, guardadores dos tempos, túmulos de incontáveis seres multiespécies, multidões enterradas e esquecidas, transformados em petróleo, futuros combustíveis industriais, em pedras densas e duras ou pulverizadas em areias que formam praias e dunas em encontros com as ondas dos mares e com os ventos. Mas em contraste com os arquivos fechados e trancados em bibliotecas ou até em minas remotas e profundas, a maioria das paisagens são acessíveis para serem perpassadas com a intensidade multissensorial dos corpos e para entrar em comunhão com as mais variadas formas de vida. Assim as paisagens não são apenas espaços, contentores de memórias, territórios ou até regiões delimitadas, perspectivas emolduradas pelas categorias da percepção antrópica, mas verdadeiros organismos, vidas pulsantes, sujeitos às mudanças do tempo, capazes de vibrarem e responderem, de comunicarem com os intrusos, com os habitantes, com os passantes. O corpo que caminha pela paisagem celebra o futuro regresso da sua presença carnal para o solo, atua a sua aproximação e deambula muitas vezes no limbo da sua própria existência, se movimenta no limiar entre o dentro e fora, o fora e o dentro. Essa abertura para a terra e a encenação do futuro regresso do corpo para o útero, a matriz, a origem e o fim de todas as causas, o lugar escuro e quente, saturado de nutrientes, universo infinito cheio de esperança, é cada vez mais esquecida, recalçada, compulsoriamente empurrada para o canto, para ser extinto com toda a carga possível de um gesto técnico e científico. Em cada momento da sua expansão mecânica, do seu expansionismo numérico insuficientemente contado, delírio de uma mão com cinco dedos para contar o infinito do universo, o *anthropos* ergue para-ventos de plástico, cortinas de aço e nuvens de chumbo para impedir o seu retorno inevitável para dentro do ciclo do eterno retorno, da cura, da catarse gratuita, oferecida pela Terra. Mas o *humano* vem do *húmus* e entra nele, é feito de barro, criado por uma entidade ateia, que não se importa pelo poder e pela hierarquia, que não oprime, mas apenas salva, que é o próprio círculo da vida, um macro-organismo feito de incontáveis singularidades, monadas sem qualquer princípio divino, todas entre si conectadas para participar no grande simpósio: igualmente mitologema e fato bruto que alimenta e acaricia os corpos e erotiza os movimentos. O *anthropos*, porém, mira as estrelas e admira a sua forma de andar erigido como um falo roxo e vaidoso, que se ejeta para fora da terra à procura do mesmo, que é muito menos do que o mesmo, que já não atinge o mesmo, somente um deserto sem atmosferas fecundas, sem chuvas matutinas, sem asas de borboletas que festejam a dança colorida das flores.

§

As paisagens como todas as aparências são *per se* comunicáveis e não existe nenhum fenômeno que não comunica. Dizer que só uma parte efêmera, por exemplo,

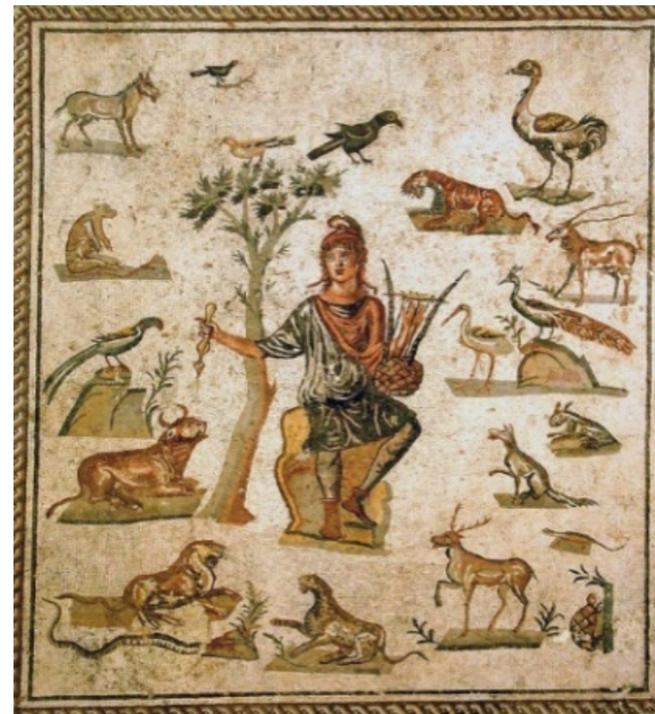
¹ This work is funded by national funds through FCT — Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., within the scope of the project UIDB/00310/2020.

² Dirk Michael Hennrich é Pesquisador Doutorado no âmbito da Filosofia do Ambiente e da Técnica na Faculdade de Letras e no Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa e Professor Convidado do Instituto Superior de Agronomia da Universidade de Lisboa onde leciona o seminário Estética e Ética da Paisagem. <https://www.cienciavita.pt/portal/EC10-EB8A-BF1A>

os humanos, é capaz de comunicar e reduzir a comunicação a sequências gestuais, tonais ou gráficas, contradiz à lógica da totalidade que é muito mais do que um sistema baseado em processos biológicos, químicos e físicos. Em todas as partes se espelha a totalidade e a totalidade é o entrelaçamento infinito de todas as partes, sem perda e em contínua criação. Sem expansão apenas para fora, mas ao mesmo tempo para fora e para dentro, uma fita de Moebius em eterno movimento. A linguagem, aqui como modo de se aproximar a um porvir das paisagens, a uma possibilidade necessária no atual quadro dantesco de um mundo dominado pela violência e destruição, é mais do que o estertor rouco de uma específica espécie. É o canto multivocal que emerge dos elementos, da água, da terra, do ar, do fogo e que ressoa como a quinta essência em todos os seres. Este conhecimento intemporal que não precisa nem o cérebro de um animal vertebrado, nem a anatomia de uma extremidade com cinco dedos, é ainda ou novamente julgado como intempestivo, como algo inapropriado para um tempo que tanto se venera de se poder apropriar de tudo e sobretudo de poder ter cada vez mais conhecimento, enquanto, ao contrário, se afasta cada vez mais com todo saber minúsculo que acumula, do conhecimento intemporal. Este é, com toda a força da ignorância, designado como *esotérico*, como se fosse um conhecimento ilusório de um bando de excêntricos que sustentam uma suposta relação ingênua e primitiva com o reino da assim chamada natureza. O esotérico é assim, em conformidade com o significado recorrente da palavra, considerado como um saber vago e privado para uma quantidade restrita de indivíduos, uma percepção irracional, que não corresponde ao senso comum, inteligível para a maioria. Porém, em tempos de tal maneira concentrados e centrados numa única forma de saber, numa economia geral de objetivação e predação da matéria, no sentido de *mater* e *matrix*, de tudo que pode ser triturado, processado e acumulado, sobretudo em lucro, o pensamento marginal é o pensamento esotérico somente para todos aqueles que encontram nos seus umbigos purulentos a fonte de uma gelatinosa superioridade. Depois de um forçado e extremo *desencantamento* do mundo, que não apenas tampou os cinco sentidos perante a presença dos espíritos, mas que exterminou em guerras e assaltos, em proliferações das mais variadas pestilências e num epistemicídio sistemático uma hecatombe de indivíduos, só resta ressaltar que os espectros e as entidades ancestrais são invencíveis e reaparecem e reaparecerão enquanto haverá um céu e as estrelas longínquos num universo incompreensível para os telescópios, sondas e satélites, fetiches de uma civilização a procura de uma salvação sangrenta. Os espectros os visitam já não apenas nos pesadelos e sonhos e nos sonhos que são pesadelos, mas de dia e de noite em cada momento das suas ingênuas crenças na passividade e pura materialidade dos objetos. Um pensamento limitado, que não apenas divide os mundos em polaridades fixas, mas que também é convencido que os objetos não são nada, que os objetos surgem do nada e entram no nada. Um pensamento que pensa, na sua soberba baixeza, que os objetos são destrutíveis e completamente manipuláveis. Gestos do *Naturalismo* que declarou as suas *Guerras Justas ao Animalismo*, categorias insuficientes, mas presentes em manuais e estudos etnográficos e antropológicos, elementos de esquemas úteis, mas insuficientes, quadros para razões enquadradas e deslocadas da sinfonia dos cinco sentidos.

§

Nas vozes dos outros, no entanto, reside o reconhecimento, o eco do que somos, cada indivíduo constantemente em sua vida. Para que surgisse o que hoje chamamos de sociedade, na melhor hipótese, e de civilização, na pior expressão, era em primeiro necessário ouvir e prestar atenção às histórias dos seres animados, dos outros animais, mas também dos sons e cantos das coisas. O fato de que existem relatos, narrativas e mitos sobre um tempo em que os animais falavam está inscrito nas várias línguas e todas surgiram, de certo modo, da onomatopeia. Quando o homem não simplesmente fazia o homem falar, fechado no monolinguismo da sua ilusão babilônica, mas quando



a Terra nas suas mais variadas disposições, com suas múltiplas vozes, entregava ao homem os sons e elementos das palavras. Um dos mitos mais famosos que relata essa íntima ligação, essas interdependências da palavra, da linguagem com tudo que existe, com os animais e as coisas, com os sujeitos e os objetos, é o mito de *Orfeu* e da sua passagem para o submundo.

Orfeu é o caminhante cantante, o poeta dos poetas, que desce até as portas do inferno para ressuscitar a sua amada, figura do reino do natural, a ninfa, chamada *Euridice*, um espírito dos vales e dos pastos. *Orfeu*, porém, no contexto das paisagens do futuro desce agora até as paisagens de Hierónimos Bosch, até *O Jardim das Delícias Terrenas*, que descreve três vistas ou até visões de uma única paisagem, de um horizonte comum e de uma só esfera terrestre fechada, retratada de forma incolor no exterior, no estado do terceiro dia da criação.

Ao lado esquerdo do tríptico aberto o paraíso bíblico se apresenta ao espectador no momento em que Deus, na forma de Cristo, permite que Adão e Eva se encontrem, já antecipando a luxúria e a futura união carnal que está escrita em seus rostos. Mas este paraíso conhecido é apenas uma reminiscência, uma paisagem na qual as trevas já estão se aproximando, na qual a morte e a transitoriedade são descritas nas formas e nos gestos dos animais e das criaturas míticas e cujo horizonte é quase invisibilizado por formações altas, monocromáticas, escarpadas e rochosas.

O Jardim do Éden bíblico, que não deve ser confundido com o *Jardim das Delícias Terrenas* no centro, é o espelho do *Inferno*, a atmosfera vazia de um equilíbrio corrupto que já anuncia a entropia e a negatividade do fim dos tempos com sua representação de várias criaturas sombrias. É um paraíso, entre a inocência e a queda do homem depois do pecado original, inacessível para o espectador. Não há como voltar atrás e, mesmo que esse retorno fosse possível, Bosch nos mostra que a volta para a origem não é desejável. Em contraste, o reino da imaginação está aberto, a ideia de um *Jardim das Delícias Terrenas* que não se assemelha ao paraíso e que está no centro sem qualquer sinal de violência, horror ou velhice. É a única seção da vista geral do tríptico em que a paisagem tem um horizonte aberto, uma planície suave e levemente montanhosa, de onde os quatro rios do paraíso fluem através de quatro formações rochosas em

Figura 1 - Orfeu rodeado de animais, Museo archeologico regionale di Palermo, Palermo, Italia. Figura 2 - O Jardim das Delícias Terrenas, O tríptico fechado, Museo del Prado, Madrid, Espanha.

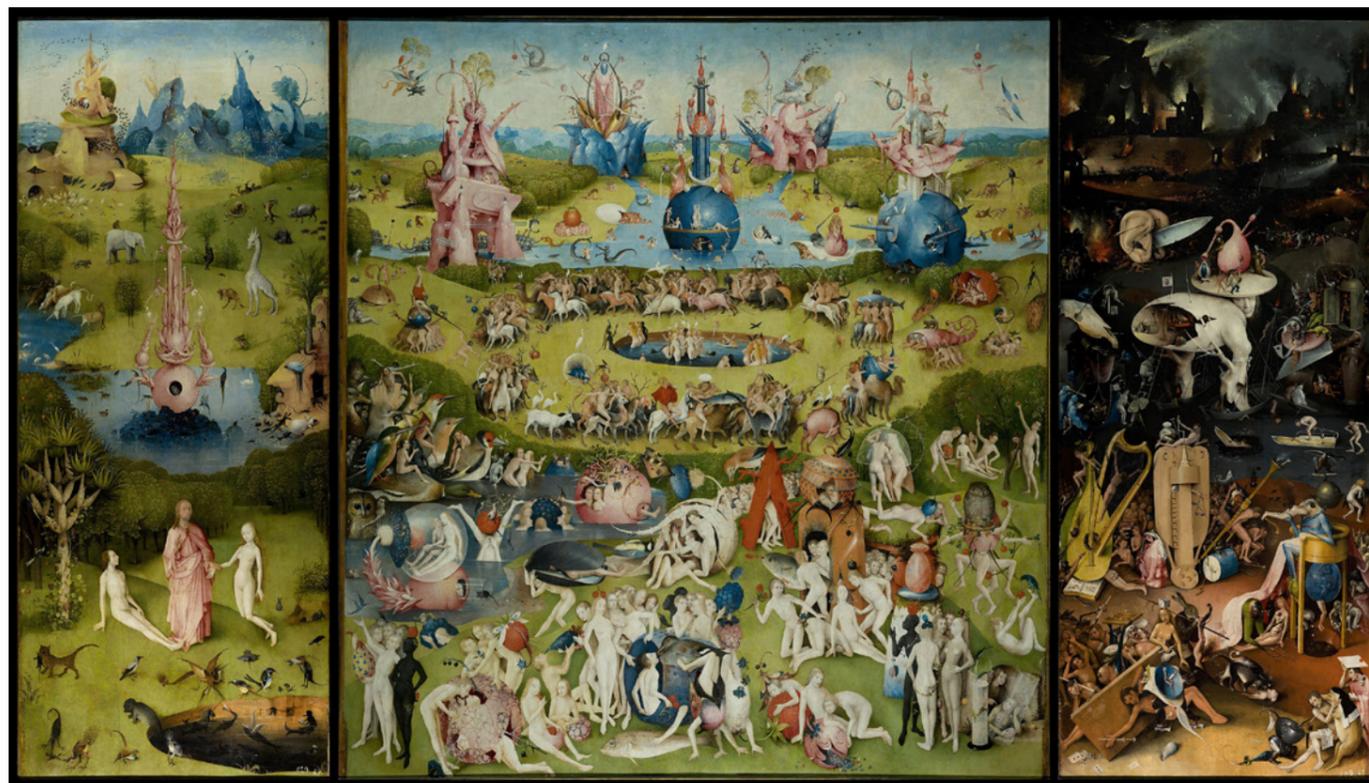


Figura 3 - O Jardim das Delícias Terrenas, O trítico aberto. Museo del Prado, Madrid, Espanha.

forma de torres para um prazer colorido e aparentemente inocente. Sem negar as muitas facetas da crítica de Bosch aos pecados da luxúria e da gula, essa parte da obra, sem dúvida, descreve uma utopia. Um possível reino de harmonia e realização, de igualdade e paz, de não violência e até mesmo de justiça entre humanos e animais, incluindo uma dieta frutífera e sem carne e um amor livre compartilhado por uma única humanidade, na qual todas as fronteiras e hierarquias morais, culturais e políticas foram abolidas. Mas qualquer visão de uma paisagem futura dedicada ao sonho de um mundo justo e indolor, que ouse imaginar o cenário utópico de um futuro possível, é necessariamente um objeto de ironia. O *Jardim das Delícias Terrenas* representa o não-lugar, o utópico, em sua forma ambivalente, descrevendo um estado almejado que não é simplesmente pecaminoso, mas que contradiz todas as leis lógicas e até mesmo físicas. É simplesmente o não-lugar dos desejos, mas, em contraste com o *Paraíso* do Antigo Testamento e especialmente com relação à paisagem do *Inferno*, é a melhor de todas as paisagens, o melhor de todos os mundos. Nem o *Paraíso* nem o *Inferno* são desejáveis, mas em vez de se aproximar ao *Jardim das Delícias Terrenas*, o humano contemporâneo se encontra e re-encontra nos reinos infernais de seu mundo auto-criado. O *Inferno* no painel do lado direito do tríptico é caracterizado por fogo, guerra, terror, horror, ganância e violência. É uma paisagem ocupada pelo humano, na qual a natureza, o mundo orgânico, as plantas e também os animais estão ausentes em sua diversidade colorida. Os animais desenhados aqui são reduzidos ao seu conteúdo simbólico e ao mesmo tempo negativo, ou já estão em transição para criaturas míticas, malignas e luciferianas, como a figura com cabeça de coruja, o *Príncipe do Inferno*, que senta no seu trono e devora e excreta corpos humanos. Bosch parece afirmar que tudo o que a humanidade criou após a queda e após a expulsão do paraíso bíblico é o inferno na Terra, uma paisagem sem horizonte, obscurecida por colunas de fumaça, ensurdecida pelo barulho de armas tilintantes e pelo lamento dos pecadores. Nenhuma parte do quadro está mais de acordo com o presente, o passado presente no início da modernidade na época de Bosch e sobretudo o nosso presente, do que o *Inferno*. Nem o *Jardim do Éden* nem o *Jardim das Delícias Terrenas*, que deram nome ao tríptico, podem mostrar tantos elementos do Antropoceno. A partir de tudo isso, no entanto, surge agora a questão a que essa famosa pintura de Hierónimos Bosch ainda aponta

hoje. Uma vez que ela não descreve nem o paraíso bíblico nem o inferno feito pelo humano como paisagens desejáveis e também retrata a utopia de um futuro jardim de delícias apenas ironicamente quebrado. Bosch aponta assim indiretamente a um estado que supera todos os três tempos: o início oco do *Jardim do Éden*, o ideal ridículo do *Jardim das Delícias Terrenas* e o abismo do *Inferno* antrópico.

§

Perante todas as paisagens, já por si incontáveis, do presente, não há nenhuma possibilidade de acessar a completude das paisagens do passado, já uma vez presentes na Terra. O que a imaginação limitada do nosso aqui e agora recolhe e projeta é uma infinitíssima parte daquilo que já foi projetada, pela dinâmica e fantasia inexplicável da vida, pela ficção sábia, mas nunca científica, da mão da natureza. De mesmo modo como não há possibilidade de conhecer todas as paisagens do passado, também não é possível de saber como serão as paisagens do futuro e sobretudo com quem essas paisagens serão habitadas. Na imaginação do *anthropos*, sujeito criador e manipulador do Antropoceno e embutido na ficção científica da geo-engenharia, palavra ingênua de um ser que por essência é hiperbólica, as paisagens do futuro são apenas problemas de decisões políticas, técnicas e arquitetônicas. Existem paisagens desejadas que se repetem na imaginação do sujeito submisso à um padrão civilizacional e econômico em vigor e todas as paisagens projetadas dentro dessa moldura, seguem um pequeno e pobre destino. A *Ilha Tropical* remota com praias douradas e com todos os possíveis serviços incluídos; a *Quinta Idílica*, o *hortus conclusos*, o jardim fechado, seguro e verdejante sem nenhum momento ou sujeito intruso, um espaço condenado ao esperado, tédio da vida que se afoga na fonte da eternidade ou uma paisagem completamente controlada e autocriada, o jardim construído, desejo de um demiurgo, plano do abandono de todas as dependências e compromisso térreas, mas também uma desejada paisagem sem risco e uma 'Terra' sem 'feras'. Mas o que imaginar e pensar a partir daqui, do nada que resta para se segurar, para um momento vindouro, o futuro de uma espécie em pleno declínio condenado talvez retornar para uma estepe árida e sem sementes, expulsa da orla arbórea, da vegetação densa e frutífera, já não acessível ou jamais existente? Qual será esse futuro? Uma construção artificial repleta de técnica e objetos sintéticos, um jardim instantâneo, um momento mecânico e insensível que imitia o resíduo de uma sensibilidade medíocre e medrosa e um artefato de um ser alienado do inesperado, do involuntário, do que um dia foi chamado o instinto, do que surge sem ser chamado, do que consola sem ser pago?

§

As paisagens do futuro não serão as ruínas do passado nem as regiões de salvação e esterilidade desejadas no delírio técnico, projetadas e testadas no espaço virtual. Nas paisagens do futuro, o corpo pode retornar à Terra e imergir nas possibilidades das delícias sensíveis, desdobrar as suas potencialidades que os cinco sentidos oferecem e onde a transitoriedade pode fazer parte da sensibilidade que abrange tudo. É certo que o homem, enquanto estiver ainda aquele homem que ocupa uma certa ideia fixa da humanidade, colocará sua mão em todas as aparências, com a vontade de impor sua imaginação como a imagem suprema da realidade em todas as coisas. Mas a natureza, evocando aqui a palavra *physis*, é inatingível e está presente até nas mais profundas ramificações do ser humano. Como então essas paisagens devem se parecer, senão como uma mistura incessante dos elementos, assim como as próprias paisagens são desde o início. Elas devem abrir seus arquivos para enriquecer a terra devastada pelo homem com a potencialização de sua presença. Elas devem neutralizar a destruição das espécies, projetando livremente seus elementos no espaço de suas possibilidades. As construções de sujeitos presos no consumo e o eterno retorno do mesmo são os templos faraônicos aos quais as paisagens do futuro só podem responder com o gesto

da ruína. Abaixo o aço, o concreto e o vidro. Abaixo a concentração da vida em uma escala previsível e determinável. Nenhum edifício que copie a arrogância babilônica. Nenhum campo que imite os campos dos opressores e aniquiladores em qualquer forma que seja, em conforto ou sofrimento. As paisagens do futuro emergem do *dilúvio* que destrói o concreto na imaginação das gerações presentes e futuras. Elas abraçam os seres vivos em sua diversidade, seus corpos de carne e de quitina. Eles não se enriquecem com sua corporalidade e materialidade para satisfazer sua ganância ou sua fome. Estados de exceção de um presente que não fará mais sentido no futuro. Eles se enriquecem apenas com a beleza de suas aparências e com a criatividade de seus modos de existência. Assim, a possibilidade e a presença da Terra se desdobrarão e se multiplicarão na imaginação e na ação. Não haverá duas paisagens iguais, e cada uma delas se fundirá em outra numa compreensão suave do dado. Aqueles que entendem não são os únicos que falam, não são o *zoon logon echon* da sistematização do mundo, cujas consequências levaram ao abismo dos séculos passado e presente. As coisas se comunicam conosco e, antes mesmo de dizerem qualquer coisa, se relacionam conosco e quase sempre determinam nossa existência. Elas também falam. Os animais falam e cantam. Mas as pessoas do presente estão se tornando cada vez mais silenciosas na cacofonia espalhafatosa de sua autoconfiança. Para criar as paisagens do futuro, não precisamos de guerras com as suas miríades de foguetes e granadas, não precisamos de campos cheios de corpos afundados, crânios despedaçados, chuvas de ossos sem sentido nem perspectiva. Todo o gesto de dominação é um gesto de destruição, toda a poética é um gesto de criação. Nas paisagens, devemos plantar os corpos-vivos, deixá-los partir, vê-los nascer no seu elemento, tal como o sol nascerá sem necessidade, mas sempre de forma fiável e, pelo menos no domínio do tempo humano, para sempre. O natural não deve apenas ser adiado e retardado pelo artificial, mas deve ser aceite no seu efeito fundamental como o início, como uma arca. Arca no sentido de que é sem princípio, a terra sem chão, a anarquia, que funda o princípio sem insistir no princípio. Todos são sem princípio e sem fim, são apenas intervalos, são aquilo que é e não será, sem reconhecer de onde vem e para onde vai a vida, existência cujo sentido não está nem aqui nem ali, mas apenas no agora. E é aqui que começa a verdadeira criação da paisagem do futuro, em cada momento e em cada movimento da experiência da criança, a presença do corpo em crescimento do que está apenas no início do mundo, mas que é ao mesmo tempo o seu epítome. A criança deve ter pleno acesso à paisagem, não na sua presença dura, nas suas flutuações climáticas extremas, mas, no entanto, constantemente exposta a elas. Devem sentir as atmosferas, a existência atmosférica do mundo, juntamente com todos os agentes possíveis, os representantes desse grande parlamento de pedras, plantas e seres animados que se deslocam de um lugar para outro e sentem amor e dor. Sim, também as pedras sentem dor e há humanos que são inferiores às pedras nas suas capacidades afetivas e sensitivas. As pedras são capazes de sentir as dores do universo no seu percurso infinito, enquanto os humanos nas suas finitudes medíocres já não sentem os seus próprios corpos. Assim, a evocação da paisagem e o início ou mesmo a iniciação do pensamento na paisagem é uma *Filosofia da Paisagem* que é ao mesmo tempo uma *Crítica da Imaginação*, especialmente uma crítica da imaginação técnica que está a perder cada vez mais o seu poder originário.

§

A técnica era uma possibilidade e nunca algo desprezado do devir e da permanência. Em tempo mitológicos, a técnica foi a ponte entre a transcendência e a imanência, relatado em mitos como *Prometeu*, *Hermes* ou *Orfeu*. Ela era uma arte [τέχνη], não para superar e subjugar o mundo e a Terra, mas para se comunicar com as coisas a fim de tirá-las de seu isolamento e colocá-las em um diálogo projetivo. A técnica era a saída de uma imaturidade involuntária, não apenas do homem, dando a possibilidade de liberar as regiões da imaginação que abririam o próprio universo fechado para um

multiverso. As ideias que se baseiam em uma relação distante e deslocada com a técnica são sinais e traços de alienação progressiva. No processo da 'humanização', o homem e a técnica emergem simultaneamente, mesmo que a possibilidade do impacto da técnica não se restrinja apenas a 'humanização'. Nesse sentido, a técnica deve ser entendida como uma possibilidade pura de projeção e potencialização do dado, mas não como algo oposto à natureza ou, ainda mais hiperbolicamente, como modo e método da perfeição da natureza. A técnica não é algo adicionado à natureza, mas é a própria potencialidade da natureza. A forma comum de lidar com a técnica, cujo único foco corrente é a utilização ou o "desafio" e que leva ao mesmo tempo a uma "imaturidade autoimposta" [selbstverschuldete Unmündigkeit], não corresponde ao que a técnica significa como possibilidade e dádiva da natureza e do natural. Uma abordagem correspondente ao significado intrínseco da técnica é sempre necessariamente "ética", relativa à habitação (habitar) do homem na Terra e, antes de tudo, a técnica nunca é particular, mas universal. Como a própria natureza, ela é incompreensível e imprevisível na sua totalidade, já que ela é entrelaçada com o caminho do humano, que é igualmente ininteligível. No sentido de uma ética geral, a técnica é uma forma de realização, ou a própria realização, mas nunca um instrumento de exclusão ou marginalização, mas sim de compreensão. Os *Sonetos a Orfeu* de Rainer Maria Rilke oferecem uma ideia do que precisa ser reconsiderado e despertado na atual era da técnica em vista de sua crescente onipresença. Os *Sonetos a Orfeu* não mencionam a técnica em si e não a definem como tal, mas definem sim a máquina como uma metáfora e como uma figura do *factum brutum* da técnica: a técnica como produto de uma certa projeção e em particular como uma prótese ampliada dos limites, dos poderes contáveis e mensuráveis do humano. A crítica de Rilke diz respeito à ideia e à realização de uma técnica antropocêntrica e ao lugar onde a espécie se aproxima cada vez mais a uma (in-)existência circular e viciante que não é nem mítica e muito menos histórica, mas que obedece a uma repetição negativa e esvaziada. O eterno retorno do mito é uma contínua realização de significados, enquanto o eterno retorno da máquina (sem corpo-vivo e sem espírito) segue sempre o mesmo pesadelo, o pesadelo da imortalidade. O mito de Orfeu descreve esse círculo crescente, mas não vicioso, pois o poeta dos poetas está incluído nele. Orfeu é o cantor, o despertador e o companheiro da natureza, seu desaparecimento no submundo e sua dispersão e fusão na paisagem bucólica, despedaçada pelas Ménades no reino dionisíaco de Pã e entregue à embriaguez e ao transe. Os *Sonetos a Orfeu* não têm uma narrativa clara, mas podem ser interpretados, em certo sentido, no seu todo. Entretanto, apenas os sonetos que se referem diretamente à máquina e indiretamente à era técnica serão enfatizados aqui. O *Leitmotiv* dos *Sonetos a Orfeu* gira em torno da necessidade de cantar e escutar, da capacidade transcendente do canto, do som encantador da voz e do instrumento nas mãos de Orfeu que desperta e captura a mágica dos seres a das coisas. Após o destino de Orfeu, o único poeta dos poetas, o "deus perdido" e o "rastros infinito", cabe agora ao homem ser um ouvinte "e uma boca da natureza" (Soneto I, 26). Os aspectos contraditórios da máquina não são tanto sua existência, mas o fato de que ela substitui os poderes e as habilidades humanas, exclui o homem de sua maturidade [Mündigkeit], torna-o imaturo e o enfraquece (Soneto I, 24). Os sonetos de Rilke se referem a uma paisagem mítica que talvez nunca tenha existido e que ainda não está presente e que é a paisagem da escuta e do canto, da abertura para o indeterminado. O rugido e o tremor das máquinas para as quais nenhuma escuta é salva, nenhuma escuta é íntegra (Soneto I,18), ameaça o que é dado ao homem pela natureza e o priva de sua capacidade de ser um ouvinte e companheiro da terra. O que é necessário para o nascimento das paisagens futuras é, portanto, no sentido de Rilke, a reposição da máquina no lugar que se encaixe perfeitamente com a existência viva e pulsante. Não é a máquina que é a vida, mas a vida são os seres e os fenômenos que vêm da pré-história da máquina e fazem parte da Terra. É o compromisso com o encantado, com a origem e com as forças que surgem de si mesmas e em relação à totalidade dos fenômenos. Em particular, a capacidade de ouvir e a coragem de cantar,

a necessidade do inútil, de uma forma de vida que não esteja sujeita à utilidade da máquina e de uma técnica exploradora: da vitalidade no verdadeiro sentido.

ALLES Erworbne bedroht die Maschine, solange
sie sich erdreistet, im Geist, statt im Gehorchen, zu sein.
Daß nicht der herrlichen Hand schöneres Zögern mehr prange,
zu dem entschlossenern Bau schneidet sie steifer den Stein.

Nirgends bleibt sie zurück, daß wir ihr *ein* Mal entröhnen
und sie in stiller Fabrik ölend sich selber gehört.
Sie ist das Leben, - sie meint es am besten zu können,
die mit dem gleichen Entschluß ordnet und schafft und zerstört.

Aber noch ist uns das Dasein verzaubert; an hundert
Stellen ist es noch Ursprung. Ein Spielen von reinen
Kräften, die keiner berührt, der nicht kniet und bewundert.

Worte gehen noch zart am Unsäglichen aus...
Und die Musik, immer neu, aus den bebendsten Steinen,
baut im unbrauchbaren Raum ihr vergöttlichtes Haus.³

³ “A máquina ameaça o alcançado enquanto/ser no espírito e não no obedecer lha apraz./Não brilhe em mão esplêndida um hesitante encanto,/talha ele firme a pedra do edifício audaz.//Nunca se atrasa, pra lhe escaparmos *uma* vez/e ser dona de si, oleada, na fábrica em sossego./É a vida, - e ela acha ser quem melhor sabe e fez,/e ordena, cria e destrói com o mesmo apego.//Mas para nós existir tem ainda encanto; ainda em cem/lugares é origem. Jogo de forças puras e latentes,/ não as toca quem não admira e de joelhos não se inclina.//As palavras no indizível esgotam-se também.../E a música, sempre nova, vinda das pedras mais frementes,/constrói no espaço inútil a sua casa divina.” (Trad. Vasco Graça Moura, *Os Sonetos a Orfeu de Rainer Maria Rilke*, Quetzal Editores, Lisboa, 1994.).



I. PAISAGEM E PENSAMENTO

A PAISAGEM E O DESFAZIMENTO DO SUJEITO Do Antropoceno ao Pós-antropoceno

THE LANDSCAPE AND THE UNMAKING OF THE SUBJECT
From the Anthropocene to the Post-Anthropocene

Gustavo de Oliveira Nunes¹ e Paulo Reyes²

Resumo

Neste trabalho refletimos acerca da paisagem a partir da ideia de um possível desvanecimento do sujeito moderno em um período Pós-Antropoceno. O objetivo é demonstrar como a crise dessa ideia de sujeito produziu variações no entendimento da noção de paisagem, desde o seu surgimento enquanto conceito, no início do século XX, até um período Pós-Antropoceno, ainda porvir. Assim, o texto é organizado em quatro seções: a primeira oferece uma leitura do Antropoceno como marca do humano na Terra; a segunda aborda a paisagem a partir de uma estética de matriz kantiana, marcada pela centralidade do sujeito; a terceira aponta para uma percepção da paisagem atrelada à crise da noção de sujeito, de sua forma de habitar e explorar a natureza, quando suas faculdades são embaralhadas frente ao sublime; por fim, imaginamos a paisagem no contexto de um sujeito já borrado em sua centralidade, a favor de realidades outras, em que a paisagem se torna um agenciamento multiespécie. Palavras-chave: paisagem, sujeito, Pós-antropoceno.

Abstract

In this work, we reflect on the landscape from the perspective of the possible fading of the modern subject in a post-Anthropocene period. The objective is to demonstrate how the crisis of this idea of the subject has produced variations in the understanding of the notion of landscape, from its emergence as a concept in the early 20th century to a post-Anthropocene period still to come. Thus, the text is organized into four sections: the first provides an interpretation of the Anthropocene as a mark of the human presence on Earth; the second addresses the landscape from an aesthetics rooted in Kantian philosophy, characterized by the centrality of the subject; the third points towards a perception of the landscape linked to the crisis of the notion of the subject, of its way of inhabiting and exploring nature, when its faculties are blurred in the face of the sublime; Finally, we imagine the landscape in the context of a subject already blurred in its centrality, in favor of other realities, where the landscape becomes a multispecies assemblage.

Keywords: landscape, subject, Post-Anthropocene.

¹ Doutorando em Planejamento Urbano e Regional (PROPUR/UFRGS) e bolsista CAPES. Mestre em Educação (PPGE/UFPEL) com graduação em Arquitetura e Urbanismo (UFPEL). Desenvolve pesquisas na área de Arquitetura e Urbanismo e do Planejamento Urbano e Regional, com foco no cruzamento do pensamento crítico com a filosofia da diferença. Vinculado ao Grupo de Pesquisa POIESE [laboratório de política e estética urbanas]. Email: gustavohnunes@msn.com.

² Pós-Doutorado em Filosofia (Instituto de Filosofia da Nova IFILNOVA da Universidade Nova de Lisboa com Bolsa CAPES PRINT, 2020). Doutorado em Ciências da Comunicação (Unisinos e Universidade Autônoma de Barcelona, 2004). Mestrado em Planejamento Urbano (UnB, 1992). Especialização em Design Estratégico (Unisinos, 2008). Graduado em Arquitetura e Urbanismo (UniRitter, 1987). Professor Associado da Faculdade de Arquitetura da UFRGS no departamento de Urbanismo. Professor e Pesquisador no Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional PROPUR UFRGS. Coordenador do Grupo de Pesquisa POIESE - Laboratório de Política e Estética Urbanas. Email: paulo.reyes@ufrgs.br.

Introdução

Quando um rio desaparece, para nós é prejuízo, para ele, a salvação. Então, para aprendermos com ele, temos que deixar de operar apenas no campo da racionalidade e experimentar uma espécie de expansão: em vez de simplesmente operar na paisagem, passar a nos confundir com a paisagem (Krenak, 2023).

Entre as questões que norteiam a vigésima nona chamada da Revista Pixo, cuja temática centra-se nas paisagens Pós-Antropoceno, buscamos nos posicionar desde um ponto de vista da ética e estética, tensionando a inserção de realidades não-humanas no pensamento da paisagem. Neste ensaio, pretendemos apresentar uma reflexão acerca da paisagem sob uma ótica de um desvanecimento do sujeito, que aponta para um período Pós-Antropoceno³. Acreditamos que tal flexibilização na compreensão do humano e sua relação com a Terra facilite a emergência de formas de vida que possam co-habitar em um mundo em crise. Assim, o texto é organizado em quatro eixos.

No primeiro eixo, discorreremos acerca do Antropoceno, compreendendo este como um período marcado pela presença humana sobre a Terra. Buscamos evidenciar que esta temporalidade se torna mais marcante a partir do surgimento do sujeito moderno, entendido na ciência e na filosofia como um ser autocentrado, em seus processos de exploração e assentamento.

No segundo, interrogamos acerca da noção de paisagem que emerge concomitantemente à noção de sujeito moderno, relacionando-o à abordagem de Georg Simmel (2011), que inaugura essa temática no campo da filosofia no início do século XX. Nesse primeiro momento, há o entendimento da paisagem a partir de uma estética de matriz kantiana. Nela, a apreensão da paisagem acontece por meio de um recorte que o sujeito, detentor de faculdades, realiza na natureza, estabelecendo uma distância que os separa.

Avançamos, no terceiro eixo, direcionando o olhar para uma paisagem em crise, marcada por guerras, destruições e apagamentos em grande escala. Somados a esse contexto, há os primeiros indícios de uma crise ambiental de larga escala, que começa a reconhecer a exaustão e o limite da Terra. Como consequência, os desastres ecológicos nos levam a pensar o esgotamento da estética do belo, até então, usual para se abordar a temática e a crítica da paisagem. A partir de uma crise perceptiva, retomamos, junto a Arnold Berleant (2011), o sublime kantiano, em que as faculdades do juízo não conseguem apreender uma paisagem crítica.

No quarto e último eixo, partimos da ideia de um sujeito moderno já borrado e descentrado em suas bases. À maneira de Foucault (2016), consideramos que o sujeito se desvaneceu, tal qual um rosto de areia na orla do mar. Esse descentramento nos permite pensar, junto a Donna Haraway (2023) e Anna Tsing (2022), um habitar que encontra nos agenciamentos multiespécies maneiras outras de viver nas ruínas do capitalismo. Nesse contexto, constatamos que a distância que separava sujeito e

³ Este texto é resultado de estudos e inquietações que emergiram a partir de uma pesquisa de tese de doutoramento em Planejamento Urbano e Regional, que aborda a problemática das categorias de análise presentes na Teoria Crítica Urbana quando em relação com o Pós-Estruturalismo; dos encontros e discussões pautadas no grupo de pesquisa Poiese – Laboratório de Política e Estética Urbanas e no curso Filosofia da Paisagem, ocorrido em 2023 no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional (UFRGS), em parceria com a Universidade de São Paulo (USP) e a Universidade de Lisboa (UL).

objeto no pensamento da paisagem se desfaz, em prol de assembleias irregulares, em que humanos e não humanos se encontram em relações de simbiose. Essas novas paisagens podem ser aquelas de um período Pós-Antropoceno, que por ora só podemos imaginar e fabular.

O sujeito moderno e o Antropoceno

A paisagem, enquanto um conceito, emerge no fim da Modernidade atrelada à ideia de um certo tipo de sujeito. Surgido na passagem da Idade Média para a Idade Moderna, essa concepção de sujeito teve como objetivo individualizar as formas de vida. A individualização seria responsável, politicamente, pela destituição da teologia como a área que explicaria o que é o homem e, economicamente, daria vazão ao nascente capitalismo burguês ao diminuir o poder da Igreja Católica na época. Através da reflexão, o emergente sujeito conheceria a si e ao mundo, podendo agir sobre ele. A máxima expressão desse pensamento está presente no conhecido *cogito cartesiano*, formulado por René Descartes (1596 – 1650) no século XVII: *Penso, logo existo*. Nesta concepção, há uma divisão entre a substância espacial – a matéria – e a substância pensante – a mente (Hall, 2006). Tal divisão condiciona a primeira à segunda, reduzindo a complexidade do todo às suas partes mínimas. Dito de outro modo, para se conhecer o mundo é preciso entender como funciona, com precisão, cada elemento que o compõe.

Além disso, desde o ponto de vista desse sujeito moderno, há uma divisão entre o humano e a natureza, referida na ciência como a separação entre sujeito e objeto. Trata-se de uma questão de percepção e sensibilidade, que instaura um ponto de vista com o qual o mundo é observado, o que afeta as diversas áreas de saber, sobretudo a estética, ramo da filosofia que se ocupa do saber sensível, como veremos em breve. Assim, na referida divisão do todo em partes, o sujeito, ao olhar a natureza, produz uma imagem da mesma, tendo como centralidade a ótica. Nessa abordagem, retomaram-se, no Renascimento, as noções da perspectiva clássica, cujo observador, posicionado em um ponto, observa o objeto desde sua centralidade, estabelecendo uma distância entre si e o outro.

Para efetuar tal operação, foi necessária a construção de um sujeito *à priori* – iniciada por Descartes e levada adiante por Kant – detentor de faculdades que o permitissem realizar essa criação imagética da paisagem, transformada em uma representação, ou seja, numa “síntese do que se apresenta” (Deleuze, 2018, p. 25). Assim, tanto o olhar quanto a imagem criada separam o ser da paisagem observada. Essa separação permite ao sujeito, de certa forma, estratificar a natureza, ou seja, produzir-lhe um contorno, primeiro para entendê-la, depois para agir sobre ela, tornando-a habitável (Deleuze; Guattari, 1995). Essa posição, da primazia do olhar pautada numa centralidade do sujeito, ganha centralidade nos primeiros registros da paisagem na pintura do século XV. Segundo Serrão, esse primeiro sentido de paisagem reforça uma dualidade entre a coisa e sua imagem representada.

A noção comum oscilaria entre uma parcela da superfície terrestre – o território físico com extensão bastante para ser captado pelo ângulo visual de um observador – e uma representação ou descrição através de imagens (pictóricas ou literárias) de espaços reais, mesmo que vindo a cobrir figurações de lugares imaginários, mistos ou idealizados (Serrão, 2011, p. 14).

Essa espécie de naturalização da representação da paisagem que evidencia e reforça a relação sujeito e objeto só vai ser tensionada como um problema filosófico no início

do século XX, com Georg Simmel. Até então, a representação pictórica da paisagem torna-a apenas um objeto belo a ser contemplado e representado. E mais do que isso, a ser representado como idealização romântica. Porém, esse processo traz consigo problemas, pois no movimento de representação e domínio do objeto representado, percebe-se que “somos nós que comandamos” (Deleuze, 2018, p. 24), passando então à busca de domesticação dos fluxos da terra. Os rios são canalizados; produzem-se aterros que estendem o solo sobre o mar; perfura-se a superfície terrestre em busca de combustíveis fósseis, tirando proveito de toda matéria natural encontrada pelo caminho. Assim, essa tentativa de domesticação da paisagem rapidamente se torna exploração da natureza, num processo que não tem fim. Tão logo a Terra se torna habitável, ela começa a perecer, pois “toda domesticação e busca de domínio da Natureza causaram tamanha confusão que não está claro se a vida na Terra poderá continuar” (Tsing, 2022, p. 29).

Se a invenção do sujeito moderno foi concomitante à emergência e o fortalecimento do capitalismo, sua lógica, a da troca, buscou transformar todo artefato e todo indivíduo em uma mercadoria (Nobre, 2011). A natureza foi transformada em mero meio para extração de recursos, que supririam a infinita gama de novas necessidades atreladas ao sujeito moderno (Marx; Engels, 2007). Sabe-se hoje, porém, que essa atividade, antes considerada um modo de vida, tornou-se algo maior, algo capaz de afetar as condições biotermodinâmicas do planeta (Castro; Saldanha; Danowski, 2022).

A Terra, superaquecida, já não consegue acolher tamanha aceleração sem modificar sua estrutura (física, química, climática, etc). A modificação em curso vem sendo chamada de Antropoceno, termo que surge na área da ecologia e da geologia através dos estudos do ecólogo Eugene Storer e do geoquímico Paul Crutzen (Pádua, 2022). Desde o seu surgimento, o Antropoceno é considerado uma época geológica, que sucede ao Holoceno, em que a presença humana passa a ser considerada uma força geofísica, “um fator causal capaz de alterar as condições biotermodinâmicas do planeta” (Castro; Saldanha; Danowski, 2022, p. 15). Supostamente, seu início ocorre no século XVIII, após a Revolução Industrial. Ao enlaçar a humanidade ao clima, o Antropoceno uniu o prefixo ‘*anthropos*’, que significa humano e, em alguns casos, homem, com ‘*ceno*’, que se refere às eras geológicas. Ainda que, segundo Dirk Hennrich,

(...) um início para o Antropoceno não foi plenamente decidido e nem definido, embora geralmente esteja dividido em três incidências históricas, socioeconômicas e patológicas da modernidade: a exploração colonial escravista de humanos, animais e plantas, iniciando-se com a apropriação de territórios nas chamadas Índias Orientais e Ocidentais a partir de colonização do planeta pela razão mercantilista; a Revolução Industrial propulsionada pela massificação e uniformização do trabalho e pela exploração sistemática de todas as fontes energéticas e vitais com o seu início no final do século XVIII; a Grande Aceleração situada na segunda metade do século XX, um incomparável aumento de produção industrial, técnico-científica e capitalista que contamina a inteira esfera global com os seus resíduos antropogênicos. A consideração da força antropogênica como maior impacto na inteira ordem e informação, deformação e transformação do planeta com os seus incontáveis ecossistemas, põe pela primeira vez o humano no centro das responsabilidades.⁴

⁴ Texto extraído do site: <https://www.antropocena.ooo/in%C3%ADcio/conceitos/antropoceno-dmh>

Dito isso, pode-se confirmar que a emergência do sujeito, separado da natureza, e o surgimento do capitalismo, causaram um dano à Terra. Transformado em força geofísica, esse humano acelerou o período geológico chamado Antropoceno. Se tanto este quanto o capitalismo são efeitos da fundação de um sujeito cindido do todo, talvez seja necessário desfazer tal divisão, entre ser humano e natureza, um dos fatores responsáveis pela extenuante exploração do planeta. Ademais, esta suposta separação é apenas teórica. Dito de outro modo, tudo é natureza, e seu colapso significa também o colapso da espécie humana e das outras que coabitam o planeta. Ao invés de uma estética que distancia humano e natureza, é necessário refletir acerca de uma outra que os funda. A próxima seção busca fundamentar a ideia de paisagem atrelada à uma estética kantiana para, nas próximas, essa ideia ser desconstruída.

O sujeito e a paisagem

Georg Simmel (1858-1918), filósofo e sociólogo alemão, foi o primeiro pensador a tratar a paisagem enquanto conceito, no artigo *Filosofia da Paisagem*, publicado pela primeira vez em 1913, inaugurando um novo campo de estudos. Interessava-lhe investigar o fenômeno em que, ao observar a natureza, o indivíduo estabelece uma delimitação que dá forma como paisagem. Para ele, ao contemplarmos a natureza, “a nossa consciência tem de ter, para além dos elementos, um novo todo, unitário, não ligado aos significados particulares de cada um, nem composto mecanicamente por eles” (Simmel, 2011, p. 42).

Essa tarefa, em que a consciência delimita parte da natureza transformando-a em paisagem, é, para Simmel, um processo espiritual. Já aí há a demarcação de um sujeito separado da natureza – um sujeito da ação e um objeto recortado da natureza, a paisagem. Esse sujeito que apreende a natureza no ato do olhar recorta não elementos isolados, mas um conjunto ordenado pelo espírito humano. Simmel se refere a esse sentido de paisagem como algo que é singular, como unidade autossuficiente, como parcela, como secção de algo maior (a natureza). A paisagem, então, para ele, não é algo que está fora do sujeito, mas se trata de uma ação, a de enformar a natureza.

Se, para ele, a natureza é “a infinita conexão das coisas, a ininterrupta procriação e aniquilação de formas, a unidade fluente do acontecer, que se expressa na continuidade da existência temporal e espacial” (Simmel, 2011, p. 42), o sujeito é “uma intuição fechada em si, sentida como unidade-auto-suficiente” (*Ibidem*, p. 43). O sujeito, para Simmel, é uma parte que se separa do todo e, ao ser separado, cria uma distância que lhe permite elaborar e conceber uma imagem enquanto recorte. Segundo ele,

A natureza, que no seu profundo ser e sentido desconhece totalmente a individualidade, é edificada pelo olhar do homem, que divide e forma o dividido em unidades peculiares, em cada individualidade “paisagem”. (...) Foi só a individualização das formas interiores e exteriores da existência, a dissolução dos laços e vínculos originários em entidades diferenciadas – foi só esta grande fórmula do mundo pós-medieval – que nos permitiu pela primeira vez recortar a paisagem da natureza (Simmel, 2011, p. 43).

O resultado dessa separação foi a perda de um sentimento de natureza, que existia na Antiguidade e na Idade Média europeias. Porém, mais que essa perda espiritual, há uma tragédia histórica, em que a singularidade – o indivíduo – busca se sobrepor ao todo, o que implica problemas éticos e políticos. De acordo com Simmel,

que a parte de um todo se torne num todo autônomo que se destaca daquele todo precedente e reivindica um direito próprio face a ele - eis talvez a tragédia fundamental do espírito em geral, que alcançou plena consumação na época moderna e disputou para si a condução do processo da cultura. Por toda a parte, à pluralidade das relações em que os homens, os grupos, as formações se inserem, contrapõe-se-nos rigidamente o dualismo, segundo o qual o singular deseja ser um todo, conquanto a sua pertença a um todo maior lhe possa conceder o papel de um simples membro (2011, p. 44).

O sujeito simmeliano, cindido do todo, busca então a condução da cultura – e também da política, da ciência, da paisagem. Por isso, a separação, que produz a perda de um sentimento de natureza, é considerada – pelo autor – uma tragédia. No decorrer do texto *A filosofia da paisagem*, Simmel não explica o porquê dessa separação ser trágica, tampouco se ocupa em desfazer a concepção de sujeito herdada do Iluminismo, mas a pensa como condição necessária ao surgimento da obra de arte. O artista seria aquele que, separado da natureza, a contempla e opera sobre ela um exercício espiritual, buscando reestabelecer a continuidade perdida, “enquanto nós permanecemos mais presos a este material e por isso continuamos a perceber este ou aquele elemento particular (...) o artista vê e forma realmente apenas paisagem” (Simmel, 2011, p. 51).

Nesse sentido, Simmel marca sua posição no campo da estética. Trata-se de uma estética que depende de um certo tipo de sujeito para existir. Um “sujeito humano – com certas capacidades humanas fixas e um sentimento estável de sua própria identidade e lugar da ordem das coisas – que emergiu pela primeira vez na idade moderna” (Hall, 2006, p. 23), como pontuamos na seção anterior. Esse sujeito, na filosofia de Simmel, é o sujeito kantiano. Porém, como Kant formula esse sujeito? Em seu método transcendental, Kant se preocupou em estudar não a realidade, mas as condições de possibilidade que tornam a realidade apreensível. O filósofo alemão buscou menos entender o que é a natureza, mas de estudar os mecanismos – ou faculdades – que permitem que o humano entre em relação com ela. Na sua perspectiva, as faculdades antecedem a experiência – entendendo-se experiência como o encontro entre o ser e o mundo – e por isso são consideradas *à priori*. São justamente essas faculdades *à priori* que fundam um sujeito kantiano, pois são definidas enquanto características inerentes ao ser humano (Deleuze, 2018). A partir da descoberta – ou invenção – das faculdades, foi possível atribuir ao humano certos mecanismos de apreensão da realidade, que dão origem a uma representação. Deleuze formula esse processo, de representar, da seguinte maneira:

Representação quer dizer síntese do que se apresenta. Logo, síntese consiste no seguinte: uma diversidade é representada, isto é, posta como encerrada numa representação. A síntese tem dois aspectos: a apreensão, por meio da qual colocamos o diverso como ocupando um certo espaço e um certo tempo, isto é, produzimos partes no espaço e no tempo; a reprodução, por meio da qual reproduzimos as partes precedentes à medida que chegamos às seguintes (Deleuze, 2018, p. 25).

Logo, é este sujeito, que produz representações da realidade, que ronda o pensamento simmeliano. Ademais, ao processo de recorte da natureza Simmel utiliza o conceito de *Stimmung*, que surge na própria filosofia kantiana. Para Kant, em sua crítica do juízo, o termo se refere a uma disposição das faculdades para a comunicação do conhecimento em geral, o que depende de um sujeito (Silva, 2016). Em Simmel, é esse mesmo *Stimmung* que permite ao indivíduo recortar uma parcela da natureza, transformando-a em paisagem, o que convoca um sujeito ótico e estético como pontuado pelo autor:

Inteiramente essencial para a paisagem é precisamente a delimitação, o ser-apreendida num círculo visual momentâneo ou duradouro; a sua base material ou as suas partes singulares pode, sem mais, ser tidas como natureza – representada como paisagem, ela exige um ser-para-si, porventura óptico, porventura estético, porventura conforme a *Stimmung*, uma característica singular que a destaque daquela unidade indivisível da natureza na qual cada porção mais não pode ser do que ponto de passagem para as forças totais da existência (Simmel, 2011, p. 42).

Assim, na medida em que buscamos tornar opaca a distância que separa sujeito e objeto, por conseguinte sujeito e natureza, necessitamos nos afastar de uma estética kantiana – que reforça a divisão – como a que está presente no pensamento simmeliano. Nessa tentativa de distanciamento, encontramos com Arnold Berleant. Ao contrário de Simmel, “Berleant põe em causa a estrutura convencional da estética clássica, particularmente na fundamentação que lhe foi dada por Kant: a atitude estética implicaria a distinção entre um sujeito, contemplador desinteressado, e um objeto contemplado à distância” (Serrão, 2011, p. 281). Sua concepção de estética, fundada na ideia do comprometimento, faz a passagem para uma compreensão ética da relação entre humano, paisagem e natureza. A partir desse sujeito, que não simplesmente olha à distância a natureza e a enforma, encontramos na noção de envolvimento um forte apelo ético ao pensamento da paisagem.

A paisagem em crise

A partir do pós-guerra e com a intensificação dos processos exploratórios e destrutivos da natureza, o pensamento sobre a paisagem desloca-se de uma perspectiva estética de caráter perceptivo e contemplativo para ser pensado como um problema ambiental. Nesse deslocamento o sujeito sai de uma posição externa à paisagem e é pensado “dentro” do ambiente. Arnold Berleant, professor estadunidense de estética, nascido na primeira metade do século XX, a partir dos anos 1990, desenvolve seus escritos nessa direção.

Berleant aponta um grave problema filosófico na forma como fruimos a natureza e buscamos, a partir dela, ter alguma apreciação estética. Isso porque, ao nos depararmos com a paisagem, buscamos interpretá-la a partir da ótica da estética kantiana, que é uma estética racionalista e demasiadamente cartesiana. Para Kant, para se ter uma experiência estética é necessário um distanciamento entre o sujeito e o objeto. Tal distância faz-se necessária para que o primeiro possa contemplar o segundo, exercendo uma atitude desinteressada que o permite estabelecer um juízo estético: o objeto é ou não é belo. A apreciação estética, nesse sentido, necessita da razão para acontecer, que se dá no momento do julgamento da obra de arte. Essa maneira de estabelecer critérios racionais acerca das coisas é própria ao sujeito kantiano, dotado de faculdades que o levam a estabelecer um juízo.

Porém, mesmo dentro do campo da arte, tal atitude estética encontra empecilhos práticos, tendo como principais exemplos a arquitetura e a literatura (Berleant, 2011). Na arquitetura, o sujeito necessita percorrer o edifício e é difícil estabelecer uma distância entre o observador e o objeto arquitetônico. A literatura, de forma mais intensa, necessita da consciência do leitor para que este estabeleça uma compreensão e o estabelecimento de um possível juízo acerca da obra. Se a apreciação estética já encontra problemas ao lidar com campos como a arquitetura e a literatura, maior ainda é quando se tenta transportá-la para a apreciação da natureza. A partir desse tipo de experiência, Berleant pergunta: “será que a apreciação estética cessa quando

entramos num percurso e nos movemos na paisagem, ou caminhamos ao longo da alameda?” (2011, p. 286). Sua resposta é que, se essa experiência for avaliada através da ótica da estética kantiana, pautada no belo, é impossível obter uma apreciação numa prática banal.

Contudo, para Berleant, já não é possível estabelecer a distinção entre a natureza e o humano. Um dos motivos é que,

a natureza, no sentido de terra separada da intervenção humana, desapareceu na sua grande parte. Vivemos num mundo profundamente afetado pela ação humana, não só na destruição quase completa da primitiva natureza selvagem do planeta e na distribuição da flora e da fauna longe dos seus habitats originais, mas também na alteração das formas e das características da superfície terrestre, do clima e da própria atmosfera (Berleant, 2011, p. 289).

Além desse fato, mudanças na concepção do que é o sujeito e de como ele estabelece sentido ao mundo também mudaram. Segundo Hall (2006), o sujeito cartesiano, que ele chama também de sujeito do Iluminismo, foi descentrado de diversas maneiras. Primeiro por Marx, ao colocar no centro da sua análise da totalidade não o sujeito cognoscente, mas o capital. O sujeito, na perspectiva marxista, é alienado pela lógica capitalista, que o impede de qualquer agência individual. Freud também efetua o descentramento, ao colocar numa relação de disparidade o inconsciente – principal instância subjetiva – da consciência – mero efeito do encontro das pulsões com o mundo. Mais contemporaneamente, Althusser, Saussure, Lacan e Foucault desmontaram a ideia de sujeito, colocando no centro de suas análises as estruturas, como a linguagem. Para alguns destes pensadores, o sujeito é apenas um efeito dos jogos de linguagem relativos a determinado espaço e tempo. Esses abalos sofridos pela razão levaram ao “reconhecimento de que a relação cognitiva com as coisas não é a única relação possível nem sequer a de mais elevado nível que podemos alcançar” (Berleant, 2011, p. 292), pois “a imensidão do mundo natural não nos cerca apenas; assimila-nos. Não somos só incapazes de sentir limites absolutos na natureza; não conseguimos distanciar-nos do mundo natural com o propósito de o julgar com total objetividade. A natureza excede a mente humana” (*Ibidem*).

Contudo, se Berleant busca outras perspectivas para pensar a apreciação estética da natureza que não a estética kantiana, é ainda por meio de Kant que ele encontra um possível caminho, que ocorre através da categoria de sublime. Para o filósofo alemão, dentre as faculdades – como a de entendimento, conhecimento, imaginação e juízo (Deleuze, 2018) – há também o sublime, uma forma de apreender, por meio das sensações e sentimentos, uma experiência. Porém, diferentemente do belo, no qual a razão é convocada para julgar se algo é ou não belo, no sublime essa harmonia entre as faculdades, que produz o julgamento, falha (SUASSUNA, 2013). No sublime, “as faculdades entram em discordância, em acordos discordantes” (Deleuze; Parnet, 1994). Nas palavras de Berleant, o sublime kantiano refere-se à

capacidade de o mundo natural atuar numa escala de tal modo monumental que excede as nossas capacidades de enquadramento e controle, e produz em vez destes sentimentos de magnitude avassaladora e de respeito. Uma condição semelhante ocorre nos ambientes extremos de desertos e gelo. Estes merecem também a designação de “sublimes” porque, também aqui, uma natureza poderosa, dura e austera explode para além dos limites que permitem a contemplação desinteressada (2011, p. 290).

Assim, ao não ser possível seu imediato enquadramento numa imagem mental, o sublime não convoca a razão, enquanto uma faculdade do juízo. Pelo contrário, frente a esse tipo de experiência, “a resposta mais apropriada à natureza é, neste sentido, o respeito, não apenas devido à sua magnitude e poder, mas também pelo mistério que, tal como na obra de arte, é parte da poesia essencial do mundo natural” (Berleant, 2011, p. 293). Se a estética kantiana era objeto-orientada, e por isso adequada para estabelecer juízos frente a uma obra de arte – usualmente uma obra do campo das artes visuais – uma estética do comprometimento, colocada por Berleant, pauta-se num sentimento de envolvimento para com a paisagem.

Essa mudança implica uma questão ética, pois “se o ambiente, que é a natureza tal como a vivemos, pode ter valor estético, então também podem ser condenadas ações que ignoram ou negam esse valor” (Berleant, 2011, p. 298). Por isso, segundo Reyes, “o sublime favorece uma estética que está comprometida eticamente” (Reyes, 2023, p. 7). É a partir da noção de sublime que a figura do sujeito que contempla ou domina a natureza na forma da paisagem se dilacera. Temos aqui o deslocamento de um sujeito racional, controlador e explorador da natureza, para um sujeito que se esvai e se desvanece na natureza.

O desvanecimento do sujeito e o Pós-Antropoceno

Foucault (2016) disse que o homem é uma invenção recente e que, assim como o pensamento clássico se desvaneceu, também ele desvaneceria, tal como, na orla do mar, um rosto de areia. Essa afirmação foucaultiana, feita ainda em sua fase arqueológica, que alguns consideram demasiado estruturalista, marcou profundamente o movimento posterior, conhecido como pós-estruturalismo. Mas, qual a sua importância? O que estaria em jogo nesse desvanecimento do sujeito e qual a relação disso com a paisagem?

Quando o filósofo francês afirma que o homem se desvaneceria, tal qual o pensamento clássico, ele diz que ambos estariam à mercê do desaparecimento, pois são invenções e, mais especificamente, são invenções da linguagem. Não há nada de natural nos saberes, nos conhecimentos que temos disponíveis, na cultura, e também em nós mesmos. Somos o resultado de contingências, encontros e palavras. Os saberes se apropriam de nós, eles nos dizem quem somos, como agimos, como devemos e podemos agir melhor, etc (Deleuze, 2019). Por isso, ainda de acordo com Foucault, eles agem sobre o nosso corpo, sendo sua superfície uma tábua de inscrição dos poderes. As nossas faculdades, apontadas por Kant, com as quais pensamos, raciocinamos, julgamos se algo é belo ou agradável e que, em última instância, nos dão a sensação de que somos um ser individual, do mesmo modo são apenas invenções que uma época tornou possível afirmar. De acordo com Kant, mas também com Foucault, são condições de possibilidade. Assim, dadas outras condições, uma miríade de outros caminhos surgem para que nós os trilhemos, os inventemos e afirmemos: a partir disso tudo que agora sabemos, nós já somos outra coisa...

Essa forma de pensar vem afetando inclusive o termo Antropoceno. Para fugir do primado do homem, do *anthropos*, a filósofa estadunidense Donna Haraway tem utilizado outra terminologia, nomeando essa fase geológica de Capitaloceno. Segundo ela, “a etimologia de *anthropos* é irredimível, a etimologia da palavra *anthropos* é um sério problema” (2022, p. 425), pois “faz parecer que o que está acontecendo é um ato da espécie” (*Ibidem*, p. 420). Haraway, além de refutar o termo *anthropos* do discurso antropocênico, refuta também a premissa de que ele tenha iniciado no século XVIII, com a Revolução Industrial. Para ela, a própria Revolução foi um encontro de forças que já operavam antes dela se cristalizar como um fato histórico. A exploração do Novo

Mundo, a escravização de povos africanos, a dizimação em larga escala de povos indígenas, etc., produziram um acúmulo de capital e forneceram também um *know how* da barbárie, que deu origem à Era da Máquina. Por isso,

É imprescindível falar sobre as redes de açúcar e metais preciosos, plantations, genocídio de povos indígenas e escravidão, com suas inovações laborais, suas deslocalizações e suas recomposições de bichos e coisas que varreram consigo trabalhadores humanos e não humanos de todos os tipos. A contagiosa Revolução Industrial inglesa teve uma enorme importância, mas foi só mais um participante das relações de mundificação historicamente situadas e suficientemente recentes que transformaram o planeta (Haraway, 2023, p. 99-100).

Ademais de historicizar o Antropoceno, levando-o ao seu limite de significação, Haraway encontra na biologia uma forma de fugir do regime do *anthropos* e dismantelar, ainda mais, o sujeito da Modernidade. Segundo ela, as “ciências biológicas têm sido especialmente potentes em fermentar noções a respeito de todos os habitantes mortais da Terra desde o imperialista século XVIII” (2023, p. 59) pois, para além da crítica ao sujeito moderno, novas noções na biologia têm dissolvido também a ideia de espécie, afirmando que todo ser vivo é um encontro multiespécie. Espécies se encontram e estabelecem relações de simbiose, passando uma a colaborar com a outra, pois “nenhuma espécie age sozinha, nem mesmo a nossa, do alto de sua arrogância e da pretensão de ser constituída por bons indivíduos, segundo roteiros ocidentais, ditos modernos” (Haraway, 2023, p. 198).

Essa destituição da primazia do sujeito, inclusive enquanto espécie, ecoa também em outras áreas do saber, como na antropologia. Esse é o caso do pensamento da antropóloga estadunidense Anna Tsing, que corrobora com Haraway ao afirmar que “colaborações nos transformam, seja no interior de nossa espécie ou entre espécies distintas. Tudo o que é importante para a vida no planeta Terra acontece nessas transformações e não nos diagramas de decisão de indivíduos autônomos” (2022, p. 75). Afinal, como poderia o humano ser um indivíduo, um ser individual, quando existe em simbiose com uma gama diversa de bactérias, protozoários, fungos, que vivem nosso em intestino, em nossa pele, em todo nosso corpo, contribuindo para as nossas funções vitais?

A ideia de relações multiespécie proposta por Haraway, Tsing chama de *assemblage* que, traduzido, pode ser tanto assembleia como agenciamento. Porém, Tsing territorializa o termo, aproximando-o da ideia de paisagem. Para a antropóloga, as assembleias entre humanos e não humanos configuram paisagens múltiplas, em que é inviável a separação entre elas e um sujeito que as observa, sendo esse apenas um participante, e não um observador. No seu mais conhecido trabalho, *O cogumelo no fim do mundo: sobre as possibilidades de vida nas ruínas do capitalismo*, a autora se ocupa, então, em contar as histórias das paisagens, e isso “requer conhecer seus habitantes humanos e não humanos” (Tsing, 2022, p. 236). Mesmo que pareça inevitável a extinção da espécie humana e de inúmeras outras, são essas histórias que podem trazer lampejos para se pensar uma continuação da vida na Terra em um período Pós-Antropoceno.

Um das paisagens narradas por Tsing (2022) é a do cogumelo matsutake, que prolifera em lugares perturbados por humanos. Esse fungo surge em simbiose, geralmente, com algumas espécies de *pinus* que necessitam, para nascer e se desenvolver, de um solo pobre, degradado, em que a maioria das árvores de copa não sobreviveria e, conseqüentemente, não fariam sombra sobre os pinheiros, que precisam do sol pleno. O solo ideal para o *pinus* é aquele que sucede uma queimada, que foi explorado para o plantio de florestas com o objetivo de servirem à indústria da

madeira, ou seja, que passaram por um processo de predação, geralmente humano, tornando-se arruinadas. O cogumelo, por sua vez, associa suas hifas às raízes das árvores, criando uma relação chamada de micorriza, absorvendo delas alguns carboidratos. Como sua digestão é extracelular, ele devolve ao solo nutrientes como cálcio, nitrogênio, potássio, fósforo e água, estimulando o crescimento das plantas. O agenciamento humano-*pinus*-cogumelo nos leva a pensar possibilidades para, em meio às ruínas, continuarmos vivos, mesmo tendo herdado um grande problema.

Deste modo, as noções de paisagem, subentendida em Haraway e explícita em Tsing, eliminam ainda mais a distância necessária a uma estética kantiana. Para além disso, o próprio sujeito é dissolvido em uma rede de agenciamentos que acontece entre diferentes espécies. Esse fenômeno acarreta numa diferenciação da ideia de paisagem, levando-a a ser outra coisa, conforme afirma Paulo Reyes no artigo *Paisagem, um ensaio entre horizontes*: “a partir de um pensamento ambientalista produzido ao longo do século XX, [a paisagem] se dilui e por vezes desaparece a ponto de mesclar com a própria noção de ambiente” (2023, p. 14). Assim, para ele, a paisagem não é mais um recorte da natureza, tratando-se antes de uma experiência da percepção, ou seja, “a experiência da paisagem é menos um olhar a algo que se posta à minha frente como um objeto e mais uma possibilidade de expansão da percepção; ou seja, menos o que olho vê e mais o que me deixa ir” (Ibidem, p. 10). Nesse deixar-se ir, o sujeito se mistura com o outro, produzindo “um elo conector entre um eu e um para-fora-de-si” (Ibidem, p. 11). A partir desse movimento, Reyes elabora o conceito de duplo-horizonte. Duplo porque ele é ora estético, posto que é uma experiência da percepção, ora ético, pois vai em direção a um outro, ao encontro com, como diria Haraway, uma outra espécie. Logo, entendemos, junto a Reyes, que não se trata de separar o estético do ético, pois a paisagem é apreendida menos por um olhar frente a um objeto, e mais através da expansão da percepção, que é levada por um algo para além de si.

Assim, pensar a paisagem por meio de assembleias, agenciamentos ou duplo-horizonte abre um campo de possibilidade para se reivindicar, inclusive, um outro estatuto para o humano, que não o sujeito moderno, fechado em si mesmo. Ao dissolver a fronteira do sujeito, e também da espécie, há a possibilidade para uma co-implicação para com o outro, na medida em que existe a percepção que nada existe sozinho, mas numa relação multiespécie, em que o devir se torna sempre um devir-com (Haraway, 2023). Dessa maneira, “organismos se recrutam uns aos outros e se coordenam na construção de paisagens” (Tsing, 2022, p. 65). Tal postura não significa negar a existência do Antropoceno, mas pensar paisagens já em um período Pós-Antropoceno, e isso implica uma postura ética: a de viver em paisagens em crise da melhor forma possível, herdando e ficando com o problema, tal como ensina Haraway.

Considerações finais

Este trabalho inicia com uma epígrafe, recortada de uma entrevista realizada com Ailton Krenak, pensador indígena, em 2023. Krenak, desde o início do seu ativismo, tem exposto uma cosmovisão diferente daquela ocidental, que foi trabalhada neste texto: a perspectiva racionalista. Ao afirmar que, ao invés de operarmos na paisagem, devemos nos confundir com ela, ele está tratando de dissolver as fronteiras entre sujeito e objeto. A partir desta ótica, é difícil sustentar uma ideia de paisagem apenas perceptiva. Talvez, ela perca inclusive sua função, tornando-se algo datado, preso a um espaço e tempo em que, entre sujeito e objeto, havia uma necessária distância. Essa distância criada entre o observador e o objeto observado, o ser e a natureza, permitiu que o primeiro operasse sobre o segundo, reduzido apenas a um meio de obtenção de recursos e exploração. As paisagens que passaram por essa operação são, hoje, ruínas daquilo que um dia se chamou natureza: algo selvagem, inabitado,

não domesticado. Todavia, e aqui há um paradoxo, quanto mais essa visão foi levada adiante, mais a separação entre o humano e a natureza diminuiu. Isso porque, hoje, sabe-se, a natureza está totalmente relacionada à ação humana. No estágio atual, conhecido como Antropoceno, vivemos em um período geológico marcado pela presença humana.

No Antropoceno, e talvez num período Pós-Antropoceno sobre o qual só podemos ainda fabular, cada vez mais seremos colocados em situações em que a natureza romperá os estratos que lhe foram impostos, liberando forças quase inimagináveis. Esses eventos, sublimes e aterrorizantes, serão experimentados cada vez com mais frequência. A atitude frente a eles é uma ação ética que não ignora a noção de estética: reproduziremos a ação de colocarmos uma distância entre nós e a natureza, para estabelecermos juízos à catástrofe, ou respeitaremos os acontecimentos, sabendo que o colapso em que a natureza chegou não é outra coisa que o nosso próprio ocaso? Frente a isso, aprendemos que é possível, e talvez seja a única possibilidade, vivermos nas ruínas, habitando a barriga do monstro, e que devemos herdar, e ficar, com esse problema. Assim, ao ser dissolvida a noção de paisagem, em que existe uma distância entre sujeito e natureza, é eliminada a distância inclusive entre espécies, dando às paisagens o estatuto de assembleias, ou seja, lugares em que os diferentes se encontram e vivem em simbiose, em um duplo horizonte, um agenciamento ético e também estético.

Referências

- BERLEANT, Arnold. A estética da arte e a natureza. In: SERRÃO, Adriana. *Filosofia da paisagem: uma antologia*. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2011. p. 281-298.
- BERLEANT, Arnold. A estética da arte e a natureza. In: SERRÃO, Adriana. *Filosofia da paisagem: uma antologia*. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2011. p. 281-298.
- CASTRO, Eduardo Viveiros de; SALDANHA, Rafael Mófrita; DANOWSKI, Déborah (Org.). *Os Mil Nomes de Gaia: do Antropoceno à Idade da Terra*. Rio de Janeiro: Editora Machado, v. 1, 2022.
- DELEUZE, G. L' Abécédaire de Gilles Deleuze. Entrevista com Gilles Deleuze. Claire Parnet. *Éditions Montparnasse*, Paris, 1994.
- DELEUZE, Gilles ; GUATTARI, Félix. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*, vol. 1. São Paulo: Editora 34, 1995.
- DELEUZE, Gilles. *A filosofia crítica de Kant*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.
- DELEUZE, Gilles. *Foucault*. São Paulo: Brasiliense, 2019.
- FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. São Paulo: Martins Fontes, 2016.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- HARAWAY, Donna. Habitar a barriga do monstro. In: CASTRO, Eduardo Viveiros de; SALDANHA, Rafael Mófrita; DANOWSKI, Déborah *Os mil nomes de Gaia: do Antropoceno à Idade da Terra*. Rio de Janeiro: Editora Machado, v. 1, 2022. p. 418-430.

HARAWAY, Donna. *Ficar com o problema: fazer parentes no Chthuluceno*. São Paulo: n-1 edições, 2023.

HENNRICH, Dirk Michael. Landscape as a forthcoming paradigm. In: SERRÃO, Adriana; REKER, Moirika. *Philosophy of landscape: Think, Walk, Act*. Lisboa: Centre for Philosophy at the University of Lisbon, 2019. p. 49-65.

KRENAK, A. Em vez de operar na paisagem, devemos nos confundir com ela. *Romullo Baratto (ArchDaily)*, 16 Outubro 2023. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/1007266/ailton-krenak-em-vez-de-operar-na-paisagem-devemos-nos-confundir-com-ela>. Acesso em: 27 Outubro 2023.

MARX, Karl ; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas*. São Paulo: Boitempo, 2007.

NOBRE, Marcos. *A teoria crítica*. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

PÁDUA, José Augusto. Localizando a história do Antropoceno: o caso do Brasil. In: CASTRO, Eduardo Viveiros de; SALDANHA, Rafael Mófrita; DANOWSKI, Déborah [org.]. *Os Mil Nomes de Gaia: do Antropoceno à Idade da Terra*. Rio de Janeiro: Editora Machado, v. 1, 2022. p. 187-217.

REYES, Paulo. Paisagem, um ensaio entre horizontes. *Revista DigitAR*, Coimbra, p. 1-15, 2023.

SERRÃO, Adriana Veríssimo. *Filosofia da paisagem: uma antologia*. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2011.

SILVA, Arlenice Almeida da. As noções de Stimmung em uma série histórica: entre disposição e atmosfera. *TRANS/Form/Ação: revista de filosofia da Unesp*, São Paulo, v. 39, p. 53-74, 2016.

SIMMEL, Georg. Filosofia da paisagem. In: SERRÃO, Adriana Veríssimo. *Filosofia da paisagem: uma antologia*. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2011. p. 39-51.

SUASSUNA, Ariano. *Iniciação à estética [recurso eletrônico]*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2013.

TSING, Anna. *O cogumelo no fim do mundo*. São Paulo: n-1 edições, 2022.

A PAISAGEM COMO POSSIBILIDADE DE LEITURA POLÍTICA DO MUNDO

Perspectivas interdisciplinares entre Geografia, Arquitetura e Filosofia

*LANDSCAPE AS A POSSIBILITY
FOR POLITICAL READING OF THE WORLD
Interdisciplinary perspectives between Geography,
Architecture and Philosophy*

Yuri Potrich Zanatta¹

Resumo

A paisagem é um conceito amplamente difundido em diversos campos do conhecimento, não só nas ciências, mas também nas artes e no uso comum. Esse ensaio objetiva discutir o papel da paisagem como possibilidade de leitura política do mundo, abordando autores dos campos da Geografia, Arquitetura e Filosofia. Através dessa leitura interdisciplinar, apontamos para a potencialidade desse conceito enquanto elemento que promove um olhar renovado na leitura e intervenção do território, carregado de compromissos sociais que nos levam a outros modos de interpretar e produzir espaços. Entendemos que, em uma lógica de produção homogeneizante do espaço, para além de um instrumento de projeto, a paisagem também pode ser um ato de posicionamento ético, moral e estético sobre as dinâmicas sociais, tornando-se elemento político quando, a partir dela, olhamos para nós mesmos e nosso papel no mundo, valorizando os patrimônios, as culturas e os indivíduos que constituem a sociedade.

Palavras-chave: paisagem, percepção do espaço, estética, arte, teoria e crítica.

Abstract

Landscape is a concept widely disseminated in different fields of knowledge, not only in science, but also in the arts and in common use. This essay aims to discuss the role of landscape as a possibility for a political reading of the world, through the articulation of authors from the fields of Geography, Architecture and Philosophy. Through this interdisciplinary reading, we point to the potential of this concept as an element that promotes a renewed look at the reading and intervention of the territory, loaded with social commitments that lead us to other ways of interpreting and producing spaces. We understand that, in a logic of homogenizing production of space, in addition to being a design instrument, landscape can also be an act of ethical, moral and aesthetic positioning on social dynamics, becoming a political element when, based on it, we look at ourselves and our role in the world, valuing the heritage, cultures and individuals that make up society.

Keywords: landscape, perception of space, aesthetics, art, theory and criticism.

¹ Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGAU/UFES), com bolsa FAPES. Graduado em Arquitetura e Urbanismo e Mestre em Geografia pela Universidade Federal da Fronteira Sul (PPGGeo/UFFS). Durante o mestrado, foi bolsista UFFS. Investiga relações interdisciplinares entre paisagem e patrimônio como elementos de desenvolvimento regional em áreas de fronteira, através do conceito de "raia". Membro do Grupo de Pesquisa em Geografia e Gênero, Natureza e Vida Cotidiana (GENVI/UFFS) e do Laboratório Patrimônio e Desenvolvimento Territorial (Patri_Lab/UFES). E-mail: yuripotrichzanatta@hotmail.com.

Introdução

O presente trabalho caracteriza um ensaio que objetiva discutir o papel da paisagem como possibilidade de leitura política do mundo, abordando perspectivas interdisciplinares de diferentes campos científico. O texto nasce do recorte de um capítulo teórico de uma dissertação de mestrado em Geografia², elaborada por um arquiteto urbanista e influenciado por leituras da Filosofia, sobretudo a área da estética da paisagem³.

A paisagem, enquanto abordagem científica, é um termo utilizado por diferentes campos do conhecimento. Facilmente encontraremos esse termo nas artes pictóricas, nas críticas dos historiadores de arte, em estudos de literatura, nos trabalhos de arqueologia, nas leituras espaciais de geógrafos e nos projetos de planejamento dos arquitetos (Claval, 2014). Altamente polissêmica, seus sentidos variam de acordo com cada pesquisa e o seu significado é moldado pela escolha do referencial teórico utilizado. Temos abordagens paisagísticas que tratam desde estudos físico-ambientais, passando por pesquisas que envolvem a percepção do espaço vivido, até a sua discussão enquanto memória e elemento patrimonial das sociedades. Na interpretação de Besse (2014, p. 21), essa diversidade de estudos e disciplinas que abordam a temática têm em comum a ideia de que a paisagem é "[...] como um texto humano a ser decifrado", isso é, a paisagem diz respeito à atuação do homem no espaço, seja a transformação morfológica dos recursos naturais ou os signos e significados atribuídos aos lugares.

Portanto, estudar a paisagem é uma tarefa complexa, visto que se trata de um conceito polissêmico e amplamente difundido. Mas, por essa mesma complexidade, dificilmente não encontraremos no conceito de paisagem os aportes necessários para nossas pesquisas. A paisagem, sobretudo, fala da nossa relação com o mundo e da maneira como vivemos enquanto indivíduo e coletivo. Entretanto, muitas vezes as pesquisas da paisagem não vão além daquilo que se vê, isso é, não há uma discussão maior sobre o papel do que vemos no funcionamento da sociedade. Em vista disso, nesse trabalho abordaremos diferentes noções desse conceito para argumentar que a paisagem pode ser tomada como uma leitura política do mundo, um potencial de interpretação espacial que leva em conta a vida, as relações sociais entre os indivíduos e a análise crítica sobre a atuação da humanidade no planeta.

Metodologicamente, esse trabalho se enquadra como revisão de literatura. Iniciaremos o texto abordando a entrada do conceito de paisagem nas ciências, sobretudo pelos campos da Geografia e da Arquitetura. Não faremos uma historicidade do conceito, mas apontaremos como o tema foi tratado ao longo das diferentes fases desses campos científicos. Posteriormente, buscaremos em autores da estética da paisagem algumas dimensões que não são totalmente entendidas pelas abordagens anteriores. Depois,

² Dissertação intitulada "Paisagem, patrimônio e políticas públicas: as missões jesuítico-guaranis como elo raiano na fronteira entre Brasil, Argentina e Paraguai" (Zanatta, 2022), defendida no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Fronteira Sul (PPGGeo/UFFS).

³ A estética é um dos ramos tradicionais da filosofia, primeiramente utilizado por Baumgarten no século XVIII para referir-se ao estudo da sensação e do gosto subjetivo, uma "ciência do belo". Em Kant, é tratada como a ciência dos princípios da sensibilidade, uma crítica do gosto, não necessariamente do "belo"; além de ser utilizada como chave interpretativa para distinguir o belo da natureza e o belo do espírito. Em Hegel, é estudada conjuntamente aos problemas da arte enquanto obra do espírito a partir do real, isso é, a manifestação sensível da ideia. Enquanto alguns autores defendem a estética subjetiva, psicológica, acreditando que o belo está no homem e ele o empresta às coisas, outros formulam o postulado de que o belo pode ser encontrado em alguns objetos, procurando fora do sujeito uma estética objetiva. Na contemporaneidade, a estética na Filosofia é caracterizada por uma grande gama de correntes com teorias particulares (Abbagnano, 2007; Japiassú; Marcondes, 2008; Santos, 2008). Para a construção do nosso trabalho, trataremos da estética da natureza pelo componente da paisagem, abordando autores como Georg Simmel, Rosario Assunto e Adriana Veríssimo Serrão.

traremos à discussão a ideia da paisagem como componente da existência humana, atribuindo à sua apreciação estética um estatuto ético e político. Por fim, refletiremos como esse conceito pode contribuir à formação de valores morais e culturais na sociedade através da educação paisagística na interpretação dos espaços e territórios da vida humana.

Paisagem entre Geografia, Arquitetura e Filosofia

A paisagem é um conceito que adentra o campo científico no século XIX através da divisão positivista das ciências, quando a Geografia se tornou o campo de estudo da superfície da Terra e dos seus aspectos físicos e humanos, tendo o espaço, o lugar, o território, a região e a paisagem como conceitos balizadores (Silva; Oliveira, 2015). Inicialmente, a paisagem apresentava dois sentidos fundamentais: um primeiro ligado à escola alemã, que aborda a paisagem enquanto agrupamento de fatores geográficos em unidades especiais (leitura morfológica do ambiente natural); e um segundo sentido na escola francesa, que desenvolve seu caráter processual, destacando o funcionamento da paisagem a partir de diferentes fatores e condicionantes que nela atuam (Schier, 2003; Moura-Fé, 2014).

Entre os naturalistas alemães, desenvolveu-se um método de trabalho embasado na “cartografia geomorfológica” (Maciel; Lima, 2011). Já Moura-Fé (2014) denomina essa corrente de trabalho como Perspectiva Morfológica, pois baseava-se no estudo da relação do ser humano com a natureza, tendo como ponto de análise os aspectos físico-naturais das paisagens por uma abordagem estético-descritiva. O autor também explica que Humboldt, considerado o precursor dos estudos de paisagem na Geografia, utilizava um método de “empirismo raciocinado”, baseado na “intuição” da observação - através da contemplação estética e a observação sistemática dos elementos que compunham determinada paisagem, essa causaria uma impressão no observador que levaria à explicação das causalidades e conexões contidas no território. Silveira e Vitte (2009) explicam que a paisagem de Humboldt é produto de legados filosóficos, científicos e artísticos, produzindo uma perspectiva estética e fisionômica que valoriza o papel do sujeito na construção da cena contemplada, aliado à configuração fisionômica da disposição geográfica dos elementos da paisagem. Em Ritter, a Geografia é tratada como uma ciência enciclopédica, que descreve os sistemas presentes nas paisagens e busca organizar os estudos sobre países e regiões. Em Ratzel, o conceito assume uma abordagem antropogênica, estudando as relações causais da natureza e a maneira com que essas influenciam o ser humano (Barbosa; Gonçalves, 2014).

Os soviéticos teriam abordado a paisagem principalmente pelo seu viés natural, cujo propósito era a identificação, classificação e cartografia de unidades naturais. São famosas as suas contribuições através de modelos sistêmicos de mapeamento dos elementos da natureza em diferentes escalas de análise. Destacam-se a Teoria dos Geossistemas, um modelo teórico-conceitual destinado à identificação, interpretação e classificação de unidades taxonômicas (Silva; Oliveira, 2015), e o Complexo Natural Territorial (CNT), baseado na interpretação dos processos físicos, químicos e bióticos, onde o solo é um produto da interação entre relevo, clima e vegetação, sendo essa capaz de diferenciar tipologias e unidades de paisagem (Maciel; Lima, 2011).

A escola francesa desenvolveu a noção de paisagem atrelado à ideia de região, com destaque a Vidal de La Blache, que aplicava essa perspectiva a conjuntos físicos, climáticos ou aos domínios da vegetação (Maciel; Lima, 2011). Dessa forma, a relação ser humano-natureza estava ligada ao concreto e ao regional, sob uma óptica de relações mútuas entre o humano e o ambiente físico, sem estabelecer limites entre fenômenos naturais e culturais pois essas duas instâncias se interpenetram nas leituras

regionais (Schier, 2003).

Entre pesquisadores anglo-saxões/anglo-americanos, a perspectiva que se destacou foi a visão culturalista, através do entendimento de que a paisagem era formada quando o ser humano interagiu com a natureza a partir dos seus aspectos culturais, numa visão unitária (Barbosa; Gonçalves, 2014). O principal expoente é creditado a Carl Sauer, que trabalhava a compreensão dessa categoria como elo integrador de fatores naturais e sociais, um organismo complexo composto por formas e sistemas, onde o conteúdo da paisagem era dividido entre o “sítio” (a somatória dos recursos naturais) e a expressão cultural (a marca da ação humana em determinada área) (Maciel; Lima, 2011).

Portanto, na Geografia clássica, Barbosa e Gonçalves (2014) sintetizam que a paisagem aparece associada a três significados fundamentais. O primeiro estaria relacionado ao arranjo fisionômico das características biofísicas e humanas de uma área. O segundo, à extensão do terreno perceptível a partir de um lugar (o lance de vista). E o terceiro, à percepção subjetiva de um cenário ou cena, bem como às suas representações em pinturas e fotografias. Suertegaray (2001, p. 4) afirma que a Geografia clássica trata a paisagem como “a expressão materializada do homem na natureza num espaço circunscrito”. Tratava-se, portanto, de uma paisagem apreendida do exterior (Claval, 2014). Nesse sentido, a paisagem surge, na Geografia,

[...] sob influência da noção evolutiva da paisagem pitoresca, de representar cenários da natureza através da pintura, e da arte de ornamentação de jardins, mas também de sua noção literária, associada a uma concepção estética, assumindo nessa ciência caráter **estético-descritivo**, considerando a morfogênese e a magnitude dos objetos para fins de **classificação dos elementos da natureza** (Barbosa; Gonçalves, 2014, p. 96, grifos nossos).

Para Besse (2006), a paisagem se torna fator importante para a Geografia pois ela evidencia a experiência sensível da Terra com o espaço aberto, o espaço a ser percorrido, o solo universal da existência humana. Ela é o espaço objetivo da existência do Homem, mais do que a meramente a vista abarcada por um sujeito. Verdum, Vieira e Pimentel (2016) afirmam que até a primeira metade do século XX os estudos sobre paisagem priorizavam sua morfologia, a paisagem concreta, mas, com a virada cultural da Geografia, a partir do final dos anos 1960 ganha destaque o aspecto simbólico da paisagem, a paisagem-fenômeno. Com essa nova perspectiva em voga, a paisagem assume significados tão amplos que começa a ser empregada a quase todo objeto de estudo, ocasionando uma grande ampliação do conceito:

Fala-se, atualmente, das paisagens sonoras, mas também da paisagem dos sabores, ou até das paisagens tácteis, no âmbito de uma reflexão geral que insiste na dimensão da polissensorialidade própria das experiências paisagísticas. Na mesma ordem de ideias, o desenvolvimento da mídia – como a fotografia e o cinema – e o das técnicas digitais de gravação, de fabricação e de reprodução dos sons e das imagens levaram a considerar outros tipos de paisagens, que se avizinhavam dos universos da imaterialidade e da virtualidade e que, de qualquer forma, vão além das tradicionais referências à pictorialidade (Besse, 2014, p. 9).

Portanto, nos anos 1970, a paisagem passa a interessar aos geógrafos também pela maneira como ela modifica as interações humanas, visto que “o indivíduo não é indiferente ao que vê [...]”. A paisagem não é talhada por aquele que a habita ou visita. Ela

faz, de certa forma, parte do seu ser” (Claval, 2014, p. 235). Dessa maneira, o clima, a vegetação e demais instâncias materiais e imateriais têm o poder de modificar o estado de espírito dos indivíduos. Claval também desenvolve que a paisagem é semeada por símbolos. Esses podem ser concebidos e instaurados simbolicamente desde sua gênese (igrejas, templos, estupas, monumentos, marcos), enquanto outros adquirem seu valor simbólico “por derivação” (modos de apropriar-se do espaço, construindo lugares comuns a determinada cultura e indicadores espaciais que definem até onde vai o território dominado por algum grupo social). Dessa forma, o autor aponta que a paisagem passa a ser compreendida a partir das relações complexas que os homens alimentam com ela.

Cosgrove (2012) é outro autor da Geografia que entra nesse domínio de discussão, ao afirmar que todas as paisagens possuem significados simbólicos pois são produtos da apropriação e da transformação do ambiente pelo ser humano. A isso, o autor explica que:

Na paisagem, o bosque sagrado ou a fonte sagrada, o local da batalha que afundou ou salvou uma nação, são lugares de intenso significado cultural pelos quais os não iniciados passam. Revelar os significados na paisagem cultural exige a habilidade imaginativa de entrar no mundo dos outros de maneira autoconsciente e, então, re-presentar essa paisagem em um nível no qual seus significados possam ser expostos e refletidos. Uma vantagem que temos ao tratar a paisagem dessa maneira é que muitos de seus significados estão “naturalmente” encontrados no sentido de que seu ponto de partida é algo comum à nossa experiência, na medida em que somos parte da natureza, por exemplo, quando associamos o prado na primavera com o aparecimento de vida nova, ou o pomar do outono como melancolia (Cosgrove, 2012, p. 226).

Na interpretação de Corrêa (2011), essa perspectiva conceitual abordada por Cosgrove evidencia a sua máxima de que “a Geografia está em toda parte”. A partir de sua visão simbólica da paisagem, Cosgrove entende que ela pode ser analisada geograficamente em várias escalas, desde a região, a cidade ou o bairro, até um pequeno agrupamento de edifícios ou na escala de um monumento específico⁴.

Além disso, a paisagem também entra no campo da análise iconográfica, pois pode ser vista como “representação” do espaço devido à sua presença em fotografias ou pinturas. Passos (2013) explica que a fotografia ganha importância na representação da paisagem também com Vidal de La Blache, principalmente em sua obra “*La France. Tableau géographique*”, de 1908. Além disso, Passos desenvolve uma técnica de fotografia comentada, reforçando um método particular de análise que interpreta significados pela associação de textos e imagens, denominado “geo-foto-grafia”. Para ele, “a representação da paisagem, qualquer que seja sua natureza, é, pois, fortemente sugestiva. Trata-se, em geral, não de visualizar uma paisagem tal qual ela é, mas, de preferência, de representar certa ‘ideia’ dessa paisagem” (Passos, 2013, p. 202).

Cabe destacar também o sistema GTP (Geossistema-Território-Paisagem), elaborado por Georges Bertand e Claude Bertand (2002; 2004; 2009), que propõe integrar, em certa medida, análises próprias da Geografia física (geossistema), o debate político da apropriação do espaço (território) e a sua dimensão simbólica (paisagem). O

⁴ Cosgrove, inclusive, produz um estudo sobre as dimensões simbólicas presentes em um monumento que homenageia Vittorio Emanuele II, inaugurado em 1911, a partir da perspectiva da paisagem.

Geossistema (*source*) seria a caracterização do ponto de vista naturalista, analisando fatores geomorfológicos, climáticos e hidrológicos. O território (*ressource*) atentaria para as dinâmicas de apropriação, exploração, transformação e uso dos recursos naturais, isso é, o momento em que as fontes da natureza são apropriadas e utilizadas em projetos econômicos e dimensões políticas. A paisagem (*ressourcement*) seria então um produto dessas relações em interação com a subjetividade do pensamento humano e seus simbolismos ao analisar o território e a natureza. Dessa forma, o sistema GTP entende que a paisagem seria o resultado da subjetividade do olhar ao cruzar com a materialidade de um território (Metallié; Bertrand, 2006).

Como visto, a paisagem possui várias entradas conceituais e distintas abordagens teórico-metodológicas na ciência geográfica. Nessa seara, Cosgrove (2012, p. 224) considera que a paisagem se torna um conceito de abordagens únicas para a Geografia, pois, ao contrário do conceito de “lugar”, a paisagem insere o ser humano no esquema da natureza, e ao contrário dos conceitos de “meio ambiente” e “espaço”, ela “[...] lembra-nos que apenas por meio da consciência e da razão humanas esse esquema é conhecido por nós, e somente através da técnica podemos participar dela como seres humanos”. Nessa seara, Schier (2003) defende o poder da categoria da paisagem enquanto perspectiva interdisciplinar de leitura e interpretação do espaço, atentando para as potencialidades encontradas em diferentes campos científicos:

Assim, toma-se então que o olhar a partir de uma determinada abordagem constrói um filtro que ressalta o que essa abordagem propõe, e a paisagem, seja física ou cultural, exige uma filtragem mais ampla que, algumas vezes, foge até mesmo das questões geográficas mais clássicas, necessitando uma filtragem científica, cultural, filosófica, política, entre outras, mostrando um caráter multidisciplinar no seu estudo. Defende-se que, em muitos casos, a paisagem deve ser encarada não apenas como um objeto de estudo, refletido e interpretado intelectualmente, mas como uma forma de vivência na sua plena positividade do cotidiano das pessoas (Schier, 2003, p. 85).

Na arquitetura, a paisagem é um elemento presente há muitos séculos, no que tange ao projeto de jardins e parques, com seus aspectos morfológicos e estético-compositivos. Porém, a abordagem que conhecemos hoje data da segunda metade do século XX, quando os estudos sobre paisagem começaram a ter como ponto de debate a compreensão dos conflitos ambientais decorrentes do avanço acelerado dos processos de urbanização, sobretudo na Europa e nos Estados Unidos da América (Macedo, 1993). Atualmente, nesse campo disciplinar, a paisagem é abordada como um instrumento de planejamento em diferentes escalas e ambientes: paisagismo, espaços públicos, parques, organização da cidade, zoneamento urbano, planejamento regional, áreas de transição (rodovias) e a percepção ambiental de maneira geral.

Silva e Oliveira (2015, p. 3, grifos nossos) entendem que “A importância da paisagem para o arquiteto vem da própria multiplicidade de sentidos deste conceito e da imensa gama de possibilidades que oferece à **reflexão** e à **ação** sobre o espaço”. Entendemos que, como imagem de uma organização espacial, a paisagem se transforma em um instrumento poderoso para o entendimento das dinâmicas de determinado espaço, mas também é um elemento de projeto. A paisagem também pode ser um instrumento metodológico, pois o arquiteto pode pensar as intervenções propostas a partir da construção de uma paisagem, desde um viés artístico, pela abordagem estético-compositiva, ou um viés funcional, a partir do estudo da morfologia do espaço e os seus reflexos na dinâmica urbana e ambiental.

Besse (2014) discute que, em um contexto de transformação das cidades, a paisagem é considerada, atualmente, um recurso para o urbanismo e para as estratégias de ordenamento espacial, ocupando lugar crucial nas preocupações sociais e políticas, pois expressa o quadro de vida oferecido às populações e também a identidade dos lugares. Para o autor, as paisagens “[...] são hoje tratadas no âmbito de uma reflexão mais geral sobre as cidades e a extensão suburbana, sobre os locais industriais e sua ocupação territorial, sobre as áreas industriais devolutas, sobre o impacto das instalações técnicas dedicadas ao transporte dos homens e das mercadorias ou, ainda, à produção e à circulação de energia” (p. 8).

Nesse campo do planejamento urbano e regional, a paisagem se liga intimamente à ideia da manifestação visual do espaço, diferenciando morfologias de apropriação. Macedo (1993) atribui três categorias de qualidade à paisagem: (1) ambiental, analisando as possibilidades de vida dos seres vivos e suas comunidades; (2) funcional, avaliando a eficiência do ambiente em atender o funcionamento da sociedade humana; e (3) estética, considerando valores sociais que as comunidades atribuem a determinado lugar. Levando em conta essas categorias, o autor propõe que as bases dos estudos para projetos de ocupação ou intervenção deveriam considerar alguns fatores paisagísticos e elenca uma série de condicionantes para a abordagem da paisagem no planejamento urbano: as características funcionais do suporte físico (as redes de drenagem e a suscetibilidade dos aquíferos à ação humana); as possibilidades de adaptação ao clima; as principais formas de vida dos ecossistemas e o seu valor no contexto regional ou nacional, atentando para o potencial de aproveitamento de seus recursos; os valores culturais atribuídos ao local e como eles influenciam o comportamento social; os padrões das ocupações antrópicas e sua relação com o suporte físico (porte, dimensionamento, tendências e possibilidades de expansão); a capacidade de processamento das estruturas ambientais a médio e curto prazo, isto é, avaliar o estoque e a produtividade dos recursos ambientais e sua capacidade de absorção e recuperação ao ser submetida a diferentes formas de exploração; e as características dos elementos da estrutura morfológica da paisagem, as diferentes formas de ocupação e os elementos naturais, considerando a excepcionalidade do valor paisagístico dentro de um contexto maior, ou seja, o que, naquele lugar, difere dos demais e pode ser explorado como marco que o coloca como único.

Além desses fatores, há também quem estuda a paisagem e o paisagismo a partir do sistema de espaços livres do ambiente urbano (praças, parques, ruas, espaços de transição entre edifícios). No âmbito das práticas acadêmicas e profissionais, a paisagem também está relacionada ao estudo de estratégias de mitigação dos efeitos das mudanças climáticas ou à noção de sustentabilidade, abordando técnicas e tecnologias de infraestrutura verde e eficiência energética. Também há o debate sobre a apreensão do espaço urbano, parques e jardins, através do estudo morfológico dos ambientes (Kohlsdorf, 1996; Kohlsdorf; Kohlsdorf, 2005; Lynch, 1960), isso é, como a configuração espacial e os elementos presentes na paisagem urbana influenciam a nossa percepção do espaço, gerando sentimentos adversos em distintas escalas de apreensão.

Nessa dimensão de apreensão morfológica, Macedo (1993) produz um contundente estudo sobre a paisagem como expressão das ocupações e transformações do ambiente no tempo. Assim, o autor considera que a paisagem é um produto e um sistema que leva em conta a percepção humana sobre o espaço:

[...] como **produto** porque é resultado de um processo social de ocupação e gestão de um território; e como um **sistema**, na medida que a partir de qualquer ação sobre ela impressa, com certeza haverá uma reação correspondente, no caso equivalendo ao surgimento de

uma alteração morfológica parcial ou total. Estas duas posturas se interpenetram e são totalmente dependentes uma da outra, como também é um fato, que toda paisagem está ligada a uma ótica de percepção humana, a um ponto de vista social e que sempre representa total ou parcialmente um ambiente (Macedo, 1993, p. 11, grifos do autor).

Percebemos, nessa passagem de Macedo, articulações com a perspectiva da paisagem marca-matriz, proposta por Berque (2004). O autor afirma que “A paisagem é uma *marca*, pois expressa uma civilização, mas também uma *matriz*, porque participa dos esquemas de percepção, de concepção e de ação - ou seja, da cultura - que canalizam, em um certo sentido, a relação de uma sociedade com o espaço e o com a natureza” (p. 84-85, grifos do autor). Como marca, a paisagem pode e deve ser descrita e inventariada, apresentando-se como uma *geo-grafia* (a escrita da terra por uma sociedade). Como *matriz*, ela determina o olhar perceptivo, a apreensão e a experiência espacial, abarcando aspectos estéticos e políticos. A paisagem se desenha, na perspectiva de Berque, como um fator plurimodal, atuando como agente passivo-ativo-potencial: paisagem e sujeito (o sujeito coletivo, a sociedade) conformam um conjunto unitário, co-integrado, que se autoproduz e autorreproduz. A paisagem, portanto, se torna componente ativo das percepções e emoções humanas, influenciando a maneira como enxergamos o mundo à nossa volta. Besse (2014, p. 14, grifos nossos) discute essa perspectiva nos seguintes termos:

[...] o estudo de uma paisagem, real ou apenas representada, costuma ser identificado com o estudo de uma forma de pensamento ou de percepção “subjetiva” e, mais geralmente, uma expressão humana informada por códigos culturais determinados (discursos, valores etc.). É preciso retornar, por assim dizer, **ir aquém da própria paisagem**, para enxergar nela as razões de ser, na cultura e na vida social, de que é, de alguma forma, a encarnação. **A análise da paisagem consiste numa análise de categorias, de discursos, de sistemas filosóficos, estéticos, morais, que a paisagem deve pretensamente prolongar e refletir.** Não cabe diferenciar, a este respeito, a paisagem real da paisagem representada (em imagem ou em texto). *In situ* ou *in visu*, a natureza da paisagem não muda fundamentalmente. **Ela é sempre, por essência, uma expressão humana, um discurso, uma imagem, seja ela individual ou coletiva, seja ela encarnada numa tela, em papel ou no solo.**

Antes de passarmos à abordagem estética pelo campo da Filosofia, cabe desenvolver ainda o tema da percepção espacial aliada à noção de paisagem. Macedo (1993) afirma que todos os ambientes contêm paisagens, mas, as paisagens não representam um ambiente de maneira completa, pois são estruturas finitas e interpretadas a partir de determinada escala. A apreensão da paisagem depende do campo visual de análise que, por sua vez, possui limitações físicas que impedem que o observador tenha uma visão geral do espaço. Nesse sentido, a experiência com os ambientes se dá através de uma sequência de paisagens, que podem ser lidas e interpretadas de distintas maneiras: “[...] para o ser humano, a cada paisagem sempre sucederá uma outra e assim por diante” (Macedo, 1993, p. 11). Desse modo, os mecanismos de percepção e o ponto de observação se tornam fatores fundamentais para a leitura e interpretação da paisagem.

A isso, também temos o papel das cargas emocionais e subjetivas, o estado de espírito e a própria capacidade perceptiva do observador, que não só influenciam, mas determinam a apreensão do ambiente e a maneira como nos relacionamos com

ele. Para Vitte (2010), a nossa concepção do mundo é moldada a partir do modo com apreendemos os objetos, ou seja, as condições materiais e imateriais disponíveis na relação com o espaço. Há, portanto, uma consciência e uma intencionalidade por parte do sujeito na concepção de determinado espaço. Nessa seara de discussão, Silva (2022) entende que, sensivelmente, a interpretação que temos da paisagem é condicionada àquilo que sentimos e aos aspectos que, para nós, possuem algum significado. Para a autora, somos afetados de forma diferente pela mesma experiência espacial, e as paisagens culturais possuem o poder de nos tocar intrinsecamente a partir dessa experiência, inclusive afetando a nossa emoção ao entrar em contato com determinada paisagem:

A partir das falas, imagens, fotografias, comportamentos corporais, é possível entender a experiência emocional como intrínseca às relações espaciais. Pensando as categorias espaciais, podemos pensar as paisagens culturais como um resultado efetivo da experiência emocional, porque são parte do mundo expressivo e representativo da cultura humana. Entendemos que o processo imaginativo é parte fundante e constituinte das paisagens culturais e da sensibilidade estética. Portanto, há uma subjetividade fundamental que é chave da diferenciação espacial das paisagens culturais, cujo conteúdo emocional e imaginativo é intrínseco e força motriz (Silva, 2022, p. 246-247).

Perceber um ambiente perpassa a atividade de construir uma imagem mental, tendo por base a experiência e os objetivos do observador, além da capacidade perceptiva, isso é, os estímulos (visuais, sonoros, táteis, olfativos) que chegam aos órgãos sensoriais (Lynch, 1960). A construção dessa imagem mental integra o modo de conhecimento sensível e apoia-se em informações captadas pelos sentidos humanos (Kohlsdorf, 1996; Kohlsdorf; Kohlsdorf, 2005). Para Castro (2021), a observação “[...] é o processo do qual a paisagem se corporiza e ganha vida, adquire funções, valores, qualidades, sentidos”. “Observar” envolve, para a autora, processos mais complexos do que o simples “olhar” natural, inconsciente e mecânico. Observar implica ações de “atenção, querer, vontade”, isso é, intencionalidade, pois responde a um objetivo e um propósito, resultando em uma relação entre observador e observado.

Essa relação de intencionalidade transforma a interpretação da paisagem, caracterizando um ato dinâmico e múltiplo que leva em consideração a diversidade de olhares modelados por diferentes *backgrounds* (acadêmico, cultural, social, geográfico) que determinam a individualidade do ato do observador (Castro, 2021). Por isso, a percepção sempre será única para cada indivíduo e para cada momento em que um mesmo indivíduo passará por aquela paisagem. O tempo muda, a fauna e a flora se transformam, mas também o estado de espírito do observador, o humor, as referências de outras vivências paisagísticas, a companhia de outros indivíduos e o objetivo com o qual observamos fazem com que a experiência nunca se repita da mesma maneira, não importa quantas vezes observamos uma mesma paisagem.

No campo da filosofia, a noção da estética da paisagem aparece bastante associada ao debate sobre a natureza. Serrão (2013) nos explica que essa reflexão filosófica contemporânea sobre a essência da paisagem começou com Georg Simmel em 1913, quando o autor adotou a paisagem como uma unidade dentro de um todo único que é a Natureza. A Natureza, para Simmel, não possui cortes ou frações, é uma unidade indivisível: “Por natureza, entendemos o nexa infindo das coisas, a ininterrupta parturição e aniquilação das formas, a unidade ondeante do acontecer, que se expressa na continuidade da existência espacial e temporal” (Simmel, 2009, p. 5).

Porém, a natureza, lida a partir da estética do belo natural, é um elemento singular que se situa entre uma posição estética global, onde toda a natureza é bela, e a singularidade dos seres tomados individualmente e isolados de sua envoltória natural. Para Serrão (2004), a natureza das estéticas não é uniforme, com leis e princípios, mas uma realidade complexa e diversificada, composta por conjuntos e singularidades. Dessa forma, apreender esteticamente a natureza perpassa uma categoria diferenciada da unidade natural – a categoria da paisagem, visto que só ela possui a capacidade de manter todos esses traços e garantir a consistência dos elementos e sua integração em unidades amplas. A autora assim discute:

Paisagem refere-se, em sentido amplo, uma porção da natureza, uma parte da realidade natural, uma unidade diferenciada contendo os seres naturais no seu elemento próprio. Resguarda portanto a solidez de um conjunto, integrando nele os seus elementos e também todo o enquadramento vital. Um conjunto não idealizado [pela natureza], mas real, presente e, enquanto tal, visível e sensível, que se oferece à percepção (Serrão, 2004, p. 91).

Devido a essa particularidade, os teóricos da estética da natureza se preocupam em demarcar, de forma bastante nítida, uma diferença de abordagem entre a natureza estética e a objetividade das descrições da paisagem, através de tipologias e fisionomias, como são feitas no urbanismo, nas ciências geográficas e ciências da terra. Além disso, a estética da natureza distancia-se da abordagem paisagística como um panorama, vista, enquadramento, moldura, pano de fundo ou uma forma de espetáculo onde assistimos a ocorrência de determinado fenômeno. A estética da natureza, experienciada a partir da paisagem, reside na compreensão do nosso “*estar-em nela*”, isso é, a nossa experiência vivendo na natureza (Serrão, 2004). Simmel (2009, p. 6), nos explica que:

[...] para a paisagem, é justamente essencial a demarcação, o ser-abarcada num horizonte momentâneo ou duradouro; a sua base material ou os seus fragmentos singulares podem, sem mais, surgir como natureza – mas, apresentadas como “paisagem”, exige um ser-para-si talvez óptico, talvez estético, talvez impressionista, um esquivar-se singular e característico a essa unidade impartível da natureza, em que cada porção só pode ser um ponto de passagem para as forças totais da existência. Ver como paisagem uma parcela do chão com o que ele comporta significa, então, por seu turno, considerar um excerto da natureza como unidade – o que se afasta inteiramente do conceito da natureza.

Nessa discussão, a paisagem se configura como a natureza individualizada, em que se toma uma parte dela e atribui-se a esse recorte uma unidade particular. Mas aqui existe uma contradição, porque tratar a paisagem como uma porção da natureza seria uma definição contrária à totalidade da Natureza. Portanto, temos uma premissa a ser discutida: a paisagem não é só natureza e, como unidade, também não pode ser o simples agrupamento de elementos da natureza. Para constituir paisagem, é preciso uma lei, um princípio de ordem para o agrupamento de seus elementos, pois os elementos que vimos momentaneamente no horizonte, por si só, não configuram uma paisagem, isso é, a paisagem se sobressai à apreensão das coisas naturais singulares. A paisagem, para Simmel (2009), constitui uma camada intermediária entre elementos identificáveis um por um e a Natureza, aquela totalidade indivisível que Aristóteles (2009), em sua *physis*, caracteriza como o movimento contínuo de autogeração e destruição das formas.

A fórmula inconscientemente activa, que engendra a paisagem enquanto tal, não se apresenta de modo tão simples, e até talvez não se deva, em princípio, apresentar. O material da paisagem, tal como a simples natureza o fornece, é tão infindamente variado, tão mutável de caso para caso, que os pontos de vista e as formas, que aglutinam estes elementos naquela unidade de impressão, serão igualmente muito variáveis (Simmel, 2009, p. 8).

Tendo em vista essa infinita gama de possibilidades, o que define a unidade que chamamos de paisagem, que, por sua vez, é uma parte do todo único da natureza? Como uma paisagem é dividida e classificada como uma porção do território e, assim, adotada como um outro elemento, que expressa uma unidade em si? Serrão (2013, p. 9) entende que essa construção ocorre a partir de um processo em que “[...] a percepção (do sujeito) e a constituição (do objeto) são aqui um único acto, sendo a paisagem uma forma de ver o mundo natural não enquanto tal, como um em-si, mas já modelado pelo olhar humano”. De maneira didática, Simmel (2009, p. 9) explica essa construção da unidade da paisagem comparando-a com uma obra de arte pictórica:

O que o artista faz – extrair da torrente e da infinidade caóticas do mundo imediatamente dado um fragmento, apreendê-lo e formá-lo como uma unidade, que agora encontra em si mesma o seu sentido e intercepta os fios que a ligam ao universo e os reata de novo no ponto central que lhe é peculiar – eis o que também nós fazemos de um modo mais chão, com menos princípios, mais incerto nos seus limites, logo que contemplamos uma “paisagem” em vez de um prado, de uma casa, de um riacho e de um séquito de nuvens.

Portanto, a experiência estética da paisagem se configura como uma ponte entre a unidade do espírito e a Natureza. Para Simmel (2009), essa experiência pode ser interpretada como uma disposição anímica (*Stimmung*), caracterizada quando a percepção da experiência da natureza é apreendida como uma unidade, ou seja, não podemos distinguir este ou aquele elemento e nada se sobressai, pois cada item tem na paisagem seu papel individual, mas a apreensão do todo entra em sintonia com o espírito, em um deleite contemplativo que faz com que a paisagem seja algo além do simples agrupamento de elementos, pois subsiste da própria conformação desses elementos e da percepção humana que deles resulta. Esse sentimento faz com que um agrupamento seja lido como unidade, formando uma paisagem única dentro do conjunto totalitário da Natureza. Besse (2006, p. 45) apresenta um exemplo de *stimmung* quando analisa os escritos de Goethe sobre suas viagens pela Itália:

Ver a paisagem italiana é captar a verdadeira Natureza, que é simultaneamente a ordem do cosmo e da alma humana, combinados harmoniosamente num olhar. A paisagem italiana é vista por Goethe como reconciliação entre o exterior e o interior, entre o visível e o invisível. Esta paisagem é vista ao mesmo tempo como imagem idílica, evocação nostálgica, e como revelação da eternidade inapreensível da ordem cósmica, na tentativa de justificar a ideia de que uma totalidade rompida poderia ainda ser percebida em sua integridade a partir dos vestígios da separação. Toda aventura da paisagem, em particular das ruínas humanas e naturais que nela se dispersam, reside nesta tentativa.

Serrão (2013, p. 11) explica esse sentimento ao colocar a paisagem como uma “[...] categoria mista, cultural pela forma e natural pelo conteúdo, [...] uma síntese de subjectividade e objectividade, duplicidade de realidade e idealismo, em que Vida e intuição de Vida são indissociáveis”. Assim, a paisagem caracteriza uma terceira zona ontológica entre a sociedade e a natureza, pois, nos interstícios do social e do natural, a paisagem modifica o natural, visto que o natural não é mais natureza já que é fruto da percepção humana, e modifica também o social, quando entende que o humano não é só humano porque é fruto do natural.

Simmel (2009, p. 12) entende que para a apreensão da paisagem é preciso uma distância objetiva que permite ao nosso olhar “[...] jungir os elementos paisagísticos ora nesta ora naquele agrupamento, deslocá-los entre si de múltiplas maneiras, deixar variar o centro e os limites”, deixando explícita a importância da relação ser humano-natureza e da percepção-constituição do sujeito-objeto na composição da paisagem. Dessa maneira, também podemos chamar atenção para o papel do planejamento do espaço na construção do olhar paisagístico, isso é, o papel dos arquitetos e planejadores enquanto definidores dos enquadramentos e limites do campo visual e como isso influencia a experiência estética da paisagem.

O autor também interpreta que a sensibilidade para a paisagem surgiu tardiamente no entendimento da humanidade porque, para que isso fosse possível, era preciso o afastamento do sentimento de unidade da natureza, afastamento esse promovido pela evolução técnica e tecnológica que, segundo Serrão (2013), caracteriza, do ponto de vista filosófico, a grande tragédia da humanidade: a separação ser humano-mundo, a divisão sociedade-natureza. Serrão entende que a paisagem constitui uma noção moderna que tem o intuito de reconectar o ser humano com a natureza a partir do encontro entre a unidade do espírito e o ambiente natural.

Nessa seara, podemos perceber um problema filosófico na teoria de Simmel, baseado em uma contradição que o próprio autor identifica: a paisagem é uma espécie de síntese da totalidade da natureza, um trecho de sua unidade, mas, se a natureza é uma totalidade, ela não pode ser apreensível a partir de um simples olhar para o território, um lance de vista da paisagem. Quem responde essa contradição é Rosario Assunto (2013 [1974]), quando entende que o que está contido na paisagem é a *representação* do infinito da natureza e não a sua infinidade em si.

A partir disso, Assunto (2013) aborda a paisagem a partir de uma articulação espaço-temporal, identificando modalidades espaciais que se apresentam como paisagem e abarcam diferentes dimensões de tempo. Para o autor, paisagem e espaço abarcam um complexo sistema de temporalidades e temporaneidades, envolvendo o passado, o presente e o futuro. A temporaneidade possui uma dimensão quantitativa e exclusiva, uma perpétua remoção caracterizada pelo constante aniquilamento do presente face ao emergir do futuro. É, portanto, uma sucessão de transformações que acarreta sempre um novo presente efêmero “[...] que também ele se afundará, perseguido por um ulterior *não-ainda*, destinado, por sua vez, depois do estrépito de um instante, a apagar-se em qualquer possibilidade de ser recuperado, numa ausência ainda mais sombria do que aquela de onde o vimos momentaneamente surgir: a ausência do não-ser-mais” (Assunto, 2013, p. 351).

A temporalidade, por sua vez, seria qualitativa, inclusiva e integradora que prolonga o passado no presente, antecipa o futuro e, no futuro, o presente feito passado se conserva. Trata de uma temporalidade circular, sem começo e sem fim, que não corre linearmente rumo ao envelhecimento porque se rejuvenesce e se renova a cada instante (Assunto, 2013; Serrão, 2004). Isso é, cada elemento na paisagem, cada novo ser, antrópico ou natural, animal ou vegetal, a renova e a reconstitui de uma outra

maneira. Para Assunto (2013), o espaço tecnológico-industrial urbano e extra-urbano é a imagem do tempo como não-memória e não-espera, uma finitude que se afunda sobre si mesma. O espaço, lido alheio às suas paisagens, é a imagem do tempo como temporaneidade que exclui a temporalidade, pois nega a sua duração.

A relação espaço-temporal é doravante uma simples relação de mediação ou de concentração, e o sentimento de infinito tornou-se sofrimento pelo indefinido, cujas manifestações extremas são claustrofobia e agorafobia. O espaço da cidade já não é imagem do tempo como *temporalidade* (qualitativa) histórica, mas imagem do tempo como *temporaneidade* (quantitativa) *mecânica*: e o espaço em torno da cidade é um território de urbanização industrial ou agrícola-industrializada, no qual a paisagem morre porque o seu espaço é imagem da temporaneidade serial, e não do tempo como qualidade. Do tempo-quantidade, digamos, e não da temporalidade qualitativa. Daquela temporalidade qualitativa que, se nas cidades que antecederam a transformação tecnológico-industrial do mundo (e daquilo que nelas ainda sobrevive) era, como vimos, a temporalidade como *história*, aqui, no espaço extra-urbano na medida em que não foi ainda industrializado, ou nem sequer dividido em lotes para uma sua mais ou menos próxima urbanização, é a temporalidade enquanto *natureza* (Assunto, 2013, p. 356, grifos do autor).

A interpretação que temos dessa discussão sobre disposição anímica, conexão do espírito com a natureza, temporaneidade e temporalidade, expressos na paisagem, é que a apreensão espacial, tida a partir da paisagem, acarreta uma outra relação afetiva com a natureza, as pessoas e os seus territórios de vida. A apreensão do espaço, para constituir paisagem, precisa se temporalizar, entendendo os processos que geraram as realidades que observamos, lembrando o caráter de intencionalidade contido no ato de observar. A experiência estética com a paisagem e os elementos nela expressos precisa levar em conta a história ali contida, os símbolos, significados e ideologias, os laços afetivos que as comunidades historicamente construíram com os objetos e a natureza, visto que a planificação do espaço atenta contra a construção histórica de suas paisagens. A paisagem precisa ser tomada como uma dimensão da existência humana, refletindo-se em um ato político de leitura e intervenção do/no mundo.

Paisagem como possibilidade de leitura política do mundo

Discutimos o papel da estética da paisagem como ponte entre o espírito humano e a natureza, mas esse fator não deve ser tomado como produto último da contemplação do território. É preciso inserir nessa dinâmica um elemento político, isso é, a contemplação exercida com o intuito de promover uma interpretação ética do mundo. Ao considerar a paisagem como uma dimensão da existência humana, atribuindo à estética um estatuto ético, transformamos a contemplação em um ato político, um instrumento de valorização ambiental e cultural para a sociedade. Serrão (2013) discute que a conexão subjetiva promovida pela estética da paisagem é retomada e acrescida, nos dias de hoje, de uma dimensão moral:

A experiência estética, enquanto atitude de reflexão e prazer, que capta as coisas como elas são e as conserva sem intervir no seu ser, prestando atenção à presença do que está próximo, detém um lugar privilegiado no conjunto das dimensões humanas. É por esta razão que quando se passa do plano da contemplação para o da acção - em resposta à interrogação "o que devo fazer?" - esta comporta já uma

ética da não violência, que modela o agir segundo o desinteresse, o respeito e o cuidado para com o outro (Serrão, 2013, p. 21-22).

Se a experiência estética caracteriza a representação do infinito da natureza e configura uma ponte entre a unidade do espírito humano e a Natureza totalitária (Simmel, 2009), a apreciação paisagística pode servir também como um instrumento de educação ética, social e ambiental. Apreender esteticamente uma paisagem pode ser tomado como elemento de valorização da cultura dos povos e promover o sentimento de responsabilização pela manutenção dos traços dessa cultura, do respeito à natureza e a preservação dessas duas esferas.

Nesse raciocínio e considerando que a paisagem configura uma tentativa de reconectar o ser humano com a natureza, Serrão (2013) reflete que está cada vez mais enraizada, na sociedade atual, a ideia do declínio do mundo natural devido à ação humana. Isso é, o aquecimento global e os problemas ambientais ocasionam o desaparecimento de espécies e a escassez de recursos primários, a manipulação genética, a poluição química e outros impactos, que colocam em dúvida a naturalidade do que ainda há de natural no mundo. Nas palavras da autora, "[...] a questão actual da paisagem acompanha a crise da Natureza pois, quer enquanto estrutura basilar em perigo, quer enquanto crise da sua naturalidade, a distinção entre natural primevo, ou intocado, e natural trabalhado ou intervencionado, já mal se consegue discernir." (Serrão, 2013, p. 17). Para ela, esse distanciamento cada vez maior entre sociedade e natureza acaba por fazer com que a noção de paisagem seja aplicada a domínios não naturais, como as paisagens urbanas, industriais, etc. A crise da natureza na nossa sociedade, atrelado à expansão das cidades, paradoxalmente, não colocam a noção de paisagem em extinção, mas ocasionam a expansão do seu conceito:

[Paisagem] já não designa as porções tradicionais, idílicas ou maravilhosas ainda virgens; menos ainda designa o fundo teatral, a decoração, o enquadramento, a vista e o panorama, noções que a desvalorizam como objecto secundário ou oferecido à simples contemplação, mas os espaços integrados onde se desenvolve a vida concreta das pessoas, lugar de habitação, espaço de vida (Serrão, 2013, p. 17).

Nesse sentido, a natureza é algo importante, mas não é apenas ela que compõe a paisagem. A crise da natureza, caracterizada pelo afastamento do mundo natural, ocasionada pela intervenção do trabalho humano, coloca também a noção de paisagem em crise? Refletimos se essa expansão do conceito de paisagem trata mesmo de uma expansão, ou se não o reflexo dessa perda de sentido da paisagem ocasionada pela crise da natureza. Se a relação natureza-sociedade se encontra em crise, como a paisagem sobrevive, visto que é produto dessas duas esferas? Enquanto conceito, ela sub-existe de outras formas, as paisagens urbanas, sonoras, residuais, mas, ela também continua existindo enquanto dimensão da existência humana?

A cidade e a paisagem urbana podem configurar uma negação da paisagem, se considerarmos o dimensionamento estético de Assunto (2013). A noção contemporânea de paisagem, em diversos casos, é produto da crise social com a natureza, onde o advento econômico confunde paisagem e espaço, planifica-o e faz com que o indivíduo cidadão não tenha uma experiência estética com a paisagem: ele conhece a paisagem em pinturas, viagens de lazer, mas não trata de uma experiência mundana na sua vida cotidiana, não é um elemento que compõe o seu fluir vital de existência no mundo e sim um escape turístico, pontual.

Nessa lógica, Peries *et. al.* (2013) entendem que o desenvolvimento urbano acelerado atenta contra a paisagem na cidade, refletindo nas noções de patrimônio e equilíbrio ambiental e promovendo uma transformação desenfreada dos componentes paisagísticos. Em Assunto (2013), a paisagem é o ajuizamento estético do espaço, ou seja, o momento em que o ser humano aprecia o espaço através de um estatuto estético. Entretanto, essa esteticidade não é olhar para o espaço de maneira descompromissada, e sim perceber nuances da nossa atuação espacial que são contrárias à vida humana. É ajuizar, para além da estética, as condições de existência e sobrevivência, as nossas relações, como cada indivíduo valoriza as dimensões do seu existir, isso é, os lugares, territórios, ambientes, paisagens, natureza.

Souza (2018) discute que historicamente cabe ao conceito de território a interpretação da projeção das relações de poder no espaço geográfico, sendo essa dimensão concebida quase unanimemente como base das contradições e conflitos entre classes sociais. Ou seja, a dimensão política da vida humana geralmente é interpretada pelo conceito de território, sendo o espaço um elemento resultado de relações de manifestação e projeção de poder. Enquanto isso, na história da Geografia como ciência, a paisagem foi por muito tempo abordada a partir da contemplação, mas o autor discute que ela também pode ser uma base política da vida humana, trazendo a hipótese de que “[...] o conteúdo político da paisagem e do lugar pudesse trazer mais um tom de pacificação do que de combate” (Souza, 2018, p. 390), acarretando relações mais harmoniosas entre os seres humanos com a natureza e com eles próprios.

Nesse sentido, o autor entende que a dimensão política do território possui o caráter do conflito espacial, enquanto a dimensão política da paisagem abarca o sentido do acordo e da cooperação, olhando para as pessoas que existem dentro dela. Assim, entendemos o lugar do outro e a paisagem se torna o espaço do reconhecimento de necessidades comuns, pois todos estamos sobre a Terra e precisamos dos recursos da natureza para garantir a nossa existência:

Esse raciocínio automaticamente implica considerar o lugar, enquanto concretude da experiência de alguém no mundo, que só é possível de assim ser percebida/vivida em função da intuição/abstração das vidas que são diferentes, mas, que se encaram umas às outras a partir das diferenças, porém, reconhecem-se umas às outras por um fator de convergência muito elementar e essencial: são vidas no mundo, precisando da natureza, do espaço e do tempo de maneira igual para realizarem suas trajetórias de experiências enquanto tais vidas estiverem vivas (Souza, 2018, p. 390).

Em função desse debate, o autor discute que a experiência paisagística se apresenta de maneira distinta para os diferentes grupos sociais, podendo denunciar desigualdades socioeconômicas e a própria maneira como julgamos e subjugamos grupos sociais ou culturas diferentes da base a qual fomos criados. Por exemplo: a contemplação da paisagem se dá de modo diferente para quem mora em uma casa de luxo, à beira mar, e para quem divide espaços diminutos pauperizados nas grandes áreas de ocupação de baixa renda. Esse último grupo estaria mais distante da contemplação estética da paisagem, pois a necessidade de alimento e saneamento se sobressai e distrai a apreciação paisagística. Nesse sentido, a paisagem “[...] possibilita uma reflexão sobre o enlace entre estética e ética, permitindo que as pessoas percebam a importância de ver o mundo com os olhos da completação, mas, para além disso, também vejam o mundo com olhares críticos sobre os problemas que afetam diretamente a constituição de suas existências.” (Souza; Lindo, 2021, p. 275).

Quando promovemos esse debate na construção da dissertação, estávamos mais atentos a como essa discussão se refletia na interpretação de objetos patrimoniais, isso é, como entender a paisagem-patrimônio ou os patrimônios na paisagem e como os elementos patrimoniais podem nos auxiliar na compreensão paisagística ética e estética. Entendemos que a dimensão da paisagem na compreensão de elementos patrimoniais perpassa essa mesma dinâmica, pois permite perceber práticas espaciais e culturais que expressam a nossa relação com o espaço, com o mundo, com a natureza e com nós mesmos. Na paisagem-patrimônio, reconhecemos o lugar do outro, suas virtudes e a importância da diversidade e da diferença na constituição da sociedade humana. Com isso, aprendemos maneiras distintas de solucionar os problemas que encontramos em sociedade. A paisagem-patrimônio abarca o entendimento de que não somos todos iguais e não deveríamos ser, mas que o respeito e a valorização da vida do outro é necessária para a manutenção da nossa própria vida enquanto humanidade na Terra:

A paisagem enquanto elemento patrimonial perpassa a valorização e a preservação de modos de fazer e produzir o espaço humano no mundo, além do reconhecimento de que temos muito a aprender com outras culturas e outros grupos sociais. O patrimônio, sobretudo a paisagem como bem patrimonial, toca essa discussão: é a contemplação de determinado espaço a fim de reconhecer o lugar do outro e as potencialidades da relação do outro com o mundo e, com isso, repensar as nossas próprias práticas espaciais e sociais. A finalidade da preservação deve ser associada a essa perspectiva, senão cairemos em um discurso desprovido de significado, o “preservar por preservar”, sem uma análise crítica que produza uma relação mais ética de reconhecimento e valorização do lugar do outro (Zanatta, 2022, p. 46-47).

Nessa discussão, entendemos que a paisagem se torna uma possibilidade de leitura política do mundo quando, a partir dela, ajuizamos esteticamente o modo de vida das pessoas, entendemos o lugar do outro, suas lutas, suas artes, suas histórias. Ela se torna um ato político quando utilizamos suas manifestações como forma de denunciar práticas sociais e econômicas que vão de encontro à vida e à dignidade da vida humana.

No projeto de arquitetura ou urbanismo, ela é política quando manifestamos a lógica do cuidado com a natureza, com a sustentabilidade e com a cultura, isso é, com os elementos simbólicos que os agentes sociais historicamente construíram naquele espaço. As intervenções que planificam a paisagem, que fazem do espaço urbano um espaço genérico, sem identidade, atentam contra a própria constituição da cultura da sociedade, seus laços afetivos, seus patrimônios. Portanto, defendemos que a paisagem e suas possibilidades de interpretação e crítica social precisam ser incorporadas na nossa vivência de mundo, na análise das dinâmicas da sociedade, e precisam também se refletir na maneira como pensamos os espaços, como os transformamos, na lógica da valorização dos patrimônios historicamente construídos, mas também na lógica da segregação socioespacial, das desigualdades sociais, do afastamento da visão do outro que não agrada aos nossos olhos. O ajuizamento estético da paisagem deve ser um ato político que denuncia as violências seladas contra os seres humanos e a natureza.

Considerações finais

Como vimos, a noção de paisagem passou por diversas transformações ao longo da história da ciência, com desdobramentos críticos e ampliações disciplinares. Inicialmente ela caracterizava um movimento artístico, depois passou a abarcar um instrumento de análise científica e atualmente é abordada também como um elemento constituinte da vida humana. Essas transformações e ampliações demonstram a riqueza desse conceito que cada vez mais se torna foco de estudos e discussões nas ciências humanas, em razão de suas diversas possibilidades de interpretação do mundo e das dinâmicas da sociedade.

Esse trabalho deriva de uma discussão de mestrado sobre o papel do olhar paisagístico na interpretação patrimonial de elementos que são testemunhos da atuação humana no espaço. Aplicada às missões jesuítico-guaranis, que são fruto de relações de hibridismos culturais de tempos pretéritos, a noção da paisagem como visão política do mundo nos permitiu interpretar nuances espaciais daquele território que desvalorizam a história dos agentes históricos ali presentes. Principalmente, a pouca inserção dos povos indígenas nas dinâmicas contemporâneas daqueles patrimônios, negando atores sociais chaves do complexo patrimonial missionário (Zanatta, 2022). Atualmente, em pesquisa de doutorado, desenvolvemos uma discussão sobre como essa visão pode auxiliar a interpretação de dinâmicas sociais em espaços fronteiriços. O interesse é a prerrogativa da continuidade paisagística como potencial elemento articulador de atravessamentos e dinâmicas bilaterais de cooperação e desenvolvimento territorial em áreas de fronteira.

Por isso, optamos por desenvolver esse texto articulando perspectivas interdisciplinares de diferentes campos científicos para mostrar a importância da paisagem enquanto possibilidade de leitura política do mundo. Para além de um instrumento de projeto, a paisagem também pode ser um ato de posicionamento ético, moral e estético sobre as dinâmicas da sociedade perante a própria sociedade e a natureza. Em uma lógica de produção do espaço mundialmente homogêneo, a paisagem se torna política quando olhamos para nós mesmos e o nosso papel no mundo, valorizando os patrimônios, as culturas, as identidades dos lugares, a conexão com a natureza. Mas, além disso, quando também denunciarmos as desigualdades sociais que atentam contra a própria vida humana devido às condições precárias de vivência e existência que são reflexo da sociedade que nós mesmos criamos, muitas vezes negando o lugar do outro na paisagem.

As considerações paisagísticas aqui trabalhadas caminham no sentido de promover uma lógica mais amigável e compreensiva das nossas relações humano-humano e humano-natureza, atentando para a vida e para a dignidade da vida humana. A paisagem como leitura política do mundo faz pensar também no respeito aos lugares que, para nós, podem não significar nada, mas que, para outros indivíduos, representam espaços de vínculos emocionais. É o respeito à produção coletiva do espaço e às considerações afetivas dos indivíduos no espaço. Isso abarcaria uma lógica da não degradação ou vandalização dos ambientes, não só aqueles de reconhecido valor patrimonial, mas também aqueles que expressam *modus vivendi* das pessoas no mundo, evitando ações contrárias à paisagem, isso é, que modificam e vandalizam os espaços simbólicos de memória e vinculações afetivas. A paisagem, portanto, trata dessa visão política do mundo no sentido do respeito às pessoas, à natureza e a si próprios, visto que sem sociedade - e sem paisagem - seríamos meros entes perdidos no mundo.

Agradecimentos

Agradeço à Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) pela concessão de bolsa de estudos, nível mestrado, que permitiu a elaboração da dissertação que originou esse trabalho.

Referências

- ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*. 5 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- ARISTÓTELES. *Física I-II*. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2009.
- ASSUNTO, Rosario. A paisagem e a estética. In: SERRÃO, Adriana Veríssimo (org.). *Filosofia da Paisagem*. Uma Antologia. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2013, p. 341-375.
- BARBOSA, Liriane Gonçalves; GONÇALVES, Diogo Laercio. A paisagem em Geografia: diferentes escolas e abordagens. *Élisée - Revista De Geografia Da UEG*, Anápolis, v. 3, n. 2, p. 92-110, 2014. Disponível em: <https://www.revista.ueg.br/index.php/elisee/article/view/3122>. Acesso em: 15 abr. 2021.
- BERTRAND, Claude; BERTRAND, Georges. *Une Géographie Traversière*. L'environnement à Travers Territoires et Temporalités. Paris: Éditions Arguments, 2002.
- BERTRAND, Georges. Paisagem e Geografia Física Global: esboço metodológico. *RA'EGA*, Curitiba, v. 8, p. 141-152, 2004. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/raega/article/view/3389>. Acesso em: 4 maio. 2020.
- BERTRAND, Georges. En passant par le paysage... parmi lieux et milieux, environnements et territoires. In: *GÉODOC – Documents de Recherches de l'Institut Daniel-Faucher*. Toulouse: Université de Toulouse - Le Mirail, 2009.
- BESSE, Jean-Marc. *Ver a Terra: seis ensaios sobre a paisagem e a geografia*. São Paulo: Perspectiva, 2006.
- BESSE, Jean-Marc. *O Gosto do Mundo: exercícios de paisagem*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014.
- CASTRO, Fátima Velez. "Encham os olhos de paisagem!" - ensinando a observar em geografia. Uma proposta taxonômica. *Geografia: Publicações Avulsas*, Teresina, v. 3, n. 1, p. 40-57, 2021. Disponível em: <https://revistas.ufpi.br/index.php/geografia/article/view/11250>. Acesso em: 6 out. 2021.
- CLAVAL, Paul. *Epistemologia da Geografia*. 2. ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2014.
- JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo. *Dicionário Básico de Filosofia*. 5 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- KOHLSDORF, Maria Elaine. *A Apreensão da Forma da Cidade*. Brasília: Universidade Nacional de Brasília, 1996.
- KOHLSDORF, Maria Elaine; KOHLSDORF, Gunter. *Dimensões Morfológicas dos Lugares*. Dimensão Topoceptiva. Brasília, 2005.

LYNCH, Kevin. *A Imagem da Cidade*. Lisboa: Edições 70, 1960.

MACEDO, Silvio Soares. *Paisagem, Urbanização e Litoral - do éden à cidade*. 1993. Tese (Livre Docência em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

MACIEL, Ana Beatriz Câmara; LIMA, Zuleide Maria Carvalho. O conceito de paisagem: diversidade de olhares. *Sociedade e Território*, Natal, v. 23, n. 2, p. 159–177, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/sociedadeeterritorio/article/view/3505>. Acesso em: 15 abr. 2021.

METAILIÉ, Jean-Paul; BERTRAND, Georges. *Les Mots de L'environnement*. Toulouse: Press Universitaires du Mirail, 2006.

MOURA-FÉ, Marcelo Martins De. Historicidade e contemporaneidade do conceito de paisagem. *Revista Tamoios*, São Gonçalo (RJ), v. 10, n. 2, p. 101–114, 2014. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/tamoios/article/download/9975/11818>. Acesso em: 15 abr. 2021.

PASSOS, Messias Modesto. *Paisagem e Meio Ambiente*. Maringá: EdUEM, 2013.

PERÍES, Lucas; OJEDA, Beatriz; KESMAN, Cecilia; BARRAUD, Silvina. *Procedimientos Para um Catálogo del Paisaje Urbano*. 1. ed. Córdoba: I+P Editorial, 2013.

SANTOS, Mário Ferreira. *Dicionário de Filosofia e Ciências Culturais*. São Paulo: Ed. Matese, 2008.

SCHIER, Raul Alfredo. Trajetórias do conceito de paisagem na geografia. *RA'EGA*, Curitiba, n. 7, p. 79–85, 2003. DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/raega.v7i0.3353>. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/raega/article/view/3353/2689>. Acesso em: 15 abr. 2021.

SERRÃO, Adriana Veríssimo. Filosofia e paisagem. Aproximações a uma categoria estética. *Philosophica*, Lisboa, v. 23, p. 87-102, 2004.

SERRÃO, Adriana Veríssimo. Paisagem: natureza perdida, natureza reencontrada? *Revista de Filosofia Moderna e Contemporânea*, Brasília, v. 1, n. 2, p. 7-27, 2013. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/fmc/article/view>. Acesso em: 3 abr. 2021.

SILVA, Marcia Alves Soares. Temos o direito de imaginar na Geografia? Sobre imaginações, emoções e paisagens culturais a partir de uma perspectiva simbólica. In: TORRES, M. *Fronteiras da Paisagem*. 1. ed. Campo Mourão: Fecilcam; Curitiba: Editorial Casa, 2022, P. 221-256.

SILVA, Gladis de Fátima Nunes Da; OLIVEIRA, Ivanilton José De. Paisagem: evolução conceitual, interpretações e abordagens na geografia. In: XV EGAL - ENCUENTRO DE GEOÓGRAFOS DE AMÉRICA LATINA, 2015, Havana, Cuba. *Anais [...]*. Havana, Cuba: Ed. da Universidad de Havana, 2015. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal15/Teoriaymetodo/Metodologicos/04.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2021.

SILVEIRA, Roberison Wittgenstein Dias; VITTE, Antonio Carlos. A Paisagem em Humboldt: da instrumentalização do olhar a percepção do Cosmos. In: XII EGAL – ENCUENTRO DE GEOÓGRAFOS DE AMÉRICA LATINA, 2009, Montevideu. *Anais [...]*. Montevideu, Uruguai. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Teoriaymetodo/Pensamientogeografico/27.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2021.

org.mx/egal12/Teoriaymetodo/Pensamientogeografico/27.pdf. Acesso em: 12 abr. 2021.

SIMMEL, Georg. *Filosofia da Paisagem*. Covilhão: LusoSofia Press, 2009.

SOUZA, Reginaldo José. Paisagem e lugar: alicerces de uma outra política. *Revista Geografar*, Curitiba, v. 13, n. 2, p. 380-393, 2018.

SOUZA, Reginaldo José; LINDO, Paula Vanessa de Faria. A paisagem como visão política da natureza. In: FIDALGO, Pedro (org.). *Dinâmicas da Paisagem: entre a realidade e o desejo*. 4. ed. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2021, p. 265-280.

SOUZA, Reginaldo José; LINDO, Paula Vanessa de Faria; KOZENIESKI, Éverton de Moraes. Manifesto paisagístico por uma sociedade diferente da natureza. In: TORRES, M. *Fronteiras da Paisagem*. 1. ed. Campo Mourão: Fecilcam; Curitiba: Editorial Casa, 2022, p. 19-38.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. Espaço geográfico uno e múltiplo. *Scripta Nova*, v. 5, 2001. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/sn-93.htm>. Acesso em: 9 mar. 2021.

VERDUM, Roberto; VIEIRA, Lucimar de Fátima dos Santos; PIMENTEL, Maurício Ragagnin. As múltiplas abordagens para o estudo da paisagem. *Espaço Aberto*, v. 6, n. 1, p. 131–150, 2016. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/EspacoAberto/article/view/5240/3848>. Acesso em: 15 abr. 2021.

VITTE, Antonio Carlos. Da sensibilidade à representação da paisagem: considerações sobre a estética da natureza como um recurso para a sensibilização ambiental. *RA'EGA*, Curitiba, n. 20, p. 7–17, 2010. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/raega/article/view/20601/13736>. Acesso em: 3 abr. 2021.

ZANATTA, Yuri Potrich. *Paisagem, Patrimônio e Políticas Públicas: as missões jesuítico-guaranis como elo raiano na fronteira entre Brasil, Argentina e Paraguai*. 2022. 185 f. Dissertação (mestrado em Geografia) – Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal da Fronteira Sul, Erechim, 2022. Disponível em: <https://rd.uffs.edu.br/handle/prefix/6153>. Acesso em: 05 dez. 2023.

A PAISAGEM DA RESISTÊNCIA

Notas a partir de Manzano, Lefebvre e Cosgrove

THE RESISTANCE LANDSCAPE
Notes from Manzano, Lefebvre and Cosgrove

Rodrigo Silva¹ e Rosângela Lunardelli Cavallazzi²

Resumo

O conceito de paisagem é complexo no campo das ciências sociais, possuindo uma multiplicidade de sentidos e abordagens. Este artigo tem como objetivo discuti-lo na perspectiva do conceito de paisagem da resistência, a partir de Jordi Manzano, Henri Lefebvre e Denis Cosgrove. Essa construção teórico-prática se constituiu a partir da revisão narrativa de literatura focada nesses três autores, à luz do conceito do Antropoceno, da teoria espacial lefebvriana com seu processo de diferenciação do espaço e do caráter simbólico na discussão da paisagem em Cosgrove. A discussão desse conceito tem demonstrado que a transformação da paisagem por culturas hegemônicas, dominantes, através de instrumentos técnicos pressiona, e muitas vezes suprime, as paisagens construídas por culturas resistentes, em conflito pela manutenção de suas práticas sociais instituintes diante do processo de homogeneização e padronização da paisagem.

Palavras-chave: paisagem, paisagem da resistência, culturas hegemônicas, produção do espaço, projetos urbanos.

Abstract

The concept of landscape is complex in the social sciences field, with multiples meanings and approaches. This article discusses it from the notion of resistance landscape from Jordi Manzano, Henri Lefebvre, and Denis Cosgrove. This theoretical-practical construction came from the narrative review of these three authors's literature, from the concept of the Anthropocene, Lefebvrian spatial theory with its differentiation of space process and the symbolic character of the landscape in Cosgrove. The discussion of this concept has demonstrated that the transformation of the landscape by hegemonic, dominant cultures through technical instruments presses and suppresses the landscapes built by resistant cultures, which try to preserve its instituting social practices in the landscape standardization process.

Keywords: landscape, resistance landscape, hegemonic cultures, production of space, urban projects.

¹ Mestre em Arquitetura e Urbanismo pelo Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGAU/UFRN) (Linha de pesquisa de Intervenções Territoriais, Habitação Social e Cidadania). Doutorando do Programa de Pós-graduação em Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PROURB/UFRJ). Colaborador do projeto de extensão Fórum Direito à Cidade (DARQ/UFRN) e Pesquisador do Laboratório Direito e Urbanismo (LADU).

² Pós-Doutora pela École Doctorale Villes et Environnement – Université Paris 8. Doutora e Mestre em Direito (UFRJ e UFSC). Professora e Pesquisadora do Programa de Pós-graduação em Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PROURB/UFRJ) e do Departamento de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC- Rio). Coordenadora do Laboratório Direito e Urbanismo (LADU).

Introdução

A paisagem como disciplina e campo teórico constitui conceito/categoria analítica importante para a compreensão dos processos que relacionam sociedade e natureza, bem como os impactos da atividade humana sobre a Terra e sobre a própria sociedade. A paisagem, como conceito, na acepção semiótica, ou seja, enquanto feixe de possibilidades e obstáculos, possui uma multiplicidade de sentidos, fato que inviabiliza sua discussão fora de um contexto material determinado. Sua dimensão multidisciplinar aponta justamente para a variedade de compreensões e aplicações que o estudo da paisagem pode apresentar, o que o torna um conceito altamente mobilizado nas ciências sociais.

Leonardo Name (2011) nos alerta sobre a importância de compreender o sentido polissêmico do conceito de paisagem e suas diversas abordagens, sob o risco de, ao não o fazer, banalizar seu uso. Dessa forma, é de extrema importância encaminhar compreensões amplas sobre o conceito e suas abordagens para a definição de métodos e caminhos de pesquisa fundamentados, principalmente diante dos conflitos claros entre os paradigmas da modernidade³ e a natureza, que inauguram o Antropoceno e redefinem por completo a compreensão dos impactos da atividade humana no planeta. A consciência da problemática ambiental-ecológica, pautada na crise desses paradigmas e nos reflexos das mudanças climáticas, possibilitam novos cenários epistemológicos para o estudo da paisagem neste contexto.

Inaugurado na geografia moderna⁴ entre o século XIX e XX com os estudos vidalinos⁵, o campo da paisagem passou por diferentes abordagens, da geografia positivista à crítica, captando as alterações que ocorreram desde os estudos de Carl Sauer (1998)⁶,

³ Loures (2011), ao buscar em sua tese reflexões sobre rastros de uma escritura em projeto e as nuances de um pensar urbano no espaço imaginal, discute sobre as teorias modernas e seus paradigmas. A autora recupera o conceito de paradigma de Morin (2005, 2002), onde o paradigma seria “algo que exclui os problemas que não reconhece, na necessidade constante de confirmar o determinismo e descobrir novas evidências auto-ocultando-se. O paradigma é cogerador do sentimento de realidade, estando todo tempo ligado aos discursos e visões de mundo” (Loures, 2011, p. 2, ficha “Teorias Modernas”). Dessa forma, Loures (2011) identifica a obsessão pela previsibilidade como um dos principais paradigmas que acompanha a modernidade, sendo sua própria noção. Essas ideias trabalhadas pela autora servem de base, aqui, para a compreensão dessa modernidade e seu acirramento dentro da era do Antropoceno, a qual pode ser encarada, nos termos de Giddens (2002), como uma radicalização da modernidade, um abraço às incertezas.

⁴ Ainda é possível considerar outros marcos para o surgimento da paisagem, como as compreensões filosóficas instituídas a partir de George Simmel em 1913, as quais encararam pela primeira vez a paisagem enquanto um recorte da natureza e, portanto, enquanto noção fragmentada da mesma (SIMMEL, 1996). A relação de interdependência entre paisagem e natureza elaborados por Simmel, porém, nos levam a noções de paisagem mais antigas, inseridas ainda dentro do período do Renascimento, no século XIV, quando sua noção pictórica surgiu. Quanto a isso, cabe ainda citar as contribuições de Baudelaire e Ruskin, já no século XIX, quanto a constituição da paisagem urbana moderna durante a industrialização e sua representação na pintura, quando ambos já teciam considerações críticas aos processos técnicos e de previsibilidade da reprodução da realidade (KERN, 2010). Neste artigo, porém, iremos nos ater nas compreensões geográficas do campo, sendo este nosso ponto de partida – o que não nos isenta dessas outras compreensões aqui elaboradas.

⁵ “Geógrafos como [Paul Vidal de] La Blache e Demangeon adotaram uma visão neolamarckiana, marcada pela noção de que as espécies adquirem hábitos, transmitidos por descendência. [...] É a partir das noções de ‘adaptação ao meio’, presente na obra de Lamarck, e de ‘hábitos adquiridos pelo homem’ que se estruturam categorias como [...] o ‘gênero de vida’ de La Blache, que, de certa forma, [substitui] o termo ‘cultura’, praticamente ausente no Funcionalismo. [...] Pode-se perceber que a cada gênero de vida, que possui sua localização específica na superfície da terra e sua específica adaptação ao meio, corresponde uma paisagem-tipo. A paisagem, entretanto, não é termo corrente de La Blache, é citada eventualmente, e se confunde com a região, o mais importante conceito vidalino” (Name, 2011, p. 166–167).

⁶ Carl Sauer aponta em seus estudos sobre paisagem a existência de paisagens naturais e culturais. O primeiro grupo seria composto por aquelas supostamente intocadas pela ação humana, enquanto o último, por aquelas que possuem esse tipo de intervenção, sendo a cultura o agente e a área natural seu

que abordam a paisagem através da compreensão material e geográfica da intervenção da cultura⁷ sobre a mesma, chegando aos estudos que destacam mais o seu valor simbólico, artístico ou moral e que compreendem paisagem e cultura como elementos em constante tensão dialética, se autoproduzindo e autorreproduzindo, como em Augustin Berque (2012)⁸, Donald Meinig (2002)⁹, Milton Santos (2008)¹⁰ e Denis Cosgrove (1998b). Os redirecionamentos no campo da geografia cultural revelaram a paisagem simbólica como uma nova vertente de estudo, onde a necessidade de olhar para além dos seus aspectos morfológicos mostrava-se essencial para a compreensão completa dos seus processos de transformação.

Considerando, portanto, o sentido polissêmico dos estudos da paisagem, mais especificamente este inserido na Geografia Cultural, e as novas compreensões dos processos de sua transformação a partir do Antropoceno¹¹, este artigo tem como objetivo discutir a paisagem a partir do conceito de paisagem da resistência¹², mobilizando as discussões encampadas por Jordi Manzano, Henri Lefebvre e Denis Cosgrove.

O primeiro autor fundamenta as notas aqui elaboradas a partir de suas discussões sobre a constituição do Antropoceno e suas relações com o ambiente; o segundo autor, nos auxilia a partir de sua teoria espacial, da condição tripartite do espaço abstrato e do processo de diferenciação do espaço, articulados aqui com o estudo da paisagem; já o último, geógrafo do campo radical, nos apresenta ideias consistentes sobre a paisagem simbólica e sua compreensão cultural. A intenção ao reunir os estudos desses três autores é refletir sobre o processo paradigmático da modernidade

meio (Sauer, 1998).

7 O conceito de cultura aqui estabelecido e utilizado durante todo o artigo parte das concepções da geografia cultural, onde cultura é compreendida como o conjunto de conhecimentos, ferramentas e técnicas, crenças, valores, etc. de um determinado grupo de pessoas em uma sociedade.

8 Augustin Berque (2012) fundamenta seus estudos a partir do duplo papel da paisagem, marca-matriz, uma vez que ao mesmo tempo que ela é vista, ela também determina esses olhares (Berque, 2012). Estariam, conforme ele, paisagem e sujeito, a sociedade, se autoproduzindo e autorreproduzindo, criando novos significados e tendências evolutivas (Berque, 2012, p. 86).

9 Meinig (2002) também considera a paisagem em sua ambiguidade, sendo matéria e simbolismo, “não apenas por aquilo que está à frente de nossos olhos, mas também por aquilo que se esconde em nossas mentes” (Meinig, 2002, p. 35). Em seu texto “O olho que observa: dez versões da mesma cena” (2002), ele esboça a percepção que a paisagem pode ser percebida a partir de várias perspectivas: como natureza; como habitat; como artefato; como sistema; como problema; como riqueza; como ideologia; como história; como lugar; e como estética.

10 Milton Santos em sua obra “A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção” (2008) compreende a paisagem como “conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre o homem e a natureza” (Santos, 2008, p. 83), constituída por elementos naturais e artificiais, e em constante movimento dialético, de modo que as interações sociais promovem continuamente alterações na paisagem e a paisagem traz determinações à essa sociedade.

11 O conceito de Antropoceno que será mobilizado neste artigo parte da compreensão de Jordi Manzano – melhor detalhada a seguir – de que as atividades de origem antrópica no contexto global de reprodução social geraram alterações capazes de modificar a configuração do Sistema Terra (Manzano, 2020). Na construção de seu próprio entendimento do que seria a transição geológica, o autor parte “da ideia de uma economia-mundo global, estruturada a partir de uma hierarquização entre centro e periferia em que se reproduzem relações de trocas desiguais no contexto de metabolismo social crescente de dimensão global” (Manzano, 2020, p. 11–12, tradução nossa), sendo essas diferenciações essenciais para a compreensão dos principais responsáveis pela alteração da configuração do Sistema Terra.

12 A mobilização desse conceito tem sido adotada em virtude da construção metodológica e procedimentos de pesquisa no âmbito do desenvolvimento da tese [intitulada até o momento como] “Paisagens da resistência: A estandardização do território costeiro. Agentes, Construções Normativas e Projetos Urbanos – o caso - referência das comunidades da pesca artesanal no município de Natal”, do doutorando Rodrigo Silva, orientado por Rosângela Lunardelli Cavallazzi, no Programa de Pós-graduação em Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PROURB-FAU/UFRJ). No processo empírico, temos observado o processo conflitual na paisagem costeira do município de Natal, onde as alterações normativas pela revisão do seu plano diretor e a proposição de projetos urbanos estruturantes para a “requalificação” das orlas marítima e estuarina tem afetado as paisagens constituídas por grupos não-hegemônicos, dentre eles, as comunidades da pesca artesanal no município.

na paisagem, onde diferentes culturas – sejam elas dominantes ou subalternizadas, resistentes ao processo de homogeneização e estandardização da paisagem¹³ – se expressam conflituosamente. Esse processo aqui se insere em um novo momento geológico, o Antropoceno, que, para além de um conceito das ciências naturais, permite reflexões importantes a serem consideradas no campo das ciências sociais.

O conceito de paisagem da resistência aqui apresentado vem sendo construído a partir da observação empírica da transformação da paisagem pelas culturas hegemônicas, dominantes, que, através de instrumentos técnicos pressionam, e muitas vezes suprimem ou invisibilizam, paisagens culturalmente construídas por grupos autênticos locais, que com suas práticas sociais instituintes, se tornam resistentes a esse processo de homogeneização e estandardização da paisagem. As práticas hegemônicas tendem a se destacarem na paisagem, porém não são exclusivas, sendo possível observar simultaneamente a presença de paisagens que resistem em meio aos espaços dominados predominantemente por paisagens estandardizadas.

A proposta deste artigo será apresentada a partir da revisão narrativa de literatura atinente aos autores Manzano, Lefebvre e Cosgrove. Importante destacar que as reflexões introduzidas pelos autores destacados será, quando possível, articulada com outros, a partir das notas de rodapé, a fim de demonstrar as imbricações dentro do campo. Para tanto essa revisão será apresentada em três partes, uma para cada autor, resultando nas considerações finais, onde os assuntos serão articulados a fim de apresentar as construções iniciais para este conceito. A intenção, com isso, é fomentar a discussão do campo dos estudos da paisagem, a fim de inserir novas questões e problemáticas à luz dos debates sobre o Antropoceno no contexto das ciências sociais, onde os paradigmas da modernidade são de fato questionados.

Manzano: A constituição do Antropoceno – e como isso se revela na paisagem

O padrão de ocupação do Planeta Terra passou por uma verdadeira revolução. O período do Holoceno¹⁴ presenciou alterações determinantes nas formas de uso e ocupação do território pela sociedade (e na paisagem resultante desse processo, em consequência). Os impactos da ação humana sobre o planeta, entretanto, nunca foram tão consideráveis como os níveis revelados desde a Revolução Industrial, marcada pela enorme expansão na utilização de combustíveis fósseis (carvão, petróleo e gás) e pela invenção de novos instrumentos técnicos imprescindíveis na atualidade, como a máquina a vapor. O processo de industrialização possibilitou maior capacidade de adaptação do meio ambiente para as atividades humanas e alterou por completo a relação entre homem e natureza. Paul J. Crutzen, em nota na revista *Nature* (2002), visualizou ser impossível, a partir de alterações tão drásticas nessa relação, não

13 Os conceitos de cidade e paisagem standard corroboram na compreensão do conflito iminente entre paisagens de culturas dominantes e de outros grupos, que influi na concepção de uma forma única e homogênea – standard – de percepção e representação da paisagem. Este processo pode ser concebido através das manifestações do poder para viabilização de uma cultura de consumo na paisagem, articulada com sua espetacularização, como concebe Featherstone (2007). “Na paisagem da cidade standard, a uniformização predomina sobre a história produzida pelos seus moradores e, segundo uma perspectiva paisagística, se observa que o tipo de urbanização imposto é sucessivamente reproduzido e replicado em diferentes lugares, redundando em mudanças físicas e culturais e dos espaços e relações sociais diretamente vinculadas a estes lugares” (Cavallazi; Fauth, 2014, p. 5). O conceito de cidade *standard* vem sendo trabalhado nos grupos de pesquisa do Laboratório Direito e Urbanismo (LADU). Ver: CAVALLAZZI, Rosângela Lunardelli. Códigos da cidade: análise das interferências jurídico-urbanísticas na cidade standard. Relatório parcial de pesquisa do projeto FAPERJ. Rio de Janeiro: PROURB/UFRJ, 2012.

14 Cabe destacar que a era do Holoceno é marcada pelo fim da última glaciação do planeta Terra, há mais de 11 mil anos.

considerar o advento de uma nova era geológica, sobreposta ao Holoceno. O autor batizou-a de Antropoceno, considerando que essa nova era se caracterizava pela predominância e centralidade da ação humana na geologia e ecologia do planeta (Steffen; Crutzen; McNeill, 2007).

Identificado pelo aumento da concentração atmosférica de dióxido de carbono, o Antropoceno seria a inauguração de um período de aceleração no uso dos recursos naturais da Terra, evidenciando a existência de limites planetários para esse uso (Artaxo, 2014)¹⁵. Importante pontuar, apesar deste artigo não enveredar pelos estudos das ciências naturais, que a gênese do Antropoceno está vinculada diretamente a processos bioquímicos que alteram a estrutura e o funcionamento do planeta, e que esses estão totalmente vinculados com as mudanças socioeconômicas inauguradas pela modernidade. Apesar dessas alterações iniciarem antes da Revolução Industrial no século XVIII – “o desmatamento de florestas para a agricultura há cerca de 8.000 anos e a irrigação de arroz há cerca de 5.000 anos levaram a aumentos nas concentrações atmosféricas de dióxido de carbono (CO₂) e metano (CH₄)” (Steffen; Crutzen; McNeill, 2007, p. 615) –, foi a partir desse evento que as mesmas atingiram níveis críticos.

Nesse sentido, as ciências naturais compreendem que a era industrial, de fato, iniciou o processo de ampliação da utilização dos recursos naturais, diretamente relacionado ao aumento dos níveis de dióxido de carbono na atmosfera, de maneira constante. Essa relação, entretanto, sofreu alterações decisivas a partir do momento denominado pelos cientistas como a Grande Aceleração de 1945 (Steffen; Crutzen; McNeill, 2007). A partir da década de 1950, após o fim da Segunda Guerra Mundial, o crescimento da economia global alterou as tendências socioeconômicas de maneira ascendente, o que levou, conseqüentemente, ao aumento considerável no nível das taxas de consumo de recursos naturais do planeta¹⁶. A relação de crescimento proporcional e vertiginosa (dentre as tendências socioeconômicas e de uso dos recursos naturais), portanto, desencadeou o processo de alteração de outros importantes parâmetros planetários, que incidiram diretamente nas mudanças climáticas, como bem visto e divulgado na atualidade.

Apesar dessa compreensão – digna por entender que a modernidade imprimiu sobre a biosfera níveis críticos de transformação –, o conceito que parte das ciências naturais se apresenta de maneira hermética. Como destacado anteriormente, a determinação do Antropoceno a partir do nível de dióxido de carbono atmosférico revela uma compreensão fragmentada do processo, a qual só poderia ser ultrapassada a partir das ciências sociais. Sobre isso, Manzano (2016, p. 9–10) destacou que o enfoque até então trabalhado “poderia ocultar uma certa indiferença moral ou política, escondendo

15 Artaxo (2014) evidenciou alguns dos parâmetros que marcam esses limites, a saber: as mudanças climáticas; a perda de ozônio estratosféricos; a acidificação dos oceanos; ciclos biogeoquímicos de nitrogênio e fósforo; mudanças na integridade da biosfera associadas à perda da biodiversidade; as mudanças nos usos do solo; o uso de recursos hídricos; a carga de partículas de aerossóis na atmosfera; e a introdução de entidades novas e poluição química.

16 O *International Geosphere-Biosphere Programme* (2015) exemplifica enquanto tendências socioeconômicas: o (1) aumento da população mundial e população urbana; (2) o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB); (3) o aumento de investimento internacional; (4) o crescimento do consumo energético; (5) o crescimento do consumo de fertilizantes; (6) o aumento do consumo de água e sua contenção em barragens; (7) o aumento da produção de papel; (8) o crescimento do número de veículos motorizados; (9) o surgimento e posterior crescimento do setor de Telecomunicações; e (10) o aumento do Turismo internacional. Essas tendências, segundo o IGBP, tem acompanhado proporcionalmente, desde a década de 1950, o crescimento dos níveis (1) de dióxido de carbono, metano e óxido nítrico na atmosfera; (2) da temperatura da superfície terrestre; (3) de perda de ozônio na estratosfera; (4) da atividade da pesca industrial; (5) de acidificação e de nitrogênio nos oceanos; (6) de carcinicultura; (7) de perda da massa verde das florestas tropicais; (8) da privatização de terras; e (9) da degradação da biosfera terrestre (Steffen *et al.*, 2015).

questões de distribuição e responsabilidade em relação aos efeitos derivados do domínio tecnológico do Sistema Terra por parte dos seres humanos”. Tal alerta leva a reflexão sobre o Antropoceno para uma compreensão crítica da modernidade ocidental e de uma estrutura socioeconômica específica, o sistema-mundo capitalista (Wallerstein, 1999)¹⁷. Para discutir o Antropoceno¹⁸ é necessário compreender que os desequilíbrios e impactos da ação humana não ocorrem de forma conjunta, uma vez que há a persistência de desequilíbrios, desigualdades e responsabilidades internas na implantação do processo de acumulação capitalista (Manzano, 2016).

Manzano, portanto, adiciona a noção marxiana de metabolismo social na discussão, a qual revela a relação homem-natureza a partir das relações de troca e obtenção de recursos naturais e energia (por parte da sociedade) e de geração de resíduos (a partir dos recursos e energia obtidos para a produção). “Pois bem: a evolução do processo de acumulação capitalista teria dado lugar a um metabolismo crescente, que teria alcançado dimensões globais, ocupando todo o espaço natural, para integrá-lo no sistema de reprodução social” (Manzano, 2018, p. 155). Dessa forma, mais do que o aumento do dióxido de carbono atmosférico, Manzano condiciona a transição do Holoceno para o Antropoceno a partir do aumento progressivo do metabolismo social a partir do sistema-mundo capitalista, que utiliza recursos não renováveis em escala planetária (Manzano, 2021).

Para além da Revolução Industrial, Manzano observa os paradigmas da modernidade como fator essencial para essas alterações. Nesse sentido, ele parte da questão do ponto de vista, da ideia de conquista ou dominação pela visão e do individualismo como fatores ligados diretamente a cultura moderna. A imagem do *man-at-the-top*¹⁹

17 Diversos autores das ciências sociais trabalham a partir de outros conceitos a discussão do Antropoceno, como uma forma de adicionar mais camadas a discussão das ciências naturais. Jason Moore (2016) trabalha com o conceito de Capitaloceno como forma de centralizar a problemática do consumo desmedido de combustíveis fósseis e suas consequências no atual sistema de produção global, demonstrando que o problema antecede os últimos 300 anos. Outros encaminham compreensões mais específicas e mais antigas ainda, determinando o processo colonial das monoculturas como marco nessa transição geológica, rebatizando-a de Plantationceno (Haraway *et al.*, 2016). Donna Haraway avança nessas discussões propondo como meta para a sobrevivência da espécie a era do Chthuluceno, a partir de reflexões que abordam a necessidade de alteração paradigmática da humanidade, mirando numa compreensão relacional do homem e natureza, transbordando para uma era colaborativa entre espécies (Haraway, 2016).

18 É importante reafirmar que, apesar da compreensão crítica trazida por Manzano ao conceito de Antropoceno trabalhado nas ciências naturais, diferente de outras referências (como as expressas na nota anterior), ele persiste adotando a mesma expressão. Na mesma perspectiva, Svampa (2019), ao apresentar leituras sobre o conceito a partir do Sul-global, considera o Antropoceno como um campo em disputa, no qual a mesma concorda que a leitura fragmentada a partir unicamente das *ciências da terra* (como ela introduz) traz consigo uma limitação, na qual a crítica ao sistema-mundo capitalista não seria suficiente para sua compreensão. Isso, entretanto, não invalidaria as diferentes narrativas que circundam a discussão no entorno do termo, fazendo o combate epistêmico. A autora esclarece que optar por outro termo que não Antropoceno como forma de rechaço a certas visões que partem do mesmo pode representar uma interdição do debate, uma vez que “o Antropoceno como diagnóstico abre portas, cria vínculos, desafia-nos a iniciar uma conversa, a pensar o problema socioecológico numa perspectiva mais ampla em termos de contextos disciplinares, até mesmo de tradições teóricas, entre as ciências da terra e as ciências humanas e sociais” (Svampa, 2019, p. 43).

19 Manzano (2021) traz essas reflexões a partir da carta escrita por Francesco Petrarca a Dionisio di Borgo San Sepolcro contando sobre sua suposta escalada ao monte *Ventoux*, a mais alta montanha da *Provence* com 1909 metros (1333). O domínio da natureza ao seu redor pela visão seria considerado um dos marcos da modernidade. Importante destacar que, aqui, modernidade é compreendida como “um projeto que ganha força a partir do Renascimento e atinge sua maturidade com o desenvolvimento da sociedade industrial e, que nos dias de hoje, apresenta-se como um projeto inacabado” (Loures, 2011, p. 1, ficha “Teorias modernas”), marcada pelos princípios da ordem, unidade e simplicidade. Loures (2011) nos mostra que a radicalização da modernidade, desde o seu princípio, buscava mecanismos de segurança e previsibilidade – a despeito dos aspectos de insegurança tão atinentes à mesma. É dentro dessa perspectiva que Manzano (2021) também trabalhar: ver para prever, para dominar.

antecede, e muito, a revolução industrial, datando desde o Renascimento e servindo como representação constante da cultura moderna²⁰. Ela “permite-nos identificar a centralidade da visão do homem europeu como meio de domínio da natureza [e] a tensão entre o sujeito e o objeto, sendo o principal significativo do processo de diferenciação entre eles” (Manzano, 2021, p. 155). A natureza objetificada se torna elemento da equação moderna, do *man-at-the-top*, um mero elemento no metabolismo social do sistema-mundo capitalista.

Dentro desse reposicionamento do início do Antropoceno, Manzano articula esses princípios com a inauguração do processo de acumulação capitalista, demarcando a colonização das Américas como um marco, onde o Novo Mundo aparece enquanto um repositório de recursos naturais do Velho Mundo. Ou seja, o sistema colonial expõe por completo a objetificação da natureza em sua plenitude, estabelecendo o início do processo de diferenciação global que, organiza o sistema-mundo capitalista em centro e periferia (Manzano, 2021)²¹. “A ‘descoberta’ do Novo Mundo possibilitou ampliar as relações desiguais entre o centro e a periferia em escala global” (Manzano, 2021, p. 160).

Manzano (2021) demonstra que a descoberta das Américas se vincula a imagem do *man-at-the-top*, uma vez que o homem moderno desbrava o mundo única e exclusivamente para dominá-lo e moldá-lo. É interessante notar que a ideia de moldar espaço e paisagem aparece desde já, quando, ao iniciar a diferenciação entre centro e periferia, o homem moderno não apenas utiliza do Novo Mundo como repositório de recursos, mas também o molda a sua própria realidade. A história colonial brasileira é representativa desse momento, quando a natureza e os seus povos originários foram violados para a construção de novas espacialidades, que serviam para os objetivos dos Estados-Nações europeus.

Está claro, assim, que a diferenciação estrutural entre centro e periferia no sistema-mundo capitalista gera desequilíbrios e desigualdades globais nos processos de metabolismo social, onde o primeiro (o centro) é responsável em grande medida por seu crescimento. A partir dessa compreensão, Manzano nos revela que, diferente da narrativa empregada no âmbito das ciências naturais, não há equidade nas capacidades de transformação do Sistema Terra, tampouco na distribuição de responsabilidades pelos efeitos dessas transformações (Manzano, 2018). “A transformação antrópica não seria [portanto] algo pelo que se poderia responsabilizar a humanidade como um todo, assim como os seus

20 Manzano (2021) repete Marshall Berman, em Tudo que é sólido desmancha no ar (2007), também rememorando Fausto, de Goethe, como representação dessa cultura moderna. Berman analisa e adota a obra de Goethe como metáfora para se referir a um tempo turbulento de mudanças geradas pela modernidade, vendo Fausto como uma interpretação literária da modernização através dos processos de sonhos, amor e progresso. Interessante notar que, assim como as consequências do aumento crescente do metabolismo social no Antropoceno, Goethe finda sua obra destacando os aspectos destrutivos da modernidade, os quais Berman utiliza para criticar o desenvolvimento desenfreado do sistema-mundo capitalista.

21 A teoria do sistema-mundo elaborada por Wallerstein (1999) compartimenta o mundo em três categorias: centro, periferia e semi-periferia, desenvolvido a partir do conceito de divisão internacional do trabalho produzida pela estrutura capitalista. Dessa forma, compreende-se a existência de uma dependência estrutural dos países periféricos aos países centrais, que possuem o controle das principais fontes de recursos naturais, redes de mercado e influência (na mesma direção que a teoria cepalina da dependência). Santos, em sua discussão sobre a natureza do espaço (2008), elabora questões que evidenciam a consciência das relações dependentes entre centro e periferia, no processo de globalização da técnica, que indubitavelmente ocorria de forma desigual, iluminando certos territórios enquanto tornava outros opacos. Essa compreensão floresce posteriormente, quando o autor aborda a globalização (SANTOS, 2000), destacando a necessidade de construir um pensamento que demonstra a centralidade da periferia, de modo a propiciar o que Santos chamou de uma globalização de baixo para cima. Essas ideias serão importantes para este artigo ao elaborarmos o processo resistente, o qual surge justamente da interposição de grupos periféricos ao processo de globalização de cima para baixo.

efeitos tampouco se distribuiriam de maneira homogênea entre todos os seres humanos” (Manzano, 2018, p. 158).

Dessa forma, reações negadoras (por óbvio) e reformistas perdem sua força, uma vez que o sistema econômico como um todo precisa ser completamente alterado. E esse é um dos grandes avanços que uma visão sociológica da era do Antropoceno proporciona. Abdicando da crença que a revolução técnica seria capaz de resolver a problemática das mudanças climáticas causadas pelo aumento crescente do metabolismo social (como notado inicialmente nas ciências naturais)²², Manzano e outros autores apontam para a necessidade de mudanças paradigmáticas, advindas de reações disruptivas, que vão de encontro a compreensão moderna de que a tecnociência é suficiente para enfrentar tais problemas, logo, muito arraigada na compreensão das ciências naturais sobre os efeitos imprescindíveis da transformação antrópica do planeta (Manzano, 2018).

O caráter estrutural da diferenciação entre centro e periferia assim, demonstra que “o sistema institucional, as formas de apropriação” (Manzano, 2018) são igualmente desiguais. Manzano analisa este fato a partir do Direito, reivindicando que o problema, pois, não seria a má aplicação das normas, mas a distorção de todo o sistema. Importante registrar que, tal reflexão também se aplica a outros campos²³. O processo de acumulação capitalista implica em um processo de desigualdade, no qual os entes centrais e dominantes mantem sua hegemonia a partir de estruturas de poder homogeneizadoras – no qual o Estado desempenha um papel fundamental para expansão da economia-mundo capitalista –, negando, portanto, a existência de outras culturas que não a central. Neste contexto a ideia de cidadania, enquanto cria um espaço social e econômico homogêneo, também incorpora outros territórios e populações ao sistema, subalternizando-os (Manzano, 2018). Esse processo converge indubitavelmente à “colonização de todo o espaço físico pelos seres humanos, isto é, a urbanização do planeta” (Manzano, 2018, p. 155), sendo as cidades “espaços de criação cultural e, portanto, de impulso da homogeneização cultural em escala planetária” (Manzano, 2018, p. 165).

A urbanização é produzida frente a um projeto antrópico homogeneizante, articulado a partir da construção de uma paisagem que revele os aspectos globais do sistema-mundo capitalista. O Antropoceno, portanto, inaugura um acirramento desse processo de homogeneização da paisagem, onde a diferenciação entre centro e periferia, dominantes e subalternos, produz objetos homogêneos, estandardizados. Uma mudança no paradigma das práticas sociais dominantes, portanto, seria necessária a fim de enfrentar a instabilidade do complexo socioecológico global emergente (Manzano, 2021). Manzano observa que essa mudança deve ocorrer, dentre outras formas, a partir de políticas de descolonização do conhecimento e novas narrativas e discursos que confrontem a modernidade hegemônica do Antropoceno e seus atores, possibilitando assim que grupos e culturas subalternizados confrontem a mudança

22 “A ideia de um Antropoceno bom está ligada às respostas tecnocientíficas e gerencialistas à crise ambiental [...]. O desenvolvimento sustentável é sintomático de tais abordagens porque não implica mudanças substanciais nos processos de reprodução social e nas políticas da verdade, endossando uma perspectiva ecomodernista colonial, que está profundamente ligada à construção moderna do indivíduo” (Manzano, 2021, p. 166).

23 As formas de fazer arquitetura e fazer cidade a partir da modernidade ocidental estão igualmente conectadas as relações de dominação hegemônicas. Ailton Krenak (2015) mobiliza ambos os campos, dentre tantos outros, ao retratar as matrizes de dominação da Terra que formam os campos de conhecimento hegemônicos. Dessa forma, o modelo de urbanização dominante tem figurado como instrumento nesse processo, onde a supremacia da técnica, segundo Krenak (2015), sustenta as marcas do Antropoceno, como a espoliação de grupos sociais vulneráveis nas mais diversas escalas e em diversas partes do mundo, com destaque para as áreas periféricas do capitalismo tardio.

geológica.

Lefebvre: A teoria espacial *lefebvriana* – o espaço abstrato e a paisagem por ele constituída

A discussão elaborada a partir do conceito de Antropoceno, construída anteriormente com Manzano, nos leva a cidade, a *pólis*. Manzano nos apresenta o processo de urbanização como uma transição lógica para a acumulação capitalista. A concentração dos meios de produção e de consumo nas cidades a partir desse modo de produção concretizou o fenômeno urbano como uma realidade crescente do processo de dominação da Terra pelo homem. O *Anthropos* antes de tudo é um sujeito iminentemente urbano.

A ideia de colonização de todo o espaço pelo homem é compreendida por Lefebvre durante toda sua obra. O duplo processo industrialização-urbanização observado pelo autor sinalizava o movimento de concentração articulado pela era industrial, a partir da qual a urbanização e o urbano tomavam forma (LEFEBVRE, 2009). Há, portanto, em Lefebvre, uma discussão fértil sobre as cidades sob o sistema capitalista, existindo pontes entre sua compreensão e aquela adicionada pelas discussões já encampadas aqui sobre o Antropoceno. Esse autor observa a modernidade a partir de uma discussão espacial, adicionando novas camadas que serão essenciais para a construção da categoria proposta neste artigo.

Considerado um sociólogo do cotidiano, Lefebvre estruturou seu pensamento a partir da *práxis*, convergindo sua produção com o mundo real e afastando-se de meras totalidades abstratas. Observador de transformações turbulentas da sociedade moderna, como a Primeira Guerra Mundial e a Revolução Russa (Harvey, 1992), além da efervescência cultural considerável somada com inquietações sociais latentes, Lefebvre teorizou sobre as cidades e o urbano a partir desse contexto²⁴, apresentando uma nova perspectiva para a compreensão do espaço diante da modernidade e uma crítica consistente ao planejamento tecnocrático moderno, revelando um processo de intensa investigação e escrita sobre a natureza da urbanização e da produção do espaço.

Lefebvre nos revela o espaço não mais como mero plano de fundo das relações sociais, mas como produto histórico e social dessas. Ele não é mais estritamente geográfico, visto como espaço vazio, mas como resultado das relações de uma sociedade, sendo produzido e produzindo ele mesmo processos sociais, econômicos e políticos. Bastante crítico ao afastamento pragmático do pensamento filosófico à *práxis* e aos pensamentos estáticos e absolutos de filósofos cartesianos sobre o espaço, Lefebvre refletiu sobre mudanças epistemológicas importantes, onde ele via como grande

²⁴ Lefebvre foi contemporâneo crítico do pensamento dos situacionistas. Dentre esses, podemos destacar a sua relação com Guy Debord, do qual a obra *A Sociedade do espetáculo* (2007) apresenta muitas relações diretas com a obra *lefebvriana*. O movimento da Internacional Situacionista, aqui representado por Debord e sua obra, pautavam-se, como Lefebvre, na recusa à especialização no campo dos conhecimentos, contrapondo-se fortemente às lógicas do movimento moderno-funcionalista. Também podemos destacar a crítica à cidade como mercadoria, encontrada nas obras de ambos os autores, onde as categorias marxistas do fetiche da mercadoria e da alienação são espacializadas no tecido urbano. O próprio conceito de *Direito à Cidade*, construído por Lefebvre, encontra relação com os objetivos sistemáticos da Internacional Situacionista. O primeiro, conclama a necessidade de retomar a cidade para a realização plena da classe trabalhadora, des-alienando o processo de produção capitalista e, por tanto, a própria cidade. Já o segundo, também centra no processo desalienante, pautado principalmente pelos momentos e pela *Deriva*, vista como ato e ação política especializada, como uma forma de crítica a cidade museificada e alienante.

questão a identificação do espaço, não como coisa ou substância – apesar de até apresentar certa materialidade –, mas como um conjunto dessas relações.

A partir da fenomenologia francesa, das dialéticas hegeliana e marxista e do pensamento nietzschiano, Lefebvre, então, construiu sua compreensão dialética tripartite do espaço, onde os três momentos adquirem igual valoração (Schmid, 2012). A teoria apresentada reverbera essa nova dialética ao compreender que o espaço social produzido está triplamente determinado, através da relação interconectada desses três momentos: a “prática espacial”, as “representações do espaço” e os “espaços de representação”, relacionados respectivamente com uma segunda noção paralela, fenomênica, que observa o espaço como espaço percebido, concebido e vivido (esse, a cotidianidade). Dessa forma, Lefebvre nega hipóteses anteriores que viam o espaço como lugar “vazio”, ou como mero produto material da sociedade (Lefebvre, 2008, 1992)²⁵.

Em tensão dialética, em diferentes frequências, formas, ritmos e lógicas, a noção tripartite espacial de Lefebvre, portanto, apresenta o espaço em sua totalidade, escapando de concepções fragmentadas e recortadas de si, onde “as pesquisas culminam seja em descrições (sem alcançar o momento analítico, ainda menos o teórico), seja em fragmentações e recortes do espaço” (Lefebvre, 1992, p. 25). Ele apresenta a prática espacial como produção e reprodução do espaço, na qual pode ser percebida; as representações do espaço como a contraparte que é concebida, ligada aos conhecimentos, signos e códigos e, portanto, diretamente relacionadas com os tecnocratas, planejadores e urbanistas; e, os espaços de representação, identificados pelos simbolismos complexos interpostos como um espaço vivido, apropriado pela imaginação que se interpõe a dominações. Em outras palavras, o espaço percebido representa as práticas sociais de um grupo, enquanto o espaço concebido e o espaço vivido são seus reflexos, de modo que o primeiro impõe sua representação sobre o vivido, enquanto esse representa o simbolismo dos seus habitantes.

Lefebvre, portanto, determina que a prática espacial é inerente a uma sociedade e que diferentes sociedades apresentam práticas espaciais diferenciadas, de modo que cada uma delas produz seu próprio espaço (Lefebvre, 2008, 1992). A existência de várias sociedades concebe a possibilidade de existência de inúmeros espaços sociais. Esses, entretanto, não se diferenciam ou se isolam, estando sobrepostos, entrelaçados e constantemente interconectados. A partir dessas práticas, as representações do espaço buscam, através do espaço concebido, representa-las e enquadrá-las em seus códigos e signos, assim como os aspectos vividos desse espaço, representados pelos

²⁵ David Harvey apresenta leituras espaciais baseadas nas *lefebvrianas*. Embasado também numa dialética de espaço-temporalidade, Harvey estrutura três maneiras fundamentais de compreensão do espaço-tempo: a do espaço absoluto, do espaço relativo e do espaço relacional (Harvey, 2012, 2013). O espaço absoluto está evocado na materialidade, relacionado com a teoria absoluta newtoniana-descartiana-kantiana. O espaço absoluto é o espaço dos acontecimentos materiais, dos valores de uso na teoria marxiana. O espaço relativo, como o próprio nome determina, se assenta nas teorias de Einstein, compreendendo que o mundo em movimento é definidor do espaço-tempo, o qual neste nível de compreensão não está fixo, diferente do primeiro, necessitando sempre de uma referência (Harvey, 2013). Já o espaço relacional “declara que o espaço-tempo não tem existência independente, que ele é inerente à matéria (espaço absoluto) e ao processo (espaço relativo), sendo por eles criados” (Harvey, 2013, p. 24) (parênteses nosso). Relacionado com a teoria do valor de Marx, o espaço relacional recebe interferência internas e externas ao processo que se relaciona, criando uma rede de relações mais complexas que o espaço relativo, apesar de, como nesse, compreender o espaço-tempo como partes indissociáveis. Harvey (2012), inclusive, ao discutir sobre o espaço, elaborou reflexões conjuntas da sua teoria espacial com a teoria *lefebvriana*, intercruzando matricialmente a prática espacial (espaço percebido), as representações do espaço (espaço concebido) e os espaços de representação (espaço vivido), da tríade espacial *lefebvriana*, com o espaço absoluto, o espaço (tempo) relativo e o espaço (tempo) relacional. O esforço de sistematização do autor demonstrou a inevitabilidade de percorrer dialeticamente entre as categorias para aprofundar análises e reflexões. “As tensões dialéticas não só não devem ser mantidas intactas. Elas devem ser continuamente expandidas” (Harvey, 2012, p. 36).

espaços de representação. Este, por fim, apresenta os outros dois de forma simbólica e imagética, ligando-se aos fatores criativos.

A relação tripartite do espaço abstrato é então apresentada a partir de uma observação crítica do espaço, trazendo contradições, possibilidades e temporalidades dos fenômenos espaciais passados a fim de captar neste processo justamente as rupturas que reduzem o espaço e a cidade, antes obra, em produto e mercadoria. Com isso, Lefebvre (1992) reforça que o espaço abstrato não é neutro, de modo que aqueles que o concebem agem sobre seus habitantes, aqueles que o vivem, impondo suas representações. Há aqui, como na discussão sobre o Antropoceno, uma compreensão de uma relação dialética entre dominantes e subalternos, aqueles que concebem e os que vivem. O espaço abstrato, podemos dizer, se apresenta como o espaço do Antropoceno, da hegemonia e da homogeneização.

O espaço abstrato (*do-Anthropos*) traz, a partir de Lefebvre, várias contradições e conflitos que marcam esse processo. Como destacado no item anterior, a relação centro e periferia oferece uma diferenciação global, na qual o centro comprime e subjuga (domina) a periferia, utilizando-a como repositório de recursos materiais e a moldando as suas necessidades. Dessa forma, a concepção desse espaço (abstrato) dentro do sistema-mundo capitalista, converge para um distanciamento da natureza, a fim de destruí-la (Lefebvre, 1992). Como na discussão sobre o Antropoceno, onde visualizamos a objetificação da natureza, Lefebvre nos aponta para o processo de transformação e dominação desse meio pela técnica, destruindo-o. O espaço abstrato, assim, se consagra como parte dissociada da natureza e de tudo aquilo que vem da mesma. O próprio Lefebvre determina isso ao definir que a natureza “cria”, e não “produz”, uma vez que, como Obra, é única e não apenas um produto reproduzível. A cidade, por sua vez, com o duplo processo de industrialização-urbanização, perdeu o seu caráter de obra, tornando-se produto.

Esse processo coloca o espaço abstrato como avesso à tudo que não é reproduzível, a toda diferença, ao que insiste em não se homogeneizar²⁶. Esse espaço homogeneizado, o espaço abstrato, é o espaço do valor de troca, que tende a absorver o valor de uso, o qual se torna uma mercadoria. Estando o espaço interligado com as práticas sociais, portanto, essas também são regidas pela troca. É justamente quanto a essas contradições que trabalha o espaço concebido, uma vez que a concepção do espaço enquanto fetiche é necessária para trocá-lo, tornando-o, assim, homogêneo – de modo que seja possível valorá-los à sua medida (Lefebvre, 1992).

Além de homogêneo, o espaço abstrato também é fragmentado e recortado, principalmente pelos tecnocratas e burocratas que o concebem, que determinam barreiras para impedir que outras formas de ver e pensar o espaço avancem. Esta condição, conforme Lefebvre (1992) expressa, condiciona o espaço abstrato a partir de um estágio de repressão, de violência, determinado principalmente pela hegemonia que o modela. As estratégias são diversas e promovem uma prática espacial autoritária, utilizadas pelas classes dominantes como instrumento de poder, a fim de organizar a produção, suas forças e seus meios, assim como as relações sociais que a circundam.

O embate das contradições do espaço revela o espaço diferencial. A diferença que se impõe ao processo de homogeneização do espaço abstrato se faz resistente. Se o espaço é resultante da relação dialética entre paisagem e sociedade, é possível

²⁶ Interessante recordar que, como destacado no item anterior, Manzano também compreende a diferenciação global como um processo que leva à “colonização de todo o espaço físico pelos seres humanos, isto é, a urbanização do planeta” (MANZANO, 2018, p. 155), de modo que as cidades representam todo esse impulso da homogeneização cultural, também destacada por Lefebvre (1992).

indicar que o espaço abstrato possui, digamos, uma “paisagem abstrata”, uma paisagem homogênea, fragmentada. O processo de standardização da cidade e da paisagem passa por essas características e é contínuo, representando como síntese uma paisagem-mercadoria²⁷.

Cientes disso, o espaço diferencial representa um outro espaço dentro da dinâmica do possível-impossível, um espaço para além do abstrato e que, portanto, necessita de outras paisagens. Considerando a resistência como um processo de materialização da negação ativa ao processo de homogeneização, uma contraposição à força homogeneizante, seria então essa a interposição material a violenta pressão a práticas sociais instituintes que resistem ao movimento de grupos dominantes. Os grupos subalternizados, diante do contexto da era do Antropoceno e de radicalização da modernidade, resistem a esse processo também de forma radical. A expressão desse movimento à diferença, então, poderia ser identificada como a paisagem da resistência, como símbolos e representações desse outro possível, ante ao processo hegemônico.

Cosgrove: As paisagens dominantes e resistentes no processo de standardização da cidade (e da paisagem)

A partir das discussões lefebvrianas sobre o espaço abstrato e o espaço diferencial, cabe, para este artigo, uma discussão sobre tais processos no âmbito dos estudos da paisagem. Como revelado anteriormente, na introdução, as abordagens do campo são múltiplas e o seu histórico revela desde abordagens fundadas na compreensão material e geográfica da intervenção da cultura sobre a mesma, como em Sauer (1998), até aquelas que tocam questões mais subjetivas. Para a construção de uma compreensão de um processo resistente na paisagem, cabe a segunda opção. Nesse sentido, os estudos de Denis Cosgrove são essenciais para o entendimento das contradições imersas na produção da paisagem sobre o sistema-mundo capitalista. As relações entre grupos, culturas dominantes e subalternizadas, geram objetos diferenciados na paisagem.

Cosgrove, como representante da geografia cultural radical, apresentou reflexões importantes, a partir do materialismo histórico, reforçando as relações entre a formação socioeconômica e as paisagens simbólicas (Cosgrove, 1998b). Para ele, os estudos da paisagem não captavam “o significado contido na paisagem humana, tendendo a reduzi-la a uma impressão impessoal de forças demográficas e econômicas” (Cosgrove, 1998a, p. 222). Sob essa perspectiva, seu estudo indica que “escolher, formatar ou

²⁷ A paisagem-mercadoria, abstrata, seria a expressão da cidade standard (Cavallazi; Fauth, 2014). A interposição às representações de grupos não-hegemônicos nos leva a standardização da paisagem dessa cidade, de modo que cada vez mais cidades completamente diferentes apresentam paisagens similares (Fauth, 2015). Rolnik (2019), mais recentemente, avançou nesse mesmo sentido ao comentar sobre as paisagens para renda e as paisagens para a vida. Ela inicia suas reflexões justamente questionando como essas paisagens, tão singulares em suas formas arquitetônicas, são repetições exaustivas de modelos hegemônicos de cidades globais. “Chicago, Dubai, Astana, Belgrado, Rio de Janeiro: torres corporativas brilhantes e espelhadas, hotéis de bandeira internacional, shopping centers, museus, centros de convenções, todos idênticos” (Rolnik, 2019, p. 21). Ao discutir sobre isso, a autora traz reflexões profundas sobre o papel do Estado nessa relação contraditória entre essas duas paisagens que se entrelaçam nas cidades, destacando o paradigma da propriedade individual registrada como uma questão central. A supremacia da propriedade privada pressiona outros modos e tipos de vínculos territoriais; um exemplo perfeito de como o espaço concebido e suas representações pressiona o vivido, na ótica lefebvriana. É a partir desses outros modos e tipos de vínculos territoriais que Rolnik (2019) vislumbra “processos coletivos de construção de contraespaços, um conglomerado híbrido de práticas que, nas margens, fissuras e porosidades, prototipam futuros” (Rolnik, 2019, p. 39), sendo esses necessários para a descolonização da imaginação planejadora e da ideia hegemônica de homogeneização moderna.

representar uma paisagem seria necessariamente uma atitude ideológica ligada a uma rede de interesse e a uma estratégia de dominação” (Name, 2011, p. 177).

Cosgrove, com isso, levanta questões interligadas a espaço, poder e política, destacando de forma preponderante a importância de identificar seus atores, mas não apenas isso. Para ele, as percepções e representações de diferentes atores de uma paisagem irão atuar e transformar as mesmas de maneira distinta. Aqui as noções do geógrafo se encontram com as de Lefebvre, quando esse, ao discutir sua teoria espacial, determina que o espaço é resultado das relações de uma sociedade, sendo produzido e produzindo ele mesmo processos sociais, econômicos e políticos.

A discussão do autor, portanto, advoga sob as perspectivas subjetivas da paisagem, contrapondo-se a outras visões que analisavam a paisagem cultural a partir da sua morfologia. Cosgrove, muito pelo contrário, se mostra avesso a essas abordagens sobre a paisagem, sendo afeito a ideia de que a paisagem está diretamente associada às transformações econômicas, sociais, políticas, técnicas e artísticas. A paisagem seria, portanto, uma ideologia visual e, como tal, representaria as disputas existentes entre diferentes grupos sociais, o que torna tal processo constante²⁸. Tais disputas colocam diferentes formas de percepção e representação da paisagem em conflito, sendo essas uma das questões fundamentais que permeia a discussão de Cosgrove.

Ao considerarmos a abordagem cosgroveana para o estudo da paisagem, nos deparamos com novas definições e especificidades, que surgem da necessidade de inserir uma camada subjetiva sobre a mesma, de modo que “revelar significados na paisagem cultural exige a habilidade imaginativa de entrar no mundo dos outros de maneira autoconsciente e, então, re-presentar essa paisagem em um nível no qual seus significados possam ser expostos e refletidos” (Cosgrove, 1998a, p. 226). Cosgrove (1998a), portanto, parte da compreensão que toda paisagem possui esses significados simbólicos e aspectos subjetivos, criados a partir do processo de apropriação e transformação do meio ambiente por grupos sociais diversos, com culturas diferentes, que podem ser lidos, traduzidos e interpretados.

Compreende-se, portanto, que a paisagem é um texto cultural, que pode ser lida por meio de códigos a serem decifrados nela. Uma paisagem, ou sua representação, podem apresentar essas camadas de significados e símbolos sobrepostas, as quais podem ser lidas e interpretadas como um texto e, como tal, podem apresentar uma gama de entendimentos e significados a partir das informações pré-conhecidas por seu observador. Assim, diferentes indivíduos e grupos experimentam e interpretam a paisagem de formas distintas. Por vezes, as experiências de certos grupos podem ser impressas como reflexo verdadeiro da realidade de uma sociedade inteira, sem, portanto, representar, de fato, as percepções e representações de todos os grupos sociais. Esta concepção, segundo Cosgrove (1998a), define o significado da ideologia, indicando as estratégias de dominação de um grupo sobre o outro.

A percepção e representação da paisagem nos revela relações profundas entre espaço, poder e política, uma vez que as sociedades, embasadas sobre o sistema capitalista, estão pautadas numa divisão de classe, casta, sexo, idade ou etnicidade, intrinsecamente interligadas com a divisão do trabalho (Cosgrove, 1998a). Considerando desta forma, “da perspectiva da cultura como poder poderíamos falar de culturas dominantes, residuais, emergentes e excluídas, cada uma das quais terá um impacto

²⁸ Importante destacar que esta questão também diverge do pensamento de Sauer, que afirma que “Sob a influência de uma determinada cultura, ela própria mudando através do tempo, a paisagem apresenta um desenvolvimento, passando por fases e provavelmente atingindo no final o término do seu ciclo de desenvolvimento” (Sauer, 1998, p. 39).

diferente sobre a paisagem humana” (Cosgrove, 1998a, p. 230).

Cosgrove propõe novas noções de paisagem a partir das estruturas de submissão e dominação, de modo que cada uma delas impacta de forma diferenciada no espaço e, por consequência, nas percepções e representações da paisagem. A cultura dominante é, como o próprio nome diz, aquela que detém o poder sobre as culturas de outros grupos sociais ou classe, mantendo-o a partir do controle dos meios de vida: terra, capital, matérias-primas e força de trabalho (Cosgrove, 1998a). Esses grupos dominantes, a partir do controle e submissão na relação com os dominados, se expressam mais claramente na paisagem existente, sobretudo na paisagem urbana, a partir destes instrumentos.

As culturas alternativas, por sua vez, são menos visíveis na paisagem, sobrepostas pelo aviltamento da representação das culturas dominantes. Representam os grupos que estão diametralmente do outro lado na divisão de classes, castas, sexo, idade ou etnicidade. Suas paisagens estão em constante questionamento e supressão, estando num processo difuso de apagamento. Dentro desse processo, é possível identificar elementos residuais na paisagem, os quais pouco tem de seu significado original, ou mesmo nenhum (Cosgrove, 1998a, p. 234). As mudanças de fatores culturais, sociais e históricos dos diversos grupos que compõe a sociedade podem esvaziar esses significados.

Já as culturas emergentes se revelam como elementos transitórios na paisagem com impacto permanente relativamente pequeno, oferecendo ainda assim desafios à cultura dominante existente ao propor formas alternativas de estilo de vida (Cosgrove, 1998a). Segundo Cosgrove “as culturas emergentes frequentemente estão expressas em planos – paisagens de papel” (Cosgrove, 1998a, p. 234), podendo revelar sentidos utópicos de uma visão ambiental e social de sociedade. Essas culturas podem estar mais interligadas ao espaço imaginal e ao estudo de geografias imaginativas, o que, segundo Cosgrove, não as torna menos importantes (Cosgrove, 1998a).

O desaparecimento delas, entretanto, pode estar vinculado ao processo de exclusão desses grupos, criando assim o que Cosgrove determina como culturas excluídas e os seus símbolos na paisagem. Em processo de exclusão ou desde sempre excluídos, essas culturas possuem símbolos repletos de significados. Das mulheres aos grupos marginalizados, como a comunidade LGBT e as pessoas em situação de rua, todos deixam seus símbolos na paisagem humana como uma forma de estarem de alguma forma representados, mesmo que de forma subentendida.

Como Cosgrove pontua, a percepção desses símbolos requer um olhar minucioso por parte de quem observa e um conhecimento prévio sobre essas culturas em exclusão, imersas em processos de dominação. É possível, a partir do pensamento de Cosgrove, reivindicar a existência de culturas de resistência, desenvolvidas por esses grupos oprimidos, que ora se calam, ora se insurgem a partir do decorrer da história e das alterações do cenário político e econômico (Gohn, 2014). Essas resistências podem, de certa forma, marcar a paisagem através desses símbolos, objetos que reivindicam práticas sociais instituintes que vão de encontro ao processo de homogeneização do espaço e da paisagem, a partir da ótica do aumento do metabolismo social na era do Antropoceno.

Considerações Finais

A categoria *paisagem da resistência*, enfim, ganha contornos a partir das discussões encampadas no decorrer desse artigo. Os autores destacados para esse exercício nos conduziram pela indispensabilidade de incluir nos estudos da paisagem uma compreensão ampliada dos processos de produção e reprodução sociais. Com isso em mente, quais seriam os contornos da paisagem da resistência? Compreendendo o processo paradigmático da modernidade e sua radicalização, que se inaugura à luz do Antropoceno, percebemos que o *Anthropos* se revela como o nosso *man-at-the-top*, aquele que observa o meio ao qual quer moldar de um ponto mais elevado.

Para além da objetificação da natureza relatada por Manzano (2021, 2018), porém, é necessário também considerar a objetificação de outras culturas e suas respectivas paisagens. O *man-at-the-top*, ao observar o meio a ser moldado, evidentemente também observa as culturas inseridas nesse meio e, portanto, também se condiciona a subalternizá-las. Cosgrove (1998a, b), ao vincular a formação socioeconômica instituída com as paisagens simbólicas, retrata esse processo ao determinar que a percepção e representações das paisagens de culturas dominantes se impõem as respectivas percepções e representações de grupos excluídos e alternativos. A ideia de exclusão e alternativo, entretanto, não contempla por completo a situação conflitual desse contexto, o qual não ocorre de forma passiva. A ideia de resistência, pelo contrário, revela um contramovimento – inverso, mas evidentemente, apesar do seu potencial, sem a mesma força, diante das estruturas de dominação existente dentro do sistema – de se impor a força maior.

Os símbolos e representações dessas culturas subalternizadas dentro do sistema²⁹, mais do que meros elementos de leitura de sua presença na paisagem, podem evidenciar esse processo de resistência a homogeneização e standardização. As paisagens dominantes tendem, como uma força centrípeta, a incorporar esses territórios e culturas; esses, no entanto, agem por sua permanência no texto cultural exposto. Lefebvre (1992), ao comentar do espaço diferencial, revela que os caminhos da diferença ao concreto passam necessariamente por um contraprojeto. O contramovimento se revela. A contraposição ativa a essa força centrípeta é necessária, conforme o autor, uma vez que o espaço diferencial é gerado pelas contradições existente dentro do sistema. As resistências, assim, aparecem de forma clara.

Ao conduzir reflexões quanto a não-neutralidade do espaço abstrato, Lefebvre (1992) nos leva, nos estudos sobre a paisagem, a pensar na possibilidade da sua representação nesse cenário, de forma que a leitura dessa paisagem do abstrato seria reveladora das estruturas de poder de sua colonização. Essas paisagens homogeneizadas e standardizadas, concebidas para atender os desejos e anseios do *Anthropos*, são a epítome da hegemonia da técnica, inaugurada com a modernidade. A sua radicalização (Giddens, 2002), demonstra um acirramento dessa hegemonia, utilizada na impressão, cada vez mais célere, de objetos antropizados – homogêneos e standardizados – totalmente avessos às práticas e representações contrárias a esse processo. Lefebvre (1992) e Manzano (2018) colocam a urbanização como vetor desse acontecimento, as cidades como epicentro da dominação hegemônica cultural. A iminência de um planeta completamente urbano³⁰ seria a resultante distópica do avanço descontrolado da técnica

29 Coelho-de-Souza (2015) teoriza sobre a inserção da perspectiva espacial na análise dos conflitos ambientais, estabelecendo relações entre a teoria do espaço social de Lefebvre (1992) e o conceito de *doxa* de Bordieu (1989). Sua construção teórico-prática, a partir do caso da Serra da Gandarela, revela que o processo que leva do espaço abstrato ao diferencial perpassaria pela criação de um espaço da resistência, que a partir da heterodoxia, rompe a *doxa* de Bordieu, fazendo o trajeto do possível-impossível.
30 Dados do Relatório Mundial das Cidades 2022 da ONU-Habitat indicam que, em 2021, a população

e seus produtos sobre todos os espaços do planeta.

Dessa forma, se há a possibilidade de imaginar uma paisagem do abstrato, também há a possibilidade de visualizar a utopia do espaço diferencial, que revele esse momento de descolamento das estruturas de poder que solidificam o sistema. Se essa possibilidade é realizada ou produzida a partir da contraposição, da resistência ao projeto homogeneizante, então tal processo também pode se configurar na paisagem.

Coelho-de-Souza (2015) aponta as práticas de “comunização”, as visões do *bien vivir* e dos direitos da natureza como práticas, princípios e experiências que vão de encontro a perspectiva do desenvolvimento e do crescimento econômico – superestimados na era do Antropoceno – e que dão pistas dos caminhos ao espaço diferencial a partir do que que ela concebe como a criação de espaços da resistência. Essas práticas, princípios e experiências, portanto, seriam, por consequência, o terreno ideal para a concepção da paisagem da resistência como uma nova categoria a ser compreendida.

As leituras realizadas a partir de Manzano, Lefebvre e Cosgrove, portanto, demonstram a possibilidade de encaminhar reflexões sobre possibilidades que vão contra o movimento instituído pelo Antropoceno, o espaço abstrato e as paisagens dominantes. Manzano (2021) aponta para a descolonização do conhecimento como possibilidade de confronto a modernidade hegemônica do Antropoceno e seus atores, assim como Lefebvre (1992) também aponta para a necessidade de um movimento em favor da diferença, que destaque os grupos subalternizados da alienação para que, enfim, possam exercer o seu direito à cidade.

Com isso, podemos elaborar que o retorno a outras práticas sociais que não aquelas estipuladas dentro dos paradigmas da modernidade aparecem como uma possibilidade sustentável para a criação de “novas” narrativas e práticas urbanas. Novas dentro do contexto da hegemonia da técnica, mas que a precedem universalmente. Por consequência, mais do que produzir novos imaginários e poéticas das paisagens, é necessário retornar a concepções e preceitos que as percebem e representam a partir das culturas de comunidades tradicionais, da pesca artesanal, dos povos indígenas, quilombolas, etc. São esses grupos sociais historicamente oprimidos que resistem a força centrípeta dos grupos dominantes que pressionam pela homogeneização e standardização das suas percepções e representações na paisagem.

Se a modernidade hegemônica do Antropoceno e seus atores induz a produção de paisagens a partir do apagamento desses grupos, de seus valores e símbolos, assim como a exploração e esgotamento dos recursos naturais, é necessário, e urgente, uma mudança no paradigma das práticas sociais dominantes, como bem destacou Manzano (2021). Como Haraway (2016) aborda em suas reflexões sobre o Chthuluceno, é preciso compreender a relação homem e natureza através de outros paradigmas, que sejam concebidos a partir de uma noção colaborativa entre espécies. Não reconhecer isso é perpetuar os mesmos problemas e explorações. E essa mudança passa, indubitavelmente, pela resistência.

urbana mundial representava 56% do total de habitantes do planeta. As projeções indicam que até 2050 esse número se elevará para 68% - cerca de 2,2 bilhões de habitantes.

Agradecimentos

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES), pelo financiamento da pesquisa via Bolsa no Programa de Excelência Acadêmica (Doutorado).

Referências

ARTAXO, Paulo. Uma nova era geológica em nosso planeta: o Antropoceno? *Revista USP*, São Paulo, n. 103, p. 13–24, 2014. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/99279>. Acesso em: 26 jan. 2024.

BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2007.

BERQUE, Augustin. Paisagem-marca, paisagem-matriz: elementos da problemática para uma geografia cultural. In: CORRÊA, Roberto L.; ROSENDAHL, Zeny (Org.). *Geografia cultural: uma antologia*, v. 1. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012. p. 239–243.

BORDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

CAVALLAZI, Rosângela L.; FAUTH, Gabriela. Cidade standard e vulnerabilidades em processos de precarização: Blindagens ao direito à cidade. *Anais do III Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo*. São Paulo: 2014.

COELHO-DE-SOUZA, Carolina Herrmann. O Espaço da Resistência: uma construção teórico-prática inspirada em Henry Lefebvre. In: COSTA, Geraldo Magela; COSTA, Heloisa Soares de Moura; MONTE-MÓR, Roberto Luís de Melo (Org.). *Teorias e Práticas Urbanas: Condições Para a Sociedade Urbana*. Belo Horizonte: C/Arte, 2015. p. 369–392.

COSGROVE, Denis E.. A Geografia está em toda parte. In: CORRÊA, Roberto L.; ROSENDAHL, Zeny (Org.). *Paisagem, Tempo e Cultura*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998a. p. 92–121.

COSGROVE, Denis E.. *Social Formation and Symbolic Landscape*. Madison: University of Wisconsin Press, 1998b.

CRUTZEN, Paul J. Geology of mankind. *Nature*, v. 415, n. 6867, p. 23–23, 2002. Disponível em: <https://www.nature.com/articles/415023a>. Acesso em: 15 jan. 2024.

DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. 1ª edição. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.

FAUTH, Gabriela. *Crisis Urbana y Derecho a la Ciudad: El espacio urbano litoral de Barcelona*. 2015. 217 f. Tese (Doutorado em Direito Público) – Departamento de Direito Público, Universitat Rovira y Virgili.

FEATHERSTONE, Mike. *Cultura De Consumo E Pós-modernismo*. 1ª edição. São Paulo: Studio Nobel, 2007.

GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. São Paulo: Editora Unesp, 2002.

GOHN, Maria Da Glória. A produção sobre movimentos sociais no Brasil no contexto da América Latina. *Política & Sociedade*, v. 13, n. 28, p. 79–103, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2014v13n28p79>. Acesso em: 14 jun. 2023.

IGBP. *Great Acceleration*. 2015. Online. Disponível em: <http://www.igbp.net/globalchange/greatacceleration.4.1b8ae20512db692f2a680001630.html>. Acesso em: 31 jan. 2024.

HARAWAY, Donna. Antropoceno, Capitaloceno, Plantationoceno, Chthuluceno: fazendo parentes. *ClimaCom Cultura Científica - pesquisa, jornalismo e arte*, v. 3, n. 5, p. 139–146, 2016. Disponível em: https://www.academia.edu/25130394/ANO03_N05_Antropoceno_Capitaloceno_Plantationoceno_Chthuluceno_fazendo_parentes_Donna_Haraway. Acesso em: 26 jan. 2024.

HARAWAY, Donna; ISHIKAWA, Noboru; GILBERT, Scott F.; OLWIG, Kenneth; TSING, Anna L.; BUBANDT, Nils. Anthropologists Are Talking – About the Anthropocene. *Ethnos*, v. 81, n. 3, p. 535–564, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/00141844.2015.1105838>. Acesso em: 26 jan. 2024.

HARVEY, David. Afterword. In: LEFEBVRE, Henri. *The Production of Space*. Malden: Wiley-Blackwell, 1992. p. 425–434.

HARVEY, David. O espaço como palavra-chave. *GEOgraphia*, v. 14, n. 28, p. 8–39, 2012. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13641>. Acesso em: 22 jul. 2023.

HARVEY, David. *Os limites do capital*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

KERN, Daniela. Introdução: Baudelaire, Ruskin e os dois caminhos da paisagem moderna. In: KERN, Daniela. *Paisagem Moderna*. Porto Alegre: Sulina, 2010.

KRENAK, Ailton. Trajetos e ruínas. In: WERÁ, Kaká (Org.). *Ailton Krenak*. Rio de Janeiro: Tembetá, 2015. p. 101–136.

LEFEBVRE, Henri. *Espaço e política*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

LEFEBVRE, Henri. *O Direito à Cidade*. 5ª edição. São Paulo: Centauro, 2009.

LEFEBVRE, Henri. *The Production of Space*. Malden: Wiley-Blackwell, 1992.

LOURES, Moema Falci. *Espaço imaginal: rastros de uma escritura em projeto*. 2011. 114 f. Tese (Doutorado em Urbanismo) – Programa de Pós-graduação em Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

MANZANO, Jordi Jaria i. Di-vision: The making of the “Anthropos” and the origins of the Anthropocene. *Oñati Socio-Legal Series*, v. 11, n. 1, p. 148–179, 2021. Disponível em: <https://opo.iisj.net/index.php/osls/article/view/1212>. Acesso em: 26 jan. 2024.

MANZANO, Jordi Jaria i. El Dret, l’antropocè i la justícia. *Revista Catalana de Dret Ambiental*, v. 7, n. 2, 2016. Disponível em: <https://raco.cat/index.php/rcda/article/view/329544>. Acesso em: 26 jan. 2024.

MANZANO, Jordi Jaria i. Tudo é polis: cidade, governança e Direito na era do Antropoceno. In: CAVALLAZI, Rosângela L.; FAUTH, Gabriela (Org.). *Direito e Urbanismo*. Rio de Janeiro: PROURB, 2018. v. 4, p. 151–175.

MANZANO, Jordi Jaria. *La Constitución del Antropoceno*. Valencia: Tirant Humanidades, 2020.

MEINIG, Donald W. O olho que observa: dez versões da mesma cena. *Espaço e Cultura*, v. 13, p. 35–46, 2002.

MOORE, Jason W. (Org.). *Anthropocene or Capitalocene?: Nature, History, and the Crisis of Capitalism*. Oakland: PM Press, 2016.

MORIN, Edgar. *Introdução ao Pensamento Complexo*. Porto Alegre: Sulina, 2005.

MORIN, Edgar. *O Método 4: as Ideias*. Porto Alegre: Sulina, 2002.

NAME, Leo. O conceito de paisagem na geografia e sua relação com o conceito de cultura. *GeoTextos*, v. 6, n. 2, 2011. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/geotextos/article/view/4835>. Acesso em: 13 jun. 2023.

ROLNIK, Raquel. Paisagens para a renda, paisagens para a vida: disputas contemporâneas pelo território urbano. *Revista Indisciplinar*, v. 5, n. 1, p. 20–43, 2019.

SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. 4ª edição. São Paulo: Edusp, 2008.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização*. 30ª edição. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SAUER, Carl O. A morfologia da paisagem. In: CORRÊA, Roberto L.; ROSENDAHL, Zeny (Org.). *Paisagem, Tempo e Cultura*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998. p. 12–74.

SCHMID, Christian. A teoria da produção do espaço de Henri Lefebvre: em direção a uma dialética tridimensional. *GEOUSP – espaço e tempo*, n. 32, p. 89–109, 2012.

SIMMEL, Georg. A filosofia da paisagem. *Política & Trabalho: revista de ciências sociais*, n. 12, p. 15–24, 1996. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/politicaetrabalho/article/view/6380>. Acesso em: 12 jan. 2024.

STEFFEN, Will; BROADGATE, Wendy; DEUTSCH, Lisa; GAFFNEY, Owen; LUDWIG, Cornelia. The trajectory of the Anthropocene: The Great Acceleration. *The Anthropocene Review*, v. 2, n. 1, p. 81–98, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/2053019614564785>. Acesso em: 31 jan. 2024.

STEFFEN, Will; CRUTZEN, Paul J.; MCNEILL, John R. The Anthropocene: Are Humans Now Overwhelming the Great Forces of Nature. *AMBIO: A Journal of the Human Environment*, v. 36, n. 8, p. 614–621, 2007. Disponível em: [https://doi.org/10.1579/0044-7447\(2007\)36\[614:TAAHNO\]2.0.CO;2](https://doi.org/10.1579/0044-7447(2007)36[614:TAAHNO]2.0.CO;2). Acesso em: 26 jan. 2024.

SVAMPA, Maristella. El Antropoceno como diagnóstico y paradigma. Lecturas globales desde el Sur. *Utopía y Praxis Latinoamericana*, v. 24, n. 84, p. 33-53, 2019. Disponível em: <https://zenodo.org/record/2653161>. Acesso em: 31 jan. 2024.

WALLERSTEIN, Immanuel. Análise dos sistemas-mundiais. In: GIDDENS, Anthony; TURNER, Jonathan (Org.). *Teoria social hoje*. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

ESTAR PERANTE AO ANTROPOCENO

A busca por paisagens Pós-antropocênicas no Sul Global

*BEING FACED WITH THE ANTHROPOCENO:
The search for Post-anthropocene landscapes
in the Global South*

Bárbara Pozza Scudeller¹

Resumo

Os desastres ambientais e as mudanças climáticas soam como sinal de alerta. Elas nos alertam sobre os impactos que a humanidade pôde cunhar na história do planeta Terra. Estamos diante de um problema fundamental: não sabemos que futuro nos espera ou se haverá futuro para nós, humanos. Estar diante do Antropoceno, conhecido como a Era Humana, nos coloca diante de Gaia – esta força mitológica responsável por revisar as escolhas dos seres vivos na Terra. O objetivo deste ensaio é aproximar as discussões teóricas sobre o Antropoceno com o campo da Arquitetura e do Urbanismo. Para tal, realizamos uma revisão bibliográfica sobre o tema para tecermos relações entre a teoria e sua empiria. Movidos pelo viés propositivo de nossa profissão, como poderíamos pensar uma paisagem Pós-Antropoceno onde os seres humanos continuem existindo sob a Terra? Tentamos concluir este trabalho com alguma esperança. Se o fim deste mundo está próximo, precisamos criar outros mundos possíveis. Necessitamos de um novo paradigma civilizacional, que conflua rumo a circularidade ancestral.

Palavras-chave: Antropoceno, Pós-Antropoceno, Sul Global, paisagem, circularidade.

Abstract

Environmental disasters and climate change sound like a warning signal. They warn us about the impacts that humanity has been able to have on the history of planet Earth. We are faced with a fundamental problem: we do not know what future awaits us or if there will be a future for us humans. Being faced with the Anthropocene, known as the Human Era, places us before Gaia – this mythological force responsible for revisiting the choices of living beings on Earth. The objective of this essay is to bring theoretical discussions about the Anthropocene closer to the field of Architecture and Urbanism. To this end, we carried out a bibliographical review on the topic to weave relationships between the theory and its empirics. Driven by the propositional bias of our profession, how could we think of a Post-Anthropocene landscape where human beings continue to exist under the Earth? We try to complete this work with some hope. If the end of this world is near, we need to create other possible worlds. We need a new civilizational paradigm, which converges towards ancestral circularity.

Keywords: Anthropocene, Post-Anthropocene, Global South, landscape, circularity.

¹ Arquiteta e Urbanista. Mestre e Doutoranda em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo pelo Instituto de Arquitetura e Urbanismo (IAU-USP). Integrante do Laboratório de Estudos do Ambiente Urbano Contemporâneo (LEAUC). Possui experiência acadêmica em projeto urbano, teoria e história do urbanismo. Seu trabalho de pesquisa enfatiza temas sobre áreas urbanas centrais, consumo, segregação e cidades médias.

Vivas, vivas, porque todas as vidas importam!
Antônio Bispo dos Santos

Estar no antropoceno: o que presenciamos?

As discussões sobre o Antropoceno não são necessariamente novas, mas são emergentes. Ligamos a televisão, rolamos o *feed* das nossas redes sociais e somos assolados diariamente por más notícias sobre desastres humanitários e ambientais. Tal situação de colapso da humanidade não começou hoje e nem promete passar amanhã. Ela se constrói há séculos e sequer vislumbramos o seu fim. Aliás, conseguimos vislumbrar – a até aceitar – o fim do mundo, mas não conseguimos conceber o fim do sistema civilizacional que nos trouxe até aqui².

O objetivo deste ensaio é, primeiramente, nos aproximar das discussões teóricas relativas ao Antropoceno. Isso porque as construções dos referenciais teóricos não partem do campo da arquitetura e urbanismo. Sobre ele, muito se discute na geografia, na engenharia ambiental, na antropologia, na arqueologia, na sociologia – mas com pouca profundidade pelos urbanistas. Posteriormente, buscaremos compreender como tais debates podem dialogar com nosso campo de atuação profissional através uma abordagem teórico-empírica. Perante aos desastres ambientais que assolam cidades, nos deparamos com um desafio: encontrar pistas para pensar um urbano pós-antropocênico onde a humanidade ainda possa se fazer presente.

As discussões sobre a fundação de uma nova Era Geológica – ou seria *Período*³ Geológico? – começaram com as pesquisas de Eugene Stoermer, um ecólogo do século XX que dedicou as suas pesquisas às diatomáceas, uma espécie de alga presente em vários ambientes úmidos, como lâminas d'água, rochas, grãos de areia, sedimentos e até animais. Stoermer realizava suas pesquisas nos Grandes Lagos da América do Norte quando se deu conta de um detalhe crucial da pesquisa: onde quer que coletasse suas amostras, sempre estavam presentes nas algas estudadas algum organismo material de origem artificial produzido industrialmente (Marras; Taddei, 2022). Stoermer foi o primeiro pesquisador a cunhar o termo *Antropoceno* para fazer referência ao marco da atividade humana no planeta.

Mas o termo *Antropoceno* só se tornou conhecido a partir de maio do ano 2000, quando da publicação conjunta de Eugene Stoermer e Paul Crutzen na *Global Change Newsletter*, uma publicação do Programa Internacional Geoesfera-Biosfera. O termo começou a tomar espaço no campo acadêmico. Em 2009 foi fundado um Grupo de Trabalho do Antropoceno, presidido por Jan Zalasiewicz. Esse mesmo grupo, em maio 2019, ratificou as evidências que justificavam a adoção do Antropoceno como nova

² Este artigo foi ensaiado na monografia final entregue à disciplina *Arquitetura, Antropoceno e Cidade do Sul Global*, oferecida pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo no Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (IAU-USP). A disciplina foi ministrada pelos docentes Julio Arroyo (UNL-Argentina) e Manoel Rodrigues Alves (USP-Brasil).

³ Segundo participação do geólogo e geógrafo Marcos Bernardino de Carvalho na VII Jornada Científica do Laboratório de Estudos do Ambiente Urbano Contemporâneo (LEAUC), é mais adequado abordarmos a nomenclatura do *Antropoceno* como um *período cronoestratigáfico*, e não como uma nova *era geológica*. Isso porque, as escalas cronoestratigáficas dividem a história da formação terrestre entre Éon, Era, Período e Época. Dentro desta escala, ainda estamos na Era Cenozoica, caracterizada pelo gradual desaparecimento das grandes glaciações e início do gradual aquecimento da temperatura terrestre, possibilitando o aparecimento da fauna e flora terrestre tal qual a conhecemos hoje. O Antropoceno, se aceito nesta escala, se localizaria como época geológica, antecedida pela época do Holoceno. As observações feitas pelo Prof. Marcos Bernardino podem ser acessadas pela transmissão realizada no Canal do YouTube do IAU-USP, disponível no link: https://www.youtube.com/live/OwHi5c3Pc4w?si=PVK_w491glLV7a_H, último acesso em 18 de novembro de 2023.

época geológica a partir da presença generalizada de partículas nucleares entre 1940 e 1950 (*ibidem*), período contextualizado pela Segunda Grande Guerra Mundial.

Stelio Marra e Renzo Taddei (2022) situam o Antropoceno como uma possível época geológica evidenciada por registros estratigráficos. Ou seja, pela maneira como as camadas de solo se formam pela deposição da matéria. As evidências que sustentam a adoção do termo defendem que a atividade industrial alterou irreversivelmente a composição química da atmosfera, seu padrão de radioatividade e os materiais que compõem toda a superfície do planeta. Tamanha magnitude humana no planeta Terra que o Grupo de Estudos do Antropoceno, liderado pelo Prof. Zalasiewicz, chegou à seguinte conclusão:

Em 2020, a quantidade de materiais artificiais presentes na superfície do planeta, em massa, ultrapassou a de toda a biosfera. Isso significa que há mais concreto, tijolos, asfalto, metais e agregados usados em construção civil do que tudo o que é vivo no planeta. A construção civil move mais sedimentos do que todas as bacias hidrográficas do mundo somadas. A quantidade de energia usada em atividades humanas atingiu a escala dos processos geológicos, como o movimento das placas tectônicas (Zalasiewicz *et. al.*, 2019, *apud* Marras, Taddei, 2022, p. 10).

Tal constatação causa em nós, profissionais da arquitetura e do urbanismo, uma grande preocupação – e até alguma culpa por nossa implícita responsabilidade perante a isso. Se a composição química da atmosfera terrestre é resultado direto das formas de organizações das sociedades humanas, nós somos responsáveis pelo atual colapso humano-social-ambiental. Cada vez é mais evidente a inseparabilidade das ações humanas e da composição química da atmosfera. Nós, seres humanos, conformamos a *paisagem* do mundo em que vivemos.

Mas a adoção expressa do termo *Antropoceno* tem gerado muitas críticas. Para Marras e Taddei (2022) o termo é evasivo em razão da sua ambiguidade imensa e do potencial polissêmico que carrega em si. Ao atribuir o prefixo *antropo* à hipótese de um período geológico essencialmente marcado pela presença humana, as ciências sociais se viram diretamente atingidas e reagiram. Se a ação humana é muito generalista, qual seria especificamente o processo desencadeador do desastre? Se a humanidade fez o mundo dar errado, em que ponto da história humana isso se iniciou? Os cientistas econômicos, sociais e ambientais, lançaram suas hipóteses. Jason Moore (2022) cunhou o termo “capitaloceno”, sugerindo que o sistema de exploração capitalista é o responsável para condição contemporânea.

Perante a multiplicidade de prefixos que nos deixa em dúvida sobre qual adotar, e perante a nossa responsabilidade acadêmica-científica de usar adequadamente termos e conceitos para definirmos processos, Marras e Taddei (2022) são duramente provocativos em afirmar:

Não nos ajuda, neste momento, um nome que nos dê a impressão de que entendemos o problema e com isso a percepção enganosa de que temos algum controle sobre a situação. O que a nomeação neste caso faz é pouco mais do que *apacuar nossa ansiedade*. [...] O ponto não é definir quem, dentre as muitas humanidades que povoam o planeta, é exatamente responsável pelas catástrofes do presente e do futuro, mas desarticular o próprio conceito de humanidade, com tudo o que ele *performa* no mundo (p. 15, grifo nosso).



Difícil seguir após essa dura constatação. Ela nos coloca frente ao nosso esforço acadêmico em atribuir adequado peso e medida às palavras que usamos. Mas isso é uma armadilha criada pelo nosso próprio paradigma civilizacional de *ser e estar* mundo. Precisamos superar o ideal iluminista de estudar para conhecer, conhecer para dominar, dominar para controlar e, portanto, controlar para explorar. Presenciamos o consumo e a destruição de ecossistemas e sujeitos, em que paisagens, elementos, populações humanas e não humanas são reduzidas a objetos de exploração econômica.

Situar-se perante um regime de exploração: capitaloceno?

Como apontado no tópico anterior, Taddei e Marras (2022) nos chamam a atenção à ilusão de nos esforçarmos em conceituar este cenário. Convergindo a essa ideia, Jason Moore, em seu livro “Antropoceno ou Capitaloceno?”, lançado em 2022, tem um argumento semelhante. Moore (2022) argumenta ser esta uma mera *distração*, pois foca nas consequências e não nas causas desse apocalipse planetário. Discutir o Antropoceno virou um fenômeno cultural no qual todos quiseram participar deste jogo – desde geólogos a críticos literários. Mas a discussão fundamental versa sobre suas *motivações* e menos sobre suas *decorrências*.

Não estamos falando de uma crise ambiental comum. O nosso erro está em discutirmos a *pegada* da Humanidade sobre a Natureza, deixando para trás os motivos que nos trouxeram até aqui. Muita ênfase se dá às estritas mudanças geofísicas e suas causas próximas. A luta científica pela periodização do Antropoceno como período geológico na escala estratigráficas é o principal exemplo disso. Moore (*ibidem*) critica

Está no Antropoceno é estar diante de uma paisagem apocalíptica. Temos a assustadora sensação de presenciarmos o fim do mundo, já que os recursos elementares a nossa sobrevivência se esvaem a olhos claros. Ilustração: Bárbara Scudeller, arquivo pessoal, elaboração própria, 2023.



O dualismo cartesiano Natureza-Humanidade nos levou a colonização de territórios e corpos. Mais do que um sistema econômico, a Era do Capital construiu uma nova lei de criação de paisagens. Em pleno século XXI, ainda presenciemos o saqueamento da Natureza Barata e a exploração do Trabalho Energia. Ilustração: Bárbara Scudeller, arquivo pessoal, elaboração própria, 2023.

a argumentação do presente como história, pois seu foco é meramente empírico sobre as consequências no planeta. Daí a sua defesa por outra terminologia: o *Capitaloceno*.

O erro dos defensores do Antropoceno está na demarcação histórica e empírica escolhida. Definem a Revolução Industrial e o uso do carvão como o início do desastre ambientalista, fixado a partir de 1800. Como se a compreensão deste processo fosse uma mera equação aritmética: atividade humana + mudanças biosféricas = Antropoceno (*ibidem*, p. 136). Contudo, o Capitaloceno, essa Era do Capital, não intenta a troca de uma palavra pela outra. Segundo Moore (*ibidem*), o argumento do Capitaloceno diz coisas que a perspectiva do Antropoceno não diz e nem é capaz de dizer.

O argumento dominante do Antropoceno, portanto, faz uma pergunta à qual é incapaz de responder: *como* humanos se tornaram uma *força geológica*? (Não éramos *já* uma força geológica?) Defensores do Antropoceno, é claro, respondem à pergunta. Mas são respostas, não explicações em qualquer sentido razoável. [...] Incapaz de explicar *como* o presente está se desdobrando, o argumento do Antropoceno é cativo das próprias estruturas de pensamento que criaram a presente crise (Moore, 2022, p. 137, grifos do autor).

O principal erro é insistir que a história do capitalismo é um paradigma entre capital-poder-natureza. Para Moore (*ibidem*), a chave de leitura para compreendermos o capitalismo deve ser totalmente outra: deve ser a Ecologia-Mundo, uma questão multiespécie. O autor defende que o capitalismo não é só um sistema econômico, mas busca mudar as *paisagens* do planeta para atender aos interesses da acumulação infinita de capital.

A chave para a alteração da *paisagem pré-capitalista* se iniciou no pensamento cartesiano de René Descartes. Fundador do Plano Cartesiano, esse filósofo e matemático francês uniu os pensamentos da álgebra e da geometria, fundando o atual sistema de coordenadas cartesianas. Mas esse pensamento foi além, e se aplicou filosoficamente a uma forma de ser e estar no mundo. Descartes, fundou um movimento científico e filosófico baseado na *dualidade*. Dualidade entre atividade mental e corporal, mente e natureza, humano e animal. A mente se tornou um ente hierarquicamente superior ao corpo. O corpo, desprovido de tal nível de erudição, sem qualquer capacidade de agenciar nada, se tornou um mecanismo vazio, desprovido de valor. Criou-se aí o regime de exclusão.

Qualquer hierarquia pressupõe a existência de um dominador e de um dominado. Um hierarquicamente superior ou inferior ao outro. Para Moore (*ibidem*), o capitalismo foi construído sobre a exclusão da espécie humana e da Humanidade. Se os humanos são apenas corpos, mecanismos vazios e sem valor, dominados pela mente, eles precisam ser controlados por alguém: a Humanidade. Povos indígenas, africanos escravizados, mulheres e até mesmo muitos homens de pele branca eram vistos como parte da Natureza e não da Humanidade. Eram vistos hierarquicamente iguais às árvores, ao solo e aos rios, devendo ser tratados como tal. O Capitalismo foi o primeiro regime civilizacional a se organizar sobre a base do dualismo, se tornando senhores e possesores da Natureza.

Moore (2022) cunhou um termo muito interessante e útil para discutirmos o atual sistema de exploração: a *Natureza Barata*. A ascensão do capitalismo no século XVI baseou-se em uma lei fundamentalmente nova de *criação de ambientes, mudança de paisagens e exploração das naturezas*. Para o autor, a lei do capitalismo foi, na verdade, a lei da Natureza Barata empregada em um sentido específico. Os esforços dos impérios capitalistas e das ciências positivistas estavam voltados à apropriação barata – nem sempre gratuita – dos recursos naturais. Assim, todos os esforços científicos do período pretendiam conhecer a Natureza, para, então, dela se apropriarem e explorarem a favor da acumulação de capital.

A genialidade do capitalismo – desde as conquistas globais que começaram em 1492 – foi tratar o trabalho da natureza como um *presente gratuito*. Desde o início, os grandes impérios da Europa empregaram a ciência em seu sentido mais amplo – mapeando o mundo, coletando e organizando conhecimento biogeográfico, estabelecendo novas tecnologias administrativas – para fazer toda a natureza trabalhar a baixo custo. Essas foram conquistas que fizeram a pilhagem *trabalhar* para o capitalismo de uma maneira que ia além da força bruta e da dominação (Moore, 2022, p. 180, grifo do autor).

Essa citação de Moore (*ibidem*) destaca dois pontos-chave em seu texto: o marco temporal defendido por ele, a partir do século XV, e o tipo de força motriz do capitalismo, o Trabalho Energia. Ambos fundamentais para as transformações apocalípticas da paisagem, presenciadas por nós na Era Humana do Antropoceno. Segundo o autor, nos séculos posteriores à 1450, durante o final da Idade Média, ocorreu a maior revolução de paisagem da história humana. A inovação definidora do início do capitalismo foi a inversão da antiga forma de produtividade da terra.

Neste ato, é interessante notar a sincronicidade temporal entre o ressurgimento das cidades e o início do capitalismo. Maria Encarnação Sposito, em seu livro *Capital e Cidade*, publicado em 1988, reúne análises defensoras da tese de que o capitalismo surge na cidade. Historicamente, as cidades não foram fundadas por este sistema econômico-social-ambiental, mas foi exatamente em sua lógica de organização socio-

territorial que o capitalismo encontrou terreno próspero.

O ponto de virada para o abandono do sistema feudal foi a abertura do Mar Mediterrâneo ao livre comércio. Após a conquista territorial do Oriente Médio pelos países europeus, após duzentos anos da conhecida Guerra Santa, o livre comércio com o Oriente foi reestabelecido. Com a intensificação do comércio, houve o surgimento de uma nova classe social, a burguesia. Os burgueses, ao contrário dos servos, não empenhavam vínculo com a terra e se especializaram em criar riqueza a partir do capital acumulado. A burguesia vivia dos rendimentos do consumo, desconectando sua atividade laboral do cultivo da terra. (Sposito, 1988).

Antes das cidades capitalistas, o dinheiro tinha papel secundário (Sposito, 1988). Era apenas o equivalente geral facilitador das trocas comerciais, permitindo às partes interessadas na troca não se verem obrigadas a consumir as mercadorias da outra. Ao invés de trocar as mercadorias entre si, poderiam simplesmente adquirir dinheiro para trocas futuras. O comércio pós-capitalista mudou a finalidade destas trocas. O burguês comerciante comprava mercadorias e as revendia por uma quantidade de dinheiro sempre maior do que a original, modificando o objetivo da operação financeira. Ou seja, a mercadoria passou a existir enquanto *valor de troca*, em detrimento de seu intrínseco *valor de uso*. Esse ponto de virada alavancou o desenvolvimento tecnológico, a expansão de domínios territoriais e a exploração da Natureza Barata.

As Grandes Navegações permitiram a expansão territorial da dominação capitalista, porque encontrou nas suas colônias inesgotáveis recursos de Natureza Barata. Segundo Moore (2022), a exploração da Natureza se iniciou nos próprios países europeus, como o autor discorre longamente. Polônia, Alemanha, Irlanda, Holanda, são alguns exemplos. Quando a exploração da Natureza Barata se consolidou nestes territórios locais, a exploração foi expandida para outras áreas. A Europa Oriental, o Norte Africano, o Sudeste Asiático foram dominados pelos capitalistas sedentos de Natureza Barata. Neste contexto das Grandes Navegações exploratórias, o Continente Americano foi descoberto pelos portugueses e espanhóis, buscando novos espaços de domínio da Natureza.

A dominação dos territórios pela Humanidade almejava explorar a Natureza por um sistema de trabalho barato, ou até não-remunerado. Moore (*ibidem*) chamou esse regime de trabalho-exploração de *trabalho/energia*, ou *trabalho/energia potencial*, a inversão da relação *terra/trabalho*. Essa chave de leitura nos ajuda a repensar o capitalismo como um conjunto de relações por meio das quais a capacidade de executar trabalho – por humanos e não humanos – é transformada em valor e energia potencial para o ganho. Como o autor destaca, a força de trabalho foi *comodificada* pela lógica do dinheiro.

As colônias de exploração situadas na América e na África são a maior representação de saqueamento dessa Natureza Barata e desse Trabalho Energia Comodificado. Ainda que o sistema de extração de riquezas naturais e humanas tenha se iniciado dentro dos próprios países europeus, a criação das colônias dominadas pelas metrópoles europeias foi uma das mais bárbaras violências da história. Saquearam animais, rios, montanhas, árvores, solo e até outros seres humanos. Situar-se diante deste regime de exploração, radicalizado pelo dualismo cartesiano separatista – Natureza e Humanidade – só nos dirige a um caminho: a busca pelo decolonial como tentativa de reversão do Antropoceno/Capitaloceno.

Posicionar-se no Sul Global: a busca pelo decolonial?

Situar-nos perante um regime de exploração capitalista, nos coloca perante um impasse: se compreendemos a nossa calamitosa situação no mundo, como podemos nos posicionar criticamente perante a ela? A busca pelo decolonial – ou contracolonial – nos sugere algumas pistas possíveis.

Segundo Boaventura de Souza Santos, em seu livro *Epistemologias do Sul*, publicado em 2009, traz a ideia do Sul Global, concebido metaforicamente como um campo de desafios epistêmicos que procuram reparar os danos e impactos historicamente causados pelo capitalismo e sua relação colonial com o mundo. Esta concepção epistêmica de Sul não se refere a um Sul Geográfico, por mais que tenha relações expressas com ele. Para Santos (2009), situa-se no Sul Global é pertencer a um conjunto de países e regiões do mundo que foram submetidos ao colonialismo e que – por isso – não atingiram níveis de desenvolvimento econômico semelhantes ao do Norte Global – como a Europa e a América do Norte.

Ou seja, situar-se no Sul Global é ter uma relação direta com um colonialismo de dominação criador de uma epistemologia dominante. O colonialismo, para além de todas as formas de dominação físicas pelas quais é conhecido, foi também uma dominação epistemológica, uma relação extremamente desigual entre o poder e o saber. Isso conduziu à supressão de muitas formas de conhecimento próprias dos povos e nações colonizados, relegando esses povos e seus saberes a um espaço de subalternidade (Santos, 2009).

A epistemologia hegemônica dominante pós-colonização conferiu à lógica científica a única forma de conhecimento válida. Segundo Santos (*ibidem*), a exclusividade deste conhecimento se validou por todo um aparato institucional: universidades, centros de investigação, sistemas de peritos, pareceres técnicos. A pretensão de um pensamento universal válido unicamente só foi possível através da força política, econômica e militar coloniais, que impuseram aos povos não ocidentais e não cristãos a sua forma de pensar. O autor sintetiza a supressão destes saberes como um *epistemicídio*.

Nisso consistiu o epistemicídio, ou seja, a supressão dos conhecimentos locais perpetrada por um conhecimento alienígena. De fato, sob o pretexto da *missão colonizadora*, o projeto da colonização procurou homogeneizar o mundo, obliterando as diferenças culturais. Com isso, desperdiçou-se muito experiência social e reduziu-se a diversidade epistemológica, cultural e política do mundo (Santos, 2009, p. 10, grifos do autor).

Segundo o autor, o epistemicídio está fundamentado no que ele mesmo chama de *pensamento abissal*. A característica fundamental do pensamento abissal é a impossibilidade da co-presença dos dois lados divididos por esta linha: o universo *deste lado* da linha e o universo *do outro lado* da linha. O pensamento abissal consiste num sistema de distinções visíveis e invisíveis, sendo que as invisíveis fundamentam as visíveis. As distinções invisíveis são estabelecidas por meio de linhas radicais divisórias da realidade social em dois universos. Do *outro lado* da linha, a divisão é tal que todo diferente se torna inexistente. Tudo aquilo produzido como inexistente é excluído, permanecendo exterior ao pensamento universal homogeneizante.

Pensar o decolonial é olhar para este *outro lado* da linha abissal, tentando retirá-la desta situação excludente, subalterna e invisível. A invisibilização dos conhecimentos de populares, leigos, camponeses, quilombolas e indígenas é desperdiçar uma vasta gama de experiências ancestrais, tal qual também subalterniza seus autores e sua

localização territorial. Segundo Santos (*ibidem*), esta localização territorial fixa é bem delimitada: é a zona colonial. Ainda que o colonialismo político já tenha se extinguido, “não significou o fim das relações sociais extremamente desiguais que ele tinha gerado. [...] O colonialismo continuou sobre a forma de colonialidade de poder e de saber” (p. 12).

Mas Boaventura (*ibidem*) nos apresenta um posicionamento crítico capaz de derrubar esta linha abissal que nos divide: a Ecologia de Saberes. A Ecologia de Saberes corresponde a um pensamento pós-abissal derivado das Epistemologias do Sul. Se o colonialismo foi uma imposição de uma epistemologia dominante e homogeneizante, a Ecologia de Saberes defende toda forma de saber como válida. Tanto em termos de diferenças culturais quanto em termos de diferenças políticas, as experiências de ser e estar no mundo são constituídas por vários conhecimentos. Para o autor, enquanto a exclusão abissal persistir, não será possível qualquer alternativa pós-capitalista progressista. Precisamos aprender com o Sul usando as epistemologias do próprio Sul.

Em toda discussão apresentada por Boaventura de Souza Santos (2009), é possível dizer que sua maior contribuição foi legitimar a defesa da decolonialidade dentro do âmbito acadêmico-científico. O foco de seu pensamento está na validação das diversas epistemologias, das diversas formas de se pensar as ciências no mundo. Nesse sentido, a ciência moderna dominante precisaria ser tratada de forma igualitária as outras ciências, pois muito se enriqueceria ao estudar igualmente outros saberes.

Mas, em essência, o pensamento pós-abissal, visa atribuir credibilidade científica a conhecimentos ainda não científicos – sem descredibilizar a ciência moderna. Inclusive é curioso como o próprio autor se posiciona perante a linha invisível do pensamento abissal, se apresentando como *deste lado* da linha. A Ecologia de Saberes pretende explorar a pluralidade interna da ciência, mas sempre respeitando o “princípio da precaução” (Santos, 2009, p. 52).

A ecologia de saberes assenta na ideia pragmática de que é necessária uma reavaliação das intervenções e relações concretas na sociedade e na natureza que os diferentes conhecimentos proporcionam. Centra-se, pois, nas relações entre saberes, nas *hierarquias* que se geram entre eles, uma vez que *nenhuma prática concreta seria possível sem estas hierarquias*. Contudo, em lugar de subscrever uma hierarquia única, universal, e abstrata entre os saberes, *a ecologia de saberes favorece hierarquias dependentes do contexto*, à luz dos resultados concretos pretendidos ou atingidos pelas diferentes formas de saber (*ibidem*, p. 51, grifo nosso).

Nesse sentido, a Ecologia de Saberes pode ser interpretada mais como uma epistemologia de análise de dados contra hegemônica, ainda longe de adotar uma prática decolonial. Ela se localiza ainda no campo da *exploração* de saberes que, ao serem conhecidos, estudados, testados e dominados, serão postos em hierarquias perante os saberes analisados. Ainda assim, as Epistemologias do Sul e as Ecologias de Saberes guardam resquícios da própria colonialidade tanto combatida por elas.

Precisamos fazer essa discussão avançar saindo do campo da epistemologia e adentrando ao campo prático, imediato, cotidiano. Extrapolar o decolonial em direção ao contracolonial. Para isso, Antônio Bispo dos Santos – pensador brasileiro, escritor, lavrador, quilombola afroconfluyente – nos mostra alguns caminhos.



Em seu livro *A terra dá, a terra quer*, publicado em 2023, esse autor explica o campo das práticas contracoloniais. Para Bispo⁴ (2023), o sufixo *de* compreende a ideia de depressão, deterioração, decomposição. Ser decolonial, para ele, é apenas buscar a mitigação do colonialismo, a atenuação de seus reflexos no nosso dia a dia – mas ainda guardando dentro de si nuances da própria colonialidade. Traçando aqui um paralelo entre o pensamento contracolonial de Bispo (*ibidem*) e a Ecologia de Saberes de Santos (*ibidem*), ser decolonial ainda é estar *deste lado* da linha. Ser contracolonial é avançar para além do pensamento pós-abissal, ouvindo os viventes do *outro lado* da linha do seu próprio lugar de fala.

O grande debate hoje é o debate decolonial, que só consigo compreender como a depressão do colonialismo, como a sua deterioração. Compreendo o sufixo “de” como isso: depressão, deterioração, decomposição. Cabe às pessoas decoloniais, em qualquer lugar do mundo, educar sua geração neta para que não ataque a minha geração neta. Elas só são necessárias se fizerem isso, porque é isso o que é necessário fazer. E a nós, contracolonialistas, cabe inspirar a nossa geração neta para que ela se defenda da geração neta dos decoloniais e dos colonialistas (Bispo, 2023, local 38).

4 Tanto Boaventura de Souza Santos quanto Antônio Bispo dos Santos possuem o mesmo sobrenome. Com o objetivo de não conflitar ideias e referências, adotou-se o sobrenome “Santos” para se referir a Boaventura, e “Bispo” para se referir a Antônio Bispo. Essa escolha também se refletirá nas referências bibliográficas inseridas no final do ensaio.

Ser contracolonial é ser como o burro. É ser tão inteligente a ponto de não aceitar a imposição de outros modos de vida que não sejam os saberes originais da nossa essência. O burro é o maior representante dessa resistência colonialista. Ilustração: Bárbara Scudeller, arquivo pessoal, elaboração própria, 2023.

Para esse autor – tão ligado às práticas do campo, da mata, da roça –, colonizar é como adestrar um boi. “Quando completei dez anos, comecei a adestrar bois. Foi assim que aprendi que adestrar e colonizar são a mesma coisa” (Bispo, local 07). As práticas de adestramento são compatíveis às práticas de desterritorialização, imposição de novos modos de vida e novos nomes. Todo adestramento tem a mesma finalidade: fazer trabalhar ou produzir objetos de estimação e satisfação. Isso é o colonialismo em sua essência de dominação e ocultamento dos saberes originais.

Antônio Bispo dos Santos, também conhecido como Nêgo Bispo, graças à notoriedade popular que ganhou no Brasil, foi criado no Quilombo Saco Curtume, no município de São João do Piauí. A cultura quilombola, assim como a cultura indígena, é intrinsecamente ligada à oralidade. Essa é a principal forma de transferência de saberes às novas gerações, através da contação de histórias. Em uma de suas oralidades⁵, Bispo faz uma analogia marcante: ser contracolonial é ser como o burro. O burro não é um animal ignorante, pelo contrário. Em sua teimosia, em não se deixar adestrar e, portanto, não se deixar colonizar, é o maior representante do contracolonial. O burro é depreciado pelos adestradores colonialistas, porque resiste a imposição de outros modos de vida contrários ao seu saber selvagem e ancestral.

Como posicionamento contracolonial, Bispo resiste ao apagamento das memórias característico dos processos de colonização. O autor usa a Guerra de Denominações como ferramenta de resistência. “Eu, por dominar a técnica de adestramento, logo percebi que, para enfrentar a sociedade colonialista, precisamos transformar as armas do inimigo em defesa [...]. Então, para transformar a arte de denominar em uma arte de defesa, resolvemos denominar também” (Bispo, local 07). A Guerra de Denominações contracoloniais consiste em contrariar as palavras coloniais para enfraquecê-las e resistir a desterritorialização dos saberes locais e ancestrais.

Por exemplo, se o inimigo adora dizer *desenvolvimento*, nós vamos dizer que o desenvolvimento desconecta, que o desenvolvimento é uma variante da cosmofofia. Vamos dizer que a cosmofofia é um vírus pandêmico e botar pra ferrar com a palavra *desenvolvimento*. Porque a palavra boa é *envolvimento*. Para enfraquecer o *desenvolvimento sustentável*, nós trouxemos a *biointeração*; para a *coincidência*, trouxemos a *confluência*; para o saber *sintético*, o saber *orgânico*; para o transporte, a *transfluência*; para o *dinheiro* (ou a troca), o *compartilhamento*; para a *colonização*, a *contracolonização*... e assim por diante. [...] Vamos botar mais palavras dentro da língua portuguesa (Bispo, 2023, local 08 e 09).

Ser do Sul Global requer a tomada de uma posição: a de aceitarmos ou não estarmos *deste lado* da linha, o lado do pensamento cientificista e cosmofofóbico. Se a linha do pensamento abissal nos divide, a Ecologia de Saber, como o pensamento diverso pós-abissal tenta resistir a imposição de um saber único. Mas, para além do campo epistemológico, tão bem dominando pelos colonialistas, precisamos sair do campo das ideias e adotarmos ações práticas. Atitudes insurgentes contracoloniais, porque ser decolonial já não basta.

⁵ Referência a palestra ministrada por Antônio Bispo dos Santos dentro da Universidade de São Paulo, campus de São Carlos. A palestra tinha como título “Pensamento Selvagem e Contracolonização” e foi realizada no Auditório Sérgio Mascarenhas, localizado no Instituto de Física de São Carlos, no dia 21 de novembro de 2023, durante a escrita deste ensaio.



Emergir perante o fim deste mundo: um novo paradigma civilizacional?

Presenciamos um colapso multiescalar. Viver perante a uma crise moral, política, sanitária, ecológica, humanitária, cultural, econômica e ambiental nos aproxima da ideia do *fim do mundo*. Como destacado por Moore (2022) cada vez há menos fontes potenciais de Naturezas Baratas. A exploração da Natureza – entendida como o oposto da Humanidade – levou à pilhagem dos nossos recursos naturais e humanos. Para esse ponto de vista, os corpos humanos e as paisagens naturais são incapazes de agenciamentos, se tornando mecanismos vazios e aptos à exploração. Mas estamos perante ao fim *do* mundo ou perante ao fim *deste* mundo?

Bruno Latour, em seu livro *Diante de Gaia*, com edição brasileira publicada em 2020, apresenta uma encruzilhada à humanidade: ou mantemos as condições que tornam a vida habitável para todos, ou então não merecemos continuar vivendo. Segundo o autor, essa é uma escolha que nos obriga a nos posicionarmos perante Gaia, popularmente conhecida como a deusa da mitologia grega, representante da imensa capacidade criadora das paisagens terrestres.

Gaia é a imagem de uma deusa mitológica responsável por trazer à tona as escolhas dos seres viventes na Terra. Ela é a figura que faz emergir as consequências de nossas escolhas. Por isso, a iminente necessidade de nos repositarmos diante de Gaia. Ilustração: Bárbara Scudeller, arquivo pessoal, elaboração própria, 2023.

Gaia não é a natureza virgem. Não é a deusa-mãe. Ela não é mãe de coisa nenhuma. Não é sequer um todo, um existente global. É simplesmente a *consequência das sucessivas invenções dos vivos* que acabaram transformando completamente as condições físico-químicas da terra geológica inicial. Hoje, cada elemento do solo, do ar, do mar e dos rios resulta, em grande medida, de modificações, criações e invenções de organismos vivos. Gaia são todos os seres vivos e as transformações materiais que eles submetem à geologia, desviando a energia do sol para benefício próprio. É nessa rede, nessas trajetórias de seres vivos, que alguns desses vivos – os vivos que somos, que se proclamam humanos, pessoas feitas de terra, de húmus, de lama e de cinzas – encontram-se irreversivelmente emaranhados (Latour, 2020, p. 06, grifo nosso).

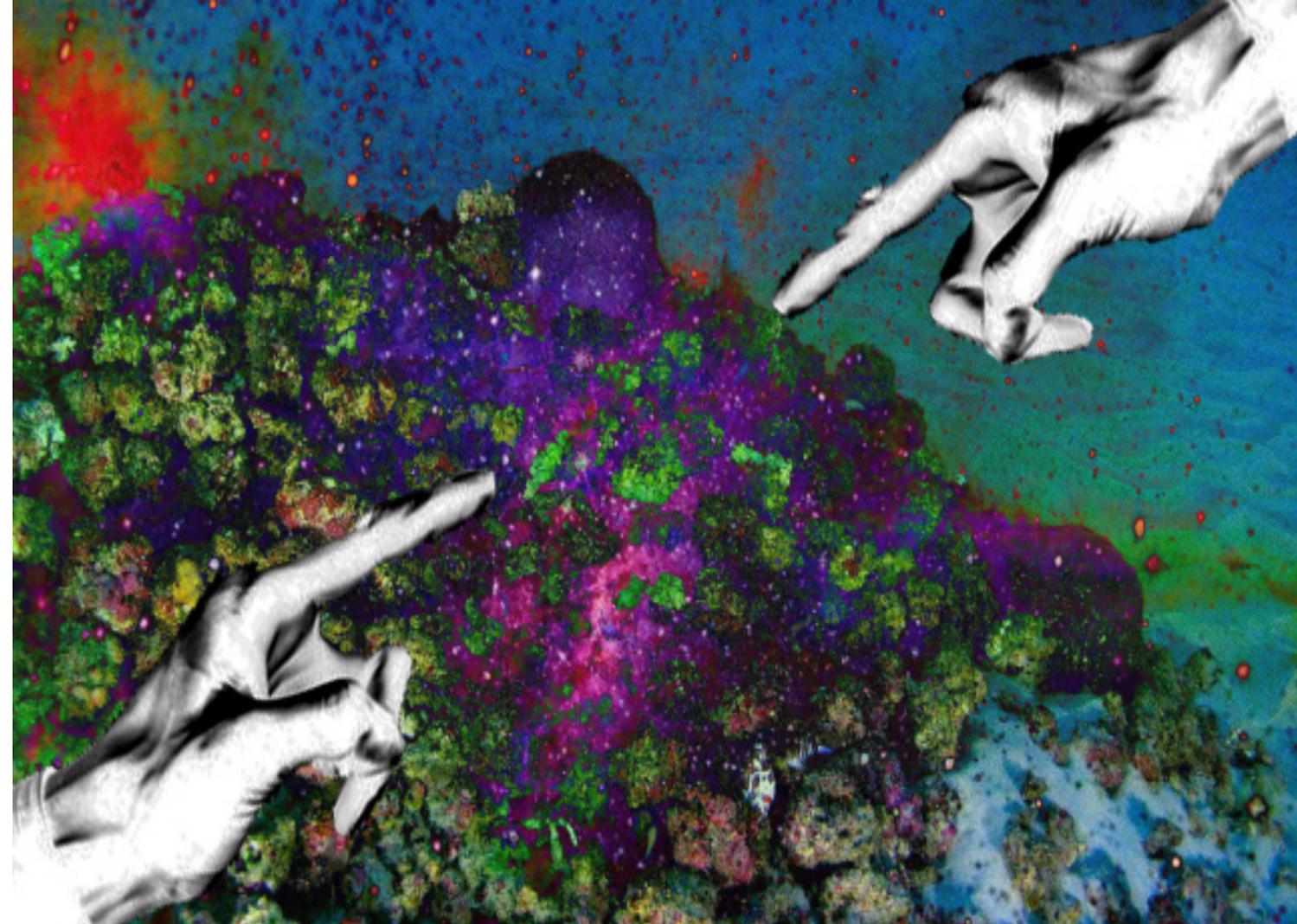
Apesar de ser mais fácil imaginar o fim do *mundo* do que o fim do *paradigma* civilizacional que nos trouxe até aqui, não podemos simplesmente nos render a ideia de um fim. Há saídas possíveis. O próprio Jason Moore (2022), tão fatalista perante o sistema capitalista de exploração vigente, ainda nos dá esperanças. “Acredito que possamos encontrar histórias mais esperançosas que narrem de que maneira alguns humanos refizeram o planeta e como a maioria dos humanos pode trabalhar com outras espécies” (p. 131).

Ailton Krenak⁶, intelectual brasileiro insurgente de origem indígena, é reconhecido internacionalmente pela defesa de ideias para adiar o fim do mundo. Mas neste ponto, o autor faz uma distinção importante. “Quando eu falo de adiar o fim do mundo, não é a este mundo em colapso que estou me referindo. Esse tem um esquema tão violento que eu queria mais é que ele desaparecesse à meia-noite de hoje e que amanhã a gente acordasse em um novo” (2022, local 22). Não podemos nos render à mera ideia de fim, precisamos urgentemente pensar alternativas que impliquem na insurgência de um novo paradigma civilizacional.

Segundo o autor (*ibidem*), criar um novo paradigma passa por repensar o papel das cidades. O atual papel capitalista desempenhado por elas reforça a dualidade cartesiana entre Natureza e Humanidade. Nesse paradigma, as cidades se opõem às florestas, por exemplo, vistas como ambientes “selvagens” e “sujos”. As cidades ainda são concebidas idealmente como ambientes protegidos de tudo aquilo que não for produto da Humanidade, ambientes civilizados e assépticos. Krenak responsabiliza às escolas formadoras de profissionais por perpetuarem a lógica de que a civilização é precisamente urbana e que assim deve continuar sendo. Então as cidades são construídas com seus muros – materiais e imaginários – para separar seus habitantes da floresta.

O corpo da Terra não aguenta mais cidades, pelo menos não essas que se configuram como uma continuidade das pólis do mundo antigo, com gente protegida por muros, e o resto do lado de fora – que pode, inclusive, tanto ser bichos selvagens quanto indígenas, quilombolas, ribeirinhos, beiradeiros. Além disso, as metrópoles são um sorvedouro de energia. Ainda há quem tenha a pachorra de dizer que o Brasil é vanguarda na produção de energia limpa. Eu

⁶ Em 05 de outubro de 2023, Ailton Krenak foi eleito novo membro da Academia Brasileira de Letras (ABL). Krenak é escritor brasileiro, filósofo e ativista indígena reconhecido internacionalmente. Uma das suas propostas para a ABL é incorporar as mais de 170 línguas originárias aos estudos linguísticos do Brasil, para além do português oficial. Matéria disponível em: <https://www.academia.org.br/noticias/krenak-eleito#>, último acesso em: 12 dez. 2023.



não sei que história é essa, se você botar um filtro de sangue nas hidroelétricas de Tucuruí, Balbina, Belo Monte, Santo Antônio e Jirau, ele entope (Krenak, 2022, local 28).

Krenak coloca a nós, arquitetos e arquitetas urbanistas, uma provocação clara: como atravessar os muros das cidades? Se esse é o caminho que escolhemos seguir rumo à construção de um novo paradigma civilizacional? “Como fazer a floresta existir em nós, em nossas casas, em nossos quintais?” (*ibidem*, local 34). Como de costume, Krenak tece suas críticas já nos guiando rumo à luz no fim do túnel.

Temos que parar com essa fúria de meter asfalto e cimento em tudo. Nossos córregos estão sem respirar, porque uma mentalidade de catacumba, agravada com a política do marco sanitário, acha que tem que meter uma placa de concreto em cima de qualquer corrego, como se fosse uma vergonha ter água correndo ali. As sinuosidades do corpo dos rios são insuportáveis para a mente reta, concreta e ereta de quem planeja o urbano. Hoje, a maior parte do tempo, o planejamento urbano é feito contra a paisagem. Como reconverter o tecido urbano industrial [capitalista], trazendo a natureza para o centro e transformando as cidades por dentro? (Krenak, 2022, local 34).

A vida reclama a fruição das *alianças afetivas*. Essa é a hipótese defendida por Krenak (*ibidem*) ao almejar a busca por futuros ancestrais. A ancestralidade não é coisa do passado, ela está viva, em nós, e é coisa do presente. Ela precisa ser nutrida todos os dias através do ensino de saberes originários, passados afetivamente de geração

Insurgir perante ao fim deste mundo passa pela criação de um novo paradigma civilizacional. Duas possibilidades complementares insurgem, como as alianças afetivas e as confluências. Ambas reconhecem a necessidade de preservação da diversidade presente na ancestralidade dos povos originários. Ilustração: Bárbara Scudeller, arquivo pessoal, elaboração própria, 2023.

em geração. Os humanos são diversos e as alianças afetivas não pretendem igualar as existências, tal qual foi feita com a colonização das Naturezas Baratas e a criação de uma única Humanidade. As alianças afetivas pressupõem afetos entre mundos não iguais. Esse movimento não reclama por igualdade, ao contrário, reconhece a intrínseca alteridade de cada pessoa, em cada ser, e introduz a desigualdade radical como a essência da prática.

Antônio Bispo dos Santos (2023) vai adiante em sua proposta e complementa a ideia inicial de Krenak (2022). Nêgo Bispo, como é conhecido em sua comunidade quilombola, defende a *confluência*. Ao contrário da lógica homogeneizante, as confluências evocam um contexto de mundos diversos coexistindo e se afetando uns aos outros em harmonia. Para exemplificar a lógica da confluência, Nêgo cita a forma como os quilombos no Brasil foram fundados. Eles são fruto de uma confluência de saberes entre os conhecimentos trazidos pelos povos africanos e os saberes dos povos indígenas, que generosamente confluíram e ensinaram sobre as especificidades da fauna e da flora brasileira. Eis que os quilombolas se tornaram afroconfluentes porque confluíram – sem conflitar – com os saberes ancestrais indígenas.

Não tenho dúvida de que a *confluência* é a energia que está nos movendo para o compartilhamento, para o reconhecimento, para o respeito. Um rio não deixa de ser rio porque conflui com outro rio, ao contrário, ele passa a ser ele mesmo e outros rios, ele se fortalece. Quando a gente confluencia, a gente não deixa de ser a gente, a gente passa a ser a gente e outra gente – a gente rende. A confluência é uma força que rende, que aumenta, que amplia. Essa é a medida. De fato, a confluência, essa palavra germinante, me veio em um momento em que a nossa ancestralidade me segurava no colo. Na verdade ainda me segura! Ando me sentido no colo da ancestralidade (Bispo, 2023, local 09 e 10, grifo do autor).

Bispo entende como *ancestralidade* a própria *circularidade*. Para ele, “somos da circularidade: começo, meio, começo” (local 71). Para o autor, a geração avó é o começo, a geração mãe é o meio, e a geração neta é de novo o começo. O futuro se conecta ao passado porque ambos representam o começo de tudo, da circularidade orgânica do mundo. Assim, o futuro está na ancestralidade. A ideia de *confluência*, de Bispo (2023), e a ideia *futuro ancestral*, de Krenak (2022) confluem e rendem. Elas nos mostram que a alternativa para pensarmos o fim *deste* mundo e a construção de *novos* mundos passa pelo resgate dos saberes antigos. A construção de um novo paradigma civilizacional implica em voltarmos a nossa geração avó e neta, à circularidade.

Pistas para paisagens pós-antropocênias: começo-meio-começo

Não é possível apresentarmos soluções simplistas a problemas complexos. A dimensão do colapso social-ambiental-econômico-cultural, popularmente nomeado como a Era do Antropoceno, toca especialmente arquitetos e urbanistas. Mesmo que toda essa reflexão teórica não tenha propriamente surgido dentro de nosso campo profissional, é através dele que podemos lançar diretrizes para a construção de paisagens pós-antropocênias.

Como lembrado por Marras e Taddei (2022), a construção civil move mais sedimentos, em massa, do que todas as bacias hidrográficas juntas. E a quantidade de energia utilizada em atividades humanas hoje atingiu a escala dos processos geológicos. Mais do que uma *pegada humana*, não foi a mera existência da humanidade sobre a Terra que nos trouxe até aqui. O Antropoceno faz referência a um modelo civilizacional de

exploração dos recursos naturais em prol da acumulação infinita do capital.

Moore (2022) melhor nomeia esta era de exploração como Capitaloceno. O autor nos lembra, e com razão, que a ação humana sobre os recursos naturais é muito generalista e não serve para identificar as causas do paradigma civilizacional vigente. Moore (*ibidem*) defende a hipótese de um marco temporal claro da origem deste processo. No século XV e a partir do iluminismo, o avanço da ciência buscava estudar para conhecer, conhecer para dominar e dominar para explorar. Intelectuais da época decidiram separar a Natureza da Humanidade. A partir deste dualismo cartesiano, se estabeleceu a hierarquia de superioridade da mente sobre o corpo. O saqueamento de pessoas, animais, solos e florestas foi a força criadora desta paisagem terrestre colapsada.

Arquitetos e urbanistas são instigados pelo viés propositivo de suas profissões. Presenciar um mundo colapsado nos coloca diante de Gaia (Latour, 2020). Como propor paisagens onde a presença dos seres humanos sob a Terra ainda seja aceita por ela? Afinal, o mundo não precisará de nós para continuar existindo. Porém, compreender as forças que engendram nosso paradigma civilizacional também nos dá esperanças para nele colocar fim.

Krenak (2022) propõe uma lógica de produção de paisagens ancestrais. Definitivamente, o crescimento de novas cidades deve estacionar, pois como hoje a construímos ainda se baseia na exploração inferiorizante dos recursos naturais. E ele nos provoca: não devemos adiar o fim do mundo, devemos lutar pelo fim *desde* mundo, lutarmos pela construção de outras paisagens através dos paradigmas de nossas ancestralidades. A humanidade não é urbana, ela não se originou no urbano, mesmo que nele se faça presente.

A exploração de paisagens nem sempre foi a lógica de formação das cidades. Como lembra Sposito (1988), o capitalismo é essencialmente urbano. Ele encontrou nas cidades uma organização social profícua a sua expansão e acumulação infinita do capital. Se antes o dinheiro era usado como simples facilitador das trocas comerciais, focado no valor de uso dos produtos cultivados, a figura do burguês surge como profissional desvinculado do cultivo da terra e especializado na exploração da mais-valia das mercadorias. A partir do mercantilismo, a subsistência humana se desvinculou da sua relação com a terra.

Então, Bispo (2023) nos lembrar sobre a circularidade da terra, apagada pela linearidade do pensamento colonizador. O maior símbolo das atrocidades do regime de exploração das Naturezas Baratas foi a criação das colônias na América e na África. Ainda que a era colonial seja uma página virada nos livros de história, a sua existência velada continua entre nós. Por isso, Bispo defende algo muito além do posposto pelos europeus decoloniais. A ousadia de Bispo, aterrada em sua ancestralidade, nos apresenta o *contracolonial*. A circularidade das culturas ancestrais se pauta na chave *começo-meio-começo*.

Enquanto profissionais da arquitetura e do urbanismo, a ideia de retomada do passado como possibilidade de futuro nos dá algumas pistas. O futuro ancestral retoma a cultura dos povos originários de cada região. Por isso, não teremos um futuro único ou uma paisagem hegemônica para as cidades. Haverá, sim, diretrizes fundamentais para elas. Como a coexistência harmônica dos seres vivos – sem hierarquia, sem exploração. Krenak (*ibidem*) delata a heresia da separatividade criada pelo cartesianismo, que separou a cidade da natureza. Para ilustrar a crítica, o autor se remete à presença dos rios. Os antigos assentamentos urbanos eram atraídos por eles. Esta entidade era o caminho para se locomover, força motriz para se movimentar e alimento para cultivar.

As paisagens urbanas hoje têm vergonha do leito de seus rios. Fazem de tudo para retificá-lo, canalizá-lo, tamponá-lo, escondê-lo. Então, concretam os rios e constroem muros – físicos ou simbólicos – para separar a cidade da natureza, pois esta é vista como suja, bárbara, selvagem, primitiva. Krenak (2022) rememora o quanto as cidades da Índia são vistas como promíscuas simplesmente por terem vacas circulando entre os carros e gente se banhando nos rios.

Em meio ao caos e à desesperança gerada pelo Antropoceno, difícil seria para nós, arquitetos e urbanistas, lançarmos mão de soluções simples, rápidas e práticas para dar uma pretensiosa sensação de ter resolvido o problema. Se pensar um futuro possível para os seres humanos sob a Terra é retomar a circularidade dos começos, há vários futuros possíveis. As esperanças paisagens do Pós-Antropoceno não são únicas, são diversas. Também não são hierárquicas, são unas. E assim o são porque cada povoado possuiu sua própria ancestralidade, seu próprio começo, sua própria circularidade de saber-fazer-saber. Como prenuncia Krenak (2022), a natureza não está aqui para nos servir, estamos aqui para com ela nos relacionar, *confluir*.

Temos que reflorestar o nosso imaginário e, assim, quem sabe, a gente consiga se reaproximar de uma poética de urbanidade que devolva a potência da vida, em vez de ficarmos repetindo os gregos e os romanos. Vamos erguer um bosque, jardins suspensos de urbanidade, onde possa existir um pouco mais de desejo, alegria, vida e prazer, ao invés de lajotas tapando córregos e ribeirões. Afinal, a vida é selvagem e também eclode nas cidades. (*Ibidem*, local 36)

Agradecimentos

Este ensaio foi escrito e pensado através do projeto de doutorado financiado pela Fundação do Estado de São Paulo (FAPESP), processo n.º 2022/04317-8, sobre a qual manifestamos aqui nossos sinceros agradecimentos.

Este ensaio crítico foi escrito sob a memória de Antônio Bispo do Santos, conhecido carinhosamente como Nêgo Bispo. Tive o prazer de conhecê-lo e ouvi-lo pessoalmente no dia 21 de novembro de 2023, em São Carlos. Exatos 12 dias depois, Nêgo faleceu. Ou “encantou-se”, como gostava de se referir à passagem para a ancestralidade. Que seu pensamento contracolonial continue inspirando a geração neta rumo a um novo paradigma civilizacional. Como começava e terminava suas falas em público: “Vivas, vivas, porque todas as vidas importam!”.

Referências

BISPO, Antônio. *A terra dá, a terra quer*. São Paulo: Ubu Editora, 2023.

KRENAK, Ailton. *Futuro ancestral*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

LATOURE, Bruno. *Diante de Gaia: oito conferências sobre a natureza no antropoceno*. São Paulo: Ubu, 2020.

MARRAS, Stelio.; TADDEI, Renzo. (Org.). *O antropoceno: sobre modos de compor mundos*. Belo Horizonte-MG: Fino Traço, 2022.

MOORE, Jason. *Antropoceno ou capitaloceno? Natureza, história e a crise do capitalismo*. [s.l.] Elefante, 2022.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. (Org.). *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Edições Almedina, 2009.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. *Capitalismo e urbanização*. São Paulo: Contexto, 1988.

ENTRE A VISUALIDADE DA PAISAGEM E NOVAS POSSIBILIDADES DE UM CONCEITO

A paisagem cultural dos cortejos negros em Cachoeira/BA

*BETWEEN THE VISUALITY OF THE LANDSCAPE
AND NEW POSSIBILITIES OF A CONCEPT*
The cultural landscape of black processions in Cachoeira/BA

Livia Fraga Celestino¹

Resumo

O artigo apresenta brevemente o conceito de paisagem e suas transformações ao longo do tempo. Ainda limitada ao seu caráter visual, as noções de paisagem com o tempo incorporaram novos elementos para explicar e analisar o espaço. Nos últimos anos a paisagem cultural passou a ser utilizada como instrumento de valorização e preservação aplicado pelos órgãos de preservação em todo mundo. Este artigo aborda como é constituída a paisagem cultural afrobrasileira a partir das cosmopercepções do candomblé e seus cortejos negros pela cidade de Cachoeira, na Bahia. Inspirado nas leituras de Besse (2014, 2018) e Dardel (2015) as discussões sobre paisagem cultural afrobrasileira demonstram que a paisagem está muito além daquilo que a visão alcança, pois questionam sobre 'o ser na paisagem', o modo como os seres humanos estão no mundo e se ligam ao mundo através de seus corpos e suas sensibilidades apontando para novos horizontes deste conceito.

Palavras-chave: paisagem, candomblé, patrimônio, corpos negros.

Abstract

The article briefly presents the concept of landscape and its transformations over time. Still limited to its visual character, notions of landscape over time incorporated new elements to explain and analyze space. In recent years, cultural landscape has started to be used as an instrument of appreciation and preservation applied by preservation bodies around the world. This article addresses how the Afro-Brazilian cultural landscape is constituted based on the cosmoperceptions of Candomblé and its black processions through the city of Cachoeira, in Bahia. Inspired by the readings of Besse (2014) and Dardel (2015), discussions about the Afro-Brazilian cultural landscape demonstrate that the landscape is far beyond what the vision reaches, as they question about 'being in the landscape', the way in which human beings are in world and connect to the world through their bodies and their sensibilities, pointing to new horizons of this concept.

Keywords: landscape, candomblé, patrimony, black bodies.

A paisagem como vista: trajetórias de um conceito em transformação

As noções de paisagem apresentaram ao longo dos séculos uma enorme variação de usos e sentidos. No campo da ciência geográfica as discussões sobre paisagem se transformaram adquirindo um caráter polissêmico. Ao longo do tempo as diferentes correntes do pensamento geográfico trouxeram as discussões sobre a paisagem.

No início as discussões sobre a paisagem possuíam o enfoque na forma da paisagem e em suas descrições. Pouco a pouco a identificação das ações do homem enquanto força de transformação da paisagem foram também incorporadas a discussão. Ainda limitada ao seu caráter visual, as noções de paisagem com o tempo incorporaram novos elementos para explicar e analisar o espaço (Salgueiro, 2001). As ações antrópicas tornam-se um elemento-chave nas discussões da paisagem percebendo a relação homem-meio como forma de estudar as paisagens uma vez que as sociedades humanas são grandes transformadores da paisagem. Assim, a paisagem deixa de ser vista apenas como um processo cronológico de evolução no tempo.

Presente em diversos usos e formas de interpretação, a paisagem, é encontrada em inúmeras ciências e usada em diversas áreas da vida cotidiana (fotografia, poesia, música, jornais, literatura, revistas de viagens). As contribuições de Baldin (2021, p. 1) nos informa que "a noção de paisagem não é recente na História: ela é tão antiga quanto a própria sociedade". Se inicialmente estava mais atrelado as concepções estéticas apenas no século XIX que o conceito de paisagem foi melhor sistematizado dentro do arcabouço teórico da ciência geográfica ganhando maior notoriedade.

Antes mesmo da geografia adquirir o status de ciência, no século XIX, a noção de paisagem era já vinculada às artes, especialmente ligado ao olhar, aquilo que a vista alcança. Paul Claval (2004, p.16) anuncia o interesse dos geógrafos pela temática ao afirmar que "os geógrafos se interessam pela paisagem desde que sua disciplina foi constituída: é através dela que os viajantes, que se utilizam da geografia, apreendem a natureza das regiões que percorrem". Para o autor, inicialmente o sentido de paisagem "aparentemente não tem mistério":

Surgiu no século XV nos Países Baixos, sob a forma de *landskip*. Aplica-se aos quadros que apresentam um pedaço da natureza, tal como a percebemos a partir de um enquadramento – uma janela, por exemplo. Os personagens têm aí um papel apenas secundário. A moldura que circunda o quadro substitui, na representação, a janela através da qual se efetua a observação (Claval, 2004, p.14).

Cosgrove (2004) contribui nessa discussão trazendo que a ideia de paisagem como entendemos hoje advém da origem alemã (*landschaft*) e inglesa (*landscape*) e estas possuem diferenças em suas concepções e entendimento do significado de paisagem. A palavra *landscape*, de origem inglesa, surge no século XVII associado a um tipo de pintura daí sua origem cênica que remete a ideia de cenário, de paisagem pictórica. Desta maneira o uso da paisagem aparece com o uso artístico de pinturas ao retratarem as belas paisagens naturais de bosques, jardins e florestas, também nas artes literárias e na música através das descrições das belezas dos elementos da natureza, bem como nas descrições de viajantes sobre os lugares e paisagens de cada país que visitavam, evidenciando o caráter estético das paisagens. Esta ideia de paisagem associado a imagem pictórica possuía alinhamento com as atividades de elaboração dos mapas através de uma linguagem espacial apoiado na matemática, técnicas de medição, levantamentos geométricos e na perspectiva.

¹ Geógrafa. Mestra em Geografia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Docente efetiva de Geografia do IFNMG (Instituto Federal do Norte de Minas Gerais/Campus Salinas). Doutoranda em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal da Bahia (PPG-AU/UFBA). Participa do grupo de pesquisa EtniCidades (Grupo de Estudos Étnicos e Raciais em Arquitetura e Urbanismo) vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo/UFBA. Email: livia.celestino@ifnmg.edu.br

Como essas várias associações sugerem e a palavra “perspectiva” deixa claro, a paisagem [*landscape*] privilegia o sentido da visão, e o que começou como uma representação do espaço tornou-se rapidamente uma denominação do próprio espaço material, que foi referido como paisagem e visto com o mesmo olhar distanciado e esteticamente exigente que tinha sido treinado na apreciação de imagens e mapas. A paisagem é vista, seja enquadrada dentro de um desenho ou pintura, composta dentro das bordas de um mapa, ou vista a partir de uma eminência física através de recuos de perspectiva (Cosgrove, 2004, p.61).

Com base em um projeto nacional elitista inglesa com desejo de controle e expulsão de comunidades mais pobres de suas terras, a *landscape*, fazia parte dessa construção. Desta maneira, segundo Cosgrove (2004, p.62) a paisagem pictórica foi utilizada neste momento para naturalizar desigualdades e ajudar na criação de uma ilusão de paisagem harmônica de um espaço. Para Jean-Marc Besse (2014) essa possível naturalização das desigualdades possui fins ideológicos, ocultando a realidade, o contexto histórico e os conflitos sociais e territoriais através de um “controle visual e estratégico” (Besse, 2014, p.107).

Além das questões espaciais, as questões sociais da paisagem são distintas entre *landschaft* e *landscape*. A primeira está mais associada as ideias de comunidade, suas próprias regulamentações, suas práticas de vida e seus costumes e valores ancestrais, a segunda associa-se aos valores relativos as ideias de posse, propriedade, regulamentação e legislação.

O que importava para a designação é que estas eram regiões em que a lei costumeira, determinada de várias formas pela vida e pelo trabalho da comunidade em uma área, definia os limites territoriais da região [*Land*]. “Costumes e cultura definiam a região [*Land*], não características geográficas físicas – era uma entidade social que encontrou a sua expressão física na área sob a sua lei”. A unidade da comunhão e direitos dentro da comunidade e o espaço sobre o qual eles se estendiam constituíam a *Landschaft* (Cosgrove, 2004, p. 60).

Como explica Cosgrove (2004), *landschaft*, origem da Idade Média, relacionava-se a porção de terra possuidora de costumes característico de uma comunidade da qual os aspectos cênicos, as imagens associadas as paisagens não possuíam tanta relevância. Besse (2014) já apontava que a paisagem antes mesmo da significação estética, ligado a pintura a partir do século XVII e XVIII já existia “uma significação que se pode dizer territorial e geográfica” (Besse, 2014, p. 20) desta forma o princípio do entendimento da paisagem não estava a um “território que se descortina num só olhar desde um ponto de vista elevado [...] ela é entendida como espaço objetivo da existência, mais do que como vista abarcada por um sujeito” (Besse, 2014, p. 21).

Nos primórdios da ciência geográfica, século XIX, a geografia carregava o conceito de estética da paisagem através das descrições da paisagem pautadas nas observações dos encantamentos das belezas do mundo. Desde Humboldt e outros geógrafos alemães buscavam em suas viagens pelos países ilustrar e descrever as paisagens, desta maneira a ideia da paisagem como vista, espetáculo visual a ser apreciado (Besse, 2014).

A partir do momento que a geografia torna-se disciplina acadêmica o destaque a visualidade continuava presente através da valorização do senso de observação do geógrafo sobre a paisagem. Paul Claval (2004, p. 23) afirmava que em meados de 1900 existia um entendimento da geografia enquanto ciência das paisagens. No século XX, Carl Sauer foi um dos maiores estudiosos a difundir o conceito de paisagem colocando-a como elemento central da ciência geográfica que ajudaria a formar as bases da geografia cultural norte-americana. Sauer (1998, p. 23) definia a paisagem enquanto “uma área composta por uma associação distinta de formas, ao mesmo tempo físicas e culturais”.

Neste momento a cultura ganha um destaque na interpretação das paisagens influenciando o arcabouço da geografia até os anos 1960. Com o gradativo esgotamento das pesquisas clássicas na geografia passa ocorrer um certo preterimento dos estudos da paisagem, como conceito importante, pelo estudo do conceito do espaço enquanto categoria central. Entre 1950 e 1970, é o período caracterizado como ascensão da Nova Geografia e, em seguida, a geografia crítica de influência marxista considerado mais apropriado para analisar as relações de produção e reprodução do capitalismo pós-segunda guerra.

Ao mesmo tempo que ocorre o reaparecimento da discussão da paisagem através das pesquisas com base na geografia crítica, a corrente do pensamento humanista buscava ancorar suas abordagens pautados na fenomenologia. Vale mencionar que tanto a corrente humanista quanto a corrente da Nova Geografia são consideradas enquanto movimentos de renovação do pensamento geográfico por volta da década de 1960, época de fortes mudanças nos campos sociais, culturais e políticos. O conceito de paisagem enquanto categoria geográfica ganhou maior amadurecimento teórico e metodológico com a corrente humanista devido as abordagens trazidas pela fenomenologia da qual carecia desde a época da geografia tradicional.

As obras de Eric Dardel, no primeiro momento, e, em seguida, através dos autores Yi-Fu Tuan e Lowenthal com as abordagens de suas pesquisas sobre as paisagens possibilitaram um sólido campo teórico na década de 1960 que se ampliaria na década seguinte. A geografia cultural dos anos 1970 possibilitou o retorno da paisagem ao campo do estudo teoricamente mais amadurecida e com caminhos metodológicos dos mais variados, as vezes propondo um diálogo mais fenomenológico, as vezes buscando uma articulação com o materialismo histórico dialético.

A ciência geográfica após 1970 é bastante emblemática pois passou a incorporar novas matrizes epistemológicas (materialismo histórico e dialético, a fenomenologia e a hermenêutica) e novas possibilidades metodológicas contribuindo para o surgimento da nova Geografia Cultural. É neste momento que a cultura também passa a ser pensada de uma nova maneira deixando de ser percebida apenas como aspecto material e passa a ser encarada como um conjunto amplo de técnicas, atitudes, ideias e valores que apresenta tanto componentes materiais quanto imateriais. A espacialidade da cultura passou a ser estudada de maneira mais abrangente, envolvendo questões de cunho religioso, filosófico e ideológico e seus reflexos, impactos e influências na organização do espaço (Claval, 2014).

A compreensão da dinâmica do conceito de paisagem, segundo Gianella (2008), deve ser vista pela história não como ciclos que se encerram em si mesmos, mas sim como um espiral do tempo, pois os estudos sobre as paisagens e as discussões que são feitas não se apagam e influenciam as concepções e ideias que serão gestadas no futuro contribuindo assim com a evolução das ciências. Desta forma a divergência que são encontradas na literatura científica em relação à paisagem, “[...] não deve ser tomada como um empecilho ou um elemento de confusão, mas sim deve ser considerada

como parte do processo de construção que está se realizando no presente” (Gianella, 2008, p. 84).

Um dos principais teóricos da Nova Geografia Cultural, a partir da década de 1970, foi Denis Cosgrove. De forma sucinta algumas premissas básicas presentes no pensamento de Cosgrove. O permanente diálogo do espaço geográfico com a cultura e o simbolismo nas paisagens (Cosgrove, 1998) constitui um dos pilares fundamentais do desenvolvimento epistemológico do autor. Cosgrove (1998) em seu artigo intitulado “A Geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas”, o autor aborda que paisagem é uma “maneira de ver”, associado tanto as transformações sociais, econômicas, políticas, afirmando também que as crenças e conhecimentos das pessoas afetam o modo com que o indivíduo percebe as paisagens ao seu redor. O autor afirma a importância desta categoria ao frisar que “paisagem lembra-nos que a geografia está em toda parte, que é uma fonte constante de beleza e feiura, de acertos e erros, de alegria e sofrimento, tanto quanto é de ganho e perda”. (Cosgrove, 1998, p. 100).

A perspectiva de Cosgrove (1998; 2003) sobre a paisagem busca uma integração entre o materialismo dialético e a compreensão dos simbolismos da paisagem, portanto, compreendendo a paisagem por seus aspectos objetivos e subjetivos. Nesse sentido, Cosgrove (1998) propõe a incorporação da dimensão simbólica para a melhor compreensão das paisagens e das sociedades.

As paisagens tomadas como verdadeiras de nossas vidas cotidianas estão cheias de significado. Grande parte da Geografia mais interessante está em decodificá-las. [...]. Porque a geografia está em toda parte, reproduzida diariamente por cada um de nós. A recuperação do significado em nossas paisagens comuns nos diz muito sobre nós mesmos. (Cosgrove, 1998, p. 121)

Compreendo as sociedades a partir da perspectiva do modo de produção e a partir de dos seus significados para os indivíduos, frisando que “ao mesmo tempo, paisagem lembra-nos que a geografia está em toda parte, que é uma fonte constante de beleza e feiura, de acertos e erros, de alegria e sofrimento, tanto quanto é de ganho e perda”. (Cosgrove, 1998, p. 100). Para o autor o julgamento entre beleza e feiura, alegria e sofrimento tudo depende das condições e de como o observador/vive. Desta forma as paisagens devem ser vistas em relação ao sujeito que a observa, aos sentidos e valores que este observa e atribui à paisagem. Nas análises de Cosgrove em relação a paisagem o simbolismo adquire importância fundamental, assim “todas as paisagens são simbólicas, apesar da ligação entre o símbolo e o que ele representa (seu referente) poder parecer muito tênue” (1998, p. 106). Name (2010, p. 177) observa essa relação na obra de Cosgrove traduzindo a dinâmica entre cultura e simbolismo na leitura da paisagem:

[...]a riqueza de sua abordagem está, por um lado, no fato de a paisagem ser revelada como resultante de um processo, permanentemente inacabado; e, por outro lado, por ser assumidamente considerada como uma abstração – ela não existe per se, pois, como parte da “realidade”, é uma maneira de se produzir, manipular e contemplar o espaço (Name, 2010, p. 177)

Em relação ao entendimento do conceito de paisagem, Sauer e Cosgrove apresentaram visões bastante distintas, mas ambas impactantes no pensar geográfico. Enquanto Sauer, nos anos 1920, centrava seu discurso na perspectiva morfológica da paisagem, Cosgrove, décadas mais tarde, trouxe uma perspectiva diferenciada de leitura de

paisagem, a qual fazia uso da intertextualidade - ou seja, da “conversa” com outras fontes de informação, como textos literários, fotografias e histórias populares – para permitir ao pesquisador a leitura de símbolos e a apreensão de significados nela impressos.

Paisagem cultural enquanto política pública patrimonial: avanços e desafios

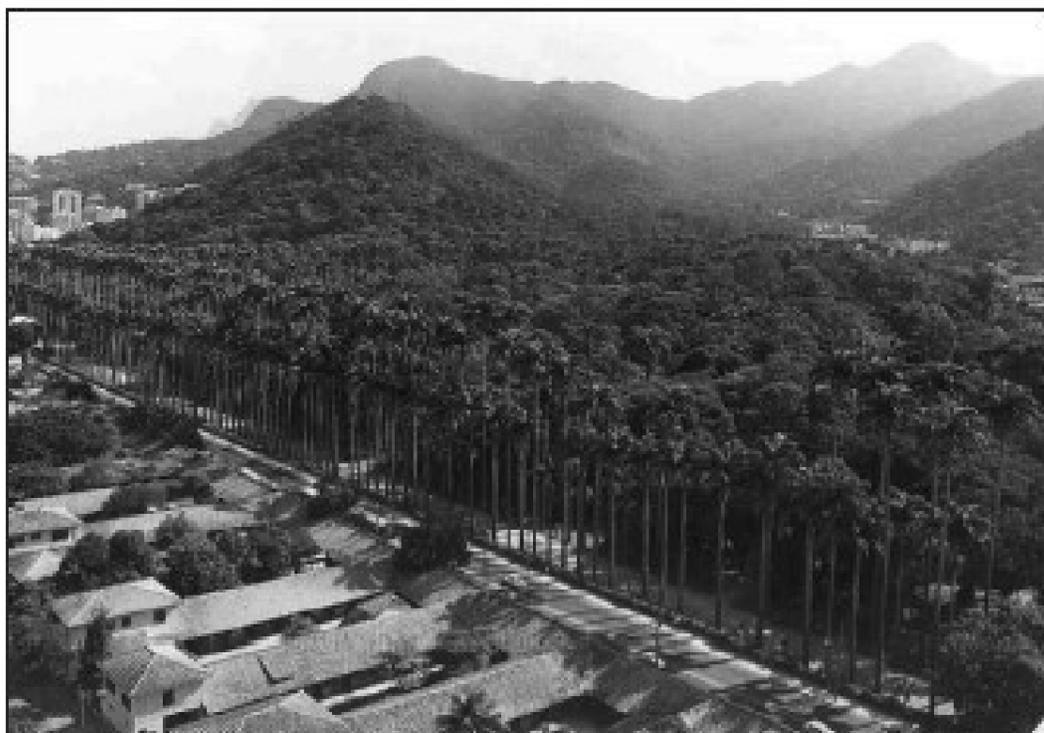
Se no âmbito da discussão acadêmica o conceito de paisagem variou bastante ao longo do tempo as diferentes abordagens do uso da categoria paisagem nos órgãos responsáveis pelo patrimônio. O encontro entre paisagem e patrimônio não é recente. Inúmeras ações de patrimonialização foram realizadas a partir da operacionalização da categoria de paisagem pelos órgãos de preservação. As ideias românticas de natureza e a transformação de representação de uma paisagem para significar a natureza em si estiveram relacionadas a construção e valorização de parques e jardins atrelados a as políticas de proteção de áreas naturais de grande beleza cênica dentro de alguns padrões estéticos em vários lugares do mundo. Desta maneira os aspectos cênicos, visuais e estéticos eram trabalhados a partir da ideia de paisagem e assim durante muito tempo foi capturada como política pública de patrimônio cultural.

Segundo Ribeiro (2007) tanto nos Estados Unidos quanto na Europa, a partir do final do século XIX e, especialmente, na primeira metade do século XX, leis e ações passaram a construir estratégias de valorização e proteção da paisagem, especialmente por seu valor cênico. Estas ações tiveram rebatimento e influenciaram as ações do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) no Brasil. No Brasil desde 1937, o então SPHAN², desenvolvia ações de preservação patrimonial relacionadas a paisagem com base no decreto lei 25/1937 a partir da criação do instrumento do tombamento, inclusive, o Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. O uso da categoria paisagem pelos órgãos de preservação neste momento aplicava-se tanto nas ações especialmente na delimitação do entorno dos bens tombados quanto no cuidado com a visibilidade do bem, como exemplo, o INCEU (Inventário de Configurações de Espaços Urbanos) enquanto metodologia de inventário que valorizava o aspecto visual do sítio urbano.

A política de patrimônio no Brasil extensivamente estudada (Ribeiro, 2007, Chuva, 2017, Fonseca, 2006) revelam que os primeiros anos da política federal do patrimônio deram amplo destaque a objetos, espaços e períodos históricos específicos, notadamente o barroco mineiro. No que se refere a categoria paisagem, segundo Ribeiro (2007), os primeiros anos de atuação do SPHAN possuíam influência do paisagismo a qual a concepção desta categoria era percebida como panorama ou ambiência de bens arquitetônicos. Os responsáveis que atuavam nos órgãos de preservação oriundos das Escolas de Belas Artes valorizavam a concepção da paisagem como vista e seu caráter de apreciação estética.

Segundo Chuva (1998), as primeiras três décadas de atuação do Sphan se priorizou o tombamento de obras de pedra e cal, portanto a herança colonial torna-se símbolo do país validando nossa cultura com traços muito semelhantes ao mundo europeu desconsiderando as contribuições afroindígenas do país. Ainda segundo a autora, mais de 90% dos bens tombados até 1946 eram bens arquitetônicos, e apenas 1,44% do total eram bens paisagísticos. Desde aquela época até os dias atuais o

² Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) foi a primeira denominação do órgão federal de proteção ao patrimônio cultural brasileiro, hoje Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).



tombamento pelo viés paisagístico se pautou no valor cênico da paisagem. Apesar da legislação nacional reconhecer na paisagem o valor etnográfico, os bens inscritos no Livro de Tombo Etnográfico, Arqueológico e Paisagístico foram em sua grande maioria jardins, ambiência de monumentos e conjuntos urbanos. No Brasil, o segundo bem patrimonializado a partir do critério de paisagem foi o Jardim Botânico do Rio de Janeiro, inscrito no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, em 30 de maio de 1938. O Jardim Botânico tornou-se um espaço de rara beleza cênica.

Neste aspecto, Ribeiro (2007) enfatiza que os bens inscritos no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, relacionados a paisagem, trazia o tombamento de jardins ligados ao paisagismo e o tombamento de monumentos junto a aspectos da natureza que os emoldura, tais quais: o conjunto inscrito no Livro Arqueológico e Paisagístico, em 1938, da Ilha de Boa Viagem, em Niterói, RJ. Neste caso, a igreja junto a Baía de Guanabara seu caráter cênico em relação a montanha relaciona-se à sua inscrição como “conjunto paisagístico”. Anos depois, em 1954, o Conjunto Arquitetônico e Paisagístico de Pilar de Goiás, e em 1968, o Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Colina de Olinda, e o tombamento da Serra do Curral em Belo Horizonte, são reveladores do caráter cênico da paisagem com a valorização da paisagem como vista.

A concepção de paisagem com valorização daquilo que a vista alcança, aplicada pelo IPHAN, possuía influência no contexto das cartas internacionais. A paisagem se torna um bem cultural, a partir da Carta de Atenas, em 1931, da qual o olhar se estende para além da edificação histórica e passa a valorizar também o seu entorno. A ideia de paisagem aparece a partir da valorização do entorno. O decreto lei 25/1937 aponta o cuidado com a visibilidade dos bens tombados. É importante dizer para dar conta da desse caráter visual é a ideia de paisagem que é operacionalizada para a preservação e estudo da visibilidade dos bens tombados. O dispositivo do entorno para a proteção da paisagem urbana tanto nos grandes centros quanto em núcleos históricos tombados.

Art. 18. Sem prévia autorização do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, não se poderá, na vizinhança da coisa tombada, fazer construção que lhe impeça ou reduza a visibilidade, nem nela colocar anúncios ou cartazes, sob pena de ser mandada destruir a obra ou retirar o objeto, impondo-se neste caso a multa de cinquenta por cento do valor do mesmo objeto (Brasil, 1937).

Ao longo do tempo a ideia de entorno se transforma e extrapola o caráter com especial destaque ao visual. Em 1964, a Carta de Veneza o conceito de entorno é ampliado para o de ambiência tal qual está presente na Recomendação de Nairóbi, em 1976, e pela Carta de Washington, em 1986. A partir da ideia de ambiência a paisagem é tomada como uma moldura, seja da paisagem natural ou construída, como um pano de fundo, cuja preservação ocorria apenas para valorizar e dar maior sentido ao edifício histórico considerado um bem maior. Em 1972, a Convenção Relativa à Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural institui a lista com os bens relativos ao patrimônio cultural da humanidade a partir da Lista do Patrimônio Mundial, entretanto os bens apenas poderiam ser inscritos em duas categorias antagônicas: cultural e natural. Essa separação indicava a permanência de um pensamento que valorizava o ambiente natural desde que não possuísse intervenções humanas.

A inserção da paisagem no âmbito patrimonial ocorre a partir da necessidade de equacionar uma dicotomia que separava homem e natureza na identificação e gestão dos bens junto a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura). Desta maneira a categoria paisagem cultural compreende um marco para as políticas patrimoniais superando a dicotomia homem versus natureza, portanto, reconhecendo que alguns locais seriam passíveis de proteção possuindo um valor excepcional devido justamente a relação estabelecida entre homem e natureza.

Segundo a UNESCO, paisagem cultural é definida como representativa do trabalho conjunto entre homem e natureza, ilustrando a evolução das sociedades e ocupações humanas através do tempo, sob a influência de oportunidades e/ou restrições presentes no ambiente natural, bem como pelas sucessivas forças sociais, econômicas e culturais que nela interferem (UNESCO, 2008). Neste momento foram elaboradas algumas distinções e classificações entre as paisagens culturais: Paisagens Claramente Definidas - as que foram criadas e desenhadas pelo homem; Paisagens Evoluídas Organicamente – que refletem os processos de evolução em suas forma e componentes e Paisagem Cultural Associativa - valor dado em função das associações que são feitas, mesmo que não haja presença material da intervenção humana (Ribeiro, 2007).

Em 1992 que a UNESCO passou a usar a categoria de paisagem cultural na Lista do Patrimônio Mundial. Esta iniciativa colocaria um fim na dualidade até então vigente e adotou “a própria paisagem como um bem, valorizando todas as inter-relações que ali coexistem” (Ribeiro, 2007, p. 40 e 41). A iniciativa da UNESCO traria uma nova perspectiva ao campo da preservação do patrimônio. Apenas em 2005 que a categoria de paisagem cultural ganha maior impulso a partir do estabelecimento de seis critérios culturais e quatro critérios naturais para a inclusão dos bens na lista da UNESCO.

O contexto da valorização da paisagem foi sendo ampliada com o tempo, sendo melhor aprofundada a partir de percepções multidisciplinares com destaque para o papel da UNESCO neste cenário. No Brasil, a preservação da paisagem ocorre desde a criação do decreto lei 25/1937 e do Livro do Tombo Etnográfico, Arqueológico e Paisagístico, conferindo valor da paisagem tanto em seu valor cultural quanto natural.

Art. 1º § 2º - “Equiparam-se aos bens a que se refere o presente artigo e são também sujeitos a tombamento os monumentos naturais, bem como os sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela Natureza ou agenciados pela indústria humana (Brasil, 1937).

A paisagem cultural, como já foi dito, é um conceito agregador que rompe com antigas dicotomias existentes no campo da preservação patrimonial. No Brasil, apenas nos anos 2000, a partir da portaria 127/2009, com a criação da Chancela da Paisagem Cultural que o uso da paisagem dentro dos órgãos de preservação passa por transformações refletindo as discussões que vinham acontecendo em outras partes do mundo especialmente no âmbito da UNESCO. Além dos instrumentos já existentes no Brasil, como o tombamento de bens materiais e o registro de bens imateriais, a chancela da Paisagem Cultural cria meios para a proteção de extensas porções territoriais e com isso exige uma maior integração e incentivos para uma gestão participativa do patrimônio. Ribeiro (2007) reafirma o caráter integrador da paisagem cultural algo que historicamente vinha sendo percebido de modo compartimentado. O autor supracitado complementa:

A grande vantagem da categoria de paisagem cultural reside mesmo no seu caráter relacional e integrador de diferentes aspectos que as instituições de preservação do patrimônio no Brasil e no mundo trabalharam historicamente de maneiras apartadas. É na possibilidade de valorização da integração entre material e imaterial, cultural e natural, entre outras, que reside a riqueza da abordagem do patrimônio através da paisagem cultural e é esse o aspecto que merece ser valorizado (Ribeiro, 2007, p. 111)

Desta maneira, a Portaria nº 127/2009 cria uma nova categoria de patrimônio que se constitui da inteiração das demais categorias: imaterial, material, arqueológico, paleontológico, genético, ambiental, científico etc. Ribeiro (2007) ainda reforça que paisagem cultural deve ser o bem em si, e não o seu entorno, ambiência para um sítio ou para elementos que tenham seu valor mais exaltado. “Isso significa que sua abordagem deve ser realizada em conjunto, ressaltando as interações que nelas existam (Ribeiro, 2007, p. 111). Na referida portaria entre os motivos que justificam o conceito de paisagem cultural e sua inclusão na legislação são especialmente: a expansão urbana, a globalização cultural, a massificação das paisagens urbanas e rurais, a fragilidade da preservação dos modos tradicionais de vida, a necessidade de ações e iniciativas administrativas e institucionais de preservação de contextos culturais complexos, que abranjam porções do território nacional.

A partir de 2012 mudanças tanto no setor de gestão do IPHAN levaram a uma suspensão dos processos de chancela da paisagem cultural, entre as possíveis justificativas estão as muitas dificuldades de implementação das ações conjuntas previstas pelo instrumento. A interrupção da chancela do patrimônio configura-se como um retrocesso uma vez que a aplicação deste instrumento abarca lugares e ambientes além de agrupamentos humanos historicamente desvalorizados pelos processos de patrimonialização e que muitas vezes se encontram em vias de desaparecimento.

Tanto na esfera da UNESCO, quanto no Brasil, ainda há algumas incertezas quanto aos métodos, portanto ainda muito a caminhar na operacionalização da categoria patrimonial da paisagem cultural. Enquanto categoria do patrimonial cultural, o tema apresenta especificidades que precisam ser tratadas a partir de abordagens integradas. Assim, um dos grandes desafios é associar as diretrizes e os instrumentos de conservação e

gestão. Pensamos que desistir da categoria da paisagem representa desistir dos povos e comunidades que constituem a história do país povos e comunidades tradicionais, ribeirinhos e comunidades pesqueiras, trabalhadores imigrantes, comunidades indígenas, povos negros de candomblé e quilombos, entre tantos outros que estiveram à margem das ações de patrimonialização.

O município de Serro, em Minas Gerais, pesquisado por Castriota (2009), a partir do Plano de Preservação da Paisagem, em 2007, passou a resguardar características tanto arquitetônicas quanto as agrícolas, a partir das técnicas tradicionais desenvolvidos pelos grupos humanos voltados aos cultivos de plantas medicinais e alimentos. A categoria da paisagem foi acionada neste exemplo, pois talvez nem mesmo os outros instrumentos (tombamentos e registros) conseguiram alcançar. A paisagem cultural busca valorizar atributos para além dos aspectos visuais e estéticos, mas sim a preservação de um meio de vida, de uma forma de habitar, de viver que se manifesta enquanto paisagem, são os saberes tradicionais vinculados a uma comunidade e sua relação com a terra.

Como visto até aqui a abordagem da paisagem no âmbito patrimonial ainda é muito recente e apresenta-se como um campo absolutamente em construção. Como já mencionado, no Brasil, muitos avanços nas políticas de patrimônio foram alcançados, desde o Centro Nacional de Referência Cultural, em 1975, a política de salvaguarda do patrimônio imaterial, em 2000, com o recente avanço, em 2009, a partir da criação da chancela da Paisagem Cultural. Entretanto, a descontinuidade desta última revela-se crítica aos avanços das políticas de patrimonialização no país.

Sobre a retomada da chancela da paisagem cultural, dois pontos parecem ser importantes para ser refletidos em torno da paisagem hoje: uma questão política e uma questão conceitual da paisagem. O que explica o desinteresse político em torno da paisagem? De que forma pensar a paisagem a partir da cosmopercepção afroreligiosa do candomblé?

Sobre os aspectos políticos sabemos que a sociedade brasileira é fruto de um processo de colonização cruel que marca a nossa história, assim como de outros países sul-americanos. História contada pelo viés eurocêntrico, cercada de conflitos entre opressores e oprimidos, racismo, tensões e imposição de poder, que dificultaram a compreensão sobre nosso país e nossa própria história ao proceder à exclusão de muitos povos do retrato oficial do Brasil, e conseqüentemente do espelho do patrimônio. Trata-se de uma herança difícil de superar, e ainda hoje precisamos estar atentos às exclusões que remontam às nossas origens coloniais, aqui de maneira mais específica falamos dos povos negros e povos originários.

A inclusão dos povos originários e comunidades negras é assunto das atuais políticas públicas, pois, apesar de terem sido historicamente esquecidos do retrato do “Brasil oficial”, formam o “Brasil real” repleto de diversidade, festivo, vivo e colorido o que tem se refletido igualmente no espelho do patrimônio, ainda que em meio a retrocessos e não sem dificuldades. Ao lado desta reflexão, não é possível mais pensar a noção de paisagem se pensarmos a associada à pintura renascentista, à colonialidade, pois essa forma de representação não dá conta da realidade brasileira. No âmbito conceitual, a hegemonia visual da paisagem tem sido questionada e superada por outras abordagens, pois esta não consegue englobar outras percepções.

Um documento orientador importante dos últimos anos é a Carta da Paisagem das Américas de 2018. Este apresenta importantes entendimentos para repensar “a conservação, o planejamento, o desenho e a gestão da paisagem das Américas”, o documento em questão baseia-se na “busca de nossas raízes e da razão de nossa

existência, baseadas no conhecimento de quem somos e do que possuímos como americanos, habitantes das Américas”. A Carta da Paisagem das Américas considera a “necessidade de reposicionar a mirada para uma noção de paisagem entre aqueles que planejam, protegem, atuam e decidem o destino das paisagens” (Federação Internacional De Arquitetos Paisagistas, 2018). E, para tanto, elabora princípios que dão suporte ao documento ao mesmo tempo que orientam essa mirada, destacando a necessidade de resgatar a cosmovisão dos povos em que reverbera tradições, costumes e arte.

Nesta discussão, este artigo se propõe a trazer a reflexão sobre o entendimento da constituição da paisagem cultural a partir das cosmopercepções negras vinculadas ao candomblé na cidade de Cachoeira, Bahia. No campo da paisagem cultural a constituição da paisagem afrobrasileira permanece sem estudos aprofundados, configurando-se como um campo aberto a pesquisa especialmente quando falamos do candomblé e suas ritualísticas. Com inspiração nas leituras de Besse (2014) e Dardel (2015) as discussões sobre ‘o ser na paisagem’, o modo como os seres humanos estão no mundo e se ligam ao mundo através de seus corpos e suas sensibilidades apontam para novos horizontes nas discussões da paisagem cultural. As cosmopercepções do candomblé e seus cortejos negros pela cidade de Cachoeira são trazidos a discussão neste texto na medida em que formam a paisagem afrobrasileira. Muito além da perspectiva estética e visual, a paisagem cultural afrobrasileira representa a ligação dos grupos sociais negros e suas relações sagradas com o mundo, além de se alinhar ao apelo de Ulpiano Meneses (2017) sobre a necessidade de se “repovoar o patrimônio” e nela nele reintroduzir o seu protagonista. Acreditamos que desta maneira, abrem-se as portas para novos horizontes da paisagem e, assim, segundo Besse (2014), criando uma disposição favorável que desperte nas pessoas o gosto pelas paisagens, a partir do reconhecimento e do sentimento de que “faço parte da paisagem”.

Novas travessias no horizonte da paisagem

A geografia humanista e a geografia cultural, apesar de possuírem também suas especificidades, trouxeram de volta as discussões da ciência geográfica as dimensões do sensível, do descritível, e da percepção, características com as quais para tentar provar seu caráter científico a geografia optou por distanciar-se. A perspectiva de olhar as paisagens com visão metódica, identificando, delimitando foi substituída por uma perspectiva que captar significados, e sentidos diversos, simbologias, experiências e sentimentos das pessoas com e no espaço. Pensar a paisagem por novas perspectivas embasadas em uma filosofia da paisagem e suas abordagens fenomenológicas é um caminho que pode abrir portas para entender as experiências que os sujeitos possuem das paisagens.

Estas novas experiências estão além daquilo que a visão alcança, “questionam sobre ‘o ser na paisagem’, o modo como os seres humanos estão no mundo e se ligam ao mundo através de seus corpos e suas sensibilidades” (Besse, 2010. p. 263). A partir de Besse (2014) compreendemos que os estudos sobre a paisagem baseados em uma orientação fenomenológica buscam resgatar a relação física e imediata dos elementos sensoriais do mundo. Esta nova abertura do mundo aos cinco sentidos e as emoções configuram a paisagem como “ordem da experiência vivida, em termos da sensibilidade” (BESSE, 2010, p. 268. Este entendimento questiona sobretudo, o “estar na paisagem”, a forma como o ser humano está no mundo e se relaciona com o mundo através do seu corpo e da sua sensibilidade” (Besse, 2010, p. 263).

Para Besse (2014) ler a paisagem através dessa perspectiva através do corpo, dos sentidos, corresponderia “a autenticidade e verdade do saber geográfico” (Besse, 2014, p. 76). Segundo Relph (1979, p.14) aponta que “a ligação interna que une os elementos da paisagem é a presença do homem e o envolvimento nela” sendo assim a paisagem experienciada faz parte “da partilha do caráter da existência humana, colorindo e sendo colorida por ela” (Relph, 1979, p.14). Para Dardel a paisagem é “uma inserção do homem no mundo, um sítio da luta pela vida, a manifestação de sua existência e da dos outros (Dardel, 2015, p.44). A partir de Dardel (2015) entendemos que a ligação dos elementos da paisagem não é dada fora do homem, de modo externo, ao contrário, se dá no próprio homem.

A experiência da paisagem está no campo do sentir, segundo Besse (2014), ou tonalidade afetiva, segundo Dardel (2015). Segundo Besse, é por esta razão que a paisagem não pode ser racionalizada como ocorre nas experiências estéticas das obras de arte. Enquanto as obras de arte estão no campo da representação, a paisagem é vivida, experienciada na conexão do homem com a terra, assim “a paisagem é um conjunto, uma convergência, um momento vivido” (DARDEL, 2015, p. 30).

A paisagem se unifica em torno de uma tonalidade afetiva dominante, perfeitamente válida ainda que refratária a toda a redução puramente científica. Ela coloca em questão a totalidade do ser humano, suas ligações existenciais com a Terra, ou, se preferirmos, sua geograficidade original: a Terra como lugar, base e meio de sua realização. Presença atraente ou estranha, e, no entanto, lúcida. Limpidez de uma relação que afeta a carne e o sangue (Dardel, 2015, p. 31)

Os filósofos da paisagem entendem a paisagem como horizonte, pautados na fenomenologia, entendem a paisagem como “uma estrutura do horizonte que articula o visível e o invisível, o próximo e o distante” (Collot, 2013, p.21). A paisagem então seria “escape para toda a Terra, uma janela sobre as possibilidades ilimitadas, um horizonte. Não uma linha fixa, mas um movimento, um impulso” (Dardel, 2015. p. 31). Essa abordagem compreende as paisagens em toda a sua complexidade e em suas possibilidades de pensar o mundo geograficamente.

A constituição da paisagem cultural afrobrasileira: cosmopercepções do axé

As questões históricas da formação do conceito de paisagem, ditas até aqui, permitiram entender que a centralidade da visão, como aquilo que é visto, como algo externo as pessoas contribuiu para que a humanidade fosse projetado para fora da paisagem. Como se paisagem fosse apenas aquilo que estivesse fora de nós, em nossa frente ou ao redor de nós mesmos, como se fosse possível pensar a paisagem sem estarmos implicados nelas [...] é necessário que entendamos a paisagem para além do olhar ou, ainda, antes do olhar, pois estamos nas paisagens antes de vê-las e esse entendimento contribui para redirecionar o olhar e a forma como vivemos as paisagens.

As paisagens não são “em sua essência, feita para se olhar, mas a inserção do homem no mundo (DARDEL, 2015, p.32). Seguindo essa ideia, Jean Marc Besse (2014) aponta a necessidade de pensarmos a paisagem contemplando a presença humana a partir da sua implicação com próprio mundo, assim, a paisagem, antes de ser uma exterioridade, ela pode ser definida como meio na qual o homem está implicado, paisagem enquanto integração da existência humana em que os homens estão mergulhados nela. Besse (2013, p.12) traz uma contribuição fundamental nesse entendimento sobre a paisagem:

Então, se a paisagem corresponde à nossa implicação no mundo, isso significa que ela não está longe de nós, no horizonte, já que, ao contrário, ela está próxima, que estamos em contato com ela, que ela nos envolve por assim dizer. Pode-se até chegar a dizer que é esse contato, esse conjunto de contatos com o mundo que nos rodeia, em suma essa experiência corporal, que faz a paisagem (Besse, 2013, p. 12).

Essas considerações expostas aqui, a partir das leituras pautadas a partir de Besse (2013, 2014) e Dardel (2015), nos convocam a pensar a paisagem muito além daquilo que a vista alcança, é um convite para pensarmos as paisagens enquanto “modos geográficos de existência”, como também colabora Serpa (2013, p.176), constituindo unidade do ser no mundo e nos permite entender a “geografia humana dos espaços vividos” nos permitindo pensar os lugares e paisagens a partir das “experiências populares, filosofias espontâneas e histórias vividas” (Serpa, 2013, p.183). Essas considerações reafirmam a necessidade de pensarmos as paisagens como mundo-vivido geográfico, como experiência compartilhada e parte de nosso ser no mundo. Marandola Jr (2017) nos provoca a pensar as paisagens como forma de vida, sem separação de espaço e sujeitos, na qual as paisagens são entendidas não apenas como forma, mas como componentes das formas de vida que podem também estar corporificada nas pessoas.

Longe de ser um objeto espetacular situado diante de um sujeito, a paisagem é a experiência de uma travessia, ou ainda, de uma imersão que atinge o corpo e o põe em um certo estado [...] uma certa disposição afetiva face ao mundo que o envolve, e que, sobretudo, lhe conduz a viver e estar no mundo, ou seja, o habitar, de diferentes maneiras. A paisagem é habitar o mundo e ser habitado por ele (Besse, 2018, p. 59 - 50).

Sendo assim, mais do que apenas ver as paisagens, as paisagens somos nós (Marandola Jr, 2017, p.42), como uma dimensão geográfica de existência, como mundo vivido, como experiência do mundo sensível, dimensão afetiva do mundo vivido. Para além de ver a paisagem, existe a necessidade de nos pensarmos nela, como forma de habitar o mundo, forma de vida, espaço vivido, nosso modo de existir e estar no mundo e em comunicação com os outros sujeitos. Besse (2014, p.246) orienta que devemos olhar as paisagem separada da nossa vida, algo exterior que apenas vemos ou “que está diante do ser humano, como um objeto a olhar ou a transformar, mas ao contrário, como uma dimensão de seu ser”. E complementa:

Nós deveríamos nos habituar, parece, à ideia de que as paisagens são ambientes nos quais estamos mergulhados, antes de ser objetos para contemplar. Elas não são feitas, a princípio, para serem vistas. Nós habitamos as paisagens antes de vê-las (Besse, 2014, p. 247)

Com base nesses entendimentos sobre a paisagem, sobretudo, a partir de uma leitura geográfica de mundo pautada nas leituras de Dardel (2014, 2018) e Besse (2015), buscamos trazer a reflexão sobre a constituição da paisagem cultural afrobrasileira valorizando a perspectiva da paisagem através de rotas, cortejos e caminhos sagrados realizados pelas comunidades de candomblé que se irradia por toda a cidade extrapolando seus muros em cortejos caminhando até lugares sagrados. Temos como objetivo reafirmar que a paisagem afrobrasileira é composta por travessias de axé que revelam as cosmopercepções afrodiáspóricas vinculadas aos valores de natureza, ancestralidade e comunidade. A paisagem cultural afrobrasileira em Cachoeira também revela a constituição de que os terreiros são dinâmicos, móveis, portanto,

se movimentam pela cidade divergindo das políticas de patrimonialização que ainda pensam os terreiros de modo estático e sem maiores conexões com os espaços da cidade.

A lógica engendrada nas ações patrimonialização direcionadas aos terreiros de candomblé ainda seguem lógicas eurocêntricas (pautados na visualidade) e/ou que ainda não dão conta da realidade, práticas e vivências dessas comunidades. As políticas de patrimonialização aplicadas aos terreiros de candomblé, como os tombamentos e registros, são importantes, mas ainda insuficientes para a preservação desse patrimônio. As relações estabelecidas pelas comunidades de terreiro com a terra, água, entre outros elementos da natureza, se vinculam as suas relações com lugares sagrados da “porteira para fora” fazendo parte de práticas rituais sagrados reveladores de um espaço vivido, de um modo de ser/estar no mundo. Portanto, pensar a paisagem cultural dentro dessa perspectiva se alinha ao pensamento dardeliano de geograficidade ao expressar a relação do homem com seu meio reveladores de uma paisagem cultural afrobrasileira em movimento e em conexão com a ancestralidade.

As comunidades de terreiros carregam legado ancestral e são, essencialmente, constituídos de filosofia, cosmogonia, heranças das culturas africanas e afro-brasileiras. Seus valores ancestrais estão presentes no seu cotidiano, na sua organização social familiar, no fluxo da vida, ligação com a natureza e ocupação com seu território. Preserva em suas comunidades saberes, fazeres e valores civilizatórios presentes na corporeidade, oralidade, musicalidade, memória e ancestralidade numa relação imbricada entre visível/material e invisível/imaterial. As cosmopercepções presentes no cotidiano do povo de santo permite a percepção das divindades em todo espaço, nas áreas verdes, árvores sagradas, nos cursos dos rios, nos acontecimentos sociais ou nas manifestações da natureza.

É no espaço sagrado dos terreiros que os orixás são cotidianamente cultuados, simbolizados. Os terreiros são espaços santificados pelo fato de serem moradas das divindades. Os terreiros de candomblé são templos que representam a materialização das cosmopercepções afrobrasileiras presente em suas festividades, rituais sagrados, em todo seu sistema simbólico. Os templos afrobrasileiros que encontramos em Cachoeira, através dos terreiros de candomblé, materializam a concepção particular de uma visão de mundo afro-brasileira condensada em seu sistema simbólico.

Cachoeira se destaca no cenário nacional por ser uma cidade tombada devido ao seu conjunto arquitetônico e paisagístico. Possuidora de histórias que atravessam séculos nos dá a oportunidade de compreender o processo de constituição da formação e memória dos povos negros. Foi por conta das suas riquezas materializadas em seu espaço urbano, que Cachoeira foi reconhecida enquanto “Monumento Nacional” pelo IPHAN, sendo tombada na década de 1970 por seu “Conjunto Arquitetônico e Paisagístico”, entrando no rol das cidades que são consideradas patrimônio nacional (Brasil, 2008). A criação dos primeiros terreiros de candomblé em Cachoeira é resultado do seu processo histórico com a chegada dos primeiros africanos escravizados para trabalharem nos canaviais. Os terreiros abrigam um universo simbólico rico em tradições como as danças, cantos, mitos, rituais e organizações espaciais que mantêm vivas as memórias ancestrais dos africanos. Desta maneira o candomblé criado no Brasil permitiu a reestruturação dos povos africanos o que possibilitou a criação de novos laços de afeto.

Elemento fundamental dos espaços de terreiro, o axé, é um elemento simbólico que literalmente “se planta”, sendo acumulado, cuidado, para depois ser transmitido a todos. O axé irá existir seja nos assentamentos dos orixás, dos ancestrais e no corpo de todos os membros do terreiro. Santos (2012, p.40) afirma categoricamente que é o

conteúdo mais precioso do terreiro é o axé, afinal “é a força que assegura a existência dinâmica, que permite o acontecer e o devir. Sem àse, a existência estaria paralisada desprovida de toda possibilidade de realização”. E aponta que essa força precisa ser alimentada e transmitida:

Como toda força, o àse é transmissível; é conduzido por meios materiais e simbólicos e acumulável. É uma força que só pode ser adquirida pela introjeção ou por contato. Pode ser transmitida a objetos ou a seres humanos [...] Mas essa força não aparece espontaneamente: deve ser transmitida. Todo objeto, ser ou lugar consagrado só o é através da aquisição de àse. Compreende assim que o terreiro, todos os seus conteúdos materiais e seus iniciados, devem receber àse, acumulá-lo, mantê-lo e desenvolvê-lo (Santos, 2012, p 40).

Este axé será transmitido através de processos rituais através da palavra, do toque das mãos na comunhão entre o homem e a natureza. É essa força vital que possibilita a comunicação do Orun e o Aiyê, estabelecendo um elo do homem com o universo, sagrado e profano. Muniz Sodré (2019, p.92), em “O terreiro e a cidade: a forma social negro-brasileira” aponta que o “axé é o elemento mais importante do patrimônio simbólico preservado e transmitido pelo grupo litúrgico de terreiro no Brasil”. Esse axé é compartilhado nas festas e cerimônias litúrgicas, nos rituais de limpeza, nos rituais de iniciação, na alimentação e oferendas realizadas através das palavras, mãos e artefatos simbólicos utilizados pelos pais e mães de santo daquela comunidade. Compõem uma totalidade, árvores, folhas, mãos, hálito, componentes materiais, animais e homens. Sodré (2019, p 92) menciona que esse relacionamento que a força do axé proporciona é “tornado possível por uma concepção pluralista de espaço que o terreiro acolhe, mas que é também característica das culturas de *Arkhé* em geral”.

A cosmopercepção religiosa de matriz africana tem como um de seus alicerces principais a ancestralidade pautada na cultura religiosa do não esquecimento, da imortalidade e da vida contínua e circular. Nesse sentido, a ancestralidade é uma categoria de relação, de interconexão, da imortalidade e continuidade. Ancestralidade é um conceito de complexa definição, apesar disso, segue vivo no cotidiano dos terreiros de candomblé presente nos ritos, festividades, e em todas as relações sociais dos terreiros, sendo, portanto, “princípio que organiza o candomblé e arregimenta todos os princípios e valores caros ao povo-de-santo na dinâmica civilizatória africana” (Oliveira, 2007a, p. 128). Ainda segundo Oliveira (2007) ancestralidade é uma “categoria analítica” e tornou-se o principal fundamento do candomblé não se localizando apenas numa relação de parentesco consanguíneo, a ancestralidade “é um princípio regulador das práticas e representações do povo-de santo”, portanto pode ser entendida como principal elemento da cosmopercepção africana no Brasil (Oliveira, 2007).

Além da ancestralidade, a cosmopercepção religiosa de matriz africana implica em uma relação íntima com a natureza, visto que é nela que estão “vivas” as divindades africanas (nas matas, rios, lagos, cachoeiras, etc.), sendo impossível desassociá-las da interdependência com os elementos naturais. Sousa Junior (2011) revela o sagrado nas comunidades de terreiro presente nas árvores, nas águas enquanto elementos da natureza:

[...] sem a Natureza, sem estarmos presos à teia da vida, manifestada pela nossa ancestralidade, nada somos. Esta é a razão pela qual desde cedo os ancestrais foram evocados ou cultuados nas árvores, pedras, raios, trovões, rios, chuvas, cachoeiras, fogo, vento, terra, água e astros. Assim sendo, todos estes elementos revestem-se de



grande significado nas comunidades-terreiros, local onde se saúda e observa-se não apenas o nascer e o pôr do sol, as fases da lua e as marés, mas também cada folha que cai a fim de buscar nisso um significado (Sousa Junior, 2011, p.38).

No candomblé tudo na natureza é entendido como sagrada. A terra é sagrada, as matas são sagradas, as águas são sagradas, as folhas são sagradas. Mas é preciso conhecimento para lidar com a natureza. O espaço da natureza dos terreiros de candomblé possui enorme complexidade, existe horário para ser retirada as folhas, existe pessoas específicas que podem retirá-las das matas, existem folhas que não podem estar próximas umas das outras, pois se tornam fracas de axé, existem folhas quentes e frias, elas conversam entre si. O olhar cosmológico do candomblé frente aos elementos da natureza, as ritualísticas, os segredos e fundamentos, o invisível que se materializa em pedras, vasos, árvores e rios, os terreiros que se metaformoseia nos corpos humanos e caminham através do fluxo de axé ligando os terreiros aos seus lugares sagrados conformam a paisagem afrobrasileira. E nos faz refletir sobre a necessidade pontuada anteriormente por Besse (2014) de pensarmos a paisagem contemplando a presença humana a partir da sua implicação com próprio mundo, paisagem enquanto integração da existência humana.

A cosmopercepção das comunidades de terreiro desvela a importância assumida pela natureza especialmente pelas árvores sagradas. Um dos exemplos é do terreiro de candomblé Capivari (Ilê Axé Oyó Ni Ibecê), em São Félix, cidade vizinha a Cachoeira/Ba, espaço cuja cajazeira sagrada é um grande assentamento do Orixá Obaluaiê. Esta grande árvore rompe o telhado do barracão demonstrando harmonia com a natureza própria da arquitetura afrobrasileira que une elementos materiais e imateriais.

Através da cosmopercepção, no universo dos terreiros, a natureza é entendida como lugar sagrado por excelência. Esse entendimento torna visível as divindades, permite sentir que “os ancestrais se vestem de natureza” (Sousa Junior, 2011, p 47) e está presente entre árvores centenárias, nas águas fluidas dos rios, no silêncio das matas, no sacudir das folhas secas, no assobio da ventania e dos pássaros. E não basta ter olhos para “ver”. É preciso sentir, ouvir, “cosmosentir”. O professor Wilson Caetano (2011, p.47) relembra que a ancestralidade se expressa na natureza, em tudo que contém vida.

Terreiro Capivari, Ilê Axé Oyó Ni Ibecê, cuja árvore sagrada rompe o telhado do barracão do terreiro (esq). Barracão com a presença da cajazeira sagrada vista de dentro do terreiro (dir). Fonte: Trabalho de campo, 2023.



Quando falamos natureza, não estamos nos referindo apenas a tudo que é verde como se costuma associar, mas a tudo que tem vida e a tudo que está para viver, porque a vida nunca acaba. Foi essa filosofia que preconceituosamente foi chamada de animista ou primitiva. Nas comunidades-terreiros, os ancestrais se vestem de natureza, ora são a terra, o sol, a lua, as estrelas, as árvores, o mar, os rios, os raios, a tempestade, assim por diante (Sousa Junior, 2011, p 47).

O valor atribuído a natureza dentro dessa cosmo percepção não está atrelado ao valor meramente econômico, mas “principalmente por elas terem servido, um dia, aos antepassados hoje venerados como ancestrais. E, assim como a terra e as águas, são sagradas as árvores e as plantas, por fornecerem sombra, alimento e remédio e por sua ligação com os antepassados ilustres (Lopes, 2008, p.197). Da mesma maneira que os povos africanos, os povos originários, aqui no Brasil assim percebem a natureza, num incessante jogo em que o cosmo e o mundo se encontram. Africanos e povos indígenas não estavam orientados pelo valor monetário direcionado aos lucros, mas sim de zelo pela natureza, pois além de ser fonte de subsistência a natureza também foi morada de seus ancestrais. Para povos africanos a experiência da conexão compreende e une todas as forças existente no cosmo, rejeitando, portanto, as ideias de separação, fragmentação, pois “a representação do Universo como um conjunto de forças em constante movimento corresponde à experiência existencial da tradição africana” (Lopes; Simas, 2020, p 18-19).

Paisagem cultural afrobrasileira: cortejos negros em movimento de axé

Quando falamos de terreiros de candomblé se tem a concepção restrita de que ele se encontra fixado de forma estática, hermética e concentrado apenas nos espaços internos dos terreiros. Entretanto os terreiros possuem relações que extrapolam seus muros conectando-se a uma rede de lugares no espaço urbano que ligam o visível ao invisível, o material e o imaterial. Em Cachoeira muitas festividades que compõem as



dinâmicas ritualísticas dos terreiros ultrapassam seus limites geográficos ganhando as ruas da cidade e assim estabelecendo a conexão dos terreiros aos lugares sagrados.

Identificados como sagrados pelo povo de santo: pedras, rios, matas, morros, encruzilhadas, pontes, mercados, compõe não apenas a espacialidade de Cachoeira, mas configura-se como arquitetura dos terreiros de candomblé. A ligação entre terreiros de candomblé e seus lugares sagrados é estabelecida pelos cortejos traduzidas aqui como travessias de fluxo de axé. Os corpos negros representam o terreiro que se movimenta pela cidade uma vez que carregava em seus corpos fundamentos sagrados e carregam com eles presentes, oferendas compondo a paisagem afrobrasileira. A seguir, o mapa de dos terreiros pesquisados e seus lugares sagrados para as comunidades do candomblé, em Cachoeira.

As festividades que iniciam nos barracões dos terreiros, extrapolam as porteiras e ganham as ruas, em forma de cortejo em atividade ritual. Uma arquitetura que não possui cercas, muros, ou telhados, mas que é encantada pelo axé com poder de fazer o terreiro caminhar em fluxo por toda a cidade. Quem faz a ligação entre o terreiro e os espaços sagrados espalhados pela cidade são os cortejos que representam um fio sagrado em fluxo de axé, travessias negras que compõem a paisagem afrobrasileira. Estes cortejos são os corpos negros em marcha, terreiro que caminha através dos corpos dos filhos de santo, em comunhão com o meio, e desenham uma paisagem-texto.

“Desfilando-se a si mesmo, revestidos de dignidade” (Brandão, 1989, p.21), os corpos negros carregam balaios, flores, perfumes, fitas, alguidares, comidas votivas. As contas sagradas carregadas nos pescoços, mokans, ojas e atakans brancos, vestidos e saias coloridos. Corpos negros que tocam ao som de atabaques e agogôs através da força das mãos, cantam e dançam embalados pela sonoridade marcante de um cortejo que segue seu trajeto definido pela ancestralidade. Ao ultrapassar a porteira, o cortejo se apresenta enfileirado dos mais velhos aos mais novos, obedecendo a hierarquia de cada casa. Sobre o Orí sagrado, presentes. E os pés, quase sempre, descalços em



contato com a terra. Os cortejos apresentam simbologias próprias. Os cortejos, neste momento, representam o próprio terreiro que se movimenta através dos filhos de santo da comunidade. Terreiro dinâmico, andante, nômade. Conforme Velame (2012):

[...] pelo ato espaço-temporal do ritual afro-brasileiro, propiciados pelo corpo de comunidades terreiros que traçam os seus trajetos, percursos, itinerários fazendo com que o terreiro passe a ser qualquer lugar em que acontece uma atividade litúrgica afro-brasileira com fluxo de axé possibilitando as hierofanias e as aberturas as divindades e entidades (Velame, 2012, p. 485).

Através da abertura das porteiras dos terreiros as travessias rituais acabam revelando um terreiro dinâmico e fluido que conecta os lugares sagrados aos terreiros em um fluxo de axé não linear, mas sim pautado em cosmopercepções vinculadas ao culto aos ancestrais e desta forma “o espaço sagrado negro-brasileiro é algo que refaz constantemente os esquemas ocidentais de percepção do espaço, os esquemas habituais de ver e ouvir” (Sodré, 2019, p.77).

São os saberes e poderes da comunidade do povo de santo que revelam a natureza mágica desses lugares e, devido seu caráter sagrado são preservados pelas travessias de axé que a todo momento estabelece conexões. Por essa razão que podemos compreender que o universo simbólico dos terreiros de candomblé extrapola o barracão e sua porteira estabelecendo conexões com o sagrado da natureza presente no espaço das cidades envolvendo matas, árvores, cachoeiras, rios, pedras. E, como um grande ojú sagrado invisível, ultrapassa as suas porteiras conectando terreiro com lugares sagrados espalhados pela cidade formando uma grande rede de axé. Os lugares sagrados possuem importância por serem elementos aglutinadores que une as inúmeras travessias do povo de santo em Cachoeira.

Ao ultrapassar a sua porteira em processo ritual, através dos cortejos de rua, das travessias rituais, o terreiro ganha dinamicidade, movimento, uma paisagem afrobrasileira. Em Cachoeira, com toda magia presente, os terreiros possuem a



capacidade de se transmutarem, ora estão nas cercanias das roças (barracão/peji), ora estão nas encruzilhadas (ebós), ora estão nos corpos negros em cortejo, ora estão sob as águas (em forma de oferendas) do Rio Paraguaçu ou do Riacho Caquende. Ou seja, a paisagem afrobrasileira é dinâmica, móvel, pois o terreiro está em qualquer lugar em que a comunidade de terreiro se faça presente em processo ritual.

Em Cachoeira os terreiros de candomblé estabelecem conexões com inúmeros lugares sagrados: Obá Tedô, ponte e viaduto do Batedor, cemitério dos africanos, mata da catuaba, pilar central da ponte D. Pedro II, trevo dos escravos, encruzilhadas e esquinas da cidade, lagoa encantada³, riachos (Caquende, Levada e Capivari), Rio Paraguaçu, pedras (Baleia, Cavalo, Rachada). Lugares sagrados são cercados de histórias, magias, encantamentos, segredos guardados a sete chaves pelos iniciados do culto, entre elas: a lagoa encantada (localizado na margem esquerda da BR-101, atrás, atualmente, de um posto de gasolina na entrada da cidade) lugar sagrado morada do Orixá Nanã, senhora da lama e das águas profundas e, segundo os mais velhos, abrigava uma cobra gigante (referência ao Vodum Jêje Bessém) e um camarão dourado possuidor de poderes (vinculado simbolicamente a Orixá Oxum).

As pedras encantadas (Pedra da Rachada, Pedra do Cavalo) são lugares significativos e sagrados de culto aos Caboclos. Nesses lugares são cultuados os donos da terra, os indígenas que tiveram forte presença histórica nessa região e ali são realizadas as obrigações e oferendas. No Terreiro Caboclo Guarani de Oxossi, situado no bairro do Rosarinho, em Cachoeira, a festa em homenagem aos Caboclos carrega na preparação do barracão a presença da natureza através das matas, folhagens, alimentos, penas e peles de animais, e, especialmente, a presença da figura dos indígenas, enquanto

³ Segundo as narrativas orais as pessoas que mergulhavam na lagoa ou os presentes oferecidos apareciam “como mágica”, à quilômetros de distância nas águas do Dique do Tororó, em Salvador. Como diz a toponímia, a lagoa é um lugar encantado. Souza Junior (2005) trata destes encantamentos presentes do cotidiano de Cachoeira através de figuras como Porfíria “Aleijadinha”, Pai João ou mesmo Mãe Judite de Aganju, a mãe de santo que se transformava em pássaro, além de outros tantos nomes como Zé do Vapor, Tio Anacleto.

donos da terra. No Recôncavo Baiano as figuras dos Caboclos associam-se as lutas pela Independência por esta razão os elementos nas cores em verde e amarelo e a bandeira do Brasil estão presentes no barracão e nas vestimentas decorativas e nos Caboclos que chegam a ao terreiro, agora transformado em “aldeia” entoando seus cânticos.

Ouvindo o choro dos seus filhos vindos do continente africano as divindades sagradas seguiram os navios negreiros até chegar nas águas de Cachoeira, reduto escravagista, e ali fez morada para sempre estar próximo garantindo proteção aos seus filhos e filhas. E, por esta razão, tornou-se um lugar sagrado recebendo toda sorte de presentes, agradecimentos. A comunidade do terreiro Ilê Axé Icimimó, Aganju Didê, situado na zona rural do município, percorre 5 km, em processo ritual através do seu cortejo até chegar as margens do Rio Paraguaçu embalados por cânticos.

Em Cachoeira a Pedra da Baleia, a Pedra da Rachada, a Lagoa encantada ou tantos outros lugares simbolizam o sagrado para as comunidades do povo de santo. Por essa razão são reverenciados, cuidados, adorados, alimentados. Os lugares sagrados são venerados porque contém axé. Elíade (2018) aponta que o homem ocidental moderno experimenta um certo mal-estar diante de inúmeras formas de manifestações do sagrado.

[...] é difícil para ele aceitar que, para certos seres humanos, o sagrado possa manifestar-se em pedras ou árvores, por exemplo. Mas, como não tardaremos a ver, não se trata de uma veneração da pedra como pedra, de um culto da árvore como árvore. A pedra sagrada, a árvore sagrada, não são adoradas com pedra ou como árvore, mas justamente porque são hierofanias, porque “revelam” algo que já não é nem pedra, nem árvore, mas o sagrado [...] Para aqueles a cujos olhos uma pedra se revela sagrada, sua realidade imediata transmuda se numa realidade sobrenatural [...] para aqueles que têm uma experiência religiosa, toda a natureza é suscetível de revelar-se como sacralidade cósmica. O Cosmos, na sua totalidade, pode tornar-se uma hierofania (Elíade, 2018, p.18).

Sodré (2019, p.94) ao apontar o modelo africano de entendimento de mundo esclarece que o espaço não se dissocia por dicotomizações do tipo humano/natural, sensível/inteligível. Para o autor é “sobre um espaço totalizado assenta-se o terreiro negro-brasileiro” cuja cosmopercepção entende que “as árvores, as casas, as ervas, os animais, os homens, compõem uma totalidade que hoje os valores da acumulação capitalista e as formas produtivistas da organização do mundo procuram fragmentar”.

O espaço sagrado negro-brasileiro é algo que refaz constantemente os esquemas ocidentais de percepção do espaço, os esquemas habituais de ver e ouvir. Ele fende, assim, o sentido fixo que a ordem industrialista pretende atribuir aos lugares e, aproveitando-se das fissuras, dos interstícios, infiltra-se. Há um jogo sutil de espaços-lugares na movimentação do terreiro. (Sodré, 2019, p.77)

Algumas considerações

Se na década de 1950 os escritos do geógrafo Dardel apontava que “a paisagem não é feita para se olhar” notamos que pouco desta teoria se faz presente, sendo portanto, necessário retornar para entendermos os percursos do conceito e suas transformações na geografia. A discussão sobre a paisagem perpetuou a consolidação da visualidade, tanto no senso comum como na área científica, como elemento fundamental. Portanto, paisagem foi/é entendida como aquilo que a vista alcança.

Nos últimos anos a paisagem cultural passou a ser utilizada como instrumento de valorização e preservação aplicado pelos órgãos de preservação em todo mundo, inclusive no Brasil, através do IPHAN. Vimos que a abordagem da paisagem no âmbito patrimonial ainda é muito recente e apresenta-se como um campo absolutamente em construção. A paisagem cultural busca valorizar atributos para além dos aspectos visuais e estéticos, mas sim a preservação de um meio de vida, de uma forma de habitar, de viver que se manifesta enquanto paisagem, são os saberes tradicionais vinculados a uma comunidade e sua relação com a terra. Essas ideias se alinham ao pensamento de Dardeliano expresso através de sua geograficidade e da relação do homem com seu meio.

Os direcionamentos aqui tratados possuem como síntese as travessias afroreligiosas do candomblé e nos orientam a considerar a ancestralidade, a natureza e a comunidade como elementos que estruturam o modo-de-vida dos candomblecistas, seus pensamentos, ritualísticas e práticas humanas que estão presentes nas paisagens. O pensamento-paisagem de Collot (2013) dialoga com as questões religiosas, visível/invisível, pois o autor enfatiza que as paisagens possuem como base a relação entre o sujeito e o meio, sendo assim “a paisagem não é apenas vista, mas percebida por outros sentidos, cuja intervenção não faz senão confirmar e enriquecer a dimensão subjetiva desse espaço (Collot, 2013).

A experiência da paisagem, revelando a secreta continuidade que une o mundo ao corpo e o corpo ao espírito, convida-nos a redefinir as relações entre natureza e cultura. Essa experiência resulta de uma interação entre o corpo, o espírito e o mundo, e se inscreve no prolongamento das trocas que nosso organismo mantém com o meio natural (Collot, 2013, p. 40).

São a partir dessas andanças do povo de santo pela cidade, travessias negras, cortejos negros, que a história da população negra é reescrita enquanto sujeito autônomo e soberano. Demarcando no espaço sua história, renovando a cada passo nas ruas a memória dos seus ancestrais, refazendo a travessia. A paisagem pensada a partir dessas travessias revela um mundo pensado/sentido pelos adeptos do candomblé, confirmando aquilo que Dardel pontua, pois, “a paisagem é um conjunto, uma convergência, um momento vivido” (Dardel, 2015, p. 30). Estes corpos negros através da experiência dos cortejos pela cidade criam paisagens. A cada passo se desenha a paisagem cultural afrobrasileira em movimento preenchida por cosmopercepções que não podem ser captadas pelo olhar, mas pelo sentir. Apenas desta forma que iremos perceber que paisagem não é externo, que se alcança apenas com a visão, e assim, poderemos nos recolocar de volta nas paisagens enquanto experiência vivida, enquanto modo de existência e práticas de comunicação com o mundo. Nas contribuições de Besse (2014) é preciso ter os pés na paisagem, antes mesmo de vê-las.

Referências

BALDIN, R. Sobre o conceito de paisagem geográfica. *Paisagem E Ambiente*, 32(47), 2021. <https://doi.org/10.11606/issn.2359-5361.paam.2021.180223>

BESSE, Jean-Marc. Le paysage, espace sensible, espace public. *Meta: Research in hermeneutics, phenomenology, and practical philosophy*, v. II, n. 2, p. 259-286, / 2010. Disponível em: http://www.metajournal.org/articles_pdf/259-286-jm-besse-meta4-tehno.pdf Acesso em: nov. 2018.

BESSE, Jean-Marc. Ver a Terra: seis ensaios sobre a paisagem e a geografia. São Paulo: Perspectiva, 2014.

BESSE, Jean-Marc. Entre a geografia e a ética: a paisagem e a questão do bem-estar. *GeoUsp – Espaço e Tempo*, São Paulo v. 18, n. 2, p. 241-252, 2014b. DOI: 10.11606/issn.2179-0892.geousp.2014.84455.

BRANDÃO, Carlos Roberto. A Cultura na rua. Campinas: Papyrus, 1989.

BRASIL. Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, seção 1, p. 24056, 6 dez. 1937. Disponível em: <https://bit.ly/3BtAA6L>. Acesso em: 10 fev. 2022.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. Patrimônio cultural: conceitos, políticas e instrumentos. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: Instituto de Estudos do Desenvolvimento Sustentável, 2009.

CHUVA, Márcia Regina Romeiro. *Os arquitetos da memória: A construção do patrimônio histórico e artístico nacional no Brasil (anos 30 e 40)*. 1998. Tese (Doutorado em História Social das Idéias), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1998.

CLAVAL, Paul. A Paisagem dos geógrafos. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Org.). Paisagens, textos e identidades. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2004. p. 13 -74. COLLOT, Michel. Poética e filosofia da paisagem. Rio de Janeiro: Editora Oficina Raquel, 2013.

COSGROVE, Denis E. Landscape and landschaft. (lecture delivered at the “spatial turn in history” symposium) German historical institute, february 19, 2004.

COSGROVE, D. A geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. In: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). Paisagem, tempo e cultura. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998. p. 92-122.

DARDEL, Eric. O homem e a terra. São Paulo: Perspectiva, 2015.

ELÍADE, Mircea. O sagrado e o profano: a essência das religiões. São Paulo: Martins Fontes, 2018.

ELÍADE, Mircea. Mito do eterno retorno. São Paulo: Mercuryo, 1992.

FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE ARQUITETOS PAISAGISTAS. Carta da Paisagem das Américas. Federação Internacional de Arquitetos Paisagistas Região Américas (IFLA-AR), Universidad Autónoma Metropolitana unidad Azcapotzalco (UAM-A). Cidade do México, 2018. Disponível em: <http://bit.ly/46fxOyD> . Acesso em: 1 fev. 2023.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Referências culturais: base para novas políticas de patrimônio. In: O Registro do Patrimônio Imaterial: Dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial. Brasília: Ministério da Cultura/ Iphan, 2006. p. 83-95.

GIANELLA, L. A historicidade de um conceito: os diversos usos da paisagem ao longo do tempo na ciência geográfica. *Geo UERJ*, Rio de Janeiro, n.18, v. 2, ano 10, p. 62-86, 2008.

HOLZER, Werther. Paisagem, imaginário, identidade: alternativas para o estudo geográfico. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Org.). Manifestações da cultura no espaço. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1999. p. 149168.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Portaria nº 127 de 30 de abril de 2009. Regulamenta a Chancela da Paisagem Cultural Brasileira. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 30 abr. 2009. Disponível em: <https://bit.ly/3xchGyV>. Acesso em: 13 jan. 2022.

LOPES, Nei; SIMAS, Luiz Antonio. Filosofias africanas: uma introdução. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2020.

LOPES, Nei. Bantos, índios, ancestralidade e meio ambiente. In: NASCIMENTO, Elisa Larkin. Guerreiras de natureza: Mulher negra, religiosidade e ambiente. São Paulo: Selo Negro, 2008.

MARANDOLA JR, E. Morte e vida do lugar: experiência política da paisagem. *Pensando – Revista de Filosofia*, v. 8, n. 16, 2017.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. Repovoar o patrimônio ambiental urbano. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Brasília, DF, n. 36, p. 39-51, 2017.

NAME, Leo. O conceito de paisagem na geografia e sua relação com o conceito de cultura. *GeoTextos*, v. 6, n. 2, p. 163-186, dez. 2010.

OLIVEIRA, Eduardo. Filosofia da ancestralidade: corpo e mito na filosofia da educação brasileira. Curitiba: Editora Gráfica Popular, 2007.

OLIVEIRA, Eduardo. Ancestralidade na Encruzilhada. Curitiba: Editora Gráfica Popular, 2007a.

RELPH, Edward. As bases fenomenológicas da Geografia. *Geografia*, Rio Claro, v. 4, n.7, p. 1-25, 1979

RIBEIRO, Rafael Winter. Paisagem cultural e patrimônio. Rio de Janeiro: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2007

SALGUEIRO, Teresa B. Paisagem e Geografia. *Finisterra – Revista Portuguesa de Geografia*, v. XXXVI, n. 72, p. 37-53, 2001

SANTOS, Antônio Bispo dos. Colonização, Quilombos: Modos e significações. 2ª. ed. rev. Brasília: Ayô, 2019

SANTOS, Juana E. Os Nãgô e a morte: pãde, àsèsè e o culto de Égun na Bahia. Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

SAUER, Carl O. Amorfologia da paisagem. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Org.). Paisagem, tempo e cultura. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998 [1925]. p. 12-74.

SERPA, Angelo. Por uma geografia dos espaços vividos: Geografia e Fenomenologia. São Paulo: Contexto, 2019.

SERPA, Angelo. Paisagem, lugar e região: perspectivas teórico-metodológicas para uma geografia humana dos espaços vividos. GEOUSP – espaço e tempo, São Paulo, n. 33, p. 168- 185, 2013.

SODRÉ, Muniz. O terreiro e a cidade: a forma social negro-brasileira. Rio de Janeiro: Imago Ed.; Salvador, BA: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 2019.

SOUSA JUNIOR, Vilson Caetano de. Na palma da minha mão: temas afro-brasileiros e questões contemporâneas. Salvador: EDUFBA, 2011.

UNESCO WH Centre. Operational Guidelines for the Implementation of the World Heritage Convention. UNESCO World Heritage Centre. 2008. Paris. Disponível em: <http://whc.unesco.org/archive/opguide08-en.pdf>. acesso em 20 dez. 2020.

VELAME, Fábio M. Arquiteturas da Ventura: os terreiros de candomblé de Cachoeira e São Félix. Tese de Doutorado: Faculdade de Arquitetura da UFBA, 2012.

PASSADOS E PRESENTES SONOROS

Diferentes perspectivas sobre som e cidade no Antropoceno

SONIC PASTS AND PRESENTS
Different perspectives on sound and the city in the Anthropocene

Lucas Yudi Moriya Sampaio¹ e Vanessa Sartori Rodi²

Resumo

Este artigo explora o impacto humano no ambiente sonoro e suas reativas, destacando a poluição sonora como uma marcante “pegada” humana na Terra. O objetivo é criar um panorama histórico que conecte o som, a cidade e a sociedade urbana, analisando o papel político de grupos sociais na dimensão sonora do Antropoceno. O foco central recai nas iniciativas pretendidas por determinados grupos sociais frente às transformações das paisagens sonoras, especialmente nas áreas urbanas, e suas implicações na saúde humana. Nos últimos séculos, houveram mudanças significativas no cenário de produção e percepção do som, impulsionando iniciativas que visam controlar e adotar novos sons como parte do design urbano. Explora-se o exemplo da Nauener Platz, Berlim, onde um projeto foi implementado para reduzir os ruídos associados ao Antropoceno, enquanto se reintroduziam sons mais comuns no período pré-Antropoceno, demonstrando como é resultante dos paradigmas presentes e questionando sobre sua validade no cenário Pós-Antropoceno.

Palavras-chave: paisagem sonora, poluição sonora, Antropoceno, design urbano.

Abstract

This article explores the human impact on the sonic environment and its responses, highlighting noise pollution as a notable human “footprint” on Earth. The objective is to create a historical panorama that connects sound, the city and urban society, analyzing the political role of social groups in the sound dimension of the Anthropocene. The central focus is on the initiatives intended by certain social groups in the face of transformations in soundscapes, especially in urban areas, and their implications for human health. In recent centuries, there have been significant changes in the sound production and perception scenario, driving initiatives that aim to control and adopt new sounds as part of urban design. The example of Nauener Platz, Berlin, is explored, where a project was implemented to reduce noise associated with the Anthropocene, while reintroducing sounds more common in the pre-Anthropocene period, demonstrating how it results from present paradigms and questioning its validity in the Post-Anthropocene scenario. Keywords: soundscape, Anthropocene, noise pollution, urban design.

¹ Mestre em Engenharia Mecânica pela Universidade de São Paulo (2020). Doutorando em Arquitetura pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Pesquisador do Grupo Projeto e Representação do Ambiente (PROAMB).

² Mestre em Arquitetura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2023). Docente de Arquitetura e Urbanismo na Universidade Augusto Motta e pesquisadora integrante do grupo de pesquisa Paisagens Híbridas da Escola de Belas Artes da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

O ensurdecimento das pegadas humanas

Refletir o planeta Terra a partir de sua linha temporal evidencia o “pouco” tempo que nossa espécie o habita em comparação com a totalidade de sua vida e da era de outras espécies. Este pensamento traz a tona que a Terra viveu sem nós por muito tempo e continuará existindo, possivelmente, se viermos a nossa própria extinção, a qual ecologicamente e climaticamente estamos lentamente provocando. Desde a última glaciação temos desenvolvido várias formas de interação com o mundo, resultando no surgimento de diversas culturas e civilizações. Este progresso é creditado, em grande parte, ao desenvolvimento da agricultura e à fundação de cidades, mas observamos que, ao longo da história, esta evolução esteve frequentemente centrada na dominação de territórios, plantas e animais. Ideologias baseadas no extrativismo, posse e ganho desencadearam ações humanas que resultaram em significativos desmatamentos, poluição de rios e mares, contaminação do ar por máquinas e queima de combustíveis fósseis. Dentre estas e outras “pegadas” humanas, este artigo foca na questão sonora, cuja discussão no escopo da poluição toma corpo no século XIX e tem mudado drasticamente os ambientes acústicos do planeta em nossa “breve” presença. Objetiva-se construir, a partir de um panorama histórico das relações sociedade-sociedade, uma discussão sobre o papel político de diferentes grupos sociais na dimensão sonora do Antropoceno.

As mudanças significativas nos ambientes acústicos, principalmente nos de assentamentos urbanos, evidenciam o que Paul Crutzen e Eugene F. Stoermer (2000) batizaram de Antropoceno (*Anthropocene*), uma nova era geológica, que se justifica “na inegável evidência que os atuais processos atmosféricos geológicos, hidrológicos e biosféricos são em grande parte antropogênicos, alterados ou influenciados pelas atividades dos seres humanos” (Luna, 2018). Nesta era, o Relatório Fronteiras 2022 (ONU, 2022), do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma), aponta como consequências do antropoceno no meio ambiente um aumento considerável na poluição sonora a qual é gerada principalmente por transportes e por máquinas, impactando na saúde dos humanos e animais também, podendo levar a sérios riscos de vida. A Organização Mundial da Saúde (OMS) estima que pelo menos um milhão de anos de vida saudáveis sejam perdidos por ano devido a ruído ambiental na Europa Ocidental, principalmente derivado do tráfego de veículos (WHO, 2011). Se nos voltarmos para países emergentes como o Brasil, onde a legislação direcionada ao ruído é tratada com menos rigor ou inexistente, e a densificação do tecido urbano em grandes centros é maior, pode-se supor que o impacto seja ainda mais grave.

Das implicações mais críticas na saúde devido à exposição à poluição sonora nos meios urbanos, pode-se citar problemas cardiovasculares, deficiência cognitiva em crianças, distúrbio do sono, deficiência auditiva, *tinnitus* e estresse. Mas pensar estas consequências como uma causa estritamente relacionada com o aumento de fontes sonoras e de suas intensidades é, de certa forma, pensar de forma ingênua. É inevitável conectar os malefícios da era antropogênica com o sistema capitalista neoliberal atual, o qual impera uma ordem do acúmulo e consumo sem limites e desenfreado. Pensar algo após essa era pode remeter a uma nova ordem econômica e operações que sugerem que as mudanças em curso vão além da presença humana como agente central. Seria uma reconfiguração radical na relação do ser humano com o ambiente vivido e seu ecossistema. Diversos autores discutem tais fatores como pertencentes à possível era do pós-antropoceno, a partir de diversas teorias como o papel das máquinas e ciborgues nesta futura era (Haraway, 2016; Van Heerden; Duman; Bas, 2023), a situação do ecossistema terrestre, a relação entre humanos e não humanos (Gudynas, 2015; Latour, 2019) e a própria extinção da espécie humana ou sua possível reformulação (Bratton, 2013).

A dimensão política das paisagens sonoras no Antropoceno

A política é essencial e inerente ao ser humano, portanto, estará fortemente presente nas paisagens antropogênicas. Considerando as diversas camadas acima indicadas vê-se as complexidades que nelas existem e mais, deve-se ter em mente que as decisões políticas da paisagem não são elaboradas de forma centralizada. Isso resulta em pensar como essas paisagens são produzidas e como elas são diversas e potencializam realidades totalmente assimétricas para seus habitantes. Portanto, pode-se perceber que a paisagem transita de seu lugar comum do cenário de deslumbre pictórico e distante (Besse, 2014; Cauquelin, 2007) para se tornar protagonista ativa e não cenário passivo. Induz à transformação por meio da ação, a qual constrói a paisagem como uma questão a ser discutida na sociedade em geral, tendo o Estado como ativo importante na arbitragem dos processos socioespaciais e grupos com diferentes ambições, podendo se utilizar da paisagem a favor de seus próprios interesses, sejam eles de natureza econômica, de controle territorial, de resistência e identidade. São interesses, em suma, de poder político, tendo assim paisagem-política como um instrumento favorável para implementação da ação e controle a fim de atingir os objetivos caros a cada grupo social que atua na paisagem (Filho, 2021; Ribeiro, 2018).

Neste sentido, no cenário sonoro, pode-se ter de um lado os grupos econômicos que usufruem das políticas urbanas – como o Plano Diretor da cidade – para modificar a paisagem sonora de determinada área a fim de atingir seus objetivos, ou de outro lado, comunidades que ocupam os territórios almejados por essas associações que usufruem dos instrumentos de lei e do favoritismo do Estado, defendendo seu direito de também construir aquela paisagem sonora e reivindicar o direito à cidade e à paisagem. Em ambos os casos, a política está presente como propulsora da ação que contribui diretamente nas construções das diferentes narrativas políticas dos territórios. A presença dos sons no espaço urbano é política e desencadeia as diversas paisagens que refletem o nosso antropoceno, sendo estas fruto da negociação entre diferentes setores da sociedade que lutam por sua paisagem sonora desejada.

Um exemplo clássico desta disputa política é a disputa acerca da música de rua na Londres do século XIX. Em 1864, o cervejeiro inglês Michael T. Bass compilou em seu livro *Street Music in the Metropolis*³ diversos documentos relacionados a sua tentativa de enrijecer a legislação urbanística na regulamentação da atuação de músicos de rua (Bass, 1864). Para provar seu ponto ao Parlamento Inglês e aos leitores, Bass compilou um número considerável de testemunhos provenientes de cartas escritas a ele em apoio a sua proposta e de matérias jornalísticas que registravam os incômodos com os músicos de rua e a falta de ação do poder público. No mesmo ano, o filósofo e matemático Charles Babbage publica, em sua autobiografia, o capítulo *Street Nuisances*⁴, no qual o autor descreve, a partir de sua perspectiva, as classes prejudicadas pela música de rua, quais atores ele responsabiliza por financiarem esta prática, quais instrumentos são percebidos e a qual nacionalidade os instrumentistas se ligariam, traçando ao fim uma crítica severa à música de rua e sugerindo sua proibição (Babbage, 1864). Tanto Schafer (1994) quanto Simpson (2016) indicam que a controvérsia circundando músicos de rua, apesar de existente pelo menos desde a Idade Média, se intensificou com a elevação socioeconômica da classe burguesa, que devido a uma nova divisão social do trabalho passa a habitar e trabalhar nos centros urbanos, desempenhando em sua maioria tarefas mentais dependentes de concentração. Concomitantemente, a música “arte” move-se paulatinamente para ambientes internos privados: as salas de

³ Em português, “Música de rua na Metrópole”.

⁴ Em português, “Incômodos da rua”.

concerto, em seu apogeu no século XVIII, e os saraus nas residências da burguesia, promovendo ruptura no conceito de música e sua prática de rua, principalmente no ideário das classes dominantes. Portanto, não é de se estranhar que a totalidade dos correspondentes de Bass seja composta de profissionais letrados desta ascendente burguesia, como médicos, advogados, compositores, escritores, que por mais que digam representar o interesse de todas as classes, por muitas vezes culpam as próprias classes menos abastadas de financiar os músicos de rua, deixando claro o conflito de classes.

Desta forma, fica evidente a natureza política que se relaciona à disputa entre diferentes atores por ditar a paisagem sonora da cidade. As paisagens construídas na era Antropogênica se concretizam a partir das ações, crenças, culturas e políticas de cada grupo social. Mas o fator histórico é um elemento central e norteador para a formação e, principalmente, compreensão de uma paisagem sonora antropogênica pois delimita as camadas culturais, sociais e políticas decantadas em determinado espaço ao longo do tempo. Nos concentraremos em tal fator nas seções seguintes, onde se propõe construir a dimensão histórica, até a contemporaneidade, das formas hegemônicas e epistemes dominantes no pensar som e cidade, e como elas foram influenciadas por diferentes atores e setores da sociedade.

As primeiras reativas às transformações do ambiente acústico

Até o século XIX, as tentativas humanas de modificar seu ambiente acústico se direcionavam principalmente para o controle e otimização da gênese ou propagação sonora de performances musicais e teatrais. Fora destes cenários, todas as populações de assentamentos humanos se encontravam sujeitas a sons antropofônicos⁵, dos quais os sons de tecnologias inventadas tornavam-se paulatinamente marcantes na paisagem sonora dos cidadãos. Eventualmente, em assentamentos mais densificados, algumas destas fontes sonoras tornavam-se proibidas após clamor popular e político. Supostamente, o primeiro registro histórico desta tentativa de controle sonoro foi a proibição da prática de “artes ruidosas”, como ferreiros, carpinteiros e até a criação de galos, na colônia grega de Síbaris (fundada no século 8 a.C.), por importunar o sono dos cidadãos, como registrado por Ateneu em seu livro escrito no século 3 d.C., *Deipnosophistas* (Athenaeus; Yonge (trad.), 1854). Desde então, encontram-se registros de políticas de controle sonoro em cidades como Roma nos tempos do Império e Londres a partir do século XVI.

Como reflexo na população destes centros urbanos em crescimento, pode-se evidenciar o desejo do contato com a “natureza intocada”, sobre o qual nos adverte Keith Thomas (2010), que se acentuou principalmente a partir do século XVIII. Segundo o autor, este sentimento lidava com a apreciação e elevo espiritual do ser humano, do “silêncio” (em contraponto aos novos ruídos urbanos), buscando fugir do caos e perturbação da cidade e do trabalho. É interessante pensar que, em pleno século XXI, esta ideia de Natureza, de sons do silêncio, ganha cada vez mais espaço e se torna um elemento em contraposição ao Capitaloceno⁶ (Svampa, 2019; Ulloa, 2017), à cultura de consumo não somente de produtos físicos mas de informações, de conteúdo, de “sons”.

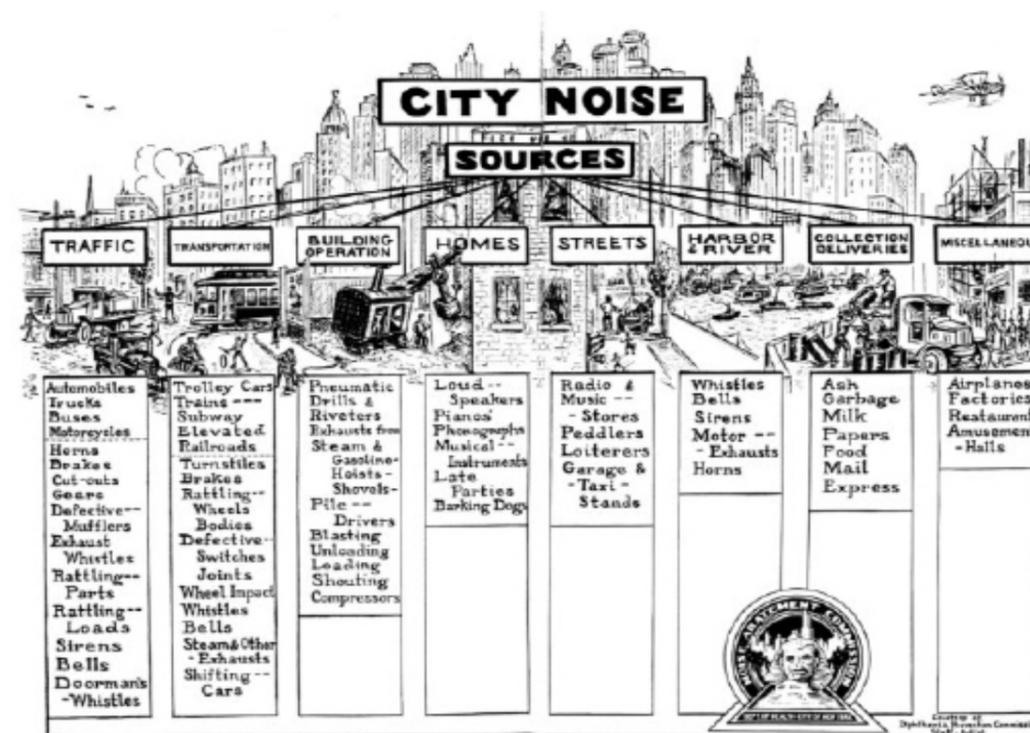
⁵ Antropofônico segundo a taxonomia proposta por Gage (2004, apud Kang; Schulte-fortkamp, 2016), referindo-se a sons induzidos por atividades humanas. Outros sons são classificados como biofônicos, cujas fontes tem origem biológica, ou geofônicos, referindo-se a processos físicos, não-biológicos.

⁶ Capitaloceno surge como uma crítica ao Antropoceno, ao afirmar que as ações humanas estão ligadas a pretextos econômicos e políticos de poder e desigualdades, no contexto do capitalismo global. Afirmando assim, que a apropriação capitalista da Natureza e dos territórios são a verdadeira causa das ações humanas que geram as transformações ambientais no planeta.



A partir do século XIX, a possibilidade de manipulação do ambiente acústico pelo ser humano ganha motivos e ferramentas impulsionados pelos desenvolvimentos técnico-científicos da época. Como motivos, se intensificam e multiplicam as fontes sonoras presentes nos ambientes acústicos impulsionadas pelo binômio industrialização-urbanização, construindo as paisagens sonoras polifônicas e cacofônicas características do Antropoceno. Deaville (2019) aponta para o surgimento de uma ampla literatura otológica neste século que já apontava para os possíveis danos ao aparelho auditivo causado por atividades profissionais e por sons do ambiente acústico, relacionando a necessidade do controle da dimensão sonora dos espaços a uma questão de saúde. A partir disto, se solidificam os primeiros movimentos sociais e políticos contra determinados sons, definindo as primeiras legislações de combate ao ruído na virada para o século XX. Estes movimentos consistiam em grupo sociais “anti-ruído”, como a *Association for the Suppression of Street Noises (ASSN)*, formada em Londres em 1895 ou a *Society for the Suppression of Unnecessary Noise*, formada em Nova Iorque em 1906 (Montano, 2020), eram normalmente formados pela elite socioeconômica e possuíam com intuito de pressionar o poder público para tomar medidas contra determinadas fontes sonoras. Por outro lado, ferramentas mais tecnicistas surgem, neste século, a partir dos primeiros tratados científicos da Acústica, dos quais dois trabalhos merecem destaque especial: “Sobre as sensações de tom como uma base fisiológica para a teoria da música”, publicada em 1863 pelo alemão Hermann von Helmholtz (1821 – 1894), que corresponde ao primeiro grande estudo sobre percepção sonora envolvendo música, psicologia e física como base científica; e os dois volumes de “A teoria do som” de Lord Rayleigh (1842 – 1919), publicados em 1877 e 1878, que examinavam detalhadamente questões de vibração e ressonância em meios elásticos e teorizavam sobre a propagação sonora e sua intensidade por um viés físico e matemático.

Assim, a crescente conscientização do ambiente acústico, orientada pela compreensão técnico-científica desenvolvida no século XIX, leva à questão central que vem guiando o pensar som e cidade até tempos atuais: a dominação do ruído a partir de fontes antropofônicas e como combatê-lo, pois ao provocar o que reconhecemos como poluição sonora, impacta diariamente a saúde dos que habitam a cidade. Diferentemente das



tentativas anteriores de mitigação do incômodo sonoro, que agiam através da proibição de fontes sonoras específicas, este novo embasamento permitiu a redução dos sons a quantidades mensuráveis, possibilitando a separação entre seu conteúdo simbólico e suas características acústicas. Esta transição se marca principalmente a partir da fundação da *Noise Abatement Commission* de Nova Iorque, em 1929, ilustrada na Figura 1, formada por acústicos que se valiam dos instrumentos originados no campo da telecomunicação para mensurar o ruído já na unidade do decibel.

A partir desta nova episteme, as relações entre som e cidade se pautaram, ao longo das próximas décadas, em políticas públicas orientadas por normas e instrumentos técnicos com intuito de preservar a quietude de áreas urbanas através do controle e mitigação de grupos diversos de fontes sonoras, que passam a ser caracterizadas como fontes de ruído na medida que passam a incomodar a população urbana. Desta forma, nesta primeira metade do século XX, as intervenções no ambiente acústico, que por conseguinte moldavam as paisagens sonoras da cidade, se voltavam a sons que, reduzidos à dimensão quantitativas (do nível sonoro e da quantidade de reclamações da população) passam a interessar os acústicos e o poder público por sua conotação negativa, adquirindo o *status* de ruído, sendo necessário buscar medidas para mitigá-los. Na Figura 2, observa-se alguns grupos de fontes sonoras considerados como ruídos urbanos do primeiro grande estudo publicado pela *Noise Abatement Commission* de Nova Iorque em 1930, dentre os quais se identificam diferentes fontes antropofônicas das esferas dos transportes, do trabalho, da indústria e do ambiente doméstico.

Muitas destas fontes seguiram tratadas como grandes fontes de ruído urbano e impulsionaram pesquisas e normativas que buscaram as tratar e regular ao longo das próximas décadas. Tais esforços que, seguindo a tradição do controle de ruído, buscaram mitigar sua produção na fonte, tem sido parcialmente eficazes, já que quase um século depois, publicações relevantes feitas pela Organização Mundial da Saúde (OMS) (WHO, 1999, 2011, 2018), ainda revelam implicações críticas na saúde por exposição ao ruído. Percebe-se, desta forma, que outras formas de mediar a relação entre som e cidade vêm sendo necessárias.

Novas perspectivas a partir do campo da música no século XX

Concomitantemente, nesta primeira metade do século XX, o campo da música teve frentes, especialmente em seus movimentos de vanguarda, que escolheram abraçar o ruído e o ambiente acústico urbano como elemento composicional em suas práticas, buscando uma nova estética compatível com o moderno. Um primeiro caso notável é o manifesto *L'Arte dei Rumori* ou “A Arte dos Ruídos” de 1913, do futurista Luigi Russolo (1885 – 1947), que propunha que:

Atravessemos uma grande capital moderna com nossos os ouvidos mais sensíveis que nossos olhos. Nos deliciaremos em distinguir o remoinho da água, do ar ou do gás em tubos metálicos, o murmúrio dos motores que respiram e pulsam com indiscutível animalidade, o pulsar das válvulas, a pressa dos pistões, os guinchos das serras mecânicas, o arranque de bondes nos trilhos, o estalar de chicotes, o bater de toldos e bandeiras. Vamos nos divertir orquestrando juntos em nossa imaginação o barulho das persianas das lojas, o burburinho variado das estações de trem, siderúrgicas, fiações, impressoras, usinas elétricas e metrôs. (Russolo; Brown (trad.), 1986, p. 26, tradução livre).

A proposta de Russolo, apesar do tom radical comum do discurso futurista, se concretizou posteriormente em diferentes âmbitos na história da música, levando compositores posteriores a utilizarem os sons combatidos como ruídos como material estético, o que fica evidente na afirmativa do compositor estadunidense John Cage (1912 – 1992):

Onde quer que estejamos, o que ouvimos é principalmente ruído. Quando o ignoramos, ele nos perturba. Quando o ouvimos, o achamos fascinante. O som de um caminhão a cinquenta milhas por hora. Estática entre as estações. Chuva. Queremos capturar e controlar esses sons, para usá-los não como efeitos sonoros, mas como instrumentos musicais. (Cage, 1961, p. 3, tradução livre).

Desta forma, estes e outros compositores indiciavam uma valorização dos sons do ambiente acústico, mesmo os caracterizados como ruídos, confrontando, ao menos no campo da arte, o movimento de mitigá-los por se tratarem de riscos à saúde, propondo não somente sua escuta, mas sua utilização como material musical. Em outra frente, intensifica-se um processo de comoditização musical ao passo que as tecnologias de reprodução sonora, como o rádio, o fonógrafo e o gramofone, se popularizam, introjetando a música como elemento cotidiano na vida das pessoas que, até pouco tempo atrás, tinham raras oportunidades de contato com práticas musicais⁷.

Esta popularização da música reproduzida não era inerte às transformações do ambiente acústico, já que possibilitou concretizar o que o compositor Erik Satie (1866 – 1925) pretendia com a *musique d'ameublement*, ou “música de mobília” que propunha desde 1917: uma “música que seria parte dos ruídos ao redor”, “preencheria os silêncios estranhos” e “neutralizaria ruídos das ruas” (Lanza, 1994, p. 17, tradução livre). Surgem, a partir desta premissa, empresas cujo serviço era fornecer música para ambientação (que posteriormente levaria ao gênero chamado de Música Ambiente), das quais a

⁷ Tinhorão (2013) relata, por exemplo, que na segunda metade do século XIX, uma das poucas oportunidades de a população urbana brasileira ouvir música instrumental era durante a apresentação de bandas marciais nos coretos de praças aos domingos.

pioneira e de maior destaque foi a americana Muzak, que introjetava música “feita e programada para ambientes de negócios para reduzir estresse, combater fadiga e aprimorar vendas” (Lanza, 1994, p. 4, tradução livre). Esta prática musical se propunha a alterar o estado emocional daqueles sujeitos a ela, regulando seu humor e garantindo uma melhor produtividade e/ou tranquilidade, dependendo do ambiente. Se torna, portanto, uma das primeiras intervenções em larga escala⁸ no ambiente acústico que propõe a introdução, e não remoção, de sonoridades que visavam não só lidar com as fontes de ruído, mas também impactar positivamente a percepção da paisagem sonora de seus ambientes.

Desta forma, o campo da música buscava, em sua esfera artística, reconhecer como sonoridade musical o que acústicos e o poder público tratavam como ruído e, em sua esfera comercial, se posicionar como solução para o ruído, oferecendo a própria música-produto como elemento modificador na paisagem sonora dos ambientes urbanos. Tanto esta postura de valoração simbólica e reconhecimento das diversas sonoridades que compõe o ambiente acústico urbano quanto a intenção de modificá-lo através da introdução de sonoridades visando suas potencialidades se consolidam nas décadas seguintes no surgimento da paisagem sonora como campo de pesquisa.

Surgimento da paisagem sonora como campo de pesquisa

Pode-se encontrar duas origens para o campo da paisagem sonora a partir da segunda metade do século XX. Cronologicamente, a primeira origem advém da área do planejamento urbano através da dissertação de mestrado em *City Planning* no MIT de Michael Southworth denominada “*The sonic environment of the cities*” (Southworth, 1967), na qual ele cunha o termo *soundscape* já em um intuito de elemento perceptivo do ambiente acústico. Seu trabalho tem de fato uma abordagem espacial da percepção sonora e sua correlação com a percepção visual da paisagem, buscando compreender como participantes com audição interrompida, com visão interrompida e com visão e audição normal percebem diferentemente determinados percursos por Boston. Através destes experimentos, Southworth apresenta uma preocupação semelhante à imageabilidade de Lynch (2011), ou seja, como as qualidades dos sons do ambiente acústico evocam uma imagem aos lugares, se relacionando, ao nível da percepção, com a identidade sonora do lugar. Por último, Southworth ainda sugere o design sonoro da paisagem como instrumento de intervenção urbana, afirmando que o “[...] design da paisagem sonora por si pode ser uma forma de tornar a cidade menos estressante, mais agradável e informativa aos seus usuários. Planejamento sonoro seria mais econômico que cirurgias plásticas massivas e caras ou redensolvimento total.” (Southworth, 1969, p. 65, tradução livre). Neste sentido, para este autor dever-se-ia controlar a questão do ruído urbano, possibilitando assim a inserção de novos sons epifenómenos⁹ ou introduzidos artificialmente para aumentar “(a) a identidade da paisagem sonora, (b) o número de possibilidades de encontrar prazer em sons e de prover cenários responsivos que contenham novos sons, e (c) a correlação entre som e forma visual espacial e de atividades” (Southworth, 1969, p. 67, tradução livre). Portanto, observa-se o reflexo do conceito da ambientação pela música expandido para outras sonoridades que, introduzidas em espaços públicos, poderiam refletir na qualidade da experiência urbana.

⁸ As primeiras intervenções, em escala menor, datam desde a Antiguidade. Lanza (1994) menciona o uso da harpa eólica, cordofone acionado pelo vento, desde a antiguidade grega, que transformava a paisagem sonora ao seu redor, criando uma atmosfera etérea por meio de suas sonoridades.

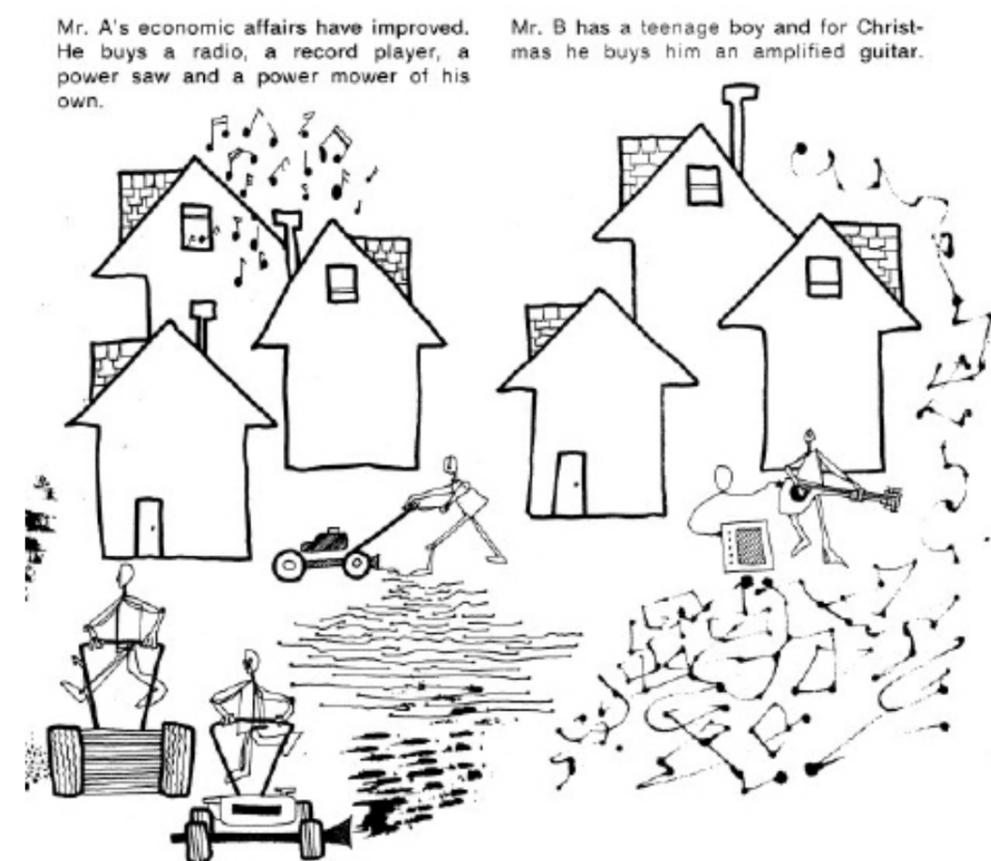
⁹ No sentido de que acompanham algum fenômeno pré-existente, cujo cerne não provém da reprodução sonora, como quedas d’água ou fontes que naturalmente produzem sons de água no ambiente acústico.

A segunda origem do campo da paisagem sonora surge também no final da década de 1960, no campo da música, através da obra *The new soundscape* (Schafer, 1969) do compositor e educador musical canadense R. Murray Schafer (1933 – 2021). Nesta publicação, com intuito de instruir professores de música atuantes na época, Schafer expõe suas principais ideias que encabeçariam a formação do projeto de pesquisa que popularizou o campo na década posterior, o *World Soundscape Project* (WSP). Ele destaca a extensão da música para os sons do ambiente acústico como a nova base idiomática da música, como já propunham Russolo e Cage, o que o leva a buscar uma nova estruturação da linguagem e percepção musical, caracterizando as fontes sonoras percebidas no cotidiano e detalhando aspectos do objeto sonoro através de sua morfologia, de forma semelhante ao trabalho realizado por Pierre Schaeffer (1966). Esta nova base idiomática proposta é influenciada por outras ciências, como acústica, psicoacústica, eletrônica, entre outras, levando Schafer a sugerir que o novo aluno de música fosse versado em todas estas disciplinas, consolidando o caráter holístico e multidisciplinar do campo. Por outro lado, a amplitude deste novo aporte conceitual sobre música é simultaneamente restringida pela ambição de Schafer de que este novo educador musical “irá encorajar sons salubres para vida humana e irá se revoltar contra aqueles hostis à ela” (Schafer, 1969, p. 4, tradução livre), provocando mudanças permanentes no ambiente acústico ao privilegiar determinados sons frente a outros.

Este viés perdura, de certa forma, em suas obras subsequentes, assumindo uma postura prescritiva frente aos sons do ambiente acústico, pois como relata Kelman (2010, p. 214, tradução livre): “A paisagem sonora schafferiana não é, de forma alguma, um campo neutro de investigação aural; em vez disto, ela é profundamente informada pelas próprias preferências de Schafer por certos sons contra outros”. Ao segregar a paisagem sonora entre *hi-fi* e *lo-fi*¹⁰, Schafer (1994) também apresenta um pensamento relativamente bucólico, já que atribui à superpopulação de sons urbanos e industriais a culpa de obscurecerem a perspectiva da paisagem sonora. Adicionalmente, em *The book of noise*, Schafer (1970), questiona o alastramento de fontes sonoras “tecnológicas” de nossa sociedade, como cortadores de grama, serras e liquidificadores, além de aparatos musicais como o rádio, o tocador de discos e os instrumentos amplificados, a exemplo da Figura 3, comparando-a com uma hipotética sociedade “pré-tecnológica”, cuja produção sonora se restringiria às possibilidades da voz, ferramentas manuais e instrumentos musicais acústicos. Apesar da preocupação com a poluição sonora devido a crescente e intensa cacofonia promovida por estas fontes ser válida, o discurso contrário a estas fontes sonoras tão presentes no meio urbano, principalmente as musicais, pode ser interpretado como antitecnológico, pois como afirmado anteriormente, o problema do ruído já existia mesmo nas sociedades “pré-tecnológicas”.

Durante a próxima década, o WSP estende as ideias mencionadas em trabalhos de campo de análise da paisagem sonora, estudando primeiramente o ambiente acústico de Vancouver (resultando no CD lançado em 1973 *The Vancouver Soundscape*) e, posteriormente, de pequenas cidades europeias na excursão do projeto a partir de 1975, cujos resultados foram resumidos no artigo *Five Village Soundscapes* (Schafer; Davis; Truax, 1977). As ideias iniciais e a pesquisa de campo levaram à publicação mais reconhecida de Schafer, *The Tuning of the World (The Soundscape)*, publicada em 1977, e ao glossário que aborda os tópicos mais importantes da área da paisagem sonora e da ecologia acústica, *Handbook for Acoustic Ecology*, organizado em 1978 por outro integrante do WSP, Barry Truax. Ambas obras contribuíram para posterior

¹⁰ De forma baseada em uma analogia com o a fidelidade de sinais em sistemas, na qual um sistema hi-fi apresentaria uma taxa sinal-ruído mais favorável, podendo-se perceber melhor o sinal, enquanto o lo-fi apresentaria a condição contrária, na qual o ruído impossibilitaria a percepção do sinal.



popularização e estabelecimento de conceitos base para a área de paisagem sonora como campo multidisciplinar com possibilidades de analisar, compor musicalmente e projetar ambientes acústicos.

Retornando à ideia de classificação sonora em grupos, como visto no estudo *City Noise*, Schafer (1994) apresenta três diferentes formas de se classificar os sons percebidos situadas no âmbito multidisciplinar da paisagem sonora: a classificação de acordo com as características físicas, de acordo com aspectos referenciais e quanto a qualidades estéticas. A primeira é um desdobramento direto do trabalho de Schaeffer (1966), e busca uma escuta reduzida do som na tentativa de descrever suas características morfológicas como objeto sonoro, detalhando aspectos como forma do envelope sonoro, massa, granulação e dinâmica, dentro de um cenário que também é avaliado fisicamente, considerando parâmetros como distância do ouvinte, nível sonoro, caráter do ambiente acústico (dentro da classificação de *hi-fi* ou *lo-fi*) e influência do ambiente na propagação, ou seja, a morfologia da paisagem. A segunda se direciona à função e conteúdo semântico do som, sendo que Schafer propõe um sistema arbitrário utilizado no WSP, já que reconhece que não há significados objetivos para cada som, nem interpretações únicas de cada ouvinte. O terceiro sistema de classificação é o mais subjetivo, pois supostamente diferenciaria grupos sonoros ligados a impressões estéticas específicas dentro de determinado grupo cultural. Seria distinguir quais sons tem conotação positiva ou negativa, quais causam alegria ou medo, quais enaltecem determinado sentimento e quais se afastam dele.

Outra categorização que surge no contexto do WSP, discutida por Schafer (1994), é a divisão dos sons da paisagem sonora em som fundamental (*keynote sound*), sinais (*signals*) e marcos (*soundmarks*). As duas primeiras categorias são respectivas analogias dos conceitos de fundo e figura da psicologia Gestalt, ou seja, sons fundamentais referem-se a sons que não incitam uma escuta atenta, mas são tão frequentemente ou continuamente escutados que condicionam o ambiente acústico e são pano de fundo para outros sons, como é o caso de sons ambientais de vento, do mar, e no cenário urbano, os sons de automóveis em uma via movimentada; e sinais correspondem a sons que incitam uma escuta atenta, se colocando em primeiro plano para uma conscientização do som e regulação de algum aspecto da vida cotidiana,

Figura 3 – Textos e desenhos de Schafer buscam retratar como fontes sonoras estão se estendendo para causar conflitos sonoros. Lê-se: “Sr. A teve sua situação econômica melhorada. Ele compra um rádio, um tocador de discos, uma serra elétrica e um cortador de grama para si.” e “Sr. B tem um filho adolescente e compra uma guitarra elétrica para ele de Natal”. Fonte: (Schafer, 1970, p. 5, tradução livre).

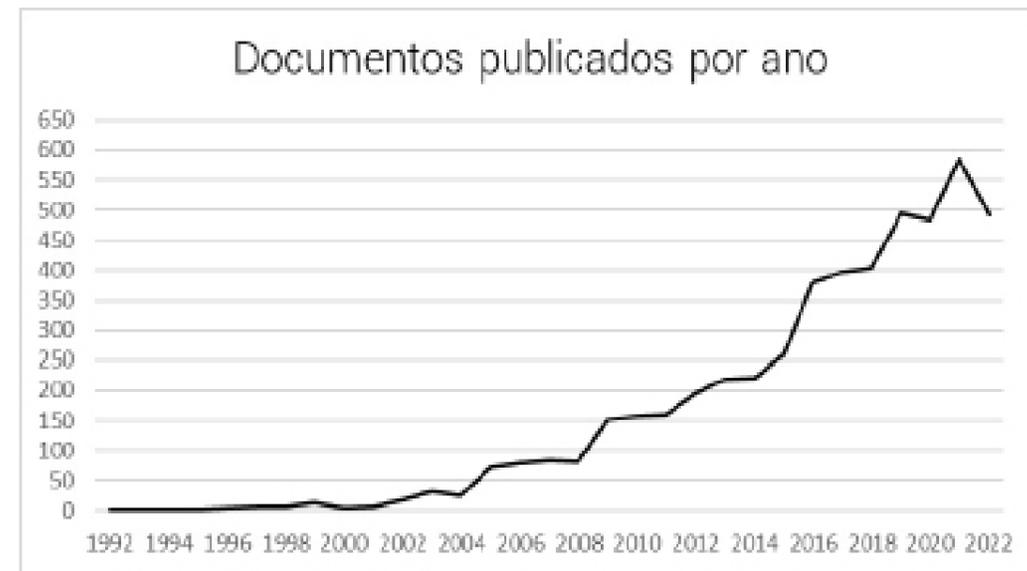
como sirenes, alarmes, e outros sons com finalidade de comunicação ou de valor histórico-cultural. A terceira designação, de marco, se refere à uma qualificação do som pela comunidade que o escuta como algo de valor, por representar sua cultura ou ser significativo para sua vida cotidiana. É, portanto, de interesse da comunidade proteger seus marcos.

Normativas, propostas e projetos para o tratamento da paisagem sonora no presente

Nota-se que a proposta schafferiana expande consideravelmente a discussão sobre as sonoridades presentes no ambiente acústico urbano, demandando um tratamento mais elaborado do que a qualificação como ruído e o decibel como parâmetro julgador da qualidade sonora. Porém, apesar do impacto dos trabalhos do WSP, nota-se que a popularização do campo da paisagem sonora no sentido estabelecido tanto por Southworth quanto por Schafer só se consolida academicamente a partir dos anos 2000, como se pode observar na Figura 4, que sintetiza o número de publicações (artigos em periódicos e eventos, capítulos de livro e livros) por ano com os termos *soundscape* e paisagem sonora encontrados na plataforma *Scopus*. Kang *et al.* (2016) apontam a Diretiva 2002/49/EC do Parlamento Europeu, relativa à avaliação e tratamento do ruído ambiental e com atenção especial para identificação e preservação de áreas silenciosas, como gatilho para engrenar o interesse da comunidade científica e dos poderes públicos na paisagem sonora como instrumento alternativo para lidar com o ambiente acústico de espaços urbanos. Isto porque “se reconheceu que a redução de nível sonoro não é sempre possível ou economicamente eficiente, e mais importante, não irá necessariamente levar a um aumento da qualidade de vida” (Kang, 2021, p. 2, tradução livre). Paralelamente, desde o final dos anos 1990, sessões especiais nos principais congressos internacionais de acústica passaram divulgar pesquisas do campo da paisagem sonora para a comunidade científica norte-americana e europeia (Kang *et al.*, 2013).

A diretiva e a comunicação científica levaram ao grande projeto internacional de pesquisa financiado pela *COST Action* europeia *TD0804 - Soundscape of European Cities and Landscapes*, que entre 2009 e 2013 buscou harmonizar a pesquisa de paisagem sonora, estabelecendo uma base comum para pesquisadores do campo e destilando métodos de análise e projeto para que se transicione a perspectiva de controle de ruído predominante para a perspectiva interdisciplinar, com base na percepção e nas particularidades culturais, da paisagem sonora. Dentre os resultados deste projeto, destaca-se além de treinamentos, publicações científicas, a base conceitual e metodológica que fundamentaria o grupo de trabalho *ISO/TC 43/SC 1/WG 54 - Perceptual Assessment of Soundscape Quality* a publicar as normas internacionais de paisagem sonora, ISO 12913, em três partes ao longo dos próximos anos.

A primeira e mais breve, denominada *Definition and conceptual framework*, foi lançada em 2014 e se incumbem de trazer breves definições acerca da temática de paisagem sonora, sendo a mais importante delas a própria definição de paisagem sonora e suas correlações com ambiente acústico, fontes sonoras e o contexto (ISO, 2014). A segunda, denominada *Data collection and reporting requirements*, publicada em 2018, sintetiza os métodos empregados até então para análise da paisagem sonora e estabelece procedimentos padrão para cada método com o intuito de harmonizar o campo de pesquisa, como mencionado anteriormente (ISO, 2018). A terceira e última, publicada em 2019, se denomina *Data analysis* e estabelece diretrizes para análise dos dados coletados através dos métodos da segunda parte, com destaque para a sugestão de triangularização dos dados como forma de validação de pesquisa (ISO, 2019).



Por fim, a publicação das três normas consolida a premissa de considerar som como recurso (Kang; Schulte-fortkamp, 2016), se propondo a também explorar suas potencialidades, já que o entende como material simbólico ao invés de tratá-lo limitadamente como ruído. Adicionalmente, delimita a necessidade de se analisar o ambiente acústico através da percepção humana, adentrando de fato na dimensão da paisagem sonora. Esta nova episteme se reflete também em iniciativas projetuais, que principalmente nos últimos 15 anos tomam forma de projetos de análise e intervenção de paisagem sonora em espaços livres públicos, principalmente parques e praças pelo continente europeu. Exemplos marcantes são a requalificação da *Nauener Platz* de Berlim; os casos relatados no projeto SONORUS de Antuérpia, Brighton e Roma que incorporaram a análise da paisagem sonora com objetivos e métodos diferentes (Kropp; FORSSÉN; MAURIZ, 2016); e o plano de ação contra ruído do governo galês que em sua versão de 2018-2023 incluiu também a paisagem sonora como método de análise e intervenção no ambiente acústico (Welsh Government, 2018).

Dentre estes projetos, gostaria de destacar a requalificação da *Nauener Platz*, realizada entre 2006 e 2009, que empregou metodologias de paisagem sonora e de projeto participativo, resultando em medidas para redução de sons automotivos (barreiras sonoras) e na introdução de um mobiliário urbano que, integrado com alto-falantes, reproduzia sons indicados como positivos para a população, na forma de uma instalação sonora. Esta iniciativa tornou-se referência¹¹ de um projeto urbano no qual uma abordagem de paisagem sonora colaborativa fora aplicada com intuito de promover o uso de um espaço historicamente negligenciado (Schulte-fortkamp e Jordan, 2016). Por meio deste exemplo, percebe-se que a grande diferença da presente perspectiva de paisagem sonora, se comparada com o projeto acústico tradicional que busca a mitigação do ruído, é o movimento de introdução de novos sons no ambiente acústico. O mobiliário instalado na forma de ilhas de áudio com intuito de mascarar pontualmente sons do tráfego local, cujo material sonoro consistia em sons de ondas do mar e cantos de pássaros urbanos. Estes sons, escolhidos durante o processo

¹¹ Sendo premiado com o European Soundscape Award de 2012.

colaborativo do projeto pela população local, expressam certo bucolismo sonoro frente aos sons incessantes da paisagem urbana, e um desejo dos cidadãos e projetistas de os introduzir antropicamente na experiência urbana, pois como apontado em (Schlüter, 2017), as ilhas de áudio poderiam ter dado lugar ao plantio de árvores, que abrigariam naturalmente sons semelhantes. Isso reflete a força de “hipnose” da fantasia e até delírio referente ao audiovisual e imaginação pública, pautando uma paisagem hegemônica ideológica da alta tecnologia. Essa “supremacia das máquinas” pode ser entendido como um cenário da era pós-antropoceno, onde a utopia dos robôs, do digital vira totalmente realidade (em parte já está), criando a inteligência não-biológica, sendo o “futuro prospero da humanidade” (Barbrook, 2009; Chamayou, 2015 *apud* Andrade, 2023). Temos assim cidades e paisagens sonoras pautadas fortemente em uma ambiência cibernética, onde o natural é substituído pelo encenado, pelo artificial, pelo digital.

Considerações Finais

Percebe-se, a partir do discutido, que há uma mutação epistemológica em curso na visão dos grupos com poder político de modificar os ambientes acústicos das cidades. As mudanças por ela provocadas indicam um cenário de hibridização das fontes sonoras que escutaremos neste ponto do Antropoceno, como, por exemplo, no retorno antrópico de fontes não antropofônicas nos espaços urbanos, despovoados destas por outras questões urbanísticas. Resta a reflexão de que rota estas ações caminharão em um pós-Antropoceno. Observaremos uma maior quietude nas cidades e um retorno das fontes bio- e geofônicas? Conseguiremos todos escutar e concretizar um de nossos sentidos mais primordiais? Ou abraçaremos totalmente as ambiências cibernéticas, as experiências produzidas por inteligência artificial? Ou completamente outro cenário se pensarmos que nossa espécie possa não estar presente na era do pós-antropoceno.

Agradecimentos

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Referências

- ANDRADE, Rubens de. *Arte-Cidade: Cidade-ciborgue*. 2023.
- ATHENAEUS; YONGE (TRAD.), C. D. *The Deipnosophists or Banquet of the Learned Vol. III*. London: Henry G. Bohn, 1854.
- BABBAGE, Charles. Street Nuisances. In: *Passages In The Life Of A Philosopher*. 2nd. ed. London: John Murray, 1864.
- BARBROOK, Richard. *Futuros imaginários: das máquinas pensantes à aldeia global*. São Paulo: Editora Peirópolis, 2009.
- BASS, Michael T. *Street Music in the Metropolis*. Londres: John Murray, 1864.
- BESSE, Jean-Marc. *O gosto do mundo: exercícios de paisagem*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2014.
- BRATTON, Benjamin H. Some Trace Effects of the Post-Anthropocene: On

Accelerationist Geopolitical Aesthetics. *e-flux Journal* 46, , 2013.

CAGE, John. *Silence: Lectures and Writings by John Cage*. Middletown: Wesleyan University Press, 1961-. ISSN 0038092X. Disponível em: <http://journal.um-surabaya.ac.id/index.php/JKM/article/view/2203>.

CAUQUELIN, Anne. *A invenção da paisagem*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

CHAMAYOU, Grégoire. *Teoria do Drone*. São Paulo: Cosac Naify, 2015.

CRUTZEN, Paul J.; STOERMER, Eugene. The “anthropocene”. *Global Change Newsletter*, v. 41, p. 17–18, 2000.

DEAVILLE, James. Wagner, hearing loss and the urban soundscape of late nineteenth-century Germany. 2019.

FILHO, Dirceu Cadena de Melo. Política da paisagem e paisagem política em são paulo. *Mercator*, v. v.20, p. 1–13, 2021.

GUDYNAS, Eduardo. *Derechos de la naturaleza: ética biocéntrica y políticas ambientales*. 1ª edição. Lima: Editorial Abya-Yala, 2015.

HARAWAY, Donna. *Staying with the Trouble: Making Kin in the Chthulucene*. Estados Unidos: Duke University Press, 2016.

ISO. ISO/TS 12913 - 3: 2019 Acoustics — Soundscape - Part 3: Data analysis. [2019].

ISO. ISO 12913-1: 2014 Acoustics —soundscape — part 1: definition and conceptual framework. 2014.

ISO. ISO 12913-2: 2018 Acoustics —soundscape — part 2: data collection and reporting requirements. 2018.

KANG, J. *et al*. COST Action: TD0804 - Soundscape of European Cities and Landscapes. Oxford: Soundscape-COST, 2013.

KANG, Jian. Soundscape: Progress in the past 50 years and challenges in the next 50 years. *Proceedings of INTER-NOISE 2021 - 2021 International Congress and Exposition of Noise Control Engineering*, 2021.

KANG, Jian *et al*. Ten questions on the soundscapes of the built environment. v. 108, p. 284–294, 2016.

KANG, Jian; SCHULTE-FORTKAMP, Brigitte. *Soundscape and the built environment*. Boca Raton: CRC Press, 2016.

KELMAN, Ari Y. Rethinking the soundscape a critical genealogy of a key term in sound studies. *Senses and Society*, v. 5, n. 2, p. 212–234, 2010.

KROPP, Wolfgang; FORSSÉN, Jens; MAURIZ, Laura Estévez. *URBAN SOUND PLANNING - the SONORUS project*. Gothenburg: Chalmers University of Technology, 2016.

LANZA, Joseph. *Elevator music: a surreal history of muzak, easy-listening, and other mood song*. New York: Picador, 1994.

LATOURE, Bruno. *Políticas da natureza: como associar as ciências à democracia*. São Paulo: editora UNESP, 2019.

LUNA, Luis Eduardo. Biosfera, antropoceno e animismo ameríndio. *Cadernos Selvagem*, v. 16, p. 19, 2018.

LYNCH, Kevin. *A Imagem da Cidade*. 3a. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011. E-book. Disponível em: http://www.academia.edu/download/36841750/kevin_lynch_the_image_of_the_city.pdf%0Ahttps://books.google.com/books?hl=en&lr=&id=_

MONTANO, Walter. The first international anti-noise conventions/congresses: 1895–1912. 2020. Disponível em: <https://noisenewsinternational.net/the-first-international-anti-noise-conventions-congresses-1895-1912/>. Acesso em: 24 fev. 2023.

ONU. Relatório Fronteiras 2022: Barulho, Chamas e Descompasso. 2022.

RIBEIRO, Rafael Winter. A política da paisagem em cidades brasileiras: instituições, mobilizações e representações a partir do Rio de Janeiro e Recife. In: FIDALGO, P. (Org.) (org.). *A paisagem como problema: conhecer para proteger, gerir e ordenar*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2018. v. 5, p. 155–170.

RUSSOLO, Luigi; BROWN (TRAD.), Barclay. *The Art of Noises*. New York: Pendragon, 1986.

SCHAEFFER, Pierre. *Traité des objets musicaux: Essai interdisciplines*. Editions du Seuil, 1966.

SCHAFER, Raymond Murray. *The book of noise*. Vancouver: Price Print, 1970.

SCHAFER, Raymond Murray. *The new soundscape: a handbook for the modern music teacher*. Scarborough: Berandol Music Limited, 1969.

SCHAFER, Raymond Murray. *The soundscape: our sonic environment and the tuning of the world*. 2nd. ed. Rochester, Vermont: Alfred Knopf, Inc., 1994.

SCHAFER, R Murray; DAVIS, Bruce; TRUAX, Barry. Five village soundscapes. *The Music of the environment series*, n. no 4, p. 84 p., 1977.

SCHLÜTER, Fritz. A Soundscape Remodelled : Nauener Platz in Berlin-Wedding. In: *Berlin Sonic Places: A Brief Guide*. Berlin: Wolke, 2017. p. 82–85.

SCHULTE-FORTKAMP, Brigitte; JORDAN, Pamela. When soundscape meets architecture. *Noise Mapping*, v. 3, n. 1, p. 216–231, 2016.

SIMPSON, Paul. Sonic affects and the production of space: ‘Music by handle’ and the politics of street music in Victorian London. *Cultural Geographies*, v. 24, n. 1, p. 89–109, 2016.

SOUTHWORTH, Michael. The sonic environment of cities. *Environment and Behavior*, v. 1, n. 1, p. 49–70, 1969.

SOUTHWORTH, Michael Frank. *The Sonic Environment of Cities*. 1967. 124 f. - Massachusetts Institute of Technology, 1967.

SVAMPA, Maristella. El Antropoceno como diagnóstico y paradigma. Lecturas globales desde el Sur. *Utopia y Praxis Latinoamericana*, v. 24, n. 84, p. 33–54, 2019.

THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500 - 1800)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

TINHORÃO, José Ramos. *Os sons que vêm da rua*. 3. ed. São Paulo: Editora 34, 2013.

ULLOA, Astrid. Dinámicas ambientales y extractivas en el siglo XXI: ¿es la época del Antropoceno o del Capitaloceno en Latinoamérica?. *Desacatos. Revista de Ciencias Sociales*, n. 54, p. 58–73, 2017.

VAN HEERDEN, Imke; DUMAN, Çağdaş; BAS, Anil. Performing the Post-Anthropocene. TDR: *The Drama Review*, v. 67, n. 4, p. 104–120, 2023.

WELSH GOVERNMENT. *Noise and soundscape action plan*. Wales: 2018.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. Burden of Disease from Environmental Noise. p. 128, 2011.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. Guidelines for community noise. 1999.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. WHO environmental noise guidelines for the European Region. 2018.

PAISAGEM

Um horizonte, um espelho, um fim

LANDSCAPE
A horizon, a mirror, an end

Yuri Rezende Taraciuk¹ e Gustavo de Oliveira Nunes²

Resumo

Este ensaio é um experimento de leitura e escrita sobre o conceito de paisagem, cujo objetivo é pensá-la através da arte. Para isso, escolhemos a pintura *O grande dia de sua ira*, do artista John Martin, e desdobramos a teoria a partir daquilo que é visto no quadro, tomando como base a questão: por que significamos e teorizamos acerca da paisagem? Nossa leitura se fundamentou, inicialmente, em uma perspectiva fenomenológica, que nos permitiu abordar a dimensão sensível que toca a paisagem, para em seguida problematizar a relação da paisagem com o sujeito que a percebe. Essas reflexões nos levaram a pensar acerca dos limites do conceito de paisagem. Nesse sentido, concluímos propondo uma reflexão sobre o fim da paisagem, e consequentemente da divisão entre sujeito e natureza, a partir de categorias da arte, em especial da possibilidade de ela estabelecer novas formas de expressão sobre o futuro que queremos.

Palavras-chave: paisagem, sujeito moderno, fenomenologia, pós-estruturalismo.

Abstract

This essay is an experiment in reading and writing about the concept of landscape, with the goal of considering it through art. For this purpose, we chose the painting "The Great Day of His Wrath" by artist John Martin and unfolded the theory based on what is seen in the picture, using the question as a starting point: why do we signify and theorize about the landscape? Our reading was initially grounded in a phenomenological perspective, allowing us to address the sensory dimension that touches the landscape, and subsequently, to problematize the relationship between the landscape and the perceiving subject. These reflections led us to contemplate the limits of the concept of landscape. In this sense, we conclude by proposing a reflection on the end of the landscape and consequently the division between subject and nature, drawing on categories from art, especially its potential to establish new forms of expression about the future we desire.

Keywords: landscape, modern subject, phenomenology, post-structuralism.

Introdução

Este ensaio é um experimento de leitura e escrita sobre o conceito de paisagem. Experimentos, nas ciências exatas, tendem a carregar certo rigor metodológico. No entanto, pensamos em uma experiência mais próxima àquelas realizadas por crianças que misturam diversas cores de tinta e que, esperando algo indefinido e novo, se deparam com uma cor inesperada, também indefinida e nova. Desse modo, o objetivo deste ensaio é refletir sobre a paisagem a partir de uma obra de arte, desdobrando a teoria a partir daquilo que vemos no quadro, para com isso destacar como algumas noções que consideramos centrais a esse conceito aparecem na obra, e assim pensar a paisagem hoje e o seu futuro. Destacamos, também, que a primeira versão deste texto foi escrita no âmbito da disciplina Filosofia da Paisagem, ministrada pelo prof. Dr. Paulo Reyes no Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional (PROPUR) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em 2023.

Dito isso, a pintura selecionada para o desenvolvimento deste experimento foi *O grande dia de Sua ira* (1851-1853), do artista John Martin. A escolha da obra não se deu na forma de uma busca intencional, mas sim por meio de um encontro ao acaso com o trabalho do artista durante o processo inicial de escrita deste texto. Por ver em sua arte proximidades com temas que estavam sendo desenvolvidos aqui – especialmente no que tange à finitude da ideia de paisagem – pensamos que poderíamos torná-la o ponto de partida para as principais questões que serão discutidas. Cabe dizer que existem outras pinturas de Martin que permitiriam uma abordagem semelhante, uma vez que os principais elementos de *O grande dia de Sua ira* são recorrentes ao longo de sua obra, porém, constatamos, essa pintura é o melhor exemplo das forças e defeitos de seu trabalho. O sublime, a grandiosidade, a religião, o melodrama – tudo isso atravessa a obra de John Martin, pintor romântico inglês que viveu durante o século XIX e que foi um artista muito famoso em sua época (Riggs, 1997). *O grande dia de Sua ira*, uma de suas últimas pinturas, faz parte de uma trilogia composta também por *As planícies do céu* (1851-1853) e *O juízo final* (1853), inspiradas pelo apocalipse bíblico, e que representam bem a habilidade de Martin para criar cenas sublimes e fantásticas, ao mesmo tempo, em que seu exagero apresenta um tom, em certa medida, datado.

Essas breves considerações sobre a obra de Martin serão as únicas nesse teor, pois a proposta desta análise não é descrever ou elaborar uma crítica sobre pintura em si, mas pensar o conceito de paisagem a partir dela. Para elaborar essa reflexão, partimos do princípio de que a ideia de paisagem é fragmentária, permitindo múltiplas abordagens a partir de diferentes teorias e campos de estudo (Besse, 2014). Pensando nisso, a leitura que propomos se fundamenta, inicialmente, em uma perspectiva fenomenológica, baseada em Merleau-Ponty (2018), que nos permite discutir sobre a dimensão da experiência sensível que toca a paisagem, ou seja, como um ambiente é percebido e recortado em paisagem.

Contudo, ao tratar sobre essa experiência perceptiva logo surge uma questão: afinal, por que nós significamos e teorizamos acerca da paisagem? É nesse ponto que o pensamento de Michel Foucault (2019) aparece na análise, uma vez que ela segue por um caminho que relaciona o surgimento de uma filosofia da paisagem, no Ocidente, com o nascimento do sujeito moderno, ou ainda, do *Homem*, como será chamado aqui, inspirado pelo aparato conceitual foucaultiano, em sua fase arqueológica³.

³ Para fins didáticos, a obra foucaultiana tem sido dividida em três fases: a arqueológica – que trata dos regimes de saber; a genealógica – que aborda as relações de poder; e a ética – em que o filósofo francês retorna à Antiguidade grega para pensar as práticas de liberdade que os sujeitos podem desempenhar para resistir ora ao aprisionamento das malhas do saber, ora às imposições das relações de poder (Deleuze, 2019).

¹ Mestrando em Planejamento Urbano e Regional (UFRGS). Bacharel em Moda (Unisinos).

² Arquiteto e Urbanista. Doutorando em Planejamento Urbano e Regional (UFRGS) e Bolsista CAPES. Mestre em Educação (PPGE / UFPel).



Figura 1 - John Martin, O grande dia de Sua ira (1851-1853). Fonte: Tate (s. d.).

A partir dessa base teórica, e inspirada pela pintura de Martin, a reflexão chega em seu problema principal, que é pensar os limites e o fim do próprio conceito de paisagem. Tendo em vista o seu vínculo com uma compreensão de sujeito que surgiu em um passado relativamente recente e que, como reflexões pós-modernas apontam, está em vias de dissolução, surge a questão de como falar da paisagem se a ideia de um sujeito distante daquilo que olha, mesmo que essa distância produza uma aproximação, se desfaz. Aqui, as reflexões de Safatle (2023) sobre um “outro fim da natureza”, como explicaremos, nos ajuda a desenvolver o principal argumento deste texto, que é pensar os limites do conceito de paisagem.

Convém dizer ainda que, apesar da aparente divergência epistemológica, uma vez que a discussão inicia em Merleau-Ponty e chega em Foucault, consideramo-la apenas aparente. Devido a sua própria natureza polissêmica e transdisciplinar, a paisagem, enquanto objeto de estudos, permite abordagens que articulem diferentes leituras, que se complementam em suas aproximações e diferenças, atentando, é claro, para os obstáculos e limites existentes nesse diálogo. Portanto, a intenção deste experimento, como dito no início, não é esmiuçar esses problemas de maneira rigorosa para chegarmos em uma resposta definitiva, mas explorá-los de modo aberto e livre como a arte permite.

Dito isso, o texto a seguir se estrutura da seguinte maneira: em um primeiro momento, oferecemos uma leitura da paisagem, a partir da já mencionada obra *O grande dia de Sua ira*; em seguida, refletimos sobre como a percepção do ambiente, através do aparato sensorial e cultural humanos, produzem aquilo que chamamos de paisagem. Em seguida, problematizamos esses pontos levantados para assim abordarmos a ideia de que a paisagem está intrinsecamente ligada ao surgimento do sujeito moderno, o *Homem*, e a divisão entre o ser que observa e a natureza, a coisa, que é observada e transformada em paisagem. A partir disso, propomos imaginar o fim desses conceitos, o fim dessa separação que estrutura o nosso modo de ver e habitar o mundo, o que

leva, por consequência, a imaginarmos o fim da ideia de paisagem. Para concluir, o que marca o percurso realizado nesse experimento são os próprios limites que temos para falar sobre a paisagem, mas também, como a crítica, especialmente motivada pela abertura da arte, nos permite tentar elaborar novas formas de falar sobre aquilo que não conseguimos, e essa tentativa, por si só, constitui um ato de destruição e criação.

Paisagem, horizonte do olhar

Encontramo-nos sentados. Diante de nós há um computador, mostrando-nos uma imagem. Nosso olhar se dirige ao centro do quadro... não propriamente ao centro da tela, que seria o ponto central do monitor, mas para algo que se afasta de nós. O que vemos é um foco de luz vermelha, um vermelho vivo como sangue e lava, que pinta o céu e a terra em tons apocalípticos. No turbilhão de formas e cores que se mesclam nessa distância vemos uma linha que divide, ou melhor, não divide, ela une. É uma linha que costura o céu e a terra, o horizonte.

Diferente da massa de corpos que se contorce no primeiro plano do quadro, vemos o horizonte, pois estamos em uma posição privilegiada, com nosso olhar direcionado de forma vertical, separado da paisagem retratada por uma certa distância. Esse privilégio não é exclusivamente nosso, mas sim do ser humano, que por sua postura e sistema visual é capaz de olhar para distâncias e, a partir disso, se situar em um espaço distribuído entre o que está à frente e atrás, de um lado ou de outro, perto ou longe, no céu ou na terra. O horizonte surge a partir do nosso olhar, mas para nos fazer ir além dele (Collot, 2013). Essa condição mencionada é uma das premissas da estética tradicional, de matriz kantiana (Berleant, 2011), presente em autores que iniciaram o pensamento de uma filosofia da paisagem, como Georg Simmel (2011).

O horizonte da paisagem articula uma aproximação e uma distância. Distância essa que não é apenas a de algo que está longe, mas é a que separa uma coisa de outra no espaço e no tempo. Um distanciamento que aproxima, pois, ao percebermos um objeto, também passamos a habitá-lo em uma coexistência com o resto do mundo e com outros tempos, nos posicionando em relação ao horizonte do presente, do passado e do futuro (Reyes, 2023). É a articulação de um conjunto formado no ato da visão, que se fixa em um fragmento momentâneo deslocando tudo que está ao redor para o horizonte do olhar, nos tornando parte do mundo, alguém que vê e é visto. Assim, ver um objeto é “vir a habitá-lo e dali apreender todas as coisas segundo a face que elas voltam para ele” (Merleau-Ponty, 2018, p. 105). O clarão vermelho no fundo da pintura mostra que habitamos o mundo.

É somente por meio desse habitar que é possível ver a paisagem, mesmo que uma paisagem de destruição, como a representada na obra de Martin. Contudo, esse “ver” não remete apenas à visão, pois é um olhar que acontece no corpo inteiro, é o olhar dos sons pela audição, dos cheiros pelo olfato, do toque com o tato, dos sabores com o paladar – o olhar constitui um todo com os outros sentidos, e esse todo é o ato perceptivo. A paisagem, portanto, é fruto dessa percepção que se constitui como um ato estético e de pensamento, que configura um ambiente⁴ em uma paisagem concebida pela experiência sensível e referências culturais. Nesse sentido, a paisagem não pode ser desassociada do nosso próprio ser, pois tanto ela quanto nós existimos na relação entre a percepção individual, a sociedade e o mundo (Collot, 2013).

⁴ Entendemos ambiente como aquilo referente “às condições de vida física favorecidas ou contrariadas pelas configurações de certas localidades [...]e um histórico-cultural” (ASSUNTO, 2011. p. 127).

Porém, existe outro aspecto da paisagem que chama atenção na pintura. Afastamos o olhar do centro da tela e o dirigimos para o contorno da imagem, ela acaba. Não apenas isso, mas o nosso próprio olhar acaba, pois ele está limitado por esse campo visual que produz a estrutura do horizonte, que estabelece a relação entre o visível e o invisível (Merleau-Ponty, 2018). Para além da visibilidade da imagem, há toda uma extensão da paisagem tornada invisível. De certa maneira, a pintura só torna óbvia a estrutura básica da paisagem, isto é, ela se configura como um quadro, um recorte sensível (Simmel, 2011), que delimita um ambiente percebido em uma paisagem, ao mesmo tempo em que se abre para o mundo inteiro por meio do horizonte.

Desse modo, apesar da paisagem estar marcada pela relação entre a percepção individual e o mundo, ela também se afasta de nós, constituindo uma unidade distanciada. Para Simmel (2011), a arte seria um dos principais meios de formação e compreensão da paisagem, cujos elementos estariam dispersos no todo da natureza. Nas palavras do autor:

Porque o que observamos num olhar ou no interior do nosso horizonte momentâneo não é ainda paisagem, mas quando muito o material para ela – tal como um monte de livros justapostos não é ainda ‘uma biblioteca’, mas só se tornará numa quando, sem se lhe tirar ou acrescentar um único volume, um conceito unificador a vier abarcar, dando-lhe forma. Só que a fórmula inconscientemente actuante que produz a paisagem enquanto tal não é tão fácil, e talvez seja mesmo impossível de indicar no plano dos princípios. O material da paisagem, como a simples natureza o fornece, é tão infinitamente múltiplo e variável de caso para caso, que serão igualmente muito variáveis os pontos de vista e formas que encadeiam estes elementos numa impressão de unidade. A via para atingir aqui pelo menos valores aproximados parece-me passar pela paisagem como obra de arte pictórica (Simmel, 2011, p. 44).

Portanto, o gesto artístico de John Martin enforma uma paisagem a partir da natureza, e essa paisagem, um quadro que remete ao horizonte que está para além dele, por sua vez também estabelece princípios de leitura para outras paisagens. A percepção sensível, as referências culturais, o tempo e o espaço congelados em um fragmento momentâneo ou duradouro, recortado por um ser dotado da capacidade de significar aquilo que percebe. Esse pensamento nos leva a pensar sobre o fato de o conceito de paisagem, assim delineado, pertencer apenas ao ser humano, excluindo a experiência perceptiva de outros animais.

Nesse sentido, tentamos nos colocar no lugar de outro animal, mas isso não é possível. A única imagem que surge na imaginação é aquela que os nossos olhos já enxergam, pois estamos presos a este corpo que chamamos de humano, única extensão com a qual podemos experimentar a paisagem. É possível que outros animais possuam uma experiência semelhante, mas não é paisagem, pois ela só é concebida como tal através de sua relação com a percepção humana. As experiências de outras espécies seriam, ou são, tão diferentes que, mesmo que fosse possível traduzi-las para nossa linguagem, ainda assim não conseguiríamos compreendê-las, visto que elas estariam ligadas ao contato dos corpos desses animais com o mundo. Afinal, seria possível entendermos como uma aranha minúscula percebe o ambiente? Como o horizonte funciona para uma águia? Ou ainda, como uma toupeira, cuja principal forma de percepção sensorial se dá por meio do tato, enxerga uma paisagem debaixo do solo?

Talvez seja por essa razão que não vemos animais no quadro, ou ainda, e é com essa opção que trabalharemos, seja porque o quadro fale sobre o fim de uma civilização e de suas paisagens. Mas que civilização é essa, e porque o seu fim está ligado ao fim da própria paisagem?

Paisagem, espelho de Narciso

Observemos a pintura novamente. Agora tendo em mente tudo que acabamos de escrever sobre a percepção e o recorte da paisagem, o que nos leva a voltar o olhar para nós mesmos. A tela nos olha, ela converge a sua imagem em nossa retina, estamos no centro da criação artística e da destruição divina. Somos o próprio Deus que vê tudo, cujo olhar faz surgir a imagem, a paisagem. Mas esse efeito não possui nada de divino, não somos especiais, e qualquer um que esteja diante do quadro verá o mesmo, pois a perspectiva, em sua acepção clássica⁵, faz com que o mundo se centralize no olhar do observador, que assiste a tudo como o Deus que ordena sua criação (BERGER, 2008).

A perspectiva nos coloca no centro da tela, onde vemos as ondas de rochas destruírem cidades e esmagarem as pessoas que clamam por ajuda dos céus. Somos insignificantes diante do poder incomensurável da obra apocalíptica de John Martin, reconhecido por pintar o sublime, esse sentimento que nos lembra da nossa fragilidade e finitude. Seria possível dizer que o sublime sugere uma estética do comprometimento, de respeito e sensibilidade para com a natureza, fazendo dela parte fundamental da nossa ação no mundo (Berleant, 2011). Não devemos descartar esse pensamento, mas não é ele que realmente nos toca, pois o que vemos é a destruição de uma paisagem, ou melhor, desse conceito de paisagem que se fundamenta em um ideal narcísico antropomórfico, que toma o ser humano como modelo para todas as formas de vida, sejam elas orgânicas ou inorgânicas, como imagem de Narciso que deve refletir sobre o mundo. Enxergamos na destruição da paisagem o horizonte de um fim e a abertura de um futuro.

Fim de um *Ser* que se vê como unidade de medida do universo, que pensa o finito a partir de si mesmo, que transforma o mundo à sua imagem e semelhança. *Ser* esse que não surgiu em um longínquo passado evolutivo, mas sim em um espaço e tempo específicos: na Europa, durante o período que chamamos de Renascimento, época essa que também assistiu ao processo de dominação e destruição de outras culturas por parte desse novo *Ser*, que via o mundo inteiro convergir ao seu olhar e se abrir para o horizonte de sua conquista e de seu saber. E essa conquista realmente aconteceu, fazendo com que centenas de milhares de pessoas experimentassem a ira desse *Ser*, que não era Deus, mas o seu próprio criador, o *Homem*.

O *Homem*, termo que carrega um peso histórico de exclusão e dominação, e que utilizamos para se referir a essa figura que possui um corpo e modo de pensar específicos, que se autoproclama representante da humanidade e da civilização. Contudo, esse *Homem* que aqui é referido diz respeito a uma ideia mais específica e mais recente, pois mesmo que ele estivesse presente no pensamento renascentista, é apenas na modernidade que ele se estabelece como sujeito e objeto do conhecimento, que dá luz às ciências humanas. Em outras palavras:

⁵ *Clássica* pois outras teorias, dentre elas a própria fenomenologia utilizada como base para muitas ideias aqui, compreendem que o sujeito também é visto pelo objeto, retirando o seu privilégio na visão. Contudo, esse entendimento não muda o cerne do argumento apresentado, que coloca esse conceito de perspectiva, podemos dizer renascentista, como parte de uma visão de mundo muito mais ampla, e ainda hoje influente.

A cultura moderna pode pensar o homem porque pensa o finito a partir de si mesmo. Compreende-se nestas condições que o pensamento clássico e todos os que o precederam tenham podido falar do espírito e do corpo, do ser humano, do seu lugar tão limitado no Universo, de todos os limites que medem o seu conhecimento ou a sua liberdade, mas que nenhum de entre eles jamais tenha conhecido o homem tal qual ele é dado ao saber moderno. O 'humanismo' do Renascimento, o 'racionalismo' dos clássicos puderam, é certo, dar um lugar privilegiado aos humanos na ordem do Mundo, mas o que não puderam foi pensar o homem (Foucault, 2019, p. 420).

Nesse sentido, é possível marcar o nascimento desse *Homem* no século XIX, mesma época em que Martin pintou *O grande dia de Sua ira*, e que agora, passados 170 anos, nos leva a pensar sobre o fim dessa figura e de suas paisagens. Não um fim literal, pois não se trata da morte de pessoas e do meio ambiente, mas sim de uma ideia. O *Homem* que percebe e recorta o ambiente em paisagem não é eterno, ele nasceu e, eventualmente, irá morrer. Como disse Foucault ao afirmar que “se pode apostar que o homem se desvaneceria, como, na orla do mar, um rosto de areia” (2019, p. 497).

Levando essa discussão ainda mais longe, percebemos que a própria ideia de uma filosofia da paisagem surge a partir do nascimento desse *Homem* e das possibilidades de saber desbloqueadas por ele. Assim, por mais que a noção de paisagem já existisse na pintura europeia desde o Renascimento (Cauquelin, 2007), é apenas no século XIX e início do século XX que ela se estabelece como um campo filosófico, ou seja, no mesmo momento em que se passa a pensar o *Homem* separado da natureza, como aquele que se coloca a uma certa distância para ver o mundo. Serrão (2011), ao comentar Simmel, resume essa ideia:

As épocas antiga e medieval, porque pensavam e celebravam a totalidade natural, desconheciam a noção de paisagem; o homem moderno, pelo contrário, vê já a natureza seccionada em partes e nesse mesmo acto de separação subtrai-se a si mesmo dela como um ser dotado de autonomia. Esta dupla cisão – que representa, para Simmel, a tragédia da cultura moderna, ou seja, a tendência para tomar como parte independente aquilo que é de facto elemento integrante de um todo – subjaz à emergência histórica da paisagem na Modernidade e envolve, em última instância, uma compensação anímica pela qual se procura restabelecer num mundo dividido o vínculo à natureza perdida (Serrão, 2011, p. 39).

Desse modo, a natureza passa a ser compreendida apenas por meio de um quadro, ou ainda, para sermos mais precisos, esses próprios quadros estabelecem nosso modo de pensar sobre ela. Se a natureza significa uma totalidade que, para o *Homem*, só é acessada através de fragmentos, isso leva a crer que os nossos modos de refletir e falar sobre ela sempre aparecem como “‘coisas’ paisagísticas” (Cauquelin, 2007, p. 29), formas históricas que determinam a nossa percepção. Em suma, a própria ideia da natureza como um objeto, mesmo que considerado “absoluto”, que é percebido e acessado por meio da paisagem, também é um fruto derivado da figura do *Homem*.

O nascimento do *Homem* é também o nascimento das coisas, de uma natureza que define as nossas categorias e estruturas de vida, baseadas na ideia de que aquilo que não é humano, que escapa dos padrões definidos pelo *Homem*, está à disposição de sua agência. A paisagem, portanto, faz parte de um arsenal de instrumentos utilizados para a representação e instrumentalização dessa “coisa” que é a natureza, que, quando não está a serviço dos desejos e necessidades do *Homem*, é vista como algo que carece

da atenção e dos cuidados dele. Em suma, o nascimento dessa divisão faz com que a natureza seja tomada tanto quanto um objeto a parte do sujeito quanto um fato interno a ele, que o define, e é com intenção de controlar esse objeto que se faz dela uma extensão da imagem do *Homem* (Safatle, 2023).

Portanto, a paisagem é, como foi dito antes, narcisicamente antropomórfica, pois ela se funda e reflete a imagem do *Homem* que a produz, a figura daquilo que ele é e pretende ser. Dessa maneira, mesmo quando tomada em uma perspectiva crítica aos padrões de vida e pensamento modernos, como um meio para a evocação de um sentimento de unidade existencial com o mundo natural, ou ainda como forma de uma apreciação estética participativa, o que a paisagem faz é nos encantar com “nossos próprios modos de ver” (Cauquelin, 2007, p. 27), modos esses fundamentados em uma divisão entre o *Homem* e a natureza.

Em suma, é com base nessa divisão, que está ligada a sujeição de seres vivos à condição de mercadorias, ao domínio da terra e ao uso predatório de seus recursos naturais, que autores como Berleant (2011) e Berque (2011b) irão sugerir outras formas de apreciação estética e de gestão da nossa relação com a Terra. Contudo, o que essas propostas sugerem é uma espécie de vínculo primordial entre a paisagem e a natureza, e que a defesa de um, nesse caso do meio ambiente afetado pela exploração econômica capitalista dos últimos séculos, deve passar pela instauração de novas relações com a paisagem, ou ainda, pelo reestabelecimento de formas de viver perdidas⁶.

O que argumentamos aqui, no entanto, segue por um caminho diferente, que olha para a destruição pintada por Martin para pensar o que vem depois dela. Assim, entendemos que não é possível haver o resgate, por meio do conceito de paisagem, de uma suposta unidade entre o *Homem* e a natureza, que teria sido perdida na modernidade, pois todos esses elementos estão baseados nessa mesma separação entre o *Ser* que percebe e recorta a paisagem, e a natureza que é recortada.

Nesse sentido, talvez seja possível dizer que a tragédia da cultura moderna está tanto em tomar a parte como um elemento autônomo destacado de um todo, como também em achar que outros tempos ou outras culturas podem nos ajudar a restaurar uma determinada harmonia perdida. Cegos pelo nosso próprio reflexo, somos incapazes de enxergar as ondulações e as cores singulares dos rios dessas outras culturas e épocas, e distinguimos apenas aquilo que serve para continuar compondo a nossa imagem. Imagem essa que, à maneira de Narciso, colocamos na frente do nosso próprio horizonte, fazendo de sua face os limites da nossa imaginação. Porém, no fundo das águas que desfazem o rosto na areia, assim como para além do fogo que destrói a natureza pintada por John Martin, existe algo que aponta para o futuro, onde nossas paisagens não seriam mais do que ecos de uma história encerrada.

Mas existe um problema, essa história ainda não se encerrou, e o ponto em que nos encontramos agora é nebuloso, pois se apoia sobre a ideia do *Homem* que recorta a paisagem e da dissolução dele. Dessa maneira, qual o estatuto atual da paisagem entre esses dois polos e as suas implicações?

⁶ A respeito desse debate remetemos ao texto “A ecúmena: medida terrestre do Homem, medida humana da Terra”, de Berque (2011a).

Paisagem, visão de um fim

Encaramos a pintura pensando em todos os problemas apresentados. No clarão vermelho que surge ao fundo das ondas de terra enxergamos não apenas a personificação da ira divina que dá nome à obra, mas a linha do horizonte que divide os planos do céu e da terra, do agora que é tragado pela destruição e do fim que se aproxima no futuro. Linhas que se confundem no apocalipse, e que reforçam a ideia de que a paisagem é constituída pelo horizonte recortado pelo *Homem*, e que o fim do seu reinado só pode ser sucedido pelo fim do mundo que ele criou.

Neste ponto, cabe fazer uma síntese do nosso argumento até aqui, para com isso pensarmos na última questão levantada, isto é, qual o estatuto da paisagem hoje. Sendo assim, iniciamos dizendo que a paisagem é uma experiência perceptiva que articula o ser humano e o mundo, um recorte de espaço-tempo aberto pelo horizonte, para depois dizer que esse *Ser* que recorta não é anônimo, ele é o *Homem*, finito e limitado, assim como as suas paisagens. E desse modo, seguindo aquilo que propomos no início deste ensaio, isto é, articulando ideias sobre o conceito de paisagem a partir da pintura de John Martin, fomos levados a imaginar um possível fim do próprio conceito de paisagem, um possível fim para o *Homem* que a percebe e a natureza que é percebida. Esse resultado não chega a ser uma surpresa, afinal, o tom da obra de Martin suscita reflexões sobre a nossa existência e a sua finitude. A partir disso, agora propomos explorar um pouco mais esse fim, ou seja, resta pensar sobre o que é a paisagem considerando o momento em que nos encontramos, onde o *Homem* e a natureza são tencionados ao ponto de uma dissolução, apesar dessas figuras ainda servirem para fundamentar conceitos importantes para o nosso pensamento.

Portanto, em primeiro lugar, cabe salientar essa mencionada dissolução do *Homem* no contexto teórico contemporâneo. Como referido aqui, Foucault (2019), ainda no livro *As palavras e as coisas*, cuja primeira edição data de 1966, já falava sobre o eventual fim dessa figura histórica, e tal concepção se tornou ainda mais presente em certas correntes de pensamento ao longo da segunda metade do século XX e início do século XXI, com o chamado movimento pós-estruturalista (Williams, 2013), especialmente em debates sobre gênero, raça e decolonialidade. Em resumo, o que se deu foi a ocorrência de uma série de rupturas no discurso do saber moderno⁷, que fizeram com que a noção de um sujeito estável fosse deslocada, abrindo espaço para compreensões de identidades fragmentárias, divergentes e cambiantes, frutos das movimentações políticas e econômicas do período, bem como do desenvolvimento contínuo de novas tecnologias.

Nessa mesma linha, é possível observar um percurso teórico semelhante com a ideia de natureza, especialmente pelo fato desse conceito surgir em conjunto com a noção de sujeito moderno, apresentada por nós pelo termo *Homem*. O avanço do neoliberalismo sobre países da margem do capitalismo global, a consequente expansão e aceleração do processo de globalização, e a emergência da crise climática foram, de um modo muito amplo e resumido, alguns dos fatores que fizeram da busca por outras formas de refletir e se relacionar com a natureza um tópico cada vez mais comum em determinados campos de discussão nos últimos anos. O próprio termo Antropoceno,

7 Nesse sentido, Hall (2006) apresenta cinco fatores que marcaram essas rupturas, tais como: 1 – A reinterpretação de teoria marxista de que os indivíduos não são autores da história, e que eles só podem agir com base nas condições histórico-materiais precedentes; 2 – A teoria do inconsciente por Freud; 3 – A compreensão da língua como sistema social a partir do trabalho de Saussure; 4 – A genealogia do sujeito moderno de Foucault, que expõe o papel de diferentes dispositivos na produção da subjetividade; 5 – O impacto da teoria feminista, que rompe teórica e politicamente com diversos pressupostos básicos do pensamento moderno.

que designa um período geológico em que o humano ultrapassa a simples presença e se torna uma força geofísica na superfície do planeta, é marcado por uma certa ideia de fim deste *Homem* (Castro; Saldanha; Danowski, 2022).

Dentre as diferentes abordagens possíveis sobre o tema, trazemos aqui aquela apresentada por Safatle (2023) na palestra “Outra destruição da natureza é possível”, pois ela está próxima de algumas questões que levantamos. Em termos gerais, Safatle parte da hipótese de que a natureza se tornou o ponto de uma convergência articulada de seis crises, sendo elas: ecológica, demográfica, socioeconômica, política, psíquica e epistêmica. Essas crises revelam não apenas o lugar que a natureza ocupou no pensamento moderno, mas também o esgotamento desses valores normativos que basearam as nossas visões sobre nós mesmos, sobre a nossa emancipação e sobre a nossa relação para com a natureza. Nas palavras de Safatle:

A crise ecológica é só uma dentre as crises produzidas por um certo lugar que a natureza ocupou entre nós, pelo menos até agora. Essas crises, cada uma a sua maneira, indicam o esgotamento de valores e de horizontes normativos que, durante séculos, pareceram garantir os caminhos para a nossa emancipação e para nossa liberdade, para a realização mais profunda da potencialidade de nós sermos nós mesmos. Progresso, desenvolvimento, abundância, riqueza, crescimento – esses termos são carregados de uma profunda dimensão normativa, porque eles parecem assegurar as condições materiais da emancipação, porque todos esses termos estão profundamente relacionados ao destino que nós demos até agora à natureza. A compreensão do tipo de relação que a gente deveria ter para com ela, a distância que a gente deveria tomar dela (Safatle, 2023, 29 min. 44 seg.).

Esse destino e essa distância, cabe lembrar, se fundamentam, essencialmente, no medo diante de forças que escapam do nosso controle. Se a compreensão de progresso é fruto da ideia de dominar a natureza, de quantificá-la, organizá-la, recortá-la e representá-la – é porque tudo isso foi feito em nome da nossa autopreservação diante de um mundo que nos lembra constantemente da nossa fragilidade (Safatle, 2023). A paisagem, nessa perspectiva, nos coloca diante dessa natureza sublime, que se estende para além do *Homem* com sua grandeza que desperta humildade e reverência. Entretanto, ela faz isso através da experiência do próprio *Homem*, que continua por se colocar em uma distância segura daquilo que o amedronta.

Seja através do olhar objetivo e totalizante da perspectiva clássica, seja por meio dos olhares fragmentários do relativismo, a relação de distância entre aquele que observa e aquilo que é observado permanece intacta, pois as coisas ainda são dispostas diante de um olho que observa de todos os lugares e de lugar nenhum. Assim, talvez seja possível dizer, seguindo um raciocínio iniciado por Haraway (2023), que o estatuto da paisagem hoje está, tal como o de outros instrumentos de visualização, relacionado ao agravamento dos “significados de descorporificação” (Haraway, 2023, p. 329) dos nossos saberes e práticas, ou seja, ela participa desse processo que visa a distanciar o sujeito de tudo em prol de um poder sem limitações sobre os objetos.

Se outras tecnologias de visualização buscam potencializar a nossa visão para fins diversos – sejam eles científicos, artísticos, militares, médicos e etc. – a paisagem faz o mesmo nos campos em que ela é pensada. Como dito anteriormente, os modos de ver estabelecidos por ela perpassam desde iniciativas que buscam corrigir, ou ao menos atenuar, as consequências devastadoras da exploração do meio ambiente até, e nesse caso entramos em uma área muito mais ampla e que não cabe ser desenvolvida

aqui, projetos paisagísticos em variados contextos e escalas. Vale mencionar que o argumento apresentado aqui não pretende invalidar o mérito dessas ações, muitas delas essenciais para lidarmos com problemas urgentes, no entanto, é preciso chamar atenção para os limites de ações fundamentadas em conceitos que surgem a partir da mesma divisão que estabelece e justifica os próprios atos destrutivos que se tenta combater.

Por outro lado, se hoje também se fala que a distinção entre *Homem* e natureza não é uma coisa dada, mas que ela foi construída e que pode ser destruída, isso se deve ao fato de que existem outras forças críticas atuando em sentidos que nos levam a questionar aquilo que somos e queremos ser. É nesse ponto que temos um vislumbre da potência autocrítica da paisagem, de uma pequena contradição que nos mostra como uma destruição diferente é possível, dessa vez de determinadas categorias do pensamento. Uma destruição que não pretende retornar à segurança de um passado mítico, mas sim, como diz Safatle, nos levar a “não termos medo daquilo que é uma força heterônoma ao nosso redor e em nós” (Safatle, 2023, 55 min. 38 seg.), e dessa maneira, fazer com que a própria natureza sublime, representada pela paisagem que nos leva a pensar sobre essas questões, se desfaça junto com o medo que sentimos do desconhecido e do incontrolável.

Nesse sentido, a proposta de uma reflexão a partir da arte pode ser tomada como um modo de olhar para esses problemas sob um ângulo que nos obriga a buscar uma nova gramática, uma nova forma de falar sobre aquilo que, até então, não podia ser falado. Recuperando a origem histórica da paisagem, ligada à arte⁸, regressamos também ao princípio da ideia de progresso, esse conceito que recortou o *Homem* da natureza, colocando-o como senhor dela. Como Safatle resume:

Quando a noção de progresso apareceu no ocidente ela apareceu inicialmente como um debate estético, a querela dos antigos e dos modernos. Foi lá que, pela primeira vez, nós vimos a utilização de moderno, de modernidade, como conhecemos atualmente. A querela, a questão da querela, era clara: Devem as obras de arte se submeterem aos padrões de avaliação do passado, ou elas trazem em si mesmas a recusa do que nós fomos até agora? Se uma obra de arte traz em si o seu próprio valor, se ela é sempre a instauração de um outro princípio de avaliação, é porque ela é a expressão de um tempo insubmisso, de uma insubmissão ao presente. Obras de arte mostram sempre como o presente não é idêntico a si mesmo, como o tempo não esgotou. Há de nos apoiarmos nessa origem estética do progresso contra aquilo que o progresso se tornou, contra a maneira como ele nos moldou, e, contra a maneira com que nós ainda somos e que não queremos mais ser (Safatle, 2023, 56 min. 24 seg.).

Portanto, a contradição destrutiva nada mais é que a própria abertura da paisagem, ou ainda, da arte, que nos dá a ver não a totalidade do mundo, mas sim uma parcialidade. Formados pela incompletude, esses modos de ver parciais se relacionam em seus limites, em suas divergências, atualizando-se de maneira a não fechar o sentido, não recortar um fragmento de um todo transcendental, mas desfazendo e criando novas fronteiras (Haraway, 2023)⁹. São nessas interações, na efemeridade desses limites,

⁸ Vale lembrar também, como mencionado ainda na primeira parte deste texto, que Simmel (2011) via na arte um dos principais meios para pensar a paisagem. Com isso, percebe-se como essa ligação da paisagem com a arte é central para se pensar o tema, pois seja pela retomada do conceito através da pintura, seja por meio da filosofia, ele irá passar pelo campo artístico.

⁹ Essas ideias tomam como inspiração o pensamento de Haraway (2023) sobre “conhecimentos

que surgem diferentes linguagens, diferentes gramáticas para pensar o impensado, palavras e conceitos novos para outros seres e outros mundos.

É a partir dessa ideia de busca e produção de novas gramáticas que olhamos para a pintura novamente, afastando ainda mais o nosso olhar para tentarmos encontrar a expressão da insubmissão ao presente. Agora vemos o monitor do computador, uma mesa, uma parede atrás e estantes acima. Pensamos nos livros nas estantes, todos eles nos abrem horizontes, assim como o computador e até mesmo a mesa. Estamos em relação com o pensamento desses autores, diante de uma realidade digital formada por uma quantidade de dados imensuráveis, apoiamo-nos sobre uma mesa construída por mãos e máquinas que nunca conheceremos, com materiais de épocas que não conseguimos identificar.

Estamos diante de paisagens, elas nos atravessam e, assim como nós, se dissolvem em uma vastidão espaço-temporal. São paisagens que não podem ser simplesmente recortadas pela nossa percepção em um fragmento, são aberturas que desfazem essa própria linguagem limitada, que nos impede de falar sobre as forças que nos empurram em direção àquilo que nos causa medo. Contudo, esse fim é protegido pela moldura do quadro, ou do monitor, e as nossas palavras nos obrigam a continuar dizendo: paisagens, *Homem* (ou ser humano), e natureza. Estamos presos à imagem de um *Ser* que só consegue pensar o mundo a partir de si mesmo, sendo incapaz de enxergar para além, para a abertura que, em tese, o horizonte nos dá a ver.

Entretanto, a pintura apocalíptica de John Martin revela algo que não é o futuro bíblico, mas o nosso presente em ebulição. Se a natureza e o *Homem* se desfazem sob as ondas de terra e fogo é porque nós, hoje, assistimos ao possível fim dessas ideias ao mesmo tempo em que elas ainda exercem influência sobre aquilo que vemos e vivemos. Nossas paisagens são recortadas, mas há dúvidas sobre quem a recorta. Vemos a natureza ultrapassar a nossa existência, mas ainda nos colocamos como dominadores e salvadores dela. O rosto do *Homem* é lavado da areia, mas o mar ainda carrega o nome que ele deu. Sobrevivemos, mas como traços daquilo que esperavam que um dia fôssemos.

No quadro, a escuridão do abismo que se abre no chão torna a paisagem opaca, indefinida, confundindo o seu começo e o seu fim. O abismo revela a tragédia da nossa tentativa de expressar o imaginável, porém, a tragédia não justifica a inação, pois o próprio esforço de imaginar já torna o impossível uma realidade no plano da possibilidade. E assim, a lava e os raios cortam caminho entre a dúvida, e a força destrutiva deles rompe o espaço contido do quadro em direção ao desconhecido, para enfrentarmos aquilo que tememos, para o presente insubmisso que nos leva a abandonar tudo o que nos prende, e que torna conceitos como paisagem apenas relíquias do passado. Finalmente, o clarão vermelho no fundo da pintura nos encara uma última vez, não mais como a personificação da ira divina do *Homem*, mas como possibilidade de sua morte e nascimento de algo novo.

situados” na produção do conhecimento científico, que se contrapõe diretamente ao *Homem* como figura do saber. Nas palavras da autora: “Estou defendendo a política e as epistemologias da localização, do posicionamento e da situação, nas quais a parcialidade, e não a universalidade, é a condição para ser ouvido e fazer afirmações sobre conhecimento racional. Essas posições sobre a vida das pessoas; a visão a partir de um corpo, sempre um corpo complexo, contraditório, estruturante e estruturado, versus a visão a partir de cima, de lugar nenhum, da simplicidade. Só o truque divino é proibido” (Haraway, 2023, p. 341).

Referências

ASSUNTO, Rosario. Paisagem – Ambiente – Território: uma tentativa de clarificação conceitual. In.: SERRÃO, Adriana. *Filosofia da paisagem: uma antologia*. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2011. p. 127.

BERGER, John. *Ways of seeing*. New York: Penguin Books, 2008.

BERLEANT, Arnold. A estética da arte e a natureza. In.: SERRÃO, Adriana; *Filosofia da paisagem: uma antologia*. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2011. p. 281-298.

BERQUE, Augustin. A ecúmena: medida terrestre do Homem, medida humana da Terra: para uma problemática do mundo ambiente. In.: SERRÃO, Adriana; *Filosofia da paisagem: uma antologia*. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2011a. p. 185-199.

BERQUE, Augustin. O pensamento paisageiro: uma aproximação mesológica. In.: SERRÃO, Adriana; *Filosofia da paisagem: uma antologia*. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2011b. p. 200-212.

BESSE, Jean-Marc. As cinco portas da paisagem – ensaio de uma cartografia das problemáticas paisagísticas contemporâneas. In.: *O gosto do mundo: exercícios de paisagem*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014.

CASTRO, Eduardo Viveiros; SALDANHA, Rafael; DANOWSKI, Déborah. *Os mil nomes de Gaia: do Antropoceno à Idade da Terra: volume 1*. Rio de Janeiro: Editora Machado, 2022.

CAUQUELIN, Anne. *A invenção da paisagem*. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2007.

COLLOT, Michel. *Poética e filosofia da paisagem*. Rio de Janeiro: Editora Oficina Raquel, 2013.

DELEUZE, Gilles. *Foucault*. São Paulo: Brasiliense, 2019.

FOUCAULT, Michel. *As Palavras e as Coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. Lisboa: Edições 70, 2019.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HARAWAY, Donna. *A reinvenção da natureza: símios, ciborgues e mulheres*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2023.

MERLEAU-PONTY, Maurice. *Fenomenologia da percepção*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2018.

REYES, Paulo. *Paisagem, um ensaio entre horizontes*. (no prelo, Revista DigitAR, Coimbra, 2023).

RIGGS, Terry. *John Martin 1789-1854*. Tate Museum, nov. 1997. Disponível em: <https://www.tate.org.uk/art/artists/john-martin-371>. Acesso em: 09 nov. 2023.

SAFATLE, Vladimir. *Vladimir Safatle no #sempreumpapo #mutações*. [S. l.: s. n.], 7 ago. 2023. 1 vídeo (1h 14min). Publicado pelo canal Sempre Um Papo – Ano 37. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=m4Z6dadsqwA&t=3460s>. Acesso em: 30 nov. 2023.

SIMMEL, Georg. Filosofia da paisagem. In.: SERRÃO, Adriana. *Filosofia da paisagem: uma antologia*. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2011. p. 39-51.

TATE. *The great day of his wrath, John Martin, 1851-3*. Tate Museum, [S. d.]. Disponível em: <https://www.tate.org.uk/art/artworks/martin-the-great-day-of-his-wrath-n05613>. Acesso em: 02 dez. 2023.

WILLIAMS, James. *Pós-estruturalismo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

APOCAPITALOCENO

Uma livre associação de temas pertinentes ao futuro da paisagem urbana

APOCAPITALOCENE
*A free association of themes relevant
to the future of urban landscape*

Ícaro R. Seleme¹

Resumo

Investiga-se o significado de paisagem, dada sua aplicação em campos do conhecimento variados como a geografia, as artes e a sociologia. Discute-se a passagem do tempo nas escalas da historiografia arquitetônica e das Eras geológicas, de modo a fundamentar uma teoria da urbanização mundial. Conceitua-se o Antropoceno, apresentando leituras do que seria o pós-Antropoceno. Compara-se a expansão do universo com a “revolução urbana” de Lefebvre, definindo urbanidade como um modo de ser. Elencam-se postulados científicos e filosóficos acerca da presença humana sobre a Terra, cujas marcas são permanentes na memória física de corpos humanos e celestes.

Palavras-chave: paisagem, apocalipse, capitalismo, Antropoceno, urbanização.

Abstract

The meaning of landscape is investigated, given its application in various fields of knowledge such as geography, the arts and sociology. The passage of time is discussed on the scales of architectural historiography and geological eras, in order to support a theory of world urbanization. The Anthropocene is conceptualized, presenting readings of what the post-Anthropocene would be. The expansion of the universe is compared with Lefebvre's "urban revolution", defining urbanity as a way of being. Scientific and philosophical postulates about the human presence on Earth are listed, whose marks are permanent in the physical memory of human and celestial bodies.

Keywords: landscape, apocalypse, capitalism, Anthropocene, urbanization.

Introdução

Apocapitaloceno é um neologismo derivado de três substantivos: apocalipse, capitalismo e Antropoceno. Associação livre é um método de composição do discurso, um processo criativo heterodoxo de escrita acadêmica, haja vista que a premissa dos objetivos, resultados e temas da pesquisa é subjetiva. Oriunda da psicologia, a livre associação permite o resgate de elementos significantes do subconsciente por meio do reconhecimento de padrões linguísticos. Outro conceito explorado no texto é o da regressão, que se trata de uma técnica psicanalítica por meio da qual o sujeito é remetido a memórias e sensações primitivas. Utiliza-se a dicotomia do progresso como símbolo do desenvolvimento humano, tecnológico ou civilizatório, em oposição ao regresso à infância. Refere-se ainda a uma etapa do movimento Moderno da arquitetura pós-funcionalista da segunda metade do século XX, na qual supunha-se que, com o advento de processos de produção amparados na tecnologia, as máquinas substituiriam o trabalho humano braçal, de modo a oferecer tempo livre para o jogo e lazer. Portanto, a regressão é metáfora para a figura do homem do futuro, lúdico, que se assemelha a uma criança, em oposição ao trabalhador fabril da Era industrial.

Segundo Paulo Reyes, “o projeto é um complexo processo de antecipação do futuro” (2012: 92). Da mesma forma, a previsão, o planejamento, a especulação e as hipóteses são diretamente relacionadas às atividades de desenho urbano. Não obstante, a periodização da história abrangida pelo Antropoceno, seja ele uma época posterior ao Holoceno ou uma subdivisão deste, merece um distanciamento focal do objeto de estudo, motivo pelo qual se recorre à historiografia de longa duração. Não há consenso quanto ao momento ou acontecimento específico que tenha marcado a sua inauguração, seja o fim da Era glacial, a Revolução industrial, o domínio sobre o fogo, a perpetuação de assentamentos humanos ou as Grandes navegações.

Seria simplista atribuir a causa da crise mundial, por mais abrangente que o termo seja, ao capitalismo. Sua própria definição origina-se de um contexto histórico diferente (século XIX). Tampouco a criação de uma nação socialista ou comunista, dentre as concepções de uma tradição utópica progressista, são retratos fiéis de uma alternativa político-econômica ecologicamente viável. No que diz respeito às paisagens do pós-Antropoceno, é fato que uma das maiores tragédias ambientais do mundo ocorreu não em um país capitalista, mas na antiga União Soviética. Trata-se do desaparecimento do mar de Aral, na fronteira do Cazaquistão com Uzbequistão, onde hoje se avistam carcaças de embarcações aquáticas em pleno deserto (paisagens desérticas são recorrentes em obras de ficção que retratam o planeta em uma situação pós-apocalíptica). No entanto, o consumo de combustíveis fósseis e a produção de resíduos não recicláveis são características de uma atividade industrial baseada na lógica do acúmulo e concentração de capital. Outra associação livre do Antropoceno é suscitada com o Antropocentrismo, a personificação da Terra como centro do universo (geocentrismo), em oposição ao modelo cósmico vigente que define a ordem heliocêntrica do sistema solar.

Paisagem

Segundo Milton Santos, “tudo aquilo que nossa visão alcança é a paisagem. Esta pode ser definida como o domínio do visível, aquilo que a vista abarca” (1988, p. 61). Atrelada às dinâmicas da globalização, a paisagem é entendida por Santos como reflexo do capitalismo ou sociedade tecnológico(a).

Ao invés da convencional dicotomia entre rural e urbano, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística publicou uma Proposta Metodológica para Classificação dos

¹ Arquiteto e urbanista do Centro de Planejamento Oscar Niemeyer/ Secretaria de Infraestrutura da Universidade de Brasília. Graduado pela Universidade Federal de Santa Catarina; especializado em Geografia, Cidade e Arquitetura pela Escola da Cidade.



Espaços do Rural, do Urbano e da Natureza no Brasil (IBGE, 2023), o que permite visualizar nuances da ação antrópica no país. Em arquitetura, paisagismo designa um ramo da profissão orientado para a composição de ambientes ornamentados pela seleção e disposição de espécies vegetais. Uma referência desse campo é Roberto Burle-Marx, com suas praças, bosques e jardins executados em cidades como Rio de Janeiro e Brasília. Uma conexão inusitada relacionada a *Marx* é suscitada na frase de Chico Mendes: “ecologia sem luta de classes é jardinagem”. Nas artes plásticas, o conceito de paisagem relaciona-se ao de natureza morta, definida pelo protagonismo do que é retratado em um quadro não serem as pessoas, mas o plano de fundo. Na tradição da pintura de paisagem, um quadro pode ser abstrato ou figurativo, a depender da correspondência de cores, formas e proporções da representação com o que é representado na realidade. Com a evolução da técnica, o surgimento da fotografia, cinema e televisão atribuíram à imagem movimento, trilha e enredo. Na literatura, a descrição física do espaço configura uma característica rica, de cujo gênero se destaca a ficção científica, com suas utopias e distopias que especulam sobre a forma do mundo em um futuro distante. Nas ciências sociais, o significado de paisagem converge com o de território político, como palco de debates por reconhecimento e poder (Rancière, 2009).

Tempo

A noção de tempo permite a percepção de mudanças no céu, com o passar das nuvens e dos astros, e na Terra, pela morfologia da matéria orgânica, o ciclo das estações, as fases de uma vida: infância e maturidade. Na música, o tempo é a matéria-prima da alternância entre os intervalos de silêncio e pulsos sonoros, cuja dinâmica produz ritmo e harmonia. Assim como na geometria cartesiana, em que o espaço é constituído por dimensões nas quais se dispõem pontos, linhas e planos capazes de descrever todas as formas imagináveis, o tempo da música possui três propriedades: frequência, duração e intensidade. O primeiro corresponde à gravidade, altura ou agudeza das notas, o segundo contrapõe os sentidos de permanência e efemeridade, o terceiro constitui o volume das ondas sonoras.

Em *O Interior da História: Historiografia arquitetônica para uso de latino-americanos* (2013), Marina Waisman classifica, mencionando Fernand Braudel, as durações históricas em três categorias. A primeira consiste em fatos pontuais, acontecimentos como uma batalha, comparados à duração de obras arquitetônicas e projetos urbanos. A segunda é constituída por fenômenos de média duração, por exemplo a formação de um sistema de governo ou uma classe social, os quais correspondem na arquitetura a períodos de 10 a 50 anos, à produção de um autor ou o desenvolvimento de estilos. Por fim, os fenômenos de longa duração são aqueles de permanência secular, por exemplo a conformação de uma nação, história urbana, idiomas e tipologias arquitetônicas. Contudo, o tempo do Antropoceno vai além da referida periodização. Ao englobar a produção cultural de todas as épocas, estabelece-se como uma divisão das Eras na escala do tempo geológico: Pré-cambriana, Paleozoica, Mesozoica e Cenozoica.

De acordo com Waisman, “teoria é um sistema de pensamento por meio do qual se organiza um conjunto de proposições lógicas”, cujo método “será a abstração de conceitos a partir da análise de objetos reais” (2013, p.30). A autora define a relação entre teoria, história e crítica, descrevendo três modos: 1. O normativo, que estabelece regras para o desenvolvimento de atividades como o planejamento; 2. O poético, responsável pela atribuição de critérios de valoração para grupos particulares; 3. O filosófico, “de uma concepção generalizadora de princípios universalmente válidos” (p. 31). Dados os caminhos do progresso civilizatório e o papel da crítica tectônica para o desenho dos objetos que estão por vir, propõe-se uma reflexão acerca das configurações de uma paisagem desejável para as futuras gerações.

Urbanidade

Na primeira edição do volume 89 da revista *Architectural Design*, cujo tema foi Paisagens Máquina: Arquiteturas do pós-Antropoceno (2019), autores como Benjamin Bratton, Jenny Odell e Liam Young retratam as cidades sob a ótica da automação, especulativa e catastróficamente. Como ponto de partida para a exploração do tema proposto, constata-se uma preocupação referente ao afastamento da sociedade com a natureza, provocado pelo aperfeiçoamento tecnológico:

O mundo sem humanos não resulta de um evento apocalíptico que nos aniquilou, mas de um progresso gradual, cujas origens remontam à Revolução Industrial (Young, p.13).

Se o antropoceno provar ser mais um instante geopolítico fugaz do que uma lenta era geológica [...], então o quer que venha “a seguir” será formado não pelo mesmo antropos, mas por algo literalmente pós-, des-, não-‘humano’, para melhor ou pior. As cidades também (Bratton, p.16).

A vista desde um satélite não é humana, tampouco uma à qual fomos realmente destinados ver. Mas é precisamente desse ponto de vista não-humano que podemos ler a nossa própria humanidade, em todas as suas pequenas e repetitivas marcas sobre a face da terra (Odell, p.35).

O que farão arquitetos, engenheiros e urbanistas quando não houver mais trabalho em construção, uma vez que terá passado o momento de intervir na superfície da Terra, a não ser contemplar o reflorestamento espontâneo e observar o movimento das placas tectônicas como navios no horizonte? Quanto tempo levará para que se decomponham os produtos manufaturados, retornando à sua condição de matéria orgânica?



Considerando que o “pós” terá início a partir do momento em que não interferirmos além das dinâmicas ambientais, haja vista o crescimento da população urbana, logo só teremos visão da referida paisagem quando o atual estágio de desenvolvimento dos Estados e instituições que gerenciam os meios de produção e troca de bens de consumo tiverem evoluído, por meio de metamorfoses genéticas ou culturais, tornando-se outra espécie de sistema. De um lado otimista, na linha traçada pelos situacionistas em suas derivas psicogeográficas, assim como nos projetos do arquiteto Cedric Price e do artista Constant Nieuwenhuis de cidades como estruturas itinerantes, apoiadas no pensamento de Johan Huizinga sobre o progresso ter a potencialidade de libertar as pessoas e dar-lhes mais tempo para jogar, o que se traduz na expressão do *homo ludens* em oposição ao *homo faber*. Ou de modo mais sombrio, como no filme Crimes do Futuro (2022) de David Cronenberg, em que o metabolismo humano(ide) passa a digerir e nutrir-se de alimentos plásticos derivados do petróleo, por meio de órgãos adaptados a uma condição de poluição extrema.

Do ponto de vista pedagógico, espera-se que as escolas orientem e preparem seus alunos para uma transição para o período pós-Antropoceno, contra a força inerte de uma tradição de conquista e colonização da hinterlândia, a qual se inaugura com o ato primordial de controle do fogo pelos hominídeos primitivos. É preocupante vivermos em uma sociedade profundamente desigual, com tantas pessoas sem casa, sem que haja participação efetiva da sociedade organizada na elaboração de planos e políticas públicas de moradia destinada à população em situação de rua. Entretanto, almeja-se uma qualidade de vida que depende da continuidade dos modos de produção insustentáveis.

O impacto do progresso civilizatório está relacionado com a necessidade de abrigar e alimentar os habitantes do planeta, fazendo com que objetos e alimentos cheguem a suas casas através de infra e megaestruturas. Por outro lado, a situação ecológica demanda que se conservem a madeira, o petróleo e minérios, consciência pela qual a profissão de construir encontra-se em estado contraditório. Não por acaso, o editor convidado para o volume citado sobre pós-Antropoceno – Liam Young – destaca-se não por obras de material concreto, mas pela criação de cenografias cinematográficas como a *Planet City*: uma cidade compacta para 10 bilhões de habitantes, enquanto o restante do planeta é libertado para ser restaurado pela natureza. As investigações de Young voltam-se para grandes corporações cibernéticas e a estética da casa como máquina de morar futurista.

Revelação

A combinação das palavras apocalipse e capitalismo, no contexto pós-Antropoceno, resulta na oportuna denominação de apocaloceno, em referência ao texto bíblico no qual se descrevem, poeticamente, a batalha cósmica derradeira e a cidade de Nova Jerusalém, que personifica a esposa de Deus. Na cosmologia, o fim do mundo ocorrerá daqui a 5 bilhões de anos, quando o sol tiver exaurido a sua vida sequencial pela fusão de hidrogênio em gás hélio, tornando-se uma estrela vermelha gigante. Nesta fase, ele poderá engolir a Terra antes de regredir ao status estelar de anã branca, ou senão posteriormente o planeta sairá de órbita, à deriva pelo universo como um astronauta que se desprende da sua nave, ou como um navio sem leme. A relação entre astronomia e religião traduz-se ainda no fato de a teoria do *Big Bang* ter sido criada por um padre jesuíta – Georges Lemaitre – em 1920.

As ideias do universo em expansão e de um espaço aberto e infinito podem ser comparadas à urbanização em escala planetária, denominada “revolução urbana” por Henri Lefebvre (2019), enquanto o centro das galáxias serem buracos negros massivos e o universo não possuir eixo refletem-se na indeterminação das centralidades metropolitanas. Uma consequência dessa concepção é estabelecida na formulação da memória elástica do universo, segundo a qual após o período de inflação virá o de contração, assim como nos movimentos cardíacos de sístole e diástole, no enchimento e esvaziamento dos pulmões e das marés, culminando na colisão de toda matéria intergaláctica: o *Big Crunch*. Análogo à *Planet City* de Young, onde toda a urbanização reúne-se em uma entidade monolítica.

Em relação à urbanização mundial, universalização da cidade e sociologia marxista, André Corboz esclarece que “a área urbanizada é menos aquela em que os edifícios se sucedem em uma ordem rígida do que aquela cujos habitantes adquiriram uma mentalidade de cidade” (2001, p.202-229). Em outras palavras, o urbano seria um modo de pensar.

Memória

Os Mil Nomes de Gaia: Do Antropoceno à Idade da Terra (2022) é um livro que reúne artigos de autores como Déborah Danowski e Bronislaw Szerszynski. Abordam-se assuntos relativos ao impacto das mudanças climáticas na psique humana. Em Transformações Perceptivas e Afetivas na Idade da Terra, Danowski retrata cenários dominados pela incerteza, onde as emoções de tristeza e felicidade são potencialidades do medo e da esperança, respectivamente. Esta, definida como “qualquer pequena inclinação da alma em direção àquilo que amplia nossa existência, e portanto em direção à alegria” (2022, p.71).

Visto de longe, porém, podemos dizer que a esperança é um dos afetos emblemáticos da modernidade, fundada, entre outras coisas, na ideia de que o tempo segue sempre em uma única direção, e que essa direção leva no final a um estado melhor [...] de progresso, da abundância, da civilização realizada, das Luzes, do desenvolvimento, da realização da História, do paraíso reencontrado, do Reino, do futuro prometido (Danowski, p.69).

Para agir, o indivíduo precisa superar a natureza sufocante da história, recuperando os poderes do animal pré-histórico de esquecer – para desenvolver uma “memória do futuro” (Szerszynski, p.89, *apud* Nietzsche, 2006).



Um corpo que olha para dentro, na penumbra, sem interferências externas descobre o pensamento, a memória e suas múltiplas camadas. Nesse âmbito, formam-se os princípios éticos por meio dos quais discernimos o que é justo ou inquietante. Nas disciplinas de planejamento urbano, regional e ambiental, devem justificar as decisões de projeto critérios e diretrizes que promovam a vida multiespécie, conservação de ecossistemas, reciclagem de lixo, reutilização adaptativa de edificações, respeito às singularidades, preservação do patrimônio material e imaterial.

Futuro

De acordo com a escala do tempo geológico, encontramos-nos na época do Holoceno do período Quaternário da Era cenozoica, posterior ao Pleistoceno. Tratando-se de centenas de milhões de anos, o grau de abstração necessário para entender a história natural permite a elaboração de hipóteses cientificamente comprovadas como a teoria da Pangeia, segundo a qual havia um único continente que, posteriormente, dividiu-se nos cinco atuais. Permite ainda o entendimento das dinâmicas de choque e erupção das falhas sísmicas, erosão e sedimentação do solo. Processos combinados que moldam a diversidade de configurações topográficas existentes que formam as paisagens naturais: planícies, planaltos, cordilheiras, cachoeiras etc. Entretanto, o termo Antropoceno foi conceituado por Paul Crutzen e Eugene Stoermer (2020) em uma espécie de manifesto ambientalista que descreve a intensidade das transformações provocadas pela ação humana, estabelecendo o início dessa época no século XVIII, junto à Revolução industrial.

Embora a nomeação de tempos defina uma convenção normativa, a credibilidade das previsões geológicas (Crutzen era meteorologista) fundamenta-se na verossimilhança de dados históricos e estatísticos. Não foi definido se o Antropoceno seria uma época posterior ao Holoceno ou uma subdivisão deste. Epistemologicamente, o pós-Antropoceno só entrará em vigor quando, se nunca, extinguir-se a espécie humana. Haja vista a situação da arquitetura diante das tecnologias contemporâneas, prospecta-se a sua fundação pela transferência de status na metamorfose do ser, ou seja, a partir do momento que não nos definirmos mais como homens.

Em Assim Falou Zarathustra (2012), Nietzsche descreve as transmutações do espírito em direção à liberdade, do camelo para o leão, e deste para a criança. Da atividade

de carregar peso à inocência do jogo, passando pela força da rebeldia. Uma inversão da progressão vital, como em O Estranho Caso de Benjamin Button (Fitzgerald, 2009), conto no qual o protagonista se torna pueril à medida que envelhece. Como nas visões pós-modernistas dos projetos do *Fun Palace* e da Nova Babilônia, em cuja fase da historiografia arquitetônica dominavam os grupos de vanguarda Metabolismo e *Archigram*, em que havia consenso a respeito das projeções. Em *Megaestrutura: Futuros urbanos do passado recente* (2020), Reyner Banham apresenta uma suposta intenção de seus autores de destruir o capitalismo burguês e introduzir uma forma de viver segundo os desejos individuais. Contudo, critica sua falta de pragmatismo:

Sobre a primeira metade da década de sessenta e as megaestruturas características do período, é perceptível – até alarmante – como poucas delas de fato oferecem alguma proposta operacional de como os elementos transitórios deveriam ser assegurados na megaforma, ou precisamente quais dispositivos e serviços são requeridos para as atividades recreativas do *Homo ludens* (p. 90).

Embora a megalomania estrutural refletisse um momento marcado pela explosão demográfica e aceleração da construção civil, o resultado constatado por Rem Koolhaas é de uma quantidade exorbitante de engenharia residual: “Espaço lixo é o que resta após a modernização ter seguido o seu curso, ou, mais precisamente, o que coagula enquanto a modernização está em progresso, seu efeito colateral” (Koolhaas, 2014, p.175).

Antropomorfização

Se o fim de uma fase é o começo de outra, de acordo com o princípio da elasticidade e a figura da criança como símbolo da evolução espiritual, é possível imaginar uma paisagem do pós-Antropoceno vista não por olhos antropocêntricos, mas pela própria Terra, personificada.

Quando despersonalizamos o rio, a montanha, quando tiramos deles os seus sentidos, considerando que isso é atributo exclusivo dos humanos, nós liberamos esses lugares para que se tornem resíduos da atividade industrial e extrativista. Do nosso divórcio das integrações e interações com a nossa mãe, a terra, resulta que ela está nos deixando órfãos (Krenak, 2020, p.49-50).

Controlar o destino significa, ainda que de modo parcial, tirá-lo das mãos do determinismo histórico-geográfico, do acaso e da arbitrariedade. O ato de planejar prescinde de uma idealização, princípios e objetivos, como na definição das regras de um jogo. Representar o futuro por meio de imagens e valores que se tem vontade de reproduzir: o sentido da vida.

Há aproximadamente 12 mil anos, a transição do Pleistoceno para o Holoceno foi marcada pelo descongelamento de grandes volumes de água responsáveis pela inundação do Estreito de Bhering, por onde migraram por terra povos nômades da Ásia para as Américas, dando continuidade ao movimento centrífugo de diáspora humana da África para os quatro cantos do mundo. A sobrevivência do homem tem se dado pela adaptação com o meio e o desenvolvimento de estratégias que permitem o avanço da antropomorfização da paisagem existente, caracterizado pela homogeneização. Dada a dialética imanência/ transcendência, o isolamento por fronteiras deu origem a cosmogonias diversas que se apagam à medida que nos tornamos iguais.



Mesmo que não restem registros históricos, a herança do Antropoceno estará presente na matéria de vestígios arqueológicos, os quais trazem na medida de suas fundações a razão, cognição e capacidade de organização. Mesmo que ocorra um cataclismo e extingam-se as formas de vida concebíveis na Terra, os átomos da superfície carregarão marcas dos seres que passaram, dada a profundidade das camadas geológicas alteradas. Uma visão do futuro em que o efeito das transformações antrópicas tenha se apagado pelo tempo é tão difícil de imaginar quanto a possibilidade de habitar outro planeta. Migração ficcional que, de acordo com postulados newtonianos de atração gravitacional, causaria uma perda de massa que perturbaria o equilíbrio dos corpos celestes, para além da estratosfera. Por fim, não haveria memória que pudesse ler ou ser lida.

Considerações finais

Em resposta ao estímulo provocado pelas “paisagens do pós-Antropoceno”, analisou-se a crise urbana sob a lente de um telescópio, de modo a contribuir com as críticas modernas da globalização, gentrificação, segregação, especulação imobiliária, espraiamento urbano, desigualdade social, desmatamento, degelo das calotas polares etc. Desse ponto de vista, assim como na figura de um fractal, toda complexidade civilizatória pode ser compreendida pela comparação a um organismo unitário. Esse procedimento foi utilizado por movimentos do pós-modernismo, em que cidades e edificações são análogas a um grande metabolismo. Resulta dessa leitura uma representação do Antropoceno pelo viés da história natural.

Em relação às mudanças provocadas pela emissão de gases de efeito estufa na atmosfera e à memória das coisas, ressalta-se a lembrança dos átomos, que se transformam e viram objetos com diferentes concepções de consciência, desde as origens do universo.

Por fim, não existe uma linearidade precisa do sentido vetorial de desenvolvimento, progresso ou ciclos de evolução, a não ser no tempo mecanicista do relógio, sendo que há uma simultaneidade, equivalência e regressividade, por exemplo, nos estágios marcados pela vida lúdica ou a responsabilidade.

Bibliografia

BANHAM, Reyner. *Megastructure: Urban futures of the recent past*. Nova York: The Monacelli Press, 2020.

BRATTON, Benjamin. “Further Trace Effects of the post-Anthropocene”. *Architectural Design. Machine landscapes: Architectures of the post-Anthropocene*, 89(1): 14-21, 2019.

CORBOZ, André. *Le Territoire comme Palimpseste*. In: *Le Territoire comme Palimpseste et autres Essais*. Besançon: Edition de L’Imprimeur, 2001.

CRUTZEN, Paul; STOERMER, Eugene. “O ‘Antropoceno’”. *Anthropocenica: Revista de estudos do Antropoceno e ecocrítica*, 1: 113-116, 2020. Obtido de <https://revistas.uminho.pt/index.php/anthropocenica/article/view/3095>.

DANOWSKI, Deborah. “Transformações Perceptivas e Afetivas na Idade da Terra”. In: *Os Mil Nomes de Gaia: do Antropoceno à Idade da Terra*. Rio de Janeiro: Editora Machado, 2022.

FITZGERALD, F. Scott. *O Estranho Caso de Benjamin Button*. Lisboa: Editorial Presença, 2009.

HUIZINGA, Johan. *Homo Ludens: O jogo como elemento da cultura*. São Paulo: Perspectiva, 2000.

IBGE. *Proposta Metodológica para Classificação dos Espaços do Rural, do Urbano e da Natureza no Brasil*. Rio de Janeiro: 2023.

KOOLHAAS, Rem. “Espaço-Lixo”. In: *Três Textos sobre a Cidade*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 2014.

KRENAK, Ailton. *Ideias para Adiar o Fim do Mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

LEFEBVRE, Henri. *A Revolução Urbana*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2019.

NIETZSCHE, Friedrich. “On the Utility and Liability of History for Life”. In: *The Nietzsche reader*. Oxford: Blackwell, 2006.

NIETZSCHE, Friedrich. *Assim Falou Zaratustra*. São Paulo: Martin Claret, 2012.

ODELL, Jenny. “Satellite Landscapes”. *Architectural Design. Machine Landscapes: Architectures of the post-Anthropocene*, 89(1): 32-35, 2019.

RANCIÈRE, Jacques. *A Partilha do Sensível: Estética e política*. São Paulo: Editora 34, 2009.

REYES, Paulo. “Projetando pela exterioridade do projeto”. *Strategic Design Research Journal*, 5(2): 91-97, 2012.

SANTOS, Milton. *Metamorfoses do Espaço Habitado: Fundamentos teórico e metodológico da geografia*. São Paulo: Hucitec, 1988.

SZERSZYNSKI, Bronislaw. "O Antropoceno e a Memória da Terra". In: Os Mil Nomes de Gaia: do Antropoceno à Idade da Terra. Rio de Janeiro: Editora Machado, 2022.

WAISMAN, Marina. O Interior da História: Historiografia arquitetônica para uso de latino-americanos. São Paulo: Perspectiva, 2013.

YOUNG, Liam. "Neo-Machine: Architecture without people". *Architectural Design. Machine Landscapes: Architectures of the post-Anthropocene*, 89(1): 6-13, 2019.

O HORIZONTE DA CIDADE NO LIMIAR URBANO-PAISAGEM Fabulações no Antropoceno

*THE CITY HORIZON IN URBAN LANDSCAPE LIMIAR
Fabulations in Anthropocene*

Lucas Boeira Bittencourt¹ e Christiano Hagemann Pozzer²

Resumo

Este texto consiste num ensaio teórico que busca pensar a paisagem em relação ao urbano. Problematiza-se o conceito de paisagem enquanto essência enraizada na subjetividade humana, em Georg Simmel, recortado do espectro de relações latentes no espaço das cidades. Toma-se a ideia de um pensamento-paisagem, em Michel Collot, enquanto mobilização conceitual da paisagem num sentido mais amplo, e estende-se ao urbano, com Henri Lefebvre, enquanto horizonte de expressão da relação humanidade e cultura. Objetiva-se desdobrar a ideia de “urbano-paisagem”, enquanto possibilidade de “ficar com o problema” à época do Antropoceno, conforme propõe Donna Haraway. Sustenta-se três fragmentos literários que dão visualidade ao argumento. Espera-se que a paisagem se abra num horizonte que abarque o urbano, enquanto perspectiva relacional de concretude e também de experiência sensível e ficcional, configurando fabulações, ou seja, conexões inventivas no Antropoceno, que deem sentidos estéticos e políticos ao mundo contemporâneo.

Palavras-chave: paisagem, urbano, cidade, Antropoceno.

Abstract

This essay consists in a theoretical approach to rethink landscape in relationship to urban. Landscape concept is problematized like an essence rooted in human subjectivity, as in Georg Simmel, indented from the relational spectrum that is in scene in the urban space. The theorization of landscape-thought by Michel Collot, a conceptual mobilization of landscape in a large sense, is aimed corrobor to urban as proposed by Henri Lefebvre, while an expression horizon of the relation of culture and humanity. It's aimed to unfold the idea of “urban-landscape” while a possibility of “stay with the trouble” in Anthropocene, like proposes Donna Haraway. The argument is sustained by three different literary fragments. It is expected to enlarge the comprehension of landscape like a horizon in relation to urban, while a complex perspective, full of concreteness and fictional sensitivity, which configures fabulation experiences, “speculative fabulations” (s.f.) as Haraway says. So, this work visualizes inventive connections in Anthropocene, that aims giving politics and aesthetics senses to the contemporary world.

Keywords: landscape, urban, city, Anthropocene.

Introdução

A paisagem dá a pensar e o pensamento se desdobra em paisagem. Essa afirmação, aqui recapitulada de forma livre, é de Michel Collot, na coletânea de textos publicada no Brasil como “Poética e filosofia da paisagem” (2013). Collot remete-se à expressão do escritor Honoré de Balzac³: “a paisagem dá a pensar”. Começamos assim este texto, que, de forma ensaística, se interessa em pensar algum sentido possível para a paisagem em relação com o urbano. Assim, entre o enquadramento subjetivo e racional do conceito “paisagem” desdobrado pela filosofia moderna; e o “urbano” enquanto horizonte de expressão da relação humanidade e cultura, pretende-se ensaiar um pensamento paisagem que se desenhe em relação com o horizonte da cidade. Este horizonte, ora atravessado pela sua concretude material, ora pela sua dimensão simbólica, situada na memória daqueles que veem e vivem as cidades — ou, como disse Walter Benjamin: pelas suas “asperezas” —, se constitui enquanto campo de relações latente para o que se espera de um urbano-paisagem no Antropoceno.

Problematizamos um sentido direcional e restritivo ao conceito de paisagem, sentido que é naturalmente recortado do espectro artificial da cultura das cidades, ou seja, paisagem e cidade enquanto constituições não intercambiáveis. Essa posição é percebida em Georg Simmel, que determina uma essência da paisagem enraizada na subjetividade humana, enquanto uma categoria mental inerente à modernidade. A paisagem é recortada, enquanto fenômeno da percepção, de sua relação com o mundo natural. Assim, ela não é a Natureza vista, simplesmente, mas a recomposição mental de um todo natural por um sujeito que vê-se distanciado do mundo, e devolve, enquanto criação, o recorte de uma representação pura. Ou seja, a natureza, apesar de ser continuamente transformada, é recomposta pela subjetividade humana (na consciência da paisagem) numa unidade plena. Lemos na posição de Simmel uma inclinação essencialista à noção de paisagem, ocupada em recompor o vínculo entre humanidade e natureza perdida (natureza transformada) numa representação sempre pura e idealizada. Nesse sentido, portanto, o complexo campo relacional da vida urbana, artifício da natureza transformada e emaranhado à própria subjetividade humana, não pode ser paisagem.

Opondo-nos a essa compreensão, acreditamos ser possível atribuir um estatuto “urbano” ao conceito de paisagem. Assumimos essa possibilidade a partir de uma perspectiva limiar, que desconsidera fronteiras rígidas entre o campo natural e cultural. Interessa-nos pensar o conceito de paisagem nessa perspectiva relacional, para, a partir disso, dotá-lo de possibilidades mais fortuitas à época do Antropoceno. Assim, situar o horizonte da cidade amparado no limiar urbano-paisagem pode ser uma possibilidade de “ficar com o problema”, no sentido pautado por Donna Haraway (2023). Em tempos turbulentos, acredita-se que especular imaginativamente um horizonte urbano-paisagem significa estar hábil a viver e morrer bem em um presente espesso, como nos assegura a autora. Mais do que a ideia de uma paisagem urbana, interessa-nos neste texto os contornos possíveis de um pensamento-urbano-paisagem, contornos tentaculares, pleno de relações, como algo que nos mobilize a tecer alternativas e respostas potentes à época do Antropoceno.

Para Haraway (2023) o Antropoceno é uma “coisa-espaco-tempo-global” que designa nossa era geológica específica. O termo teria surgido nos anos 1980 com o ecólogo Eugene Stoermer, pesquisador da Universidade de Michigan; e se referia aos efeitos

¹ Doutorando e Mestre em Planejamento Urbano e Regional (PROPUR/UFRGS). Bolsista CAPES. Graduado em Arquitetura e Urbanismo (UFPEL). Integrante do grupo de pesquisa Poiese (CNPq).

² Doutorando em Planejamento Urbano e Regional (PROPUR/UFRGS), Mestre em Design e Tecnologia (UFRGS) e Bacharel em Design de Produto (UFRGS). Integrante do grupo de pesquisa Poiese (CNPq).

³ Escreveu Balzac: “A paisagem tem ideias e faz pensar”. BALZAC, Honoré de. *Ursula Mirouët*. In: A comédia Humana: estudo de costumes: cenas da vida provinciana (A comédia humana; v.5), 3ª edição. São Paulo: Globo, 2013.

crescentes da atividade humana sobre a Terra com consequências profundamente transformadoras. A invenção da máquina a vapor no século XVIII, o subsequente desenvolvimento da indústria nos últimos 3 séculos e profusa atividade extrativista, do carvão, minérios e metais, até o petróleo e suas crises, desenharam transformações decisivas no espectro terrestre. Portanto, Antropoceno refere-se a um novo termo geológico para uma nova época que sucedeu ao Holoceno, período geológico que compreende os 11 mil anos de nossos antepassados sobre a Terra (2023, p. 90).

É, nesse contexto, que a autora nos afirma que “ficar com o problema” implica em estar verdadeiramente presente, ou seja, criar problemas e suscitar respostas potentes (sem crença ou pessimismo) em tempos em que o real se apresenta entre contornos turbulentos. Uma das sugestões apontadas pela autora é a possibilidade de criação de parentescos estranhos: combinações multiespécies, tentaculares aderências outrora simbolicamente desprezadas, que podem ganhar formas potentes e inventivas. A ideia da composição de figuras de barbante, do inglês “s.f.” (*string figures*), que também forma parentesco com ficção científica e fabulação especulativa (*scientific fiction; speculative fabulation*), parece-nos pertinente à imaginação de um urbano-paisagem no Antropoceno. Paisagens espessas, onde o horizonte se insinua entre o natural e o cultural, sendo a rua (literalmente-literariamente) um bom caminho para jogar com conexões inventivas. Portanto, nem pessimismo: a morte da paisagem; nem crença: a paisagem e a cidade enquanto entes puros e idealizados; mas um horizonte de relações daquilo que nos é possível no tempo contemporâneo.

Sustentamos a ideia de um “pensamento-paisagem”, como já descrito inicialmente em Collot (2013), e de um “duplo-horizonte”, conforme Reyes (2023), e aproximando essa discussão ao “urbano”, a partir de Lefebvre (1999) e Velloso (2023) com sua “empíria delicada” dando eco a Benjamin. Ambos, ajudam pensar a cidade na relação entre o imediato e o material em conjuntura com a dimensão da memória e da experiência, expressando um horizonte de possibilidades fortuitas à paisagem.

Essa ideia encontra uma visualidade possível a partir de três experiências literárias distintas, relacionadas livremente, a saber: (i) um fragmento de “A Comédia Humana” de Honoré de Balzac, especificamente a cena final de “O pai Goriot”, romance publicado em 1835; (ii) trechos do “Diário de Moscou” de Walter Benjamin, escrito entre 1926-27, que apresenta observações de viagem acerca do cotidiano da capital russa; e por fim (iii) o poema “Parque das ruínas” da poeta brasileira Marília Garcia, escrito entre 2015-2018, que ensaia um trânsito imaginário entre cidades, entre elas, notadamente, o Rio de Janeiro.

Assim, mobilizando essa leitura conceitual amparada nos fragmentos literários, espera-se tecer algumas “figuras de barbante”, dando, por fim, passagem a Haraway. Portanto, figuras imaginárias que nos ajudem a ficar com o problema urbano-paisagem enquanto tensionamento potente à época do Antropoceno, de modo que a paisagem se abra num horizonte “tentacular” que abarca em si o urbano, enquanto perspectiva relacional de concretude e também de experiência sensível e ficcional, que dê sentidos políticos ao mundo contemporâneo.

O texto proposto se configura em três partes: na primeira, denominada “paisagem, urbano” tratamos de definir conceitualmente esses dois universos, delimitando teoricamente nosso modo de compreensão; na segunda parte, denominada “uma paisagem que se insere no sensível da linguagem”, tratamos de apresentar os três fragmentos empíricos que desdobram nossa argumentação enquanto reflexão ensaística; por fim, na terceira e última parte, buscamos relacionar a ideia do urbano-paisagem enquanto uma conexão fabulativa para o Antropoceno.

Paisagem, urbano

Paisagem

Escrever sobre paisagem e urbano pode determinar uma tensão entre ambos. Como pensar o urbano para além de uma sobreposição construída sobre a paisagem, ou a paisagem para além dos limites abertos da natureza? Começamos com a noção de paisagem a partir de Georg Simmel, filósofo alemão, pioneiro em determinar contornos filosóficos ao conceito a partir do ensaio “Filosofia da paisagem” (2011) originalmente publicado em 1913 como “*Philosophie der Landschaft*”. Para Simmel, a paisagem é um recorte e um ato criativo; é desdobramento da subjetividade humana, ato formativo do ver e do sentir. Observar uma paisagem requer mais do que simplesmente um grau de atenção, que pode ser dos mais variados. Uma paisagem requer “um peculiar processo espiritual” (2011, p.42). Assim, frente a elementos que se estendem um ao lado do outro em dado campo visual, a paisagem consiste num recorte que se refaça em um novo todo unitário e não ligado a significados particulares. A paisagem pertence ao pensamento e não simplesmente à geografia física que nos apresenta o mundo natural capturado enquanto simples percepção.

A natureza, que consiste na “infinita conexão das coisas, a unidade fluente do acontecer” (Simmel, 2011, p. 42) e que está expressa no tempo e no espaço, não é ainda paisagem. Para Simmel, a natureza não pode ter uma parte, pois ela é o todo, ao passo que a paisagem, sim, pois lhe é essencial uma delimitação. O humano com o espírito, seu gênio, edifica pelo olhar a natureza, que por si é um sentir unitário, mas, quando isolada em particularidades pelo espírito, se compõe em paisagens. Há a ideia de uma efetuação pura, da paisagem enquanto obra autônoma e artística, algo que instala a dificuldade de refletir o conceito no horizonte amplo e complexo da relação natureza e cultura onde se insere o urbano. Mas, abrimo-nos a pensar em paisagem enquanto sentidos mais relacionais. Interessa-nos abrir a compreensão da paisagem enquanto ato formativo idealmente puro.

Sou feito da carne do mundo, disse Maurice Merleau-Ponty, de quem nos aproximamos a partir do texto de Michel Collot (2013). Assim, a paisagem é o resultado de uma relação entre um local, sua percepção e sua representação, sendo “um fenômeno que não é nem uma pura representação, nem uma simples presença, mas o produto de um encontro entre o mundo e um ponto de vista.” (2013, p. 18). Para Collot, a paisagem não se consiste em contingência, mas sim, de uma estrutura de horizonte: a condução do olhar em traçar horizontes. A própria imagem do mundo vivido, algo como um instante, onde humanos e não-humanos não se separam. Percebemos, portanto, um corte de compreensão à formulação de Simmel. Para este último a paisagem recorta e aparta, separa; para o primeiro a paisagem se desdobra, em relação aberta com o horizonte.

Ainda, Collot resume: “A paisagem aparece como uma manifestação exemplar da multidimensionalidade dos fenômenos humanos e sociais, da interdependência do tempo e do espaço e da interação da natureza e da cultura, do econômico e do simbólico, do indivíduo e da sociedade.” (Ibid., p. 15). O conceito utilizado para sustentar a compreensão de Collot é o de pensamento-paisagem (*pensée-paysage*), que trata do desvelamento do mundo sem pensamento separado, admitindo o traço (-) enquanto aliança dos dois campos semânticos sustentados em cada uma das palavras: pensamento; paisagem. A articulação entre pensamento-paisagem consiste numa partilha onde participam humanos e mundo. “Se a paisagem dá a pensar, o pensamento se desdobra como paisagem.” (Ibid., p. 33) nos afirma o autor.

Assim, a paisagem, tomada enquanto pensamento-paisagem, pode ser uma estratégia para mobilizar outra forma de pensar ante diferentes maneiras de fazer, viver, pensar; um procedimento estratégico, fortuito em tensionar a abstração típica do momento moderno, ou seja, uma racionalidade baseada na oposição sensível e inteligível. Para o autor, colocar a relação do pensamento-paisagem nos termos de uma morte da paisagem em função da cultura moderna é uma atitude pessimista, e que pode incorrer em passadismo, ou seja, numa posição ideal, perdida, da paisagem como algo distante. Isso nos é fundamental, pois pensar sentidos possíveis para um pensamento paisagem em relação ao urbano só pode se constituir na relação de um horizonte aberto, e não em busca de raízes ideais.

Urbano

Além de uma definição conceitual sobre o urbano, propomos estabelecer uma compreensão mais aberta e relacional acerca desse campo complexo, sobretudo relacionando-o com a tensão entre urbano e rural, que nos coloca de maneira muito evidente a vinculação entre o natural e o artificial na cultura moderna. Se partirmos de um nível rigorosamente técnico, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2023) afirma que não existe unanimidade para a definição e classificação de espaço urbano e rural no Brasil, por serem duas dimensões que se complementam em características tanto econômicas, sociais, políticas, culturais e ambientais. Assim, de maneira sintética, o IBGE considera o urbano como forma de organização que possui como espacialidade decisiva as cidades. Soma-se, ainda, densidade populacional, diversidade e diferenciação social, o que leva ao parâmetro delimitado a seguir:

Áreas com altas densidades de população, construções e arruamentos onde a paisagem é intensamente alterada. Predominantemente, as pessoas estão ocupadas em atividades secundárias e terciárias (IBGE, 2023, p. 63).

Nota-se que a paisagem, do ponto de vista geográfico, remete à configuração territorial, sujeita a transformações operadas pela cultura. Ainda, ressalta-se, que a paisagem funciona, nesses casos, enquanto uma categoria analítica. Posto isso, no ínterim entre o urbano e o rural, na perspectiva de uma maior ou menor artificialidade, propomos pensá-los próximos da noção de cidade para além de categorias analíticas, e sim, relacionais.

Tomemos as cidades como algo que nos é próximo enquanto universo cultural numa perspectiva academicamente situada. Isso implica, imgeticamente, admitir que muitas cidades nos atravessam enquanto horizonte de vida comum. Para Lewis Mumford (2008), em sua clássica obra “A cidade na história, suas origens e transformações”, a cidade é antes de tudo um drama onde se desdobra a vida em comunidade. Para além de simplesmente destrinchar estruturas permanentes, ou seja, os vestígios materiais, compreender o drama da cidade (e, por conseguinte, do urbano) implica em perceber o componente originário das cidades: a predisposição para a vida social. Essa compreensão parece por demais óbvia, mas consiste justamente numa determinação fundamental. Outro aspecto importante, que destacamos a partir de Mumford, é que mesmo com todo o aço, vidro e concreto de nossas modernas estruturas urbanas, a cidade, tal qual ela era na Idade da Pedra, é uma cidade presa à terra. Percepção não menos óbvia do que a primeira, mas que curiosamente nos mobiliza a seguir adiante com nosso argumento.

Para Roberto Monte-Mór (2006), urbano e rural são basicamente adjetivos que remetem à cidade e ao campo. Contemporaneamente eles expressam um variado espectro de relações, sem, no entanto, permitir uma diferenciação dicotômica entre ambos, como

historicamente se consolidou. Com a economia da industrialização, a definição de limites entre a cidade e a natureza é cada vez mais difícil e difusa. Monte-Mór também nos lembra que alguns dos conceitos mais decisivos da vida contemporânea derivam da ideia da cidade, tanto em suas geometrias espaciais quanto políticas; do grego *pólis* temos a origem da política, o tomar parte e posição na vida social da comunidade; do latim *urbanum* que significa arado, e determina o sentido de arraigamento à terra pelo sulco do arado dos bois sagrados que desenhava o território de produção e de vida dos romanos; daí a simplificação *urbs*, que remetia a cidade de Roma, centro do mundo romano (2006, p. 11). Para além de simples curiosidade, isso nos orienta na reflexão já apontada por Mumford de que a cidade é uma estrutura presa à terra, e, sobretudo, um drama político.

Essa compreensão nos remete, fundamentalmente, à Henri Lefebvre, filósofo decisivo aos estudos urbanos numa perspectiva crítica à hegemonia capitalista moderna. Lefebvre elabora a metáfora da implosão-explosão (1999), que nos leva da cidade à sociedade urbana, ou seja, uma linha contínua da cidade enquanto organização formal e política, centrada e delimitada em relação ao campo que a circunda, ao seu estilhaçamento no período industrial, onde essa forma se espraia sobre o campo. Cidade e campo se confundem, no sentido que a cidade e seus modos de funcionamento se impõem sobre este. Todavia, fundamentalmente, se desenha um modo de vida pautado no urbano: a possibilidade da centralidade onde se encontra o diferente, as trocas de todos os tipos, o festivo e o comum.

Ainda, a partir de Lefebvre, nos cumpre desdobrar sobre a distinção entre habitat e habitar. Podemos resumir, simplificadamente, que o primeiro remete à garantia de modos de vida materiais, acesso à seguridade e justiça social: moradia, saúde, educação etc.; quanto que o segundo remete a dimensões mais simbólicas e processuais, como a festa e a poesia, por exemplo, chegando ao limite do conflito que é fruto do estabelecimento da diferença que está posto pela vida em comunidade. Assim, o urbano, enquanto campo de relações, remete não apenas a diferenciação entre o habitat e o habitar, mas, sobretudo, a camadas de sobreposição fundamentais entre essas duas dimensões da vida moderna enquanto horizonte de possibilidades, tanto utópicas como reais. Esse sentido é muito importante para o argumento que desenvolvemos, pois gostaríamos de relacionar o horizonte urbano enquanto uma linha contínua entre natureza e cultura que admite camadas de pensamento poético, algo que nos ajudará a tecer a ideia de ficar com o problema urbano-paisagem enquanto tensionamento potente à época do Antropoceno.

Paisagem versus Urbano

Serrão em sua antologia sobre os estudos da paisagem (2011), resume que este conceito pode ser organizado em campos disciplinares distintos. A ideia de paisagem está: (i) ora privilegiada no viés das ciências enquanto objeto e fenômeno natural, numa via de percepção geralmente prática; (ii) ora no campo das artes, privilegiada enquanto imagem e representação, numa via de percepção geralmente sensível. Ainda, há nuances entre a definição do que se compreende por paisagem, enquanto dado de mediação diríamos mais simbólica, e ambiente e território enquanto dado de mediação mais concretos e geográficos. Tomemos como reflexão a abordagem de Paulo Reyes (2023) que busca relacionar o campo disciplinar da arquitetura e do urbano à reflexão da paisagem e estabelece a genealogia de alguns conceitos que orbitam em torno da compreensão da paisagem, focalizados em sua relação com a filosofia, fundamentalmente pela estética.

Reyes inicia sua narrativa com um fragmento do livro “Molloy” de Samuel Beckett, numa imagem textual que diz de alguém que vê ao longe um sujeito se deslocando; assim, enquanto se afasta, o sujeito confunde-se com a paisagem natural que se desdobra na distância ao olhar do narrador. Há, portanto, na cena, o horizonte de alguém que metaforicamente olha sua própria finitude e pensa sobre sua existência. É precisamente isso que Reyes desdobra enquanto motor poético para o duplo-horizonte. Ele é uma condição dialética para o horizonte da paisagem, que se dá entre uma dimensão espacial, ou seja, sua apreensão em profundidade pelo olhar humano, que é estética; e uma dimensão temporal, apreensão por sua vez existencial, uma distância mobilizada pelo ser no mundo e na natureza.

A partir de Rosário Assunto, Reyes resume a distinção entre território, ambiente e paisagem, ambos conceitos pertinentes ao urbano. Assim, território remete a determinadas porções da superfície terrestre que obedecem a limites geofísicos; ambiente, remete a conjuntura de: por um lado, condições de vida favoráveis ao desenvolvimento de atividades biológicas e, por outro, a determinadas características históricas e culturais; por fim, paisagem, nesse ínterim, corresponde a uma unidade consciente aos sujeitos que dão uma forma sintética entre o território e o ambiente, compondo, portanto, uma síntese cognitiva que se dá na apreensão estética. Nesses casos, como em Simmel, há uma dimensão de apreensão que recorta e dá forma a uma espécie de unidade, que é sempre estética (Reyes, 2023, p. 267–268). Nesse sentido, também, parece evidente que o urbano encontra-se restrito ao âmbito do ambiente, enquanto conjuntura entre o desenvolvimento natural da vida e dimensões históricas e sociais, mas não enquanto paisagem.

Esta unidade parece-nos restritiva, porque privilegia um recorte preocupado em determinar exclusivamente um fenômeno captado na percepção e em função de um olhar pautado por um ideal representativo. Ou seja, entendemos que há um recorte entre o que é ou não paisagem em função de um enquadramento que em última análise é intelectual e cognitivo, e que, sobretudo, recorta no sentido de produzir um distanciamento, ou seja, uma posição do fora que separa sujeito e objeto. A paisagem, assim, parece-nos, mesmo enquanto uma abertura perceptiva, sempre distante. Em suma, essa unidade, está restrita a uma sintonia ideal, dado os atributos exteriores de uma configuração mais ou menos estável, idílica, da natureza em estado pleno.

Reyes é ainda refratário à ideia de perceber a paisagem a partir da configuração urbana de uma rua, pois o enquadramento dos edifícios conduz para uma espécie de cercamento do olhar (2023, p. 271). Mas tomamos a potência de um duplo-horizonte insistindo em ir além dos enquadramentos. Acreditamos que é possível pensar a conjuntura visual de uma rua em paisagem também pelos sentidos da memória, como a dimensão daquilo que escapa, aquilo que se deixa borrar. Menos o que se olha e mais o que se deixa ir, entre aproximação e distância, portanto, um horizonte que se desdobra.

Asperezas

Esse horizonte de possibilidades pode ser explorado a partir de Walter Benjamin, filósofo e crítico literário alemão, nascido em Berlim e exilado político em Paris. Benjamin, que entre 1926-27 visitou a Moscou soviética, escreveu um potente diário sobre sua viagem. Pensemos a imersão do autor na capital russa no sentido de uma “empíria delicada”, conforme nos elabora Rita Velloso (2023). Imersos na própria experiência urbana, todo fato percebido já se constitui enquanto uma teoria que articula o mínimo detalhe material, ou seja, o detalhe mais insignificante, ao todo que também o constitui e o conecta a um horizonte de possibilidade crítica, em suma, urbano (2023, p. 83–84).

Pensemos, assim, a cidade enquanto uma sobreposição entre memória e tautologia material, ou seja, o registro espesso de experiências que se dão na concretude dos seus espaços cotidianos, e que assomam a lembranças e momentos difusos, sempre distantes, mas que se interpenetram. Um cheiro, um evento especial ou repentino que se cola a determinada emoção passível de rememoração. Isso significa, portanto, a sobreposição de camadas espessas; sempre múltiplas e polissêmicas, repletas de “asperezas e saliências”, ao que remete Benjamin em fragmento [N 9a, 5] da obra “Passagens” (2018, p. 785), quando lembra da tarefa do crítico diante da tradição hegemônica, que precisa estar atento às nuances daquilo que escapa aos olhos da tradição. Ao se referir desse modo, o autor remete às imagens e lembranças pouco apaziguadas, diríamos, talvez, pouco ideais, que são constitutivas da experiência urbana.

Essa definição comporta um componente de compreensão que se assoma ao que defendemos em “A imagem aberta da cidade” (Bittencourt, 2021), onde, a cidade não é vista exclusivamente enquanto uma “boa forma”, precisamente desenhada e ordenada, ou seja, legível; ainda, ao que defendemos em “Medo, muro, material” (Pozzer, 2022) acerca dos abismos profundos suscitados pelo medo na experiência urbana contemporânea; em suma, a cidade se faz entre caminhos tortuosos e díspares, de um lado, o comum vivenciado publicamente, de outro, o íntimo sempre remontado na memória de quem a viveu.

Benjamin, em “O regresso do flâneur” (2019) — uma breve crítica literária do livro de Franz Hessel, “Passear em Berlim”, publicado em 1929 —, intensifica a relação entre a cidade, desde sua experiência material, e a memória daquele que narra. O narrador-cronista-contador de histórias (alegorias conhecidas na obra benjaminiana), é também quem deambula pelas cidades, ora na condição de estrangeiro ou exilado [como foi o caso de ambos Hessel e Benjamin], ora de retorno à sua cidade natal, reencontrando-se com caminhos já conhecidos. O narrador confunde-se com o flâneur, esse personagem peculiar da vida nas cidades modernas, sobre o qual não nos deteremos. Interessamos a relação estabelecida nesse jogo, pelo “eco de tudo aquilo que a cidade, desde cedo, foi contando à criança” (2019, p. 205), entre experiência e memória, e que então se abre enquanto horizonte.

Em suma, nos elabora o autor: “Paisagem é isso, de fato, a cidade para o flâneur. Ou, dito de forma mais exata: para ele, a cidade divide-se nos seus polos dialéticos. Abre-se a ele como paisagem, encerra-o em si como uma sala.” (2019, p. 206). Há muitas nuances na proposta de Benjamin, que vê a rua como a morada do flâneur, esse sujeito excêntrico que deambula pela cidade, no contra ritmo da velocidade da mercadoria e da metrópole moderna, mas, simultaneamente, capturado por todo deslumbramento oferecido nesse jogo de novidades pelas ruas das cidades, no duplo movimento interior/exterior, abertura e clausura. Mas, o que nos interessa é precisamente esse horizonte de abertura, algo que nos permite sustentar o argumento proposto de um urbano-paisagem. A cidade, percebida no mínimo detalhe, como delicada empíria, “as pequenas ruas do centro a refletir as horas do dia de forma tão límpida como um vale na montanha” (Benjamin, 2019, p. 207), é o que faz cumprir sua analogia em paisagem.

Uma paisagem que se insere no sensível da linguagem: 3 fragmentos

A cidade “tortuosamente deitada” sobre o rio

É fundamental, nesse sentido, compreender que a ficção e a poesia dão plena expressão à paisagem, ou seja, escritores e poetas deram-na contornos enquanto um modelo compreensível da relação humanidade e mundo. Em suma, a linguagem poética como forma de criação tem a dizer sobre a paisagem, fazendo com que o domínio desta se desdobre sobre outros campos da cultura, e não simplesmente na pintura de paisagem enquanto puro campo representacional. É nesse horizonte que a cidade pode ter sua palavra também a dizer sobre o pensamento-paisagem. Vejamos a seguir um trecho recortado do romance de Balzac “O pai Goriot”, escrito em 1835 (*Le Père Goriot*), passando-se em uma Paris retratada com toda sua intensidade no período que antecede as grandes transformações urbanas operadas na Reforma de Haussmann.

O que está em jogo no romance é a teia de conflitos e desejo de ascensão social por parte de uma das personagens, o jovem Eugênio Rastignac, estudante de direito que se muda de uma cidadezinha provinciana e vai viver na capital. Paris, naquele momento, é um teatro de possibilidades, e Balzac expressa com profundidade o horizonte relacional em jogo na experiência urbana. A cidade é um drama, lembremos da compreensão de Mumford recapitulada anteriormente. Sobretudo na experiência da subjetividade moderna, pautada pelo conflito e pelo desejo contínuo de individualidade, acentuadamente marcado pelo caráter narcisista e inescrupuloso de muitos personagens, enquanto o horizonte íntimo de Rastignac oscila entre os valores mais ternos de sua origem provinciana, e os valores urbanos, competitivos e sedutores da cidade de Paris. A cena final do romance, sem comprometer o desenrolar da obra, pode ser lida no fragmento a seguir:

Ficando só, Rastignac encaminhou-se para a parte alta do cemitério e de lá viu Paris, tortuosamente deitada ao longo das duas margens do Sena, onde as luzes começavam a brilhar. Seus olhos fixaram-se quase avidamente entre a colina da Place Vendôme e os Invalides, no ponto em que vivia aquela bela sociedade na qual quisera penetrar. Lançou àquela colmeia sussurrante um olhar que parecia sugar-lhe antecipadamente o mel e proferiu esta frase suprema:
— Agora, é entre nós dois! (2012, p. 321).

Pensar a cidade e o espaço urbano como paisagem significa pensá-los enquanto um enquadramento que joga com o horizonte. O que está descrito na cena final do romance senão a plena expressão do pensamento paisagem em profunda relação com o espaço urbano? A cidade de Paris, tortuosamente “deitada” sobre as duas margens do Sena, visualizadas do alto da colina, do cemitério, precisamente o lugar para onde inelutavelmente retomamos o pertencimento à terra que nos sustenta, e de onde a personagem se coloca enquanto uma relação confessada: “Agora, é ente nós dois!”, ao que podemos ler como relação sensível e poética, que dá a pensar no jogo entre a cidade e a paisagem.

Uma representação dessa cena do romance, a gravura de autoria de Charles Huard [figura 1] nos remete a outra representação da pintura de paisagem, “O caminhante sobre o mar de névoa” do pintor alemão Caspar David Friedrich [figura 2]. Na pintura de Friedrich, a paisagem é um horizonte que se desdobra à vista de quem observa, sobretudo, recortada enquanto enquadramento tanto pictórico como subjetivo. Na gravura de Huard, que deve ser lida em relação ao que está expresso no teor do romance balzaquiano, a paisagem é tanto distância (alguém que vê ao longe), quanto



Figura 1 - Rastignac dans le cimetière du Père Lachaise. Gravura de Charles Huard. Fonte: Acervo Maison du Balzac. Disponível em: <https://www.parismuseescollections.paris.fr/fr/maison-de-balzac/oeuvres/rastignac-dans-le-cimetiere-du-pere-lachaise#infos-principales>.

desejo e proximidade: com o urbano, a cidade que se deita junto ao rio e se apresenta ao olhar do alto da colina; e com uma vida interior, uma promessa de coragem e ambição, que se desdobra enquanto uma lacuna a ser preenchida com o horizonte urbano. Assim, dada as duas imagens, enquanto jogo comum de relação com o horizonte, aproximemo-nos da concretude das cidades pelo caminho poético de suas ruas.

A rua que adquire dimensão de paisagem

Às onze e meia estávamos na rua novamente (Benjamin, 1989).

Essa é uma das entradas de Walter Benjamin no “Diário de Moscou” (1989) escrito durante sua viagem à União Soviética no inverno de 1926-27, não totalmente publicado em vida, ao que se manteve intacto enquanto manuscrito fiel ao registro de seu autor. O fragmento em questão conta acerca de uma sessão experimentada em um teatro da cidade, por Benjamin e sua amiga Asja Lacis, por quem o autor nutria uma difícil relação amorosa. O diário de Benjamin, que segundo Márcio Seligmann-Silva consiste em “texto múltiplo pelo que dificilmente poderia se contentar com uma etiqueta” (2009, p. 165) registrava impressões sobre a cidade, em profundo choque com a língua (Benjamin não falava russo) e com a realidade política e geográfica da capital russa, misturada às mais diversas e inusitadas anotações. Dessa forma, nos é fundamental a experiência urbana em jogo na dinâmica do diário em Moscou.

A rua era para Benjamin um horizonte decisivo em sua viagem. Ainda, em carta enviada a Martin Buber, que está inserida na edição brasileira da obra, o autor afirma que, em contato com a cidade de Moscou, busca um tipo de observação da realidade onde todo fatural já se apresenta enquanto teoria. Já havíamos formulado sobre essa posição a partir da relação proposta por Velloso (2023) que a desdobra sobre o urbano enquanto empiria delicada. Essa premissa epistêmica é uma ideia tomada a partir da leitura de Goethe, de quem Benjamin era um leitor atento, e sobre o qual inclusive pretendia publicar um artigo em Moscou, que acabou rejeitado durante a viagem. Seligmann-



Silva (2009) reforça que Goethe também foi um escritor de diários, precisamente de sua viagem à Itália (1786-1788) onde inclusive pode-se ler uma dimensão de paisagem, todavia, com uma inclinação de idealização da paisagem enquanto esfera perceptiva presa a um conceito estético romântico, algo a que Benjamin se distancia.

Cabe salientar que Benjamin foi aluno de Simmel quando estudou na Universidade de Berlim, no inverno de 1912-13 e de quem aparentemente não gostou muito. Para o primeiro, parece-nos, “paisagem” (mesmo não sendo um conceito explorado dedicadamente) configura-se em horizonte de interpenetração, algo como um limiar, que se desenha entre a cidade e o horizonte que se desdobra na observação das coisas e do real. Assim, “encontrar brilho naquilo que há de mais banal na superfície do real” (Seligmann-Silva, 2009) foi a premissa de Benjamin, que orientamos também enquanto pensamento-paisagem. Vejamos a seguir um trecho elucidativo dessa relação que, apesar de longo, carrega uma preciosa descrição desse campo relacional que ora relacionamos à paisagem:

“5 de janeiro. Moscou é a mais silenciosa de todas as grandes cidades e quando há neve, o é em dobro. [...] O chão é acidentado, crianças andam de trenó, removem a neve com pás; barracões para madeira, ferramentas ou carvão pelos cantos, árvores aqui e acolá, escadas primitivas de madeira ou anexos dão às laterais ou aos fundos das casas, cujas fachadas apresentam um aspecto bastante urbano, um ar de casas camponesas russas. Assim, a rua adquire a dimensão de paisagem. - De fato, em lugar algum Moscou tem realmente a aparência da cidade que é; ela mais parece o subúrbio de si mesma. O solo encharcado, as barracas de madeira, longos comboios de matérias-primas, gado sendo levado para o matadouro, tavernas miseráveis, tudo isso pode ser encontrado nas partes centrais da cidade.” (1989, p. 82-83; grifo nosso).

A Moscou vista por Benjamin, além do encanto anotado desde suas ruas, é o espaço tempo do encontro, onde o passado da aldeia russa joga com o horizonte porvir da metrópole, o palco de muitos dramas, a centralidade de muitos encontros e trocas. A neve sobre o chão de Moscou confere-lhe o silêncio imposto pela adversidade do clima; o sussurro dos vendedores, o caminhar melancólico daqueles que têm muito pouco ou as crianças andando de trenó devolvem-lhe a experiência no profundo jogo do cotidiano. Que a rua adquira a dimensão de paisagem é o horizonte do nosso texto alinhado ao de Benjamin. Como tudo o que emerge do solo, o urbano e a paisagem estão numa interpenetração fundamental. Esse é um caminho possível do pensamento-paisagem que se estabelece na delicadeza profundamente empírica da memória de quem vê e circula por uma cidade.

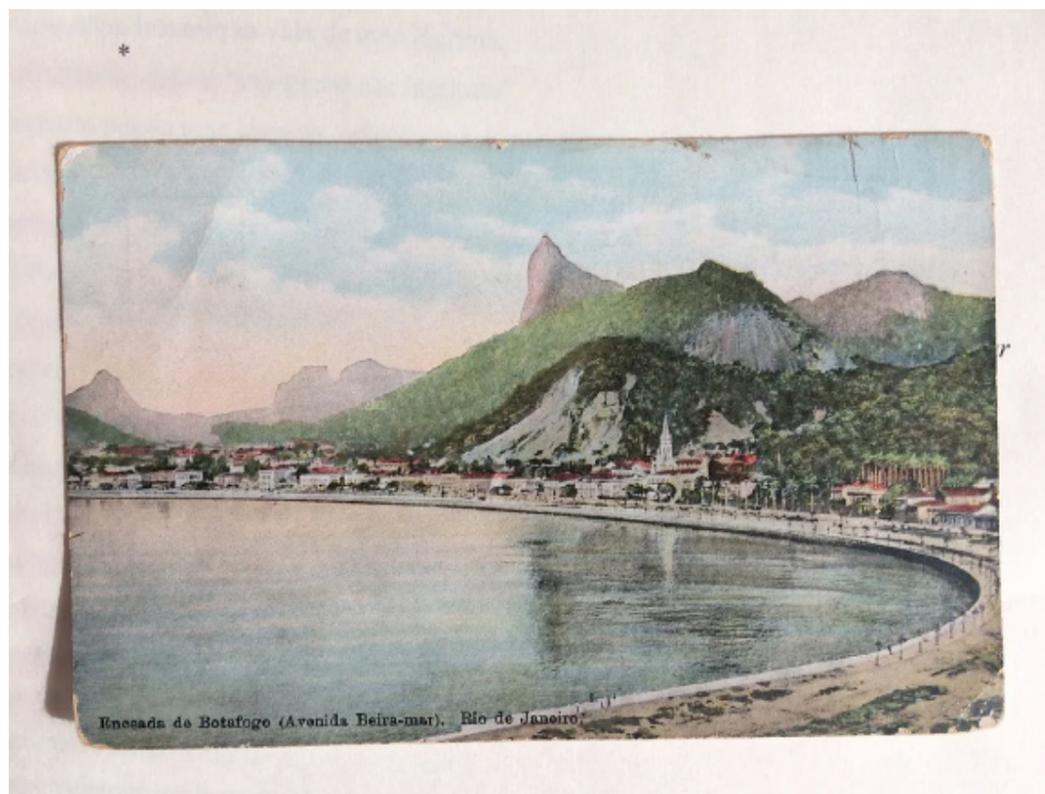
Cidade cartão-postal

ele amplia as fotos ele amplia tanto que perde
o todo — perde a paisagem e chega a um espectro
um borrão
um fora de foco
ele estaria alterando a realidade com o seu procedimento?
para tentar ver alguma coisa
ele precisa olhar de muito perto
(Garcia, 2018, p. 31).

Entre perder a paisagem e chegar a um borrão, começemos o terceiro fragmento, que nos diz: “ele precisa olhar de muito perto”. Essas palavras surgem da leitura da poeta brasileira Marília Garcia no livro “Parque das Ruínas” (2018). Quando, ao se deparar com o fotograma de um documentário do cineasta David Perlov, filmado em parte no Bairro de Santa Teresa, no Rio de Janeiro (lugar onde a poeta nasceu), ela encontra a janela do seu quarto de infância, bem ao fundo do enquadramento da rua, apenas um borrão, ela diz:

o diário 1973-1983 do perlov também trata do extraordinário
e parece quase tocar na vida
em certo ponto do filme que dura
quase 6 horas perlov vem ao brasil
ele fica um tempo em são Paulo
onde morou durante a infância
e depois vai ao rio cidade onde nasceu
e filma copacabana
em seguida faz uma única cena no bairro de santa teresa
com o bonde passando
nesta única cena gravada na época em que eu nasci
vejo ao fundo
a casa da minha infância o meu extraordinário
a janela de onde via o mundo
(2018, p. 38–39)

A imagem suscitada por “a janela de onde via o mundo” consiste justamente no pensamento paisagem, levado ao horizonte urbano. Assim, a poeta vê, na imagem suscitada pelo documentário, o borrão de sua infância, que volta a dizer do próprio horizonte de sua cidade natal, se desdobrando entre as linhas topográficas dos elementos que compõem a rua, em toda concretude, e as linhas “salientes” (todavia, não totalmente evidentes) da lembrança suscitada pelo acaso desse reencontro poético. Há também um horizonte de abertura nessa imagem da janela, horizonte que ora é um borrão, fora de foco, difícil de ver; ora é a certeza de um lugar seguro, reencontrado



como um espectro, o brilho daquilo que há de mais banal na superfície do real, como nos lembra a premissa de Walter Benjamin suscitada anteriormente.

Por fim, uma última cena em torno do poema. A poeta narra seu trânsito por Paris, durante uma residência artística, criando versões do próprio poema, entre 2016-18. Ela narra sua trajetória pela cidade na busca de postais do tempo da guerra. A intenção era ler sobre o que as pessoas escreviam durante a guerra (e isso é só uma pequena parte de toda lírica); na busca pelos postais, entre muitos, ela encontra um em específico, curiosamente enviado do Rio de Janeiro, no ano de 1914. É, nesse momento do poema, que ela se interroga “de um movimento que está no olho do espectador e na escuta de quem lê” (2018, p. 84). Assim, olhando para o cartão reproduzido no próprio poema, podemos ver, por fim, nesse ínterim horizonte-urbano-paisagem, tecido com a seguinte anotação vertida do próprio cartão, mas que se incorpora ao poema: “estou triste mas cheia de confiança e coragem” (2018, p. 86).

Portanto, como vemos nas imagens, [figuras 3 e 4] o horizonte do urbano se desdobra na própria tensão entre aquilo que é natural e aquilo que é construído: o Rio de Janeiro visto através da Enseada do Botafogo. Este, sobreposto, ainda, no poema enquanto anotação recolhida da densidade do real: o endereçamento e seu texto, tanto rastro histórico quanto atualização poética. A história, o encontro com o cartão; a própria cidade, “maravilhosa” como também aprendemos a ver na metáfora de uma cidade cartão-postal que preenche nosso imaginário da cidade do Rio de Janeiro, tudo isso mobiliza o urbano-paisagem. Pensemos essa nota, também, enquanto uma fabulação especulativa. Algo que possa nos fazer seguir adiante, para tecer figuras de barbante imbuídas de coragem no Antropoceno.



[para concluir] urbano-paisagem: fabulações no Antropoceno

Como passar de um ponto a outro, ou seja, de um conceito que se desdobra de maneira mais restritiva, recortando uma delimitação excludente, para sua abertura relacional. Em suma, passar da paisagem do âmbito restrito da estética, ao urbano-paisagem, mesmo que numa frágil aposta. Ao longo do texto relacionamos três fragmentos que nos ajudaram a ver esse movimento. Passar de um ponto a outro nesse horizonte que imaginamos implica em jogar com o olhar, olhar de muito perto e perder a segurança racional do todo, e com a poesia, imaginar espectros, zonas limiares, borrões e *troubles*, como lembra Haraway (2023).

Assim, com a cena de “O pai Goriot”, pudemos imaginar o horizonte literário da ficção de Balzac enquanto o enquadramento de uma relação complexa, entre o que se desdobra diante do olhar da personagem, a cidade de Paris que se entremeia ao curso sinuoso do rio Sena, e o horizonte existencial de Rastignac, esse anti-herói moderno, audacioso, disposto a renunciar à ingenuidade de sua origem provinciana, e lançar-se no drama urbano da cidade. Rastignac, nessa cena, é alguém que vê de longe e de perto, simultaneamente. O urbano que se desdobra diante do seu olhar é um urbano-paisagem, pleno de relações e dramas.

Nas anotações do “Diário de Moscou” de Benjamin, que retomamos de maneira fragmentária, está em jogo um lance de observação da realidade urbana que se desdobra enquanto uma construção literária ao mesmo tempo aguçada e delicada. O autor nos estabelece aproximações dissonantes. Assim, as movimentadas ruas de Moscou deixam entrever seu espectro da aldeia, das comunidades antigas, dos tempos lentos, da experiência da tradição, experiência esta, como Benjamin formula, já perdida; entretanto, é no movimento silencioso de suas ruas que o brilho do real transborda de suas superfícies. O urbano-paisagem se faz jogando com a experiência urbana cotidiana.

Por fim, no poema-livro “Parque das ruínas” de Marília Garcia, vislumbramos topografias imaginárias, que partem da experiência artística contemporânea, dos versos de um poema longo ensaiado no trânsito entre algumas cidades. Aproximar a paisagem, até ver de muito perto, o suficiente para que ele se torne num borrão, ou então, na própria janela de onde se via o mundo. Isso implica em um movimento que está no olho de quem escuta e lê. Assim, o cartão-postal, o Botafogo carioca, a insinuação mútua entre a cidade e seu entorno natural, cumpre-se enquanto urbano-paisagem, horizonte de coragem, de seguir adiante, triste, mas cheia de confiança e coragem.

Não são, justamente, o(a) poeta e o(a) escritor(a) aqueles que criam uma linha entre o imaginário e o real, tecendo entre ambos relações insuspeitas, desenhando um horizonte de continuidade entre polos aparentemente dissonantes e inconciliáveis? Não são eles(as), portanto, essas figuras que possibilitam “fazer um alvoroço crítico e alegre” que nos devolvem a visualidade do urbano-paisagem? Ocupando-se de “entendimentos que costumam ser tensos, gerando fricções interessantes”, lembramos uma última vez Haraway, para quem “as possibilidades polissêmicas estão sempre à espreita” (2023, p. 80) mesmo quando os contextos linguísticos e acadêmicos são profundamente controlados.

Enfim, enfatizamos que “estar com o problema” é estar emaranhado com as farpas e retalhos que formam o mundo contemporâneo, aprendendo que uma realidade relacional só é possível num afeto presente, aceito e pensante desse emaranhamento. As figuras de barbante são essas imagens de retalhos amarrados por várias mãos, marcados por linhas e nós, onde, o horizonte urbano-paisagem pode estar alinhado em imagens sempre plurais. Parece-nos que fabular especulativamente requer sempre conexões múltiplas. Assim, em meio a nossas pilhas de memórias e conjecturas, em torno das cidades, nos levam a pensar o urbano enquanto um lugar possível e potente, o lugar de estar junto, em meios humanos e não-humanos, em paisagens espessas e por vir. O urbano-paisagem é também nosso refúgio, sobre o qual, num enredo crítico, construímos tempos por vir.

Portanto, a ideia de um urbano-paisagem alinha-nos a estar na rua e imersos no drama urbano, menos enquanto uma configuração e enquadramento subjetivo — no sentido de buscar por um recorte da paisagem, um olhar vago e distante —, e mais enquanto estar na rua-com os fios de estar junto, numa comunidade múltipla e emaranhada, contemporânea. Uma comunidade espaço-temporal, onde o detalhe, o particular e o comum fabulam juntos, falham juntos, sonham juntos. Eles compõem paisagens múltiplas do urbano: esse horizonte comum e situado que nos aproxima e nos faz viver e morrer bem. Nele, esse acordo tácito, outrora traçado no romance balzaquiano, se desdobra em coragem de também seguir adiante. Coragem de ver, de pensar, de fabular.

No encontro entre o mundo e um ponto de vista, menos enquanto uma distância sensível, a paisagem é uma relação. Que o futuro, desde nossas memórias e de nossos cotidianos ampliados na empolgante espessura do real, se desenhe em paisagens espessas para estar no mundo contemporâneo de maneira potente e responsável. Esperamos, assim, que o horizonte-urbano-paisagem enquanto possibilidade fabulativa, sensível e ficcional, todavia, sempre relacional, se desenha repleto de possibilidades polissêmicas, ajudando-nos a enfrentar o Antropoceno, seguir sempre em frente, com responsabilidade. Essa é uma tarefa que se incrusta na superfície do sensível enquanto uma política. O urbano é também o nosso refúgio, é o nosso sulco sobre a Terra, é uma paisagem a ser vista, cultivada, vivida e cuidada enquanto um horizonte relacional rico e polimorfo, aberto ao porvir. Em suma, com coragem e inventividades sempre múltiplas e emaranhadas: “estou triste mas cheia de confiança e coragem”.

Agradecimentos

Agradecemos à CAPES, pela bolsa de pesquisa de doutorado (Demanda Social CAPES), ao PROPUR-UFRGS e ao grupo CNPq Poiese - Laboratório de política e estética urbanas.

Referências

BALZAC, Honoré De. O pai Goriot. In: A comédia humana: estudo de costumes: cenas da vida privada (A comédia humana; v.4). Tradução Gomes Da Silveira; Vidal De Oliveira. 3a ed. São Paulo: Globo Biblioteca Azul, 2012.

BENJAMIN, Walter. Diário de Moscou. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

BENJAMIN, Walter. Passagens. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2018.

BENJAMIN, Walter. O regresso do flâneur. In: Baudelaire e a modernidade. Tradução João Barrento. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

BITTENCOURT, Lucas Boeira. A imagem aberta da cidade: ou o duplo regime das imagens rasgando as categorias de síntese em Kevin Lynch. 2021. [dissertação de mestrado], Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Arquitetura, Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional, Porto Alegre, 2021. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/235529>>

COLLOT, Michel. Poética e filosofia da paisagem. Tradução Ida Alves; [Et Al.]. Rio de Janeiro: Editora Oficina Raquel, 2013.

GARCIA, Marília. Parque das ruínas. São Paulo: Luna Parque, 2018.

HARAWAY, Donna J. Ficar com o problema: fazer parentes no Chthuluceno. Tradução Ana Luíza Braga. São Paulo: n-1 edições, 2023.

IBGE. Proposta metodológica para classificação dos espaços do rural, do urbano e da natureza no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2102019>>

LEFEBVRE, Henri. A revolução urbana. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

MONTE-MÓR, Roberto Luís. O que é o urbano, no mundo contemporâneo. Revista Paranaense de Desenvolvimento, Curitiba, n. 111, p. 9–18, 2006. Disponível em: <<https://ipardes.emnuvens.com.br/revistaparanaense/article/view/58>>

MUMFORD, Lewis. A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas. 5a ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

POZZER, Christiano Hagemann. Medo, muro, material: estética da segurança nas correspondências materiais de um muro de vidro no Bairro Menino Deus. 2022. [dissertação de mestrado], Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Arquitetura, Programa de Pós-graduação em Design, Porto Alegre, 2022. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/249367>>

REYES, Paulo. Projeto [não] projeto: quando a política rasga a técnica. Porto Alegre: Editora Sulina, 2022.

REYES, Paulo. Paisagem, um ensaio entre horizontes. *digitAR - Revista Digital de Arqueologia, Arquitectura e Artes*, Coimbra, n. 9, p. 263–275, 2023. Disponível em: <<https://impactum-journals.uc.pt/digitar/article/view/13899>>

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Edusp, 2002.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. “O esplendor das coisas”: o diário como memória do presente na Moscou de Walter Benjamin. *Escritos - Revista da Fundação Casa de Rui Barbosa*, [local n. i.], n. 3, 2009. Disponível em: <<http://escritos.rb.gov.br/numero03/artigo09.php>>

SIMMEL, George. *Filosofia da Paisagem*. In: SERRÃO, Adriana Veríssimo (Ed.). *Filosofia da paisagem: uma antologia*. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2011. p. 39–51.

VELLOSO, Rita. *Empiria delicada*. In: JACQUES, Paola Berenstein; VELLOSO, Rita (Eds.). *Enigma cidade*. Salvador: EDUFBA, 2023.

PATRIMÔNIO E ANTROPOCENO

Da banalização à construção de imunidades

HERITAGE AND ANTHROPOCENE

From trivialization to the construction of immunities

Camila Ferreira Guimarães¹ e Paula Marques Braga²

Resumo

A discussão que envolve as conceituações de Antropoceno busca entender, de forma crítica, a ação do ser humano, responsabilizando-o (nos) pelas consequências que vêm sendo sentidas em termos de um colapso ambiental global iminente. Partindo de sua conceituação inicial, e transpondo estas análises ao campo do patrimônio cultural, questiona-se de que forma esta base conceitual pode contribuir às análises no campo da intervenção urbana, que incidem sobre paisagens particulares, preservadas pela representatividade de sua identidade local, material e imaterial, mas que, submetidas às mesmas lógicas de produção e consumo do espaço urbano, acabam também por colapsarem, banalizadas e esvaziadas de seus significados. Nesse viés, tensionamos a possibilidade da memória e, conseqüentemente, do patrimônio, a partir de uma dimensão crítica e ampliada, configurarem processos de resistência ao contexto de banalização, enquanto sistemas de imunidade simbólica. Buscamos, portanto, desenvolver uma abordagem fenomenológica para a análise do espaço patrimonial, dando ênfase à experiência e à ambiência geradas pela composição da paisagem enquanto produtoras de situações de pertencimento, de identificação e de resistência. Palavras-chave: paisagem, cultura, patrimônio, banalização, imunidades.

Abstract

The discussion surrounding the conceptualizations of the Anthropocene seeks to critically understand human actions, holding them responsible for the consequences felt in terms of an imminent global environmental collapse. Starting from its initial conceptualization and extending these analyses to the field of cultural heritage, the question arises as to how this conceptual framework can contribute to analyses in the field of urban intervention. Such interventions affect specific landscapes preserved for their representation of local identity, both material and immaterial. However, subjected to the same logics of production and consumption in urban spaces, these landscapes also risk collapsing, becoming trivialized, and emptied of their meanings. In this vein, we explore the possibility that memory and, consequently, heritage, from a critical and expanded dimension, can constitute processes of resistance to the context of trivialization, acting as systems of symbolic immunity. We seek, therefore, to develop a phenomenological approach to the analysis of heritage space, emphasizing the experiences and ambiance generated by the composition of the landscape as producers of situations of belonging, identification, and resistance.

Keywords: landscape, culture, heritage, trivialization, immunities.

¹ Doutora, professora do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Uberaba, UNIUBE e pesquisadora do Laboratório de Estudos do Ambiente Urbano Contemporâneo - LEAUC / IAU - USP.

² Doutora, professora do Curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Salesiano São Paulo, UNISAL e pesquisadora do Laboratório de Estudos do Ambiente Urbano Contemporâneo - LEAUC / IAU - USP.

Introdução

O debate sobre o patrimônio tem se concentrado nas relações entre o passado, o presente e o futuro, encarando as temporalidades de maneira relacional. De forma simplificada e generalizada, a preservação das heranças históricas e artísticas tem como justificativa sua preservação para as futuras gerações. Nesse viés, os estudos críticos sobre o patrimônio tensionam os limites impostos por essa abordagem, problematizando as intenções do presente que moldam e direcionam as narrativas do passado enquanto prospecção do futuro frente às influências de um modelo neoliberal. Conforme colocado por Sterling (2020), mesmo em contextos extremos, os processos de herança, ou seja, de preservação de objetos históricos, artísticos e práticas são inevitáveis de forma a unir o passado, o presente e o futuro. Essa percepção vai ao encontro dos motivos elencados por Lowenthal (2014) pelos quais os seres humanos conservam. Segundo o autor, um dos motivos é porque a conservação é inata ao ser humano, faz parte de suas estratégias de sobrevivência tanto física quanto mental. Relembra também Choay (2001) que o patrimônio cumpre um papel de segurança, assegurando um sentido de tranquilidade, pautada na certeza do passado consolidado, frente às incertezas do futuro.

Assim sendo, o tema da conservação perpassa o campo do patrimônio por diferentes matrizes: ambiental, cultural, social e econômica. Desse modo, ao debatermos o patrimônio numa perspectiva ampliada, estamos nos referindo aos ecossistemas formados pelas camadas sobrepostas do tempo. Assim, identifica-se como as temporalidades se relacionam, rompendo a perspectiva linear do tempo e compondo uma multiplicidade temporal. Nesse contexto, as relações que desenvolvemos com os nossos espaços físicos, nos quais as temporalidades se manifestam, produzem consequências diversas, delineando e moldando as formas como lidamos com a conservação do patrimônio.

Portanto, podemos abordar essas transformações a partir da noção do Antropoceno, onde as relações humanas interferem nas formas de sobrevivência de ecossistemas, e conseqüentemente, de todos os elementos que intencionamos conservar. Para definição do Antropoceno, nos apoiamos nos autores Sterling e Harrison (2020), que o caracterizam como processo de mudanças nas condições ambientais e nos processos de ordem econômica, social, política e cultural em um contexto global. Dessa forma, os autores desenvolvem uma abordagem multiescalar das relações e transformações geradas pela ação do ser humano. Nesse sentido, o termo designa uma época geológica na qual o ser humano (Anthropos) é considerado o protagonista, representando uma humanidade que é simultaneamente conquistadora e culpada pelo colapso ambiental que enfrenta o presente e ameaça o futuro (Haeringer; Tornatore, 2022).

No contexto do Antropoceno, intensificam-se as relações entre as diferentes temporalidades. A complexidade do presente, que ameaça o futuro, tem suas raízes num processo cumulativo de ações e transformações do passado. Dessa forma, ao olharmos para a questão da crise ambiental que assola a contemporaneidade, identificamos uma aproximação importante de aspectos culturais que moldam os modos de vida e a relação do ser humano com seu habitat. Tais relações entre os aspectos culturais e o meio ambiente lançam luz sobre os estudos relacionados à paisagem, considerada por Meneses (2002) enquanto um fato cultural. A paisagem, segundo Meneses (2002), diz respeito à relação entre o meio ambiente natural e a ação do ser humano considerando aspectos culturais e os modos de vida. Dessa forma, a noção de paisagem adotada neste texto compreende a fusão de elementos físicos/materiais e simbólicos/imateriais. Tendo essa definição como referência, buscamos desenvolver uma abordagem fenomenológica para a análise do espaço patrimonial, dando ênfase à experiência e à ambiência geradas pela composição da paisagem

enquanto produtoras de situações de pertencimento, de identificação e de resistência.

Também Descola (2016) traz reflexões quanto à relação entre natureza e cultura que contribuem para as questões aqui apresentadas. O autor começa sua conferência apontando que não seria difícil distinguir natureza e cultura, posto que é natural tudo aquilo que não possui interferência humana, ao passo que a cultura é justamente tudo aquilo que é fruto da ação do homem. No entanto, logo em seguida, o autor passa a discorrer, em exemplos diversos, que essa distinção não se faz de forma tão simples e objetiva. O fato é que as relações entre natureza e cultura, enquanto produção humana, como objetos, arte e ideias, não observa limites. Indo além, o autor irá apontar que, objetos e até nós mesmos, estamos em situação intermediária, ao mesmo tempo naturais e culturais. Essa forma de percepção do espaço, das dinâmicas e artefatos da vida humana nos auxiliam a pensar, no contexto da discussão do Antropoceno, a questão do patrimônio cultural, a produção da cultura humana sobre o ambiente natural. Indo também ao encontro das colocações de Meneses (2002) citadas acima, acerca da paisagem.

Quando o homem, aponta Descola (2016, p. 23), entende o recurso natural apenas como fonte de riqueza, explorando para tirar deste seu melhor proveito, este desequilíbrio que ele denuncia nos permite entender ali aspectos do Antropoceno. A noção de recurso se torna essencial no contexto da crise do Antropoceno. Krenak (2019) compartilha da preocupação do autor, enfatizando que é equivocada a compreensão da natureza enquanto recurso disponível para exploração, sendo, portanto, necessária uma mudança de paradigma na forma como interagimos com nosso meio ambiente. Extrapolando esta análise ao contexto do patrimônio cultural, da formação das identidades e da exploração de seus significados, pode-se propor uma analogia que contribuirá para nossas reflexões. A abordagem da cultura enquanto recurso econômico e a transformação do entendimento de patrimônio cultural para patrimônio financeiro, como destacado por Chandler e Pace (2020), colaboram para a revisão das formas como lidamos com nossas heranças físicas e simbólicas.

A exploração econômica dos “recursos” ambientais e culturais protagoniza a crise do Antropoceno, ameaçando as diferentes formas de vida. A memória, que ainda sobrevive nos sujeitos que habitam os territórios, configura uma força capaz de resistir ao passar do tempo, embora possamos nos interrogar em que medida essa força será suficiente para romper com os processos de apagamento em curso. Descola (2016) alerta sobre a tomada de consciência a respeito da destruição em andamento. Frente a esse alerta, identifica-se como alternativa a necessidade de pensar em outras formas de habitar a terra. Tudo fará parte de uma escolha.

Faz pouco tempo que começamos a ter a medida do preço extremamente alto que será preciso pagar pela exploração imoderada de nosso meio ambiente, com a poluição crescente do solo, do ar, da água e também dos organismos vivos, com o desaparecimento acelerado de inúmeras espécies de plantas e animais, com as consequências dramáticas do aumento do efeito estufa sobre o planeta (Descola, 2016, p. 24).

Assim, encontramos nas formas de preservação do patrimônio chaves de leitura para compreensão e enfrentamento dos desafios para a composição de paisagens no contexto do Antropoceno. Nesse sentido, temos como hipótese que os modelos tradicionais de seleção, proteção e gestão do patrimônio, permeados pela lógica do capital, transformam a cultura em mercadoria e potencializam a banalização das identidades e memórias. Além disso, buscamos refletir sobre estratégias que possam confrontar esse cenário, partindo da compreensão da cultura como elemento central de

mobilização do pensamento crítico sobre o patrimônio, a fim de construir ferramentas de análise capazes de superar as dicotomias estabelecidas entre natureza e cultura, e entre o material e o imaterial.

Para o desenvolvimento desse olhar crítico frente às questões do patrimônio no Antropoceno temos como ponto de partida a identificação do papel contraditório assumido pela cultura. Se, por um lado, a cultura cumpre o papel de mobilizadora de processos de identificação, por outro lado, está sujeita à exploração e à banalização pelo capital. A temática da banalização da cultura, e conseqüentemente do patrimônio, será abordada por meio de matrizes de análise tendo como suporte o trabalho de Muñoz (2008). A partir desse contexto, buscamos desenvolver uma reflexão sobre como as relações culturais manifestadas pelo patrimônio podem configurar sistemas de imunidade física e simbólica para a sobrevivência no Antropoceno. Para o desenvolvimento conceitual dos sistemas de imunidade, nos pautamos na obra “Esferas” do filósofo alemão Peter Sloterdijk (2017a, 2017b, 2018).

Como ferramentas metodológicas para o desenvolvimento das análises propostas, apoiamos-nos em matrizes conceituais, diagramas e colagens cartográficas que permitem, para além da representação, a construção de análises sobre os aspectos do Antropoceno e do patrimônio por meio de múltiplas camadas e nuances. Desse modo, desenvolvemos uma abordagem transdisciplinar, aproximando os campos da Geografia, da Filosofia ao campo da Arquitetura e do Urbanismo para leituras críticas das transformações de territórios patrimonializados. Buscamos, assim, construir uma visão ampliada do patrimônio que tensione os discursos hegemônicos (Smith, 2006, 2011, 2021), com o objetivo de contribuir para análises críticas da relação do ser humano com suas heranças culturais frente às distintas temporalidades no contexto do Antropoceno, que prospecta uma visão caótica de futuro. Para tanto, faz-se necessário estabelecer algumas considerações sobre a relação do patrimônio e o Antropoceno.

Patrimônio e Antropoceno: considerações iniciais

Harrison (2013) identifica o patrimônio como um fenômeno cultural global. Tal fenômeno foi intensificado a partir dos mecanismos de identificação e seleção dos bens culturais que, diante das rápidas mudanças tecnológicas, culturais e econômicas, bem como da perda de aspectos simbólicos causados por um modelo neoliberal predatório, desenvolveram o que o autor denomina de fetichização do passado. Nesse aspecto, observa-se o passado compreendido como redenção do presente. A partir dessa abordagem, Samuel (1994) ressalta como a perda de esperança no futuro, em consequência das complexidades e instabilidades do presente e da noção de progresso, produziu uma visão idealizada do passado, configurando-se como um mito reconfortante, sendo a patrimonialização global a consolidação dessa perspectiva.

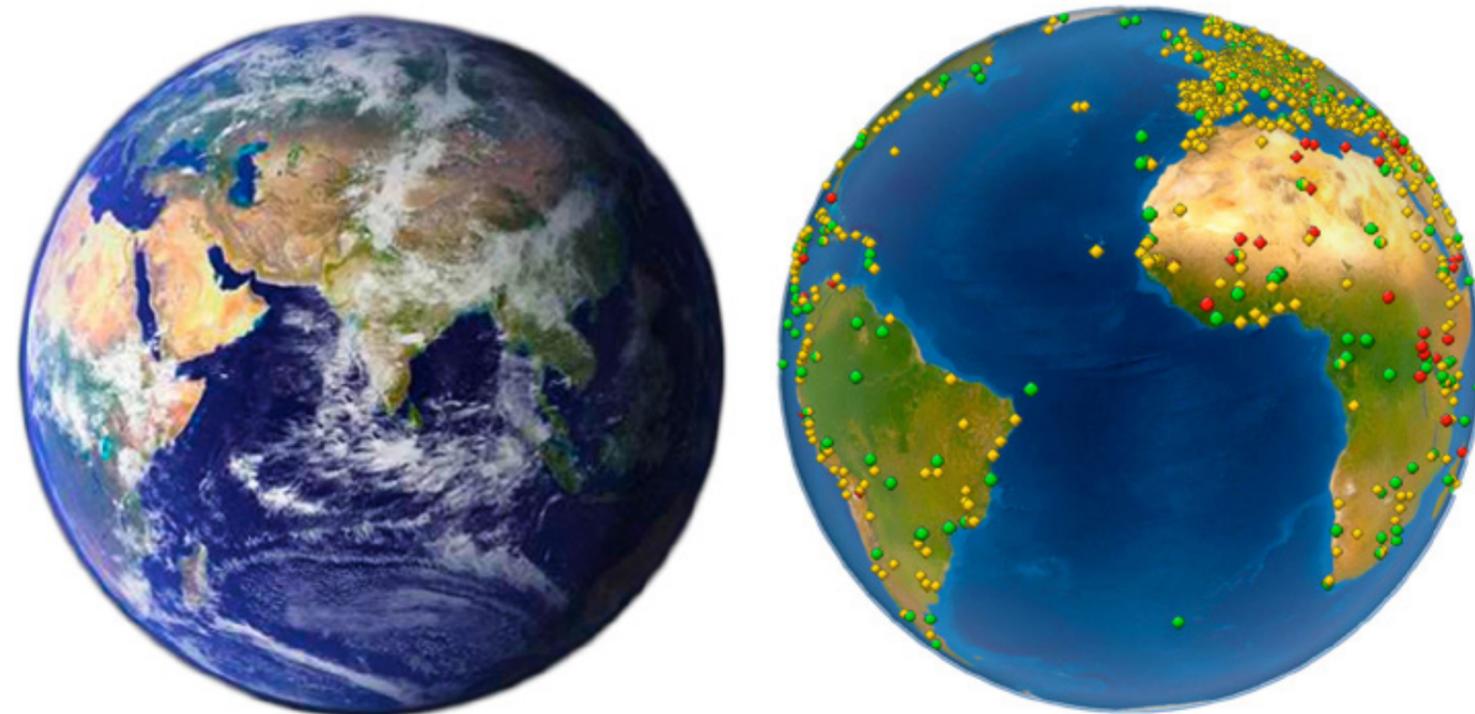
A intensificação da patrimonialização deve seu auge, entre outros motivos, à criação do Patrimônio Mundial pela UNESCO. A ampliação dos objetos patrimoniais pela Lista do Patrimônio Mundial alimenta a ascensão da indústria do turismo. Choay (2011) compartilha dessa perspectiva ao responsabilizar a Lista do Patrimônio Mundial pela mercantilização do patrimônio a nível mundial. Nesse contexto, temos um panorama que ressalta nuances contraditórias da patrimonialização. De um lado temos a busca por representações do passado que preservam e consolidam identidades e memória, e por outro lado, a criação do patrimônio a partir de um discurso homogêneo/mundial que dialoga com os interesses de mercado.

Choay (2001) aborda de forma bastante clara este tema ao resgatar a importância das edificações como “categoria exemplar” de Patrimônio Histórico. A autora lembra ainda a importante mudança ocorrida quanto à nomenclatura utilizada para classificar o Patrimônio Histórico representado pelas edificações. Inicialmente tratados como “monumentos históricos”, a partir da década de 1960, quando outros bens, que não apenas os monumentais, passaram a fazer parte deste patrimônio, esta precisou ser revista. O momento de ampliação do conceito para Patrimônio Cultural, Pereira (2011, p. 101, 102) localiza nos anos sessenta (“Virada Cultural”) e oitenta (“Virada Comunicativa”) do século XX, que impõem outras questões ao tema da “conservação – restauração”. Esta agora deve passar a incluir temas tais como “(...) significância, linguagens, diversidade, memória coletiva e identidades”. Desta forma, a atribuição de valor ao Patrimônio Arquitetônico passou a abranger também a necessidade de atenção a outros aspectos. Dentre eles estão os sentidos de lugar, a experiência de habitar as cidades e o processo de refazer identidades no espaço urbano. Estes se tornam fundamentais à compreensão da dimensão social do patrimônio na cidade, pois é nela que os sentidos de localização e pertencimento são constantemente refeitos (Arantes, 2008).

Este caráter processual e dinâmico do Patrimônio Cultural, acrescenta ainda Arantes (2008), aumenta a complexidade das questões que envolvem a preservação e exige a formação de um campo específico para tratar dos mecanismos de proteção de bens e manifestações culturais, o Patrimônio Cultural Imaterial. Este, cuja discussão, originada no âmbito da Unesco, passou a se dar de forma mais efetiva no final da década de 1980, abrange conhecimentos vinculados ao campo do folclore e da cultura popular, questões culturais de grupos étnicos ou populares e que se manifestam em diversos campos como tradições e expressões orais e processuais, música e coreografias. Este patrimônio se manifesta em diversos campos – artes cênicas, práticas sociais, rituais, eventos festivos e saber-fazer ligado ao artesanato tradicional. Ainda que em documentos oficiais essa diversidade passe a constar também como elemento a ser preservado, a prática da intervenção, centrada na promoção das cidades em um mercado mundial, regido pelo consumo, insiste no apagamento das particularidades transformadas em objeto de consumo para o mercado do turismo exploratório.

Esse panorama nos mostra que a partir da dimensão comercial e mundial do patrimônio, observa-se a consolidação do discurso ocidental, pautado na visão eurocêntrica da UNESCO. Esse discurso configura o que Smith (2006) denomina como o Discurso Autorizado do Patrimônio, usado tanto para validar narrativas quanto para consolidar processos de exclusão e apagamento (Meskell, 2018). Nesse viés, podemos questionar em que medida há um patrimônio considerado valioso e representativo para toda a humanidade? Talvez, o questionamento adequado deveria perpassar a definição de humanidade. Krenak (2019) nos provoca a refletir sobre o que denominamos de humanidade, que exclui grupos marginalizados e vulneráveis.

Ao encontro da abordagem de Krenak (2019), Bispo dos Santos (2023, p. 29) faz uma distinção importante entre sociedade e comunidade: “Enquanto a sociedade se faz com os iguais, a comunidade se faz com os diversos “. O autor ainda tece questionamentos acerca da forma como compreendemos o globo, identificando que o uso do termo globalizar, implica a intenção de unificar. Bispo dos Santos (2023) reflete que deveríamos compreender o globo pela sua diversidade e seus inúmeros ecossistemas. Aproximando esse debate ao campo do patrimônio, podemos associar essa crítica ao Discurso Autorizado do Patrimônio analisado por Smith (2006), que ressalta como tal discurso, pautado numa visão global, acaba por excluir e marginalizar grupos, tradições e manifestações materiais e simbólicas que não se enquadram na perspectiva global desse discurso. Portanto, nos questionamos sobre a contradição de se buscar um patrimônio comum em um campo de diversidade.

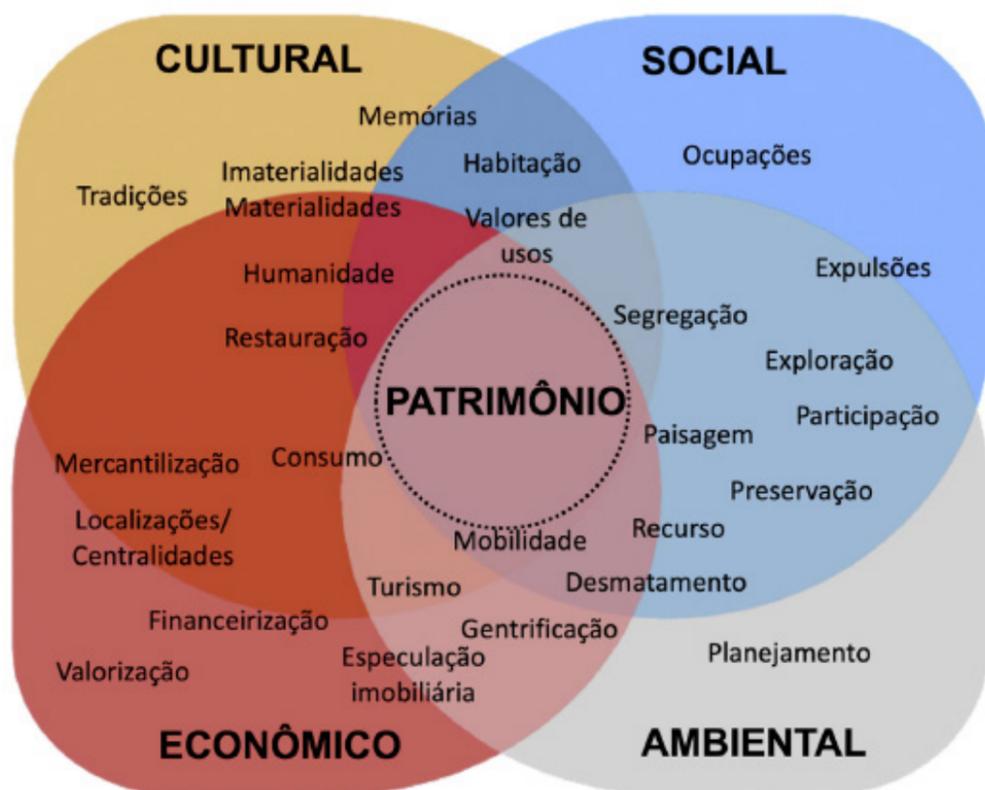


Nesse viés, ao analisarmos os processos de exploração, destruição e desmatamento das paisagens mundiais, identificamos uma concentração dessas ações em territórios marginalizados - que estão à margem da economia mundial - que, em grande medida, coincidem com a geografia do sul global. Contraponto a esse cenário de paisagens em destruição, há a concentração de bens patrimonializados em escala mundial no contexto europeu, ou seja, no norte - no centro do poder econômico -, enquanto representantes do Discurso Autorizado do Patrimônio. Assim, nos questionamos acerca dos processos de identificação de bens culturais em que medida se configuram como mecanismos de manutenção de poderes e privilégios? (Figura 1).

Como forma de construir uma abordagem crítica do patrimônio, Smith (2006, 2011, 2021) identifica que patrimônio é processo de dar sentido e significado a algo, rompendo a visão de patrimônio enquanto matéria. Nesse sentido, para a autora, todo patrimônio carrega imaterialidades, correspondendo a um processo ativo que deve envolver os produtores e detentores. Por meio dessa visão, podemos traçar um caminho que busca reconhecer as distintas formas de manifestação de identidade e meios de memória, incluindo nesse processo grupos e comunidades que foram excluídas e emudecidas pelo Discurso Autorizado do Patrimônio.

No contexto de crise do Antropoceno, onde o patrimônio figura enquanto um recurso cultural a ser explorado, assim como a natureza, a mercantilização desses “recursos” esvazia e banaliza o sentido e significado desses elementos. A separação entre natureza e cultura alimenta o cenário de exploração e precariedade. A exploração dos valores culturais e ambientais como recursos a disposição de uma parcela de seres humanos, oficialmente categorizada enquanto humanidade, implica na produção de paisagens banais e no aniquilamento da multiplicidade e diversidade que compõem o planeta, alimentando a crise ecológica global do Antropoceno. À medida em que compreendemos tais valores enquanto recursos, iremos reproduzir os mesmos erros que nos levaram à uma época em que o ser humano é responsável por um futuro que ameaça a continuidade das diversas formas de vida do planeta.

Figura 1 - Montagem globo terrestre-globo do Patrimônio Mundial. Fonte: Globo terrestre, Google Earth, 2023. Globo do Patrimônio Mundial, UNESCO, 2022.



Isso posto, tensionamos a compreensão do patrimônio por meio da junção de valores que perpassam as dimensões cultural, social, econômica e ambiental. O diagrama da Figura 2 ilustra a interseção desses valores e os processos a eles atrelados na constituição do patrimônio, como forma de evidenciar os motivos e interesses envolvidos no processo de seleção e identificação do patrimônio. Essa abordagem possibilita a construção de uma mirada múltipla e complexa sobre as formas e meios pelos quais o patrimônio é construído. Portanto, analisar o patrimônio por meio das consequências da lógica neoliberal na produção da paisagem no Antropoceno nos direciona à reflexão sobre as formas de construir imunidades físicas e simbólicas tendo a memória e a identidade enquanto mecanismos de resistência à crise em andamento.

A análise por meio das dimensões cultural, social, econômica e ambiental busca desenvolver uma compreensão ampliada dos processos de produção da cidade, objetivando assim, resgatar a capacidade de comunicação do espaço para além de seu valor econômico. Nesse sentido, a abordagem fenomenológica pautada na experiência e na vivência coletiva e individual configura uma importante ferramenta para enfrentar os desafios do Antropoceno e vislumbrar paisagens Pós-Antropoceno. A fenomenologia como campo de abordagem da arquitetura corresponde a busca pelo sentido da composição arquitetônica, ou seja, o retorno à essência. Norberg-Schulz (2008) a descreve como um método que remete ao ‘retorno às coisas’. Assim, discutir a abordagem fenomenológica na produção da paisagem patrimonial no contexto do Antropoceno implica reconhecer os processos de enraizamento e pertencimento pautados na negociação de sentidos e significados, ou seja, de buscar as origens das intenções humanas e suas consequências. Apoiar-nos-emos na abordagem que Pallasmaa (2008) desenvolve acerca da fenomenologia como ferramenta de análise da arquitetura, desenvolvida para suprir problemas como a perda da capacidade de comunicação e o empobrecimento do significado. Nesse enquadramento, a memória representa uma linguagem submersa no espaço e na paisagem, sendo sua ativação uma forma de contrapor aos processos de apagamento e banalização.

As características físicas do território não são suficientes para garantir a singularidade do Patrimônio Cultural, a preservação de uma paisagem particular, que depende também dos aspectos culturais imateriais e das formas de vivência, atrelados à população local e ao desenrolar da vida cotidiana. Quando se considera apenas a exploração do potencial econômico das áreas que guardam esse patrimônio, ignora-se a memória a elas vinculada. Segundo Costa (2010), o processo de mercantilização destas áreas resulta na “banalização pela cenarização” que irá “mascarar”, ou ainda, podemos observar em alguns casos, apagar, o significado inicial que motiva a preservação, resguardar a singularidade local. Estes processos evidenciam a contradição inserida na preservação do Patrimônio Cultural, que ao mesmo tempo em que os valoriza também os tornam alvo de exploração, que pode levar à descaracterização, a manipulação da história e simplificação dos elementos, impondo uma nova cultura, um passado falsamente recuperado, banalizando a paisagem a experiência humana naquele lugar.

Por fim, buscamos identificar questionamentos e reflexões para pensarmos estratégias para enfrentarmos os desafios da contemporaneidade no que diz respeito à preservação das identidades e memórias enquanto resistência à crise do Antropoceno. Nesse sentido, Sterling (2020, p. 206-207) nos provoca questionando acerca do papel da memória no contexto extremo do Antropoceno: “Qual lugar a memorialização tem em um mundo onde a vida humana não é mais viável?”. Assim, buscamos, a partir da identificação da banalização da paisagem, compreender como a construção coletiva de resistências e a preservação das identidades confrontam a transformação da cultura em mercadoria, possibilitando a ressignificação de memórias e valorização dos múltiplos passados.

Banalizando os rastros do passado: o futuro em disputa

Um passo importante na discussão a respeito da banalização, é compreender as diferenças culturais. Apesar de parecer uma ideia bastante objetiva, na prática da ação em áreas que guardam reconhecido acervo patrimonial, construído e imaterial, esta se mostra bastante predatória, em grande medida, reducionista de seus significados, tornando mais palatável ao mercado. As diferenças, essenciais para que possamos designar particularidades, são apagadas, banalizadas.

Existe então um duplo movimento: de um lado, tem-se de fato uma tendência à uniformização, tanto das técnicas como das maneiras de pensar, mas ela também leva a movimentos de reação contra essa uniformização, fazendo surgir as diferenças. Penso, todavia, que esse movimento de vaivém entre uniformização e reação de defesa acaba produzindo um empobrecimento das diferenças” (Descola, 2016, p. 49)

As transformações observadas na composição da paisagem urbana em Áreas Centrais Históricas, a partir de intervenções pautadas em processo de mercantilização da cultura, que tomam os aspectos culturais locais como motivadores das intervenções, mas que acabam por descaracterizá-los, nos exige dar continuidade aos questionamentos já estabelecidos sobre este tema. Para tanto, a ampliação dos marcos conceituais tradicionalmente utilizados para estudo de intervenções desta natureza, como por exemplo o termo Gentrificação³, pode vir a contribuir com este processo. Desta forma,

³ O termo “Gentrificação” foi cunhado por Ruth Glass em 1964. A autora desenvolveu uma análise sobre os processos de transformação e valorização da área central de Londres, onde percebeu a antiga vizinhança pobre dar lugar a moradores de classes de rendas mais altas, a autora usou o termo *gentrification* para designar tal processo. Dessa forma, gentrificação diz respeito a mudança no perfil social que ocupa

propomos também aqui o uso dos aspectos definidores da Urbanização e do Processo de Containerização do Espaço Urbano.

Ao conceituar a Urbanização, Muñoz (2008) coloca que esta diz respeito à urbanização banal do território, a partir da repetição indistinta de aspectos semelhantes em diferentes lugares, fazendo com que cidades diferentes estabeleçam referenciais similares, caracterizando as formas e funções urbanas da cidade contemporânea. O autor (Muñoz, 2008, p. 19) coloca ainda que, dessas mudanças significativas nas formas urbanas, surge uma nova categoria, a cidade multiplicada. Esta nova conformação de cidade é resultado de três processos simultâneos – nova definição de centralidade urbana e funções a ela associadas; multiplicação dos fluxos e formas de mobilidade no território e novas maneiras de habitar a cidade e o território (Muñoz, 2008).

A descrição do Processo de Containerização do Espaço Urbano decorre do rebatimento, para o contexto do espaço urbano, do conceito de Container, cunhado por Solà-Morales (2002, p. 96-101) para classificar equipamentos, ou conjuntos deles, que se voltam à acumulação de capital, seja ele econômico, simbólico ou cultural. Sob esta ótica, busca-se compreender de que forma este processo, que contempla aspectos tais como o direcionamento a atividades e público específicos, sem interação com o entorno e que se desenvolvem de forma auto-referenciada, pode ser observado em Áreas Centrais Históricas que passam por processos de intervenção urbana e que, pela forma como se estruturam, também com especialização de usos e direcionamento a determinado público usuário, levam a processos de redução e comprometimento do valor simbólico local.

Consideramos que estes marcos, utilizados para descrever alguns dos aspectos das dinâmicas urbanas da cidade contemporânea, podem ser também utilizados para análise das Áreas Centrais Históricas que passam por intervenções urbanas. Esta hipótese se coloca posto que estas áreas, quando tratadas de forma dissociada do conjunto da cidade, passam a configurar, ao mesmo tempo, uma paisagem singular e homogênea. A singularidade local decorre das características particulares reunidas como Patrimônio Cultural - características arquitetônicas, urbanísticas e imateriais. O aspecto de homogeneidade, por sua vez, diz respeito ao caráter de síntese destes mesmos elementos culturais que as intervenções promovem, reduzindo significados à possibilidade do consumo.

A necessidade de reconhecimento do uso cotidiano pela população local como fundamental à caracterização e manutenção dos aspectos culturais locais, além do Patrimônio Cultural devidamente reconhecido e amparado pelas leis preservacionistas vigentes, são fundamentais às análises das intervenções urbanas em áreas que veem seu patrimônio construído cada vez mais transformado em objeto de consumo, esvaziado, por fim, de seus significados. Se considerarmos que há uma relação de reciprocidade entre apropriação do espaço e formação da Identidade Cultural local, e mais, se as críticas às formas de intervir, como àquelas analisadas por Muñoz, nos revelam um processo de cenarização, portanto de artificialidade nas áreas pós-intervenção, há que se assumir que a substituição da população local por um público visitante é determinante nesse processo.

determinada área em função de processos de valorização e especulação imobiliária. A partir desta primeira definição, o conceito passou a ser aplicado em diversas análises de processos de intervenção, fazendo com que ele deixasse de ser entendido como uma consequência indesejada destes processos, e sim como uma intenção desde seu início. No Brasil, além da sua tradução como Gentrificação, temos também associado o termo Enobrecimento.

Dentro deste contexto, devemos considerar as formas de apropriação estabelecidas por cada um destes grupos e o tempo de permanência na área. A população estabelece vínculos mais duradouros e significativos, pois seu tempo de permanência no local é maior e permite o uso cotidiano, envolvendo relações de habitação, trabalho e lazer, permitindo a consolidação de laços de identidade com a área e demais membros do grupo. A relação do visitante com a área turistificada, ao contrário destas características, devido ao tempo restrito de permanência e à natureza das atividades que norteiam seu comportamento, voltado sobretudo ao consumo, não permite a criação de vínculos com o lugar, que levariam à constituição da identidade e da memória.

A estas transformações, Carlos (2004) classificará como tempo de “curta duração”, considerando-se que a transformação no tempo se dá atrelada às características de uso e formas de apropriação do espaço. Sendo pautadas pelo consumo, as formas de apropriação, vinculadas à atividade turística, implicam em novas formas de vivência desses espaços. Esta redefinição de usos irá implicar em comprometimento de elementos que permitiriam a criação de vínculos e identidade.

Há que se considerar a relação indissociável entre cotidiano, espaço, tempo, identidade e memória. Neste contexto, a relação entre tempo e espaço se dá a partir do uso, posto que é a partir dele que se estabelecem as formas de apropriação. Através destas, as relações sociais se estabelecem e permitem a criação de vínculos, que por sua vez levam à formação da identidade, articulando à memória. Quando espaço e tempo passam a ser redefinidos em função do lucro, as formas de vivência são também reconfiguradas. Este processo ocorre pois as ações se voltam à exploração econômica das áreas pela reconversão dos atributos locais em mercadoria. As intervenções, confirma Carlos (2004), alteram os usos dos lugares, bem como o tempo de uso destes, o que reflete nas relações sociais tradicionais antes estabelecidas. Deste modo, transformam o lugar.

É a esse processo que Carlos (2004) vai atribuir os termos Tempo Efêmero, Espaço Amnésico e Identidade Abstrata. Ao tempo acelerado e quantitativo, Carlos (2004, p. 55-61) dá a denominação de Tempo Efêmero, ao qual associa o conceito de Espaço Amnésico, que não permite a constituição da memória, pois se constrói sem referências, “(...) um processo que enfoca a ruptura (...)” (Carlos, 2004, p. 56), levando a uma Identidade Abstrata. Tornados homogêneos, tempo e espaço passam a se caracterizar pela impossibilidade do uso, revelando a formação de novos valores e formas de comportamento. O tempo, que passa a ter por característica a “instantaneidade”, Tempo Efêmero, acarreta no desaparecimento das referências anteriores e assim, há a perda da memória associada ao lugar. Este Tempo Efêmero passa a mediar as relações estabelecidas na cidade.

A instantaneidade do Tempo Efêmero que permeia e condiciona as relações estabelecidas com a paisagem e sua consequente banalização evidenciam um processo de fragilização das memórias e das relações de identificação com o território. Nesse contexto, buscamos, a partir de uma abordagem crítica e reflexiva, compreender o patrimônio, em sua dimensão ampliada, para além do Discurso Autorizado (Smith, 2006), enquanto possibilidade de resistência aos processos hegemônicos de produção de uma paisagem excludente e segregadora, que responde às dinâmicas da crise do Antropoceno. Dessa forma, ao olhar para os diferentes passados e o reconhecimento da memória enquanto força capaz de sobreviver à passagem do tempo, identificamos o patrimônio enquanto resistência e composição de um sistema de imunidade apto a fazer frente aos processos de mercantilização e banalização da cultura e dos territórios.

Imunidades: o patrimônio e o restabelecimento do ser no Antropoceno

A criação do patrimônio com a intenção de selecionar elementos do passado enquanto referências para o presente, e para o futuro, reflete, sobretudo, o processo de exclusão. Ao delimitarmos o que é o patrimônio, ou seja, aqueles elementos que passam da condição de objetos banais do cotidiano a símbolos coletivos singulares e valiosos, deixamos uma infinidade de elementos sujeitos ao processo de apagamento pelo tempo e pelas demandas de cada momento da história. Dessa forma, a paisagem produzida por estes bens selecionados e protegidos responde às intenções do presente. Ressalta-se, como já mencionado, que o presente é influenciado pelo Discurso Autorizado do Patrimônio (Smith, 2006) de matriz eurocêntrica.

Dessa forma, quando analisamos o território patrimonializado, percebemos uma redoma de proteção que elege quais elementos serão dignos de sobreviverem à passagem do tempo. Essa forma de ação vai além de bens patrimoniais no sentido convencional do termo, que remete aos patrimônios oficiais, dialoga, diretamente, com as formas de conservação e manutenção de nossas paisagens naturais, de nossas tradições e formas de vida. Portanto, ao debatermos o Antropoceno, faz-se necessário reconhecer como o viés seletivo de nossas ações, em grande escala, movidas por interesses do capital, produzem o apagamento de elementos simbólicos e vitais para conservação de identidades e fortalecimento da memória.

O romance de Bértholo (2023), ao propor uma reflexão sobre natureza, cidade, corpo e tempo, nos faz refletir sobre aspectos do Antropoceno, quanto ao que ele nos provoca pensar sobre esses apagamentos, ou da capacidade de preservação, em um entendimento das cidades como parte de um ecossistema mais amplo. Na medida em que a personagem explora a cidade, sem percurso pré-definido e sem restrição de tempo, ela vai encontrando e estabelecendo uma relação sensível e íntima com esta cidade que habita, reconhecendo a história que está impregnada nas pedras e que transcende a escala humana. Ali ela passa a entender o que era natural e já não podia mais diferenciar a ideia de campo / natureza, da ideia de cidade, posto que todos os materiais de que são feitas as cidades, os edifícios e ruas, são naturais - argila, água, minerais, petróleo. A cidade é natureza, conclui. A cidade é o reordenamento humano para aquilo que é natural. Ela passa a entender o próprio corpo, livre, e na relação com os elementos que o envolvem. Sobreviver, portanto, deveria ser aprender “a fazer parte, a colaborar”.

Lowenthal (2014) destaca alguns motivos pelos quais conservamos, entre eles destacamos o fato de que a conservação é inata à sobrevivência do ser humano. Nesse sentido, podemos apreender que a produção do patrimônio representa uma força de sobrevivência que tange nossa relação com o passado e a busca por referências e raízes para nos situarmos frente à exterioridade do mundo. Considerando isso, buscamos desenvolver a noção de imunidade para analisarmos aspectos da conservação do patrimônio. Ressalta-se, que o patrimônio é compreendido neste trabalho em sua dimensão ampliada, enquanto processo de negociação de sentidos e significados (Smith, 2006). Para o desenvolvimento do conceito de imunidade nos apoiamos no trabalho do filósofo alemão Peter Sloterdijk (2017a, 2017b, 2018), que ao longo de sua trilogia “Esferas” desenvolve uma abordagem ontológica e fenomenológica acerca do ser e do espaço. O autor identifica como os seres humanos constituem esferas como situações de imunidade enquanto forma de sobrevivência, imunidades que se manifestam de forma simbólica, cultural, social ou material.

Como habitar significa sempre constituir esferas, menores ou maiores, os homens são as criaturas que estabelecem mundos circulares e olham em direção ao exterior, ao horizonte. Viver em



esferas significa produzir a dimensão na qual os homens podem estar contidos. Esferas são criações espaciais imunologicamente efetivas para seres estáticos sobre os quais opera o exterior (Sloterdijk, 2016, p. 29).

À medida em que observamos o patrimônio oficial como uma forma de imunidade que visa criar uma cultura universal (global) e unificada, sobrepondo-se às dimensões sociais, podemos interrogar acerca do sentido que a imunidade, a partir do Discurso Autorizado do Patrimônio, representa para as comunidades que produzem e são guardiãs do patrimônio. É evidente que a cultura muitas vezes se torna submissa à imunidade do capital na medida em que é transformada em mercadoria, resultando no desvanecimento da memória e na diluição das múltiplas culturas e memórias devido à exploração econômica. Dessa forma, ao analisarmos paisagens patrimoniais, podemos identificar essa contradição na forma como os sistemas de segurança/imunidade se manifestam.

A Figura 3 ilustra um fragmento da paisagem urbana de Ouro Preto em Minas Gerais. Ouro Preto está incluída na Lista do Patrimônio Mundial pela UNESCO, representando, portanto, o Discurso Autorizado do Patrimônio, que valoriza aspectos materiais em detrimento de elementos simbólicos. Podemos observar as diferentes camadas e temporalidades inscritas na paisagem urbana, afirmando a cidade enquanto organismo vivo e dinâmico. Contrapondo essa perspectiva, o centro histórico, delimitado pela redoma, representa o local de concentração de ações de conservação e das atividades relacionadas ao turismo, contrastando com o restante da paisagem, excluída dos roteiros turísticos. Nesse exemplo, a imunidade da imagem do patrimônio mundial oficial se manifesta pelos interesses de mercado e pelo valor estético que as edificações coloniais representam no panorama nacional e internacional. Em contrapartida, a imunidade social pautada nas tradições e nas memórias ressignificadas se manifesta enquanto resistência ao processo de valorização espacial e segregação social.

Figura 3 - Redoma do Patrimônio - Ouro Preto. Fonte: Camilla Guimarães, 2022.

Figura 4 - Colagem cartográfica Ouro Preto. Fonte: Elaborada por Camila Guimarães, 2024. Fotos: Centro Histórico (2017) e Congado (2018).



Portanto, as imaterialidades que se sobrepõem à esta paisagem compreendem os valores de identificação e memória enquanto construção de imunidades, que resistem à exploração econômica e segregação socioespacial (Guimarães, 2023).

Esse exemplo nos mostra a importância da experiência e da vivência cotidiana como elementos de valorização do patrimônio e de reconhecimento de identidades. Nesse sentido, encontramos na fenomenologia uma importante ferramenta para análise dos processos de identificação com o espaço e na valorização da memória a partir da experiência. A experiência enquanto processo de reconstrução do sentido e do significado do território, capaz de evidenciar discursos e narrativas que valorizem as práticas cotidianas e a memória coletiva. Assim, encontramos na forma de lidar com nossos passados e tradições uma alternativa de resgate de valores e noções de conservação para a produção de situações mais harmônicas e equilibradas de sobrevivência.

Nesse enquadramento, como mencionado anteriormente, Lowenthal (2014) identifica que a conservação é inata ao ser humano, por isso coletamos, conservamos como forma de sobrevivência. Escolhemos nos concentrar nas coisas/objetos, pois acreditamos que as coisas duram mais que as vidas humanas. Contudo, a crise que marca o Antropoceno nos acena para um fim que assola a todos, não poupa as coisas/objetos, a natureza ou os seres humanos. Enfrentar essa crise, significa compreender a complexidade a partir de múltiplas camadas, colocando em diálogo diferentes campos do saber. A memória, o sentido de pertencimento e a construção de identidades figuram como elementos essenciais para resgatar os laços e mudar o curso da história. Lowenthal (2014) em sua crítica aos processos de conservação nos adverte sobre a imprevisibilidade do futuro. Transpondo para o nosso contexto, implica entender o futuro enquanto um campo de disputa, onde os passados apagados, as vozes emudecidas e as memórias diluídas possam se revelar para a produção de um novo sistema de imunidade, no qual as relações sociais, culturais e espaciais se estabeleçam na produção de um contexto diverso e mais equitativo, valorizando a multiplicidade de vozes.



A colagem cartográfica da Figura 4 destaca a complexidade e multiplicidade de vozes presentes em paisagem patrimoniais. A imagem representa a cidade de Ouro Preto. De um lado, temos a principal praça da cidade - Praça Tiradentes, localizada no centro histórico e ponto de maior visibilidade econômica e de poder simbólico. Ao fundo, subindo o morro, percebemos as intervenções recentes na paisagem, sobrepondo-se ao ambiente e causando interferências na imagem da cidade como símbolo de um passado estático e homogêneo. Essa abordagem equivocada do patrimônio e do território ressalta sua exploração enquanto recurso econômico, promovendo a exclusão de seus moradores. Dessa forma, a imagem à direita, que avança sobre o território preservado, representa a periferia. As ocupações em áreas vulneráveis contrastam com os símbolos da arquitetura colonial preservada. O elemento de maior vitalidade nesse território periférico se manifesta pela tradição de matriz africana, o Congado, enquanto resistência e valorização da cultura e da identidade. Esse cenário, onde os personagens se alteram entre o turista na praça central e o habitante em seu território de vida e sobrevivência, nos apresenta a necessidade de olhar para além dos aspectos materiais do espaço, buscando identificar os sujeitos que vivenciam e compartilham as experiências cotidianas, destacando a fenomenologia como ferramenta para interpretação das atmosferas espaciais. Podemos, portanto, aprender como conservar nossos ecossistemas a partir do reconhecimento das diferenças, como forma de produzir imunidades de resistência aos processos de exclusão e apagamento que marcam o desvanecimento da memória no contexto do Antropoceno.

Também um exemplo dessa seletividade se encontra dentro de uma mesma área preservada, como poderá ser observado no conjunto de imagens da Figura 5 acerca das ações de intervenção no Centro Histórico de Salvador. A primeira seleção se dá na delimitação do perímetro da área de preservação, definindo - separando apenas por uma rua, ou meia quadra - o que deve ou não ser preservado. Posteriormente, dentro deste mesmo perímetro, a área preservada, um novo processo de seleção, que determina o grau de preservação, atenção, que cada bem irá receber, atrelado ao público que irá atender. As edificações irão refletir esse processo em suas fachadas. A seletividade física reflete também uma seletividade social, que exclui o próprio morador das ações de preservação. Convivem, no mesmo espaço, o passado preservado, e o turista que o visita, e a ruína, e quem as habita.

Figura 5 - Delimitação do centro histórico de Salvador e áreas alvo de intervenção Recortes do patrimônio edificado. Fonte: Paula Braga, 2014.

Considerações finais: tensionando o futuro

A compreensão da noção de paisagem é fundamental no campo da preservação do patrimônio cultural, visto que extrapola as estruturas físicas e permite compreender este patrimônio em um contexto ampliado, em que elementos mais sensíveis do cotidiano terão papel fundamental no reconhecimento de identidades. Deste modo, pensar os processos, econômicos, políticos, de disputas, que o conceito de Antropoceno propõe debater, se mostra um caminho para também pensar e repensar as formas como este patrimônio é apropriado pela lógica neoliberal, travestido de um discurso de preservação.

Realizando um paralelo, se o ser humano transforma a natureza, levando à sua degradação, também a paisagem cultural, manipulada para o mercado, pode ser degradada, banalizada nesse caso, comprometendo as relações ali estabelecidas. O esvaziamento e apagamento de suas particularidades banaliza significados e perde sentido. Se o espaço urbano, o reconhecimento de um determinado valor a ele atribuído, que o eleva à categoria de patrimônio cultural, depende também dos aspectos imateriais, da dinâmica cotidiana, pautados nas ações humanas, a banalização destes elementos será, no limite, o apagamento da própria vida humana, dos grupos, enquanto representatividade coletiva, e dos indivíduos, nas relações de intimidade e pertencimento.

Partindo dessas considerações compreendemos a importância de resgatar a construção de sentido dos espaços cotidianos, de forma a fortalecer as memórias e construir identidades. Assim, a abordagem fenomenológica para análise do território patrimonial configura uma importante ferramenta capaz de romper as dicotomias estabelecidas entre material e imaterial, o que permite uma análise crítica e ampliada do tema do patrimônio.

A crise que permeia o contexto do Antropoceno exige a ruptura com sistemas perversos de manipulação das formas de existência por meio valorização das diferentes formas de vida e meios de conservação e sobrevivência que nos ensina como as imunidades físicas e simbólicas podem configurar alternativas de combate. Para tanto, faz-se necessário construir uma abordagem holística que considere a complexidade da contemporaneidade que coloca o futuro como campo de disputa. A conquista desse futuro e a possibilidade de vislumbrar paisagens Pós-Antropoceno dependerá da forma com construímos nossos passados, resgatando memórias e fortalecendo os processos de identificação, que conseqüentemente, nos levará a processos de conservação que considerem as multiplicidades de seres que coexistem em nossos contextos locais.

Referências

Livro

- BISPO DOS SANTOS, Antônio. *A terra dá, a terra quer*. São Paulo: Ubu Editora/PISEAGRAMA, 2023.
- BÉRTHOLO, Joana. *Natureza urbana*. Porto Alegre: Dublinense, 2023.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. *O espaço urbano: Novos escritos sobre a cidade*. São Paulo: Contexto, 2004.
- CHANDLER, Alan, PACE, Michela. *The production of heritage: The Politicisation of Architectural Conservation*. New York: Routledge, 2020.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Editora Unesp, 2001.

CHOAY, Françoise. *As questões do patrimônio*. Antologia para um combate. Portugal: Edições 70, 2011.

COSTA, Everaldo Batista da. *A dialética da construção destrutiva na consagração do Patrimônio Mundial*. São Paulo: Humanitas, Fapesp, 2010.

DESCOLA, Philippe. *Outras naturezas, outras culturas*. São Paulo: Editora 34, 2016.

GLASS, Ruth. *London: aspects of change*. London: MacGibbon&Kee, 1964.

HARRISON, Rodney. *Heritage: critical approaches*. New York: Routledge, 2013.

KRENAK, Ailton. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

MESKELL, Lynn. *A future in ruins*. Unesco, world heritage, and the dream of peace. New York: Oxford University Press, 2020.

MUÑOZ, Francesc. *Urbanización*. Paisagens comunes, lugares globales. Barcelona: Gustavo Gili, 2008.

SAMUEL, Raphael. *Teatros de la memoria*. Pasado y presente de la cultura contemporânea. Valência: Verso, 1994.

SMITH, Laurajane. *Uses of heritage*. New York: Routledge, 2006.

SLOTERDIJK, Peter. *Esferas I: bolhas*. São Paulo: Estação Liberdade, 2016.

SLOTERDIJK, Peter. *Esferas I: burbujas*. 6 ed. Madrid: Siruela, 2017a.

SLOTERDIJK, Peter. *Esferas II: globos*. 4 ed. Madrid: Ediciones Siruela, 2017b.

SLOTERDIJK, Peter. *Esferas III: espumas*. 4 ed. Madrid: Ediciones Siruela, 2018.

SOLÀ-MORALES, Ignasi de. *Territórios*. Barcelona: Gustavo Gili, 2002.

Capítulo de livro

HAERINGER, Anne-Sophie; TORNATORE, Jean-Louis. Introduction. Penser avec le patrimoine contre le patrimoine. In: HAERINGER, Anne-Sophie; TORNATORE, Jean-Louis (Orgs.). *Héritage et anthropocène: En finir avec le patrimoine*. Nancy: Arbre bleu éditions, 2022. Introduction, p.11-31.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. A paisagem como fato cultural. In: YÁZIGI, Eduardo (Org.) *Turismo e paisagem*. São Paulo: Contexto, 2002. p. 29-64.

NORBERG-SCHULZ, Christian. O fenômeno do lugar. In: NESBITT, Kate. *Uma nova agenda para a arquitetura*. São Paulo: Cosac Naify, 2ª. Ed, 2008. p.443-460.

PALLASMAA, Juhani. A geometria do sentimento: um olhar sobre a fenomenologia da arquitetura. In: NESBITT, Kate. *Uma nova agenda para a arquitetura*. São Paulo: Cosac Naify, 2ª. Ed, 2008. p. 481-490.

PEREIRA, Honório Nicholls. Tendências contemporâneas na teoria da restauração. In CORRÊA, Elyane Lins; GOMES, Marco Aurélio Filgueiras (Org). *Reconceituações Contemporâneas do Patrimônio*. Salvador: EDUFBA, 2011, p. 101-116.

STERLING, Colin. Heritage as critical Anthropocene Method. In: HARRISON, Rodney; STERLING, Colin (Eds.). *Deterritorializing the future: heritage in, of and after the Anthropocene*. London: Open Humanities Press, 2020. Cap. 6, p.188-218.

STERLING, Colin; HARRISON, Rodney. Introduction: of territories and temporalities. In: HARRISON, Rodney; STERLING, Colin (Eds.). *Deterritorializing the future: heritage in, of and after the Anthropocene*. London: Open Humanities Press, 2020. Cap. 1, p.19-54.

Artigo

SMITH, Laurajane. El “espejo patrimonial”. ¿Ilusión narcisista o reflexion es múltiples? *Antípoda Rev. Antropol. Arqueol.* (n. 12), Bogotá, pp. 39-63, 2011.

SMITH, Laurajane. Desafiando o discurso autorizado de patrimônio. *Caderno Virtual de Turismo*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2. Online, Disponível em: <http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/index.php/caderno/article/view/1957/749>. Acesso em: 25 fev. 2024.

Tese/Dissertação/Monografia

BRAGA, Paula Marques. *Intervenções urbanas em áreas centrais históricas: paisagens particulares versus a banalização da paisagem. Contradições entre a preservação do patrimônio cultural e a promoção do turismo em intervenções realizadas no Centro Histórico de Salvador e no Bairro do Recife*. 2013. Tese (Doutorado em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo) - Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2013. <https://doi:10.11606/T.18.2013.tde-09052014-110000>. Acesso em: 25 fev. 2024.

GUIMARÃES, Camila Ferreira. *Atmosferas Patrimoniais. Espaços públicos patrimonializados em Minas Gerais*. 2023. Tese (Doutorado em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo) - Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2023. <https://doi.org/10.11606/T.102.2023.tde-23062023-121242>. Acesso em: fev. 2024.

Documentos eletrônicos

ARANTES, Antonio A. *As dimensões do patrimônio*. Material do curso Patrimônio Imaterial. Política e instrumentos de identificação, documentação e salvaguarda. DUO Informação e Cultura, 2008.

LOWENTHAL, David. Lecture: David Lowenthal, “Conservation Past and Present”. HarvardGSD, 2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=a4u9HWNcpKQ>. Acesso em: 25 fev. 2024.

RUÍNAS DE UM FUTURO

Entre a memória e o esquecimento nos tempos de Gaia

RUINS OF A FUTURE
Between memory and forgetfulness in the times of Gaia

Lara Stival Garrote¹ e Bárbara Gonçalves Guazzelli²

Resumo

Na contemporaneidade, testemunhamos paisagens que refletem um mundo em ruínas, onde a intrusão de Gaia desafia a concepção linear de que o passado e o presente naturalmente desembocam no futuro, seguindo um curso previsível da história. O Antropoceno, como um palimpsesto das ações desmedidas de formas de exploração pelo Homem, exige novas abordagens na maneira de pensar sobre o tempo. A reflexão sobre a dimensão da memória nesse contexto demonstra ser crucial. Em um momento que rompe com a excepcionalidade humana e evidencia a sua finitude, como a dimensão da memória nos ajuda a compreender o Antropoceno? Como a consciência de viver em uma nova época geológica afeta sua dimensão, as escalas de lembrança, de esquecimento e apagamento? Este ensaio busca problematizar não apenas o(s) paradoxo(s) da dimensão da memória, mas também demonstrar como esta pode nos ajudar a procurar nas ruínas o que temos disponível como parceria para uma Terra habitável.

Palavras-chave: Antropoceno, memória, esquecimento, futuro.

Abstract

In contemporary times, we witness landscapes that reflect a world in ruins, where Gaia's intrusion challenges the linear conception that the past and present naturally lead into the future, following a predictable course of history. The Anthropocene, as a palimpsest of humanity's unchecked actions of exploitation, demands new approaches in the way we think about time. Reflecting on the dimension of memory in this context proves to be crucial. At a time that breaks with human exceptionalism and underscores its finitude, how does the dimension of memory help us understand the Anthropocene? How does the awareness of living in a new geological epoch affect its dimension, the scales of remembrance, forgetting, and erasure? This essay seeks to problematize not only the paradoxes of the dimension of memory but also to demonstrate how it can help us search within the ruins for what we have available as a partnership for a habitable Earth.

Keywords: Anthropocene, memory, forgetfulness, future.

A intrusão de Gaia: fim da história e memória?

Na contemporaneidade, as paisagens do nosso mundo estão repletas de ruínas. O conceito de Paisagem, aqui, vai além da representação visual das condições atuais do mundo, especialmente em relação às mudanças e impactos da interação humana com o ambiente. A noção atual de Paisagem envolve a forma de ver e viver o mundo, sendo uma expressão fiel da existência que não se limita ao visual e à experiência representacional, mas sim à experiência vivida, de sentir e existir no mundo. Besse (2006, p. 92), sobre a Paisagem, destaca que ela “carrega um sentido, porque é a marca espacial do encontro entre a Terra e o projeto humano”. Que significado possuem, então, as ruínas nesse contexto?

A maneira como a figura humana, nos moldes do capitalismo transnacional, industrial e neoextrativista, se relaciona com a vida e matéria no planeta, culminou no que tem sido denominado Antropoceno. Este seria um novo período geológico caracterizado pelo deslocamento escalar das diversas formas de exploração relativas aos modos de construção do mundo moderno pelo Homem, debate que afeta os estudos ambientais, assim como as Ciências Humanas e Sociais.

O termo Antropoceno foi cunhado pelo químico Paul Crutzen e o ecólogo Eugene Stoermer nos anos 2000, destacando as mudanças irreversíveis causadas pela queima de combustíveis fósseis e alterações na paisagem, que nos levariam a uma situação de “fim do mundo” (Krenak, 2019). Desde então, muitos cientistas sociais, antropólogos, geógrafos e demais pesquisadores das humanidades têm apontado as controvérsias e as limitações associadas ao termo e ao momento preciso de seu início. Em março de 2024, porém, a Comissão Internacional de Estratigrafia, organismo da União Internacional de Ciências Geológicas, apontou que ainda não há indícios suficientes para se afirmar o início de uma nova época geológica. Apesar disso, o termo Antropoceno continua a ser largamente aplicado no debate sobre as transformações ambientais e suas consequências para a vida na Terra.

Mas as particularidades dessa discussão têm suscitado a busca por termos mais adequados do que *Antropoceno*. O caráter genérico da humanidade implicada na palavra *antropo*, por exemplo, levou o sociólogo e geógrafo Jason Moore a introduzir em suas análises o termo *Capitaloceno*, como extensão crítica ao conceito de Antropoceno. Isso porque, para Moore (2022), as crises ambientais não são simplesmente o resultado da ação humana, mas são moldadas por relações sociais específicas, especialmente aquelas relacionadas à produção e acumulação de capital. Capitaloceno, portanto, não se refere apenas ao sistema econômico e social, mas trata-se de uma Ecologia-Mundo de poder, trabalho e multiespécie, capaz de organizar e transformar a natureza, as condições de vida e as paisagens como um todo, à sua imagem e lógica.

Por sua vez, as antropólogas Anna Tsing e Donna Haraway trazem como alternativa o termo *Plantationoceno*³, em alusão ao modo de exploração iniciado com a invasão europeia no Sul Global, focalizando as disparidades fundamentais, as transformações e as contradições resultantes da consolidação global do sistema *plantation*. O Plantationoceno abarca intrincadas redes de precariedades que surgem dos processos e relações inerentes à disseminação massiva da monocultura escravista, que abrange plantas, solos, animais e seres humanos. Além disso, aborda as economias extrativas de subjugação, incluindo a diáspora africana, bem como a violência socioambiental

1 Doutora, professora do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Uberaba, UNIUBE e pesquisadora do Laboratório de Estudos do Ambiente Urbano Contemporâneo - LEAUC / IAU - USP.

2 Doutora, professora do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Uberaba, UNIUBE e pesquisadora do Laboratório de Estudos do Ambiente Urbano Contemporâneo - LEAUC / IAU - USP.

3 O termo Plantationoceno surgiu durante uma mesa redonda realizada na Dinamarca em outubro de 2014, que reuniu antropólogos, filósofos e geógrafos para debater as condições e contradições do Antropoceno. Posteriormente, as discussões desses pesquisadores foram transcritas e publicadas na revista *Ethnos* (Haraway et al., 2016).

que resulta em ecocídios, genocídios e epistemicídios das populações originárias nos territórios colonizados (Tsing, 2015; Kilomba, 2019).

Contudo, não é o intuito deste trabalho discutir os muitos nomes que compõem o Antropoceno, uma vez que ainda não somos capazes de abordar essa problemática em sua totalidade. Como afirma Renzo Taddei et al (2020), essa busca pelo termo “correto” é, na verdade, uma sintomática de como nossas mentes estão colonizadas por ideias positivistas sobre a realidade, impedindo-nos de abordar de maneira produtiva o problema ou, como coloca Tsing (2015), o estado de precariedade que o termo tenta descrever. Sendo assim, neste artigo será adotado o termo Antropoceno sem desconsiderar o contexto pós-moderno e suas diferentes camadas de complexidade, caracterizado pela fragmentação, diversidade e pluralidade de perspectivas (Lyotard, 2008; Harvey, 2004).

Considerando-se, portanto, as diferentes dimensões compositivas de uma paisagem, entre elas a dimensão poética-simbólica que comumente o ambiente natural inspira, aqui denominamos *Gaia* a Mãe-Terra, inspiração advinda também dos textos de Latour (2020). A intrusão de Gaia no nosso sistema-mundo-ocidental seria o reflexo do fracasso das promessas modernas de progresso ininterrupto. Gaia, neste artigo, também se referencia à hipótese desenvolvida por James Lovelock e Lynn Margulis (1974), a qual propõe que a Terra seja um sistema vivo e autorregulado, onde todos os organismos, juntamente com o meio ambiente físico, interagem para manter as condições adequadas para a vida. De acordo com essa teoria, a biosfera e os processos geofísicos da Terra estão interconectados de forma a manter o equilíbrio ecológico, incluindo a temperatura, a composição atmosférica e a salinidade dos oceanos. Nesse sentido, o conceito de Gaia enfatiza a interdependência entre os seres vivos e o ambiente em que habitam.

Confundida com uma Natureza distante, mecânica e estática, porém, Gaia nos confronta com a tentação de reduzir a um simples problema o que é um acontecimento (Stengers, 2015), um resultado histórico de variadas e sucessivas interações entre seres humanos e não-humanos, os quais agem uns sobre os outros para permanecerem (re)existindo (Tsing, 2015). Nesse processo, ressalta-se que as perturbações de Gaia diante das infraestruturas humanas imperiais e industriais são indiferentes socialmente, espacialmente e temporalmente, como aponta Stengers (2015):

Gaia é caprichosa, e é por isso que deve ser nomeada como um ser. Já não lidamos com uma natureza selvagem e ameaçadora, nem com uma natureza frágil que precisa ser protegida, nem com uma natureza que pode ser explorada à vontade. O caso em questão é novo. Gaia, aquela que interfere, não nos pede nada, nem mesmo uma resposta à pergunta que impõe. Ofendida, Gaia é indiferente à pergunta “quem é o responsável?” e não age como uma justiceira; parece que as regiões da Terra que serão afetadas primeiro serão as mais pobres do planeta, sem mencionar todos esses seres vivos que não têm nada a ver com o assunto. Isso não significa, de forma alguma, justificar qualquer indiferença em relação às ameaças que pairam sobre os seres vivos que habitam esta Terra conosco. Simplesmente, não é algo relacionado a Gaia (Stengers, 2015, p. 39).

Assim, o resultado que se tem na atualidade é a configuração de paisagens antropocênicas pós-modernas, que emergem constantemente como testemunhos da herança da espécie humana no mundo⁴. Assistimos a uma ampla gama de eventos no cenário contemporâneo, que vão desde as mudanças climáticas e as crises socioambientais, até uma série de desastres-crimes ocasionados pelos impactos da mineração e extração, pelo rompimento de barragens e seus rejeitos tóxicos, passando por áreas devastadas pelo desmatamento desenfreado, manchas de poluição e de radioatividade que atingem os oceanos. A isso, somam-se inúmeros processos de migração e deslocamento populacional, traumas decorrentes de tais eventos catastróficos, e a ruptura dos modos de existência tradicionais, ecossistemas e cotidianos.

O sentimento de proximidade do “fim” – da história, do tempo e da narrativa – resultante da irrupção indiferente de Gaia tanto em nosso mundo físico quanto na ruptura epistemológica formadora da modernidade ocidental, nos conduz também à angústia de perda – ontológica, mnemônica, ideológica e ambiental (Torres, 2020). Tal colocação não apenas tensiona o sentimento de continuidade e coerência em relação ao futuro, mas também nos reorienta a olhar para o passado. É neste sentido que pensar (n)o Antropoceno exige reconhecer que este transcende o colapso da questão climática e da biodiversidade, sendo múltiplos os seus desdobramentos. Trata-se, na verdade, de um problema planetário, com ramificações que se estendem por diversas esferas, desde as sociais e políticas até as econômicas e culturais.

Nesse contexto, cabe a reflexão sobre como nos encontramos em tempos de catástrofes (Stengers, 2015), que desterritorializa humanos e não-humanos, e sobre os desafios do campo da memória e do esquecimento diante das transformações constantes do nosso presente. Assim, em um momento que rompe com a excepcionalidade humana, como olhar para a dimensão da memória nos ajuda a compreender o Antropoceno? Como a consciência de viver em uma possível nova época geológica definida pelas ações dos seres humanos afeta sua dimensão, as escalas de lembrança, de esquecimento e apagamento?

Segundo o historiador indiano Dipesh Chakrabarty (2009), o colapso atual pode precipitar um sentido do presente que desmembra o futuro do passado, ao colocar tal futuro além do alcance da sensibilidade histórica. Ainda conforme o autor, as práticas históricas usuais para visualizar tempos – passados e futuros – são lançadas em uma profunda contradição decorrente do nosso senso contemporâneo, na medida em que esse presente dá origem a preocupações sobre nosso futuro, o qual é potencialmente destrutivo. Neste sentido, Chakrabarty (2009, p. 197, tradução própria) afirma que: “A disciplina da história existe tendo como pressuposto que nosso passado, presente e futuro estão ligados por uma certa continuidade da experiência humana”⁵.

Nora (1993) aborda que a História requer a reconstrução, sempre problemática e incompleta, de um passado, demandando análise de detalhes e discurso crítico para sua vocação universal. Por outro lado, a memória atua no presente, é um processo em permanente construção e evolução que, subordinado à dinâmica social, encontra-se na linha tênue entre a lembrança e o esquecimento, sendo, portanto, vulnerável a todos

4 Chakrabarty (2009) sugere que nós, humanos, devemos nos entender como uma espécie, sendo esta a única responsável por uma era geológica marcada por alterações irreversíveis no sistema Terra, as quais teremos que enfrentar como parte de nossa própria história. Pensar como espécie humana permite reconhecer nossa interconexão com um complexo ecossistema composto por diversas espécies, tanto humanas quanto não humanas, desafiando a dicotomia Natureza e Cultura.

5 Texto original: “The discipline of history exists on the assumption that our past, present, and future are connected by a certain continuity of human experience” (Chakrabarty, 2009, p. 197).

os usos, manipulações e formas de apagamentos (Nora, 1993). Assim, a memória é elemento essencial para a formação da identidade de uma sociedade e de um povo e, enquanto exercício crítico em relação ao passado, se constitui também como objeto do conhecimento histórico (Meneses, 1992). Neste aspecto, sua elaboração está no presente, permitindo a criação de parâmetros necessários para compreensão do futuro.

Diante disso, pode-se dizer que o Antropoceno, como um palimpsesto, um registro histórico e até mesmo uma cicatriz das ações desmedidas de inúmeras formas de exploração, exige novas abordagens na maneira de pensar sobre o tempo. Ao reconhecer o Antropoceno como um registro histórico e desafiador, é vital aprender com os erros do passado e evitar repetições. A preservação da memória não apenas fornece entendimentos valiosos sobre os impactos humanos no planeta, mas também orienta ações e decisões presentes, alimentando uma consciência crítica e responsável. Em última análise, pensar sobre a preservação da memória não é apenas um exercício acadêmico, mas uma medida essencial para a continuidade e qualidade de nossa existência em meio aos desafios do Antropoceno.

O(s) paradoxo(s) da memória e o Antropoceno

Vivemos em uma era que desafia nossa concepção linear de passado, presente e futuro. As transformações temporais atuais parecem minar a ideia tradicional de que o passado e o presente naturalmente desembocam no futuro, seguindo um curso previsível da história. Essa visão simplista e secular do tempo é confrontada pela complexidade do presente, especialmente diante de Gaia (Latour, 2020a; Stengers, 2015), que nos obriga a repensar as narrativas de progresso ou a simples expectativa de que os eventos continuem a se suceder.

O Antropoceno enquanto a caracterização de uma nova época, por esse ponto de vista, pode ser interpretado enquanto um registro histórico que aponta como o desenvolvimento das inscrições humanas é um arquivo pelo qual o passado e o futuro do Homem podem ser lembrados. A abordagem da memória é essencial nesse contexto, pois captura a dinâmica de retorno do passado, não apenas por meio da permanência de objetos históricos e arquiteturas, mas também das narrativas, das formas de pensar, da ascensão e prevalência de ideias de segurança, prosperidade, liberdade e da instrumentalização da natureza. É também por isso que entender o Antropoceno requer uma análise abrangente que inclua tanto as mudanças culturais quanto as mudanças biológicas, físicas e químicas associadas a ele.

Por outro lado, a crescente popularidade da dimensão da memória, tanto em termos de estudos acadêmicos quanto em projetos político-culturais, levantou debates que questionam, ao longo das últimas décadas do século XX, as transformações nos cenários urbanos, nos espaços virtuais e nos novos sentidos de memória histórica na contemporaneidade. Huyssen (2000), por exemplo, discute como esses eventos interferiram na dimensão da memória, que passou a se inserir nos mais diferentes campos de estudo. De acordo com Huyssen (2000), é ao longo do *fin de siècle* que se evidencia um deslocamento no tempo e nas formas de sensibilidade, o que o autor denomina *futuros presentes para passados presentes*. Isso porque a emergência da memória e a obsessão pelo passado nas sociedades ocidentais contrasta com décadas de rejeição pelo Modernismo, que até então buscava excessivamente o novo e o futuro.

Esse fator desencadeou um processo de comercialização – bem-sucedida, diga-se de passagem – da memória pela indústria cultural. Huyssen (2000) identifica esse processo como *cultura da memória*⁶ que, com os avanços tecnológicos dos meios de informação e de comunicação em massa, estimulou a musealização do mundo e da vida cotidiana, na qual o objetivo é a recordação de proporções monumentais em todo o planeta.

Para Sarlo (2005), por sua vez, o tempo presente, já bastante desgastado por sua aceleração, produz um vazio do passado que a dimensão da memória tenta incansavelmente compensar. Podemos relacionar a afirmação de Sarlo (2005) ao conceito enfatizado por Huyssen (2000) sobre a tendência de resgatar determinadas lembranças, o qual ele descreve como a *síndrome da memória*, uma resposta ao crescente receio de um futuro cada vez mais instável. Diante da insegurança em relação ao que está por vir, sentimos o impulso de buscar conforto em certas recordações do passado.

Nesse cenário, uma das críticas fundamentais de Huyssen (2000) à obsessão da sociedade moderna e contemporânea pelo passado é a sua observação de que a memória, em suas diversas manifestações, formas e conteúdos, é apropriada pela lógica capitalista e transformada em mercadoria a ser comercializada, espetacularizada e consumida. A lógica neoliberal, ao se apropriar da memória, provoca a fragilização das relações que a compõem e o esvaziamento de seu sentido, interferindo também na própria compreensão da história. Como aponta Huyssen (2000, p. 18): “[...] muitas das memórias comercializadas em massa que consumimos são ‘memórias imaginadas’ e, portanto, muito mais facilmente esquecíveis do que as memórias vividas”.

Paralelamente a um passado constantemente reivindicado, inclusive por “memórias imaginadas”, os processos de rememoração implicam, mutuamente, na produção de esquecimentos (Huyssen, 2000). Em vista disso, há sempre a seleção de quais passados serão contados e lembrados. Deparamos, então, com estratégias de rememoração que, por fim, são sempre transitórias, incompletas e passíveis de serem esquecidas e apagadas do discurso oficial hegemônico. Ou seja, ao mesmo tempo em que há a preservação de certas lembranças, patrimônios (materiais e intangíveis), objetos históricos, narrativas, tradições e modos de viver, os quais representam os interesses de uma determinada sociedade (neste caso, ocidental, capitalista e pós-colonial), há, do outro lado, o esquecimento e apagamento daquilo que não é considerado digno de se preservar.

Sarlo (2000; 2007), nesse sentido, aborda uma questão crucial: frequentemente, tendemos a elevar a memória a um patamar superior à reflexão, transformando-a em monumento. Ao debater os anos da ditadura argentina durante a Guerra Fria, a autora argumenta que existe a tendência de dar mais valor à memória do que à análise crítica dos eventos. Para Sarlo (2000; 2007), o exercício reflexivo e a dimensão da lembrança são condições indispensáveis para o presente. Ambos são essenciais e indivisíveis. Refletir sobre a história do tempo presente implica, em grande medida, construir uma perspectiva tanto em relação ao passado, como um espaço de experiências vividas, quanto em relação ao futuro, como um horizonte de expectativas. Nesse sentido, embora frequentemente reduzida a um dispositivo de armazenamento de referenciais do passado, podemos dizer que a experiência da memória é baseada nas vivências

⁶ De acordo com o autor, a disseminação geográfica da cultura da memória teve como consequência o aumento de processos de requalificação e revalorização de centros históricos e áreas industriais, a produção de novos monumentos, arquiteturas de museus e objetos ligados à atividade turística-econômica, além de produções cinematográficas, documentários e obras literárias, sendo elas supérfluas ou relevantes (Huyssen, 2000).

sociais e culturais que devem sempre nos conduzir ao exercício de reflexão para a construção do futuro. Contudo, as transformações nas temporalidades, provocadas pela rapidez das inovações técnicas, científicas, culturais, além dos novos padrões de consumo, trabalho e mobilidade, produzem a sensação de encolhimento nos horizontes de tempo e espaço. Assim, a memória novamente se depara com uma encruzilhada, oscilando entre ser capturada pelas estratégias do capitalismo neoliberal para a consolidação de mercados de memórias, os quais representam os valores e ideais de uma sociedade (Huyssen, 2000), ou ser transformada em algo fluído, transitório e efêmero (Sarlo, 2000). No caso desta última, lidar com tais narrativas instantâneas, marcadas pela influência do tempo, parece também ser da natureza intrínseca da dimensão da memória na atualidade.

O constante retrato do presente em nossos dispositivos eletrônicos, como *smartphones*, televisões e rádios, é uma característica marcante da contemporaneidade, impulsionada pelo crescimento das mídias e pelas pressões das novas tecnologias de informação. No entanto, essa exposição muitas vezes resulta em um rápido esquecimento dos acontecimentos recentes. Além disso, a velocidade com que as informações são compartilhadas em nosso cotidiano, muitas vezes sem verificação adequada, também contribui para a disseminação de *fake news*. Em meio ao cenário antropocênico, os eventos extremos decorrentes das mudanças climáticas, a exemplo das tragédias ocasionadas pelos desastres-crime em Minas Gerais e, mais recentemente, em Maceió; além das enchentes no Rio Grande do Sul; do tsunami que atingiu os reatores em Fukushima; do desmatamento e das queimadas na Amazônia, Pantanal e Cerrado, assim como na Austrália e Califórnia, emergem impactantes mas acabam “caindo no esquecimento”, evidenciando novamente os paradoxos da memória.

Nas primeiras páginas de *Onde Aterrorizar?*, Bruno Latour (2020b) introduz a hipótese que ele denomina de *ficção política*, para compreendermos a conjuntura social e política global atual, profundamente afetada pelo colapso ecológico. Segundo Latour (2020b), a desregulamentação do Estado após a queda do Muro de Berlim, a explosão das desigualdades sociais e a refutação das mudanças climáticas são sintomas da ausência de noção de um mundo comum na sociedade contemporânea. Apesar das inúmeras evidências de falência do paradigma de progresso e do modelo econômico de crescimento ilimitado, a continuidade do imaginário desenvolvimentista tem desafiado a história e a dimensão da memória social, com os eventos sendo reinterpretados e representados muitas vezes a partir de perspectivas negacionistas, que minimizam ou distorcem a gravidade dos colapsos ambientais e sociais.

Além disso, as transformações no meio ambiente desencadeiam uma crise de escala mundial que destaca as lacunas do uso do termo “sustentabilidade” e as crises da democracia. Podemos correlacionar os processos de amnésia e a própria negação desses eventos críticos com o avanço do conservadorismo no Brasil, principalmente após o *impeachment* de Dilma Rousseff em 2016, a eleição de Jair Bolsonaro em 2019 e até o grande número de eleitores que apoiaram sua candidatura na disputa das eleições presidenciais de 2022, mesmo após seu posicionamento durante a pandemia de Covid-19. Tais exemplos nos fazem retomar a crítica de Sarlo (2000; 2007), sobre como priorizamos a transformação de certas memórias em monumentos, como algo mais importante do que o exercício de reflexão que estas conduzem, ou que deveriam conduzir.

Assim, se Huyssen (2000) já afirmava que as memórias do século XX, ao invés de confortar, demonstravam uma história de genocídio e destruição em massa, barrando qualquer tentativa de glorificar o passado, essa tendência parece continuar na atualidade diante da incerteza científica sobre a própria possibilidade de futuro. Sem dúvida, uma sequência de desdobramentos ocasionados por anos de dominação e

transformação de humanos e não-humanos em recursos, explorados pelo capitalismo e pelos sistemas *plantation* nas relações coloniais e pós-coloniais, colocam em evidência o processo de ruína de nossa civilização global (Danowski; Viveiros de Castro, 2014). A degradação já em curso, intensificada, acelerada e, em muitos aspectos, irreversível, das condições ambientais que caracterizaram a vida humana durante o Holoceno⁷, é substituída pelo Antropoceno.

Danowski e Viveiros de Castro (2014) apontam que o Antropoceno se refere ao fim de uma epocalidade no que concerne à *espécie* humana. Segundo os autores, embora tal epocalidade tenha sido iniciada por nós, é provável que chegue ao fim sem a nossa presença, dando lugar a outra época geológica muito após termos desaparecido da face da Terra. São inúmeras as tonalidades apocalípticas que remetem às ficções científicas *blockbuster*, mas que colocam a hipótese de que pode não haver futuro. Eventos extremos como secas e chuvas intensas, o aumento no nível do mar e as extinções biológicas causadas por incêndios e pandemias, além dos exemplos citados anteriormente, são efeitos perversos de retroalimentação que nos impele a refletir sobre a maneira com que temos nos relacionado com o mundo.

Portanto, voltemos aos paradoxos da memória. Por um lado, podemos refletir que a Terra se constitui enquanto um sistema vivo e local onde todos os seres vivos fazem alterações em seu meio, e todos evoluem em resposta a tais alterações; isso, supostamente, constitui formas distintas e particulares de memória. Por outro lado, tal observação nos força a lembrar que nosso presente é o Antropoceno, um palimpsesto de acumulação da história de ações de determinados humanos, e também um embaralhamento dos sistemas de memórias da Terra que foram reproduzidas em nome do progresso civilizatório ocidental. Assim, em um exercício de reflexão, devemos retornar nosso olhar não apenas para as narrativas que foram construídas e lembradas até aqui, mas também aquelas que foram excluídas nesse processo, tendo em vista que a produção de memória e de esquecimento/apagamento são complementares.

Diante dessas considerações, o reconhecimento do Antropoceno como uma nova época geológica é um convite para o questionamento daquilo que nos conduziu ao estado de precariedade atual, ao mesmo tempo que nos induz a voltar o nosso olhar para o que sempre esteve à margem, isto é, o que ficou no campo do esquecimento: memórias outras, de modos de vida e formas de pensar e existir que foram ignoradas e apagadas pela dicotomia natureza-cultura na sociedade racional-moderna-ocidental. Apesar da história humana já ter lidado com diversas crises, ela jamais passou por uma ameaça como a que está em curso, não apenas em relação às mudanças climáticas, ao aquecimento global e à perda da biodiversidade, mas também às problemáticas socioculturais. As chances de prolongar nossa estadia parecem depender da nossa capacidade de reflexão sobre o passado e o aprendizado com muito do que foi esquecido ao longo dos tempos, de forma a buscar direcionamentos possíveis para a nossa continuidade.

⁷ De acordo com especialistas das áreas de geologia, paleontologia, química e física, há aproximadamente 11.700 anos, teve início o período conhecido como Holoceno. Esta era geológica, que sucedeu a última era glacial, é notável por suas mudanças climáticas relativamente estáveis e por ter proporcionado o surgimento e desenvolvimento das civilizações humanas.

Há memórias por vir? Notas sobre as possibilidades para a construção de um futuro

As paisagens globais de hoje estão repletas desse tipo de ruína. Ainda assim, esses lugares podem ser animados apesar dos anúncios de sua morte; campos de ativos abandonados às vezes geram novas vidas multiespécies e multiculturais. Em um estado global de precariedade, não temos outras opções além de procurar vida nessa ruína (Tsing, 2015, p. 46).

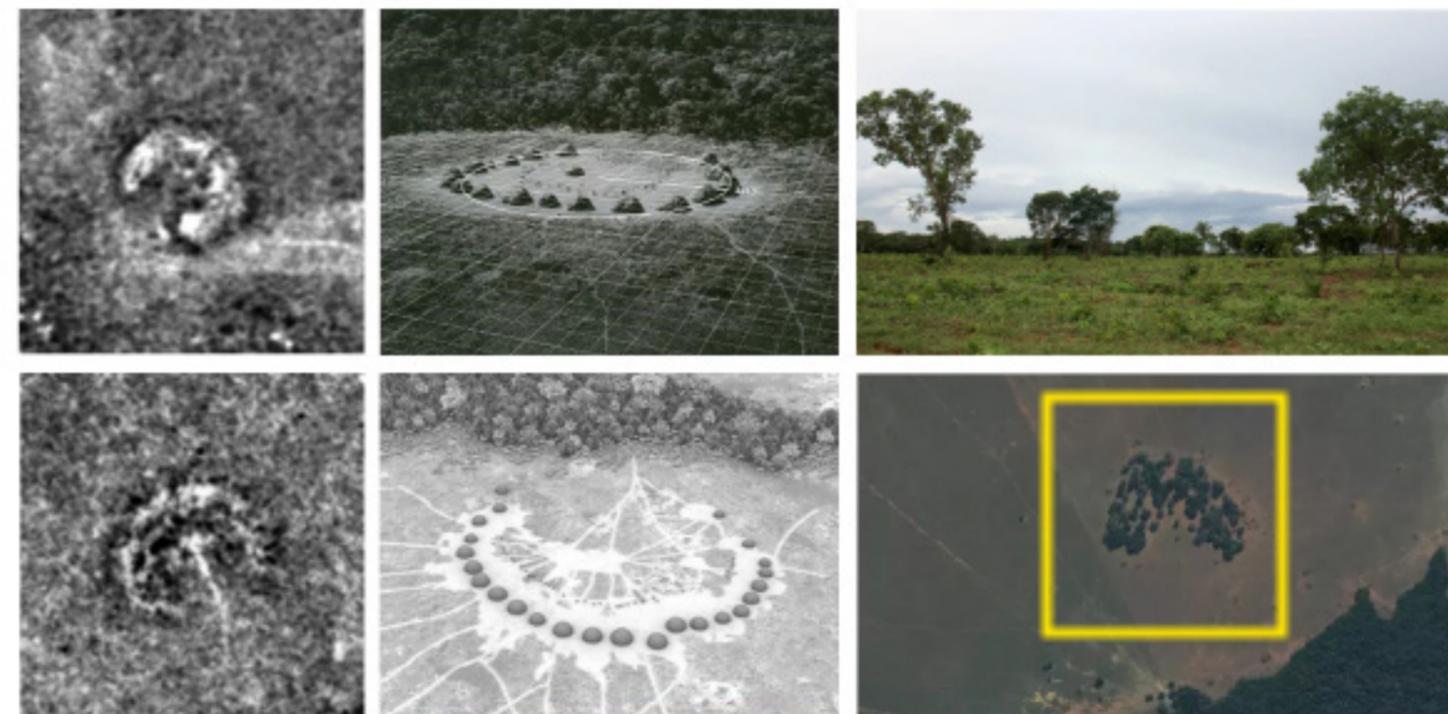
Em uma inusitada perseguição etnográfica atrás do cogumelo do tipo *matsutake*, o mais caro do mundo, e também das intrincadas redes (sociais, culturais, ecológicas e mercadológicas) em torno deste, Tsing (2015) aponta para a habilidade singular do mesmo de prosperar tanto em meios resultantes do trabalho pacífico e equilibrado das *satoyamas* – florestas japonesas representativas da coexistência harmoniosa entre humanos e natureza –, quanto em ambientes degradados, emergindo em meio às ruínas de paisagens devastadas⁸.

Assim como Tsing (2015; 2019) enxerga nas ruínas das infraestruturas humanas industriais e imperiais as possibilidades de locais de pesquisas, Paulo Tavares et al (2023), afirma que a maneira como a história da arquitetura foi sendo construída está sempre remetendo de alguma forma às evidências arqueológicas. Para Tavares (2023), a ruína pode atuar como nossa fonte epistemológica, a qual possibilita reconstituir memórias outras, multiespécies, que foram apagadas e esquecidas no curso do processo de progresso da história oficial.

Dentro desse contexto teórico que valoriza a ruína como fonte de conhecimento, destaca-se a pesquisa *Memória da Terra*, comissionada pelo Ministério Público Federal atrelado a uma ação civil pública, a qual busca a reparação dos povos Xavante que se situavam no território de Marãiwatsédé, espaço geograficamente delimitado entre o Rio das Mortes, o Rio Tapirapé e a Serra do Roncador, no estado do Mato Grosso. O estudo, liderado por Paulo Tavares (2020), foi conduzido através da análise de imagens de satélite, pesquisas bibliográficas, documentais e etnográficas, com o objetivo principal de registrar e, sobretudo, denunciar a dispersão forçada do considerável grupo indígena ocorrida entre 1940 e 1970. A diáspora foi promovida pelo governo militar brasileiro e por conglomerados empresariais que estabeleceram extensas áreas de latifúndio na região, destinadas à pecuária e ao cultivo de soja.

A remoção dos povos originários Xavante estava relacionada às políticas oficialmente designadas como “atração e pacificação”, promovidas pelo Serviço de Proteção aos Índios (SPI), visando a “ocupação e integração” dos “vazios demográficos”, termo que sustentava o projeto desenvolvimentista militar em territórios indígenas. Esta política de apagamento (Tavares, 2020) viabilizou o megaempreendimento agropecuário denominado Fazenda Suiá-Missu. Esse acontecimento evidencia como nosso passado recente, marcado por uma falta de reflexão crítica, continua a reverberar nos dias de hoje, através da perpetuação de sistemas de violência contra os povos originários, na maneira pela qual o Estado, a sociedade e as instituições se relacionam com essas populações.

⁸ Segundo a autora, os ataques nucleares de Hiroshima e Nagasaki, além de todo trauma e sofrimento, deixaram um solo extremamente fértil para a proliferação do *matsutake*, que se tornou uma espécie de símbolo de renascimento e resiliência na cultura japonesa, apesar de carregarem consigo uma considerável carga de radioatividade (Tsing, 2015, p. 41). Assim, Tsing (2015) questiona se não haveria uma outra maneira de habitar as ruínas do mundo contemporâneo por meio de sobrevivências colaborativas menos agressivas.



Diante da contínua ameaça do agronegócio e do próprio poder público⁹, a pesquisa de Tavares (2020) junto aos povos Xavante teve como premissa comprovar que essas terras eram, de fato, indígenas. Por meio da correlação entre as histórias orais dos anciãos e outros registros históricos, um dos mais significativos documentos comprovativos foi a própria resistência botânica do território, mesmo após as múltiplas transformações devido ao avanço do desmatamento e a ocupação das fazendas de soja. As evidências botânicas ancestrais (forma e composição de certas formações vegetais, além da presença e disposição de certas espécies de árvores e palmeiras), que caracterizam o sítio arqueológico, foram capturadas pelas aerofotografias realizadas no reconhecimento da região a partir dos anos de 1940, durante a campanha de “atração e pacificação” do SPI.

A sobreposição desses registros históricos, junto às demais imagens de satélite produzidas no período da Guerra Fria pelo exército norte-americano e até as mais recentes, além de metodologias de análise visual forense, possibilitou a compatibilização da forma espacial, da localização geográfica e da dimensão das marcas encontradas nos assentamentos tradicionais Xavante. Foram identificados padrões de design florestal que seguiam as formas de arcos das ocupações dos grupos originários, rompendo com o discurso oficial de que eram “vazios demográficos” (Ottoni, 2023).

Essas provas materiais não apenas corroboram com a história oral transmitida pela população originária sobre sua ocupação ancestral no território, mas também reconhecem que as formações botânicas podem ser equiparadas a ruínas arqueológicas, traços e memórias decorrentes de assentamentos indígenas tão antigos

⁹ O discurso de negação da presença histórica dos Xavante na região tem sido usado para justificar invasões e representa uma ameaça aos direitos e à segurança das comunidades indígenas. O ex-secretário especial de Saúde Indígena, Rodrigo Rodrigues, contestou a demarcação da Terra Indígena Xavante de Marãiwatsédé durante um encontro com empresários do agronegócio em março de 2017, alegando que a área nunca foi terra indígena. Essa negação da presença ancestral Xavante também foi usada para tentar bloquear um projeto de desvio da rodovia BR-158 que corta a terra indígena (Tavares, 2020).

que deixaram profundas marcas em seus territórios. Isso reforça tanto a dimensão da memória coletiva do grupo quanto a memória da própria terra (Tavares, 2020). O caso de Marãiwatsédé¹⁰ ilustra como a construção da memória e da verdade histórica desses eventos, juntamente com a reparação das sérias violações cometidas contra as comunidades Xavante, representam um passo crucial para reverter o legado de apagamentos que ainda afeta essa população e coloca em risco a integridade de seu território remanescente.

Ao falar de Antropoceno, Tsing (2015) aponta que este é a era da perturbação humana. Ainda assim, de acordo com a autora, a perturbação, para além de nos levar à destruição, tem a potencialidade de realinhar as possibilidades para um encontro transformador acontecer: a emergência do que ela denomina de diversidade contaminada. Esse conceito trata da adaptação colaborativa de ecossistemas, modos culturais e biológicos de vida que se desenvolveram nos milhares de anos de perturbação humana, e que sobreviveram em meio às histórias de ganância, violência e destruição ambiental (Tsing, 2015; 2019). Em meio à diversidade contaminada, a autora explora os processos de simbiose que se desenvolvem em uma inesperada conjuntura histórica, e que podem surgir da articulação entre humanos e outros seres não-humanos no processo de modelar mundos.

Simbiose tem como significado a associação entre duas ou mais espécies que vivem conjuntamente e com vantagens recíprocas, sendo parte do processo evolutivo para que muitas formas de vida possam prosperar. Isso reforça a afirmação de Tsing (2019, p. 97) que “jamais fomos indivíduos”. Tanto os *matsutake* nas florestas *satoyamas*, quanto as formações botânicas ancestrais enraizadas na memória da terra Xavante são exemplos de como a evolução surge por meio de relacionamentos e não de unidades individuais, em um processo de negociação pela sobrevivência e continuidade histórica.

No caso do projeto “Memória da Terra”, melhor aprofundado neste artigo, este exemplifica a interseção crítica entre a memória, a ecologia e a justiça social no contexto do Antropoceno, alinhando-se com as perspectivas de Tsing (2015) e as reflexões sobre a memória cultural e histórica de Huyssen (2000) e Sarlo (2007). Ao resgatar as memórias dos povos Xavante através de evidências botânicas e arqueológicas, a pesquisa de Tavares (2020) não apenas denuncia as injustiças históricas e ambientais, mas também revela a resiliência e as histórias esquecidas dos povos indígenas, proporcionando um contraponto ao progresso destrutivo promovido pela modernidade capitalista. Esta abordagem ecoa a noção de “diversidade contaminada” de Tsing (2015), onde a vida floresce nas ruínas de perturbações humanas, demonstrando a capacidade de adaptação e coexistência entre humanos e não-humanos. Simultaneamente, ao valorizar memórias outras e multiespécies, a pesquisa desafia as narrativas hegemônicas e mercantilizadas da memória criticadas por Huyssen (2000) e Sarlo (2007), promovendo uma reflexão crítica sobre como a memória pode ser um instrumento poderoso para a construção de futuros mais justos e sustentáveis. Assim, a “Memória da Terra” exemplifica como a preservação e a ressignificação da memória são fundamentais para enfrentar as crises do Antropoceno e promover um diálogo mais inclusivo e reflexivo sobre nosso passado, presente e futuro.

¹⁰ Segundo Tavares (2020), a partir das oficinas conduzidas com os anciãos, foi possível identificar a maioria dos sítios arqueológicos. Alguns desses sítios apontam para as localizações das aldeias mais antigas e significativas do território ancestral dos A'uwe-Xavante. Contudo, a maioria dos sítios arqueológicos Xavante já foi destruída devido à expansão desenfreada do agronegócio e, muitos dos poucos remanescentes, como aldeias e cemitérios do século XIX, estão localizados fora das terras indígenas demarcadas. Isso coloca o patrimônio material e intangível em sério risco de desaparecimento. Sem acesso a esses locais históricos e culturais, os povos Xavante continuam a enfrentar o processo violento de apagamento. Assim, o objetivo final da pesquisa *Memória da Terra* foi produzir uma petição ao Iphan e à Unesco, solicitando o seu tombamento.

Isso nos mostra que a preservação da memória é fundamentada nas vivências sociais e culturais, servindo como guia para o exercício reflexivo na construção do futuro. No entanto, diante das transformações nas temporalidades, aceleradas pelas inovações técnicas, científicas, culturais e pelos novos padrões de consumo, trabalho e mobilidade, os horizontes de tempo e espaço parecem encolher. Nesse cenário, a memória encontra-se em uma encruzilhada, enfrentando a dualidade entre ser capturada pelas estratégias do capitalismo neoliberal, consolidando mercados de memórias que representam valores e ideais sociais (Huyssen, 2000), ou transformar-se em algo fluído, transitório e efêmero (Sarlo, 2000).

Esta dicotomia ressoa especialmente no contexto do Antropoceno, em que a rapidez das mudanças e a busca incessante por inovações tecnológicas a serviço do mercado moldam uma nova paisagem temporal. A memória, em meio a esse turbilhão de transformações, é confrontada não apenas com o risco de ser instrumentalizada para perpetuar lógicas de consumo, mas também com a possibilidade de se tornar um elemento efêmero, sujeito à volatilidade das narrativas instantâneas. Assim, a dimensão da memória na contemporaneidade não apenas nos desafia a refletir sobre o passado, mas também nos convoca a reconsiderar como podemos preservar e construir narrativas significativas em um mundo que está constantemente em mutação.

Como Tsing (2019) afirma, que precisamos narrar estórias e memórias conturbadas, nas quais a diversidade contaminada emerge em sinergias colaborativas. O estudo de Tsing (2015; 2019) e o caso Marãiwatsédé são exemplos que permitem resgatar memórias e modos de (re)existir no mundo, que foram apagados e esquecidos pelo discurso oficial hegemônico em prol dos ideais modernos de progresso. Entretanto, os exemplos também demonstram que sempre haverá perturbações. Os *matsutake* crescem tanto em meio aos destroços radioativos, como na harmonia colaborativa entre humanos e não-humanos. Portanto, cabe a nós, perturbar a Terra de maneira diferente, uma perturbação saudável como as *satoyamas* e as memórias multiespécies, entrelaçadas nos territórios Xavante.

Considerações finais

Em um momento que rompe com a excepcionalidade humana e evidencia o quão finita é a sua existência, a dimensão da memória se revela como uma ferramenta crucial para compreender o Antropoceno. A consciência de viver em uma nova época geológica impacta profundamente as escalas de lembrança, esquecimento e apagamento. Olhar para essas memórias não apenas nos conecta ao passado, mas também permite atuar na própria persistência do porvir. Se, por um lado, a intrusão de Gaia nos conduz a recordar dos detritos da destruição ambiental, da conquista imperial e da busca pelo lucro que o capital impõe, por outro lado, ela também nos leva a buscar nas ruínas da devastação o que temos disponível como parceria para uma Terra habitável. Isso é evidenciado, por exemplo, na memória da terra Xavante e nas florestas *satoyamas*, revelando, como pontuam Danowski e Viveiros de Castro (2014, p. 156): “Há muitos mundos no Mundo”, e, neles, portanto, memórias e histórias outras a ressurgirem. Esse resgate pelas estórias da Terra não só enriquece nosso entendimento do presente, mas também oferece perspectivas para construir um futuro mais consciente.

Por outro lado, as ruínas, no contexto do Antropoceno, possuem um significado profundo e multifacetado. Elas representam, ao mesmo tempo, os vestígios tangíveis das ações humanas e os impactos devastadores que essas ações tiveram sobre o planeta. As ruínas são testemunhos materiais das promessas não cumpridas da modernidade, do progresso ininterrupto e da exploração desenfreada. Elas simbolizam a falibilidade e a transitoriedade das construções humanas frente às forças maiores da

natureza, destacando a fragilidade de nossa civilização diante dos ciclos geológicos e ecológicos.

Além disso, as ruínas evocam um sentido de perda e de memória, funcionando como marcos que nos obrigam a refletir sobre nosso passado e a reconsiderar nosso futuro. Elas são lembranças físicas das catástrofes ambientais, sociais e culturais que marcaram nossa história recente, e servem como advertências das consequências do modelo capitalista e extrativista dominante. Em um sentido mais amplo, as ruínas são emblemas da paisagem pós-moderna, caracterizada pela fragmentação e pela pluralidade de narrativas, onde cada pedaço remanescente conta uma parte da complexa interação entre a Terra e o projeto humano.

Portanto, as ruínas não são apenas restos passados, mas elementos ativos na construção de novas narrativas e identidades no Antropoceno. Elas desafiam a continuidade da experiência humana, impulsionando a necessidade de aprender com os erros passados e de preservar a memória como um recurso vital para enfrentar os desafios futuros. Em suma, as ruínas são tanto um símbolo de destruição quanto uma base para reflexão e reconstrução, fundamentais para a conscientização e a ação no contexto das transformações ambientais e sociais contemporâneas.

Referências

- BEIGUELMAN, G. *Da cidade interativa às memórias corrompidas: arte, design e patrimônio histórico na cultura urbana contemporânea*. 2016. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.
- CHAKRABARTY, D. The Climate of History: Four Theses. *Critical Inquiry*, Vol. 35, No. 2, p. [DOI: 10.1086/596640], 2009.
- DANOWSKI, D. ; VIVEIROS DE CASTRO E. *Há Mundos por Vir?* Rio de Janeiro: Editora Cultura e Barbárie, 2014.
- HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna*. 13 ed. São Paulo: Edições Loyola. 2004.
- HUYSEN, A. *Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.
- KILOMBA, G. *Memórias da Plantação: Episódios de Racismo Cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.
- KRENAK, A. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Editora: Companhia das Letras, 2019.
- LATOUR, B. *Diante de Gaia: Oito conferências sobre a nova aliança natural*. São Paulo: Editora Ubu, 2020a.
- LATOUR, B. *Onde Aterrar? Como se Orientar Politicamente no Antropoceno*. Rio de Janeiro: Editora Bazar do Tempo, 2020b.
- LYOTARD, Jean-François. *A condição pós-moderna: relatório sobre o saber*. Tradução de Ricardo Corrêa Barbosa. São Paulo: Editora 34, 2008.
- MARGULIS, L.; LOVELOCK, J. E. Biological modulation of the earth's atmosphere. *Icarus*, San Diego, n.21, p.471-489, 1974.
- MENESES, U. A História, cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, nº. 34, p. 9-24, 1992.
- MOORE, J. *Antropoceno ou Capitaloceno? Natureza, história e a crise do capitalismo*. Editora Elefante, 2022.
- NORA, P. *Entre Memória e História: a problemática dos lugares*. Projeto História. São Paulo: Editora PUC, 1993, p.7-28.
- OTTONI, A. *A Paisagem Desencantada: Fotografia e Ruína no Espaço Moderno*. 2023. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.
- SARLO, B. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- SARLO, B. *Tiempo Presente: notas sobre el cambio de una cultura*. Buenos Aires: Siglo Veinteuno, 2000.
- STENGERS, I. *No tempo das catástrofes: resistir à barbárie que se aproxima*. São Paulo, Cosac Naify, 2015.
- TADDEI, R. ., et al. A necessária indomesticabilidade de termos como “Antropoceno”: desafios epistemológicos e ontologia relacional. *Revista Opinião Filosófica*, 11(3), 2020. <https://doi.org/10.36592/opiniaofilosofica.v11.1009>
- TAVARES, P. et al. *A Ruína é, de Alguma Maneira, Nossa Fonte Epistemológica: Entrevista Com Paulo Tavares*. Sept. 2023, <https://doi.org/10.60001/ae.n45.2>.
- TAVARES, P. *Memória da terra: arqueologias da ancestralidade e da despossessão do povo Xavante de Marãiwatsédé*. Brasília: MPF, 2020. 215 p. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr6/documentos-e-publicacoes/livros>.
- TORRES, S. *Mal de Arquivo no Antropoceno: Ecomemória Especulativa*. Revista Porto das Letras, Vol. 06, Nº 4, p. 102-122, 2020.
- TSING, A. L. *O cogumelo no fim do mundo: sobre a possibilidade de vida nas ruínas do capitalismo*. Editora Elefante, 2015.
- TSING, A. L. *Viver nas Ruínas: Paisagens Multiespécies no Antropoceno*. Editora Elefante, 2019.

PAISAGENS NO TEMPO PROFUNDO

Abjeto e ruína nos horizontes do medo

LANDSCAPES IN DEEP TIME
Abject and ruins in the horizons of fear

Christiano Hagemann Pozzer¹ e Lucas Boeira Bittencourt²

Resumo

Este artigo tem por objetivo refletir sobre processos de subjetivação que, centralizados na problemática do medo como imperativo na produção do espaço contemporâneo, gestam paisagens abjetivas em temporalidades profundas. Partindo da ficção do real como modo de elaborá-lo, nossa reflexão faz uso da montagem narrativa como forma de dar vazão às inúmeras manifestações do medo na temporalização do espaço. Iniciamos explorando uma proposta de alerta para a presença de lixo radiativo em um futuro distante e como essa mensagem nasce linguística, mas torna-se paisagística; seguimos interpretando as paisagens e o medo pelo desconhecido na literatura de Lovecraft, identificando o abjeto no oculto; culminamos encontrando nas ruínas as atmosferas do medo e do desejo, unindo passado e futuro em um eterno conflito presente. Por fim, propomos que é através da compreensão destes valores constitutivos do antropoceno que será possível começarmos a identificar seu potencial transgressor e a ficcionar novas paisagens em um presente espesso e relacional.

Palavras-chave: paisagem, medo, abjeto, ruína.

Abstract

This paper aims to reflect on processes of subjectivation that, centered on the issue of fear as an imperative in the production of contemporary space, generate abjective landscapes in deep temporalities. Starting from the fiction of reality as a way of elaborating it, our reflection makes use of narrative montage as a way of giving vent to the countless manifestations of fear in the temporalization of space. We begin by exploring a proposal of alert to the presence of radioactive waste in the distant future and how this message is born linguistic, but becomes landscaping; we continue by interpreting the landscapes and the fear of the unknown in Lovecraft's literature, identifying the abject in the hidden; we culminate by finding in the ruins the atmospheres of fear and desire, uniting past and future in an eternal present conflict. Finally, we propose that it is through understanding these constitutive values of the Anthropocene that it will be possible to begin to identify its transgressive potential and to fictionalize new landscapes in a thick and relational present.

Keywords: landscape, fear, abject, ruin.

¹ Doutorando em Planejamento Urbano e Regional pela UFRGS, Mestre em Design e Tecnologia, pela UFRGS e Bacharel em Design de Produto pela UFRGS. Integra a linha de pesquisa Cidade, Cultura e Política do PROPUR-UFRGS, vinculado ao Grupo de Pesquisa [POIESE] - Laboratório de Política e Estética Urbanas. Também integra o projeto de extensão e pesquisa KOMBIT-NEPEMIGRA apoiando o direito à cidade de comunidades em deslocamento. Estuda estética da paisagem urbana, com ênfase em práticas projetuais de defesa, Estética da Segurança e Enclaves de Exclusão. Também produz estudos críticos sobre teoria e prática do design intercultural, decolonial e fronteiriço.

² Doutorando e Mestre em Planejamento Urbano e Regional (PROPUR/UFRGS). Bolsista CAPES. Graduado em Arquitetura e Urbanismo (UFPel). Integra a linha de pesquisa Cidade, Cultura e Política do PROPUR-UFRGS, vinculado ao Grupo de Pesquisa [POIESE] - Laboratório de Política e Estética Urbanas. Interessa-se por um pensamento teórico entre o urbano e a cidade contemporânea, em interface à filosofia, arte e literatura, operando as noções de montagem e imagem (política das imagens) como ferramenta crítica para a teoria e historiografia urbana modernas.

Todas as coisas humanas pendem de um fino fio; o que foi estável, às súbitas se desmorona.

Ovídio, *Epistulae Ex Ponto*, 12–13 EC

Um início no presente: entre abismo e horizonte

Quais paisagens projetamos em tempos distantes? O que elas nos contam sobre os lugares que ocupamos agora? É da problemática subjetiva do tempo enquanto força espacializadora que o presente artigo se desenrola. Narrar a memória do passado e o desejo pelo futuro é ação partida e delineada pelo presente, implicando diretamente nas possibilidades materiais que guardam algo desta dialética (Benjamin, 1928). Desejar a permanência e temer a finitude são imperativos na constituição do antropoceno e de seus espaços (Ghertner et al., 2020), mas também se manifestam no imaginário projetado para além (Santos, 2006). A imagem do medo e o imaginar do tempo podem se fazer atos paisagísticos carregados das materialidades de um hoje que só poderia ser revelado ao olharmos este algo além. O que esperar de uma paisagem dez mil anos no futuro ou há éons no passado? Como nos relacionar com a arruinação de qualquer possibilidade de memória?

Arraigado em uma série de investigações sobre a influência do medo na produção de *enclaves fortificados* (Pozzer, 2022; Pozzer e Ribeiro, 2022) — os condomínios fechados —, é importante ressaltar que este texto tenta partir de um lugar adiante da experiência empírica deste fenômeno. Trata-se de uma ação primária, essencialmente especulativa, de interpretação dos motivos estéticos que circulam a cultura do medo urbano. Pensar o medo a partir da redoma condominial exige que comecemos a enxergá-la para além de seus muros, de sua estabilidade, homogeneidade e segurança; é começar a perceber as rachaduras em sua superfície através das quais algo para além começa a escorrer. Nesse exercício, não nos interessa reproduzir a ordem pura da redoma, mas sim, compreender as forças (insistentemente ocultas) que a forjaram. Podemos pensar em um condomínio fechado como uma dádiva de segurança no presente, mas sabemos, no fundo, que ele nunca é o suficiente (Caldeira, 2003). Sempre existe algo que desejamos, algum sonho inalcançado, alguma posse ameaçada; sempre existe um futuro repleto de incertezas do lado de fora das fortalezas.

Começamos esta investigação narrativa aceitando a temporária disformidade daquilo que escorre pelas rachaduras de qualquer muro: será nosso exercício especulativo conduzir a leitura deste texto no ato de corporificação dessa materialidade. Na luta reguladora e no desejo por segurança, coloca Nietzsche (2008), podemos nos tornar a própria ameaça: “se olhas por longo tempo para dentro de um abismo, o abismo também olha para dentro de ti” (p.103). Convidamo-nos a imaginar esse cenário abismal, imenso, manso em sua desolação, exuberante em sua superficialidade. É um cenário de incontáveis possibilidades, mas que nada descreve e que, talvez por isso, nos amedronta. É essa descrição que temos a intenção de contornar — por isso a mantemos temporariamente imaginativa. Para tal, enfatizamos características específicas dessa primeira imagem que montamos junto de quem lê este texto: um abismo desolado e perdido no horizonte distante; uma *paisagem do medo* que desejamos subjugar por normas. Que outras formas poderiam assumir essa paisagem?

Defendemos a possibilidade paisagística deste espaço abismal compreendendo-o junto de Simmel (2008), Collot (2013) e Assunto (2008): é aberto ao infinito, mas perfeitamente reconhecível em sua unicidade. Sabemos que existe enquanto unidade subjetiva porque o subjetivamos a partir da unidade de nossa subjetividade (Collot, 2013). É também natureza subjugada por uma temporaneidade que aniquila o

presente em face do emergir do futuro e da ausência do passado (Assunto, 2008). Seguindo a premissa de Milton Santos (2006) sobre a produção simbólica do espaço, alocada na interpelação de um *sistema de ações* que modifica um *sistema de objetos* a partir de um *sistema de normas*, compreendemos que existe algo do sujeito que se rompe e descola ao se deparar com o descumprimento da norma — com este abismo —, traumatizando sua relação espacial. Para o autor, a “perda do sujeito se daria na própria coisa que começou por possuir, e que agora absorve o senhor que havia pensado controlá-la” (Santos, 2006, p. 58). Pretendemos, através de paisagens especulativas, começar a remontar estes componentes expelidos — neste texto interpretados enquanto *abjeto* (Kristeva, 1982) e materializados enquanto *ruinação* —, explorando-os em sua possibilidade de representação e imaginação espacial.

Para alcançar tais objetivos, o presente artigo toma forma de um exercício fabulativo (Ranciére, 2005; Haraway, 2016). Alinhados a Ranciére (2005, p. 58), concordamos que o “real precisa ser ficcionado para ser pensado”. A narrativa proposta, assim, encontra na ficção alimento para costurar nova ficção. Não pretendemos, porém, prestar contas à verdade, apenas encontrar a aproximação possível com o que se desprende de nós e inflama o abismo. Como defende o filósofo:

É a circulação nessa paisagem de signos que define a nova ficcionalidade: a nova maneira de contar histórias, que é, antes de mais nada, uma maneira de dar sentido ao universo “empírico” das ações obscuras e dos objetos banais (Ranciére, 2005, p. 55).

Deste entendimento, a reflexão a seguir é elaborada em três leituras narrativas: iniciaremos explorando um projeto interdisciplinar que investigou formas de alerta da presença de lixo radioativo para futuros distantes, quando o que nos restaria é apenas nossa capacidade enquanto mensageiros — e como essas mensagens se tornam paisagísticas; seguiremos interpretando algumas das formas espaciais assumidas pela literatura de H.P. Lovecraft, ambientadas em paisagens sombrias e habitadas por seres aterrorizantes, manifestando o medo primordial pelo desconhecido; culminaremos encontrando em paisagens arruinadas a marca das muitas atmosferas do medo, mas também do desejo e do poder, unindo passado e presente em materialidades que falam do eterno conflito entre natureza e espírito. A conclusão de nosso argumento será, como adiantamos, fabulativa. De um lado, procuramos descrever como as temporalidades paisagísticas do medo se apresentam ao mundo e o que delas transcende a experiência e se torna reflexão; de outro, também intencionamos usar dessa transcendência para criticar o asfixiamento do tempo pela projeção defensiva do medo — a mesma que funda as ameaças antropocêntricas ao equilíbrio relacional da terra (Haraway, 2016).

Entendemos nosso esforço como um passo anterior aos conceitos que Tsing (2015) e Haraway (2016) vem defendendo — uma forma de encontrar o sentido antropocêntrico nas paisagens dele produzidas e por ele esvaziadas. A última autora fala de *fabulação especulativa* como costura agonizada das relações entre partes para muito além do humano, na busca por uma realidade relacional turbulenta intensamente vivida em um “presente espesso” (2016, p. 55). Análogo ao presente que Assunto (2008) descreve como componente central da contemplação paisagística, intervindo “na recordação do ontem, a expectativa do amanhã” (p. 341), o *presente espesso* de Haraway nos convida para uma reflexão sobre possibilidades temporais para além do medo e do desejo. Viver no *chtuluceno* descrito pela filósofa muito se assemelha a possibilidade de aceitarmos a invasão do abismo que habita as rachaduras das fortalezas, dando forma a uma paisagem aberta, indeterminada e politemporal, onde o temer e o desejar assumiriam nova potência relacional.

Um campo de espinhos: paisagens no futuro profundo

São poucos os momentos em que nos deparamos com a insignificância humana e nossa inevitável finitude. Referimo-nos biologicamente, enquanto espécie, percebendo o tempo para além da história, quando mesmo as mais hediondas violações do equilíbrio ecossistêmico pelas mãos humanas passam a ser apenas mais um pueril episódio na progressão natural da Terra. Gostaríamos de começar essa narrativa no limiar deste futuro imensurável, quando os últimos resquícios de nossa tóxica passagem neste planeta ainda poderiam ser sentidos.

Em 1991, o *Sandia National Laboratories*, em nome da agência federal de segurança nuclear dos Estados Unidos (NNSA), organizou uma equipe interdisciplinar para responder uma questão emergente (Trauth, Hora, Guzowski, 1993): *como impedir a intrusão de civilizações remotas em repositórios de resíduos nucleares em um futuro distante?* Em outras palavras: como remediar o fato de que substâncias radioativas como o *plutônio-239*, subproduto de grande parte dos processos rotineiros de qualquer usina nuclear contemporânea, possuem meia-vida e letalidade de ao menos 24 mil anos? Como comunicar a qualquer forma de vida consciente no futuro profundo que existem “campos de energia invisíveis” emanando da terra e que podem às matar?

Pensando retroativamente, há 24 mil anos, representávamos pouco mais de 1 milhão de indivíduos. Existíamos em plena pré-história, sem qualquer registro linguístico, sem a menor pista civilizacional. Começávamos discretamente a nos assentar nas Américas, seguindo caças por um estreito corredor de terra deserta. Faltaria-nos ainda treze mil anos para *Göbekli Tepe* ser erguida, nosso primeiro monumento ao sedentarismo, e vinte mil para as primeiras palavras escritas serem marcadas em placas de argila por escribas mesopotâmicos. Ao menos são estas as memórias que chegaram até nós, e talvez nem as estejamos lendo de todas as maneiras possíveis. Como garantir que uma mensagem se perpetue por tanto tempo se nem ao menos as palavras de alerta impressas na mastaba milenar do faraó *Khentika* foram suficientes para que nossa ganância não à violasse?

Quanto a todos os homens que entrarem em minha tumba (...) impuros (...) haverá julgamento (...) um fim será dado a vós (...) eu agarrarei suas gargantas como um pássaro (...) eu lançarei o medo de mim sobre vós (Hamilton-Paterson, 1978, p. 190).

Uma mensagem deixada para o futuro profundo multiplica exponencialmente suas potências de transformação (Wikander, 2015). Como garantir que algo central da ideia original se mantenha? O relatório produzido pela equipe do Sandia indica suas alternativas: explora a volatilidade da língua e da cultura; propõe soluções semânticas, tentando identificar simbologias que permaneçam carregadas de sentido por milênios; tangenciam ritualísticas e folclores como forma de perpetuar geracionalmente a mensagem de perigo iminente. Mas retornam sempre ao mesmo obstáculo: os repositórios de resíduos nucleares são, antes de mais nada, lugares, posicionando a problemática espacial no centro de qualquer solução que almeje algum sucesso — tal radioatividade é, afinal, uma contaminação na terra em que se assenta, devendo apenas ser evitada.

O lugar, portanto, deve ser a própria mensagem (Trauth, Hora, Guzowski, 1993). Assim, o exercício se torna arquetônico, tentando traduzir em materialidade e edificação significados de perigo e hostilidade, mas também de desinteresse e aridez. Para que tal obra consiga sustentar a centralidade da mensagem, o relatório propõe um sistema discursivo composto de enunciados conceituais que possuem, além de um evidente corpo poético, um profundo efeito espacializador. Leiam as linhas a seguir

primeiramente enquanto coordenadas de um projeto especulativo, mas não deixem de buscar nelas algo além.

Este lugar é uma mensagem... e faz parte de um sistema de mensagens... preste atenção nisso!

Enviar esta mensagem foi importante para nós. Nós nos considerávamos uma cultura poderosa.

Este lugar não é um lugar de honra... nenhum feito altamente estimado é comemorado aqui... nada de valor está aqui.

O que está aqui era perigoso e repulsivo para nós. Esta mensagem é um aviso sobre o perigo.

O perigo está num local específico... aumenta em direção ao centro... o centro do perigo está aqui... de um tamanho e forma específicos, e abaixo de nós.

O perigo ainda está presente, no seu tempo, como estava no nosso.

O perigo é para o corpo e pode matar.

A forma do perigo é uma emanção de energia.

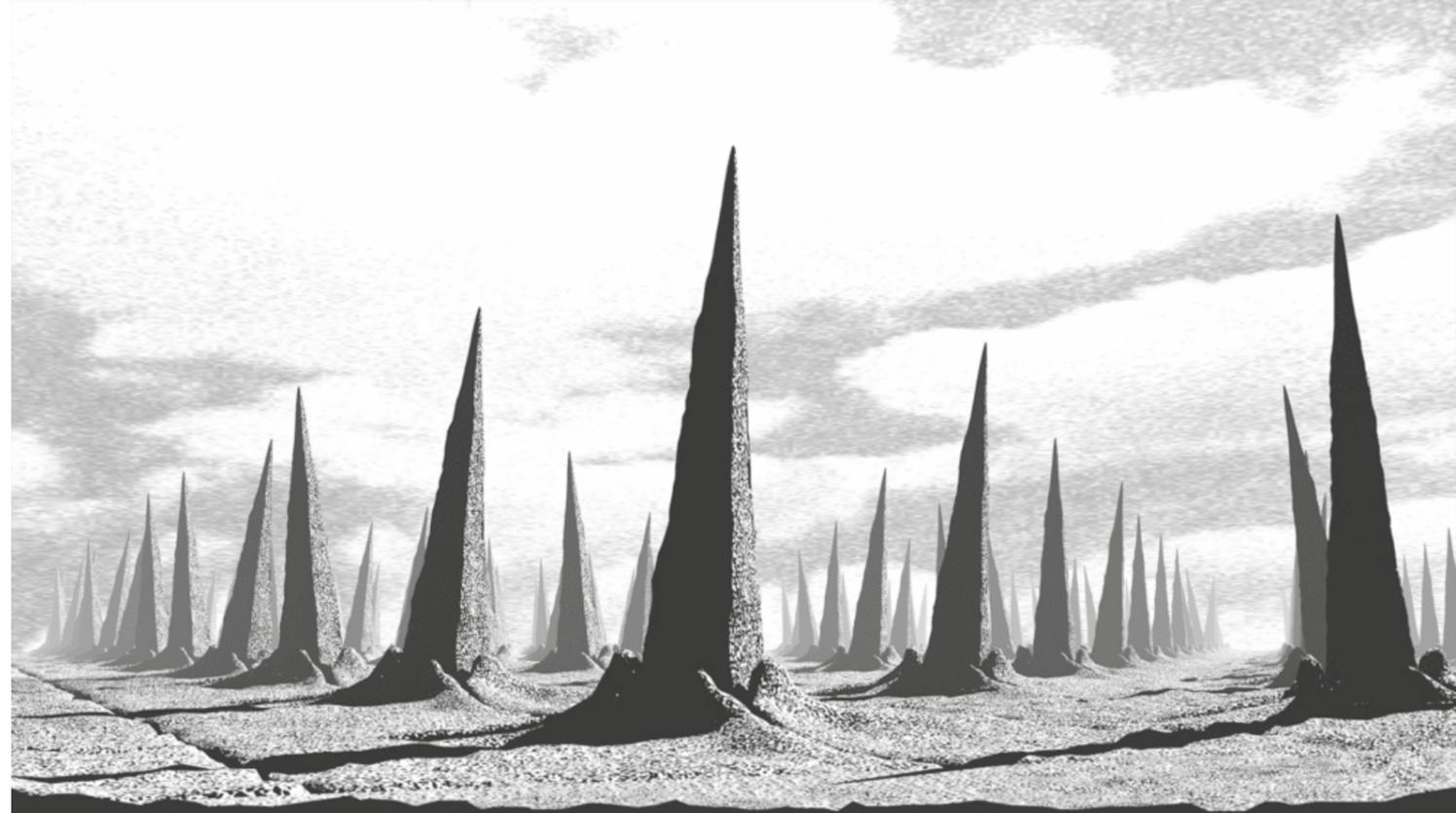
O perigo só é desencadeado se você perturbar substancialmente este lugar fisicamente. É melhor evitar este lugar e deixá-lo desabitado.

(Trauth, Hora, Guzowski, 1993, p. F-49).

Este lugar será importante para nós, uma cultura poderosa. Uma cultura que transformou o planeta à sua imagem; que controlou os elementos, mas que se deparou com a finitude na forma do medo e da morte; que não conseguiu vencer a força invisível do plutônio e do tempo, mas que tenta deixar sua última marca material. Como exemplificaremos a seguir, as soluções propostas a partir destes versos são, sim, mensagens edificadas, mas, antes de arquitetura, falam da produção subjetiva de um espaço múltiplo. Espalham-se para além da possibilidade arquitetônica, alcançando um horizonte aberto. Representam um contínuo espacial que procura estabilizar o infinito em materialidade; um lugar sem fronteiras definidas que nos convida a um centro geográfico e simbólico; um recorte espiritual da natureza que poderíamos chamar de *paisagem* (Simmel, 2009).

Para Simmel (2009), as paisagens nascem quando algo de sentimento “se desgarra da unicidade da natureza”, uma intuição pulsante que, ao observar o mundo, segmenta-o e contorna-o em “um estrato inteiramente novo” (p. 44). Este lugar recém nascido difere-se da universalidade natural ao abarcar fronteiras muito próprias, mas retorna à vastidão do mundo ao “acolher o ilimitado em seus limites impenetráveis”. Nos versos enunciados, percebemos elementos essenciais para a este jogo de limites paisagísticos na presença de uma centralidade — *onde a radiação está* — e na distância que a cerca — *onde a radiação alcança*. Ao apreendermos que o perigo seria *uma emanção de energia que aumenta em direção ao centro do lugar-mensagem*, uma definição espacial simultaneamente fechada e aberta é posta. A centralidade estabelece a unidade identificável, o fechamento, enquanto a possibilidade de afastamento deste centro, seja visualmente ou pela própria emanção radioativa, determina sua imensurabilidade e abertura. Debucemo-nos em uma das propostas presentes no relatório para dar forma a tais ponderações.

Destacamos a obra intitulada *Paisagem de Espinhos* (Fig. 1), proposta pelo arquiteto Michael Brill para o estudo de 1991: um campo interminável de estacas colossais, dispostas em uma regularidade perturbadora, corrompida pela imprevisibilidade de seus ângulos. Estacas de bruta solidez que parecem resquícios de movimentos tectônicos, petrificados em um passado remoto. Proposta a cobrir a superfície sobre os rejeitos radioativos, a *Paisagem de Espinhos* buscaria enfatizar a hostilidade do espaço. O campo e os espinhos se propõem biologicamente inertes, impedindo



qualquer fertilidade no solo. Um deserto perene e cruel, de “formas feridas” (Trauth, Hora, Guzowski, 1993. p. F-57) e cuja hostilidade ameaçaria tanto a terra quanto o corpo.

Percebam o ritmo das estacas, por vezes aleatório, mas estritamente constante: ele convida nosso olhar para o centro da imagem, para o maior dos espinhos, permitindo que este mesmo elemento repetido se perca na distância do horizonte. Simmel identifica em uma “distância de objetividade” (Simmel, 2009, p. 47) o critério essencial que viabilizaria o ato paisagístico. Percebemos as paisagens em seu todo unitário, mas nunca estaríamos longe o suficiente para enxergarmos suas finitudes — seja de seu campo visual, seja de nossa existência temporal (Reyes, 2023). A distância, poderíamos extrapolar, seria a negação da finitude e o que viabiliza a perenidade de tudo que está próximo. Percebemos tal condição no impulso intuitivo que teria feito nascer este *lugar-mensagem* repleto de estacas.

Ao contrário de qualquer intenção, essa paisagem de espinhos também parece estável demais para existir na mobilidade inexorável da natureza. Os avaliadores do relatório, ainda que por razões distintas, parecem concordar. Determinam que, com as tecnologias disponíveis em sua época, não poderiam garantir a integridade temporal dos elementos verticais. O que determina sua presença no texto, ao invés, é exatamente o *lugar-mensagem*, em suas palavras, seu “poderoso caráter emocional” (Trauth, Hora, Guzowski, 1993. p. F-59). Antes, o que o faria paisagem é a narrativa espacial dos afetos que amedrontam o nosso presente. Simmel talvez chamasse tal afeto de *stimmung*, o que poderia ser exatamente o que fundaria o *lugar-mensagem* enquanto paisagem.

A paisagem e sua *stimmung* nascem juntas, sendo nada mais que “decomposições posteriores de um e mesmo ato anímico” (Simmel, 2009, p. 47). A polissemia do termo alemão o faz resistente a traduções latinas, indicando que *ânima* ou *ânimo* não comportariam o alcance de suas acepções (Silva, 2016). Refere-se a uma *atmosfera* que paira em contextos específicos, mas também à sua *disposição* para distintas semânticas; não estaria esgotada na ideia de *ânimo* pois não existe apenas enquanto sentimento. A *stimmung* seria, portanto, uma disposição anímica de fenômenos unos

à sua expansão para atmosferas ilimitadas, o que Simmel (2009) também denominou *tonalidade da alma*. Quando Michael Brill concebeu a paisagem de espinhos, a tonalidade nela impregnada amarrava almas do artista, do observador, da natureza, do horizonte e incontáveis outras, amalgamando-as numa unidade reconhecível enquanto mensagem, lugar e paisagem.

Horizontes do desespero: paisagens de um passado assustador

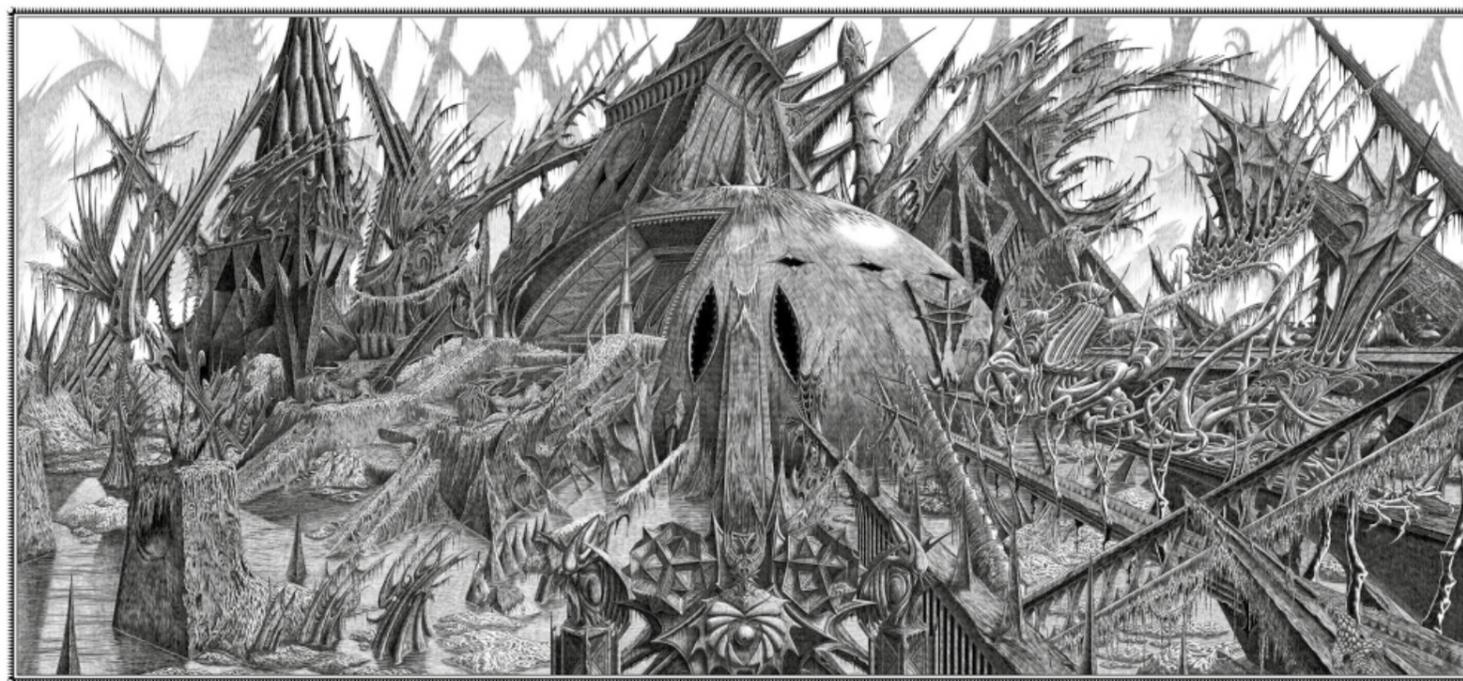
Talvez pudéssemos interpretar o produto paisagístico da equipe do Sandia como uma dupla mensagem: um campo de espinhos que pretende simultaneamente representar nossos temores mais profundos e transcrever nossa importância. De um lado, a hostilidade necessária para descrever o perigo real da radioatividade; de outro, a ansiedade por marcarmos nossa presença monumental no futuro — nossa *cultura poderosa* que produz a morte, mas também a alerta, benevolente. Nada mais são que sonhos de permanência e poder, mas também pesadelos sobre o fim e o desconhecido. Busquemos na literatura mais fragmentos com os quais montar esse desconhecido.

Horror cósmico é a expressão cunhada pelo escritor H.P. Lovecraft para denominar seu universo literário, delineado em torno do *medo do desconhecido*³. O termo *cósmico* opera este conceito não por ser o cenário onde ocorreriam as histórias, mas sim enquanto alegoria do indescritível e imensurável, quando nos faltam palavras para compreender o que se estende em nossa frente. O desconhecido torna-se horror pois, em face da profusão infinita de suas formas, algo de nossa humanidade é rasgada, ocupando-nos de loucura (Lovecraft, 1927). Destes valores, a literatura de horror ganha um escopo e um alcance dificilmente visualizável e, quando mais, espacializável (Henderson, 2020). Ainda assim, como defendeu Handerson (2020), Lovecraft poderia ser descrito como um *realista topográfico*: caracterizar os cenários de suas histórias era tão necessário quanto representa-los como espaços incompreensíveis. Alcançou tal dicotomia através de emoções antagônicas sentidas por seus personagens humanos que, ao se depararem com tais lugares, não conseguiriam encontrar palavras que satisfaçam seu horror e fascínio — ainda que seguissem tentando. Tal imensurabilidade espacial pode ser percebida na frustração do marinheiro Gustaf Johansen, personagem do conto *The Call of Cthulhu*, ao tentar descrever as ruínas de *R'lyeh*, cidade-santuário perdida por éons nas profundezas do Atlântico.

Admire o tamanho inacreditável dos blocos de pedra esverdeados, a altura vertiginosa do grande monólito esculpido e a identidade estonteante das estátuas colossais (...)

Sem saber o que é o futurismo, Johansen conseguiu algo muito próximo disso quando falou da cidade; pois em vez de descrever qualquer estrutura ou edifício definido, ele se detém apenas em impressões amplas de vastos ângulos e superfícies de pedra — superfícies grandes demais para pertencerem a qualquer coisa certa ou apropriada para esta terra, e ímpias com imagens e hieróglifos horríveis (Lovecraft, 1928, p. 207).

³ Sua memorável abertura de um estudo sobre a literatura de terror não deixa dúvidas: “*The oldest and strongest emotion of mankind is fear, and the oldest and strongest kind of fear is fear of the unknown*” (Lovecraft, 1927, p. 5, marcação nossa).



Vastos ângulos que não parecem concordar com a realidade cartesiana; rochas e espinhos que se perdem no horizonte distante. Mesmo a descrição de *R'lyeh* enquanto *cidade* atesta para Johansen ter encontrado em sua vastidão algo de reconhecidamente urbano, mas que jamais poderia esgotá-la — algo para além da *boa forma* que a faria legível (Bittencourt, 2021). Ela existe infinita em todas as direções, apavorante em sua lembrança de que é inabitável — ao menos por nós. Desta unidade atmosférica e sua igual imensidão, faz-se paisagem, como nos descreve Collot (2013): “a paisagem jamais se apresenta como panorama, mas como uma cena móvel, animada por um jogo de sombras e luzes” (p. 24). Sabe-se que Lovecraft expôs em *R'lyeh* seu desespero pela contemplação de Nova York, que também considerava extra-humana (Henderson, 2020). Enquanto orgulhoso morador da pequena Providence, o escritor atribuía à Nova York o descontrole do desenvolvimento humano. Ainda assim, avistando-a às margens do Brooklin, não conseguia deixar de contemplá-la. Ao contrário da grande metrópole, porém, *R'lyeh* ressurgiu enquanto memória de um passado profundo que alimenta nossos pesadelos — uma lembrança de que seres adormecidos podem ainda ter agência sobre o nosso presente.

O horror habita o desconhecido, o que está fora de nosso controle, mas não resistimos a sua contemplação. Somos construídos pela fascinação e pelo trauma daquilo que não entendemos (Kristeva, 1982) — algo que rompe e se desprende de nós na regulação falida do espaço (Santos, 2006). Lovecraft descreve profundezas que pertencem a uma natureza extra-humana que rasteja nas frestas de nossa civilização — algo que parece essa parte expelida. Uma “exuberância desordenada de verdes” (Lovecraft, 1920, p. 207), doença que nos contamina. Para o escritor, a natureza é simulacro da finitude e da desumanização. O verde é o elemento corrosivo que compõe a carne de *Cthulhu*, personagem emblemático da obra *Lovecraftiana*: o deus ancestral, adormecido em *R'lyeh*, representante da indescritível natureza do desconhecido que desmembra o espírito humano e o ocupa de loucura. Quando *Cthulhu* acorda de seus sonhos imemoriais, Lovecraft declara: “a coisa dos ídolos, a semente verde e pegajosa das estrelas, havia despertado” (Lovecraft, 1928, p. 18).

Figura 2 - “Ressurreição de R'lyeh”, ilustração de John Coulthart para o conto *The Call of Cthulhu* (Fonte: MITCHELL, D.M. *The Starry Wisdom: A Tribute to HP Lovecraft*. Creation Books, 1994).

Através de *Cthulhu*, de *R'lyeh* e da natureza lovecraftiana, podemos começar a identificar o que escorre para além do embate entre sujeito e objeto na constituição dessas paisagens em tempos profundos. Ainda que contornada por uma atmosfera unitária, paisagens são antes componentes em um coletivo que se espalha — um *continuum* (Simmel, 2009). Neste sentido, Collot (2013) afirma que a “paisagem não é a região, mas certa maneira de vê-la ou de figurá-la como “conjunto” perceptivo e/ou esteticamente organizado” (p. 50). A natureza e o espírito coabitam este *continuum* na construção de um horizonte paisagístico, representando, talvez, um processo essencialmente dialético. Ainda assim, enquanto *conjunto perceptivo*, não devemos fazer predominar a esfera objetiva nessa gestação, ou vice-versa. Paisagens, antes, tornam-se um fenômeno de “ocultação reversível” (Collot, 2013, p. 54) do ambiente através da qual forma e significação ganham atmosfera entre aquilo que é visto e o que se oculta.

É no oculto que o texto de Lovecraft se materializa e sua natureza, assim como o horror cósmico a ela atrelado, começa a florescer. Nem sujeito, nem objeto: para defini-lo, tomamos o conceito de *abjeto* conforme postula Julia Kristeva (1982): tudo aquilo que “perturba a identidade, o sistema, a ordem. O que não respeita fronteiras, posições, regras” (p. 4). Para a autora, o *abjeto* preserva algo de arcaico das relações anteriores à formação de qualquer sujeito ou objeto, manifesto em uma “violência imemorial com que um corpo se separa de outro corpo para ser” (Kristeva, 1982, p. 10). As paisagens de Lovecraft falam de um terror à erupção do real, mas este não está especificamente apegado à natureza objetiva: é *abjetivo*. Rompe redomas do sagrado e permite a vazão da morte e de toda a finitude, impregnando de desconhecido tudo o que é oculto ou visível. Em certo nível, o *continuum* das paisagens lovecraftianas são exatamente isso: uma erupção contaminadora gestada na psique e na natureza. Afinal, Johansen nunca teve absoluta certeza se *R'lyeh* existiu no mundo material ou nas mais profundas abstrações de seu inconsciente.

Resta-nos apontar que o abjeto na topografia de Lovecraft irrompe para muito além dos limites do seu texto: é substrato na própria subjetivação ideológica do autor. Lovecraft foi um notório intolerante; abominou tudo o que considerava *outro*; fez de suas obras plataforma de racialização, antissemitismo e xenofobia, através de personagens marcados por perversão e descritos enquanto *menos-que-humanos*. Segregou seus universos ficcionais para que reforçassem estereótipos de inferioridade — da pele negra, dos homens do sul, dos estrangeiros — e soberania — da pele branca, do Norte, do Ocidente. Associou ao exótico aquilo que haveria de mais perigoso, atribuindo a tais personagens a irracionalidade necessária para que o mal das profundezas fosse trazido de volta à superfície. Foi pelas mãos negras de comunidades no interior de Nova Orleans que a estatueta de *Cthulhu* pode dar vazão aos pesadelos que viriam a assolar a realidade. Nos textos de Lovecraft, o horror tanto habita o infinito das paisagens em tempos profundos quanto também é causa para sua ressurreição (Handerson, 2020). Em suma, o oculto lovecraftiano encontra-se em direta oposição a qualquer realidade relacional, impedindo a gestação de paisagens alinhadas ao *Chthuluceno* proposto por Haraway (2016).

A aproximação lexical entre o monstro de Lovecraft e a era defendida por Haraway é, em certa medida, inevitável, mas também nos convida a uma reflexão mais profunda sobre as implicações deste abjeto paisagístico que condiciona a experiência falida do antropoceno. Como descrevemos, o escritor associa o desenvolvimento urbano e industrial, marcas indiscutíveis da presença humana na Terra, com as obras monumentais de seres aterrorizantes. Enquanto deixamos nossas marcas

antropocêntricas, somos aterrorizados pelas marcas *ctônicas*⁴ de um passado oculto. Lovecraft atesta para a circularidade subjetiva do *antropos*: enquanto deseja e faz contra o mundo, teme que o mundo — na forma de *Cthulhu* — faça o mesmo contra si. Contradizendo tal entendimento, Haraway encontra esperança na presença do desconhecido, declarando que o *monstro lovecraftiano* “desempenha nenhum papel para mim” (2016, p. 174) e determinando que os seres *ctônicos* que habitam o seu *Chthuluceno* não existem para atender aos caprichos do homem.

Os tentaculares *ctônicos* têm que comer; estão à mesa, *cum panis*, espécies companheiras da terra. Eles são boas figuras para as precariedades atraentes, maravilhosas, finitas e perigosas do *Chthuluceno*. Este *Chthuluceno* não é sagrado nem secular; este mundo terreno é completamente terráqueo, confuso e mortal — e está em jogo agora (Haraway, 2016, p. 55).

Consideramos a possibilidade destes dois conceitos estarem tratando do mesmo fenômeno e apenas interpretando-o antagonicamente. Para Haraway, os seres da precariedade, da terra e do desconhecido são o meio por onde pensar e experimentar uma existência relacional; para Lovecraft, *Cthulhu* e *R'lyeh* representam a precariedade enquanto contaminação, algo exótico a ser evitado. Em ambos os lados, o *ctônico* é o que aterroriza a possibilidade antropocêntrica. Atendo-nos ao que apavora, regular o espaço na estabilidade do urbano — nos enclaves e nas fortalezas — seria a defesa primordial do antropoceno. O *ctônico* nestas paisagens do medo é aquilo que resiste à ordenação; o que não obedece a fronteiras: o *abjeto*.

Desejos de ruína: paisagens em um presente deserto

Retomando a imagem nas rachaduras dos muros que apresentamos na abertura deste texto, começamos agora a compreender o porquê ela pode tomar a forma de um abismo. Encontramos no desprezo do abjeto pela estabilidade das fronteiras a sua disposição à abertura, ao movimento e ao infinito. Contemplar aquilo que foge de uma ordem definida é ser tragado pelo receio de que isso nos invada e nos consuma; é como estar na beira de um precipício e sentir que ele te puxa silenciosamente para suas profundezas. Como vimos, as fortalezas que erguemos recusam paisagens em tempos profundos porque respondem a anseios provocados pela possibilidade de falência antropocêntrica. Levantamos muros como uma defesa temporal, estabilizando nossos valores e contendo qualquer desordenação. Nesse sentido, Tuan (1973) fala de uma paisagem total que engloba todas as nossas ações normalizadoras. Para o autor,

(...) toda construção humana — seja mental ou material — é um componente de uma paisagem do medo pois existe para conter o caos (...) uma fortaleza construída para defender seus ocupantes humanos contra os elementos; é um lembrete constante da vulnerabilidade humana (Tuan, 1973, p. 6).

⁴ Tanto *Cthulhu* quanto o *Chthuluceno* derivam da expressão grega *khthonios*, *aqueles que habitam a terra* ou os *seres da terra*, traduzido para o português como *ctônicos*. Na mitologia grega, os seres *ctônicos* são aqueles que habitam o Íterim da superfície e o do Hades. Não são monstros do submundo, mas vivem nas sombras e na lama da terra. Por serem parte do substrato terrestre, não possuíam qualidades necessariamente sagradas nem seculares. São seres liminares, indeterminados (Haraway, 2016).

Fortalezas não podem ser apenas edifício: elas se espalham; são antes um desejo de controle. Simmel (2019) coloca a arquitetura como “o triunfo mais sublime do espírito sobre a natureza” (p. 59), espólio de uma eterna batalha que funda a humanidade enquanto isolada de qualquer contexto. Segurança é nos sentirmos *não-naturais*: estáveis, contínuos, perenes e progressivos (Pozzer, 2022). Estamos fascinados por imagens de eternidade e chocados com a evidência da finitude, mas delas dependemos para que uma afirmação de ordem seja possível. Projetamos o lado de dentro de nossas fronteiras sabendo que será diametralmente oposto às paisagens desoladas de um futuro radioativo — ou talvez seja exatamente o mesmo, o ânimo de obras arruinadas.

Pensamos em ruínas como Simmel (2019) as definiu: uma unidade em eterno inserir-se na natureza; um novo todo entre aquilo que já não é mais obra, mas que ainda não se naturalizou; uma paisagem em processo, desmembrando a arquitetura, exposta àquela *exuberância desordenada de verdes*, destruindo “o caráter fechado da forma” (Simmel, 2019, p. 59). Mas não poderíamos deixar de lado que, na abjeção manifesta, a forma produzida é antes um deslizamento para um terceiro eixo — não apenas uma fluidez entre natureza e cultura. Edensor (2005) nos auxilia neste pensamento expandido: a “arruição produz uma paisagem desfamiliarizada na qual o que estava previamente oculto emerge” (p. 109). Aqui, o oculto de Collot retorna ao centro. Uma ruína só pode ser paisagem enquanto for indiscutivelmente identificável, mas ainda incompreensível. O *abjeto* torna-se a matéria destas paisagens arruinadas porque sua arruição não pode ser elaborada. Ao contrário do que coloca Simmel, a destruição de nossas obras não depende apenas de ações naturais: elas se arruinam também irrompendo de nós. Ainda assim, existe para o filósofo uma compreensão precisa desta ebulição conceitual, lembrando-nos que, em certa medida, contemplamos o arruinado com uma serenidade apenas possível porque este existe para além de qualquer compreensão específica. A isto, Simmel descreve:

A profunda paz, todavia, que cerca a ruína como um halo sagrado, assenta na seguinte constelação: que o sombrio antagonismo que determina a forma de toda a existência — às vezes ainda, agindo no seio das puras forças da natureza, outras vezes, dentro da vida anímica por si só (...) — que esse antagonismo aqui também não está conciliado e em equilíbrio, antes faz um dos lados superiorizar-se e o outro afundar-se no aniquilamento, oferecendo, apesar disso, uma imagem solidamente formada, numa constância tranquila (Simmel, 2019, p. 64).

O exercício aqui seria dimensionarmos a ânsia desta imagem *solidamente formada* a partir do confronto entre sujeito e objeto e que produz o abjeto para, assim, compreendermos de quais maneiras ela expressa tanto horror quanto fascínio. Kristeva questiona essa suposta serenidade em face do abjeto, descrevendo-nos e a nossos desejos de controle a partir de um inexorável esgotamento. Nas palavras finais de seu *Ensaio Sobre o Horror*, a filósofa nos compartilha:

É a margem tranquila da contemplação que reservo para mim, ao desnudar, sob a superfície astuta e ordenada das civilizações, o horror nutridor que elas procuram afastar purificando, sistematizando e pensando; horror que elas aproveitam para se desenvolverem e funcionarem? Prefiro concebê-lo como um trabalho de decepção, de frustração e de esvaziamento — provavelmente o único contrapeso à abjeção. Enquanto todo o resto — a sua arqueologia e o seu esgotamento — é apenas literatura: o ponto sublime em que o abjeto desmorona numa explosão de beleza que nos arrebatava — e que cancela a nossa existência (Kristeva, 1982, p. 201).

O abjeto desmoronando em um ponto sublime. É agora que se torna possível identificarmos tal fascinação: dependemos do horror para darmos forma à segurança do tempo presente, criando-o enquanto *outro* e fazendo-o negação enquanto *eu*. O segredo desse pensamento encontra-se neste terceiro tempo que primeiro mencionamos: o presente. É no agora que delimitamos enclaves onde podemos viver em segurança. Dentro de fortalezas, percebemos o que está próximo. A distância é tanto forma de contemplação quanto afastamento em si, garantindo nossa proteção. O antagonismo que Simmel (2019) aponta existe porque habita o presente junto de nós e a obra arruinada nada mais faz do que criar “a forma presente de uma vida passada” (p. 64). O pavor de um passado não-humano manifesto em nosso mundo, como representa *R’lyeh*; a demarcação de nosso passado glorioso em um futuro distante, como tenta fazer a *Paisagem de Espinhos*: são simultaneamente esperança e receio pela preservação de algo humano, algum *lugar-mensagem* que mantenha nossa memória no futuro profundo. “É como se um pedaço da existência tivesse primeiro de colapsar para se tornar tão exposto a todas as correntes e forças vindas de todos os quadrantes da realidade” (SIMMEL, 2019, p. 65). Ruínas seriam, inicialmente, fenômenos perceptivos de um passado humano que desejamos manter vivo no futuro, mas que irrompem no presente.

De volta ao nosso esforço de montagem, pensamos que o fascínio pelo arruinado se expõe emblematicamente na frieza com que o poeta Percy Shelley descreve os restos de uma escultura anciã do faraó Ramsés II, em seu tempo chamado *Ozymandias*, trazida à Inglaterra nas primeiras décadas do século XIX. A Londres georgiana é atravessada pela narrativa da descoberta de tal monumento, descrito em minúcias pelos tabloides da capital. A chegada da obra ao museu britânico e o frisson da população em contemplar as grandezas do antigo soberano deste império distante dominaram a atmosfera da cidade, mas Shelley encontrou na ironia do tempo seu motivo de escrita. Em *Ozymandias*, conta-nos sobre um viajante que descreve este cenário destroçado:

Encontrei um viajante vindo de uma antiga terra
Que me disse: — Duas imensas e destroncadas pernas de pedra
Erguem-se no deserto. Perto delas, sobre a areia
Meio enterrado, jaz um rosto despedaçado, cuja carranca
Com lábio enrugado e sorriso de frio comando
Dizem que seu escultor soube ler bem suas paixões
Que ainda sobrevivem, estampadas nessas coisas inertes,
A mão que os escarneceu e o coração que os alimentou
E no pedestal aparecem estas palavras:
“Meu nome é Ozymandias, rei dos reis:
Contemplai as minhas obras, ó poderosos e desesperai-vos!”
Nada mais resta: em redor a decadência
Daquele destroço colossal, sem limite e vazio
As areias solitárias e planas se espalham para longe.
 (“*Ozymandias*”, de Percy Bysshe Shelley, publicado originalmente em 1819. Tradução pelo projeto *Wikisource*).

A ânsia desta paisagem onde jaz os restos de Ramsés tenta impregnar-se das vontades do artista *que ainda sobrevivem, estampadas nessas coisas inertes*, mas ocupa também a decadência ilimitada e vazia das areias. O horizonte deserto parece aproximar-se da paisagem que buscávamos: uma natureza que se espalha ao longe, em si mesma e em nós, voltando ao pó. É disso que se faz o abismo que juntos imaginamos: horizonte e profundezas de areia, infinitesimalmente imenso e minúsculo. Quando a própria natureza nos esqueceu, restando-nos no presente apenas o ponto sublime da abjeção em paisagens arruinadas — até que mesmo ele desapareça. É isso que nos contempla de volta: algo aquém do que colocou Nietzsche — quem “tão próximo



Figura 3 - "Ozymandias", ilustração de Nicolas Delort para o poema Ozymandias, 2023 (Fonte: <https://www.blackdragonpress.co.uk/blogs/news/ozymandias-br-by-nicolas-delort>).

mora das estrelas" também se encontra nas "distâncias apavorantes do abismo" (2008, p. 243). Tememos o desconhecido pois tememos sermos desconhecidos. A morte da memória, que dominamos com tanto prodígio, desabando sobre nós implacavelmente.

Sabendo que qualquer sonho de ordem e continuidade não possuem lugar na realidade material do planeta — na qual toda a coisa humana tem lugar — e que o arruinar será um processo inevitável para fazermos reencontrar espírito e natureza, como poderiam as ruínas serem resgatadas deste abismo desértico? Teriam elas lugar em uma outra forma paisagística que sirva, como colocou Kristeva, de *contrapeso à abjeção*? Edensor (2005), ao investigar ruínas nas margens industriais do Reino Unido, propõe uma interpretação transcendental para experiência dessas paisagens. Antes de espaços vazios ou terras devastadas, ruínas comporiam memórias de fluidez e outras temporalidades espacializadas, urbanas ou rurais, culturais ou naturais (Edensor, 2005). Contrariando o "aparato maquínico" de policiamento, zoneamento, investimento de capital e regulação de fluxos que alicerça a criação da "cidade ocidental moderna", ruínas recuperam e devolvem agências às paisagens do real (Edensor, 2005, p.54). Para o autor, toda a cidade é

(...) continuamente reconstituída como uma concatenação de processos heterogêneos, temporalidades e lugares em um estado de devir e fluidez. Esse fluxo urbano sem fim frustra as tentativas de ordenar o espaço e fixá-lo em uma matriz de redes previsíveis, apesar dos esforços para capturar fluxos e definir uma essência urbana (Edensor, p.61).

As topografias irregulares dos espaços arruinados frequentemente nutrem "retratos distópicos de um futuro urbano sombrio" (Edensor, p.14). Esqueletos de construções abandonadas emulam um romantismo macabro, onde a sobrevivência do corpo dependeria de seu constante alerta aos movimentos da natureza. Gradualmente, nossas estratégias para a ordem são derrotadas pela agência dinâmica do mofo e da umidade; uma miscelânea irregular de plantas vagarosamente cobre as construções abandonadas, rastejando entre brechas no concreto descascado, borrando impiedosamente os limites entre dentro e fora. Edensor defende que espaços em ruínas simbolizam "o colapso das fronteiras" (2005, p. 15) pois permitem que olhemos para dentro da própria estrutura de valores que funda a modernidade antropocêntrica. Antes de estarem "fora de lugar", ruínas seriam "excesso de matéria" (Edensor, p.62), uma permanente lembrança de que o real escorre entre as fissuras da modernidade. Enquanto espaço emaranhado à malha urbana, o degradado permite a expansão de performances, significados e políticas. O espaço arruinado estaria repleto de potências transgressoras e transcendentais, imersas em incertezas materiais e fronteiriças, livres dos "constrangimentos quotidianos" que regulam o espaço urbano (Edensor, 2005, p.4). Em certa medida, Edensor nos oferece instrumentos para imaginar uma experiência que transcenda à repulsa abjetiva, convidando-nos a habitar a precariedade do abismo.

É desta superação à repulsa do abjeto, dimensionando a precariedade enquanto forma de sobrevivência, que podemos recuperar as ruínas e removê-las do abismo — expulsar delas o *Cthulhu* e devolvê-las ao *Chthuluceno*. Para Tsing (2015), arruição é o subproduto inevitável do sistema capitalista moderno. Na formação de cadeias de consumo, o capital projeta para longe de seus limites as consequências de seus processos de acumulação (Tsing, 2015). Bolsões devastados nas margens do território antropológico constituem ruínas sociais que exigem de seus habitantes habilidades de sobrevivência na precariedade, aproximando-os antes dos seres ctonicos de Haraway do que do monstro de Lovecraft. Tsing também defende que foi através de sua própria participação no forrageamento de cogumelos *matsutake* nas florestas do Oregon que ela pode identificar relações profundas entre sobrevivência e liberdade para além dos limites do espírito humano. Sobre isso, aponta que a "liberdade é a negociação de fantasmas em uma paisagem assombrada; não exorciza a assombração, mas trabalha para sobreviver e negociá-la com talento" (Tsing, 2015, p. 76). O contrapeso à abjeção, portanto, é habitar paisagens gestadas pelas correspondências daquilo que escorre entre as frestas dos muros, trazendo do passado a memória da finitude e projetando para o futuro os desejos pelas ruínas.

Um final no horizonte: paisagens em um presente espesso

Ao longo desta leitura, usamos de distintas representações temporais de medo e desejo para montarmos narrativas para a paisagem desértica que é o abismo nas rachaduras das fortalezas. A nebulosidade do argumento é proposital, buscando exatamente, como coloca Didi-Huberman (2012, p. 65), um "conhecimento por estranheza". Ainda que este estudo venha incentivado pela influência do medo na produção de enclaves fortificados e do próprio espaço urbano, é na subjetivação, composição, aproximação e decomposição de imagens e palavras que algo de sentido pode ser montado. Longe de uma empiria descritiva, podemos definir essa montagem como uma topografia de afetos produtores de paisagens sobrepostas. Começamos por muros, mas passamos por espinhos, monstros e ruínas para, no final, reencontrarmos algo de urbano.

Ao trazermos o relatório do Sandia (Trauth, Hora, Guzowski, 1993), pudemos contemplar como gostaríamos de ser lembrados, mas também como definimos hostilidade e ameaça. Abrimos essa reflexão porque o debate sobre o mundo que pretendemos deixar para o futuro tem influência profunda nas formas que damos para o presente

— se não mais do que para qualquer utopia. Projetamos cidades como bastiões do avanço tecnológico e da segurança à entropia natural, mas não deixamos de descrever em nossas ficções a descrença na permanência deste modelo de vida. *A Paisagem de Espinhos* pode ser entendida como um monumento ao poder civilizacional humano, mas expõe antes a certeza de nossa falência. É como uma fortaleza feita paisagem a partir de sua mensagem de afastamento; um enclave apavorante. Desta montagem, lembraremos que a imagem do espinho, tão presente nos muros de nossas cidades modernas hoje, atesta para a hostilidade do afastamento manifesto em segregação.

O horror foi expandido junto de *R'lyeh*, como posto por Lovecraft (1928), algo entre *urbano* e *santuário*; entre *secularidade* e *sagrado*. O abandono da cidade-templo não a faz ruína nem monumento exatamente por não se mostrar decifrável — não poderíamos determinar que não viva se não temos pistas de como é viver nela. *Cthulhu*, adormecido por éons em seus salões, confunde-se com os próprios limites de *R'lyeh*, manifestando-se apenas ao invadir o inconsciente humano na forma de pesadelos, reforçando sua imaterialidade. É a vida nessa paisagem difusa, nessa *exuberância desordenada de verdes* que se espalha entre monstro e edificação, que nos permite encontrar a gestação do antropoceno enquanto produto da colisão urbana com a natureza. Tememos *Cthulhu* e *R'lyeh* pois juntos atestam para as consequências da ganância humana ao tentar domar o natural, escorrendo o desconhecido.

Ao tratarmos das ruínas e da arruinação, por fim, percebemos que a defesa civilizacional é apenas uma de duas perspectivas pelas quais enxergamos o abismo: de um lado, ruínas podem ser monumentos ao futuro e resquícios do passado; de outro, podem despertar algo de vida e relacionalidade, rompendo fronteiras entre natureza e espírito, entre obra e matéria, gestando um presente espesso. Ao contrário da contenção sacra à curiosidade humana, arruinar coloca-se como processo inevitável do reencontro humano com seu estado relacional. A mensagem-memória deixa de ser a dos grandes feitos faraônicos e passa assumir o lugar de movimento e transição; o documento deixa de ser a palavra e passa ser as relações entre corpo, tempo, matéria e inconsciente.

Habitar fronteiras é expulsar qualquer desejo de defesa, de preservação do *antropos* e do *capital*, redirecionando passado e futuro para existirmos em emaranhamento no presente espesso do *Chthuluceno*. Daqui, percebemos que as paisagens desta era ctônica inevitavelmente carregarão a memória de cada tentativa de representar e controlar o abjeto. É através dessa sinceridade incoerente que podemos tentar conter o antropoceno: deixamos de negar sua realidade e passamos a nos corresponder ativamente junto de suas consequências; junto do medo. É a partir de uma realidade terrena e flexível que esse estado se torna possível. O antropoceno nada mais é que uma rigidez forçada sobre os fluxos do planeta, pondo em risco sua sobrevivência pela operacionalização abjetiva do desejo e do medo. Na busca por caminhos para sobrevivermos às segmentações do sistema moderno, devemos negar essa rigidez, como Anzaldúa coloca:

As fronteiras e muros que deveriam manter as ideias indesejáveis fora são hábitos e padrões de comportamento arraigados; esses hábitos e padrões são o inimigo interno. Rigidez significa morte. Somente permanecendo flexível ela é capaz de esticar a psique horizontal e verticalmente (Anzaldúa, 1987, p. 79).

As possibilidades de existência no futuro dependeram de paisagens fronteiriças e transitivas, de corpos plurais — dos seres ctônicos —, pois dependem do esgotamento de paradigmas para produzir algo novo. Ao imaginarmos uma outra forma de experimentar a realidade a partir de paisagens fronteiriças e arruinadas, que não devam nada a regulação antropocêntrica, poderemos gestar uma nova consciência temporal.

É aí que reside a conclusão do presente artigo: na importância de compreendermos os fluxos de valor que cultivam os espaços da modernidade de modo a começarmos a identificar seu potencial transgressor e transcendental. Levantar muros faz emergir paisagens construídas que simultaneamente se destroem e nos destroem, que renascem e permanecem, que se emaranham e se esfarrapam, que mingam e que temem. Enxergá-las em tempos profundos é uma forma de abarcar todo este alcance e ficcionar um novo mundo.

Referências

ANZALDÚA, Gloria. *Borderlands/La Frontera: The New Mestiza*. San Francisco: Aunt Lute Foundation, 1987.

ASSUNTO, R. A paisagem e a estética, IN: SERRÃO, A. (Ed.). *Filosofia da paisagem: uma antologia*. Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2009, p. 341 – 375.

BENJAMIN, W. *Rua de mão única. Infância berlinense: 1900*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017 (publicado originalmente em 1928).

BITTENCOURT, Lucas Boeira. *A imagem aberta da cidade: ou o duplo regime das imagens rasgando as categorias de síntese em Kevin Lynch*. 2021. [dissertação de mestrado], Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Arquitetura, Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional.

CALDEIRA, T. *Cidade de Muros: Crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Editora 34, 2003.

COLLOT, M. *Poética e filosofia da paisagem*. Rio de Janeiro: Editora Oficina Raquel, 2013.

DIDI-HUBERMAN, G. Quando as imagens tocam o real. *Pós*, Belo Horizonte, v. 2, n. 4, p. 204-219, nov. 2012. EDENSOR, T. *Industrial Ruins: Spaces, Aesthetics and Materiality*. Oxford & Nova York: Berg, 2005, p. 109.

GHERTNER, D. A.; MCFANN, H. e GOLDSTEIN, D. M. (editores). *Futureproof: security aesthetics and the management of life*. Durham; Londres: Duke University Press, 2020.

HAMILTON-PATERSON, J. *Mummies: Death and Life in Ancient Egypt*. Londres: Collins for British Museum Publications, 1978.

HARAWAY, Donna. *Staying with the Trouble: Making Kin in the Chthulucene*. Durham, Londres: Duke University Press, 2016.

HENDERSON, D. *Providence Lost: Natural and Urban Landscapes in H. P. Lovecraft's Fiction*. 2020, dissertação (Mestrado em Inglês) – Departamento de Inglês, University of Arkansas.

KRISTEVA, J. *Powers of Horror: An Essay on Abjection*. Nova York: Columbia University Press, 1982.

LOVECRAFT, H. P. *The Call of Cthulhu*. IN: JOSHI, S.T. *Collected Fiction: A Variorum Edition*, vol. 1, New York: Hippocampus Press. 1905-1925, 2015 (publicado originalmente em 1928).

LOVECRAFT, H. P. The Picture in the House. IN: JOSHI, S.T. *Collected Fiction: A Variorum Edition*, Nova York: Hippocampus Press, 2015 (publicado originalmente em 1920).

LOVECRAFT, H.P. *Supernatural Horror in Literature*. Nova York: Dover Publications, 1927.

NIETZSCHE, F. Além do bem e do mal. Porto Alegre: L&PM, 2008. NIETZSCHE, F. 2008.

POZZER, C. H.; RIBEIRO, V. G.; Materialidades do medo: compreendendo a estética da segurança pela antropologia dos materiais, p. 2372-2385. In: *Anais do 14º Congresso Brasileiro de Pesquisa e Desenvolvimento em Design*. São Paulo: Blucher, 2022. ISSN 2318-6968, DOI 10.5151/ped2022-3737845.

POZZER, C. *Medo, Muro, Material: estética da segurança nas correspondências materiais de um muro de vidro no bairro Menino Deus*. 2022. Dissertação (Mestrado em Design). Porto Alegre: Programa de Pós-graduação em Design, Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

SANTOS, M. *A Natureza do Espaço*. ed. 2. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006

SILVA, A. A. As noções de Stimmung em uma série histórica: entre disposição e atmosfera. *Trans/Form/Ação*, v. 39, p.53-74, 2016, Edição Especial.

SIMMEL, G. *A Ruína*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2019 (publicado originalmente em 1911).

SIMMEL, G. Filosofia da paisagem. IN: SERRÃO, A. (Ed.). *Filosofia da paisagem: uma antologia*. Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2009, p. 39 – 51.

TRAUTH, HORA, GUZOWSKI. *Expert Judgment on Markers to Deter Inadvertent Human Intrusion into the Waste Isolation Pilot Plant*. Sandia National Laboratories report SAND92-1382/UC-721, USDOE: Washington, DC, 1993. DOI: <https://doi.org/10.2172/10117359>.

TSING, Anna. *The Mushroom at the End of the World: On the Possibility of Life in Capitalist Ruins*. Princeton e Oxford: Princeton University Press, 2015.

TUAN, Yi-Fu. *Landscapes of Fear*. (2 ed.) Minneapolis: University Of Minnesota Press, 2013 (Publicado originalmente em 1973).

WIKANDER, O. Language, Nuclear Waste and Society: The Preservation of Knowledge over Vast Periods of Time and its Relevance for Linguistics. *Lychnos*, Lund University, p. 7-25, 2015.

II. PAISAGEM E EXPERIÊNCIA

ALÉM DO DESERTO A concha e a multiplicidade na paisagem Pós-antropoceno

BEYOND THE DESERT

The shell and multiplicity in the Post-anthropocene landscape

Ana Luiza Silva Freire¹ e Marcos Bohmer Britto²

Resumo

Há muito nosso modo de pensar esteve centrado na figura humana como principal agente das transformações da paisagem do planeta. Se apoiando na oposição dicotômica cultura e natureza, este pensamento se insere num contexto mais amplo: a era geológica nomeada de Antropoceno. A emergência climática consequente ao Antropoceno suscita previsões de que o planeta não suportará mais o modo de vida posto atualmente pelo Ocidente capitalista, o que recai sobre uma equivalência entre a extinção da vida humana e a extinção da vida, em geral, e das múltiplas existências na Terra. Como objeto de pensamento, este artigo utiliza-se de uma concha, encontrada durante um processo de pesquisa empírico, e tomada como artefato arqueológico. O debate conceitual segue o rastro desse caco do tempo presente, bem como se baseia na materialidade e nas histórias das paisagens onde a concha foi encontrada, e se fundamenta nas noções de Deserto, de Elisabeth Povinelli (2023), e Paisagens relacionais, de Anna Tsing (2019). Objetiva-se, dessa maneira, discutir ontologicamente possibilidades de paisagens pós-antropocêntricas complexas, para além da dualidade natureza/cultura.

Palavras-chave: Arqueologia do Antropoceno, ontologia, paisagem, imaginação, Pós-antropoceno.

Abstract

For a long time, our way of thinking has been centered on the human figure as the main agent of transformations in the planet's landscape. Rooted in the dichotomous opposition of culture and nature, this thinking is inserted into a broader context: the geological era named the Anthropocene. The climate emergency resulting from the Anthropocene raises predictions that the planet will no longer support the way of life currently imposed by capitalist Western society, leading to an equivalence between the extinction of human life and the extinction of life in general, including the myriad existences on Earth. As an object of thought, this article uses a shell found during an empirical research, treated as an archaeological artifact. The conceptual debate follows the trace of this fragment from the present time, as well as being based on the materiality and histories of the landscapes where the shell was found. It also follows the notions of the Desert by Elisabeth Povinelli (2023), and Relational Landscapes by Anna Tsing (2019). The aim is thus to ontologically discuss possibilities of complex post-anthropocentric landscapes, moving beyond the duality of nature/culture.

Keywords: Anthropocene Archaeology, ontology, landscape, imagination, Post-

¹ Arquiteto e Urbanista formado pela Universidade Univates (2013) e mestre pelo PROPARG/UFRRS (2016). É doutorando em Arquitetura e Urbanismo no PPGAU/UFBA (2019-Atual) e membro do grupo de pesquisa Laboratório Urbano (PPGAU/UFBA).

² Arquiteta e Urbanista formada pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2015) e mestre pelo PPG-AU/UFRN (2018). É doutoranda em Arquitetura e Urbanismo no PPGAU/UFBA (2019-Atual) e membro do grupo de pesquisa Laboratório Urbano (PPGAU/UFBA).

anthropocene.

Introdução

O Antropoceno é denominado, em linhas gerais, como o período ou época geológica que busca reconhecer o impacto significativo e generalizado da espécie humana sobre o planeta Terra. O próprio nome Antropoceno ainda está em debate³ assim como a data de início desse período⁴, e o desafio de observar esse processo em andamento tem transformado tanto o campo das Ciências da Natureza como o das Ciências Humanas.

No Antropoceno, o humano⁵ (*anthropos*) causa, através de sua atividade predatória, mudanças profundas na biosfera, atmosfera e litosfera do planeta Terra. As espécies não-humanas, portanto, estariam subjugadas à essa atividade predatória e sofreriam as consequências derradeiras dela, assim como as demais existências não necessariamente vivas – aquelas que escapam do cercamento conceitual biológico que entende a vida a partir do ciclo de nascimento-crescimento-reprodução-morte – como montanhas, mares, lagos, rochas etc. Nas palavras da antropóloga Anna Lowenhaupt Tsing, o antropoceno trata-se da era da “perturbação humana” (TSING, 2019). A filósofa Elisabeth Povinelli, por sua vez, diz que “o Antropoceno marca o momento em que a existência humana se tornou a forma determinante – e maligna, diga-se de passagem – da existência planetária, substituindo a constatação simplória de que humanos afetam o seu meio” (2023, p. 30-31). Povinelli reitera:

[...] o Antropoceno e seu conceito companheiro de mudança climática não devem ser vistos meramente como eventos geológicos e meteorológicos, e sim como um conjunto de turbulências políticas e conceituais que emergiram nos anos 1960 – o movimento ambientalista radical, a oposição indígena à mineração, o conceito de Gaia e do planeta azul (2023, p. 37).

Pensar o pós-antropoceno, portanto, requer considerar as consequências que o próprio Antropoceno impõe ao planeta Terra e aos seres que nele habitam. Como imaginar o momento posterior ao fim da perturbação humana na Terra? Apostamos que imaginar o mundo⁶ – ou mundos – onde a vida humana se perpetua tal qual atualmente não é eticamente responsável, seja com nós mesmos, seja com o planeta. De certo, no pós-antropoceno existirão os fragmentos, restos, cacos e detritos do modo de vida humano atualmente colocado, sejam eles microscópicos, como os microplásticos que se misturam aos oceanos, ou de escala monumental, como as imensas construções abandonadas de indústrias, complexos esportivos etc., ou ainda os restos de lixo

³ “[...] penso que mais do que um grande nome, na verdade, é preciso pensar num novo e potente nome. Assim, Antropoceno, Plantationoceno e Capitaloceno [...]. E também insisto em que precisamos de um nome para as dinâmicas de forças e poderes sim-chthonicas em curso, das quais as pessoas são uma parte, dentro das quais esse processo está em jogo. (Haraway, Donna. Antropoceno, capitaloceno, plantationoceno, chthuluceno: fazendo parentes. *Clima Com Cultura Científica*, v. 3, n. 5, p. 139-140, 2016.

⁴ A filósofa Elisabeth Povinelli explica que o Antropoceno, para alguns, teve início com a Revolução Neolítica, “com a invenção da agricultura e explosão da população humana”; para outros, foi a “detonação da bomba atômica, com o espalhamento de sedimentos radioativos na estratigrafia terrestre” que iniciou a era aqui discutida; e, ainda para alguns, o Antropoceno iniciou com a “Revolução Industrial, movida a carvão, com a liberação em grande escala de hidrocarbonetos na atmosfera”. (Povinelli, Elisabeth. *Geontologias: Um réquiem para o liberalismo tardio*. Ubu Editora, 2023, p. 31).

⁵ Vale lembrar que é também um tipo específico de humano que o Antropoceno se refere. A definição desse tipo de humano também é debatida, de modo imbricado à discussão do termo Antropoceno.

⁶ Eduardo Viveiros de Castro nos lembra que “o mundo é uma perspectiva objetiva” (2014, p. 33), de modo que também é necessário entender para quem o mundo é imaginado.

espacial⁷ que orbitam a atmosfera terrestre: os entulhos e resíduos da dita “humanidade civilizada”, como observou Rem Koolhaas em 2001, ao dizer que “se o lixo espacial é o detrito humano que entulha o universo, o espaço-lixo é o resíduo que a humanidade deixa no planeta” (Koolhaas, R. 2001, p. 176, tradução livre).

A imaginação sobre as consequências do Antropoceno – um pós-antropoceno, portanto – remete frequentemente ao fim da humanidade, o qual é colocado como equivalente ao fim do mundo. Esses são tópicos explorados há algum tempo em obras de ficção, sobretudo pela criação de cenários distópicos em que o ser humano é o principal responsável pela sua própria extinção. “Floresta é o nome do mundo” (1972), romance de Úrsula Le Guin, por exemplo, conta uma história em que humanos, após terem devastado o planeta Terra, partem para outros planetas para colonizá-los. “Sob a água negra”, conto de Mariana Enriquez (2017), narra a história de uma comunidade periférica e miserável de Buenos Aires, onde corre um rio que recebe todos os dejetos urbanos e, portanto, é extremamente poluído e tóxico. Há, nessa comunidade, pessoas com as mais diversas doenças e deformidades corporais, em decorrência da água contaminada do rio. O assassinato de dois jovens da comunidade por policiais, que jogam os meninos no rio ainda vivos, desencadeia uma transformação na favela, pois um desses meninos retorna à terra como uma espécie de deus do mundo subterrâneo, um “um deus do Antropoceno” (Araújo, A. 2023), que incorpora as violências perpetradas contra a Terra e contra a própria humanidade.

Os exemplos da temática são vastos, e longe de debater questões específicas a essas obras, buscamos, com este artigo, dar visibilidade e questionar a imaginação que coloca como equivalentes o final da vida humana e o final da vida no planeta Terra. Para isso, nos apoiaremos no trabalho de Elisabeth Povinelli (2023), filósofa australiana que possui um longo trabalho junto a grupos aborígenes daquele país. Baseada no trabalho de Michel Foucault (2008) e na cosmologia aborígene, Povinelli cria figuras conceituais⁸ que englobam discursos, táticas e imagens com as quais a política contemporânea – ou liberalismo tardio, de acordo com a autora – governa não somente os mercados e as sociedades, mas as subjetividades de quem está submetido a esse sistema. Especificamente, trataremos da figura do Deserto, uma vez que ela e seu imaginário remetem ao “espaço em que já houve vida, não há mais, mas poderia haver se conhecimentos, técnicas e recursos fossem devidamente administrados” (2023, p. 42). Ou seja, o Deserto alude as estratégias políticas capitalistas para as quais “tudo é inerte, replicante, imóvel, dormente e duradouro” (p. 45), como o imaginário da equivalência entre o final da vida na Terra e o final da vida humana.

Eduardo Viveiros de Castro e Déborah Danowski (2014), ao apresentar e discutir a questão do fim do mundo como análogo ao fim da humanidade - colocadas frente à emergência climática global e ao reconhecimento do Antropoceno como causador dessa emergência - também se referem a imagem do deserto ao imaginar o pós-antropoceno, ainda que não de modo conceitual, como Povinelli:

7 If space-junk is the human debris that litters the universe, Junk-Space is the residue mankind leaves on the planet. (Koolhaas, R. Junkspace. 2002, p. 176).

8 No sentido Foucaultiano, em que “figura” é uma imagem que nos faz ver algo. Foucault trabalhou com figuras desse tipo para discutir mecanismos de funcionamento da biopolítica: são as figuras do casal malthusiano, da mulher histórica, da criança masturbadora e do adulto perverso. Povinelli, ao destacar mecanismos de reprodução do neoliberalismo, responde a Foucault ao colocar o Geontopoder como subjacente ao Biopoder, e por isso também cria e trabalha com outras figuras conceituais. [Michel Foucault, Segurança, território, população: Curso dado no Collège de France (1977-1978), trad. Eduardo Brandão. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2008.]



Figura 1 - A concha. Fonte: Acervo autoral, 2023.

O mundo depois de nós pode ser visto como uma nova Idade de Ouro para a vida, ou, alternativamente, como um deserto silencioso e morto; a humanidade após o fim do mundo pode ser vista como uma raça de super-homens cujo destino é o cosmo infinito, ou como um punhado de sobreviventes miseráveis em um planeta devastado, e assim por diante (p. 34).

Neste artigo, buscamos ir na contramão das imagens de uma paisagem pós-antropocêntrica identificada com a figura do Deserto. Ou seja, objetivamos, amparados pelo que consideramos ser um fragmento arqueológico do Antropoceno – uma concha que sobrou de algum souvenir turístico –, e do conceito de paisagem baseado na proposição de Anna Tsing (2015), pensar em cenários pós-antropoceno que se distanciem da figura do Deserto, e que, portanto, afastam-se da distopia, da catástrofe e da ideia de vazio e fim de mundo conectadas ao fim da humanidade. Para isso, primeiramente trataremos do contexto de investigação a partir do qual encontramos o nosso artefato arqueológico antropocêntrico: a concha. Em seguida, exploraremos a materialidade da concha como um rastilho que, ao seguirmos, nos leva a refletir acerca da discussão conceitual entre natureza e cultura, e a relação disso com as noções de paisagem, natureza, “complicado” e “complexo”. Por fim, delinearemos uma proposição de reflexão acerca da paisagem pós-antropocêntrica que, com base nas autoras mencionadas anteriormente e nos nossos objetos de pensamento (a concha, a paisagem existente e os conceitos) nos guia a imaginar um mundo em que o *anthropos* não é o centro e o único sujeito da(s) história(s).

Acerca de um sítio e um artefato antropocêntrico

[...] o historiador deve renunciar a algumas hierarquias seculares – fatos importantes contra fatos insignificantes – e adotar o olhar meticuloso do antropólogo atento aos detalhes, e, sobretudo, aos pequenos detalhes (Didi-Huberman. 2015, p. 117).



Uma concha natural, de superfície rugosa e amarelada nas bordas, com a palavra “sal” escrita em preto, junto ao seu lado maior, e um grumo de cola transparente em seu centro, onde grãos de areia estão grudados ocasionalmente. Com aproximadamente 6cm de largura e 6cm de comprimento, essa concha - que por suas características nos permite inferir que ela pertenceu a algum conjunto de artesanato, souvenir turístico -, foi encontrada numa visita de campo que em que se buscou vestígios da ruína do Grande Hotel Stella Maris, localizado no bairro de Stella Maris, em Salvador, BA. A construção desse edifício começou na década de 1970 mas nunca foi finalizada, e permaneceu na orla⁹ por duas décadas até sua implosão – televisionada - em meados de 1990. Consideramos a concha - encontrada na área do hotel implodido - um fragmento antropocêntrico, um caco arqueológico a partir do qual é possível imaginar futuros diversos.

Em um gesto semelhante ao do catador Benjaminiano (1991), recolhemos a concha. Walter Benjamin, crítico à noção de progresso positivista da História, valorizava um projeto de historiografia baseado no colecionismo, re-contextualizando os objetos que eram considerados inúteis. O personagem do catador é “como o alegorista-colecionador barroco, ele se volta para o pequeno e aparentemente sem importância para construir seu painel móvel do século XIX.” (Seligmann-Silva, 2010, p. 62).

A concha, então, nos aparece como esse pequeno caco esquecido junto a outros restos – e, ademais, um fragmento do tempo presente, de modos de produzir e descartar desse tempo. É também um fragmento de uma paisagem existente, atual, uma vez que a própria constituição da concha se apresenta transformada por elementos dessa paisagem. Ao encarar a concha como um objeto arqueológico, entendemos que ela nos revela pistas tanto sobre a época de sua confecção, como sobre o momento em

⁹ Na internet, encontramos relatos de usos “informais”, ocupações feitas por pessoas durante a permanência do esqueleto do hotel por mais de duas décadas, na orla de Stella Maris. Há, também, um vídeo que mostra a cobertura jornalística da implosão, em 1994.

que a encontramos: o ano de 2023, a era do Antropoceno. Georges Didi-Huberman, ao falar sobre a arqueologia benjaminiana, explica que “a arqueologia não é apenas uma técnica para explorar o passado, mas também, e principalmente, o presente” (2017, p. 67). Portanto, é a partir da concha que intencionamos exercer uma prática da história que “parte não dos próprios fatos passados, essa ilusão teórica, mas do movimento que os relembra e os constrói no saber presente do historiador” (Didi-Huberman, 2015, p. 116).

Inferimos que, pela própria palavra escrita em sua superfície - “sal” -, essa concha constituiu um souvenir turístico da praia Pedra do Sal, localizada exatamente entre os bairros de Itapuã e Stella Maris (e suas praias homônimas). Todavia, a descoberta desse fragmento antropocêntrico aconteceu nos arredores de um Resort que, atualmente, ocupa exatamente o mesmo local onde existiu, por décadas, a ruína de um hotel que não teve sua construção finalizada - o Grande Hotel Stella Maris. O Resort atual, construído sobre o mesmo terreno - e restos, supomos - do Grande Hotel Stella Maris, é, além do mais, homônimo da antiga ruína.

Entretanto, as características do empreendimento atual replicam a tipologia comum e contemporânea ao ramo hoteleiro com base na economia de sol e mar, peculiar à costa litorânea do Nordeste brasileiro. O Resort Stella Maris segue uma tipologia escalonada, com predominância de materiais como concreto e vidro, e, para compor com as características locais, algumas coberturas em piaçava. Compõe-se de um conjunto de blocos de apartamentos, salões, lojas, piscinas, e um paisagismo em que espécies de plantas não nativas, plantadas de modo a impedir o movimento da areia da praia, eram vistas entre a composição arquitetônica.

Há, nos arredores do resort, alguns lotes desocupados de construções arquitetônicas e humanas, e que por isso estão cobertos de uma mistura de vegetação não nativa e plantas próprias do local. Inferimos, portanto, que são áreas onde ou já foi implantado algum projeto paisagístico tal qual o do resort, com espécies distantes daquelas encontradas em restingas¹⁰; ou, então, que o vento e espécies animais carregaram para esses lotes tanto as sementes das plantas endêmicas como das plantas exóticas à região.

Identificamos, também, que alguns desses lotes estavam em um nível mais baixo que a rua, e com poças d’água em alguns pontos. O bairro de Stella Maris – onde aconteceu o achado antropocêntrico – é vizinho ao bairro de Itapuã, e os dois estão numa grande área dunar, onde existe um sistema de lagoas intermitentes, entre elas a renomada Lagoa do Abaité¹¹. Para além da definição dessa área como Área de Preservação

¹⁰ “A restinga é uma planície arenosa costeira, de origem marinha, incluindo a praia, cordões arenosos, depressões entre-cordões, dunas e margem de lagunas, com vegetação adaptada às condições ambientais. [...] Sobre a restinga é possível se encontrar a vegetação de restinga, que é um conjunto das comunidades vegetais, fisionomicamente distintas, sob influência marinha e fluvio-marinha, que ocorrem distribuídas em mosaico e em áreas de grande diversidade ecológica, sendo consideradas comunidades edáficas, por dependerem mais da natureza do substrato que do clima. A cobertura vegetal nas restingas pode ser encontrada em praias e dunas, sobre cordões arenosos, e associadas a depressões.” Costa, Raissa. Restinga. Zona Costeira, s/d. Disponível em: <http://zonacosteira.bio.ufba.br/vrestinga.html>. Acesso em: 28/02/2024.

¹¹ De acordo com a professora, ativista social e antropóloga Clara Domingas, “Afirmamos Abaité com ‘i’ para reforçar a retomada ancestral em curso, evocando o Tupi antigo, língua nativa dominante neste território, antes da invasão europeia e durante os primeiros anos de colonização. O caso foi analisado por Frederico Edelweiss (1969) tupinólogo interessado em investigar topônimos de origem Tupi na cidade de Salvador, concluindo que seria uma inadequação do termo Abaeté com ‘e’. A palavra ‘eté’ remete a homem (Abá) abalizado, de valor, verdadeiro. Diferentemente, ‘ité’ tem sentido de sinistro, traduz de maneira precisa a realidade geográfica do lugar, que desafia, inspira medo, respeito, mistério e terror, próprias às lendas e causos em torno da lagoa escura do Abaité”. (DOMINGAS, Clara. 2023, s/p. Disponível em: <https://www.>

Ambiental (APA do Abaeté), entendemos que há, ali, um ecossistema em que dunas, lagoas, rios e restingas são conectados um ao outro.

A concha, nosso objeto arqueológico material, nos leva não somente ao refinamento do olhar sobre o “sítio arqueológico” onde ela foi encontrada, mas, como na arqueologia benjaminiana, nos guia à memória das coisas: o encharcamento e brotar d’água naqueles lotes podem indicar que, ali, é uma área lagunar; indicam, de fato, que esses lotes fazem parte de um sistema maior de águas e espécies animais, vegetais e minerais. Revelam, ademais, conexões que não são compreendidas por limites administrativos e marcos regulatórios, e que, com a urbanização produzida contemporaneamente¹², continuam a ser enfraquecidas. Sobretudo, demonstram que há um cercamento conceitual pressuposto à essa forma de pensar o presente e suas práticas políticas e de vislumbrar e imaginar mundos.

A concha e o romper da dualidade entre natureza e cultura

A concha encontrada durante a atividade exploratória de campo constitui-se como um objeto formado pelas ações do homem e da natureza, que se tornaram indissociáveis uma da outra, na própria materialidade daquele objeto. É um fragmento natural e cultural simultaneamente, como é possível demonstrar pelos elementos de sua composição: o polímero da cola semitransparente, o preto da tinta da grafia “sal”, sobre o topo da peça, os grãos de diferentes brilhos e tamanhos da areia, a constituição quase óssea da própria concha. Não é possível, portanto, os separar. Também devido a isso, reiteramos o olhar sobre a concha como um artefato do Antropoceno.

A concha, um caco de um souvenir, ao ser olhada com atenção, nos leva a refletir sobre o a divisão natureza/cultura: coletada no mar, ela foi pintada, envernizada e colada. Os materiais utilizados para essas modificações, por sua vez, só foram manufaturados, obtidos, distribuídos e utilizados devido a atividades específicas de dominação, exploração e categorização da natureza – e de alguns grupos humanos, em diferentes escalas. Além disso, a própria calcificação da concha compõe com os microplásticos presentes nos oceanos. Sua cor, as lascas presentes em suas extremidades, e os diversos grãos de areia misturados à sua superfície mostram, ainda, que a interação entre ações consideradas puramente naturais – vento, exposição ao salitre e à areia – e culturais - descarte impetuoso, deposição de polímeros, pintura, quebra intencional - não se dá materialmente de forma separada, da maneira rígida que a ontologia capitalista, ocidental, branca, a qual constitui nossa visão de mundo, assume.

[instagram.com/p/Cydxhwo_h/?utm_source=ig_web_copy_link&igsh=MzRIODBiNWFIZA==](https://www.instagram.com/p/Cydxhwo_h/?utm_source=ig_web_copy_link&igsh=MzRIODBiNWFIZA==). Acesso em 06/11/2023).

¹² Como é possível ilustrar com as notícias recentes acerca do desenvolvimento urbano imobiliário em Salvador: “Risco ao meio ambiente: Moradores de Stella Maris reclamam de construção de mega empreendimento” (Disponível em <https://www.bnews.com.br/noticias/salvador/risco-ao-meio-ambiente-moradores-de-stella-maris-reclamam-de-empreendimento.html>); “Murallas à beira mar: Prédios de até 21 andares na orla de Salvador prejudicam lazer e bem-estar da cidade” (Disponível em: <https://www.metro1.com.br/noticias/jornal-da-metropole/142461,murallas-a-beira-mar-predios-de-ate-21-andares-na-orla-de-salvador-prejudicam-lazer-e-bem-estar-da-cidade>); “Moradores de Salvador denunciam construções que ameaçam Praia do Buracão” (Disponível em: <https://www.metro1.com.br/noticias/cidade/139917,moradores-de-salvador-denunciam-construcoes-que-ameacam-praia-do-buracao>); e “Urbanização na orla de Salvador destrói vegetação nativa e ameaça tartarugas marinhas” (Disponível em: <https://www.metro1.com.br/noticias/cidade/139728,urbanizacao-na-orla-de-salvador-destroi-vegetacao-nativa-e-ameaca-tartarugas-marinhas>).

Pela constituição de sua materialidade, a concha também nos revela, no tempo do agora, uma visão do futuro: a persistência da natureza, mesmo que transformada pela ação antrópica. Indica, como a paisagem onde a encontramos, que o tempo presente se constitui pela inseparabilidade do *anthropos* do natural - coisa que não conseguimos ainda fazer bem nem com a linguagem, nem com a separação disciplinar das ciências – e que essa inseparabilidade, por ser constitutiva dos espaços, forja os futuros hoje em composição. A concha, então, se torna um fragmento não só material, mas de pensamento, que pode nos orientar para uma libertação da construção ontológica que divide natureza e cultura, materialmente e subjetivamente. - e que não está apenas na concha, mas é encontrada na paisagem também.

Paisagens e naturezas-culturas

A dicotomia natureza e cultura, constitutiva do nosso modo de pensar, atravessa as nossas cidades politicamente e espacialmente. Nesse sentido, pensar a noção de paisagem é importante para debater acerca da interferência humana, planejada ou não, bem como de outras interferências, em sua construção. A paisagem é considerada uma composição cultural principalmente no campo da Arquitetura e Urbanismo, um “desenho da natureza” (Lamas, 2011, p. 70), formulado pelo homem, equivalente à arquitetura paisagística, e originada na “arte da organização do espaço” (Lamas, 2011, p. 70). Tim Ingold (2022) aponta que o significado moderno de paisagem tem de fato origem na arquitetura, e que foi durante o Renascimento que esse conceito deixou de aludir aos “trabalhos de modelação de terra dos fazendeiros e lenhadores [para remeter] à projeção cenográfica dos artistas e arquitetos” (p. 115).

Nessa concepção de paisagem, portanto, a natureza é moldada a um cenário conformado, domesticado, estetizado, categorizado e inerte, produto da perturbação humana, e, portanto, produto cultural. Ou seja, para produzir uma paisagem, de acordo com a sua definição etimológica e histórica, a sociedade (europeia, ocidental) inventou a possibilidade de estabilizar papéis e atributos à natureza. Esse processo pode ser entendido de acordo com a discussão entre Complicado e Complexo¹³, de Isabele Stengers (2022b): criamos convenções que simplificam a complexidade da vida, e as tornamos complicadas. Nesse processo de complicação, singularizamos o agenciamento humano do espaço, no caso, e objetificamos as outras formas de matéria, vivas e não vivas.

Entretanto, de fato, o agenciamento do espaço não é apenas um conjunto de ações humanas – como pressupõe-se, por exemplo, em projetos arquitetônicos e urbanísticos que tem a concepção do espaço como tábula-rasa. Emanuelle Coccia (2020) defende que o meio ambiente natural não existe. O mundo é concebido, desenhado, projetado. O espaço é sempre concebido por outros seres para outros seres, numa relação de transformação contínua e complexa. Para Coccia, estar no mundo implica em viver num espaço concebido por muitas outras espécies, muitos outros seres. Esse espaço sempre é desenhado por um agenciamento coletivo, ampliado aos seres não humanos. Coccia considera o termo paisagem como sendo uma criação moderna, que apenas encena um certo domínio do homem sobre parte do mundo que distingue como natural. No entanto, toda paisagem, como bem lembra através de Joachim Ritter, “é fruto do

¹³ A filósofa belga explica que o Complicado seria a visão analítica, que separa os elementos, os categoriza, para então tentar entender suas relações próximas, porém limitadas. A Complexidade seria entender o mundo pelas mais incontáveis relações que ocorrem, mas que nossa capacidade de compreensão ainda não é capaz de atingir, e nossa linguagem encontra desafios a explicar. (2022). Se considerarmos a complexidade do mundo, conseguimos pensar em como a concha encontrada pode não estar separada nem da cultura e nem da natureza.

espírito especulativo” (Ritter *apud* Coccia, 2023, p?). Todos seres (vivos ou não) são artistas/projetistas do mundo, assim como a hidrosfera forma o rio que cria a condição para que os humanos colem água. Se convencionamos delimitar as bordas de um rio imaginando que se tem controle sobre seu contorno, quando sua hidrosfera inteira é o rio. O brotar d’água nos lotes vazios ao redor do Resort em Stella Maris é, também, especulação e agência daquelas águas, areias, vegetações e seres não-humanos na paisagem (e no mundo), transformados pelo turismo capitalista, e pelo homem. Estar no mundo, diz Ritter, “significa, para cada espécie, viver no espaço concebido e construído por outros. Viver, portanto, significa sempre ocupar, invadir um espaço estrangeiro e negociar o que poderia ser um espaço compartilhado.” (Coccia, 2020, p. 185).

Ao colocar as outras espécies como agentes da transformação da Terra – ou de Gaia¹⁴ - essa dicotomia de ambiente natural e ambiente artificial é quebrada. O espaço é sempre, em todas as suas partes, concebido, desenhado e construído por outras espécies e para outras espécies para além daquela que o ocupa. É além disso: ao nomear a Terra como Gaia, Stengers aponta para o “conjunto de relações [...]: os seres vivos, os oceanos, a atmosfera, o clima, os solos mais ou menos férteis [...] uma história de coevolução” (2015, p. 38) do planeta. Ou seja, o espaço é especulado e produzido também por e para seres existentes que escapam da dimensão da vida biológica, como pedras, montanhas, mares. No Antropoceno, vemos o que deve ser acirrado em um cenário posterior: a composição de mundos entre as espécies humanas e não humanas, os seres geológicos, e as próprias existências criadas pelos humanos, como uma atmosfera poluída por gases tóxicos, e solos e águas em que compostos químicos, entulhos e lixo misturam-se e transformam a biosfera, litosfera e atmosfera.

É por essa razão que as relações com o mundo são sempre políticas¹⁵ (Coccia, 2020). A distinção dicotômica Natureza/cultura, portanto, se trata de uma construção conceitual e ontológica que gera um problema de compreensão de mundo. A natureza não é apenas um objeto ou um aspecto da paisagem que o homem possa copiar e reproduzir. Organizar, dar forma, divisão e nome para os elementos que compõem a natureza não a torna uma paisagem artificial, um artefato humano – a torna Complicada, o que camufla a sua Complexidade, nos termos de Stengers (2022b). Para Coccia, não existe divisão territorial, ou divisão cultura-natureza, ou cidade-natureza, existe apenas a natureza (Coccia, 2023), a qual é dada pela complexidade de relações entre humanos, não humanos, seres vivos e seres não vivos.

Se tudo é natureza e cada ser existente é corresponsável por moldar o ambiente onde existimos, onde co-construímos mundos, a natureza deixa de ser apenas objeto passível de dominação e exploração, e passa ao papel de sujeito. Os restos da cultura, como a concha lascada, encontrada em Stella Maris, também compõem essa natureza

14 Isabelle Stengers advoga pelo uso do termo Gaia, a qual não é “a Terra ‘concreta’, nem tampouco aquela que é nomeada e invocada quando se trata de afirmar e fazer sentir nossa conexão com esta Terra [...]. E Gaia, ‘planeta vivo’, deve ser reconhecida como um ‘ser’, e não assimilada a soma de processos [...]: ela é dotada não apenas de uma história, mas também de um regime de atividades próprio, oriundo de múltiplas e emaranhadas maneiras pelas quais os processos que a constituem são articulados uns aos outros”. (2015, p. 37-38).

15 Dipesh Chakrabarty também defende algo similar. Segundo Silva e Lopes: “As formas de justiça e de política para Chakrabarty precisam abranger toda a vida natural reprodutiva – a *zoe* – e não somente os seres sencientes, como postulado pela ética e justiça animal. O Antropoceno evidencia os limites dos padrões antropocêntricos de justiça e política, insuficientes para pensar o mundo não-humano, mostrando a necessidade de repensar a gramática que orienta a política desde o século XVII”. SILVA, André Felipe; LOPES, Gabriel. Entre Horizontes e Sedimentos: o Impacto do Antropoceno na História a partir de Chakrabarty e seus Interlocutores. *Historia Ambiental Latinoamericana y Caribeña (HALAC) revista de la Solcha*, v. 11, n. 2, p. 372, 2021.

ativa, e por ela são transformados. Natureza e cultura, no Antropoceno, tornam-se uma só: *naturezas-culturas*, como propõe Donna Haraway (2021).

Concha e paisagem, materialidade e teoria

Paisagens múltiplas e relacionais

Tendo encontrado a concha e tensionando sua relação natureza / cultura, buscamos agora avançar no conceito de paisagem pós-antropoceno que defendemos neste ensaio, expondo as discussões teóricas sobre paisagens para Anna Tsing. A autora é bastante categórica: “Paisagem, na minha escrita, é constituída por padrões de atividade humana e não humana. A paisagem é um ponto de encontro para os atos humanos e não humanos e um arquivo de atividades humanas e não humanas do passado.” (Tsing, 2019, p. 16 e 17). O excepcionalismo humano não é mais uma questão nessa visão de paisagem, que dá lugar pra animais, plantas, rochas, conchas e demais agentes atmosféricos como companheiros na política de transformação do mundo.

Minha terceira intervenção metodológica [...] é fundamentar pesquisa e análise em uma paisagem. Uma paisagem é o sedimento de atividades humanas e não humanas, bióticas e abióticas, importantes e construídas sem intenção [...] uma paisagem pode existir em qualquer escala, mas sempre envolve uma diversidade de fragmentos. Uma mistura de fazendas e florestas é uma paisagem, mas também uma folha na qual insetos e fungos criaram micro-ecologias. Pensar com paisagens abre a análise para uma multiplicidade entrelaçada (Tsing, 2019, p. 149).

Paisagens são frutos da “diversidade contaminada”, termo que Tsing usa para se referir aos modos de vida que se desenvolveram em relação aos últimos milhares de anos de perturbação humana.

Diversidade contaminada é adaptação colaborativa a ecossistemas de perturbação humana. Emerge como os detritos da destruição ambiental, da conquista imperial, dos fins lucrativos, do racismo e da norma autoritária — assim como do devir criativo. Nem sempre é bonita, mas é quem somos e o que temos disponível como parceria para uma terra habitável (Tsing, 2019, p. 23).

Dentro da perspectiva da diversidade contaminada, a autora defende que podemos apostar em uma postura de “Perturbação lenta”, ou seja, quando a perturbação humana cria ecossistemas em que outras espécies podem viver, que nutrem colaborações entre espécies. Permitir colaborações interespecies, significa, também, narrar as histórias em que a diversidade emerge e admitir sua natureza contaminada.

Um ótimo exemplo que reforça essa afirmação é ilustrado no estudo de Tsing (2019) sobre os catadores de cogumelos matsutake na região de Oregon, Estados Unidos. Para encontrarem o cogumelo que cresce debaixo da terra, os catadores precisam estar atentos e se relacionar às diferentes linhas de vida que os cercam, movimentando memória e movimento, como numa dança. Eles ficam atentos aos traços de outros animais, como ursos e alces que se alimentam do cogumelo, às plantas que florescem próximas a eles, às plantas que servem de apoio para seu crescimento e até mesmo às que indicam que o solo em determinado local não é propício para o crescimento desse tipo de cogumelos. O conceito de paisagem para a autora depende de uma mudança nos modos de olhar para a mesma. Assume a seguinte definição: “Paisagem, na minha

escrita, é constituída por padrões de atividade humana e não humana. A paisagem é um ponto de encontro para os atos humanos e não humanos e um arquivo de atividades humanas e não humanas do passado.” (Tsing, 2019, p. 16–17). Trata-se de um modo de conhecimento relacional, que não passa por um sistema de classificação prévia das coisas – os cogumelos –, mas por um modo de compreensão de suas relações e associações com outras linhas de vida. Uma busca por olhar para os cruzamentos de outras populações não humanas encaradas como sujeitos das transformações naquela paisagem.

Ainda que Tsing considere as populações não-humanas como sujeitos que fazem parte de uma mesma história num processo entrelaçado à nossa, ela não deixa de reconhecer que a perturbação causada pela atividade humana sobre as demais espécies assume uma relação assimétrica. Nessa relação de assimetria, o que é possível é encarar a diversidade contaminada tendo em vista a busca por uma perturbação lenta.

O deserto e uma outra ontologia da existência

O imaginário do pós-antropoceno frequentemente remete aos cenários distópicos de ficções, pois, segundo Danowski e Viveiros de Castro,

O espaço psicológico se vai tornando coextensivo ao espaço ecológico – mas agora não mais como controle mágico do ambiente, e sim como o ‘pânico frio’ (Stengers) suscitado pela enorme distância entre conhecimento científico e impotência política, isto é, entre nossa capacidade (científica) de imaginar o fim do mundo e nossa incapacidade (política) de imaginar o fim do capitalismo [...]. (Danowski, D.; Viveiros de Castro, E. 2014, p. 31).

Elisabeth Povinelli em seu livro *Geontologias* (2022), cria uma figura conceitual para reunir tais características comuns aos imaginários de paisagens pós-antropoceno distópicas, sejam elas produções artísticas e ficcionais, sejam discursos, táticas e imagens com as quais o capitalismo contemporâneo opera os modos de reprodução nos territórios objetivos e subjetivos.

O Deserto é uma ferramenta, figura e diagnóstico do “modo de governança liberal tardio” (p. 41), mais evidente em locais onde o colonialismo existiu e persiste sob diferentes formas¹⁶. Refere-se a locais “em que já houve vida, não há mais, mas poderia haver se conhecimentos, técnicas e recursos fossem devidamente administrados” (p. 42). A culpa da retirada da vida é majoritariamente humana e assim também caberia à humanidade, a possibilidade de que ali pudesse haver vida caso os conhecimentos, técnicas e recursos tivessem sido devidamente administrados. Tem como base o sistema de pensamento, o qual estamos imersos, que diferencia *bios* de *geos* – ou seja, o que é Vivo e que corresponde ao ciclo do carbono de nascimento, crescimento, reprodução e morte; e o que não é vivo, e que, portanto, não é sujeito e nem dotado de faculdades subjetivas e direitos, como montanhas, rochas, oceanos, lagoas, ecossistemas, entre outros.

¹⁶ Antônio Bispo dos Santos explica, no texto “Arquitetura e contracolonialismo”, que “O Estado é ambiente colonialista [...] e abstrato. [...] Qualquer governo que governar este Estado será um governo colonialista, porque o Estado é colonialista” (2023, p. 74). A estrutura organizativa política, para o autor, ainda hoje não deixou de ser colonialista, uma vez que continua a alterar, subjugar e proibir diversos modos de vida. (Bispo dos Santos, Antônio. *Arquitetura e Contracolonialismo*. In: *A terra dá, a terra quer*. São Paulo: Ubu Editora/PISEAGRAMA, 2023, p. 56-74. 2023).

Segundo Povinelli, há uma hierarquia nesse sistema de pensamento, uma vez que os seres vivos, para a biologia do ciclo do carbono, são considerados superiores aos seres e existências geológicas, vistas, no sistema de pensamento humano ocidental, capitalista e herdeiro do colonialismo, como inertes, inanimadas, estéreis. “O Deserto, em outras palavras, se atém à distinção entre Vida e Não Vida e dramatiza a possibilidade de que a Vida esteja sempre sob a ameaça das areias rastejantes e dissecantes da Não Vida.” (p. 42)

Não à toa, o deserto é uma imagem profícua para narrativas futurológicas de ficções especulativas na interface do antropoceno e o pós-antropoceno, onde a catástrofes e extinções em massa vem à tona. Não faltam exemplos elencados por Povinelli, como os filmes de *Mad Max*, a ficção científica “O tempo em Marte”, de Philip K. Dick, e “à poética” de Juliana Spahr.

Esse medo de perigo constante da extinção da humanidade é reforçado também por dados empíricos. Segundo o último relatório do IPCC de 2024¹⁷ as alterações climáticas causadas pela atividade humana de emissão de gases que contribuem para o efeito estufa (CO₂ e Metano) já garantem atualmente um aumento da temperatura média do planeta de 1,1°C em 2011 a 2020, em relação ao período de 1850 a 1900. Esse aumento está causando muitos eventos meteorológicos e climáticos extremos em todas as regiões do mundo. O efeito cascata que acontece pela elevação da temperatura da atmosfera terrestre, segundo o mesmo relatório, levará a impactos generalizados na segurança alimentar e hídrica, na saúde humana, nas economias e na sociedade em geral. As perdas e danos relacionados para as pessoas¹⁸ e para outras inúmeras espécies são preocupantes dado ao aumento médio da temperatura e umidade do ar na superfície terrestre. Com base no aumento da temperatura e umidade, o relatório também apresenta projeções de riscos e impactos causados, tidos como inevitáveis, que mostram um cenário nada animador, que remete, mais uma vez, a figura do Deserto.

O coletivo indígena australiano Karrabing, com o qual Povinelli trabalha há décadas e se baseia teoricamente, entretanto, não pensam e atuam na diferença e hierarquia entre vida biológica e existência geológica, seja nas suas práticas presentes, seja nas perspectivas futuras. Para eles, as “coisas existem por meio de um esforço de atenção mútua. Esse esforço não está na mente, mas na atividade de permanência;” e, “as coisas não nascem nem morrem, embora possam virar as costas uma para as outras e mudar de estado” (p. 59). Portanto, a ontologia com a qual eles existem no mundo baseia-se em uma relação de atenção e cuidado mútuo entre todas as coisas, vivas e não vivas. Quando há uma ruptura, mudança, quebra em qualquer parte desse cuidado recíproco, o arranjo de existência é modificado. Nesse sentido, o Deserto dos aborígenes diferencia-se do Deserto do capitalismo ocidental.

Ao virar as costas umas para as outras, entidades interrompem o cuidado mútuo. Então a Terra não está morrendo. Mas a Terra pode estar virando as costas a certas formas de existência. De acordo com esse modo de pensar, o Deserto não é aquilo em que a vida inexistente. O Deserto é uma série de entidades

¹⁷ O IPCC, Intergovernmental Panel on Climate Change, é o órgão das Nações Unidas para avaliar a ciência relacionada às mudanças climáticas.

¹⁸ Vale lembrar que essas violências atingem diferentes populações de diferentes maneiras, reproduzindo a estrutura racista que está na base do pensamento ocidental, branco, heterossexual e capitalista: “os impactos ambientais nas cidades são socialmente produzidos: não são apenas fruto de eventualidades climáticas. No entanto, a distribuição de suas consequências se dá de forma desigual no território urbano. Esse desequilíbrio é, em parte, a expressão da injustiça socioambiental e do racismo ambiental nas cidades.” (Relatório do estudo “Racismo Ambiental e justiça socioambiental nas cidades”, realizado pelo Instituto Pólis em 2022. Disponível em: <<https://polis.org.br/estudos/racismo-ambiental/>>).

que interromperam seus cuidados aos tipos de entidades que os humanos são e, portanto, transformaram humanos em outros modos de existência: osso, múmia, cinza, solo (Povinelli, E. 2023, p. 59).

Como alternativa, Povinelli propõe que devemos “desdramatizar a vida humana” (p. 59) ao passo que nos responsabilizamos pelo que estamos fazendo na nossa relação de atenção e cuidado com o planeta. Isabelle Stengers (2022a) demonstra uma perspectiva que pode ser equiparada à cosmovisão aborígene. Para a filósofa belga, Gaia foi bastante mal caracterizada quando comparada a um organismo vivo, que pode estar saudável ou doente. Stengers é enfática ao anunciar que “O que quer que os homens façam, Gaia sobreviverá” (Stengers, 2022a, p. 20). O que há enquanto relação de dependência humana em Gaia seria apenas o que é relacionado ao seu regime de existência atual. Após o fim da humanidade, Gaia continuará sobrevivendo, assim como provavelmente sobreviverão diversos de seus habitantes não humanos, principalmente os microrganismos. Isso porque Gaia não é um organismo que pode ficar doente ou saudável, mas uma entidade complexa, que aglutina uma quantidade de relações e variáveis incontáveis para os cálculos racionais humanos.

Junto a esses autores e suas proposições, imaginamos que podemos reorganizar nosso pensamento para conceber o pós-antropoceno ao entendimento de que todas as espécies são diretamente responsáveis pela conformação terrestre, numa relação de cuidado – ou de não cuidado – umas com as outras. Sendo assim, não há mais a figura do antropoceno como sendo central, pois não há relação de hierarquia sobre as ações que são feitas por humanos, não humanos, vivos e não vivos.

Pós-antropoceno, paisagens e pensamentos relacionais

Do que foi exposto até agora, podemos inferir que o pós-antropoceno não precisa necessariamente significar o fim do mundo, como posto pela figura do Deserto, mas o fim de uma ontologia que cria a relação hierárquica dos humanos sobre todos os outros seres – vivos ou não – do planeta. As paisagens pós-antropoceno, nessa perspectiva, compõem-se a partir de uma mudança de compreensão acerca de um cenário já existente, onde persiste uma grande trama de seres que agem em transformação mútua, um projetando o ambiente para o outro.

O sonho humano de gestão exclusiva do planeta - e insistimos, das paisagens – já foi posto em xeque durante a pandemia do Covid19, quando um vírus mudou completamente as atividades humanas na superfície Terrestre. Não há escapatória senão encarar que há uma correlação com outras espécies das quais dependemos nas relações de socialidade. Então, como ajustar as nossas lentes para esse outro modo de ver, teorizar e propor formas de compreensão do planeta e das paisagens? Como a materialidade complexa da concha, em que naturezas-culturas imbricam-se, as paisagens são complexas em seus acúmulos de linhas de vida, de formas de existência, numa metamorfose constante, numa diversidade contaminada – mesmo as paisagens que parecem desérticas. Se compreendermos o mundo como uma correlação infinda de diversas coisas que se arranjam mutuamente de modos diferentes, o fim do mundo deixa de ser uma perspectiva iminente, uma vez que o fim da humanidade não é mais equiparado a ele. O pós-Antropoceno, desassociado da perspectiva de exclusividade humana, pode vir a ser a construção de mundo com base na perspectiva da paisagem relacional entre as mais diversas socialidades, humanas, não humanas, vivas, não vivas, encantadas etc.

A concha nos ajuda a pensar isso, na medida que é, simultaneamente, um artefato natural e produzido pela cultura, e as condições de sua existência, tal como foi encontrada, estão permeadas pela ação humana: os microplásticos no oceano, a

remodelação da orla marítima, a construção de um hotel, a demolição de um hotel, a construção de um resort, o desenvolvimento urbano da costa oceânica, os projetos políticos, arquitetônicos e as atividades turísticas que movimentam a biosfera e os territórios, as condições de quem catou a concha - em mar ou em terra – e a própria compreensão de que uma concha remete à um espaço específico, e a uma memória. Para uma concha se formar, uma quantidade de condições deve ser adequada. Essa concha, em algum momento, voltará à terra, servirá para nutrir outros modos de Gaia, outros modos de formar a superfície terrestre. O mesmo ocorre com outras paisagens, nas mais diferentes escalas. No pós-antropoceno, é importante ter em vista que

[...] não estaríamos apenas acompanhando planejamentos humanos; os humanos seriam um entre vários agentes históricos. Todas as diversas trajetórias que causaram algum impacto na paisagem seriam relevantes, quer sejam humanas ou não. Juntas, elas comporiam os ritmos polifônicos da paisagem, isto é, a atuação de múltiplas histórias conjuntas (Tsing, 2019, p. 130).

Considerações finais

Neste artigo, buscamos refletir sobre como uma concha, a observação empírica, o debate conceitual acerca do binômio natureza e cultura, e a relação entre o conceito de paisagem (Tsing) e a figura do Deserto (Povinelli) de Anna Tsing ajudam a pensar o imaginário do cenário pós-antropoceno. Para tal, relatamos desde uma pesquisa exploratória de campo, que acabou culminando no encontro com a concha, e apresentamos e debatemos os temas advindos desse encontro, os quais colocamos em fricção com a discussão teórica de Anna Tsing, Emanuelle Coccia, Isabelle Stengers, e Elisabeth Povinelli, principalmente.

Há, certamente, grandes barreiras a serem transpostas para o avanço dessa proposta. A primeira e mais direta parece ser a bagagem conceitual exclusivista e monoespecífica do campo da arquitetura e do urbanismo a que estamos acostumados. Para isso, é preciso se relacionar com outras epistemologias e cosmologias para encontrar outros modos de pensar a cidade a partir da vida fora dos termos exclusivistas da vida social humana. Para isso, também é preciso repensar nossos métodos de olhar para a cidade, a fim de encarar sua complexidade. Sobretudo, pensamos que é preciso exercitar a atenção em nossas práticas e na nossa coexistência aos mais diversos seres, de modo que haja desdobramentos em nossos pensares, sonhos, e imaginações acerca dos mundos e paisagens no pós-antropoceno.

Referências

- ARAÚJO, A. (2023) Arquivos da Terra: Antropoceno e Horror. IN: *Espeluznante*. Disponível em < <https://espeluznante.substack.com/p/arquivos-da-terra-antropoceno-e-horror>>. Acesso em 26 de janeiro de 2024.
- BENJAMIN, W. A Paris do Segundo Império em Baudelaire. In: KOTHE, F. (Org.). *Walter Benjamin: sociologia*. São Paulo: Ática, 1991, p. 44-122.
- BISPO DOS SANTOS, A. Arquitetura e Contracolonialismo. In: *A terra dá, a terra quer*. São Paulo: Ubu Editora/PISEAGRAMA, 2023, p. 56-74. 2023.

COCCIA, E. A natureza é design. trad. Paulo Holanda. *arte e ensaios*, [S. l.], v. 29, n. 45, p. 139–149, 3 set. 2023. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/60666>. Acesso em: 11 set. 2023.

COCCIA, E. *Metamorfoses*. trad. Madeleine Deschamps; Victoria Mouawad. 1. ed. Rio de Janeiro, RJ: Dantes Editora, 2020.

DIDI-HUBERMAN, G. *O que vemos, o que nos olha*. 2ª ed. São Paulo: Editora 34, 2010.

DIDI-HUBERMAN, G. *Diante do tempo: história da arte e anacronismo das imagens*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2015.

ENRIQUEZ, M. Sob a água negra. In: *As coisas que perdemos no fogo*. Editora Intrínseca, 2017, p. 149-168.

HARAWAY, D. Antropoceno, capitaloceno, plantationoceno, chthuluceno: fazendo parentes. *Clima Com Cultura Científica*, v. 3, n. 5, p. 139-140, 2016.

HARAWAY, D. *O manifesto das espécies companheiras: cachorros, pessoas e alteridade significativa*. Bazar do Tempo Produções e Empreendimentos Culturais LTDA, 2021.
IPCC Sixth Assessment Report (AR6).RELATÓRIO DE CLIMA DO IPCC de 2024, Disponível em: <https://www.ipcc.ch/report/ar6/syr/longer-report>

KOOLHAAS, Rem. Junkspace. *October*, v. 100, p. 175-190, 2002.

POVINELLI, E. *Geontologias*. trad. Mariana Ruggieri. São Paulo, SP: Ubu Editora, 2022.

SELIGMANN-SILVA, M. Sobre o anarquivamento – um encadeamento a partir de Walter Benjamin. *Poiésis*, v. 15, n. 24, p. 35 - 58, dez. 2014. Disponível em: . Acesso em: 28 set. 2023.

SILVA, André Felipe; LOPES, Gabriel. Entre Horizontes e Sedimentos: o Impacto do Antropoceno na História a partir de Chakrabarty e seus Interlocutores. *Historia Ambiental Latinoamericana y Caribeña (HALAC) revista de la Solcha*, v. 11, n. 2, p. 372, 2021.

STENGERS, I. E depois? de que nossa herança nos torna capazes? trad. Cecília Campello do Amaral Mello; Vladimir Moreira Lima. *Redobra*, [S. l.], v. 16, n. 7, p. 279–285, 2022a. Disponível em: http://www.redobra.ufba.br/wp-content/uploads/2022/10/R16_17_DEB_STENGERS.pdf. Acesso em: 10 set. 2023.

STENGERS, I. Reinventar a cidade? A escolha da complexidade. trad. Cecília Campello do Amaral Mello; Vladimir Moreira Lima Ribeiro. *Redobra*, [S. l.], v. 16, n. 7, p. 17–27, 2022b.

STENGERS, Isabelle. *No tempo das catástrofes: resistir à barbárie que se aproxima*. São Paulo: Cosac Naify, 2015.

TSING, A. L. *Viver nas ruínas: paisagens multiespécies no antropoceno*. Brasília: IEB Mil Folhas, 2019.

FORMAS DE HABITAR MUNDOS ESTILHAÇADOS NO CAPITALOCENO

Recompondo as ruínas de Bento Rodrigues¹

*WAYS OF INHABITING SHATTERED WORLDS IN THE
CAPITALOCENE*

Reassembling the ruins of Bento Rodrigues

Natanael de Alencar Santos² e Estefania Momm³

Resumo

Neste artigo, investigamos formas e possibilidades de (re)construção e (re)valorização de vínculos, agenciamentos políticos, instâncias de ação coletiva e práticas criativas de cuidado em Bento Rodrigues, subdistrito soterrado pelo desastre-crime da Samarco (Vale/BHP) em 2015. A partir de um grupo específico, o “Loucos pelo Bento”, nos dirigimos a uma paisagem existencial: como ele torna as ruínas habitáveis, que sentidos imprime a esse processo e como empenha instâncias revivificantes de pertencimento em meio a um mundo danificado? Dados documentais, audiovisuais, etnográficos e entrevistas orientam nossa análise. Articulamos tal arranjo como um contexto de sofrimento social e de crime continuado atravessado por elementos indiciais de trauma cultural, sublinhando a relevância de impactos subjetivos coletivos ocasionados pela relação assimétrica com a produção neoextrativa mineral e efeitos da injustiça ambiental para compreensão da paisagem de poder do Capitaloceno, no que diz respeito ao uso, destruição de recursos e dinâmica de expulsões.

Palavras-chave: território, ruínas, Samarco, Bento Rodrigues, Capitaloceno.

Abstract

In this article, we investigate forms and possibilities of (re)construction and (re)valorization of bonds, political agencies, instances of collective action, and creative practices of care in Bento Rodrigues, a village buried by the Samarco (Vale/BHP) crime-disaster in 2015. Drawing from a specific group, the “Crazy about Bento,” we delve into an existential landscape: how they make the ruins inhabitable, what meanings they impart to this process, and how they manage to (re)create instances of belonging amidst a damaged world? Documentary, audiovisual, ethnographic data, and interviews guide our analysis. We articulate this arrangement as a context of social suffering in an ongoing crime, intersected by indicial elements of cultural trauma, underscoring the relevance of collective subjective impacts caused by the asymmetrical relationship with neo-extractive mineral production and effects of environmental injustice for understanding the Capitalocene’s landscape of power, concerning resource use, destruction, and dynamics of expulsions.

Keywords: territory, ruins, Samarco, Bento Rodrigues, Capitalocene.

¹ Uma versão preliminar deste trabalho foi apresentada oralmente no 2º Congresso da Rede Internacional de Sociologia das Sensibilidades, no WT17- 17. Políticas das emoções na era do Capitaloceno: Explorando o Universo das sensações no fim do mundo — coordenado pelo Prof. Horacio Machado Araújo a quem agradecemos pelos comentários e incentivo.

² Doutorando pelo Programa de Pós Graduação em Sociologia da UFSCar, na linha de pesquisa Poder e Conflitos Sociais, sob orientação da Profa. Dra. Maria Aparecida de Moraes Silva.

³ Professora Substituta no Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFOP; doutoranda pelo Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo da USP, linha de pesquisa Participação Social e Políticas Públicas a Produção e Gestão do Habitat, sob orientação da Prof. Dr. Caio Santo Amore.

Introdução

Passados mais de 8 anos do desastre-crime da Samarco (Vale/BHP Billiton), as dimensões e consequências dos danos e perdas decorrentes do rompimento da Barragem de Fundão (Mariana-MG) e seu processo de reparação a partir do dia 05 de novembro de 2015 são ainda incertas, preocupantes e nos indicam uma série de tenuidades quanto às camadas sensíveis dos traumas culturais advindos de eventos extremos e desafiam a compreensão dos processos de identidade, projetos e modos de vida rompidos em tais contextos.

O desastre-crime de 2015 afetou a Bacia do Rio Doce como um todo e em cada localidade há especificidades dos danos e perdas: muitas ainda não reconhecidas e outras ainda desconhecidas. O presente artigo aborda em específico o território de Bento Rodrigues, soterrado e ressignificado em meio às ruínas pelo grupo autointitulado “Loucos pelo Bento”⁴. Tal vivência em meio às ruínas indica o forte vínculo deste grupo social com o território, mesmo após o desastre-crime, o qual apresenta-se como lugar de refúgio em meio às violações perpetuadas.

Através da presente investigação, buscamos indagar os sentidos coletivos que o grupo “Loucos pelo Bento” atribui à ocupação, ou repovoamento, das ruínas de Bento Rodrigues, compondo uma paisagem de sensibilidades e evidenciando características de experiências em meio a ruínas. A partir da fricção entre teoria e prática – promovendo diálogo entre conceitos já consolidados, pequenas histórias e análise das vivências no território de origem de Bento Rodrigues, além de trabalho etnográfico –, constatamos o grupo “Loucos pelo Bento” como uma instigante experiência coletiva que abriga um acervo de práticas materiais e imateriais importante para visualizar como vidas se tornam vivíveis em meio a mundos danificados no Capitaloceno. Nesse sentido, ao longo de quatro seções, nos dirigimos à interpretação das ruínas não como puro debris melancólico, mas como reveladoras de brutais violências, abrigando instâncias revivificantes de pertencimento que nos permitem o acesso ao modo como se efetivou a (re)construção e (re)valorização de vínculos, agenciamentos políticos, instâncias de ação coletiva e práticas criativas de cuidado.

A primeira seção situa teoricamente nossas preocupações relativas às consequências sociais de longa duração do desastre-crime da Samarco (Vale/BHP) – evento crítico inserido no contexto do *Capitaloceno/Necroceno*, do neoextrativismo minerador, da produção social de desastres e, dada as tensões de sua (ir)reparação, desencadeador de um processo de trauma cultural. Inicialmente, nos propomos a mobilizar noções como a) sofrimento social; b) trauma cultural; c) trabalho de memória; d) *solastalgia* e e) ecologia política das emoções. Com este percurso, colocamos em relevo um tipo particular de danos — o que significa complexificar algumas questões e dirigir-se à experiência de vida, na coletividade, que resvalam nas identidades pós-rompimento das pessoas atingidas. Buscamos conduzir nossa interpretação, portanto, para uma camada transversal da realidade social onde se coadunam sensibilidades, memórias, emoções, agenciamentos políticos ou, em outras palavras, formas de habitar mundos danificados a partir da análise do caso específico do grupo autointitulado “Loucos pelo Bento”.

⁴ É importante destacar que há variações na nomenclatura do grupo, inclusive dentre os próprios membros, que por vezes se intitulam também como “Loucos por Bento Rodrigues” ou “Loucos por Bento”.

Em um segundo momento — indicando nosso itinerário metodológico e apresentando as fontes e acervos de análise, captados em documentos bibliográficos e audiovisuais, entrevistas e pesquisa etnográfica — extraímos e situamos dados que nos permitem compilar fragmentos e apreender parte do histórico das disputas no território soterrado e inundado de Bento Rodrigues.

Na terceira seção, aprofundamos a reflexão sobre as ruínas do povoado a partir da análise da atuação do grupo “Loucos pelo Bento” após o rompimento da barragem, justapondo “pequenas histórias” — considerando entrevistas, fontes e acervos de análise e das vivências em campo realizadas, e friccionando experiências e narrativas das pessoas atingidas pós-rompimento com as noções mobilizadas na primeira seção.

Tendo realizado este percurso, na quarta parte do artigo adentramos um circuito conceitual específico implicado em dar visibilidade a uma questão ambiciosa, que intersecciona escalas micro e macroestruturais: a partir de Bento Rodrigues, o que significa habitar mundos estilhaçados no Capitaloceno? Nela, seguimos indagando sobre as emoções, identidade-território, r-existências, resistências e as motivações de permanência no território em arruinamento de Bento Rodrigues pelo grupo “Loucos pelo Bento” à luz de conceitos específicos sobre formas de vida em ruínas do capitalismo a partir das ciências sociais.

Nas considerações finais, defendemos que os “Loucos pelo Bento” efetuam resistência ao que chamamos de “tutela corporativa existencial” e que se enredam em um processo de retomada da autoria coletiva da vida social. Ali também retornamos ao contexto macro dos desastres da mineração, apresentando questões essenciais que devem ainda ser exploradas a partir do desastre-crime da Samarco (Vale/BHP) e de grupos sociais como o “Loucos pelo Bento”, que podem contribuir para verticalizar questões sobre riscos e limites das situações extremas do extrativismo e sobre capacidades de recomposição de vidas danificadas.

Parte 1 – Provocações teóricas: uma aproximação à paisagem sensível do Capitaloceno

A noção de *Capitaloceno* (Moore, 2022) deriva de abordagens mais nuançadas que vem sendo elaboradas pelo campo das Ciências Sociais, provocadas pela nova nomenclatura que emerge no campo da estratigrafia para denominar o impacto intenso e devastador de vetores antrópicos no sistema terra. Ela indica a insuficiência do termo *Antropoceno*, ou seu erro de paralaxe, localizado na detecção da agência principal que deixa sua impressão digital sobre a biosfera: no *anthropos* como causador das perturbações mais nefastas que colocam em risco, no limite, as condições de continuidade ecossistêmica do planeta. O *Capitaloceno*, ao invés disso, frisa que são as condições por meio das quais a interação com a natureza se efetiva no modelo socioeconômico capitalista que resulta nos efeitos mensuráveis de alteração e destruição de padrões ambientais razoáveis ou sadios. A atribuição recai não sobre a humanidade genericamente, mas sob os empreendimentos predatórios, o apetite insaciável por matérias-primas, pelo consumo irrefreado e cobiça pelo lucro a curto e médio prazo.

Em retrospectiva, a emergência conceitual do *Antropoceno* indexou diversas aproximações ou ativou uma discursividade particular para referir-se às questões socioambientais, situação em que as contribuições da ecologia política têm suas inferências reforçadas. Outras nomenclaturas também fazem exercício análogo, como é o caso do termo *Antropocego*, definição que a antropóloga Marisol de la Cadena (2018) mobiliza para apontar a miopia ou mesmo o apagamento a que estão sujeitas as

existências e experiências não-hegemônicas, sobretudo as de povos e comunidades tradicionais no Sul Global, quando confrontados com todo o arsenal da “gramática de valoração” pecuniária (Martinez-Alier, 2018) e suas iniciativas que miram principalmente os seus territórios. É suficiente, por ora, adicionar a essa desconstrução lexical e conceitual, a noção de *Necroceno* (Mcbrian, 2022), que insiste no aspecto destrutivo da nova época geológica, que progride a partir da obliteração não apenas de biomas, entidades e bens naturais, mas também de culturas, atropeladas pelo rolo compressor da lógica capitalista de acumulação e desenvolvimento, o que o autor aborda como ‘acumulação por extinção’ — tal aspecto aniquilador tem distinta relevância para as interpretações elaboradas adiante.

Reconfigurando percepções sobre a associação entre eventos socioculturais e biosféricos, estudos das últimas décadas têm avançado para uma releitura histórica do processo de extinção em massa originada na expansão marítima colonialista e imperialista do século XV na América do Sul e que se consolida com as escavações de Cerro Rico de Potosí, na Bolívia (Aráoz, 2020), principal produtora de prata depois de 1545. Para Machado Aráoz (ibidem, p.31), “a mineração moderno-colonial foi o detonante fundamental do *Capitaloceno*”, sendo esta uma “forma extrema” do extrativismo por sua condição constituinte do “sistema-mundo capitalista-colonial-patriarcal”, por “suas consequências de longa duração, pelos efeitos ecobiopolíticos”, e afetando drasticamente o “sociometabolismo da espécie humana” (ibidem, p.34). Ao referir-se à “alienação territorial” da América Latina, inspirado por Milton Santos, o autor ressalta que seu impacto é tão profundo que não se limita a transformações geográficas ou econômicas.

Aráoz nos leva a um território ainda mais particular: a ecologia política das emoções. Ela diz respeito a uma mudança não apenas em nosso pensamento, mas também em nossos sentimentos, abraçando uma consciência sensível e expandida da colonialidade. É nesse terreno das sensibilidades que também se instalou algo que nos adverte Alimonda (2021): o que define a especificidade disso que se chama “latinoamericano” é o trauma catastrófico da colonização e a integração subordinada, colonial, ao sistema internacional.

Tomamos de auxílio estas construções em torno de uma mesma ideia central para enfatizarmos elementos menos numéricos, mas nem por isso pouco expressivos. Enxergamos, no cenário do *Capitaloceno*, feridas infligidas não apenas aos componentes ambientais, mas a toda uma paisagem vivencial subjetiva e coletiva, ao terreno experiencial das identidades. Este trabalho implica-se na interpretação de manifestações radicais das potencialidades mais catastróficas desse fenômeno: os desastres no *Capitaloceno* — para além dos danos de natureza física, priorizamos a investigação de danos imateriais e sociológicos.

Há muito, o campo da Sociologia dos Desastres desfez a percepção de que os desastres são “naturais”, visto que o componente social é incontornável, seja presente nas causas de fundo, nas vulnerabilidades sociais intervenientes, nas condições de mitigação e resiliência ou na governança dos danos. O *Capitaloceno* incide nessa virada de paradigma, na medida em que “a natureza se torna efeito do humano” (Marques, 2015, p.402), colocando em primeiro plano a relação causal entre exaustão natural e a maior frequência e intensidade de desastres socioambientais.

Entendemos, nesse sentido, que o *Capitaloceno* possui como característica consubstancial o desencadeamento de uma série de situações extremas (Pollak, 1989) ou eventos críticos (Veena DAS, 1995). Tais formulações levam em consideração situações de intenso sofrimento e ruptura da vida social como guerras, genocídios, desastres ambientais e tecnológicos, atentados, etc. São diversas as expressões e

lôcus dessa realidade e embora os exemplos sigam multiplicando-se, por ora nos ateremos ao caso emblemático e específico do desastre-crime da Samarco (Vale/BHP), ocorrido no Estado de Minas Gerais em 2015 do qual é importante relembrar alguns detalhes.

A Samarco Mineração S.A. é uma joint venture da brasileira Vale S/A. e da anglo-australiana BHP, ambas com 50% de suas ações. A empresa brasileira tem capital fechado e foi criada em 1973 com início de suas operações em 1977. O principal produto gerado são pelotas de minério de ferro comercializadas para a indústria siderúrgica de países das “Américas, Oriente Médio, Ásia e Europa” (Prata, 2019, p. 39). Ainda de acordo com a autora (ibidem, p. 39), em 2015 a empresa “era a 12ª maior exportadora do Brasil, produzindo 24,9 milhões de toneladas de minério” e “recolhendo R\$ 1,5 bilhão em impostos diretos pagos no ano de 2014”. Tais impostos “correspondiam a: 54% da receita de Mariana (MG), 35% da receita de Ouro Preto (MG) e 50% da receita de Anchieta (ES)”.

Ao destruir comunidades inteiras as margens dos cerca de 670 km percorridos pela lama de rejeitos em novembro de 2015, o rompimento da barragem de Fundão gerou uma série de consequências às áreas atingidas, algumas irreparáveis para os moradores da região, dentre elas, danos ambientais, sociais e econômicos (Rodrigues et al, 2023). as dezenas de milhões de metros cúbicos de rejeito oriundos do Complexo de Germano atingiram primeiramente o distrito de Bento Rodrigues há cerca de 5,5 km da barragem de Fundão e chegaram na foz do Rio Doce em Regência (Linhares-ES) após 15 dias do rompimento.

Além das 19 vítimas fatais e da expulsão direta e imediata de cerca de mil famílias, há inúmeros impactos causados pela destruição de florestas, contaminação de rios, fontes de água e alimentos e perda de fontes de trabalho e renda para a região, além de atingir hospitais, escolas e pontes. De acordo com Rodrigues et al (2023, p.1), “há impactos diretos nos modos de vida de milhares de pessoas de difícil mensuração, sendo boa parte deles irreparáveis”. Desta feita, compreendemos a mineração como uma *indústria danosa (harm-industry)*, conceito cunhado por Benson e Kirsch (2010), que aborda as práticas destrutivas às pessoas e ao meio ambiente pelo setor extrativo mineral.

O processo de reparação dos danos e perdas, instituído através da “lógica do consenso” e da “resolução negociada dos conflitos” (Vitti, 2017) através de termos de ajustamento de conduta sem a efetiva participação das pessoas atingidas é também produtor de violências, na medida que não respeita a centralidade da vítima, nem propõe recuperar modos de vida a partir de vivências e sensibilidades das pessoas atingidas (Cáritas, 2020). O processo de reparação e do doloroso processo da “vida em espera” é continuamente manifestado, por exemplo, pelo Jornal A Sirene desde fevereiro de 2016. Através do jornal acompanhamos a justaposição de fraturas existenciais impostas às pessoas expulsas de Bento Rodrigues.

Parte destas fraturas advém dos modos de vida raptados junto aos territórios soterrados. A partir de intensa disputa das famílias atingidas junto a assessoria técnica independente da Cáritas⁵, as famílias articularam diretrizes de reparação do direito à moradia definidas judicialmente, e cuja restituição se dá por meio de uma das seguintes modalidades: reconstrução, reassentamento coletivo ou reassentamento familiar, tendo

⁵ A Assessoria Técnica Independente foi instituída pela Ação Civil Pública (ACP) 0400.15.004335-6 do Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) da 2ª Vara da Comarca de Mariana e a Cáritas Brasileira - Regional Minas Gerais iniciou suas atividades no território de Mariana em outubro de 2016.



ainda como alternativa a tais modalidades, a possibilidade de pecúnia. A reparação do deslocamento forçado de seus territórios está dentre os 42 programas de reparação, sob responsabilidade da Fundação Renova. O programa 8: “Reconstrução das Vilas” tem objetivo reconstruir as 3 comunidades soterradas pelos rejeitos de minério: Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo e Gesteira.

Embora não seja objetivo do presente artigo uma análise aprofundada sobre o reassentamento coletivo de Bento Rodrigues, cabe destacar que as fraturas nos modos de morar, viver e existir dos atingidos e atingidas são explícitas frente a um processo de resolução negociada dos conflitos, pseudo participação da comunidade atingida e construída através de uma concepção hegemônica de produção capitalista do espaço construído, o que difere substancialmente da paisagem das sensibilidades que aqui buscamos recuperar.

A definição de evento crítico, tal como delineada por Veena Das, colabora profundamente para a compreensão do desastre-crime da Samarco (Vale/BHP). Trata-se de uma intensa transformação, em diferentes camadas, que desencadeia novas modalidades de ação, redefine categorias tradicionais, ressignifica dimensões da existência individual e coletiva. O desastre-crime foi ignitor de uma outra relação com o território a partir das expulsões; os moradores e cidadãos passam a ser categorizados como “pessoas atingidas”; as pessoas atingidas, por sua vez, retratam e difundem outra “estrutura de sentimento” (Williams, 1979; Santos, 2022), outras percepções e narrativas sobre a mineração — que a enfatizam como algo arriscado, perigoso, inseguro, eticamente irresponsável, puramente pecuniário, por exemplo; outras vincularidades emergem, assim como novas formas de comunidade, algumas das quais vão colocar-se e entender-se como atores políticos pela primeira vez (Zhour, 2016; Losekann, 2018). O sofrimento social irradiado pelos eventos críticos atravessa várias instituições, reconfigura padrões sociais e, como desenvolveremos ao longo deste artigo, cria outra paisagem de sensibilidade: uma que se institui a partir da experiência de vida em mundos danificados.

Na medida em que representam observações extensíveis ao desastre-crime da Samarco (Vale/BHP), é bastante profícua a investigação que Veena Das (1995)



Imagem 2 - Reassentamento de Bento Rodrigues. Fonte: extraído de: <https://www.fundacaorenova.org/reassentamentos/bento-rodrigues/>. Acesso em 25 de jan. 2023.

executa sobre o desastre tecnológico da estadunidense *Union Carbide Corporation*, que resultou no vazamento de enorme quantidade de gás isocianato de metila de uma fábrica de agrotóxicos desativada em Bhopal, na Índia. Seguindo o argumento de Das, o evento registra um modelo de sociedade em que a criação de riqueza ocorre simultaneamente à geração de destruição. O desastre-crime da Samarco (Vale/BHP) e o da *Union Carbide Corporation* refletem não apenas realidades locais, mas também engajam diretamente as estruturas modernas, científicas, legais e administrativas da sociedade contemporânea. Devido à magnitude dessas ocorrências, ambas foram percebidas como desastres coletivos desde o início. Em ambos os cenários, as pessoas vitimizadas enfrentaram dificuldades em entender completamente como e por que o sofrimento lhes foi imposto, muitas vezes sendo pegas de surpresa pelas circunstâncias que levaram ao seu padecimento. Bento Rodrigues, portanto, conecta escalas: a lógica e os atributos do Capitaloceno, portanto, se esgueiram no desastre da Samarco (Vale/BHP), ora explícitos, ora sub-repticiamente, imiscuídos em suas causas e consequências de longo prazo, inclusive no terreno subjetivo e sensível de sujeitos.

Esses eventos desencadeiam reflexões sobre a possibilidade de reparação, compensação ou recuperação do que foi perdido — seja território, laços ou um sentido amplo de pertencimento —, bem como sobre a feitura criativa de novas configurações. Eles também oferecem entendimentos sobre a natureza do sofrimento social e a quebra de padrões coletivos estabelecidos; em particular, instam a pensar sobre como o sofrimento pode ser visto como um confronto com a perda de sentido em determinados aspectos da vida que ameaçam se desintegrar em um emaranhado de incertezas.

No caso particular da Samarco (Vale/BHP), cremos ser valioso à análise funcionalizar a noção de trauma cultural (Alexander, 2012). Segundo Jeffrey Alexander, nenhum evento, independente de sua magnitude, é em si culturalmente traumático. Trata-se de um dano indelével à identidade coletiva de um grupo, que não poderá controlá-lo na percepção de si mesmo. A partir de lentes construtivistas, o trauma cultural é uma atribuição de sentido a um evento, um exercício intencional de representação. O trauma, nessa acepção, não emerge meramente da experiência coletiva de dor, mas da profunda perturbação que toca o cerne da identidade coletiva do grupo, impulsionando uma reavaliação, exigindo um vigoroso esforço cultural e político por parte das

coletividades afetadas. Pode ser compreendido como um mecanismo sociológico que identifica uma grave lesão ao grupo, estabelece quem é a vítima, designa culpabilidade e distribui as consequências tangíveis e intangíveis. Esta perspectiva sobre o trauma é vital para entender como a agência coletiva evolui, ou não, em resposta ao sofrimento social. Adiante, como tentaremos indiciar, alguns moradores de Bento Rodrigues ilustram as vicissitudes desse complexo encadeamento.

Destacamos que intervêm de maneira relevante no processo social de trauma cultural o trabalho de memória: ele é mobilizado em um esforço de busca e de reconstrução de um passado coletivo, reorganizando o senso de identidade. As memórias integram o espaço público enquanto narrativas e entram em alinhamento específico, pervadindo o que Halbwachs (1990) chama de “comunidade afetiva”. Todo o processo de trauma cultural pode vir a atravessar diferentes arenas institucionais como a religião, a estética, a mídia, a esfera legal, científica e da burocracia do estado — e nisso entram em cena tanto desigualdades quanto à distribuição de recursos materiais quanto acesso diferenciais a redes que os proporcionem. Tal dinâmica nos parece estar em efetivo curso, ao longo dos mais de oito anos após o rompimento da barragem do Fundão, notadamente entre as coletividades atingidas.

Adicionalmente, visualizamos que a paisagem de sensibilidade em tal cenário é atravessada por aquilo que o filósofo ambiental Glenn Albrecht (2005) conceitualiza como “*earth emotions*”. Tais emoções emergem no interior de um contexto de adoecimento ecossistêmico, cujos agentes causadores podem ser variados, sejam os usos predatórios de recursos e apropriação extrativista de territórios, sejam mudanças climáticas aceleradas corporativamente induzidas. É notável como o seu neologismo *Solastalgia* tem adentrado o vocabulário do debate ecológico: uma tentativa de nomear a percepção negativa da vivência de mudanças ambientais. O conceito relaciona-se, mas por contraste, com a ideia de *topofilia*, descrito por Yi-Fu Tuan (2012). Modulando entre as ideias de nostalgia, melancolia e *homesick*, a *Solastalgia* diz respeito à retirada do ambiente através da desolação, à alteração e distúrbio do sentimento de lugar e de habitar: é a dor pela perda do “solos”. A formulação nos é interessante por trazer inscrita em seu núcleo a conexão com o território onde se desenrolam os modos de vida e as profundas consequências possíveis dos desastres e impactos ambientais do extrativismo.

Portanto, mais do que uma discussão centralizada nos aspectos ambientais, sobretudo no aumento da temperatura e da poluição, há muito mais para ser deslindado no paradigma do *Capitaloceno*. Há uma região de danos específicos, sociológicos em suma, pois remodelam, quando não chegam a destruir, formas de vida coletiva e identidades, subjetividades e sensibilidades a elas conectadas. Em um trabalho de torção, é preciso fazer com que estes níveis alcancem reconhecimento. Assim, propomos adiante o aprofundamento nos aspectos acima abordados a partir da leitura das ruínas de Bento Rodrigues com base no argumento de que este caso específico pode ajudar a ampliar a compreensão dos danos e perdas do desastre-crime da Samarco (Vale/BHP), mobilizando, em seguida, um circuito conceitual específico para refletir sobre mundos em ruínas no *Capitaloceno*.

Parte 2 - Compilando fragmentos de Bento Rodrigues pós-rompimento

As imagens que inundaram a mídia nos dias imediatamente posteriores ao rompimento da barragem do Fundão foram da ordem do espetáculo e do drama, transmitindo o sofrimento mineiro a uma vasta audiência: a altura e a extensão da impiedosa lama de rejeitos; as ruas e casas soterradas; carros, postes, móveis e objetos de toda sorte deslocados e destruídos; a intensa cor vermelho-ocreado, formando um mar

de desolação; os rostos inconsoláveis, aturdidos; o desalento, a dor e as lágrimas abundantes daqueles que foram afetados. O epicentro de uma tragédia: assim Bento Rodrigues, um subdistrito de características rurais onde viviam pouco mais de 600 habitantes, foi apresentado para o mundo⁶. Este primeiro momento, contudo, é apenas um ponto numa extensa processualidade. O que houve em Bento Rodrigues após o rompimento da barragem de rejeitos da Samarco (Vale/BHP) em 2015? Decorridos mais de oito anos, o que se passa ali?

Inicialmente, para captar os sentidos e interpretarmos as ruínas de Bento Rodrigues - em específico a trama de vivências no território de origem pelo grupo “Loucos pelo Bento” pós rompimento — selecionamos, após extenso levantamento, fontes de dados específicas que nos possibilitam apresentar o estudo de caso, extraindo elementos que possam indicar os arranjos de uma complexa paisagem de sensibilidade.

Considerando a situação delicada dos trâmites de reparação, o demasiado assédio por parte de diferentes agentes, mesmo que bem intencionados (Valencio e Valencio, 2018) e respeitando os padecimentos dos atingidos e atingidas ao longo dos anos após o desastre-crime, assim como o ensejo de evitar revitimizações desnecessárias, recorremos a relatos já feitos nos últimos mais de oito anos, pelos bento rodriguenses, e já publicizados em diversos substratos — o que nos parece um cuidado ao mesmo tempo metodológico e ético. Dentre as fontes secundárias utilizadas estão reportagens jornalísticas (em especial o rico acervo do Jornal A Sirene); documentários; livro reportagem; e documentos jurídicos dos acordos e processos estabelecidos. Algumas considerações sobre os dados coletados serão realizadas a seguir.

As fontes primárias possibilitaram vivências e reflexões dos autores diretamente com os membros do grupo em estudo. As entrevistas⁷ semiestruturadas e em profundidade foram realizadas com atores da sociedade civil extremamente politizados e engajados desde o início no processo de reparação. O histórico biográfico dos entrevistados, por sua vez, após o rompimento de Fundão, nos permite acessar uma série de questões relevantes sobre o desastre-crime da Samarco (Vale/BHP). Não são apenas vítimas, mas agora agentes ativos, mobilizadores, articuladores e formuladores dessa disputa que envolve a totalidade de suas existências. As idas às ruínas⁸ de Bento Rodrigues foram também ricas oportunidades de aproximação com os “Loucos pelo Bento” e com o ambiente - ao mesmo tempo hostil e potente como será relatado adiante no artigo.

Alguns momentos históricos desses mais de 8 anos serão aqui recuperados com o intuito de transmitir de forma mais objetiva possível o que aconteceu em Bento Rodrigues após o desastre-crime. Para isso, serão transcritos e comentados trechos de reportagens de canais de comunicação de ampla difusão midiática, priorizando neste releitura histórica a centralidade das vítimas.

Dentre as diversas fontes e acervos analisados, destacamos a seguir algumas reportagens jornalísticas que proporcionam uma breve reconstrução histórica do objeto de estudo. No dia 08 de dezembro de 2015 o programa “Profissão Repórter” (Globo, 2015) retrata um pouco do primeiro mês após o rompimento. Destaca-se a atitude de Paula Alves no dia 05 de novembro, que com sua moto ajudou a salvar inúmeras vidas, alertando famílias sobre o rompimento. Não houve nenhuma sirene ou ação mitigadora a tempo por parte da mineradora. Além de outras iniciativas de buscas e impactos

6 Antes do desastre-crime pouco era registrado em mídias locais e considerados em políticas públicas.

7 Foram entrevistados dois membros do grupo “Loucos pelo Bento”, em dezembro de 2022. Em cerca de 7 horas de entrevistas contaram um pouco sobre suas vidas após 5 de novembro de 2015 e o processo de reparação após o desastre-crime.

8 Foram realizadas idas em novembro e dezembro de 2022 e em julho de 2023.

ao longo da Bacia do Rio Doce, a matéria destaca a difícil atuação da defesa civil ao tentar evacuar áreas ainda em risco devido à incerteza dos riscos nas barragens de Santarém e Germano, também no Complexo de Germano. Conforme relatado pelo Sr. Jair, da comunidade rural de Campinas, os motivos pelos quais não pretende sair de sua casa demonstram profundo vínculo com seus animais e modos de vida:

Eu tô cuidando das minhas coisas só... minhas coisas... que... que eu trabalhei (...) Igual eu falei: um passo que uma galinha minha der eu quero tá junto com ela... uma galinha der... eu quero tá junto com ela porque: tudo desse braço aqui ó... eu vim trabalhando desde a idade de, de 10 anos (Globo, 2015).

Ainda sobre as famílias de diversas comunidades que tiveram que ser imediatamente realocadas em hotéis na cidade de Mariana em situação completamente diferente aos modos de vida que tinham, Zé Horta relata: “O problema é dias né..você ficar mais dias... (...) Ahh, eu não aguento muito não... é... o máximo 15 dias, o máximo” (Globo, 2015).

Em Bento Rodrigues, a equipe de filmagem acompanha a família de Mônica dos Santos — que acompanharemos outras vezes mais, ao longo do presente artigo — que volta a Bento junto à equipe de reportagem pela primeira vez após o rompimento da barragem, sob rígido controle de acesso pela empresa. A família identifica a comunidade, as casas e objetos. Para Dona Maria, 58 anos, mãe de Mônica e que nasceu e foi criada na comunidade:

Foi-se nossa história, nossa vida – tá tudo aqui. (...) A gente não construiu casa em área de risco. A gente não construiu casa debaixo da barragem. A barragem foi feita em cima da gente (Globo, 2015).

Em 02 de novembro de 2017, Daniel Camargos (2017) escreve para a revista “Piauí” matéria exclusiva sobre o grupo “Loucos pelo Bento” que surge em julho de 2016 quando o morador Mauro Marcos decide que iria até o povoado, angariando a companhia de um grupo de outros moradores. Mônica é reconhecida como uma das principais lideranças do grupo, e explica: “[foi] uma tentativa de amenizar o nosso sofrimento, protestar e declarar o amor por nossa terra”. A matéria relata algumas das ações do grupo, como a celebração de festas religiosas, passar noites na comunidade, passagem de ano, entre outros. De acordo com a reportagem, a família de Mônica é uma das principais do grupo. “Além dela, a mãe, Maria e as tias Simária e Sandra estão sempre presentes nos atos”.

A reportagem retrata ainda a luta do grupo pelo direito e por respeito ao seu território de origem. Dois momentos são especialmente registrados na matéria: a construção do Dique S4⁹, que mesmo após grande luta dos moradores foi construído em outubro de 2016 com autorização do governador Fernando Pimentel (PT), inundando grande parte das ruínas de Bento Rodrigues que ainda existiam, alegando alternativa para

9 Com a alegação de reter o rejeito que ficaram depositados na região de Bento Rodrigues, impedindo que o material fosse carreado para o rio Gualaxo e, de lá, para o rio Doce, foram construídos pela Samarco (Vale/ BHP Billiton) os diques S1, S2 e S3 - este finalizado em fevereiro de 2016. Começa a ser colocado em disputa a construção do dique S4 que alagaria boa parte de Bento Rodrigues. Em junho, a obra do dique S4 foi embargada pela Polícia Militar de Meio Ambiente e o Iphan nega à Samarco (Vale/ BHP Billiton) autorização para a construção do dique. Em setembro, um Laudo da SEMAD afirma que diques S3 e S4 não são eficientes para impedir contaminação do Rio Doce pelos rejeitos, mas ainda assim o Governo de Minas Gerais autoriza para construção do dique S4 através do Decreto nº 500/2016 por Fernando Pimentel (PT) - com previsão de seu descomissionamento em três anos, o que não aconteceu.



riscos ainda existentes. Embora arguida como necessária medida de contenção, a construção dos diques também representou uma intensificação das violações contra o território dos bento rodriguenses. Importante conquista se deu no dia 05 de outubro de 2017 quando, em audiência de conciliação na 2ª Vara Cível, Criminal e de Execuções Penais da Comarca de Mariana a hipótese dos terrenos na origem serem cedidos em troca das novas casas (permuta) foi descartada. A reportagem termina com uma frase de Mônica dos Santos: “Mesmo se algum dia surgir outro povoado nós não aceitamos que Bento acabe. Aqui é o nosso lugar, nossa vida e nossa história. É muito amor envolvido” (Camargos, 2017).

Em 30 de maio de 2023, nova reportagem do “Profissão Repórter” (Globo, 2023) apresenta como moradores de Bento Rodrigues frequentam o “ar mais tranquilo” da área de origem — mesmo que em ruínas e sob rígido controle de acesso pela Samarco (Vale/BHP). Mônica dos Santos, que acompanha a equipe de repórteres, relata: “Aqui é como se a barragem não tivesse rompido, é como se a gente não tivesse mil e um problemas. Aqui é o descanso”.

Em outro trecho, Mônica complementa: “É a única coisa, que até o momento, a Samarco, Vale, BHP e a Renova não conseguiu tirar de mim. São as lembranças” (Globo, 2023). A moradora acompanha a equipe pelas ruas, mostrando como passam os finais de semana ali com instalações improvisadas e em meio a ruínas. Dona Maria, mãe de Mônica, conclui no final da reportagem: “chegou a hora de ir embora... agora é só esperar a semana passar, pra voltar aqui de novo” (idem).

Destacamos, por fim, a principal fonte de dados utilizada para compreensão do processo histórico após o desastre-crime e em especial a luta do “Loucos pelo Bento”: o Jornal A Sirene¹⁰. O jornal canaliza uma política de memória a partir das pessoas atingidas como um “processo de assemblage emocional, de arranjo afetivo processual e de produção de uma nova consciência a partir do desastre que a ideia de estrutura de sentimento busca lidar” (Santos, 2023, p.51). O jornal é publicado desde fevereiro de 2016 e é considerado importante instrumento livre e independente de denúncia e luta da população atingida.

¹⁰ Jornal A Sirene. <https://jornalasurene.com.br/>

A primeira menção ao grupo “Loucos pelo Bento” acontece na edição 9, de dezembro de 2016, quando o grupo se mobiliza para realizar obra de acesso ao território. Na mesma edição há uma matéria sobre a primeira vez que eles dormem no território. O grupo é novamente citado na edição 16, de julho de 2017, em alusão à resignificação de Bento Rodrigues, em uma matéria sobre direito à propriedade. Nela, os membros são nomeados como “ativistas”. Na mesma edição, cita-se a realização de uma festa junina no território, organizada pelo grupo. Na edição 19, de outubro de 2017, o grupo é mencionado como responsável pela articulação de festas religiosas no território. O editorial desta edição também remete ao nome do grupo. No informativo na edição 37, de abril de 2019, consta que a semana santa foi organizada no Bento pelo grupo “Loucos pelo Bento”. Na edição 46, de fevereiro de 2020, os ativistas do grupo participam de ato em Brumadinho (Cristiano Sales); há uma foto dele usando camisa do “Loucos Pelo Bento Rodrigues”. Na edição 47, de março de 2020, uma matéria singela em que uma criança, Olívia — filha de integrantes e ela mesma membro do grupo — batizou cada pintinho de uma galinha com o nome de um integrante da família, também integrantes do “Loucos pelo Bento”. Não há outras menções explícitas ao grupo no Jornal A Sirene, no recorte verificado, de fevereiro de 2016 a julho de 2023. Porém, é possível identificar diversas outras manifestações do grupo ao identificarmos seus membros, o que foi possível com as entrevistas realizadas, trabalhos de campo e idas às ruínas.

A partir de uma primeira e sintética leitura histórica do pós-rompimento em Bento Rodrigues, continuaremos com aproximações sensíveis às paisagens destruídas através do contato com os sujeitos que ali moravam e ali também revivificam o território.

Parte 3 – Reconpondo o mundo estilhaçado dos “Loucos pelo Bento”

Inspirados no trabalho de Lorimer (2003), refratado por Dawney (2022), utilizamos o artifício de “pequenas histórias” para entender práticas de sujeitos em situações muito delicadas. Nas pequenas histórias, constelamos dados discursivos, análise de acontecimentos e de experiências para compor narrativas que possam ilustrar eventos, memórias, sensações e impressões centrados nos integrantes dos “Loucos pelo Bento”. Essas histórias dizem respeito, em um horizonte, a dificuldades que se apresentam para que determinados sujeitos consigam se localizar e estabelecer nódulos ou pontos de ancoragem para suas próprias vidas, na ausência daquilo que outrora fornecia a normalidade mais básica para elas: o território e as relações estabelecidas nele e com ele; dizem respeito também as energias investidas por agentes em um arranjo de forças extremamente assimétrico. Seguindo a elaboração de Lorimer (2003, p.214), o dispositivo das pequenas histórias, por meio do qual examinamos aspectos biográficos e sua textura subjetiva em conexão com sua dimensão estrutural, “são como pontos de entrada para o desenvolvimento de conceitos em contextos locais”, visto que se manifestam ou são corporificados de maneira particularizada. Dessa maneira, no fim das contas, elas contam também a história do desastre-crime e, de forma peculiar, da manifestação dos efeitos de nossa época geológica, o *Capitaloceno*.

Para recompor as ruínas de Bento Rodrigues e navegar pelos sentidos que lhe atribuem aqueles que nela habitam, utilizaremos um conjunto representativo de dados narrativos advindos tanto da produção pelos próprios membros do grupo, quanto de experiências de interlocução em campo com eles. Nos ateremos a aspectos subjetivos que nos fornecem indicativos do que é ser um “Louco pelo Bento”, que ajudam a nos acercar das motivações, das justificativas e com isso elaborar algumas “pequenas histórias” sobre os membros e o que os conecta às ruínas, coletando elementos de um arranjo de uma complexa paisagem de sensibilidade, tomando de inspiração a noção de “política de sensibilidade” de Scribano (2019, p.3), definida como um conjunto de práticas sociais cognitivo-afetivas baseada na produção, gerenciamento e reprodução de horizontes

de ações, disposições e cognição. Ainda orientados por Scribano (2009, p. 2) estamos atentos, no caso do “Loucos pelo Bento” à práticas intersticiais, caracterizadas como relações sociais

que se apropian de los espacios abiertos e indeterminados de la estructura capitalista generando un eje “conductual” que se ubica transversalmente respecto de los vectores centrales de configuración de las políticas de los cuerpos y las emociones.

As histórias funcionam em conjunto, portanto, como um mapa de indícios, um circuito de experiências que nos mobilizam a perceber o que, no fim das contas, é o mundo danificado pela mineração em Bento Rodrigues: onde estão as rachaduras, como se manifesta o sofrimento, o que se busca recuperar e como persistir com a vida.

Marlon - O lugar mais seguro do mundo

Em “O Lugar Mais Seguro do Mundo” (2021), documentário dirigido por Aline Lata e Helena Wolfenson, o personagem principal, condutor da narrativa, é Marlon Silva, sobrevivente da onda de rejeitos da Barragem do Fundão que atingiu o subdistrito de Bento Rodrigues. Marlon é um personagem que nos guia por algo maior do que ele próprio. As gravações do longa-metragem começaram em 2016, meses após o rompimento, quando Marlon tinha pouco mais de 20 anos. Em uma das primeiras cenas, ele visita locais atingidos pelos rejeitos, ainda com o aspecto úmido da lama de rejeitos e as marcas frescas nas paredes que restaram de pé, resgatando fotografias, ícones religiosos, objetos pessoais e outros itens entre as ruínas para devolver aos proprietários. Nesse gesto há algo que imediatamente extravasa a dimensão privada, nos conduzindo em direção à dimensão pública: a constante tentativa de recompor a vida cindida pelo trauma do desastre-crime, o incessável tatear por uma outra constituição individual e coletiva, mais frágil e que emerge de uma arqueologia inglória.

O documentário acompanha Marlon visitando a vizinhança onde outrora vivia a avó, Maria, e onde a tia, Sandra, possuía um bar, deparando-se com as casas saqueadas e o entulho que permaneceu nos cômodos, a exemplo do seu próprio quarto; filma-o entrando pela mata até uma cachoeira, cenário de brincadeiras de infância, mas que agora, ainda que sinta o prazer de entrar naquelas águas, manchas e coceiras alérgicas derivam desse inocente ato; testemunha mais de uma ocasião em que deflagra ruidosos conflitos contra funcionários da Samarco (Vale/BHP) que tentam expulsá-lo da área atingida, mas sua desobediência triunfa. Em determinado momento, Marlon se junta a uma procissão de ex-moradores e participa de uma celebração religiosa. Mais tarde, alguns remanescentes permanecem em uma casa de estrutura improvisada, em Bento Rodrigues, e, entre música, cerveja e conversas, entoam um hino onde declaram-se “Loucos Pelo Bento”: “Estamos vivos, estamos juntos, estamos fortes, somos muitos e somos loucos! Somos loucos por Bento Rodrigues”.

Mônica - Ânsia por justiça

A primeira menção ao grupo “Loucos pelo Bento” no Jornal A Sirene — um veículo comunitário que tem sido um verdadeiro acervo sobre o crime da Samarco, em um exercício ativo de mobilização, bem como de política de memória — acontece na edição de número nove, de dezembro de 2016. Ali, três fatos são emblemáticos, reportados em matérias. O primeiro é uma mobilização para consertar uma ponte que dá acesso ao território, danificada pela passagem de caminhões que prestavam serviço à mineradora. Embora houvessem solicitado reparos, eles não seriam realizados a tempo do feriado do dia 2 de novembro, tampouco do dia 5 de novembro, data em que se completaria um ano do rompimento da barragem. Em um domingo, vários moradores realizaram os reparos, em mutirão. O segundo é um conflito com “seguranças” por causa do acesso à igreja das Mercês, cujas portas estavam trancadas a cadeado, impedindo o acesso para a celebração do dia dos finados. Por fim, o terceiro acontecimento diz respeito à primeira noite em que um grupo de ex-moradores decidiu dormir em Bento Rodrigues, em 22 de outubro de 2016. Ao todo, 23 moradores participaram do acampamento, dos quais 15 eram moradores originais. Eles montaram uma estrutura de barraca, fogueiras e à noite realizaram uma caminhada, por entre as ruínas, até a Igreja de São Bento.

Todas as matérias assinaladas acima tiveram a autoria ou participação de Mônica dos Santos. Além de colaboradora assídua do Jornal A Sirene, ela tornou-se uma liderança do movimento das pessoas atingidas pela barragem de Fundão, com posição sólida na Comissão dos Atingidos pela Barragem do Fundão de Mariana. Sua atuação fez com que sua presença fosse constante em entrevistas, documentários, eventos, manifestações e, claro, assembleias e tribunais. Assim como Marlon Silva, de quem é prima, Mônica dos Santos sofreu uma ruptura biográfica por causa do rompimento da barragem de rejeitos de minério de ferro que envolve, fisicamente, a destruição de seu território, e, simbolicamente, a destruição de uma série de componentes relacionais ligados a sua identidade. Neste último quesito, no caso de Mônica, a reconstrução de si é perpassada por uma instância coletiva intensamente política que reorienta sua trajetória de vida: em 2021 tornou-se advogada e em 2022 foi a primeira pessoa atingida a ser ouvida em um tribunal, desde o rompimento em 2015: o que se deu não no Brasil, mas em Londres, onde a BHP enfrenta graves acusações no Tribunal de Apelação das Cortes Reais de Justiça do Reino Unido. Hoje, Mônica dos Santos atua junto à Cáritas no corpo de assessoria técnica à população de parte da bacia do Rio Doce atingida pelo crime da Samarco (Vale/BHP).

Enquanto tiver um atingido sem ser reassentado e um atingido sem ser indenizado, é... eu tenho por obrigação, né... de lutar pelo direito de todo mundo. *É uma luta que eu sei, que é uma luta sem fim* (Globo, 2023).

A potência dos elementos biográficos da Mônica, sobretudo após o desastre-crime, indica uma incansável procura por justiça coletiva desde o rompimento da barragem de Fundão. Ao representar com sua existência-vida-corpo uma luta coletiva ao longo de mais de 8 anos, Mônica enfrenta contínuos desafios conjunturais relativos ao território de Bento Rodrigues e todo processo de reparação. É em Bento — com seus amigos, familiares e próximos que encontra além de pares, refúgio — que encontra possibilidades de continuidade da vida.

Não parece exagerado afirmar que os desastres recentes na mineração brasileira, em especial os rompimentos das barragens de Fundão (em Mariana) e do Córrego do Feijão (em Brumadinho), impactaram o regime de visibilidade dos problemas associados ao neoextrativismo mineral: questões como os tipos de barragem de rejeitos em operação, o nível de risco associado a eles, a rigidez ou flexibilização do monitoramento, a



parcialidade de pareceres supostamente técnicos, a condução corporativa de conflitos socioambientais e a morosidade dos desfechos jurídicos. Por outro lado, a agência dos grupos engajados na resistência à exploração mineradora, nos processos de reparação de áreas atingidas e na defesa de alternativas ao modelo mineral vigente, também passam a contar com uma maior e mais sintonizada sensibilidade pública a suas pautas, tendo em vista a concretude trágica de suas lutas. Nesse contexto, a implementação da Lei n.º 14.755, 15 de dezembro de 2023, a Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens, cristaliza aprendizados fruto de tensionamento, disputas e sobretudo de sofrimentos infligidos aqueles atingidos pelas violações do setor extrativo mineral.

Marcos - Casamento nas ruínas

Bento Rodrigues possui uma forte e longa tradição católica. A capela de Nossa Senhora das Mercês sobreviveu ao desastre-crime por estar em localização mais elevada, embora tenha sido abandonada¹¹ pela Fundação Renova e órgãos públicos após o desastre-crime. Já da igreja de São Bento, que era mais frequentemente utilizada pelos moradores, restam apenas partes arruinadas da estrutura original, cobertas por um toldo, já que o teto, paredes e objetos foram arrancados e arrastados pela onda de lama de rejeitos. Ambas faziam parte da Estrada Real, originalmente rota de escoamento de ouro e mercadorias e que, até antes do rompimento, possuía uma importante função turística, considerado um dos pontos fortes da economia local. O aspecto patrimonial danificado muitas vezes oclusa o que ainda acontece ali enquanto paisagem vivida. Na página oficial do Instituto Rota Real, por exemplo, o povoado é descrito como inabitado¹².

11 Sobre o descaso quanto a manutenção e restauro da capela ver: <https://mg.caritas.org.br/noticias/morosidade-e-descaso-comprometem-capela-das-mercês-em-bento-rodrigues>

12 Bento Rodrigues - Instituto Estrada Real. <https://institutoestrada-real.com.br/cidades/bento-rodrigues-mg/>

Na contramão da ideia espectral de que Bento Rodrigues pertence ao passado e que nada mais lá existe, soterrado total ou parcialmente por rejeitos de minério e inundado pelo Dique S4, a não ser um lembrete e um alerta lúgubre de um desastre-crime, Manoel Marcos Muniz — o Marquinhos, ex-funcionário da Samarco (Vale/BHP), e Marinalda Muniz, sua esposa, ilustram que entre aquilo que foi destruído, há pulsos de vida. Em dezembro de 1992, casaram-se na igreja de São Bento e 25 anos depois realizaram no mesmo lugar as suas Bodas de Prata. Embora as instalações físicas sejam drasticamente diferentes, inclusive com boa parte delas inexistentes, a conexão com o lugar permanece, como expressa um fragmento do Jornal A Sirene dedicado à narrativa do casamento: “acima do amor entre duas pessoas, está o amor por várias histórias de vida, está o amor por Bento Rodrigues” (A Sirene, janeiro/2018, p.8-9). Ou ainda, nas palavras do próprio Marquinhos, a qualificação do lugar ganha um novo tom:

Aquele lugar, principalmente a Igreja, pra gente é muito valioso. Foi ali que começamos a aprender as coisas. Depois do rompimento da barragem, eu pensei: “perdi a Igreja, esse espaço”; mas hoje em dia eu penso que é muito importante ter celebrado ali, nas ruínas mesmo, no Bento.

Os membros do “Loucos Pelo Bento” retornam ao território em datas comemorativas, religiosas ou não, aos fins de semana ou quando desejam. É a presença no território que lhes é central. Eventos como este ultrapassam a camada meramente patrimonial, uma vez que presentificam os vínculos dos “Loucos pelo Bento” com o território, reafirmam suas conexões e intensificam o apego pelo lugar de origem. Mais do que operar remendos anedóticos nas fissuras da identidade coletiva, o grupo está implicado em um aprendizado ou numa pedagogia soturna: trata-se de aprender a viver entre ruínas de um mundo destruído.

Ruínas de Bento Rodrigues - Vestígios, destroços e persistência

Em 11 de julho de 2023, de manhã, partimos rumo à Bento Rodrigues. A atmosfera da desolação era nítida desde a estrada. Um vigia da Samarco (Vale/BHP) ocupava uma guarita na entrada do território e tomou os dados da placa do carro e nos permitiu acesso após nos apresentarmos como pesquisadores. Só assim conseguimos seguir. Os diques S3 e em especial S4, que inundaram parte de Bento Rodrigues, são as primeiras coisas que se percebe na paisagem. O dique S4 representa os conflitos que ela desencadeou e a demonstração do imenso poder procedimental (Martinez Alier, 2018) da Samarco (Vale/BHP) estão estampados no relevo, na hidrografia, no solo que brilha por causa do pó do minério e até no ar que se respira.

São eloquentes, contudo o estado das paredes, a ausência de janelas, os estilhaços de estruturas, o aspecto abandonado e destruído. Eram as ruínas de Bento Rodrigues se anunciando em toda sua textura particular. Uma vegetação gramínea recobriu o vermelho dos rejeitos. A natureza aos poucos se reapropria do lugar. Arbustos crescem e árvores irrompem do interior dos escombros. A natureza reclama seu retorno.

Um homem montado em uma mula surgiu, se aproximou e perguntou o porquê de estarmos ali e disse que sozinhos nós entenderíamos muito pouco. Ele se estabeleceu, dali em diante, como um guia informal, descendo de seu animal e nos acompanhando a pé. Fortuito, muito bem situado e informado. O homem se apresentou, mas logo nos disse que não gosta de dar entrevistas nem de sair em fotos — embora seja bem articulado e confiante.



O homem treinou nosso olhar para percebermos as marcas do rejeito nas paredes, nos postes, sempre com o cuidado de mantermos uma distância segura da mula, que poderia nos ferir com um coice. Indicou os resíduos mais espessos que se acumularam nas superfícies. Nos guiou para dentro de uma igreja pentecostal desmoronada. As paredes, ao contrário do chão coberto de grama, permanecem vermelhas. Janelas quebradas, pinturas gastas, estruturas destruídas, desgastadas, rachaduras, sujeira e desolação — morcegos sobrevoaram nossas cabeças ao entrarmos.

Nosso “guia” nos tirou habilmente da armadilha de ir às ruínas desacompanhados — e correr o risco de fazer uma observação mais voltada para os aspectos físicos dos escombros. Em determinado momento, ele encadeou um longo discurso sobre o caráter da reparação, principalmente quanto ao reassentamento das famílias no “Novo Bento”.

O homem falou de temores em relação ao reassentamento proposto (o IPTU que será cobrado após um ano, a perda de benefícios de assistência social, pois os imóveis serão registrados em nome dos proprietários e possuem um alto valor). Fez críticas (chamou-o de presente de grego; disse que os novos imóveis não respeitam os modos de vida rurais) e indignou-se com a narrativa de que o reassentamento “é perfeito”. Chamou quem acredita nessas versões de “iludidos”.

Antes de partir, ele apontou para si e elencou características que definem quem é o morador de Bento Rodrigues: alguém simples, que possui uma bota velha, meias furadas, um cinto gasto, a camisa rasgada e uma mula teimosa. Falou da simplicidade que lhes fora tomada. Ainda que atrasado, seguiu nos contando histórias sobre algumas casas, sobre quem eram os moradores. Falou que algumas pessoas ainda se reuniam em Bento. Eram os “Loucos pelo Bento”, aqui anunciados apenas como pessoas que não se adaptaram a vida em Mariana e que voltam para se reencontrar, para conversar, para beber, para desopilar, para chorar. Disse que às vezes dá vontade de gritar, que saem andando pelas ruas de madrugada.

Uma semana depois, um dos autores retornou às ruínas, desta vez para um almoço dominical. Dentre os presentes, sua maior parte é composta por membros da família Quintão e se reúnem na antiga moradia da matriarca Dona Terezinha. Era ainda

cedo da manhã, algumas pessoas ainda acordavam, enquanto mulheres e crianças estavam na cozinha, entre o preparo da refeição e desenhos na mesa. Ali, em meio aos destroços, entre casas abandonadas e escombros remanescentes, cerca de 15 pessoas se encontravam todo fim de semana. Eles compunham o grupo ativista auto-intitulado “Loucos pelo Bento”.

No lugar havia energia elétrica proveniente de baterias e também água encanada graças a ajustes realizados pelos próprios frequentadores. Mônica dos Santos e Mauro Marcos estavam lá: ambos fazem parte da comissão dos atingidos desde o início. Uma semana antes, em 12 de julho, Mônica estava em Londres, na ocasião do julgamento da Vale e da BHP naquela corte, no qual iria decidir se haveria sanções por lá também. Almoçamos, tomamos cachaça e tentamos fazer daquele momento algo não apenas voltado para a coleta de dados sobre o sofrimento, o trauma ou os danos de longa duração. Eles não precisavam ser explicitados ou esquecidos, mas outras dimensões da vida irrompiam ali, obviamente afetadas pelos rejeitos, mas antes de tudo como tentativas e ensaios de perseverança.

Embora perguntas específicas não tenham sido feitas, as informações vinham informalmente: memórias sobre a teimosia na ocupação daquela residência e acesso ao território; discussões sobre os novos arranjos da repactuação; queixas e críticas à Fundação Renova. A irmã de Mônica mostrou fotos no celular de como era o lugar antes da destruição, um ato de comparação melancólico. Um ciclista que passava pelo lugar parou para receber alguma orientação de caminho e acabou convidado para almoçar. Típico de viajantes aventureiros, disparava causos, piadas e gentilezas. Ocasionalmente, apesar do cenário, foi um domingo em família animado em Bento Rodrigues.

Parte 4 - Povoar ruínas: por outras epistemologias a partir de Bento Rodrigues

A motivação para elaborarmos reflexões transdisciplinares quanto às relações sociais vividas nos territórios arruinados tem origem nas experiências relatadas acima, nas quais algumas pessoas reinterpretam identidades territoriais das comunidades de origem pós-rompimento. Entendemos estas narrativas no interior da moldura de formas de vida em situações extremas de rearranjo da tríplice associação entre desastre-território-identidade: estamos lidando com um estudo de caso, sobre a experiência coletiva de um grupo situado em um contexto de sofrimento social, trauma cultural e expulsões, ou, dito de outra maneira, com um mundo danificado pelo neoextrativismo da megamineração. É um contexto de elaboração de um trauma cultural atravessado por um tipo de sofrimento social específico, *solastálgico*.

As ações dos “Loucos pelo Bento” se instauram numa zona de intensa identificação e apropriação de um lugar marcado por violência física, simbólica e epistêmica (Segato, 2012). Considerando a noção sobre territórios de Marcela Salgado (2010, p.36), que “materializam dinamicamente valores e sentidos atribuídos intersubjetivamente a um espaço e a um tempo, ao mesmo tempo que influem nas relações entre sujeitos, coletividades” podemos captar as ações do grupo “Loucos pelo Bento” como provocação dialética: de um lado, estimula a pensar o que o desastre-crime fez com a população de Bento Rodrigues mas também o que a população de Bento Rodrigues, ou parcela dela, fez de si mesma e do território, de sua situação.

Numa abordagem de inspiração antropológica (Ríos, 2012), ao nos aprofundarmos na análise das vivências nos territórios estilhaçados por um desastre da megamineração que vêm sendo ressignificado por meio de dinâmicas e práticas coletivas de atribuição de sentido ao sofrimento vivido, nos deparamos com dinâmicas específicas de

expulsão territorial. No cenário analisado, intercorre que alternativas de retomada de modos e projetos de vida institucionalmente propostas nas iniciativas de reparação são insuficientes para dirimir intenções de vínculos com os territórios de origem — ao menos para os que ali r-existem em meio às ruínas.

Embora a insuficiência do processo de reparação não seja objeto de pesquisa no presente artigo, é importante entender a centralidade dos vínculos sociais e territoriais brutalmente tomados das comunidades atingidas e para isso faz-se necessário elaborar sobre alguns aportes teóricos sobre r-existência, território e paisagem em ruínas que nos embasam.

Por r-existência, nos referimos ao conceito proposto por Porto-Gonçalves, compreendido como “poder de recomeçar, de regeneração, de dar novos sentidos e renovar os sentidos da existência” (Hurtado; Porto-Gonçalves, 2022, p.5) — como movimento permanente de saberes, costumes e tradições revisados e reformulados a partir de novas experiências que modificam-se e convertem-se em sentidos coletivos, como construções simbólicas de experiência local. Segundo os autores, este conceito nasce do acompanhamento de grupos sociais latinoamericanos em situações de conflito e ameaças em busca de permanecer em posse real de uso de suas condições materiais de reprodução de vida “com horizontes e sentidos próprios (cultura) que conformam um espaço” (ibidem, p.2, tradução nossa). Ainda segundo os autores, tal formulação contribuiu para tirar o conceito de “território” de um lugar relativamente cômodo como “naturalizado” como “forma de organização geográfica de relações sociais e de poder”, o que naturalizava assim as relações sociais e de poder do debate político.

A reflexão sobre o conceito de território é bastante extensa no âmbito da Geografia (Haesbaert, 2019; Souza, 2020) e vem passando por rico processo de “ampliação e complexificação” (Haesbaert, 2019, p.61) quanto suas perspectivas materialistas e idealistas: agrupadas em quatro vertentes identificadas pelo autor: política, cultural, econômica e natural(ista). Em nossa análise sobre as lógicas de apropriação dos territórios atingidos, absorvemos as concepções de espaço, paisagem e lugar como relações de sentidos simbólicos vinculados ao espaço geográfico inseridos no contexto de arruinamento e processo de reparação em meio a disputas por poder e controle das áreas atingidas pelas mineradoras rês. Desta forma, entende-se o território através do princípio cultural de identificação e pertencimento como refúgio — lugar de proteção, retiro e recolhimento — no qual germinam sensibilidades rebeldes (Aráoz, 2013).

Nesta relação entre memória e refúgio em meio às ruínas que nos afigura o grupo “Loucos pelo Bento”. A destruição de Bento Rodrigues tem como consequência a transformação e a perda de referenciais históricos, socioculturais e territoriais. Se ali realizava-se um modo de vida específico, desenrolava-se o cotidiano e um senso de normalidade próprios, entreteciam-se relações entre humanos e não-humanos ao longo do tempo, essa trama foi brusca e interrompida.

No contexto pós-rompimento, as pessoas atingidas vêm sendo forçadas a uma série de mudanças intensas, uma reorganização total da vida. Vida que passa por uma brusca ruptura e sequestro biográfico e a ser atravessada por incerteza, insegurança e adaptação compulsória¹³ — entram em cena novas formas de construção de si, novos símbolos, espaços e recursos a partir de onde se percebem, constroem e negociam identidades (Arteaga, Ugarte, 2015, p. 107). A discussão recai sobre

¹³ Para compreender a vida pós-rompimento em Mariana, além do Jornal A Sirene, indicamos o livro “Uma nuvem na Janela, de Ana Vieira e Hariane Alves (2021). O livro reportagem acompanha o desenrolar do desastre a partir dos efeitos em uma família específica de bento-rodrigueses que passa a residir em Mariana-MG.

como o território não é apenas uma unidade geográfica, mas uma processualidade sociológica/antropológica/política/histórica: é nessa experiência situada no território — espaço biofísico carregado de atividades humanas, de histórias e imaginários — que encontramos as concepções e valorizações que fazem os seus próprios habitantes.

Num contexto pós-desastre, de distanciamento geográfico e temporal das relações comunitárias, podemos entender que quanto mais afastados do “núcleo territorial de segurança” — por mais que existam comissões e conduções coletivas inseridas no processo de reparação — mais distantes de seu suporte material ficam as memórias, as relações sensíveis de vínculos afetivos e de vizinhança. Vizinhança essa que não significa mera posição geográfica, fronteira ou próxima — como objeto estranho a ser analisado pragmaticamente—, mas como forma de identidade, território coletivo e zona de relações de trocas e pertencimento da maneira como se dava nos territórios atingidos.

O próprio ato de alojar os desabrigados em hotéis espalhados pela cidade e, posteriormente, em casas alugadas, distantes umas das outras, teria dificultado a articulação dos atingidos. Mesmo lidando com o trauma do desastre, elas foram obrigadas, sem tempo de preparo, a formarem comissões representativas, apreenderem estratégias de diálogo e de negociação, tudo isso sem pontos de referência para os encontros que lhes proporcionassem uma segurança. A falta de um lugar comum enquanto local de conversas, trocas de experiências, debates e decisões parece ter repercutido em uma quase acomodação da situação em que vivem atualmente (Zhou et al, 2016, p.38).

É a partir deste “lugar comum” — o próprio território de origem em processo de r-existência, como refúgio — que buscamos compreender processos de pertencimento, vínculos e identidade cultural em meio às ruínas pelo grupo “Loucos pelo Bento”. Mais simbólica do que material, há um esforço de reabilitação de Bento Rodrigues por parte dos membros do grupo. É uma intensa busca de uma viabilidade afetiva, cultural, política e, em suma, identitária para o território arrasado.

Os imaginários culturais a respeito de processos de ruína podem apagar vidas e trabalhos do presente, colocando firmemente aqueles que moram em tais espaços em uma relação com um passado e na condição de habitantes de um tempo sem futuro (Dawney et al, 2022, p.9).

Compreender a vida nas ruínas é tarefa complexa e para tais reflexões contamos com salutares contribuições das ciências sociais, em especial da antropologia. Anna Tsing (2019; 2022) compreende o atual estado do mundo a partir das extensas e poderosas transformações industriais e imperiais — o que chama de “perturbações humanas” — “relações não projetadas da vida não-humana nas estruturas humanas”, resultantes da “transformação da paisagem na qual investidores, formuladores de políticas e engenheiros não se importam com efeitos não planejados” (nossas relações com o dióxido de carbono, radioatividade, desmatamento e extinções massivas, ao lixo plástico etc.). Estas transformações da paisagem são “ecologias ferais” e incidem na realidade que vivemos atualmente em meio a ruínas do capitalismo, a “diversidade contaminada”.

Diversidade contaminada é a adaptação colaborativa a ecossistemas de perturbação humana. Emerge como os detritos da destruição ambiental, da conquista imperial, dos fins lucrativos, do racismo e da norma autoritária — assim como do devir criativo. Nem sempre é bonita, mas é quem somos e o que temos disponível como parceria para uma terra habitável (Tsing, 2019, p.23)

Anna Tsing tem importante contribuição às possibilidades de formas de vida em meio a perturbações humanas, possível através de seus longos estudos sobre a colheita de cogumelos *matsutake* no Japão e em todo o Hemisfério Norte. A autora insiste em olharmos a vida em ruínas como forma de buscarmos respostas na “diversidade contaminada”.

Para além de um cientificismo tecnicista sobre formas de manter o desenvolvimento e acumulação a partir da extinção sob a crença de um contínuo progresso, destacamos o trabalho de Tsing (2019) como novas formas de olhar a diversidade contaminada e as ruínas do capitalismo, que podem permitir que as florestas se recomponham mesmo apesar das perturbações.

O cogumelo *matsutake*, muito apreciado no Japão e o cogumelo mais caro do mundo, nasce em meio a florestas perturbadas pelo homem e não pode ser cultivado. Até 1970 as florestas do Japão produziram suficientemente para consumo local, mas com o declínio de sua produção devido a mudanças ambientais, a colheita começou a ser realizada também em outras áreas do Hemisfério Norte. Em seus diversos estudos Anna Tsing pôde perceber a riqueza no processo de colheita dos *matsutakes* e acompanhar estudos ambientais de recuperação de florestas perturbadas onde nascem os pinheiros vermelhos - onde crescem os *matsutake*, e o que a autora indica é que através de um processo de pesquisa e esforço de troca de saberes científicos e populares para viabilizar “perturbações lentas”, é possível a recomposição da natureza e permitindo que a vida continue — e os cogumelos ressurgam.

Em sua mirada para um emaranhado de vida multiespécie que persiste em meio e apesar das violências, Anna Tsing (2019, p.18) considera os fungos como “portadores de esperanças e medos” como “forma de avaliar o estado atual e futuro da vida nas ruínas”. Esta recomposição da natureza, e da vida — que se dá ao longo de um tempo próprio e não o do processo da reparação (portanto, o tempo da Fundação Renova, do sistema jurídico e dos processos em disputa) — é o que destacamos no trabalho de Tsing como formas de visualizar processo como o de “Loucos pelo Bento”. A partir de um lugar de refúgio, paralelo ao processo de reparação, buscam através de vínculos sensíveis e sutis — ao mesmo tempo em que processam lembranças e memórias — formas de lutar por justiça, reconhecimento e existência.

É neste campo aberto à investigação dos processos de vínculos de “Loucos pelo Bento” com o território em ruína que buscamos compreender o porquê, mesmo destruídos, se identificam com as ruínas através de suas memórias e vínculos com paisagens sensíveis. Provocando epistemologias hegemônicas e cientificistas, buscamos compreender a partir das transformações da paisagem pela perturbação humana, as possibilidades para a ciência popular da vida em meio a ruínas como processo criativo, indeterminado e autônomo de ressignificação da identidade e pertencimento. Reconstruir a epistemologia das ruínas, procurando por *fissuras* (Segato, 2012) que rompem estruturas hegemônicas, é também um esforço para compreendermos formas de vida possíveis no contexto das extinções no Capitaloceno.

As paisagens globais de hoje estão repletas desse tipo de ruína. Ainda assim, esses lugares podem ser animados apesar dos anúncios de sua morte; campos de ativos abandonados às vezes geram novas vidas multiespécies e multiculturais. Em um estado global de precariedade, não temos outras opções além de procurar vida nessa ruína (Tsing, 2019, p.7)

É neste contexto das sensibilidades trazido pelas ciências sociais que figuram as perguntas centrais da presente pesquisa. Envolve compreender o que significa povoar as ruínas de um território tão brutalmente raptado pela atividade extrativa mineral e tão dolorosamente danificado, por isso estilhaçado, como um ato de genuína recusa às violações sofridas — não sem dor, incertezas e ambivalências. O “Loucos pelo Bento” faz ecoar um manifesto por justiça e uma denúncia ao que vivemos hoje: assimetrias, expulsões, desastres cada vez mais frequentes, o abandono, o descaso com a relação identidade-território, bem como a naturalização da extinção como intrínseca ao desenvolvimento.

O “Loucos pelo Bento” insinua-se como uma síntese microcós mica de muitos elementos que se manifestam de maneira mais extensiva e complexa por todo o leito do Rio Doce. Há uma retomada de agência em meio ao trauma coletivo, que se desenrola no cotidiano não apenas como sofrimento, visto que emergem disposições políticas de enfrentamento. A luta pela ocupação do território organiza uma paisagem de sensibilidades que precisa reaccessar suas ancoragens afetivas e reenergizar seus vínculos, ainda que sem o substrato material original de seu enredamento. Está em movimento também uma política de memória, que faz o trânsito entre o que era e o que é; entre o que se perdeu e o que se busca conservar, portanto, implicada no denso processo de manutenção e refazimento de identidades. De forma geral, o “Louco pelo Bento” explicita dinâmicas criativas de resistência, cuidado e, no fundo, de como tornar vidas vivíveis em meio às ruínas.

Considerações finais

Reforçamos que a manifestação do “Loucos pelo Bento” é mais uma evidência da mineração como *indústria danosa (harm-industry)*. É também no contexto do desastre-crime da Samarco (Vale/BHP) e ao observar a dimensão dos danos causados para o “Loucos pelo Bento” que compreendemos a mineração no *Necroceno*, como parte da lógica de “acumulação por extinção”. Tais dimensões não podem ser ignoradas do contexto, e não podem ser normalizadas como intrínsecas às atividades mineradoras. O grupo “Loucos pelo Bento” é um ato continuado de coragem — uma *fissura* em meio aos destroços: por onde a natureza se regenera em meio aos escombros e a vida se faz presente.

Considerada setor chave para o desenvolvimento econômico em uma sociedade de matriz extrativa como a brasileira, a mega mineração tem sido pouco açodada para reconhecer, dirimir e reparar os danos que inflige. Passados mais de oito anos, o desastre-crime da Samarco (Vale/BHP) é submetido à palidez da inércia, seu apelo torna-se cada vez menos audito e as desfigurações que causou são geridas com pouca urgência. Contra uma hegemonia de licenciosidade e manipulações assimétricas em arenas de negociação, é preciso insistir em demarcar o intolerável. Ao lermos as ruínas de Bento Rodrigues, entrevemos que tal exercício de demarcação é feito e nele o modelo minerário contemporâneo encontra críticas contundentes.

Elaboramos neste trabalho uma experimental leitura transdisciplinar das ruínas de Bento Rodrigues. Mais do que observar os escombros das edificações, miramos os modos de vidas rompidos; para além dos objetos soterrados, perdidos e danificados, focamos nas relações e vínculos desfeitos e a tentativa de seu refazimento, ainda que frágil e precário. Buscamos enxergar para além do lugar, vasculhando o que nele habita e de que maneira o faz. Objetivamos entender como um grupo específico impregna de sentido o território arruinado que outrora era moradia, operando ressignificações, revalorizações e empenhando-se em continuidades. Estivemos assim interessados não em uma paisagem meramente topográfica esfacelada, mas uma paisagem pulsante de sensibilidades.

O grupo “Loucos pelo Bento” nos habilitou a qualificar a questão de como o desastre-crime da Samarco (Vale/BHP) reordenou e, no limite, destruiu paisagens, lugares e identidades — efetuando radicais rupturas biográficas. Investigamos como a manutenção de costumes e a criação de novas práticas em meio ao território majoritariamente submerso em rejeitos de minérios, produziu rearranjos em âmbitos mais sensíveis, subjetivos, de maneira coletiva. Para tornar tal mundo estilhaçado inteligível, contamos com a assistência conceitual de formulações sobre sofrimento social, trauma cultural, identidades e territórios abalados por eventos críticos, r-existências e impactos emocionais pela destruição de lugares aos quais se nutre profundo apego, sintetizando-as para operacionalizar uma incipiente antropologia das ruínas. Há uma relação de desastre-território-identidade que tem sido ignorada, ou estrategicamente invisibilizada, que deve ser registrada de forma a contribuir com aspectos centrais de processos de reparação que de fato busquem considerar a centralidade das vítimas, respeitando seus modos e projetos de vida para muito além da mera reconstrução imobiliária.

O desastre-crime da Samarco (Vale/BHP) teve como efeito a ativação de um componente político na identidade coletiva de uma parcela de moradores de Bento Rodrigues, que passaram a se engajar na resistência ao apagamento, ao esquecimento e à apropriação de seu território. Destaca-se aí o germinar e a cristalização de uma sensibilidade rebelde em um contexto de franca expulsão, desterritorialização e desenraizamento. Argumentamos que o “Loucos pelo Bento” recusa um tipo específico de dano político: o sequestro de agência. Refazem-se e afirmam-se enquanto um “nós” atuante, rejeitando aquilo que nos permitimos nomear de tutela existencial corporativa, na medida em que insistem na retomada de autoria coletiva da vida social, algo que realizam de maneira inscrita no território: é imperioso, para eles, estar nele, ocupá-lo, reivindicá-lo.

De maneira situada, o “Loucos pelo Bento” ilustra uma densa paisagem de sensibilidades que se radica em um mundo estilhaçado pela mineração. Embora este seja um estudo de caso cujo alcance das compreensões desenvolvidas não possa ser ampla e irrefletidamente generalizado dada a variedade de impactos em diferentes comunidades atingidas, dentre elas indígenas, quilombolas, ribeirinhas, litorâneas, por exemplo — afirmamos que as ruínas de Bento Rodrigues demonstram a profundidade dos danos causados e se comunicam com outras ruínas, cada vez mais abundantes, do Capitaloceno, bem como são eloquentes sobre formas de seguir vivendo em meio aos estilhaços.

Por fim, gostaríamos de ponderar que em contexto tão complexo e conflituoso, reconhecemos o caráter parcial da pesquisa, que não se pretende conclusiva, mas sim friccionar teoria e prática buscando tensionar limiares e explicitando denúncias ao modelo mineral implantado. Para além disso, ela também denota um esforço de trazer para o primeiro plano a centralidade das vítimas, no caso em específico, o grupo “Loucos Pelo Bento”. Apelamos para a urgência de um olhar transdisciplinar aos efeitos causados pelo rompimento de Fundão como forma de reconhecer os múltiplos

impactos e violações ocorridos e, para além disso, refletir sobre os diversos territórios ameaçados pela extração de minério no país.

Agradecimentos

Embora assumamos a total responsabilidade pelas asserções construídas, somos gratos a todos que participaram direta e indiretamente da realização deste trabalho. Destacamos a articulação estimulada pelo Professor Bruno Milanez, os comentários fortuitos do Professor Horacio Machado Araújo e a leitura atenta e crítica da Professora Monique Sanches Marques, Professora Maria Aparecida de Moraes Silva e de Williane Pontes.

Referências

ALEXANDER, Jeffrey C. *Trauma: A social theory*. Cambridge: Polity, 2012.

ALBRECHT, Glenn. ‘Solastalgia’: A New Concept in Health and Identity. *PAN 41*. 2005.

AMARAL, Ana Carolina Vieira do; ALVES, Hariane Santos. *Uma nuvem se aproxima da janela*. Lisbon Press. Livraria Atlântico, 2021.

ARAÓZ, Horácio Machado. *Mineração, genealogia do desastre: O extrativismo na América como origem da modernidade*. São Paulo: Editora Elefante, 2020.

ARAÓZ, Horácio Machado. “Orden neocolonial, extractivismo y ecología política de las emociones”. *RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, v. 12, n. 34, pp. 11-43, Abril de 2013. ISSN 1676-8965.

ARTEAGA A, Catalina y UGARTE C, Ana M. Identidades en emergencia: la otra cara de la reconstrucción. El caso de Chaitén. *Magallania* [online]. 2015, vol.43, n.3, pp.107-123. ISSN 0718-2244.

BENSON, P.; KIRSCH, S. Capitalism and the Politics of Resignation. *Current Anthropology*, v. 51, n. 4, p. 459-486, 2010.

CÁRITAS - Cáritas Brasileira Regional Minas Gerais. *Matriz de danos das pessoas atingidas pela barragem de Fundão em Mariana*. Mariana - MG, 2020.

DAS, Veena. *Critical Events: An Anthropological Perspective on Contemporary India*. New Delhi: Oxford University Press, 1995.

DAWNEY, Leila. “Locais desativados: ruínas, resistência e cuidado no final da primeira era nuclear”, *Ponto Urbe* [Online], 30 v.2 | 2022, Online since 28 December 2022. DOI: <https://doi.org/10.4000/pontourbe.12573>.

DE LA CADENA, M. Natureza incomum: histórias do antrope-cego. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 69, p. 95-117, 2018.

HAESBAERT, R. da. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. 13ªed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2021.

HALBWACHS, M. A Memória coletiva. Trad. de Laurent Léon Schaffer. São Paulo, *Vértice/Revista dos Tribunais*, 1990. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4005834/mod_resource/content/1/48811146-Maurice-Halbwachs-A-Memoria-Coletiva.pdf. Acesso em: 6 jan. 2024.

HURTADO, L. M.; PORTO-GONÇALVES, C. W. RESISTIR Y RE-EXISTIR. *GEOgraphia*, 24(53), 2022. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/54550/33356>. Acesso em: 18 dez. 2023.

LORIMER, H. *Telling small stories: Spaces of knowledge and the practice of geography*. Transactions of the Institute of British Geographers, 28, 197–217, 2003. <https://doi.org/10.1111/1475-5661.00087>

LOSEKANN, C. A política dos afetados pelo extrativismo na América Latina. *Revista Brasileira De Ciência Política*, (20), 121–164, 2016. <https://doi.org/10.1590/0103-335220162004>

LOSEKANN, C. “Não foi acidente!” - O lugar das emoções na mobilização dos afetados pela ruptura da barragem de rejeitos da mineradora Samarco no Brasil. In: Andréa Zhouri (Org.); R. Oliveira et al. *Mineração: violências e resistências* [livro eletrônico]: um campo aberto à produção de conhecimento no Brasil. Marabá, PA: Editorial iGuana; ABA, 2018.

MARQUES, Luiz. *Capitalismo e colapso ambiental*. 1a ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2015.

MARTINEZ ALIER, Joan. *O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração*. Tradutor: Maurício Waldman. 2 Edição. São Paulo, editora Contexto, 2018.

MCBRIEN, Justin. Acumulação por extinção: catastrofismo planetário no Necroceno. In: MOORE, Jason W (org.). *Antropoceno ou Capitaloceno? Natureza, história e a crise do capitalismo* / organizado por Jason W. Moore; tradução de Antônio Xerxenesky, Fernando Silva e Silva - São Paulo: Elefante, 2022.

MOORE, Jason W (org.). *Antropoceno ou Capitaloceno? Natureza, história e a crise do capitalismo* / organizado por Jason W. Moore; tradução de Antônio Xerxenesky, Fernando Silva e Silva - São Paulo: Elefante, 2022.

PASSOS, Flora d’El Rei Lopes. *Mariana: cidade tombada, territórios tomados*. Belo Horizonte: Escola de Arquitetura da UFMG, 2022.

POLLAK, Michael. “Memória, esquecimento, silêncio.” In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: vol. 2, nº 3, 1989.

PRATA, Daniela Arantes. *Criminalidade Corporativa e vitimização ambiental: análise do caso da Samarco*. São Paulo: LiberArs, 2019.

RÍOS, Francisco Ther. Antropología del territorio. *Polis, Revista de la Universidad Bolivariana*, Volumen 11, Nº 32, 2012, p. 493-510.

RODRIGUES; Júlia de Barros; LEITÃO, Karina Oliveira; MOMM, Estefania; SANTO AMORE, Caio. Iconologia e contra-cartografia do desastre-crime: narrativas das violações perpetuadas em Bento Rodrigues. V *Encontro Internacional de Experiências de Planejamento Urbano em Contexto de Conflito Social*. Rio de Janeiro,

7 a 9 mar. 2023. Disponível em: https://www.ettippur.net/_files/ugd/e6367e_d2b17d559913404da78d20389faf99eb.pdf Acesso em: 6 jan. 2024.

SALGADO, M. (2015). Reconstrucción de la vida cotidiana - la cara invisibilizada tras el terremoto y tsunami del 2010. *TS Cuadernos De Trabajo Social*, (11), p. 34-42.

SANTOS, Natanael de Alencar. *O desastre de Mariana através do Jornal A Sirene. AURORA (PUCSP. ONLINE)*, v. 15, p. 50-76, 2023. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/aurora/article/view/59736>. Acesso em 6 de janeiro 2024.

SCRIBANO, Adrián. Notas sobre conflictos, acciones colectivas, protestas y movimientos sociales a principios de un siglo. *Boletín Oteaiken* N° 19, Maio/2015.

SCRIBANO, Adrian. Introduction: Politics of Sensibilities, Society 4.0 and Digital Labour. In: LISDERO, Pedro; SCRIBANO, Adrian (eds.). *Digital Labour: Society and the Politics of Sensibilities*. Palgrave Macmillan, 2019.

SEGATO, Rita L. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. *E-Cadernos Ces* [Online], n. 18, 2012, p.106-131.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *Os Conceitos Fundamentais da Pesquisa Socio-espacial*. 5ªed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2020.

TSING, Anna Lowenhaupt. *Viver em ruínas: paisagens multiespécies no antropoceno*; edição Thiago Mota Cardoso, Rafael Victorino Devos. Brasília: IEB Mil Folhas, 2019.

VALENCIO, Norma & VALENCIO, Arthur. *O assédio em nome do bem: dos sofrimentos conectados à dor moral coletiva de vítimas de desastres*. 12. 19-39, 2019.

WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

TUAN, Yi-Fu. *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. (Tradução de Livia de Oliveira). Londrina: Eduel, 2012.

VITTI, Gustavo Schiavinatto. “Um dano que se RENOVA”: Estado e F(f)undação de processos de neoliberalização na bacia do Rio Doce. Dissertação de Mestrado. Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR/UFRJ), 2017.

ZHOURI A, VALENCIO N, OLIVEIRA R, et al. O desastre da Samarco e a política das afetações: classificações e ações que produzem o sofrimento social. *Ciência Cultura*. 2016; 68(3):36-40. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v68n3/v68n3a12.pdf>. Acesso em: 18 dez. 2023.

Matérias jornalísticas:

A SIRENE: para não esquecer. Ed. 9. Mariana MG, Dez. 2016.

A SIRENE: para não esquecer. Ed. 16. Mariana MG, Jul. 2017.

A SIRENE: para não esquecer. Ed. 19. Mariana MG, Out. 2017.

A SIRENE: para não esquecer. Ed. 37. Mariana MG, Abr. 2019.

A SIRENE: para não esquecer. Ed. 46. Mariana MG, Fev. 2020.

A SIRENE: para não esquecer. Ed. 47. Mariana MG, Mar. 2020.

CAMARGOS, Daniel. Loucos por Bento Rodrigues. *Revista Piauí*. 2 nov. 2017. Anais da Catástrofe. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/loucos-por-bento-rodrigues/> CAMARGOS, 2017.

GLOBO. Profissão Repórter. *Rompimento de barragem em MG completa um mês sem respostas*. 08/12/2015. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/4663025/>

GLOBO. Profissão Repórter. *Distrito de Bento Rodrigues foi considerado áreas de risco e um controle de acesso foi estipulado pelo governo municipal*. 30/05/2023. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/11666353/>

MUNIZ, et.al. Por amor ao Bento: onde tudo começou. *A Sirene: para não esquecer*. Mariana, ed. nº 22, jan. 2018, p.8. Disponível em: https://issuu.com/jornalasirene/docs/asirene_ed22_janeiro_issuu. Acesso em 16 jan. 2024.

Documentários:

O LUGAR MAIS SEGURO DO MUNDO. Direção: Aline Lata; Helena Wolfenson. Produção: Evelyn Mab, Priscilla Pomerantzeff, 2021. (71 min).

PETRÓPOLIS MAIS-QUE-HUMANA

Conspiradores ferais no Antropoceno serrano

MORE-THAN-HUMAN PETROPOLIS
Feral entities in the mountain Anthropocene

Emanuela Rocha¹,
Juliana Baur², Glaucineide Coelho³ e Patricia Drach⁴

Resumo

O Antropoceno evidencia o protagonismo das ações antrópicas nas alterações ecossistêmicas do planeta. As mudanças estão dadas e os efeitos vêm sendo percebidos também em eventos que, apesar de serem tidos como extremos, são esperados com mais frequência. Compreender o Antropoceno enquanto fase de transição, convida pensar na sua superação a partir de uma perspectiva mais-que-humana, que questione a centralidade do debate no homem e no capital. O artigo apresenta, como objeto de estudo, a Petrópolis pós-desastre socioambiental de 2022 sob a perspectiva da dissociação das dinâmicas da natureza ao longo de seu processo de urbanização. O processo de domesticação e controle sobre a natureza revela conspiradores ferais desse transtorno: a chuva, a terra e a lama. Exercitar a interpretação do Antropoceno e da lente mais-que-humana na paisagem serrana deixa evidente a necessidade de firmar novos compromissos para redirecionar a rota, ensaiado na última parte deste artigo.

Palavras-chave: Antropoceno, conspirador feral, paisagem, mais-que-humana, Petrópolis.

Abstract

The Anthropocene highlights the protagonism of anthropic actions in the ecosystemic changes of the planet. The changes are given, and the effects are also being perceived in events that, although considered extreme, are expected more frequently. Understanding the Anthropocene as a transitional phase invites us to debate about its overcoming from a more-than-human perspective, which questions the centrality of the debate on humans and the capital. The article presents, as an object of study, Petrópolis after the socio-environmental disaster of 2022 from the perspective of the dissociation of natural dynamics throughout its urbanization process. The process of domestication and control over nature reveals feral entities of this disorder: rain, earth, and mud. Exercising the interpretation of the Anthropocene and the more-than-human lens in the mountainous landscape makes evident the need to establish new commitments to

1 Doutoranda em Urbanismo pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (PROURB/UFRJ); Mestre em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal Fluminense (PPGAU/UFF); Arquitea e Urbanista pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (DAU/ESDI/UERJ). E-mail: emanuelaalves81@gmail.com

2 Investigadora colaboradora na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (DAU/ESDI/UERJ). Bacharel em arquitetura e urbanismo pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (DAU/ESDI/UERJ). E-mail: julianabaurdossantos@gmail.com

3 Doutora em urbanismo (PROURB/UFRJ); Professora do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Escola Superior de Desenho Industrial da Universidade do Estado do Rio de Janeiro DAU/ESDI/UERJ. Coordena o Grupo de Pesquisa Viver Cidades (UERJ). E-mail: gcoelho@esdi.uerj.br

4 Doutora em Modelagem Computacional (LNCC/MCTI); Professora do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Escola Superior de Desenho Industrial da Universidade do Estado do Rio de Janeiro DAU/ESDI/UERJ, do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro PROURB/UFRJ e investigadora colaboradora do CIAUD/FA-ULisboa. E-mail: patricia.drach@gmail.com

redirect the course, as rehearsed in the last part of this article.

Keywords: Anthropocene, feral entity, landscape, more-than-human, Petrópolis.

Introdução

O contexto do Antropoceno direciona o olhar para o impacto significativo das ações humanas no meio ambiente (Steffen *et al.*, 2011) que reverbera na compreensão de que múltiplos agentes humanos e não humanos, bióticos e abióticos, estão envolvidos nessas práticas no território — enquanto vítimas, colaboradores ou através de outros papéis. Os processos intensos de exploração dos recursos, de acumulação de capital e de aceleração do consumo provocam questionamentos acerca de como isso reverbera no território, no ambiente e nas relações humanas e mais-que-humanas. Corpos já inseridos em um contexto de vulnerabilidade social e ambiental — negros, mulheres, idosos e crianças (Esteves, 2012) — sofrem de maneira mais hostil esses impactos. Essas dificuldades podem ser compreendidas através da condição de vida precária, limitação do acesso a recursos e oportunidades escassas. Assim, entende-se que o Antropoceno pode atravessar a vida de todos os seres, porém com diferentes níveis de gradação para os variados sujeitos e territórios (Manus; Reyes, 2019).

O estudo da performance das feralidades organizado pela antropóloga Anna Tsing (2020), abre possibilidades para uma interpretação tentacular de elementos que se espacializam no território e compõem esse estado de Antropoceno. A partir do reconhecimento de marcadores estruturais que caracterizam o *modus operandi* do tido enquanto progresso — colonização, imperialismo, capital e aceleração — o processo metodológico deste artigo se organiza, a fim de ensaiar outras maneiras de compreender fatores que desencadeiam as catástrofes ambientais. É exemplo a impermeabilização dos solos e o desmatamento visando a expansão urbana, que se desdobram em riscos de deslizamento. A avaliação acerca das interações humanas e não humanas no cenário do Antropoceno, proposta por Tsing (2020), destaca a importância de ampliar a compreensão das redes de conexões e interdependência que sustentam a vida na Terra.

A cidade de Petrópolis, na região serrana do estado do Rio de Janeiro, enfrenta desafios, fruto desse paradoxo dividido entre o ser humano — progresso, capital e o que vem a rebote — e a natureza, espacializado em seu território ao longo de seu processo de urbanização. A partir do cenário encontrado, o presente artigo, se encarrega por estruturar uma contextualização da manifestação material de projetos humanos para o território da cidade associados à estrutura da paisagem antropocêntrica petropolitana. Como consequência desse processo, as chuvas do dia 15 de fevereiro e 20 de março de 2022 são os principais objetos de estudo desta pesquisa, uma vez que são símbolos marcantes e cicatrizes contemporâneas de um transtorno do Antropoceno no território. A lente mais-que-humana convida a reinterpretar a relação chuva-urbanização mediante a realidade das intervenções humanas e suas reverberações na terra e na água, ao tratar da suscetibilidade a movimentos de massa e inundações.

O cenário encontrado remonta o processo de urbanização enquanto um motor de manifestações dos conspiradores ferais, aqueles que não são passíveis de ser domesticados, compreendidos aqui enquanto as chuvas e a lama. O afastamento da compreensão das dinâmicas da natureza no âmbito do planejamento tenciona a articulação entre o verde e o cinza na paisagem, entre o reto e o curvilíneo, dada a intensidade da exploração dos recursos e a alteração do ambiente, bases para o conceito de Antropoceno. É necessário pensar em novos acordos e compromissos com a paisagem degradada, rompendo dicotomias e questionando acerca dos outros corpos que precisam ser considerados no espaço, a fim de construir uma ecologia de

saberes.

Objetivo

A luz das perspectivas locais consequentes do antropoceno e sua relação com a paisagem, este estudo se dedica fundamentalmente a exercitar uma análise urbano-territorial acerca do conceito no contexto da cidade de Petrópolis (RJ), baseado no arranjo infraestrutural explorado pela antropóloga Anna Tsing (2020). Nesse sentido, apresentando enquanto mote a relação entre chuva e urbanização, tendo em vista a realidade dos eventos extremos que atingem a cidade, o artigo destaca elementos humanos e mais-que-humanos, bióticos e abióticos, do arranjo que compreende o processo histórico de urbanização da cidade enquanto feralidade e catalisador desse estado de transtorno e transformação do território. Conceitos como infraestrutura, entidade feral, feralidades infraestruturais e fendas metabólicas são diretrizes para o exercício da interpretação no âmbito local à luz das articulações entre chuva, água, rio, terra, lama, árvores, asfalto, contenções e humano. Apesar de reconhecer atravessamentos multidisciplinares inerentes à concepção de antropoceno e feralidade, o artigo apresenta enquanto foco a perspectiva territorial e indaga outros campos do conhecimento a responder novas perguntas a partir dos resultados parciais aqui reunidos. Explora-se a relação entre a estrutura da paisagem petropolitana e seu vínculo com práticas e forças atuantes no território ao longo do tempo. Interpreta-se ainda o conceito de fenda metabólica a partir da demanda por dinâmicas de sobrevivência e cuidado no âmbito da injustiça ambiental.

Metodologia

Este artigo mescla em seu processo metodológico a pesquisa bibliográfica de produções associadas a compreensão do Antropoceno, das mudanças climáticas e dos eventos extremos nas cidades, junto da apreensão de aspectos da dinâmica da paisagem de Petrópolis. Seu processo de formação até sua configuração territorial atual, além dos impactos materiais e de vida do desastre ocorrido em fevereiro e março de 2022, convocam outras perspectivas para compreender o território pela articulação entre distintos seres, questionando a centralidade no ser humano, no homem, no mercado, etc. A investigação teórica estabelece uma ponte entre conceitos submetidos a uma lente mais-que-humana proposta por Tsing (2020) e as dinâmicas presentes na cidade, observadas ao longo da prática do projeto “O centro histórico e as seções periféricas da cidade de Petrópolis: o urbano e o rural” ativo no Programa de Apoio Técnico às Atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

Ao longo do projeto Atlas Feral, que envolve pesquisadores de distintas áreas do conhecimento, Tsing (2020) estabelece uma nova linha de compreensão da Terra na era do Antropoceno, apontando articulações, emaranhados e formas tentaculares de conexão entre sujeitos vivos e não vivos também imersos, colaborando ou não, nas dinâmicas imperiais e industriais. A autora alerta que, diante do estado no qual as ações antropocêntricas vêm alterando em larga escala a terra, a água e a atmosfera, seres vivos e não vivos podem “ganhar poderes”, contribuindo para diminuir a habitabilidade da Terra e catalisando um estado de caos. Esses são os conspiradores ou colaboradores. Tsing (2020) realiza, no entanto, uma importante distinção ao agregar o termo “feral” a esses elementos, a fim de distinguir que, apesar de sua contribuição para a realidade do Antropoceno, isso não faz parte da sua natureza. Na verdade, está relacionado ao ato de escapar de forças de domesticação oriundas de infraestruturas imperiais e industriais. Essa análise parte de marcadores estruturais que Chiodi (2020)

explica, em referência aos detonadores do Antropoceno de Tsing (2020), isto é, práticas que ativam formas do Antropoceno por meio de novos tipos de desenvolvimento infraestrutural. São quatro: **invasão**, que apresenta enquanto marco a invasão europeia nas Américas, mas possui sentido expandido ao considerar contemporaneidades do colonialismo europeu e de governos de elites; **império**, que destaca a consolidação dos impérios europeus e o colonialismo que transforma o território ainda hoje; **capital**, que apresenta a revolução industrial enquanto referência, junto dos impactos do acúmulo de capital enquanto princípio econômico; e **aceleração**, que faz referência ao processo descrito por Paul Crutzen (Steffen; Crutzen; McNeill, [2007] 2016) como “grande aceleração”, observado através do crescimento de consumo, populacional, de CO², do uso de combustíveis fósseis, etc. Para Tsing (2020), não há regra cronológica para compreender os impactos desses processos no Antropoceno. O exercício aqui proposto de reinterpretação desses conspiradores apresentando enquanto base a cidade de Petrópolis, lança luz sobre tópicos citados por Tsing (2020). O Quadro 1 reúne esses conceitos que compõem o prisma interpretativo da pesquisa:

Conceito		Interpretação
Infraestrutura	Projetos humanos modificadores da terra, da água e da atmosfera. Apresenta manifestação material.	Urbanização
Entidade feral (conspiradores)	Seres vivos e não vivos que podem ganhar novos poderes ao se associarem aos projetos humanos modificadores da terra, da água e da atmosfera, que chamamos de infraestruturas.	Chuva, terra e lama
Feralidades infraestruturais	Consequências “selvagens” da própria infraestrutura e dos detonadores do Antropoceno.	Asfaltamento, ineficácia de políticas habitacionais, expansão urbana, canalização dos rios, etc.
Fenda metabólica	Traições que emergem das infraestruturas.	Eventos extremos Vulnerabilidades socioambiental
Estrutura da paisagem	As infraestruturas nos levam a estruturas paisagísticas que mostram como essas fendas metabólicas são realizadas.	Rodoviarismo, supressão das áreas verdes, ocupações irregulares e em áreas de risco

Ao buscar publicações, estudos e dados, inclusive históricos, realizou-se o exercício de apontar perspectivas práticas e locais aos conceitos estabelecidos. Organizado em três partes, o artigo trata inicialmente da contextualização acerca do processo de formação de Petrópolis, considerando dinâmicas imperiais, de urbanização e a implementação de infraestruturas de mobilidade e fabris. A segunda parte estabelece um diálogo com diferentes áreas do conhecimento a partir de artigos, dissertações e teses a fim de compreender os meios que auxiliaram a acionar os detonadores do Antropoceno na cidade. Nesse momento, a infraestrutura interpretada enquanto o processo de urbanização e os conspiradores ferais associados à realidade de desastre, com destaque para a água e a lama, atravessam o debate. Complementarmente, a terceira parte da pesquisa evoca compromissos éticos com a paisagem que podem ser performados no âmbito do urbanismo, mas também convidando ao envolvimento outras áreas do conhecimento para compreender práticas possíveis pela lente de uma Petrópolis mais-que-humana.

Quadro 1 - Conceitos citados por Tsing (2020) enquanto prismas interpretativos desta pesquisa. Fonte: Autoras.

Articulações entre o pretérito e o presente: processo de formação de Petrópolis

O desenvolvimento histórico de Petrópolis está intrinsecamente ligado à ação humana e às transformações socioeconômicas e territoriais ao longo do tempo. Desde a abertura da Estrada Real do Brasil Colonial até a urbanização impulsionada pela chegada da estrada de ferro e pela industrialização, as decisões e atividades humanas moldaram a paisagem da cidade. Para otimizar os caminhos de escoamento dos recursos naturais, como ouro e pedras preciosas que vinham da região central do Brasil, havia a necessidade de “vencer” a grande muralha: Serra do Mar. Inicialmente, a ideia era subir a Serra do Mar pela entrada próxima ao atual município de Xerém, porém, essa rota apresentava inclinações excessivamente íngremes, resultando em acidentes frequentes envolvendo animais e pessoas. Diante disso, foi proposto um trajeto um pouco mais longo que facilitou a travessia da Serra do Mar em direção a Minas Gerais, passando pela fazenda do Córrego Seco, conhecida atualmente como Petrópolis. A abertura do “Caminho Novo”, hoje conhecida como Estrada Velha da Serra, encurtou significativamente a viagem em cerca de um terço em comparação com o Caminho Velho que chegava a Paraty. Seu papel foi crucial no transporte de ouro e gemas preciosas. A rota começou a ser delineada em 1698, mas a definição final ocorreu entre 1722 e 1725 (Taulois, 2007).

Taulois (2007) indica que coube ao Major de Armas Koeler, a tarefa de elaborar o plano urbano geral para a Povoação-Palácio e o Palácio Imperial. A inserção de uma cidade entre montanhas e ao longo dos rios, que fluem pela região, não foi uma tarefa trivial. No plano urbanístico de 1846, são incluídas as regiões adjacentes ao Palácio Imperial. Uma das mudanças significativas em relação ao estilo colonial português, apontada com frequência, foi a alteração na disposição das casas em relação aos rios que cortam a cidade. O projeto passou a integrar os cursos d’água no traçado das avenidas e ruas que conduziam aos bairros, aproveitando suas margens. Cabe ressaltar, entretanto, que seu uso não sofreu muitas alterações.

O sistema de divisão de terras em “prazos” (lotes) reproduzia a hierarquia social observada no palácio. A categorização dos espaços refletia as distintas classes sociais da época (Morlei, 2008). Suas dimensões e localizações variavam de acordo com três classes estabelecidas por Koeler: aqueles situados nas proximidades do Palácio Imperial, na área conhecida como Quarteirão Vila Imperial; os lotes ao redor do Quarteirão Vila Imperial, denominados “quarteirões coloniais”; e os lotes ou “prazos” periféricos. Schwarcz (1998) aponta que a ocupação, sob o regime foreiro, permitia ao Imperador criar “uma vizinhança a seu gosto”. O desejo de estabelecer residências de veraneio, a princípio por parte da nobreza, para fugir do calor na cidade do Rio de Janeiro, intensifica o processo de ocupação da região, que rapidamente se expande para as áreas adjacentes. A Proclamação da República não altera esta dinâmica da cidade, que continua recebendo nos meses de verão os presidentes e sua “corte”, legações estrangeiras e famílias abastadas da cidade do Rio de Janeiro. As presenças de constantes empreendimentos na cidade resultaram inclusive na abertura de duas ruas no núcleo fundacional, a Raul de Leoni e a 16 de Março. Este fato contribuiu para que hoje possam ser vistos incorporados à cidade exemplares de arquitetura modernista e, ainda, construções do período industrial. Van Camp (2017) aponta o mural rico e colorido de sobrados na Rua do Imperador que inclui diversas linguagens arquitetônicas como o Art Déco, o eclético, etc.

Essas ações humanas representaram um impacto significativo nos sistemas naturais da região. A expansão urbana de Petrópolis resultou na redução das áreas vegetadas, não se limitando apenas aos vales ou áreas naturalmente propícias à construção. Os morros foram ocupados na maioria da cidade, levando a um aumento do desmatamento e à ocupação das margens dos rios, aumentando os riscos para os residentes. Com esse

crescimento territorial, alguns rios foram canalizados e outros, mesmo permanecendo em seus leitos originais, foram impactados pela poluição.

Quando em 1881, foi adicionado um novo trecho à linha ferroviária, a Estrada de Ferro Príncipe do Grão-Pará, o trem chegou até Petrópolis. Os passageiros precisavam migrar para vagões com uma cremalheira para enfrentar a íngreme subida da serra. Essa extensão reduziu a viagem para 1 hora e 55 minutos, conectando o Largo da Prainha ao Alto da Serra. A ferrovia impulsionou a economia de Petrópolis, facilitando a instalação de indústrias de tecido, como a Companhia São Pedro de Alcântara e a Companhia Petropolitana de Tecidos, e de papel. A instalação das vilas operárias, como as da Fábrica de Tecidos Cometa (Meio e Alto da Serra) e da Companhia Petropolitana de Tecidos fazem emergir três centralidades: Meio da Serra, Alto da Serra e Cascatinha, respectivamente. Não estava previsto um setor industrial no Plano de Koeler, assim as indústrias foram sendo estabelecidas ao longo da linha do trem e nas proximidades dos rios. A facilidade do transporte, por vezes, dentro dos pátios das indústrias, trazendo insumos e levando a produção, associada à presença de mão de obra qualificada, impulsionou a indústria têxtil na região. A expansão da ferrovia para Minas Gerais, inaugurando novas estações, contribuiu para o desenvolvimento industrial ao longo da linha, resultando na formação de centros populacionais. A presença da rodovia também contribuiu para expansão desse processo na direção de outra centralidade, o Bingen.

Apesar disso, o Centro Histórico de Petrópolis tem mantido poucas alterações em sua cobertura vegetal e em seus cursos de água, devido à sua configuração original e à preservação, bem como a restrições legais que impedem a demolição de construções existentes. A cidade, de certa forma, conserva até os dias atuais características de seu planejamento original pelo Major Koeler, no Centro Histórico. Alguns processos também persistiram ao longo do tempo, como a estratificação das classes sociais com as camadas mais abastadas mantendo-se predominantemente ao redor do Museu Imperial (Drach et al., 2020), conforme delineado pelo Plano Urbanístico de Koeler de 1846. Essa área é caracterizada por imóveis de alto valor, embora alguns deles não sejam necessariamente grandes.

Petrópolis do Antropoceno: feralidades da paisagem

O termo Antropoceno — *anthropos*, que em grego significa humano, e *kainos* que significa novo — se encarrega por capturar a “mudança quantitativa na relação entre os humanos e o ambiente global” (Steffen *et al.*, 2011 p. 843). De uma maneira geral, o conceito surge para nomear uma nova época geológica, elucidando que a Terra deixa o Holoceno e que a atividade humana é o principal motor que move essa mudança (Steffen *et al.*, 2011). A definição de seu início é imprecisa, já que, a mudança de uma para a outra “aconteceu em momentos e ritmos diferentes em locais diferentes” (Steffen *et al.*, 2011 p. 849). Os autores Steffen, Grinevald, Crutzen e McNeill (2011) sugerem o ano de 1800 como uma data razoável para marcar o início dessa era.

Quando tratamos da atividade humana como principal ação para essa transformação, é necessário se atentar a escala dessas ações. Os autores elucidam:

Durante praticamente todo este tempo, abrangendo alguns milhões de anos, os humanos e os seus antepassados influenciam o seu ambiente de muitas maneiras, mas sempre através da modificação dos ecossistemas naturais para obter vantagem na recolha das fontes vegetativas de alimento de que necessitavam ou no auxílio à caça dos animais que caçavam. O seu conhecimento foi provavelmente

adquirido através da observação e da tentativa e erro, tornando-se lentamente mais eficaz na modificação sutil do seu ambiente, mas nunca capaz de transformar completamente os ecossistemas à sua volta. Certamente não poderiam modificar a composição química da atmosfera ou dos oceanos a nível global; esse desenvolvimento notável teria de esperar até ao advento da Revolução Industrial, há alguns séculos (Steffen *et al.*, 2011 p. 846).

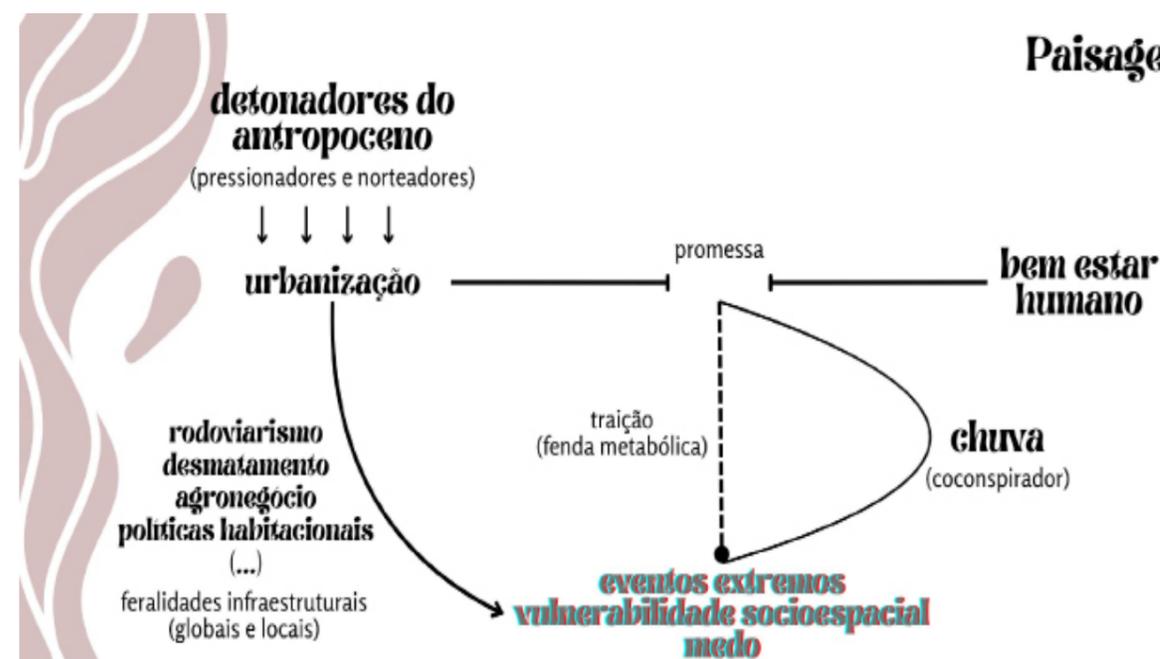
É possível observar o marco que estrutura essa transição. A Revolução Industrial nos anos 1700, que se tornou a atividade humana dominante, marcando uma nova ordem econômica e desbancando a agricultura, até então atividade protagonista no Holoceno.

Logo, elementos tangíveis dessa transformação são encontrados na paisagem. Naturalmente, as mesmas evoluem de maneira sucessiva, de acordo com o tempo e o espaço, caminhando para um “equilíbrio ecológico onde seus elementos constitutivos (bióticos e abióticos) acabam estabelecendo um nível elevado de similaridade e interdependência” (Ponte; Szlafsztein, 2019, p. 353). Porém, o que fica notório — e mais uma vez destaca a ação humana — é que esse equilíbrio é ameaçado, sendo interrompido e comprometido por ações naturais ou antropogênicas. Ponte e Szlafsztein (2019), explicam que as atividades humanas acabam por causar alterações significativas na morfologia da paisagem — seja por alterações nas vegetações, solos ou relevos, por exemplo — e também uma variabilidade climática. Assim, é passível ressaltar que, no Antropoceno, a figura humana se estabelece como uma “força capaz de influenciar, substancialmente, a variabilidade apresentada por fenômenos da natureza, fazendo dele um agente central na construção de paisagens” (Ponte; Szlafsztein, 2019, p. 352).

A Petrópolis rasgada por tantos caminhos, ilustra a interação complexa entre o ser humano e o “meio ambiente”, entendido como algo externo à humanidade. Entretanto, os limites atuais impostos pelos rios, a partir das chuvas de 2022, evidenciam como as atividades humanas podem tanto moldar quanto serem moldadas pelo ambiente em que ocorrem. As dinâmicas de invasão, império, capital e aceleração, os detonadores do Antropoceno⁵ marcantes para o sul global, ainda que não se estabeleçam de forma cronológica ao longo da história do processo de formação das cidade e de Petrópolis, estão atreladas ao *modus operandi* de urbanização que afeta os modos de habitar e construir cidades. O exercício de compreender o antropoceno ao nível local, vem reivindicando a percepção da parcialidade dos eventos extremos e de uma paisagem que reverbera desigualdades fruto da urbanização. Nesse sentido, o conceito de “infraestrutura” — compreendido enquanto os projetos humanos modificadores do ambiente em seu sentido amplo (Tsing, 2020) — é aqui compreendido enquanto manifestação material originada da urbanização. A Figura 1 ensaia a interpretação das feralidades, conspiradores e traições que estruturam a paisagem petropolitana e que serão aqui analisados à luz dos desastres socioambientais e sua conexão com o planejamento urbano e territorial.

O contexto geográfico no qual a cidade de Petrópolis está inserida, com destaque não apenas para a sua localização na região serrana do estado do Rio de Janeiro, mas também pelo seu processo de ocupação urbana se dar fundamentalmente em um fundo de vale, torna a cidade suscetível a movimentos de massa e inundações. A história da cidade está associada a diversas ocorrências e, no cenário dos eventos

⁵ Os detonadores do antropoceno são programas de desenvolvimento infraestrutural. Tsing (2020, p. 180 – 181) explica que “eles ativam formas do Antropoceno por meio de novos tipos de desenvolvimento infraestrutural. [...] Eles] são ativados por eventos históricos, mas não periodizam a história.”

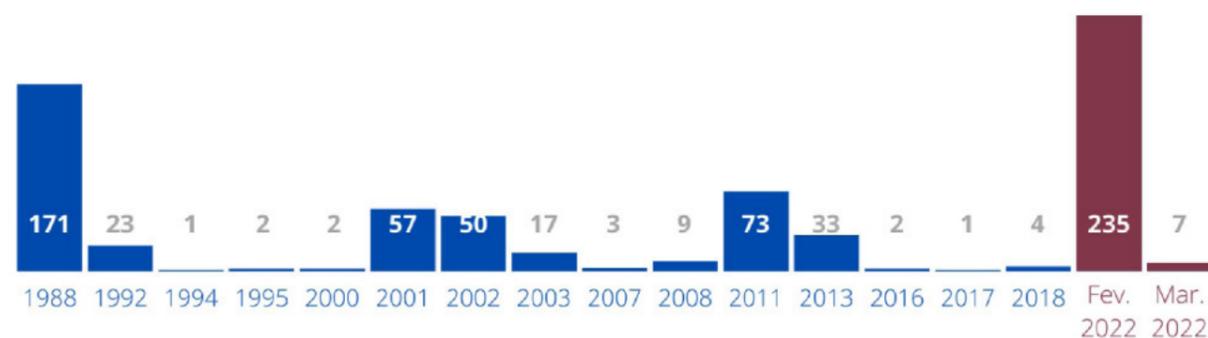


extremos, imagina-se que essas rupturas da paisagem vão se tornar cada vez mais frequentes. Paiva (2022), compara a magnitude das chuvas ao longo dos anos, no âmbito da perda de vidas, a fim de destacar a relevância das chuvas em fevereiro e março de 2022 (Figura 2). A ocorrência de eventos extremos nas cidades, torna latente os efeitos da combinação entre injustiça ambiental e desigualdade socioeconômica, tanto na perspectiva das vítimas e áreas afetadas, como no âmbito dos investimentos dedicados à reconstrução e reinfraestruturação de bairros. Sobre esse último ponto, Januária (2023) compara o valor dos investimentos públicos em diferentes localidades do primeiro distrito através da Figura 3. No caso de Petrópolis, as chuvas de 2022 concentraram grande parte de suas vítimas no Morro da Oficina, no bairro Alto da Serra. Nesta localidade, foram 93 vidas perdidas e famílias devastadas (Souza, 2022). Além disso, ao longo da cidade, vidas e veículos, como carros e ônibus, foram encontrados nos corpos hídricos. A magnitude do evento se deu em um cenário de urbanização hostil às dinâmicas da natureza, afetando também estabelecimentos comerciais e a economia da cidade.

A suscetibilidade ao risco já era tema de produções técnicas e acadêmicas da cidade, mas sem muito rebatimento na prática da gestão pública municipal e estadual. A Carta de Suscetibilidade (CPRM, 2017) ao risco junto de seu estudo encomendado em 2017 pelo poder municipal, evidenciava a ocupação de áreas de risco e, apesar disso, as políticas habitacionais voltadas para moradores dessas áreas se mostraram ineficientes. Estudos de décadas anteriores reafirmaram a vulnerabilidade socioambiental em áreas da cidade, além do crescimento populacional dessas localidades, como a dissertação de Gregório (2010). Antes mesmo da tragédia de 2011 que afetou o Vale do Cuiabá, no terceiro distrito da cidade de Petrópolis, bem como outras cidades da região serrana do Rio de Janeiro, com destaque para Teresópolis e Nova Friburgo, a autora identificou 68 comunidades em processos de favelização na cidade, ocupando não apenas áreas de risco de suscetibilidade, mas também áreas de preservação. A autora aponta que apenas 4 desse total estão em áreas com declive inferior a 30%, isto é, nos parâmetros técnicos concebidos enquanto ideais tanto pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas e pela Legislação Federal, citados pela autora. Dentre o restante das comunidades analisadas, 20 estão em áreas entre 30% e 45% de declividade — ocupação permitida, mas que demandam restrições e amparo técnico — e 44 (64% do total das áreas vulneráveis identificadas) estão ocupando terrenos entre 45% e 100% de declividade, caracterizados pelo alto risco a deslizamentos (Gregório, 2010).

Figura 1 - Contextualização da infraestrutura e das feralidades associadas à estrutura da paisagem antropocêntrica petropolitana. Fonte: Autoras.

Figura 2 – Número de mortes em tragédias ao longo dos anos no município de Petrópolis. Fonte: Paiva (2022). Figura 3 – Comparação das verbas públicas pós-desastre destinadas a diferentes bairros do primeiro distrito de Petrópolis. Fonte: Januária (2023).



O estudo de Gregório (2010), chama atenção para duas áreas da cidade: Independência e Morro da Oficina, este último foi a localidade mais afetada pelas chuvas de 2022. A autora coloca que, para além dos riscos de deslizamento, essas áreas concentram também ocorrências de acidentes com crianças e violência com mortes, derivado de queda em abismos e penhascos, por exemplo. Pavimentação de ruas, reformas em escolas, contenção de encostas e construção de quadras esportivas são reconhecidas pela autora enquanto melhorias nessas localidades, mas que não agem no problema de expansão da ocupação. No caso do Morro da Oficina, seu processo de crescimento populacional e construtivo está diretamente associado à proximidade com o Centro Histórico e a infraestrutura ofertada pelo bairro Alto da Serra. Ademais, Gregório (2010) aponta também a localização do Conjunto Habitacional construído pela Prefeitura Municipal de Petrópolis visando assentar famílias vítimas de deslizamentos de terras ou que moram em áreas de risco em um local com declividade entre 8% e 45%.

Por outro lado, a pluralidade de instrumentos voltados para a democratização do acesso à moradia e para o direito à cidade fornecidos pelo Estatuto da Cidade, como o IPTU Progressivo, não parecem ser ferramentas acionadas pela municipalidade. Apenas em maio de 2023, 22 anos após a publicação do Estatuto, a Câmara de

Vereadores de Petrópolis aprovou a Lei Municipal N.º 8.548/2023 que trata sobre a instituição do instrumento na cidade (PMP, 2023). Apesar disso, não há informações acerca da regulamentação da lei em questão pelo executivo municipal. A ocupação de áreas de risco a deslizamentos com uso majoritariamente residencial nas bordas do Centro Histórico diz respeito a múltiplos aspectos, dentre eles, a ineficiente promoção de habitação de interesse social em áreas centrais, além da centralização de serviços associados às demandas essenciais humanas. Ademais, na perspectiva da instituição de Áreas Especiais de Interesse Social (AEIS), observa-se que o governo municipal se limitou a indicar enquanto AEIS espaços já consolidados pela ocupação humana e correspondentes, inclusive, a demarcação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2019), na época em questão, enquanto “aglomerados subnormais” — desde 2024, denominadas enquanto “favelas e comunidade urbanas”⁶. A Figura 4 mapeia as AEIS do primeiro distrito junto à suscetibilidade a movimento de massa, evidenciando tanto a correspondência de grande parte dessas áreas às favelas e comunidades existentes, quanto a sua localização majoritariamente em áreas com média e alta suscetibilidade a deslizamentos.

O exercício de identificar o processo de urbanização enquanto um projeto humano modificador do ecossistema — a infraestrutura — a fim de destacar as dinâmicas do Antropoceno em Petrópolis, demanda por associar feralidades infraestruturais que estruturam a paisagem petropolitana, isto é, consequências da própria infraestrutura e dos detonadores do Antropoceno (TSING, 2020). Esses aspectos estão diretamente associados ao regime de chuvas aqui compreendido enquanto conspirador (entidade feral), ou seja, seres vivos e não vivos que, associados aos projetos humanos modificadores, podem ser catalisadores do Antropoceno. As feralidades infraestruturais locais aqui retratadas, buscam caracterizar as alterações no território que, em conjunto com as ações antrópicas em escala global, potencializam os efeitos negativos associados à suscetibilidade de movimento de massa e inundações derivados de eventos extremos. Nesse sentido, a paisagem é concebida enquanto uma sedimentação de diferentes práticas compreendidas em uma escala espaço-temporal que inclui, ainda, elementos subjetivos que, no caso do desastre socioambiental de Petrópolis, a insegurança e o pertencimento ganham destaque. Reafirmado por Santos (1988), a paisagem remete à ideia de totalidade, a partir de meios trabalhados como um resultado de processos históricos acumulados. Somado a isso, o autor destaca a importância das representações sensoriais na estrutura da paisagem para além do que a visão consegue alcançar, somando à análise as cores, os movimentos, os sons, os odores, etc. Ao identificar o comportamento dessas feralidades na estrutura da paisagem, cabe observar ainda aspectos dicotômicos dessa totalidade, reverberados por dinâmicas de concentração de capital e fundiária, da desigualdade socioeconômica e da injustiça ambiental, evidenciando que a dualidade entre formalidade-informalidade e centro-periferia são reflexos dos detonadores do Antropoceno, estabelecidos enquanto guias e norteadores⁷ do processo de urbanização.

Observar a paisagem a partir do seu processo de sedimentação de distintas formas de apropriações, usos e ausências múltiplas, remonta, para o estudo da cidade de Petrópolis, cenários de aparência pretérita que influenciam diretamente nas dinâmicas de transtorno e desigualdade no território do presente. O processo de urbanização petropolitana e sua compreensão enquanto infraestrutura base para a manifestação

⁶ A alteração da denominação está associada a problemas do uso da expressão anterior relativos a aspectos como o direito à moradia, a instituição do Estatuto da Cidade e a regularização fundiária. Para mais informações: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=21020627> Norteadores” aqui explorados em seu sentido de orientação e encaminhamentos, mas também fruto da perspectiva de progresso, desenvolvimento e globalização a rebote do histórico colonizador do norte global sobre o sul.



Figura 4 - AEIS e favelas e comunidades urbanas sobre manchas de susceptibilidade a movimento de massa. Fonte: Autoras.

de feralidades, reivindica a colocação de Tsing (2020) acerca de uma interpretação não cronológica dos detonadores do Antropoceno, já que o elemento a ser aqui explorado remete ao período imperial: o instituto da enfiteuse. Também conhecida como emprazamento ou aforamento, a enfiteuse em Petrópolis, incide sobre a área correspondente a Fazenda Imperial de Petrópolis, isto é, grande parte do Centro Histórico e ainda áreas adjacentes do primeiro distrito (Ambrozio, 2012). Isso implica, por ser um direito real e perpétuo, no pagamento de um foro anual correspondente ao uso e exercício dos direitos de propriedade pelo enfiteuta — quem possui o domínio útil da propriedade — ao senhorio. Além disso, as transferências do domínio sobre a propriedade a terceiros, implica o pagamento do laudêmio ao senhorio. Em Petrópolis e em todo o estado do Rio de Janeiro, existem áreas onde incidem a enfiteuse, beneficiando tanto prefeituras, como também a Igreja Católica e as famílias colonizadoras. Se atualmente a crítica ao processo de colonização e imposição do domínio em terras brasileiras e em outros países da América Latina e do sul global, já se fazem mais presentes em debates dentro e fora da academia — essenciais para a compreensão do Antropoceno e de seus detonadores —, o pagamento de foro e de laudêmio na maioria do território petropolitano aos herdeiros da família Orleans e Bragança (Ambrozio, 2012) torna ainda mais latente a animosidade e repulsa a imagem da “Cidade Imperial”, tendo em vista a realidade das políticas habitacionais, da ocupação de áreas de risco, da expansão urbana e do uso e ocupação deste solo.

Ambrozio (2012) explica que no município a Companhia Imobiliária de Petrópolis é a entidade jurídica que administra e possui o controle rentista de toda propriedade fundiária onde a cidade se organizou, estabelecendo-se enquanto herdeira da antiga Fazenda Imperial de Petrópolis. Nesse sentido, a Companhia gere esses interesses privados dos herdeiros Orleans e Bragança, recolhendo foros e laudêmios. Ainda sob uma perspectiva histórica, mas que perdura no processo de formação e nas dinâmicas ferais existentes em Petrópolis, o autor cita a municipalidade, na figura da Câmara e da Prefeitura, enquanto agentes de mediação administrativa com a Casa Imperial e, posteriormente ao período imperial, com a Companhia Imobiliária. Essa relação se dá, segundo o autor, em função da ausência de terras públicas na cidade de Petrópolis: “Do primeiro ao último distrito, as terras desse município pertenciam à Casa Imperial e aos demais proprietários herdeiros ou compradores das fazendas oriundas das

antigas sesmarias estabelecidas nessa serra desde o século XVIII” (Ambrozio, 2012, p. 7). Ambrozio (2012) apresenta, nesse contexto, a problemática de que a entidade pública, sendo a Câmara, atuou para o mercado privado de terras e que, em função da inexistência de terras públicas, ações como abertura de ruas e instalação de infraestruturas, por exemplo, contribuía para a renda do Estado da Casa Imperial ao mesmo tempo que onerava a si própria.

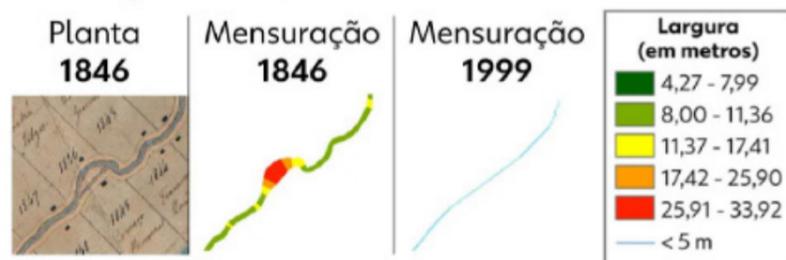
Na raiz do seu surgimento e desenvolvimento territorial enquanto povoado, vila e município, o urbanismo petropolitano abriu fendas metabólicas reiteradas ao longo seu processo de crescimento e cronologia de planejamento, culminando em uma realidade de vulnerabilidade socioambiental, associada a dinâmicas de gestão em comum com muitas outras cidades, apesar de sua realidade particular. Aqui, serão destacados impactos decorrentes do rodoviarismo e da habitação enquanto estruturadores de uma paisagem também de desastres e impulsores de dinâmicas de sobrevivência. A começar por um dos aspectos influentes na paisagem e que se destacam no Plano Koeler: os corpos hídricos que percorrem Petrópolis. O protagonismo dado aos rios ao longo do Plano, seja por voltar as frentes dos lotes para eles, seja por se estabelecerem enquanto guias para a abertura das vias carroçáveis, torna latente esse corpo no território e o espaço que ele demanda também enquanto rede de drenagem. Marcos da paisagem e do debate acerca da questão de susceptibilidade a alagamentos, os rios nem sempre são considerados na conta do espaço urbano, apesar de se moverem nele, tampouco sua função ambiental é lembrada em dias de céu azul e engarrafamento, quando sugerem sua canalização subterrânea para ampliar as caixas de rua⁸.

No primeiro distrito de Petrópolis, são três os rios principais, os quais sofreram retificação em seu plano de ocupação e seguiram sendo modificados ao longo do tempo, são eles Piabanha, Palatino e Quitandinha. O estudo de Santos, Antunes e Fernandes (2019), apesar de antes do desastre de 2022, reflete sobre as vulnerabilidades às inundações tendo em vista os atos de domínio dos recursos naturais pelo ser humano. A ação antrópica apresentou como objetivo facilitar a ocupação da área, ao mesmo tempo que contribuíram e contribuem para mudanças estruturais na dinâmica das bacias hidrográficas da área em questão. Os autores analisam as mudanças no curso desses três rios em uma série histórica, comparando essa rede de drenagem no plano inicial de Koeler em 1846, e o arranjo espacial recente. A Figura 5 destaca trechos dos cursos hídricos analisados pelos autores, junto das imagens comparativas exploradas por eles, que evidenciam a redução da sinuosidade, a supressão de feições, como ilhas fluviais, bem como a diminuição da largura da calha ao longo do tempo.

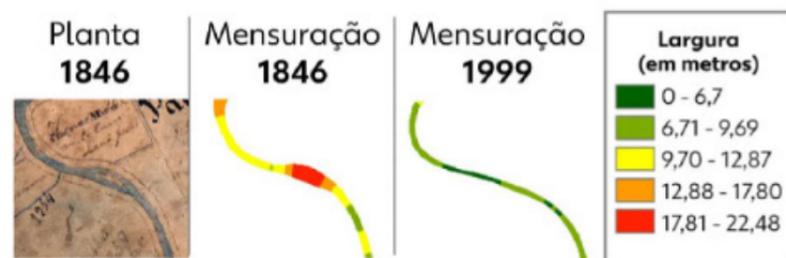
Apesar do Plano Koeler já estabelecer alterações para os principais cursos hídricos da cidade, as dinâmicas de expansão urbana não são consideradas apenas sob uma perspectiva de ocupação das franjas urbanas. Uma análise dessa expansão na área já urbanizada ao longo do tempo, evidencia a supressão de áreas permeáveis e de drenagem — como as calhas dos rios, áreas verdes e alterações da pavimentação ao longo das ruas da cidade. É nesse cenário que o estudo de Santos, Antunes e Fernandes (2019) aponta que as principais alterações derivadas da maior retificação do trecho do canal desde o Plano Koeler até a base cartográfica utilizada pelos autores do ano de 1999, é um fator fundamental para compreender a tendência a inundações

⁸ Em 2020, a Prefeitura Municipal iniciou um projeto de sinalização de ciclorrota em ruas do Centro Histórico de Petrópolis. A ação foi veiculada pela imprensa local (Tribuna de Petrópolis, 2020) e gerou repercussões de desaprovação da medida, alegando, dentre muitas outras reclamações, que a cidade já não possui espaço para os automóveis individuais, que as bicicletas atrapalhariam o trânsito e que os ciclistas seriam vítimas de acidentes. Dentre os comentários em uma das reportagens, destacamos: “As ruas do centro tinham que ser maiores, já passou da hora de ter um projeto seguro que faça uma obra descente e tape esses rios da cidade que só dão dor de cabeça” (Coletivo Meio, 2020).

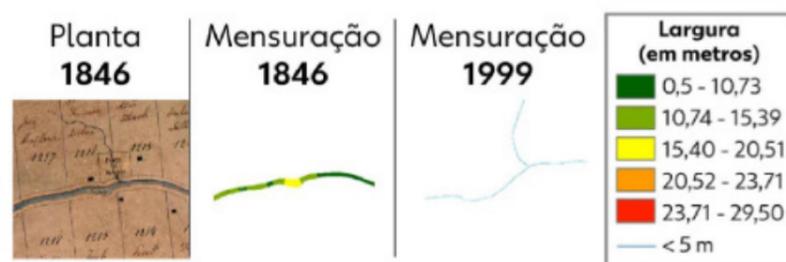
Rio Quitandinha



Rio Palatino



Rio Piabanha



na área desses rios. Dentre os três cursos analisados, o rio Quitandinha passou pela maior alteração visando sua retilinização ao longo do tempo, incluindo a supressão de ilhas fluviais. O rio foi identificado ainda como aquele que sofreu a maior diminuição da largura do canal. Conforme o estudo, apesar do valor da largura média comparando os dois períodos não ser elevado, os autores apontam que houve variações de largura mais bruscas de forma pontual e concentrada em alguns trechos do rio. À margem do rio Quitandinha, a Rua Coronel Veiga é uma das vias do município com mais ocorrências de inundações. Dando continuidade a essa via, a Rua Washington Luiz, no contexto da tragédia de 2022 e somando as dinâmicas hídricas nessa ocasião, foi destaque em função da queda de uma barreira oriunda do terreno de um condomínio de alto padrão que suprime o topo de morro ali existente para sua edificação, além de se intitular enquanto “reserva residencial”. Nessa área, junto a fatores como a ausência de um procedimento padrão instituído para o deslocamento do transporte público nesses cenários de chuvas intensas, a queda da barreira e a força da água arrastou dois ônibus para a calha do Rio, contribuindo para o número de mortes na ocasião.

Tanto o processo de retilinização como de estreitamento da calha dos rios foi observado, ainda que em menor medida, nos outros cursos hídricos analisados pelos autores. Santos, Antunes e Fernandes (2019) evidenciam que após o rio Quitandinha, os rios Piabanha e Palatino sofreram as maiores alterações, respectivamente. Considerando a perspectiva de rede desses cursos hídricos, é de se esperar impactos em outras áreas menos alteradas, como às margens do Piabanha e Palatino, uma vez que os processos de retilinização e estreitamento das calhas contribuem para o aumento da velocidade da água. Outro fator que contribui para a velocidade do escoamento superficial das águas das chuvas, é a supressão da cobertura vegetal e o aumento da impermeabilização do solo, marcado principalmente pelo asfaltamento das ruas. O estudo mapeia as alterações de cobertura da terra nas bacias hidrográficas

(Quitandinha, Palatino e Piabanha) comparando esses dois períodos e evidencia um maior nível de mudança (%) de área vegetada para não vegetada na bacia do Quitandinha, com 56,78%, seguida pelo Palatino, 34,51%, e pelo Piabanha, 31,62%.

Observa-se, portanto, que o Rio Quitandinha, que apresenta menor sinuosidade, pertence à bacia hidrográfica de maior nível de mudança. Este padrão se repete nos outros rios e bacias analisados, assim o rio Palatino tem o segundo menor índice de sinuosidade e o segundo maior nível de mudança na paisagem, e o rio Piabanha, apresenta o maior índice de sinuosidade e o menor nível de mudança em sua bacia.

Este mesmo comportamento ocorre quando é relacionado o nível de mudança com largura e supressão de ilhas para as bacias em análise, criando assim, subsídios no auxílio do entendimento da distribuição das ocorrências de inundações. Estas inundações, identificadas no período de 2011 a 2018, foram majoritariamente identificadas nas estações pluvio-fluviométricas localizadas na bacia do rio Quitandinha (93,1%), seguida das bacias do rio Palatino (5,7%) e Piabanha (1,2%), ou seja, as inundações se concentram na baixa com menor sinuosidade, maiores modificações de largura, maior supressão de ilhas (quantidade e área) e maior nível de mudança (Santos; Antunes; Fernandes, 2019, p. 12).

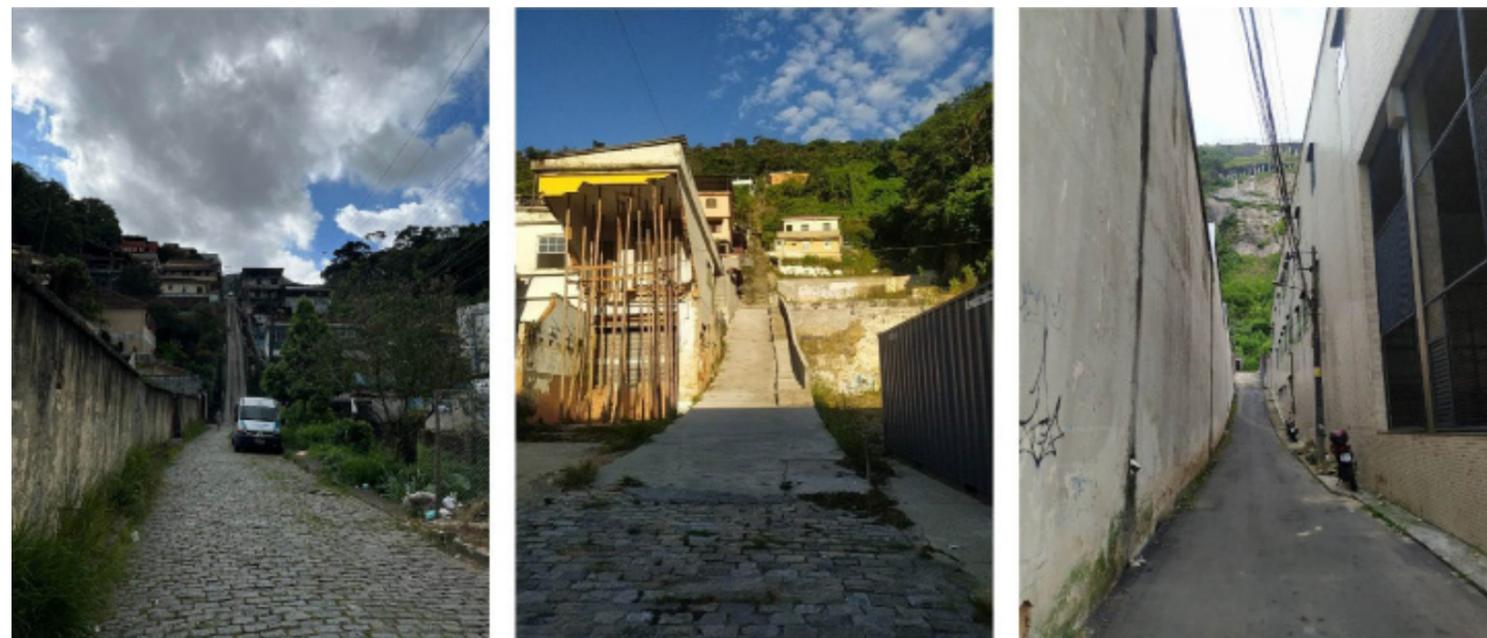
A narrativa do mosaico territorial lança luz sobre a paisagem a partir da concepção de totalidade, considerando os sistemas naturais na escala humana ao mesmo tempo que aponta a perspectiva da rede de mosaicos que combina áreas heterogêneas (Forman, 2008). A dinâmica multi e transescalar provoca atravessamentos para a compreensão do Antropoceno e das feralidades, ou seja, ações pontuais como as alterações dos cursos hídricos vão apresentar impactos pontuais, como destacamos nas ocorrências crescentes na Rua Coronel Veiga; regionais, ao considerar a área da bacia do Quitandinha; e, mais além, considerando outras ações urbanizantes⁹, como a relação entre o sistema viário e a impermeabilização do solo. À luz da realidade petropolitana, a presença das principais vias à margem dos cursos hídricos possibilitam, no contexto das chuvas e eventos extremos, a retomada desses espaços para abrigar a água que desce mais rápido em direção ao fundo de vale, dado a realidade de supressão de áreas verdes, ocupação de taludes e impermeabilização do solo, e corre horizontalmente também em uma velocidade crescente, considerando essas alterações pontuais apontadas no estudo de Santos, Antunes e Fernandes (2019). Forman (2008) compara a abertura de vias a rasgos no território não apenas pela instituição de uma passagem naquele local, e sim por demandas construtivas subsequentes, seja para a ampliação das vias em decorrência do crescimento do tráfego ou para a edificação no seu entorno. Entretanto, consequências ecossistêmicas são citadas por Forman (2008), como a degradação de comunidades de aves devido ao ruído do tráfego, e a alteração dos níveis de água subterrânea e superficial, impactando em problemas como abastecimento de água, inundações e perda do habitat aquático. Complementarmente, o autor aponta ainda a contaminação de corpos hídricos por metais pesados e hidrocarbonetos quando estes estão próximos a vias, em função do escoamento das águas pluviais que levam esses contaminantes.

⁹ Ou “urbanizadora”, ao considerar a indicação de agente da ação relativa aos sufixos –ante e –ora.

Em Petrópolis, é crescente o número de campanhas de asfaltamento nas gestões municipais. Compreendido enquanto sinônimo de progresso, o asfalto está em grande parte das vias arteriais e coletoras da cidade e é foco de atuação de programas como Acelera Petrópolis (2021) e Nosso Bairro (2024) em vias locais. Historicamente, o papel da abertura de ruas e estradas, em conjunto com o surgimento de tecnologias como o motor à combustão e os veículos automotores, está associada em muitas cidades ao processo de expansão urbana (Hall, 2007). Seja sob a perspectiva da urbanização ou da desruralização, esse debate envolve fatores econômicos e imobiliários, como o valor monetário da terra urbana e rural, mas também dinâmicas de supressão de áreas naturais ou de cultivo, a ocupação de áreas de risco, dentre outras. Considerando o escopo desta pesquisa, a expansão urbana e a consequente desflorestação em Petrópolis é objeto de estudo de múltiplos autores que evidenciam o uso residencial enquanto principal motivação, além dos impactos ambientais, inclusive hidrológicos, dessa ação antrópica (Silva *et al.*, 2015; Almeida *et al.*, 2023). Nesse contexto, a questão habitacional é fator estruturante da paisagem, e a ineficiência de políticas habitacionais e de planejamento que vão de encontro à proteção e ao bem-estar da população vulnerável são chaves para a compreensão deste ensaio do Antropoceno em Petrópolis, tendo em vista a perspectiva do desastre socioambiental.

Particularidades de Petrópolis de ordem geográfica, geológica e fundiária são bases de uma paisagem estruturada na ausência de políticas habitacionais eficientes. A ocupação de áreas frágeis a deslizamentos e a alagamentos é comum para aqueles que não conseguem se inserir nas dinâmicas do mercado imobiliário, refletindo o aumento do déficit habitacional. Esse processo, no entanto, está também vinculado à realidade de implementação do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) majoritariamente para as faixas 2 e 3, bem como a presença de imóveis vazios em áreas privilegiadas do centro, que não são alvo atuação pública para mitigar a questão da falta moradia na cidade. Comum à muitas cidades brasileiras, a não ação institucional sobre imóveis ociosos e vazios urbanos torna a realidade de destinação de terrenos mais baratos e distantes dos centros às obras de habitação social. Em Petrópolis, apenas um desses empreendimentos foi destinado à primeira faixa de renda, o conjunto Vicenzo Rivetti no segundo distrito do município. Por outro lado, França e Serpa (2019) apontam que as construções destinadas às outras faixas, em Petrópolis, apresentam enquanto fim a geração de renda mediante aluguéis. A vulnerabilidade no âmbito da moradia em Petrópolis é, no entanto, reconhecida pelo Plano de Habitação de Interesse Social (PLHIS) municipal (PMP, 2012). Do ano de 2012, tanto a identificação de edificações em áreas de risco como aquelas com algum tipo de carência ligada a regularização fundiária, é objeto de análise do PLHIS, que contabilizou 21.395 domicílios com algum tipo de vulnerabilidade, dentre eles, 11.568 localizados em áreas com alto ou muito alto risco a escorregamentos de encostas.

Apesar de apresentar um panorama preocupante quanto à questão habitacional na cidade, Matos (2018) destaca que o PLHIS não se esforça em direção à identificação de imóveis ociosos no município enquanto uma frente atuante para a política habitacional. Seguindo em outra direção, a autora reitera que a produção de moradia por meio de um formato único, aqui o PMCMV, padroniza tanto a produção em si, quanto às problemáticas reconhecidas, como a ocupação em áreas com pouca ou nenhuma infraestrutura, a distância das atividades essenciais e cotidianas, entre outras. Apresentar enquanto base para a política habitacional municipal um programa elaborado na escala federal é alvo de crítica de Matos (2018), uma vez que não gera debate acerca das condições locais, com destaque, em Petrópolis, para a perspectiva geográfica e ambiental. Enquanto resultado dessa ausência institucional, na paisagem petropolitana há imóveis ociosos, contribuindo para a perpetuação de uma cidade de veraneio e vilegiatura (AMBROZIO, 2008), carcaças fabris e empreendimentos não finalizados utilizados enquanto estacionamentos para carros — dinâmica incongruente



com a realidade de déficit habitacional —, bem como servidões e favelas sobre taludes. Complementarmente, autores situam a expansão urbana, seja sob uma perspectiva horizontal, seja vertical, no sentido de subir o relevo, como atividade atuante na supressão de áreas naturais, inclusive delimitadas enquanto de preservação, além da pressão imposta sobre as áreas rurais resistentes (Rocha, 2023; Silva *et al.*, 2015; Almeida *et al.*, 2023).

Na paisagem, feralidades infraestruturais associadas à questão do déficit habitacional ficam evidentes. A Figura 6 apresenta três situações onde se destacam suas vias estranguladas. A abertura dessas servidões, comum na paisagem petropolitana, coloca esse movimento de subida no relevo enquanto dinâmica diária daqueles que ocupam, em sua maioria, residencialmente essas áreas. Essas ocupações estão vinculadas a múltiplos fatores oriundos desse processo de urbanização que rompe com o compromisso de prover bem-estar a população de forma democrática, quando, na ausência de políticas públicas eficientes e outras práticas possíveis, como a assistência técnica, coopera para a ocupação irregular de áreas de risco. Esses elementos da paisagem surgem pela impossibilidade de viver no tido enquanto “progresso” do mercado imobiliário, e no esforço de se manter próximo ao centro, ao emprego ou aos pontos estratégicos para o deslocamento cotidiano. O verde é suprimido, a água não permeia e, em muitos casos, corre ainda mais rápido considerando a realidade do asfalto nas vias íngremes. São elementos dessa totalidade as servidões, locais estes que temem de tempos em tempos os deslizamentos e as enxurradas.

As cicatrizes também compõem a paisagem, apesar do movimento que varia entre a retomada pela natureza, quando se esverdeia novamente, e a dominação pelas soluções estritamente humanas, quando o relevo fica cinza através das contenções. A Figura 7 ilustra cicatrizes que unem uma memória pretérita ao temor do porvir. O Morro da Oficina, onde ocorreram os deslizamentos mais severos da tragédia de 2022, é marcado pela ocupação irregular e pelo asfaltamento, estruturantes da paisagem afetada e *modus operandi* da urbanização. A chuva, aqui compreendida enquanto conspiradora do desastre, é muitas vezes o elemento culpado, dada uma realidade de apropriação do território não apenas dissociada da natureza, mas que também subjuga-a.

Figura 6 - Servidões nos bairros Quitandinha e Alto da Serra, e via curta e estreita asfaltada (da esquerda para direita). Fonte: Autoras.



O discurso oriundo das práticas urbanizantes imersas na perspectiva de progresso e da dominação, normalizam e normatizam agressões e dicotomias. As contenções da Figura 8 revelam a relação de segregação do indivíduo humano da natureza e, mais além, suprimem vidas mais-que-humanas. As contenções humanas, diferentes das contenções mais-que-humanas, trazem o cinza, o concreto, os pinos e as ferragens para a paisagem. Elas são interpretadas como saídas e enfrentamento ao desastre em uma realidade já posta, que também está associada à ocupação de áreas vulneráveis ao risco e ao déficit habitacional. Mais além, imerso no discurso uni-espécie, a paisagem de enfrentamento e combate ao verde — observável ao longo da linha do tempo da Figura 9 — deixa de fora funções como a permeabilidade e acelera a velocidade da água da chuva, ainda mais considerando o asfalto em seu perímetro. No entanto, a paisagem cinza, seja qual for seu resultado e opinião estética, consegue trazer a sensação de segurança para muitos que veem, transformando o medo.

Ainda que o imaginário do pós-antropoceno convide para um debate multiespécie e menos estratificado, há de se reconhecer nuances na percepção de totalidade. Para uma Petrópolis mais-que-humana, deve-se ter em mente que, assim como a dominação da natureza, há, entre humanos, a subalternização de grupos minorizados. Mesmo a união da espécie é falha. No exercício de variar as escalas, ao se aproximar do corpo feminino no território, fica evidente a sobrecarga do cuidado reiterada por múltiplas autoras (Shiva; Mies, 2021; Valdívia, 2018). No desastre de 2022, 60% das vítimas eram mulheres (Paiva, 2022). Ao longo da sua pesquisa, Baur (2023) questiona a sobrecarga desse corpo no território pós-desastre, que convive com o medo, com a insegurança e com a memória. As atividades de cuidado diárias em muitos casos se esvaziaram e então se transformaram em reconstrução da própria casa. No cenário daquelas que passam mais tempo no domicílio e que cuidam da família — muitas vezes um enclausuramento no lar sob uma perspectiva da divisão sexual do trabalho e dos estereótipos de gênero (Valdivia, 2018) —, muitas viveram, pós-desastre e involuntariamente, a fatalidade de não ter para onde voltar e o que ou quem cuidar. Baur (2023) reúne e reverbera colocações de moradoras do Alto da Serra, possibilitando perceber que as demandas dessa parcela, além de estar associada à reprodução da vida — e não só a produção do capital —, evidenciam a fragmentação da espécie no seu próprio entendimento de progresso. A violência contra o corpo feminino, colocada por Baur (2023), pode ser interpretada também como o mesmo processo de subordinação imposto à natureza, reforçando a necessidade de firmar novos compromissos com a paisagem.



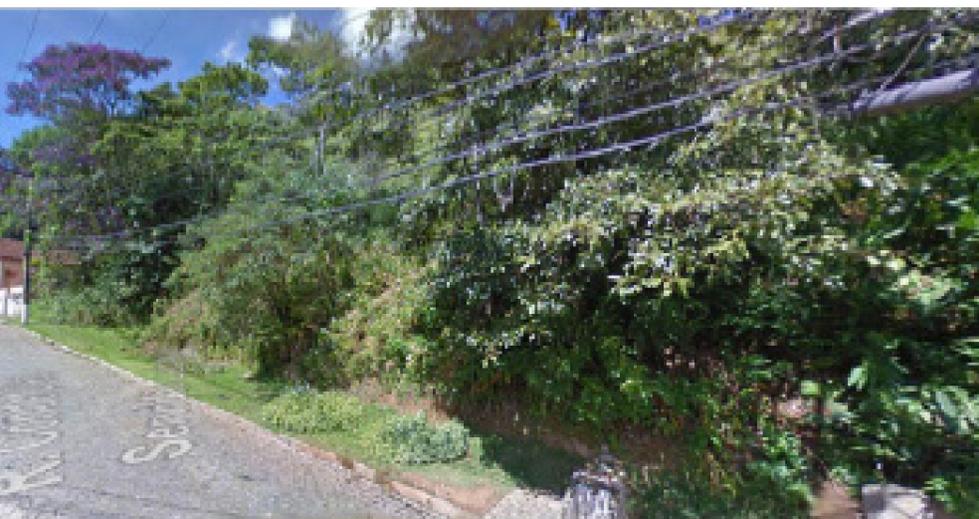
Petrópolis mais-que-humana: compromissos com a paisagem

Ao estabelecer o processo de urbanização dominante enquanto uma das infraestruturas motrizes para a materialização do Antropoceno, o paradigma desenvolvimentista é posto em xeque junto do seu padrão de produtividade e sua lógica de exclusão escondida do seu discurso. Entendendo que o Antropoceno é um evento que atravessa múltiplas problemáticas, Siobhan Mc Manus e Agustín Reyes (2019) acendem o foco ao campo social, indicando que as crises oriundas dessa época, representam riscos com diferentes gradações para os variados sujeitos. De fato, afirmar que a humanidade é igualmente responsável pela crise climática condiciona ao erro, assim como definir que seus efeitos são iguais para todos (Manus; Reyes, 2019). Como ressaltado anteriormente, olhar para a escala das ações, assim como as especificações de cada local, se torna um exercício necessário.

Mies (2021) explica a convergência econômica enquanto mito, uma vez que a economia de abundância e o compreendido enquanto progresso está baseado na externalização dos custos, ou seja, no paradoxo norte-sul, sendo esse último aquele que sustenta o primeiro. Navegando por diferentes escalas de compreensão do território, esse paradoxo ganha novas dimensões, como centro-periferia, natureza-cultura, homem-mulher. Mies (2021) coloca que a natureza, as mulheres, mas também outros grupos minorizados, são aqueles que garantem a manutenção do progresso e do desenvolvimento; e Shiva (2021) complementa essa perspectiva ao evidenciar a masculinização da terra-mãe, isto é, a dominação histórica e patriarcal em benefício dos interesses econômicos e políticos baseado na subordinação e exploração da natureza. A autora continua a explicar que o caminho desse progresso é o mesmo daquele que justifica colocar o selvagem, a mulher e a “terra virgem” a serviço da produtividade.

Ainda no exercício de análise que estabelece aproximações e afastamentos do objeto para compreender a dinâmica do Antropoceno, o caráter de totalidade e da interrelacionalidade entre diferentes formas de vida, demanda compreender novos compromissos com a paisagem no Antropoceno e no pós-Antropoceno. Para Donna Haraway (2016), o barateamento da natureza sustenta o mundo contemporâneo, levando à exaustão de ecossistemas e de populações humanas e mais-que-humanas. Haraway (2016) elucida que o Antropoceno ultrapassou a definição de uma época geológica e se tornou um evento limite para o planeta. Essa ideia nos sugere uma urgência, que é, de maneira geral, associada a medidas de reconstrução de refúgios,

Figura 8 - Contenções pós-desastre nos bairros Centro, Valparaíso e Castelânea, da esquerda para a direita. Fonte: Autoras.



Agosto de 2011



Junho de 2022



Novembro de 2022

compromisso com o florescimento de multiespécies ricas e a recuperação. Para a autora, é necessário que pensemos em meios de descontinuar o Antropoceno, ou seja, fazer com que ele seja uma fase breve, por meio de outros arranjos e compromissos com outros habitantes do planeta; o que ela chama de “fazer parentes”. Costa e Funck (2017) apontam que a mudança demanda também um deslocamento de ponto de vista, a fim de compreender diferentes perspectivas sobre a realidade e que inclua humanos e não humanos, rompendo com essa dicotomia e provocando uma ecologia de saberes.

Baseado em Haraway e em outras pesquisadoras, Stacy Alaimo (2017) sugere poéticas da interdependência entre o humano e o mais-que-humano, que se encontram com a perspectiva de totalidade da paisagem posta por Milton Santos (1988). Baseada nessa zona de contato fundamentada na impossibilidade de separar o ser humano do ambiente, a “natureza” não pode ser concebida enquanto um plano de fundo, nem um recurso.

Mas, ao ressaltar que “trans” indica um movimento por meio de diferentes lugares, a transcorporalidade abre um “espaço” epistemológico que reconhece as muitas vezes imprevisíveis e indesejáveis ações dos corpos humanos, das criaturas não humanas, dos sistemas ecológicos, dos agentes químicos e de outros atores. A ênfase nas interconexões materiais da corporalidade humana com o mundo mais-que-humano e o concomitante reconhecimento de que a agência material precisa de epistemologias mais abrangentes nos permitem forjar posições éticas e políticas que possam contestar inúmeras realidades do final do século XX e início do século XXI, em que “humano” e “ambiental” não podem, absolutamente, ser pensados como coisas separadas: saúde ambiental, justiça ambiental, tráfico de toxinas e engenharia genética, entre outras (Alaimo, 2017, p. 910).

É claro que para criar novas poéticas e compromissos para o fazer urbano há de se considerar o papel da cultura e da vivência humana no território, mas não apenas enquanto único corpo habitando o espaço. Alaimo (2017) destaca que o desafio está em repensar a materialidade e substância de corpos e naturezas. A autora complementa que a natureza precisa ser considerada um agente social e, nesse sentido, é possível observar que tanto os seres humanos se adaptam às condições ambientais, como também a natureza se adapta enquanto o ser humano altera esse ambiente. Ao

reconhecer esse poder de ação da natureza, os sistemas ecológicos podem ser observados sob uma perspectiva de demanda de lugares, formas e espaço — “áreas selvagens” (Alaimo, 2017). Nesse contexto, essas ambientações da natureza podem surpreender, incomodar e também aterrorizar.

Chamando atenção tanto para a filosofia ambiental, como para teoria feminista, Alaimo (2017) provoca que considerar o espaço da natureza impede sua compreensão enquanto recurso para o consumo humano, estabelecendo uma ética — ancestral e originária — não considerada pelo progresso capitalista. A autora propõe, para compreender esse espaço pós-humano, um mapeamento do trânsito, isto é, do tráfego entre corpos e naturezas, e questiona:

Quais são alguns dos caminhos de ida e vinda da corporalidade humana para a substância do que não é humano? Como ambos os termos são transformados pelo reconhecimento de sua interconexão? Que posições éticas ou políticas emergem do movimento entre as matérias humana e mais-que-humana? (Alaimo, 2017, p. 924).

A apropriação do território mediante processo de urbanização em Petrópolis e em outras cidades apresenta, ao longo do tempo, movimentos de dominação da natureza, que normalizam sua domesticação, ao mesmo tempo que as feras, aqui compreendidas enquanto a chuva, a lama e outros eventos extremos, conspiram para essa realidade de transtorno. As posições institucionais não abraçam a perspectiva do espaço pós-humano, ainda que a realidade do Antropoceno seja experienciada pela população. Grande parte das obras de reestruturação da cidade pós-desastre de 2022, buscaram reconstruí-la como era ou então somar novas intervenções estritamente humanizadas e dominantes, como contenções. Os corpos das naturezas não são considerados nessa conta do planejamento, e a água se estabelece enquanto personagem a ser temido nessa paisagem. Emergindo dessa compreensão do espaço de trânsito mais-que-humano e motivado pela percepção acerca da correnteza das águas que arrastou veículos no momento de chuvas intensas, cabe destacar a posição política da PMP em criar sinalização viária de atenção para que, em momentos de inundações, a população não cruze as faixas e se mantenha nas chamadas “ilhas de segurança” (Figura 10). Nesses momentos, o rio impõe um limite à cidade, a qual vem tomando suas decisões unilateralmente.

Figura 9 - Linha do tempo da contenção na Rua Conde D'Eu, Castelânea. Fonte: Google.



Figura 10 - Ilha de segurança da Rua Marquês de Paraná, próximo à Rua Coronel Veiga. Fonte: Autoras.

Ao explorar perspectivas da transc corporalidade mais-que-humana (Alaimo, 2017) no território, fica claro a importância da percepção e respeito ao fluxo e ao repouso de diferentes corpos. Para Petrópolis, fica evidente a reivindicação dos corpos hídricos e das águas pluviais e fluviais, bem como de toda ausência e supressão do verde e do natural que não possibilita a permeabilidade e seus fluxos invisíveis ao olho humano. Esta cegueira voluntária e involuntária, entretanto, pode ser a base fundamental da subalternização da natureza e da não compreensão do ser humano enquanto parte dela. Ademais, o território reivindicado por múltiplos corpos volta o olhar para aqueles minorizados ao longo do tempo, ainda que humanos. Mies e Shiva (2021) defendem que a subalternização da mulher segue os mesmos preceitos da dominação da natureza, uma vez que estereótipos de gênero e a divisão sexual do trabalho foram concepções baseadas no discurso de que era algo natural ao feminino — a natureza da mulher. Compromissos que estabeleçam outras relações com a natureza e com a paisagem demandam pelo fortalecimento de redes mais-que-humanas, apesar do caráter majoritariamente humano e institucional na tomada de decisão acerca do planejamento do território.

Os corpos minorizados, que vivem cotidianamente as fendas metabólicas e traições de uma promessa de bem-estar mediante urbanização, estabelecem outras conexões com o território ao mesmo tempo que sabem reconhecer tanto potencialidades como áreas de cicatrizes e de fragilidades. Compreender o trânsito mais-que-humano e reconhecer o território através da percepção desses corpos minorizados, dentre eles as mulheres, é parte desse movimento de pensar um espaço “terrano” (Latour, 2014). A partir do ecofeminismo, Mies (2021a) explora a visão da perspectiva de subsistência ou perspectiva de sobrevivência, conceito definido para compreender o trabalho oculto: “não pago ou mal pago de donas de casa, de camponeses, e camponesas, dos pequenos produtores de subsistência, do chamado setor informal” (p. 466). A autora coloca que esses trabalhos compõem a base do patriarcado capitalista, e são exercidos, em sua grande parte, por mulheres. Nesse cenário de destruição ecológica, ela defende:

essa subsistência — ou a produção de vida — não apenas era e continua sendo uma espécie de subterrâneo oculto da economia de mercado capitalista, mas também pode mostrar o caminho para nos tirar de muitos impasses desse sistema destrutivo chamado sociedade industrial, economia de mercado ou patriarcado capitalista (Mies, 2021a, p. 466).

A oportunidade de reconhecer a perspectiva de subsistência questiona o progresso capitalista e o conceito de desenvolvimento, a fim de encontrar a oportunidade em novas relações com a natureza e com as pessoas, o que age de forma positiva e direta sobre a qualidade de vida das mulheres no território. Nesse sentido, Mies (2021a) conclui que é necessário firmar o compromisso de que o humano é parte dessa natureza e de uma comunidade, onde nem todas as relações precisam estar baseadas no ganho financeiro, mas também em dinâmicas de reciprocidade, mutualidade, solidariedade, confiabilidade e cuidado. Petrópolis, ao passar por inúmeros episódios de desastres oriundos de eventos extremos, possui suas redes em um fluxo de ativação e desativação ao longo do tempo, mas é preciso reconhecer a agência comunitária dessas redes de solidariedade no cotidiano, usualmente vinculadas às atividades de cuidado. É ouvindo moradoras de áreas de vulnerabilidade que se sabe da organização em revezamento diário de mães de uma mesma rua para cuidar dos filhos também das vizinhas, a fim de que seja possível a mulher se deslocar e fazer outras atividades em diversas áreas da cidade. Sabe-se também das demandas reais e de cuidado em determinados bairros, não apenas por equipamentos de educação e saúde, mas também de lazer e abastecimento. Quando a chuva e a água trazem o medo e conspiram para o desastre, há também a busca organizada e comunitária pelos desaparecidos, a ajuda com os pertences, o carregamento de baldes de lama e a distribuição de água e mantimentos. Reconhecer, mapear e fortalecer essas redes e esses trânsitos precisa ser objeto de compromisso com a paisagem, junto de uma compreensão mais-que-humana do território.

Considerações finais

Pensar o Antropoceno na escala de Petrópolis convida a revisitar múltiplas temporalidades e diferentes formas de organização e apropriação do território pelo ser humano. Encontrar correspondências aos detonadores do Antropoceno não é tarefa difícil, já que seu processo de formação remete ao *modus operandi* histórico do tido enquanto progresso, que reforça a dicotomia norte-sul. Mais além, a industrialização que marcou a história da cidade e seu processo de urbanização ao longo do tempo, nos fazem perceber que a materialidade oriunda dessa dinâmica rompe com sua promessa de bem-estar, colocando em xeque a própria concepção progressista de desenvolvimento. O Antropoceno e a interpretação harawayana desse momento enquanto fase de transição, acelera o compasso do relógio, ao mesmo tempo em que motiva a explorar novas formas de apropriação e compreensão do território e da paisagem. O “mais-que-humano” é novidade para nossa espécie, mas não para os outros terranos que vêm lidando com as ações da civilização e da urbanidade¹⁰.

¹⁰ Pensar a urbanidade a partir de sua definição figura de “Cumprimento das regras de boa educação e de respeito no relacionamento entre cidadãos.” (PRIBERAM, 2024) considerando a discussão da Petrópolis do Antropoceno, remete ao fato de que o termo ou seu radical em urbano não são de fato suficientes para pensar um território mais-que-humano, uma vez que é preciso respeito e relacionamento entre diferentes espécies.

O mais-que-humano rompe dicotomias — ser humano x natureza; homem x mulher; etc. A mobilidade ganha outra face: quais outros corpos estão se movendo e têm direitos sobre o território? As contradições encontradas na paisagem de Petrópolis apontam ainda a necessidade não apenas do poder institucional para explorar outras formas de pensar o espaço, mas também daqueles que estão em um nicho onde é sua responsabilidade fazê-lo. Trazer visões e poéticas outras para dentro das universidades também é necessário. Compromisso esse não apenas com a paisagem e um fazer e saber mais-que-humano, mas também baseado nas redes de solidariedade e subsistência existentes no território. Não à toa o convite e o exercício se ampliam: quais outras feralidades infraestruturais e traições existem a partir da materialidade da urbanização? Quais vão além do debate sobre território, paisagem e urbanismo? Qual o rebatimento dessa materialidade a partir das lentes de outras áreas do conhecimento?

Referências

- ALAIMO, Stacy. Feminismos transcorpóreos e o espaço ético da natureza. *Revista Estudos Feministas*, v. 25, n. 2, p. 909-934, 2017.
- ALMEIDA, Josimar Ribeiro de; AGUIAR, Laís Alencar de; BARBOSA, Oscar Rocha; MATTA, Patrícia dos Santos; GUROVA, Tetyana; CUNHA, Tatiana Santos da. Desflorestamento Metropolitano e Impactos Ambientais Decorrentes. *Revista Internacional de Ciências*, v. 13, n. 2, p. 12-13, 2023.
- AMBROZIO, Júlio César Gabrich. O território da enfiteuse e a cidade de Petrópolis-RJ, Brasil. *Scripta Nova: revista electrónica de geografía y ciencias sociales*, v. 16, 2012.
- BAUR, Juliana. *Cidade, mulher e poder: vulnerabilidades socioambientais e a instituição de direitos urbanos no Alto da Serra em Petrópolis - RJ*. 2023. 158 f. Trabalho final de graduação (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Escola Superior de Desenho Industrial da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Petrópolis, 2023.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Geociências. *Aglomerados subnormais*: downloads, 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/tipologias-do-territorio/15788-aglomerados-subnormais.html?=&t=downloads>. Acesso em: 25 mar 2024.
- CHIODI, Yama. Mapas para o Antropoceno: uma guia de leitura para o Feral Atlas. *Revista ClimaCom, Epidemiologias*, v. 7, p. 19, 2020.
- COLETIVO MEIO. Estes são alguns comentários feitos em reportagens sobre a ciclorrota. [continua]. *Coletivo Meio*, 7 set 2020. Disponível em: https://www.instagram.com/p/CE2myB-HzFd/?img_index=1. Acesso em: 20 fev 2024.
- COMPANHIA DE PESQUISA EM RECURSOS MINERAIS (CPRM). *Carta de suscetibilidade a movimentos gravitacionais de massa e inundação: município de Petrópolis - RJ*. CPRM - Serviço Geológico do Brasil, 2016. Disponível em: <https://rigeo.sgb.gov.br/handle/doc/15692>. Acesso em: 15 fev 2024.
- COSTA, Claudia de Lima; FUNCK, Susana Bornéo. O Antropoceno, o pós-humano e o novo materialismo: intervenções feministas. *Revista Estudos Feministas*, v. 25, p. 903-908, 2017.
- DRACH, Patricia; SILVA, Gisele Barbosa; BARCELLOS, Fernanda Alves; SANTOS, Thaissa Martins dos; ARAÚJO, Júlia Melo; FREITAS, Letícia. Evolução urbana do centro histórico de Petrópolis. *Revista de Morfologia Urbana*, v. 8, p. e00150, 2020.
- ESTEVES, Claudio Jesus de Oliveira. *Risco e vulnerabilidade socioambiental: aspectos conceituais*. Caderno IPARDES, estudos e pesquisas, vol. 1, n. 2, Curitiba, 2011.
- FORMAN, Richard TT. *Urban regions*. Nova Iorque: Cambridge University Press, 2008.
- FRANÇA, Talita Ribeiro; DAMOTA SERPA, Aline Margarete. Implantação de Habitação de Interesse Social em Petrópolis, RJ: Breve Análise de Viabilidade para as Faixas 0 e 1 do Programa Minha Casa Minha Vida. *Boletim do Gerenciamento*, v. 10, n. 10, p. 11-21, 2019.
- GREGÓRIO, Roberta dos Santos. *Tradição, conservação e urbanização: a área de proteção ambiental e a (re) produção do espaço urbano do município de Petrópolis/RJ*. 2010. 181 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-graduação em Geografia, Instituto de Geociências da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.
- HALL, Peter. *Cidades do amanhã: uma história intelectual do planejamento e do projeto urbanos no século XX*. Perspectiva, 2007.
- HARAWAY, Donna. Antropoceno, capitaloceno, plantationoceno, chthuluceno: fazendo parentes. *ClimaCom Cultura Científica*, v. 3, n. 5, p. 139-146, 2016.
- JANUÁRIA, Mayara. *Injustiça ambiental: especulações projetuais em torno da rua do túnel extravasor em Petrópolis*. 2023. 70 f. Trabalho final de graduação (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Escola Superior de Desenho Industrial da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Petrópolis, 2023.
- LATOOUR, Bruno. Para distinguir amigos e inimigos no tempo do Antropoceno. *Revista de Antropologia*, v. 57, n. 1, p. 11-31, 2014.
- MANUS, Siobhan Guerrero; REYES, Agustín Mercado. Mundos en colisión: antropoceno, ecofeminismo y testimonio. *Sociedad y Ambiente*, n. 19, p. 7-29, 2019.
- MATOS, Carmem. A face do tecido urbano e as mazelas ao acesso à moradia social: como o caso do município de Petrópolis desvenda a construção de uma lenda urbana. In: PENALVA, Angela; CORREIA, Arícia Fernandes; MARAFON, Glaucio José; SANT'ANNA, Maria Josefina Gabriel (orgs.). *Rio de Janeiro: uma abordagem dialógica sobre o território fluminense*. p. 251 - 280. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2018.
- MIES, Maria; SHIVA, Vandana. *Ecofeminismo*. Belo Horizonte: Editora Luas, 2021.
- MIES, Maria. O mito da convergência econômica. In: MIES, Maria; SHIVA, Vandana. *Ecofeminismo*. Belo Horizonte: Editora Luas, 2021.
- MIES, Maria. A necessidade de uma nova visão: a perspectiva de subsistência. In: MIES, Maria; SHIVA, Vandana. *Ecofeminismo*. Belo Horizonte: Editora Luas, 2021a.
- MORLEI, E. J. A forma da utopia: o Plano Köeler e a implantação da Vila Imperial. *Oficina de Estudos da Preservação/Coletânia I*. Org Maria Rosa Correia. Rio de Janeiro: IPHAN, 2008.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS (PMP). *Lei Municipal N° 8.548, de 02/05/2023*. Institui, nos termos do § do Art. 182 da Constituição Federal, Estatuto das Cidades - Lei Federal N° 10.257, de 10 de julho de 2001, e Lei Municipal N° 7.167, de 28 de março de 2017, o parcelamento, a edificação ou utilização compulsória, o IPTU Progressivo no tempo e a desapropriação do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, e dá outras providências. Disponível em: <https://cespro.com.br/visualizar-Diploma.php?cdMunicipio=6830&cdDiploma=20238548&NroLei=8.548&Word=&Word2=>. Acesso em: 15 fev 2024.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS (PMP). *Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS)*. Petrópolis: Prefeitura Municipal de Petrópolis, 2012. Disponível em: <https://sig.petropolis.rj.gov.br/cpge/plhis.pdf>. Acesso em: 26 fev 2024.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS (PMP). Prefeitura inicia Programa Acelera Petrópolis pelo Independência. *Notícias*, 08 jun 2021. Disponível em: <https://www.petropolis.rj.gov.br/pmp/index.php/noticias/item/16990-prefeitura-inicia-programa-acelera-petr%C3%B3polis-pelo-independ%C3%Aancia>. Acesso em: 22 fev 2024.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS (PMP). Programa Nosso Bairro se estabelece oficialmente em Petrópolis. *Notícias*, 08 jan 2024. Disponível em: <https://www.petropolis.rj.gov.br/pmp/index.php/noticias/item/21146-programa-nosso-bairro-e-oficialmente-instituido-em-petropolis>. Acesso em: 22 fev 2024.

PONTES, Franciney Carvalho; SZLAFSZTEIN, Claudio Fabian. *Uma interpretação geográfica conectada ao Antropoceno*. Caminhos da Geografia, Uberlândia - MG, v. 20, n. 70, 2019.

PRIBERAM. Urbanidade. *Dicionário Priberam de Língua Portuguesa*, 2008-2024. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/urbanidade>. Acesso em: 03 mar 2024.

ROCHA, Emanuela Alves da. *Território e comida: acesso e produção de alimentos na cidade de Petrópolis (RJ)*. 2023. 252 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2023.

SANTOS, Kairo da Silva; ANTUNES, Fernando de Souza; FERNANDES, Manoel do Couto. Os rio, a cidade e o mapa como objeto de análise da dinâmica da paisagem. *Mercator (Fortaleza)*, v. 18, p. e18021, 2019.

SANTOS, Milton. *Metamorfoses do espaço habitado*. São Paulo: Hucitec, 1988.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. Companhia das Letras, 2020.

SHIVA, Vandana. Masculinização da terra-mãe. In: MIES, Maria; SHIVA, Vandana. *Ecofeminismo*. Belo Horizonte: Editora Luas, 2021.

SILVA, André Luís Paiva. *Todo poder às pessoas: a pedagogia urbana na recuperação de Petrópolis*. Petrópolis, 2022. Trabalho de conclusão de curso (graduação em arquitetura e urbanismo) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro / Escola Superior de Desenho Industrial. Disponível em: https://drive.google.com/drive/folders/1YS1Inr8Bz2DgJKRUjFY1_eOxWyH9c9oq?usp=share_link. Acesso em: 01 ago 2023.

SILVA, Tamara Magalhães da; CAMELLO, Thereza Cristina Ferreira; ALMEIDA, Josimar Ribeiro de. Impactos ambientais hidrológicos ocasionados pelo desflorestamento metropolitano: Petrópolis, RJ. *Revista Sustinere*, v. 3, n. 1, p. 53-64, 2015.

SOUZA, Rafael Nascimento de. Casal que morreu em novo deslizamento no Morro da Oficina foi avisado que deveria deixar a casa, mas só tirou os netos. *O Globo*, 21 mar 2022. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/casal-que-morreu-em-novo-deslizamento-no-morro-da-oficina-foi-avisado-que-deveria-deixar-casa-mas-so-tirou-os-netos-25441923>. Acesso em: 01 mar 2024.

STEFFEN, Will; GRINEVALD, Jacques; CRUTZEN, Paul; MCNEILL, John. The Anthropocene: conceptual and historical perspectives. *Philosophical Transactions of the Royal Society A: Mathematical, Physical and Engineering Sciences*, v. 369, n. 1938, p. 842-867, 2011.

STEFFEN, Will; CRUTZEN, Paul J.; MCNEILL, John R. *The Anthropocene: Are Humans Now Overwhelming the Great Forces of Nature?*(2007). The Globalization and Environment Reader, p. 27, 2016.

TAULOIS, A. E. Estudo Histórico. *Instituto Municipal de Cultura e Esportes*, s. d. Disponível em: <http://www.petropolis.rj.gov.br/fct/index.php/petropolis/historia>. Acesso em: 15 abr 2020.

TRIBUNA DE PETRÓPOLIS. CPTrans começa a sinalizar a ciclorrota no Centro da cidade. *Tribuna de Petrópolis*, 13 ago 2020. Disponível em: <https://www.facebook.com/TribunadePetropolis/posts/>

EXPEDICIONÁRIOS EM PAISAGEM MULTIESPÉCIE

EXPEDITIONARIES IN MULTISPECIES LANDSCAPE

Everton Jubini de Merícia¹ e Frederico Canuto²

Resumo

A partir de uma expedição dos autores às comunidades na sub-bacia do rio Gualaxo do Norte afetadas pelo rompimento da barragem de rejeitos da mineradora Samarco em Mariana/ MG em 2015, bem como dos produtos audiovisuais que têm sido produzidos sobre este acontecimento, procuramos discutir de que forma as espécies se transformam e juntas criam condições de habitabilidade em paisagens arruinadas pela mineração. Sob uma abordagem multiespecífica proposta pela antropóloga Anna Tsing, na qual o humano é deslocado do centro narrativo, arranjos entre seres e entidades podem ser observados através do rastro de suas atividades registrado em conversas, fotografias, filmes, jornais, exposições e documentos técnicos. A combinação de tais práticas de conhecimento nos impele a entrever desde o compartilhamento de modos e tecnologias de sobrevivência à catástrofe entre diversas espécies até a composição de uma geografia global da mineração para além de um extrativismo antropocentrado. Palavras-chave: multiespécie, mineração, barragem de rejeitos, desastre.

Abstract

From an expedition by the authors to communities in the Gualaxo do Norte river sub-basin affected by the collapse of the Samarco mining company's tailings dam in Mariana/ MG in 2015, as well as the audiovisual products that have been produced about this event, we seek to discuss how species transform themselves and together create habitable conditions in landscapes ruined by mining. Under a multispecific approach proposed by anthropologist Anna Tsing, in which the human is displaced from the narrative center, arrangements between beings and entities can be observed through the trace of their activities recorded in conversations, photographs, movies, newspapers, exhibitions and technical reports. The combination of such knowledge practices arouse us to find out from the sharing of ways and technologies of survival to catastrophe among different species to the composition of a global mining geography beyond anthropocentric extractivism.

Keywords: multispecies, mining, tailing dam, disaster.

¹ Arquiteto e urbanista (FAU-UFRJ), mestre em engenharia ambiental (ProAmb - UFOP) e doutorando em arquitetura e urbanismo (NPGAU - UFMG). Trabalhou em assessoria técnica independente aos atingidos pela mineração em Minas Gerais e atua com planejamento urbano em nível municipal.

² Arquiteto e urbanista, doutor em Poéticas da Modernidade, atualmente é professor Adjunto na Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais no Departamento de Urbanismo.

Prolegômenos de uma Expedição

Em 5 de novembro de 2015 partira cerca de 45 milhões de metros cúbicos de lama de rejeitos de minério de ferro da barragem de Fundão, percorrendo por volta de 600 Km na bacia do rio Doce até chegar a sua foz, na vila Regência Augusta em Linhares, no Espírito Santo. Houve o registro imediato de 19 mortes humanas, entre trabalhadores da mineradora Samarco e moradores de Bento Rodrigues, primeiro subdistrito do município de Mariana/ MG atingido. Desta data em diante, milhares de pessoas foram obrigadas a lidar com uma série de perdas e danos, em sua maioria constituídos através da dinâmica fluvial dos rios e córregos da bacia hidrográfica.

Um laudo produzido pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) logo após o crime informa que, possivelmente, foram atingidas diversas espécies de anfíbios, lagartos, serpentes e quelônios aquáticos, além de aves, mamíferos e peixes que, preocupantemente, há dezenas que se encontram ameaçadas de extinção. O documento ainda aponta a destruição de milhares de hectares de mata nativa existentes em Unidades de Conservação, onde constatou-se o soterramento de árvores de espécies também consideradas ameaçadas de extinção, como o jacarandá-cabiúna, a braúna e o palmito.

Considerado material inerte e sem matéria orgânica, o rejeito pode alterar as características do solo provocando desestruturação química e alteração do pH. O IBAMA (2015) afirma que esta alteração dificultará a recuperação e o desenvolvimento de espécies que ali viviam modificando, a médio e longo prazos, a vegetação local com o estabelecimento de ecossistemas diferentes dos originais, a depender da capacidade de resiliência dos indivíduos, ou seja, a capacidade que um ecossistema perturbado/degradado possui de retornar às suas características originais ou o mais próximo possível, sem intervenção humana.

Transcorridos oito anos desta catástrofe, seres humanos e não humanos foram submetidos aos ditames dos 42 programas de reparação e/ou compensação ambiental, econômica e social a serem implementados pela Fundação Renova³ até 2030. Entre as inúmeras contradições, descumprimentos de acordo e violências que caracterizam o *modus operandi* das instituições associadas à atividade minerária, atuam, por contraste, movimentos sociais, associações de atingidos, assessorias técnicas independentes e promotorias de justiça que concentram seus esforços para uma reparação integral das pessoas atingidas.

Nestes entrelaçamentos entre pessoas, instituições, lama de rejeitos, terra, rios, plantas, solos e animais nos interessa observar ao redor o que restou à sombra do Antropoceno, período geológico atual marcado pela profunda intervenção humana na Terra decorrente do capitalismo moderno que, sob as narrativas do progresso, direciona o nosso olhar sempre para a frente. Isto significa que queremos chamar a atenção para a ideia de que habitar e viver neste mundo em ruínas serão sempre habilidades irrestritas aos humanos. É por isto que aqui ativamos o termo multiespécie cunhado pela antropóloga sino americana Anna Tsing (2022) enquanto “solução temporária para nos movermos além do excepcionalismo humano” dado às ações em torno do desastre ocasionado pelo rompimento da barragem de rejeitos de Fundão em Mariana.

³ A Fundação Renova é uma instituição de direito privado, sem fins lucrativos, criada no âmbito do Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC), assinado em 2 de março de 2016 pela Samarco, Vale, BHP Billiton e as instituições vinculadas à União e aos Governos dos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo. Tal entidade ficou responsável pela execução de todas as medidas de mitigação e compensação aos danos causados pelo rompimento da barragem de rejeitos à bacia do rio Doce.

Artes de Notar, modos de perceber

Entre março e julho de 2023 pesquisamos filmes e peças audiovisuais produzidos sobre o rompimento da barragem de Fundão, em Mariana, em 2015. Pesquisamos desde canais de notícias independentes vinculadas às organizações ambientais até curtas, mídia e longa metragens produzidos sobre o mesmo. No canal de *Youtube* do *Jornal A Sirene*, assim como nos vídeos na plataforma *Beiras*, que reúne filmes feitos nas margens dos rios, riachos e veredas que compõem a Rede Hidrográfica do Velho Chico, acessamos filmes como *Rio de Lama*, *Bento* e *Vozes de Paracatu*, no qual vimos um aprofundamento das vozes que sofrem com o rompimento; em filmes como *Lavra*, *Subsolos* e *Navios de Terra* temos cineastas engajados em ampliar o escopo de análise do fenômeno da mineração para além de uma narrativa localizada em Minas Gerais ou mesmo no Brasil, dando uma dimensão geopolítica a questão. Nestas imagens conseguimos acessar narrativas dos atingidos, mas também vidas de comunidades tradicionais e povos originários diretamente afetados por todo acontecimento, assim como compreender as relações geopolíticas planetárias com que tais extrativismos inserem o Brasil.

Em setembro de 2023, quase oito anos após o rompimento da barragem, retornamos à sub-bacia hidrográfica do rio Gualaxo do Norte, ponto zero do mar de lama que depois se esparramou por toda bacia do rio Doce. Em uma expedição de cinco dias, percorremos subdistritos diretamente afetados, como Paracatu de Baixo e Bento Rodrigues, onde os resíduos de minério despejados destruiu casas, matou animais, alterou economias agrícolas, produziu novos sujeitos individuais e coletivos e novos lugares. Indiretamente, em locais como Pedras, acima da várzea por onde o rio de lama passou, os impactos não estão a olhos vistos, mas são sentidos nas conversas, impostos juridicamente nos aliciamentos empresariais, criados nas adaptações cotidianas, feitos nos replantios.

Um dos autores atuou como assessor técnico aos atingidos em Mariana, contratado pela instituição Cáritas Brasileira. Entre os anos de 2018 e 2019 trabalhou na formulação e aplicação da Cartografia Social Familiar junto às vítimas, que eram estimuladas a lembrar e orientadas a representar, por meio de mapas e plantas manualmente desenhados, os terrenos, edificações, benfeitorias e os “recursos naturais” como forma de ampliar o diagnóstico de perdas e danos materiais e atividades econômicas. Ainda realizou a Vistoria Técnica aos terrenos considerados atingidos, com a presença das famílias e da Fundação Renova, no sentido de caracterizar e quantificar o que fosse possível a partir das declarações das pessoas realizadas em etapas anteriores, como a da cartografia.

Além do levantamento de inúmeras informações por tais ferramentas, depois transformadas em dados para um cartesiano sistema de reparação, o cotidiano dos encontros em oficinas de mapeamento e dos deslocamentos nos territórios era marcado por protocolos que delimitavam o que, como e com quem falar, escutar, ver e por onde andar. Essas condições desdobraram-se em tipos de relações e aproximações com atingidos, paisagens e instituições caracterizadas por conflitos, acordos, disputas e alianças que permeiam e tensionam os espaços de justiça ainda exclusivamente centrada nos humanos.

Retornar a este ambiente em 2023 foi acessar territórios sob outros protocolos, como a entrada a Bento Rodrigues original autorizada pela Defesa Civil de Mariana ou o acesso proibido pela Fundação Renova ao reassentamento da comunidade no novo Bento. Mas, ao mesmo tempo, foi a possibilidade de encontrar, sem um roteiro previamente determinado e com outros sentidos aguçados, histórias de pessoas, animais, plantas e rios que vivem no local ou que pretendem retornar, mas que resguardam a memória do

desastre, mesmo que suas marcas hoje não sejam visíveis como em 2018.

O outro autor conheceu pela primeira vez o território invadido pela lama depois de uma longa pesquisa a partir das imagens divulgadas nas redes sociais, filmes e ensaios audiovisuais produzidos por cineastas, movimentos sociais, jornais entre outros nos últimos oito anos. Morador do estado de Minas Gerais, acompanha há muito a depredação e escavação das montanhas de minério por mineradoras, especialmente após a privatização da empresa Vale do Rio Doce, até então estatal em fins dos anos 1990's. Com tal movimento de retirada do controle da empresa das mãos do estado, a atividade vive uma explosão de oportunidades abertas pelo estado calcadas na transformação de montanhas em buracos de escavação minerária e florestas, em eucaliptos para a indústria de aço, que se utiliza bastante do minério de ferro.

Assim, este texto de caráter ensaístico é uma expedição pelas imagens-pensamento produzidas nesses encontros com a terra revirada. Tal movimento é feito em sincronidade com a cartografia que Anna Tsing faz do cogumelo matsutake no seu livro mais famoso *O cogumelo no fim do mundo* (2022) que nada mais é do que um esforço visto em outras obras suas (seja no livro colaborativo *Arts of Living in a damaged world* ou no site / plataforma *Feral Atlas*, por exemplo) de entender como o mundo apropriado e danificado pela Modernidade e colonialidade - modos de operação exemplarmente destruidores - se produz. Neste livro, é através do matsutake que a antropóloga descobre circuitos comerciais solidários menores, cadeias de produção, florestas, histórias de imigração, racismos a partir de uma observação atenta desse fungo e a maneira como é manejado tanto local como globalmente num período histórico.

No caso da expedição ao local, interessou-nos ao longo dos dias conversar com moradores da região, trabalhadores que se deslocam cotidianamente ou que habitam os locais, representantes de movimentos sociais, conhecidos anteriormente, em 2015, assim como observar o que atualmente cresce no local em termos de flora e quais animais ainda habitam a região. Nesse entrelaçamento entre espécies em um lugar ainda coberto de lama, percebemos insistências, invenções e luta pela terra. Na expedição pelas imagens interessou-nos, a partir de filmes, construir uma história da atividade, revendo o extrativismo mineral não apenas no momento de ganho de visibilidade midiática devido a um rompimento de barragem, mas como negócio que atravessa, acompanha e catalisa a modernização brasileira e a divisão internacional do trabalho colonialista.

Aliados

Entre dias marcados por longa estiagem, seguimos pela principal via de Paracatu de Baixo, uma estrada de terra que se estende por boa parte da sub-bacia do rio Gualaxo do Norte. De um lado, uma capineira cultivada sobre uma área que dizem ser de preservação permanente do rio (APP). Do outro, uma casa com paredes de tijolo aparente pousa sobre o terreno sem tocar o chão, sustentada por uma estrutura de madeira que indica não ter sido abalada pela enchente de lama de rejeitos. Com pouca vegetação ao redor, percebemos alguma atividade em curso naquele lugar. Nos aproximamos e tão logo fomos recebidos por João, trabalhador rural contratado pelo proprietário do sítio para cuidar das plantações e da criação animal que ali ainda existe.



Irrompeu o tempo da conversa a caminhada sincronizada e enfileirada dos bois, vacas e suas crias. Sem que ninguém os direcionasse, seguiram pelo canto da estrada, atravessaram a tronqueira em direção ao curral e lá se alojaram em uma área descoberta. Uns se deitaram, outros permaneceram em pé, mas acompanhavam com olhos atentos os nossos passos, os gestos e as falas de João sobre o que estava diante de nós.

O capim é plantado na APP, em sulcos abertos sobre o solo empobrecido e compactado pelo rejeito e outras substâncias potencialmente tóxicas. Junto às sementes, aplica-se esterco bovino da própria criação e, apenas desta forma, as plantas conseguem se desenvolver fixando os nutrientes dissolvidos e infiltrados sob o solo com a ajuda da água das chuvas ou da umidade do solo promovida pela dinâmica fluvial. Mesmo que durante o período chuvoso a terra seja recontaminada com o retorno das substâncias à superfície das águas, naquele instante a planície inundável do rio mostrava os capins plantados em diferentes estágios de crescimento que dali são colhidos e retornam ao curral na forma de alimento para o gado. Das vacas, João retira o leite que, em um pequeno cômodo, produz queijos comercializados nos subdistritos próximos.

O cercamento das APPs e o plantio de gramíneas e leguminosas de rápido crescimento, com o intuito de reduzir a erosão e o transporte de sedimentos para o rio, é uma etapa inicial do Programa de Revegetação da mata nativa nestas áreas, a partir de uma parceria entre a Fundação Renova e os proprietários rurais atingidos. Contudo, não se sabe qual a possibilidade de manejo destas áreas para outros fins que não apenas a recuperação florestal. Nos indagamos a respeito da contaminação por metais pesados que se estende dos locais onde há depósito de rejeitos para uma cadeia produtiva de alimentos nas localidades atingidas que envolve plantações, animais e pessoas. Afinal, constantemente moradores e produtores da região relatam o crescimento anômalo de bananeiras ou uma coloração incomum das espigas de milho colhidas em plantações onde há rejeito, além da alta concentração de Mercúrio, Arsênio, Selênio, Cromo, Manganês e outros metais em espécies de peixes, plantas e microrganismos.

Figura 1 - Criação bovina em Paracatu de Baixo. Fonte: Elaboração própria.



Aqui podemos pensar a contaminação como processo através do qual as espécies – humano, animal, vegetal – transformam-se a partir do encontro mobilizado pela lama de rejeitos. Não estamos a falar necessariamente da introdução de agentes indesejados e do efeito nocivo dado por sua interação, química ou biológica, com os demais viventes nesta paisagem perturbada, mas do compartilhamento das formas de agir de cada espécie enquanto mecanismo, intencional ou não, de sobrevivência à precariedade produzida pela catástrofe, em consonância às reflexões de Anna Tsing (2022). E, se para viver ou morrer bem com todas as espécies pode ser uma resposta aguerrida aos imperativos do Antropos e do Capital em uma terra arrasada, sempre precisaremos uns dos outros em colaborações, nos diz Donna Haraway (2023, p.11). O indivíduo autossuficiente não é transformado pelos encontros, porém. É uma unidade de análise construída pela moderna ciência que tornou a economia e a ecologia propícias para os algoritmos do progresso-como-expansão (Tsing, 2022, p.75).

Entendemos que o compartilhamento entre espécies como forma de sobrevivência colaborativa não diz respeito às relações de troca, de um objeto pelo outro. Bispo dos Santos (2023, p. 36) nos ensina que no compartilhamento temos “uma ação por outra ação, um gesto por outro gesto, um afeto por outro afeto. E afetos não se trocam, se compartilham. Quando me relaciono com afeto com alguém, recebo uma recíproca desse afeto. O afeto vai e vem”. Uma árvore pode nos acolher em inúmeras circunstâncias, assim como os animais nos dão sinais sobre riscos por onde andamos. Há poucos anos, num encontro com atingidos, uma pessoa disse ter sido salva presa à cauda de uma vaca que, ao perceber a chegada da lama de rejeitos antes de qualquer humano, correu em velocidade tal para que não fossem alcançados pela avalanche. De fato, somos seres compartilhantes.

Figura 2 - Plantio de capim na Área de Preservação Permanente do rio Gualaxo do Norte. Fonte: Elaboração própria.

Assim como muitos trabalhadores rurais que ainda residem em áreas atingidas na sub-bacia do rio Gualaxo do Norte, João não compõe o universo de pessoas inseridas em um sistema integral de reparação pelas perdas e danos, que inclui a indenização e/ou o reassentamento para as situações em que as pessoas foram compulsoriamente removidas de suas respectivas moradias. Se não lhe foi oferecido algum ressarcimento pela fragmentação das relações de trabalho em escala regional em decorrência do desastre, ainda que com valores irrisórios, restou-lhe talvez como única fonte de renda o exercício de seu ofício na produção agrícola e animal. Num cenário em que se destaca a defesa por interesses individuais articulados pelas mineradoras, pensar que animais e plantas podem colaborar e trabalhar juntos aos humanos exige esforços para descrever o que não é dito ou visto.

Vinciane Despret (2021, p. 257) abre um dos capítulos de seu livro com a seguinte pergunta: “os animais trabalham?”. A resposta parece óbvia no que diz respeito, por exemplo, ao transporte de mercadorias realizado por bois que, especialmente na sub-bacia do rio Gualaxo do Norte, foi fundamental para a formação dos primeiros povoados a partir do século XVII, hoje parte da zona rural do município de Mariana. Apesar da inexpressividade da extração aurífera em comparação à sede municipal e à Ouro Preto, esta região aprimorou-se na produção manufatureira, agrícola e pecuária, responsável por abastecer a população residente na área urbana e os próprios proprietários de terras e seus escravizados.

Este modelo possibilitou que durante o século XVIII tais localidades se tornassem cada vez menos dependentes de seus principais fornecedores de alimentos vindos da Bahia e de São Paulo, além de se tornarem mais competitivas no mercado, mesmo diante da oferta de mercadorias contrabandeadas pelos caminhos e descaminhos do ouro que ligavam Salvador, São Paulo, Parati, Rio de Janeiro e a região central de Minas Gerais. Independente se pela Estrada Real ou pelas estradas vicinais clandestinas, o deslocamento da produção entre e a partir desses pequenos povoados ocorria através do trabalho dos bois.

Agora, esta é uma percepção complicada no caso do trabalho dos animais de produção, porque muitas vezes eles ocupam a posição de uma espécie de subproletariado obscuro, ultraflexível, explorável e destrutível à vontade. Em outras palavras, Despret (2021, p. 260) diz que o trabalho dos animais é “invisível, exceto em lugares de grandes maus-tratos de homens e animais”. Na produção industrial, em que estão distantes e privados de seu próprio mundo, humanos e animais estão implicados em um sistema de produção e competição, ou seja, eles são obrigados a fazer o seu trabalho, são punidos quando acham que estão burlando regras ou então são facilmente substituídos por outro da mesma espécie ou por um robô. Uma vaca é separada das outras quando deixa de produzir ou quando se machuca.

Ao trazer as observações de um estudo feito por Jocelyne Porcher dentro de um estábulo, Despret (2021, p.261) descreve que há um encadeamento de ações por parte das vacas que inclui momentos em que “elas devem tomar iniciativas, respeitar regras, colaborar com o criador e antecipar as ações dele para lhe permitir fazer o seu trabalho”. Por outro lado, na desobediência ou na recusa em executar o que lhe foi ordenado é que o trabalho dos animais torna-se visível. Justamente em situações que perturbam a ordem, seja na troca de turno do robô de ordenha, quando as vacas não abrem caminho para limpeza ou vão a um lugar diferente do solicitado, é que se começa a traduzir de um jeito diferente as situações em que tudo funciona, ou melhor, “é na má vontade que aparecem, por contraste, a vontade e a boa vontade”, diz Despret (2021, p. 263).

É claro que João, os bois e as vacas não estão inseridos em um sistema de exploração promovido pela indústria. Aliás, poderíamos até pensar, ao menos pelo curto espaço de tempo que permanecemos no curral, que estes animais fazem parte de uma criação que os tratam bem, o que torna ainda menos óbvio seu trabalho. As manobras de polidez que configuram a passagem dos animais de um espaço ao outro sem que sejam ordenados por alguém, além da interação social pacífica, perfazem um conjunto de gestos de colaboração com o trabalho de seu criador. De fato, não observamos nenhuma atitude inesperada dos animais, mas entendemos que há um investimento ativo por parte da criação no compartilhamento das condições de trabalho em um lugar onde as privações e a destituição de seus próprios mundos acontecem de outra forma.

João é um homem negro, que não foi efetivamente reconhecido como vítima do desastre, mas procura manter sua prática como trabalhador rural inscrita em um quadro de precarização da dinâmica laboral nos territórios atingidos, agravada pela redução da oferta de trabalho em fazendas e sítios parcialmente inundados pela lama. Muitos proprietários optaram pela venda de seus terrenos ou pelo serviço de recuperação e plantio em suas áreas, enquanto contrapartida ao dano causado pelas empresas, que prevê a contratação dos próprios funcionários da Fundação Renova ao invés da mão-de-obra local de pessoas atingidas. Quando são empregados, trabalhadores na mesma condição de João reviram o solo para plantio submetendo-se aos riscos de uma terra contaminada por substâncias tóxicas sem orientação e assistência de seus patrões e empresas.

Fora do curral, a criação bovina vive solta, por vezes se vê impedida de acessar a água do rio - ela também está contaminada - ou então não pode entrar nas mesmas áreas de pastagem de antes - elas foram cercadas pelas empresas. Outras coreografias no espaço degradado são necessárias, além da própria alimentação restrita aos capins que crescem entre rejeitos sem saber ao certo que metais foram absorvidos à sua estrutura genética. Talvez, em qualquer outra situação de estresse, uma vaca pararia de produzir leite, por exemplo, mas aqui há uma decisão deliberada dos animais em colaborar a partir do julgamento de vínculo que imputam ao trabalho.

Despret (2021, p.265) explica que o julgamento de vínculo não se refere ao trabalho realizado ou aos resultados da produção, mas aos meios de trabalho em que, reciprocamente, criador e seus animais podem se reconhecer, percebendo o trabalho como fonte de prazer e construção das próprias identidades. Imaginamos que o reconhecimento mútuo existente na relação de trabalho entre João e a criação bovina esteja num lugar em que ambos compartilham e se realizam juntos para sobreviver e, por que não, para criar e afirmar uma liberdade entre as ruínas de Paracatu de Baixo.

Se há ou não algum prazer envolvido neste tipo de realização, a liberdade a que nos referimos não diz sobre uma escolha racional dos indivíduos. Trata-se da “interação cultural aberta, cheia de conflitos potenciais e desentendimentos” comuns em atividades que estão simultaneamente dentro e fora do capitalismo, ou pericapitalistas, pois se produz sem a racionalização do trabalho e da matéria-prima, mas atribui-se valor e acumula-se capital dos produtos quando passam a fazer parte de uma cadeia alimentar capitalista, explica Tsing (2022). João escolhe com que frequência e em qual quantidade planta sobre os rejeitos na APP a alimentação das criações, também estabelece a quantidade de queijo produzido, afinal não se trata de uma produção em larga escala e os compradores nem sempre são os mesmos. Seleciona, ainda, em quais lugares fornecer seus produtos e como se deslocar entre caminhos monitorados pelas mineradoras e aqueles desconhecidos.



Figura 3 – Vista parcial de Bento Rodrigues alagada pelos diques S3 e S4. Fonte: Elaboração própria.

Ainda que pareça ambíguo, esta liberdade se distancia do efeito mortífero e destruidor de identidades produzido pelo sistema de reparação instituído pelas empresas, enquadrando e reduzindo a números pessoas atingidas e suas perdas, animais, plantas, rios e solos para, enfim, restituí-los financeiramente ou com suas tecnologias modernas. Sem falar no tratamento dado aos reassentamentos das famílias que perderam suas casas em breve obrigadas a arcar com os ônus de uma vida urbana, isolando-as em lotes murados, com pouca ou quase nenhuma possibilidade de plantar, criar animais e de compartilhar uma vida comum entre espécies.

A alienação que tal arranjo promove, enquanto movimento de arrancar as coisas de seu contexto de vida para se tornarem objetos até mesmo do discurso autopromocional das mineradoras para dizer que algo está sendo feito, muito se assemelha ao trabalho de identificar, definir e nomear espécies que pretensamente se propõe universal. As espécies são definidas pelo seu sequenciamento de DNA e as fronteiras entre elas são estabelecidas pela incapacidade dos indivíduos de diferentes lados cruzar e produzir descendentes férteis, explica Tsing (2022, p.335). No entanto, a autora sugere que pensemos este sistema de classificação como algo completamente inventado pois, a exemplo dos fungos, há inúmeras formas de se reproduzir que variam conforme o tempo e o ambiente, havendo ou não troca de material genético, o que torna tais fronteiras algo sempre flexível.

Desconsiderar a natureza cambiante das espécies não parece útil para aqui contar histórias de vidas possíveis que brotam sobre paisagens soterradas pela lama de rejeitos. Muito pelo contrário, é diante da impossibilidade de ser autônomo nestas circunstâncias que indivíduos se transformam a si e aos outros, no interior de suas espécies e entre espécies, enquanto gesto de sobrevivência colaborativa. E, se desta paisagem de extermínio produzida pela mineração emergem novas colaborações, a contaminação que delas decorre produz uma diversidade que deve ser observada e compreendida, não apenas contabilizada, categorizada e nomeada, mas em seu processo de devir-com reciprocamente.



Invasoras, ruderais ou ferais

Tomamos um caminho alternativo aquele mais seguro para chegar a Bento Rodrigues, pois o acesso a esta via ocorre por dentro das obras de reassentamento da comunidade e, desta forma, tem passagem controlada pela Fundação Renova onde apenas pessoas atingidas e trabalhadoras no local são autorizadas a entrar. Nos deslocamos, assim, por estradas que ora pareciam ter sido abandonadas, ora pareciam estar dentro de uma mina em atividade, com a passagem constante de caminhões pipa para reduzir as partículas sólidas suspensas no ar decorrentes da intensa travessia de máquinas a serviço da mineração.

Na estrada encontramos Emanuel, um dos moradores que retorna quase diariamente à localidade para manejar a criação bovina que mantém solta no entorno do subdistrito. No instante em que o atingido aponta para um vale próximo ao rio onde o gado pasteja, uma explosão interrompe nossa conversa retirando o silêncio da paisagem que nos circunda. Mais uma mina foi aberta com explosivos em Fábrica Nova, empreendimento de propriedade da Vale a poucos quilômetros de onde estávamos.

Emanuel explica que além do pleno funcionamento de todo o complexo minerário ao redor do subdistrito, está prevista a ampliação da atividade minerária na região, a partir da construção de um conjunto de estruturas e processos denominado Pilha de Disposição de Estéril e Rejeito Arenoso Eixo I (PDER-I), que inclui uma correia transportadora de rejeitos que atravessa a comunidade para ser depositado em outro local, como contrapartida à retomada da exploração mineral realizada pela Samarco, mesmo após o crime por ela causado em 2015. Seguimos.

Após autorizados pelos vigias, entramos efetivamente em Bento Rodrigues. Uma estrada de terra que liga a guarita ao vilarejo cruza uma grande área alagada por contenções, chamadas de diques S3 e S4, construídas para impedir a continuidade do escoamento de rejeitos a jusante do rio. Uma névoa de poeira avermelhada paira

Figura 4 – Casa em ruína em Bento Rodrigues. Fonte: Elaboração própria.

ao fundo, quase ao pé da encosta da Serra do Espinhaço, cabos de transmissão de energia elétrica cortam o céu para fazer a engrenagem da indústria mineral funcionar e o ruído incessante de tratores ditam a velocidade brutal com que se come a terra e emolduram os previsíveis efeitos do progresso.

Essa pequena comunidade esvaziada às pressas por seus habitantes parece desaparecer. De longe pouco se vê, a não ser um grande galpão construído sobre a capela de São Bento em restauração e a densa vegetação que encobre e ocupa as ruínas das demais construções. Percorrendo as vias onde retiraram os rejeitos, percebemos que esta vegetação é um emaranhado de espécies que também passou a ocupar o que anteriormente eram os quintais, pomares e hortas repletos de frutas, legumes e hortaliças de toda a sorte, além das plantas para ornamentar e curar. Ao mesmo tempo, observamos lugares onde a lama não passou com roupas limpas estendidas no varal e uma pequena criação de patos que parecem demarcar uma presença múltipla, além-humana, num gesto de resistência neste território ainda em disputa.

De acordo com o programa de recuperação ambiental⁴ das áreas atingidas pertencentes ao município de Mariana, o maciço vegetal que encontramos é de espécies plantadas pela Fundação Renova para estabilizar o rejeito, controlar processos erosivos e impedir que os contaminantes fossem novamente carregados para os cursos d'água. Replicando uma conhecida técnica de recuperação ambiental praticada em outras partes do Brasil, a empresa utilizou de forma conjugada sementes de gramíneas e leguminosas, herbáceas e arbustivas, de rápido crescimento para gerar biomassa, fixar nitrogênio e, assim, obter um novo substrato que pudesse conduzir a sucessão ecológica e/ou possibilitar o crescimento de espécies como a braquiária e o capim gordura, bastante comuns nas áreas de pastagens da sub-bacia do Gualaxo do Norte.

O atestado dado pela Fundação Renova (2018) é de que este plantio se trata de uma revegetação inicial, emergencial e temporária que gradativamente seria substituída através da regeneração natural das espécies nativas, da regeneração natural combinada com o plantio de espécies nativas ou apenas pelo replantio de espécies nativas em que poderia se observar uma resposta do ecossistema entre dois, quatro e seis anos. Pois bem, grande parte da área atingida na comunidade de Bento Rodrigues era formada por terrenos manejados com culturas para diversos fins, enquadrando-se, nos termos das empresas mineradoras, como áreas antropizadas.

Isto significa que há uma prioridade dada pelo programa de recuperação ambiental às formações florestais nativas, enquanto em Bento Rodrigues um manto vegetal se expande, atravessa frestas e penetra os alicerces da ruína das construções num gesto inquietante que não espera a poda prometida pela empresa. O conjugado de leguminosas das espécies chocalho-de-cascavel, guandu, pueraria, soja-perene, estilósante, tremoço branco, ervilhaca, pega-pega, trevo-branco, comichão, feijão-miúdo; e de gramíneas das espécies sorgo-forrageiro, aveia-preta, capim-vaqueiro e azevém segue adiante tomando de assalto a tão sonhada casa, agora ruína. Alguns ecólogos diriam que o fenômeno produzido pelo denso maciço vegetal é algo próprio de espécies invasoras cuja população, que não é natural de determinado ecossistema, se expande reduzindo a abundância ou deslocando espécies nativas, podendo alterar o funcionamento do ecossistema natural, levando a perda da biodiversidade (Costa; Durigan, 2010). Ainda que não haja um consenso sobre esta definição, parece que o

⁴ Programa 025 - Programa de Recuperação da Área Ambiental 1, nos municípios de Mariana, Barra Longa, Rio Doce e Santa Cruz do Escalvado, apresentado pela Renova em outubro de 2018 como parte das exigências do TTAC.

comportamento invasor é descrito como uma manifestação espontânea da vegetação sobre uma paisagem intocada.

Acontece que em Bento Rodrigues observamos a iminência de um outro ecossistema e de uma outra diversidade em um ambiente que há séculos é intensamente transformado pela presença humana, desde os povos originários que lá habitavam - os Guarachués - ao ciclo do ouro e à chegada da exploração de minério de ferro. Logo, pensamos tais mudanças pela ideia de uma paisagem de "perturbação lenta" proposta por Tsing (2019, p. 23) para designar ecossistemas antropogênicos como possibilidade de existência para outras formas de vida a partir de colaborações interespecíficas.

Sob esta proposição, poderíamos reconhecer a vegetação que cresce na localidade atingida como ruderal. A vegetação ruderal é um termo utilizado na ecologia para se referir aos organismos vegetais que se desenvolvem em ambientes degradados ou intensamente alterados pela ação antrópica. São plantas que geralmente crescem em ambientes urbanos, como em ruas, terrenos baldios, sobre muros e telhados, etc. (Lorenzi, 2000), onde verificam-se alterações na temperatura, na disponibilidade de água, na intensidade da radiação solar, devido ao sombreamento das construções, na alcalinidade do solo, em virtude da deposição de restos de construções, e no aumento do conteúdo de fosfato e nitrogênio, decorrente da presença de excrementos de animais e lixo (Carneiro; Irgang, 2005).

Por tal definição imaginamos que as áreas degradadas, onde as plantas ruderais crescem, dizem sobre um ambiente de escassez ou precariedade encerrado em si mesmo, ou melhor, como exceção ao modo de funcionamento do mundo. Tsing (2022) propõe pensar, porém, esta precariedade como condição dominante do nosso tempo, como estado de vulnerabilidade constante que nos encontramos uns aos outros. Afinal, o que é o Antropoceno senão a era da reprodução incessante das ruínas produzidas pelo capitalismo em escala planetária e em uma temporalidade geológica na qual todas as espécies estão implicadas?

Ora, vejamos que os nós que compõem a Rede Global de Produção (RGP) do minério de ferro são muitos e além do caráter localizado e situado da mina, envolvendo ainda minerodutos, estradas de ferro, siderúrgicas, eucaliptais, portos de importação e exportação, e tantas outras infraestruturas que fazem esta matéria-prima e os seus derivados circular ao redor do mundo. Da mesma maneira que as catástrofes decorrentes deste sistema exploratório não se restringem ao ponto de ruptura de uma barragem de rejeitos, mas se estendem de forma incalculável por territórios, atingindo todos os seres que neles habitam, com lama tóxica que escoar por rios e córregos alcançando, por vezes, os oceanos. Esta não é uma particularidade do crime causado em Mariana, ou em Brumadinho, mas se reproduz ao longo do tempo e em muitas partes do planeta. Para isto, não precisamos ir muito além da observação dos números. Entre 1960 e 2024 houve o registro de pelo menos 151 desastres envolvendo a ruptura de estruturas para contenção de rejeitos da mineração distribuídos nos cinco continentes, como mostra o levantamento feito pelo WISE (2024) através do *Uranium Project*⁵.

Se ao longo dos últimos 12.000 anos que fizeram parte do Holoceno os seres humanos contaram com os previstos efeitos benéficos da regeneração dos ecossistemas por eles perturbados, o Antropoceno marca uma diferença. Tsing (2019, p. 16) procura enfatizar que têm se tornado frequentes respostas inesperadas dos não humanos à expansão

⁵ O *World Information Service on Energy* (WISE) é uma organização coletiva e colaborativa que tem o intuito de apoiar e divulgar campanhas, projetos e ações internacionais como o *Uranium Project*, sediado na Alemanha, que acompanha os impactos da mineração e da produção de combustível nuclear na saúde e no meio ambiente.

das infraestruturas industriais e imperiais. Para descrever tal comportamento, a autora denomina como “feral” a maneira como estas outras vidas aproveitam das perturbações humanas para fazer suas próprias coisas de forma distinta daquela pretendida pelo *design* antrópico de transformação da terra, da água e do ar.

As “vidas ferias” que se inscrevem neste outro ecossistema em Bento Rodrigues nos mostram como são capazes de influenciar e serem influenciadas por outras espécies, o que não diz respeito necessariamente a uma convivência pacífica, como trabalhar juntas para tornar a vida possível ou simplesmente viver no mesmo lugar, mas também da possibilidade de uma espécie reprimir a outra, ou comê-la. Isto é algo próprio do funcionamento deste arranjo que Tsing (2022, p.68) chama de assembleia.

O emaranhado de leguminosas e gramíneas torna-se refúgio para a cobra que se aninha entre os escombros, para a bananeira que insiste em frutificar e para o cavalo que busca a sombra que se forma entre a casa derrubada e a vegetação que cresce. Ao mesmo tempo, estes vegetais podem se revelar potencialmente perigosos para outras espécies. O chocalho-de-cascavel, cientificamente conhecido como *Crotalaria spectabilis*, é uma leguminosa que pode intoxicar suínos, que são criações ainda bastante comuns na sub-bacia do rio Gualaxo do Norte, causando lesões nos rins, fígado, pulmão, estômago e coração (Souza; Hatayde; Bechara, 1997), além de perda de apetite, subdesenvolvimento, depressão, perda localizada de pêlos e distúrbios respiratórios (Torres *et al.*, 1997).

A despeito do ritmo unísono oferecido pelas monoculturas que povoam a Terra - agrícolas, minerárias, entre outras - as espécies conjuradas neste ecossistema da catástrofe em Mariana informam algo a respeito da criação de outros mundos, junto e além do humano, com seus próprios ritmos e trajetórias temporais diversos dos quais sabemos muito pouco. Sobre a carne da terra enlameada, a vida caminhante se encarrega de fazer ressurgir uma outra paisagem, com harmonias e dissonâncias entre seres os quais o humano nem sempre pode domesticar; enquanto sob o rastro da destruição, alcançamos ao menos a ideia de que ali dormem as múmias do museu do amanhã expostas como peças arqueológicas de um país que ergueu barragens sobre cadáveres.

Migrações de terra

Passando por Paracatu, chegamos a uma casa num entroncamento de vias: uma que leva ao cemitério, outra ao distrito de Pedras, outra à parte mais alta. Nesse entroncamento, percebemos o solo molhado apesar dos dias em que passamos pela região terem sido secos e abertos, com um sol inclemente. Descemos do carro e fomos até o portão de entrada da casa, a partir de onde vimos um bar, uma garagem, uma horta, galinheiro, jardim e finalmente, mais ao fundo e numa parte alta, uma casa com varanda generosa. Chamamos por alguém e uma mulher, da varanda, nos permitiu entrar.

Enquanto conversávamos com ela sobre o dia 05 de novembro de 2015, os motivos de nossa presença, o que ela perdeu e o que ela ganhou desde o rompimento da barragem, assim como negociávamos uma conversa mais longa que somente seria possível com o dono da casa, um barulho irrompia ao fundo. Não o suficiente para não nos permitir conversar, mas um constante e ininterrupto de uma máquina funcionando bem perto. Ao olhar para trás, escondido atrás de arbustos e no meio do jardim que circunda a casa, lá estava uma caixa branca com antenas no topo e saídas de ar das laterais. Contra a bucolidade da paisagem e da cena da casa envolta por hortas, animais e árvores, uma máquina cercada por uma tela de aço e posta numa base de concreto.



A moradora não sabia o que era ao certo e ao andar pelo terreno, vimos finalmente a placa “Rede Automática de Monitoramento da qualidade do Ar” ali colocada pela Fundação Renova.

Conforme visto no filme *Navios de Terra* (2017) da cineasta Simone Cortezão, resultado tanto de uma pesquisa pessoal a respeito da mineração no estado de Minas Gerais em que o longa metragem é o segundo de uma trilogia (*Subsolos* (2015) é o primeiro) assim como também de sua tese de doutorado intitulada *Terras remotas: as ficções da economia e as zonas de ressaca* (2017), o que está ali exposto em longos planos e paisagens abertas a partir de uma câmera que segue Rômulo, trabalhador da mineração, é o movimento de transporte de minério de ferro do Brasil para China. Montanhas de terra são transportadas de um país a outro, dado pelo aumento significativo de sua extração e valor nos últimos anos, uma vez que tal atividade via *commodities* ganhou centralidade na balança econômica brasileira de exportações.

Ao retirar o minério e levá-lo a outro país, num transporte de proporções geológicas (e por que não, antropocêntricas), tal movimento nos lembra como a terra deixou de ser sinônimo de enraizamento, identidade e pertencimento para se tornar materialidade. A terra deixou de ser elemento colado ao solo, afirmado com suas propriedades minerais e relações espirituais e passou a ser manipulado, deixando de ser certeza para se tornar *commodity* num trânsito econômico pelos mares do planeta. Semelhante discussão nos propõe o artista Francis Allys na obra *When Faith moves mountains* (2002), mas com outra agenda.

A obra é um filme que documenta um processo iniciado pelo artista belga a partir de um movimento da terra. Ao chamar centenas de moradores de uma região do Peru para mover por alguns centímetros uma certa quantidade de terra ao longo de uma cadeia de montanhas, ele afirma estar mudando de lugar os limites políticos do próprio país. Ainda que tal movimentação não seja passível de ser escrutinada pelos mais modernos meios de medição ou por drones ou por imagens de satélite do *Google Earth*™, esses

Figura 5 – Estação de monitoramento da qualidade do ar em Paracatu de Baixo. Fonte: Elaboração própria.

alguns centímetros de terra tornaram-se, como o artista revela em entrevista, uma história ou, usando os termos de Diana Taylor (2013) sobre performance e memória na América Latina, um novo roteiro pois performa uma linha de fuga dessa mesma história. Nessa empreitada, a terra que deveria ser elemento imutável torna-se manipulada num projeto contra hegemônico a favor de um saber que só se abre a partir daquele local e daquelas pessoas que viram, participaram e moveram terra.

Nas escavações de minérios que dependem de caminhões de transporte que atravessam cidades e distritos do interior da região da bacia do Gualaxo do Norte, as estradas não são asfaltadas porque com o rompimento da barragem em 2015, qualquer mudança nessa região torna-se visível aos olhos da mídia e justiça, ainda que os moradores desejem que o asfalto chegue como sinônimo de progresso uma vez que facilitaria movimentações pela região de Ouro Preto, Mariana e cidades mais próximas. Assim, o transporte incessante e constante de minério, terra, resíduos e tudo o mais por caminhões na região de Paracatu provoca um levante de poeira que precisa ser medido e controlado com caminhões-pipas que passam constantemente pelas estradas e despejam água. Para que tal controle ambiental da qualidade do ar seja feito, tais máquinas de medição da qualidade do ar descritas acima foram instaladas.

O que elas cartografam é justamente a terra sendo transportada de um ponto a outro, montanhas que se movem sem sair do lugar, limites geográficos que são atravessados por caminhões, alterando paisagens conhecidas por gerações. Os caminhões transportando de um lado a outro minério, rejeitos e terra dizem de um fenômeno situado que é uma geografia de poder da terra para além da terra como valor de troca em termos de Marx de meados do século XIX. A terra que tem valor hoje é aquela que se move pelos mares.

Referências

BISPO DOS SANTOS, Antônio. *A terra dá, a terra quer*. São Paulo: Ubu Editora/PISEAGRAMA, 2023.

CARNEIRO, Andréia Maranhão; IRGANG, Bruno Edgar. Origem e distribuição geográfica das espécies ruderais da Vila de Santo Amaro, General Câmara, Rio Grande do Sul. *IHERINGIA*, Sér. Bot., Porto Alegre, v. 60, n. 2, p. 175-188, 2005.

COSTA, José Nicola Martorano Neves; DURIGAN, Giselda. *Leucaena leucocephala* (Lam.) de Wit (Fabaceae): Invasora ou Ruderal? *Revista Árvore*, Viçosa, v. 34, n. 5, p. 825-833, 2010.

DESPRET, Vinciane. *O que diriam os animais?* São Paulo: Ubu Editora, 2021.

FREIRE, Simone Cortezão. *Terras remotas: as ficções da economia e as zonas de ressaca*. 2017. 176 f. Tese (Doutorado em Arte e Cultura Contemporânea). Programa de Pós-Graduação em Artes, Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

FUNDAÇÃO RENOVA. *PG-25 - Programa de Recuperação da Área Ambiental 1, nos municípios de Mariana, Barra Longa, Rio Doce e Santa Cruz do Escalvado*. Belo Horizonte, 2018.

HARAWAY, Donna. *Ficar com o problema: fazer parentes no Chthuluceno*. São Paulo: n-1 edições, 2023.

IBAMA. *Laudo Técnico Preliminar: impactos ambientais decorrentes do desastre envolvendo o rompimento da barragem de Fundão, em Mariana, Minas Gerais*. Brasília, DF, nov. 2015. Disponível em: <https://jornalismosocioambiental.files.wordpress.com/2016/01/laudo-preliminar-do-ibama-sobre-mariana.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2024.

com/2016/01/laudo-preliminar-do-ibama-sobre-mariana.pdf. Acesso em: 10 jan. 2024.

LORENZI, Harry. *Plantas daninhas do Brasil*. Nova Odessa: Instituto Plantarum, 2000.

NAVIOS de terra. Dirigido por Simone Cortezão Freire. Minas Gerais: Embaúba Filmes, 2017. Disponível em: <https://embaubaplay.com/catalogo/navios-de-terra/>. Acesso em: 10 jan. 2024.

SOUZA, Adriana Coelho; HATAYDE, Mário Roberto; BECHARA, Gervásio Henrique. Aspectos patológicos da intoxicação de suínos por sementes de *Crotalaria spectabilis* (Leguminosae). *Pesquisa Veterinária Brasileira*, v.17, n. 1, p. 12-18, 1997.

SUBSOLOS. Dirigido por Simone Cortezão Freire. Minas Gerais: Embaúba Filmes, 2015. Disponível em: <https://embaubaplay.com/catalogo/subsolos/>. Acesso em: 10 jan. 2024.

TAYLOR, Diana. *O arquivo e o repertório: performance e memória cultural nas Américas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

TORRES, Márcia Bersane Araújo de Medeiros; SALLES, Mônica Weissmann Seabra; HEADLEY, Selwyn Arlington; BARROS, Claudio Severo Lombardo. Intoxicação experimental por sementes de *Crotalaria spectabilis* (Leguminosae) em suínos. *Ciência rural*, Santa Maria, v. 27, n. 2, p. 307-312, 1997.

TSING, Anna Lowenhaupt. *O cogumelo do fim do mundo: sobre a possibilidade de vida nas ruínas do capitalismo*. São Paulo: n-1 edições, 2022.

TSING, Anna Lowenhaupt. *Viver nas ruínas: paisagens multiespécies no Antropoceno*. Brasília: IEB Mil Folhas, 2019.

WHEN faith moves mountains. Dirigido por Francis Alÿs. Lima, Peru, 2002. Disponível em: <https://francisalys.com/when-faith-moves-mountains/>. Acesso em: 10 jan. 2024.

WISE. *Chronology of major tailings dam failures*. Alemanha, 2024. Disponível em: <https://www.wise-uranium.org/mdaf.html>. Acesso em: 31 jan. 2024.

A DANÇA DAS EMBAÚBAS

Paisagens de um pós-apocalipse

THE DANCE OF THE EMBAÚBAS
A post-apocalypse landscape

Tuanne Monteiro de Carvalho¹ e Leandro Ferreira Marques²

Resumo

Qual o futuro de uma área devastada? O que brota nos escombros? O que sobrevive em meio às ruínas? Estas perguntas ecoam em nossos pensamentos enquanto exploramos caminhos teóricos para refletir sobre a desocupação compulsória de cinco bairros em Maceió-AL, devido a um processo contínuo de afundamento do solo provocado pela extração de minério. Ao desvelar fragmentos de habitabilidade no cenário apocalíptico implantado na cidade, encontramos nos textos de Anna Tsing (2019, 2014) pistas para uma múltipla e entrelaçada análise da paisagem, sem excluir as camadas perversas e destruidoras imbricadas ao conceito-chave do *Antropoceno*. Recorremos às descrições de nossas observações, fotografias e imagens de satélite para interpretação do fenômeno e consolidação das nossas reflexões. Imaginar paisagens para um *pós-antropoceno* nos instigou a reconhecer outros seres e relações atuantes neste espaço urbano em respectivo arruinamento e resistência, a traçar novos caminhos para pensar sobre a nossa história e o nosso futuro...

Palavras-chave: paisagem, desastre urbano-socioambiental, memória urbana, Maceió-AL.

Abstract

What is the future of a region devastated by land subsidence? What will emerge from the rubble? What will survive amidst the ruins? These questions were on our minds as we explored theoretical paths to reflect on the forced eviction of five neighborhoods in Maceió-AL caused by ore mining. Uncovering fragments of habitability in the apocalyptic scenario implemented in the city, we found clues in Anna Tsing's texts (2019, 2014) for a multiple and intertwined analysis, without excluding the perverse and destructive layers imbricated in the concept of the Anthropocene. We relied on observations, photographs, and satellite images to interpret the phenomenon and support our conclusions. Imagining landscapes for a post-Anthropocene has led to the recognition of other beings and relationships at work in this urban space, in the process of being ruined and resisted, and tracing other paths to think about our history and our future...

Keywords: landscape, urban-socioenvironmental disaster, urban memory, Maceió-AL.

¹ Arquiteta e Urbanista pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo FAU/UFAL (2017), tendo realizado graduação sanduíche na Savannah College of Art and Design, pelo CSF/CAPES (2014-2015). Mestre em Arquitetura e Urbanismo pelo PPGAU/UFAL (2021). Atualmente, Doutoranda em Urbanismo pelo PROURB/UFRJ é bolsista Capes/PRINT na modalidade doutorado sanduíche na Technische Universität Berlin (2023-2024). Ao refletir sobre temas como Paisagem, Memória Urbana e Direito à Cidade, é pesquisadora do Laboratório de Projetos Urbanos – LAPU/PROURB/UFRJ (2022) e do Laboratório de Interpretação de Núcleos Habitados – LIN.A/PPGAU/UFAL (2020). E-mail: tuanne.carvalho@fau.ufrj.br

² Arquiteto e Urbanista pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo FAU/UFAL (2022). Atualmente, mestrando em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal da Bahia, no qual é bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia e integrante do grupo de pesquisa ¡DALE! – Decolonizar a América Latina e seus Espaços. E-mail: leandromarques@ufba.br

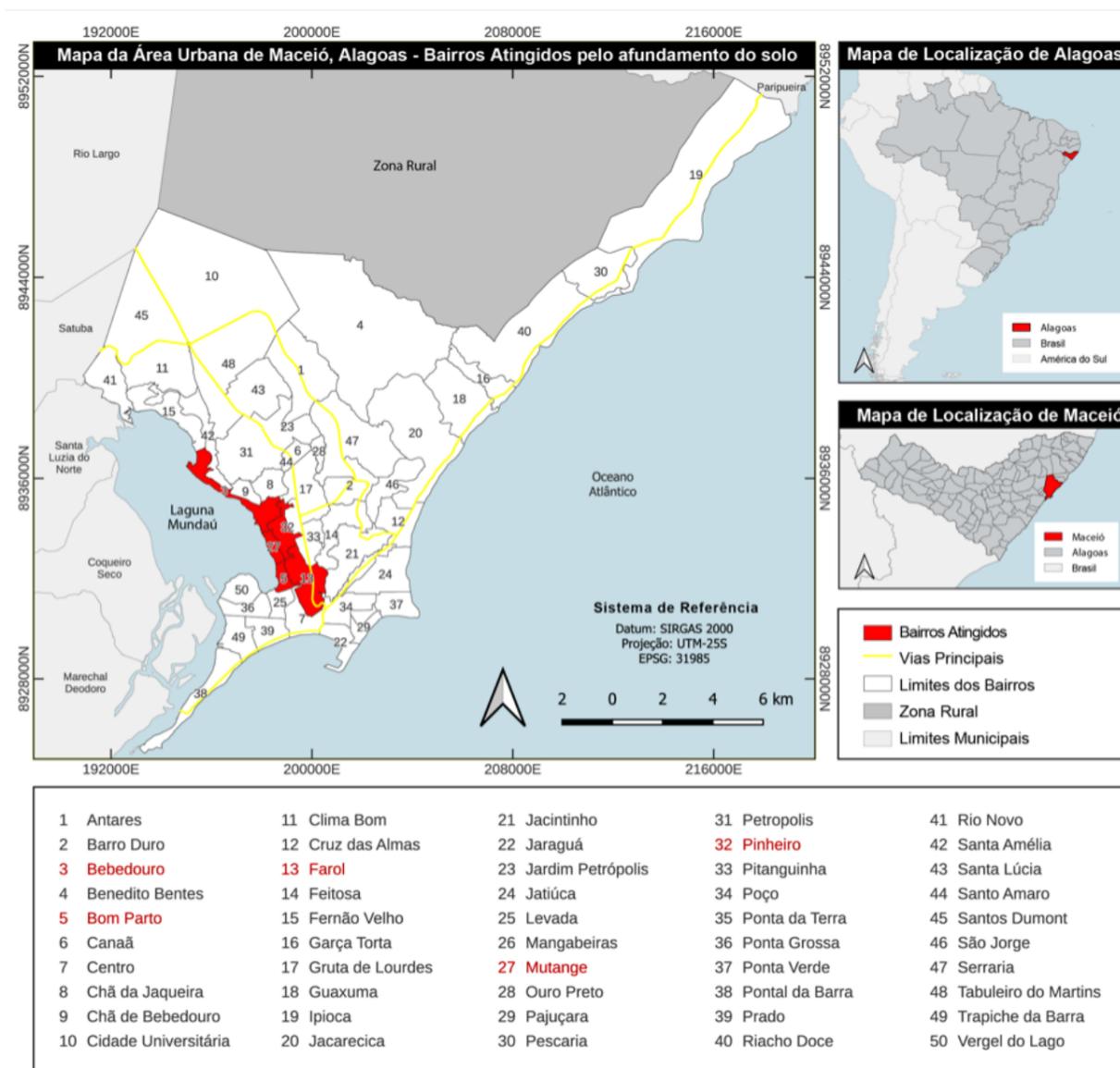


Introdução

Qual o futuro de uma área devastada? O que brota em meio aos escombros? O que sobrevive em meio às ruínas? Estas perguntas ecoam em nossos pensamentos enquanto liamos o livro *Viver nas ruínas: paisagens multiespécies no Antropoceno*, da antropóloga Anna Tsing (2019). Estávamos em busca de referências e caminhos teóricos para refletir sobre uma situação urbana sem precedentes que vem ocorrendo na cidade de Maceió-AL. Parte de cinco bairros vem sendo compulsoriamente evacuados devido a um processo contínuo de afundamento do solo, provocado pela extração de minério por mais de quatro décadas no subsolo da área urbana. Percorrer esses bairros ou, ao menos, os trechos em que ainda é permitido acessá-los, é caminhar entre ruínas, esqueletos de edificações, bairros fantasmas implantados bem no centro territorial da cidade. Possivelmente, as descrições sobre as paisagens que nos deparamos em Maceió, que aqui chamaremos de *paisagens apocalípticas*, não se afastam muito das *paisagens daninhas* descritas por Tsing (2019, p. 242), “o tipo de lugar que caracteriza o Antropoceno, nosso tempo de ruína industrial”.

Não pretendemos fazer uma *antropologia das ruínas*, somos arquitetos urbanistas debruçados sobre uma cidade latinoamericana, de maioria autodeclarada negra em um processo contínuo de afundamento do solo, o qual vem acentuando desigualdades latentes e enraizadas na dinâmica da urbe que, por sua vez, aponta para uma insistente produção de espaços por práticas de apagamentos (Guatelli, 2023). Por outro lado, nos encontramos próximos ao pensamento de Tsing (2019, 2014), quando somos convidados a enxergar nas paisagens fragmentos de habitabilidade, ainda que envoltos em cenários apocalípticos. Ao compreendermos a *Paisagem* como uma ferramenta de investigação analítica para (sobre)vivermos no *Antropoceno* e ao tentar “descortinar o potencial do design não intencional em paisagens antropogênicas” (Cardoso, 2019,

Figura 2 - Mapa de localização de Alagoas no Brasil, de Maceió/AL e dos bairros atingidos pelo afundamento do solo na área urbana de Maceió. Fonte: Falcão, 2024 (adaptado pelos autores, 2024).



p. 24). As observações e descrições críticas conduzidas por Tsing (2019, 2014) nos convidam a experimentar outras formas de pensar as paisagens, para uma múltipla e entrelaçada análise, sem excluir as camadas perversas e destruidoras imbricadas ao conceito-chave do *Antropoceno*. Por esse motivo, nos permitimos seguir pistas propostas pela antropóloga, tomamos seu texto (Tsing, 2019) como um guia para enxergar esse espaço urbano de uma outra maneira e, assim, tecer reflexões sobre a produção de imaginários e poéticas para além das cenas apocalípticas herdadas compulsoriamente de um *suposto crime*, pois até a data de construção deste ensaio a Empresa Petroquímica Braskem S. A. não foi oficialmente criminalizada pela crise urbano-socioambiental em curso. Aceitamos o seu convite, ou a *abertura da porta*, para embarcar em saltos imaginativos e, assim, vislumbrarmos *paisagens pós-antropoceno*.

Buscamos estruturar este ensaio conforme decorreu a sua elaboração, iniciamos por uma breve exposição da situação em curso em Maceió, em diálogo com as nossas primeiras impressões sobre a paisagem de *terra arrasada*, ou *paisagens apocalípticas*. Para refletir sobre tais perturbações, mobilizamos trabalhos e entrevistas concedidas por Anna Tsing, para pensar acerca da relação conflituosa entre apocalipse e utopia no contexto do *Antropoceno*. Nesse sentido, nos pareceu ser importante discutir o

que seriam *paisagens apocalípticas, utópicas e antropocênicas* para, então, delinear elucubrações acerca de um *pós-antropoceno*. Entrelaçamos ao texto reflexões de Anna Tsing (2019) para introduzir a segunda parte deste ensaio, que se dedica a nossa trajetória na descrição e reconhecimento de uma paisagem particular *implantada* no meio de Maceió. Recorremos ao conhecimento de Tsing (2019, p.123) para identificar sociabilidades mais que humanas e, assim, desdobrar novos ângulos para interpretar as paisagens. Além das descrições de nossas observações, utilizamos fotografias e imagens de satélite para auxiliar na interpretação do fenômeno e na consolidação de nossas interpretações. Narrar a *dança das embaúbas* nos conduziu a devanear sobre uma paisagem que resiste em um presente degenerado e de futuro incerto. Enquanto tentamos compreender as complexas tramas envolvendo o caso, neste ensaio, permitimos alentar a nossa imaginação pelas *paisagens multiespécies* (Tsing, 2019) visando contribuir com outras formas de registro, reflexão e exposição do que vem acontecendo com as paisagens de cinco bairros em Maceió.

Paisagens apocalípticas

Nos últimos seis anos, a cidade de Maceió, capital de Alagoas, estado do nordeste brasileiro (Fig. 01), e seus habitantes têm enfrentado um desastre urbano-socioambiental sem precedentes: parte de cinco bairros foram compulsoriamente esvaziados em razão da extração de sal no subsolo do município. Desde março de 2018, quando um terremoto de leve intensidade acelerou um processo de afundamento do solo e intensificou o aparecimento de fissuras em edificações e vias no bairro do Pinheiro, iniciaram a convocação de especialistas para realizar estudos na região. Em maio de 2019, um relatório técnico do Serviço Geológico do Brasil (CPRM) apontou que as atividades da empresa petroquímica Braskem, instalada no município na década de 1970, provocaram os tremores de terra que resultaram no afundamento do solo em curso (Brasil, 2019), cuja consequência foi a desocupação total do bairro Mutange e parte dos bairros de Bebedouro, Pinheiro, Bom Parto e Farol (Fig. 2). O afundamento do solo é um processo em curso e ainda não se sabe definir com precisão quando a área diretamente afetada irá se estabilizar. Até o momento, cerca de 60 mil pessoas tiveram que deixar as suas residências, uma área que abrange mais de 14 mil imóveis (Braskem, 2024). Escolas, creches, hospitais, clínicas, igrejas, diversas instituições públicas e privadas, centenas de estabelecimentos comerciais de pequeno e médio porte tiveram que fechar as portas e, em alguns casos, encerrar definitivamente as suas atividades.

O poder público municipal, estadual e federal vem fazendo negociações e acordos com a empresa responsável pelo *suposto crime* desde 2020 a fim de obter compensações para os prejuízos catastróficos deixados para a cidade e seus habitantes, não se pode excluir o alto custo para compensar os danos ambientais, culturais, sociais, assim como, a infraestrutura e os serviços públicos que eram fornecidos nesses bairros e o atendimento adequado à população que se espalhou pelo município. Ao participarmos de audiência pública na Câmara Municipal de Maceió e das quatro escutas públicas organizadas pela empresa Diagonal — contratada pela Braskem para realizar *estudos sociais* para subsidiar discussões com o Ministério Público Estadual, Ministério Público Federal e Prefeitura Municipal de Maceió, sobre os possíveis projetos para ações compensatórias a serem implementadas —, todas ocorridas no mês de março de 2023, foi possível rascunhar uma compreensão acerca dos agentes e tensões envolvidas no processo e constatar a insatisfação da população diretamente afetada por meio de inúmeros depoimentos. Os desafios a serem enfrentados também se somam e refletem os problemas históricos da cidade, marcados por um crescimento urbano acelerado que induziu disparidades atreladas ao grande nível de desigualdade social na capital alagoana. Maceió é unidade federativa com o menor Índice de Desenvolvimento

Humano Municipal (IDHM) no Brasil de acordo com o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2022) e ainda destaca-se pelas grandes disparidades encontradas entre os IDHM: enquanto as áreas mais precárias pontuam 0,522, as mais estruturadas chegam a 0,956. Uma cidade marcada por desigualdades e conflitos aparentemente inegociáveis, que face ao afundamento do solo, se mostram mais latentes, catalisando vulnerabilidades num cenário de insegurança.

“As ruínas agora são os nossos jardins” Anna Tsing (2014, p. 87, tradução nossa) é categórica ao descrever o tempo em que vivemos. Para nós, jovens pesquisadores da cidade, para as milhares de pessoas que perderam suas casas, empregos, fontes de renda, relações de vizinhança, seu lugar no mundo... Para aqueles que passam desavisados pela cidade que segue afundando, a situação em curso em Maceió poderia ser facilmente apresentada como roteiro de ficção científica de um filme apocalíptico, mas não é. O caráter ficcional do termo apocalipse pode causar estranhamento, mas não nos é novidade. É apenas mais um caso de exploração extrema de recursos naturais por empresas transnacionais em detrimento às relações preexistentes e aos arranjos de habitabilidade em um determinado território. Tsing (2019, p. 23) também é contundente ao referenciar os impactos de proporções geológicas que as interferências humanas atuam nas dinâmicas ambientais do planeta: “Nosso tempo é o Antropoceno, a era da perturbação humana”.

Em uma entrevista concedida à Luz Gonçalves Brito (2021), Anna Tsing também reconhece que o termo Antropoceno apresenta falhas quanto a sua interpretação, a antropóloga conta que concorda com a posição de Donna Haraway sobre a necessidade de existirem mais palavras para discutir o que vivemos: “Capitaloceno, Plantationoceno, Chthuluceno — todas essas palavras” (Brito, 2021, p. 414). Por outro lado, ela indica que sustenta o uso do termo como uma ferramenta para manter o diálogo aberto com os demais campos, o que também lhe parece ser de extrema importância. “O Antropoceno oferece oportunidades ao mesmo tempo terríveis e maravilhosas para descrever o mundo de novos modos e sobre todos os novos envolvimento ao redor” (Tsing, 2019, p. 414). Para ela, o argumento de Bruno Latour sobre vivermos como se o fim da vida na terra da maneira como a conhecemos já tivesse chegado ao fim, é bastante corajoso. “Não devemos ter medo, ele argumenta, das acusações de sermos apocalípticos; **em vez disso, devemos usar o apocalipse como um tropo para aumentar nossa consciência**” (Tsing, 2019, p. 173, grifo nosso). A antropóloga sugere que é imprescindível que tenhamos esperança para provar o contrário do que Latour indica, mas que esta esperança não deve intervir na descrição dos terrores, no investigar as ruínas. “O Antropoceno verdadeiramente global é aquele em que todos nós já estamos mortos, em função da crise ambiental. O fato de vivermos fala fragmentos de habitabilidade entre novas formas de morte. O impasse conceitual, então, é o que temos que viver” (Tsing, 2019, p. 221).

Temos que viver, entre apocalipses, utopias e outras formas de habitabilidade. Tsing (2019, p. 227) argumenta que para os humanos prolongarem a *subsistência* na terra, precisam considerar a tarefa já realizada por muitos organismos, a ressurgência, ou seja, a reconstrução de paisagens habitáveis e assembleias multiespécies em meio às perturbações. Para a autora é imprescindível relacionar todos os tipos de seres na construção de histórias de paisagens, humanos e não humanos. Como podemos observar na plataforma digital *online* intitulada *Feral Atlas* (Tsing, et al., 2020), que apresenta de forma imagética, poética e potente histórias sobre o Antropoceno, a partir das relações imbricadas entre entidades não humanas e composições de infraestruturas humanas. Atualmente, a plataforma conta com setenta e nove relatórios de pesquisadores de diversos campos, onde reconhecem e demonstram ecologias que foram se formando a partir das infraestruturas construídas pelos homens, mas que se espalharam, expandiram e saíram do controle humano.



Figura 3 - Conjunto de imagens da dos bairros afetados, feitas em visita no dia 17 de agosto de 2023. As figuras sofreram alterações em sua saturação para destacar apenas o verde da vegetação que desponta em meio às ruínas. Fonte: Acervo dos autores, 2023.

Nenhuma dessas pessoas ou histórias, no entanto, conta a história do Antropoceno como um todo. Em vez disso, argumentamos que uma maneira de entender melhor o que está acontecendo ao nosso redor é contar *histórias granulares* dos efeitos selvagens do Antropoceno, entendido como um fenômeno espacial e temporal. Acreditamos que isso atenderia melhor às questões de justiça social, por um lado – a distribuição desigual de recursos e as formas de violência ao nosso redor – e, por outro, os fenômenos naturais relevantes para as ciências naturais que estão surgindo ao nosso redor. (Tsing; Bazzul, 2022, p. 310, tradução nossa).

As pragas que proliferam no antropoceno, ou as assembleias daninhas, conformam a *paisagem* como um objeto de investigação no qual a heterogeneidade demonstra outros *projetos de fazer mundo*. “Assim também podemos enfrentar um desafio analítico central do pensamento sobre o Antropoceno: como combinar paisagem e história para que a diferença e possibilidade permaneçam à vista” (Tsing, 2019, p. 265). Então retornamos às nossas inquietações, apesar da destruição, o que brota em meio às ruínas? Se há uma perturbação implantada pela Braskem, uma empresa transnacional, que explorou e lucrou com a extração de sal-gema, gerando enormes crateras no subsolo de uma área urbana, fazendo a superfície de parte de cinco bairros afundar continuamente e a expulsão de milhares de pessoas de suas residências; deve haver também uma *paisagem daninha*, simbioses, coordenações e histórias em meio à perturbação da área diretamente pelo *suposto crime* urbano-socioambiental. O nosso salto imaginativo é pensar que para além das descrições de uma *paisagem apocalíptica*, conseguimos enxergar outras formas de habitabilidades e ressurgências no desastre em curso... Antes que as diversas camadas de vida, histórias, fragmentos do que restou e também daquilo brotou em uma paisagem arruinada venham a ser dissolvidas e aterradas, como já ocorreu no bairro Mutange (Carvalho, T., 2023), nos disponibilizamos a observar a *dança das embaúbas* que se destacam em meio aos esqueletos das edificações nos bairros em afundamento na cidade de Maceió.

A dança das embaúbas

A desocupação total do bairro Mutange e parte dos bairros de Bebedouro, Pinheiro, Bom Parto e Farol modificou a paisagem. Com a remoção física compulsória dos moradores, frequentadores e o fechamento ou realocação de serviços, comércios, indústrias e instituições, a área atingida ficou marcada por um cenário de ruínas, de algo que já não é mais. Cascas de paredes mofadas com reboco soltando, pinturas desgastadas; pelas brechas das portas e janelas retiradas é possível ver os ambientes internos, ora vazios, ora com móveis deixados na correria das mudanças, mas sem mais pessoas, às vezes sem telhado. A marca de um lugar forçadamente abandonado e descaracterizado devido ao espólio feito por quem lá morava na tentativa de aproveitar peças antigas, seja por memória ou questões econômicas, desde louças, vasos sanitários, grades, janelas, portas, telhas, madeiras, até parte da própria alvenaria. Antes da remoção física compulsória, a área atingida já sofria com danos nos imóveis e suas ruas: trincas, rachaduras e fissuras surgiram e evoluíram devido ao ainda ativo processo de afundamento do solo. No meio dessas ruínas de casas rachadas, forçadamente abandonadas e descaracterizadas, surgem pequenas plantas, algumas árvores; pássaros cantam com mais frequência pela região; as ruas e calçadas cheias de folhas; nos edifícios, sem mais cobertas, sem mais esquadrias e sem parte das divisões internas, árvores despontam, bem como nas calçadas, em lugares que antes não existiam. Tomamos essa percepção enquanto moradores de Maceió e pesquisadores sobre o fenômeno que visitavam os bairros atingidos em diferentes épocas, seja pela curiosidade, pela dor, pela raiva ou por questões de pesquisa. Na



Figura 4 - Conjunto de imagens da embaúba em Neópolis, Sergipe. Fonte: CARVALHO, 2006.

construção dessa percepção, mais ainda com o pensar a escrita deste ensaio seguindo as pistas de Tsing (2019), fomos entendendo uma nova vida emergente nos bairros atingidos: a da flora, principalmente das embaúbas, despontando alto nas ruínas, mais avantajadas e amadurecidas, em busca de sol.

Em uma das visitas e passagens pelos bairros afetados, em 17 de agosto de 2023, realizamos uma série de registros despreziosos. Ao revisitar essas fotografias nos deparamos com o despontar das embaúbas em diversos dos registros (Fig. 03). Ao passo que as pessoas moradoras e frequentadoras dos bairros atingidos saíam de suas casas e da região demarcada para evacuação em vista do processo de afundamento do solo a área deixava de ser habitada. Com o passar do tempo percebe-se que esse lugar, não mais habitado pela presença humana, foi dominado por uma flora e uma fauna. Ao tentar pensar nas paisagens que emergiram dentro do apocalipse para além de uma figura antropocêntrica a partir de Tsing, vemos o despontar do verde dentro das ruínas e ficamos mais especificamente curiosos com as embaúbas. “Em meio a perturbações, simbioses, coordenações, histórias, as paisagens oferecem o inesperado” (Tsing, 2019, p.116). Nesse ímpeto investigativo, decidimos então nos debruçar sobre tal árvore. Recorremos à coleção de livros “Espécies Arbóreas Brasileiras” da Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) feita pelo pesquisador Paulo Ernani Ramalho Carvalho (2003; 2006; 2010) para falar sobre as embaúbas³. Dentre os cinco volumes, três falam de três espécies de embaúba, neles são apresentadas informações quanto a taxonomia, descrição, reprodução, ocorrência, aspectos ecológicos, clima, solos, biomas, utilização, dentre outros dados de 340 espécies arbóreas nativas do Brasil. As três espécies de embaúba compartilham características bem similares entre si já que fazem parte do mesmo gênero arbóreo (*Cecropia*).

A embaúba é uma árvore de médio a grande porte, faz parte do gênero *Cecropia* e é encontrada nos biomas da Mata Atlântica, Cerrado e Pantanal (Fig. 04). O termo embaúba vem do tupi *ambaíba*, que significa árvore oca, já *Cecropia* vem de *Cecrops*, “filho da Terra, meio homem e meio serpente ou da palavra grega que significa chamar, ecoar, referindo-se ao caule e ramos ocos de plantas desse gênero, usados na fabricação de instrumentos de sopro” (Carvalho, 2003, p. 451). O gênero *Cecropia* é bem variado, possui cerca de 100 espécies, dentre elas: a embaúba (*Cecropia pachystachya*); embaúba-prateada (*Cecropia hololeuca*); e embaúba-vermelha (*Cecropia glazioui*), todas encontradas no Brasil. As espécies têm algumas diferenças: enquanto umas medem entre 6 e 12 metros de altura, outras podem atingir até 25 metros na fase adulta. Por outro lado, elas têm diversas similaridades: os troncos são de perfil cilíndrico, retos, com anéis ao longo de seu comprimento, ocos e cheios de formigas do gênero *Azteca*; são perenifólias, ou seja, mantém sua folhagem durante todo o ano; tem copas pequenas e abertas com ramos horizontais; têm frutos em forma de cápsula elipsoidal, como espigas em formas de dedos, com grande quantidade de sementes e produzidos durante todo ano em abundância, eles são uma fonte de alimento de diversos animais; por conta disso, a dispersão dos frutos e sementes é zocórica, isto é, feita por animais.

Dentre as características da embaúba, queremos destacar sua importância enquanto espécie de árvore pioneira, atributo dado às primeiras vegetações a florescerem em um contexto de áreas perturbadas, seja por desmatamento, queimadas, poluição e/ou erosão, por exemplo. Seu crescimento é rápido, em cerca de 05 anos pode atingir entre 4 a 8 metros de altura, tendo sua maturidade em 10 anos. Ela também ocorre

³ A escrita da caracterização das embaúbas se referenciou nesses três volumes produzidos pelo mesmo autor e com informações alinhadas entre si (CARVALHO, 2003; 2006; 2010). A referência será posta apenas quando utilizada na forma de citação direta.

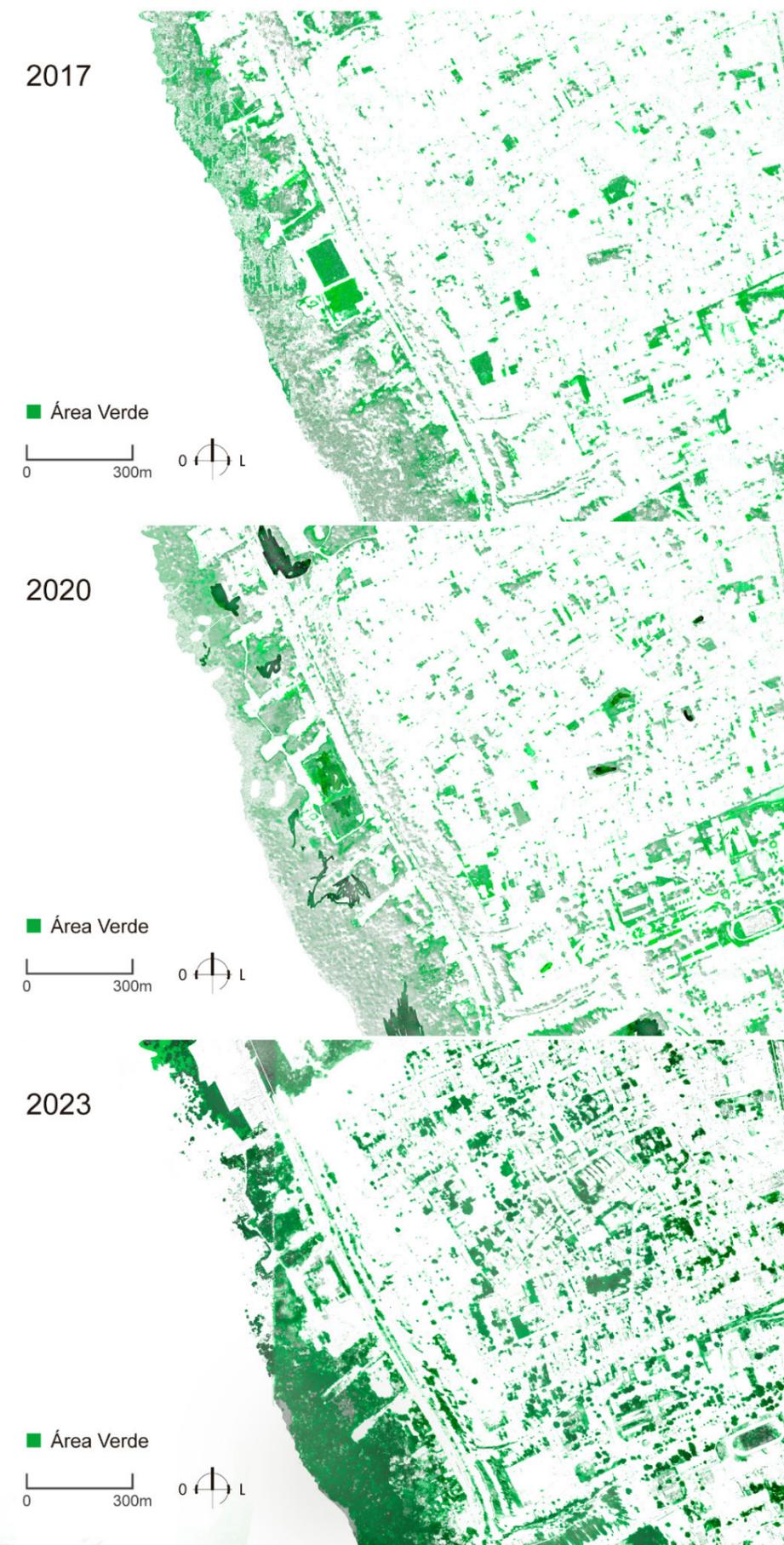


Figura 5 - Mapeamento das áreas verdes dos anos 2017, 2020 e 2023 de recorte dos bairros atingidos pelo afundamento do solo em Maceió, AL. Fonte: Google Earth Pro, 2024. Adaptado pelos autores, 2024.

naturalmente em diversos tipos de solo (ácidos, pobres, orgânicos e úmidos, apesar de preferirem terras frescas de textura arenosa a franco-argilosa). Ambos são sinais que contribuem para sua característica de pioneira, sendo a embaúba, portanto, um importante indicador da recuperação de uma floresta perturbada, servindo inclusive para identificar tais áreas. Para além da flora, ela é de grande relevância para a fauna, uma vez que seus frutos são procurados por diversas espécies de animais, como pássaros, morcegos, macacos, entre outras, garantindo seu alimento e consequente permanência deles no local antes perturbado, bem como na dispersão das sementes de embaúba.

Na continuidade de nossa investigação, fomos em busca de imagens de satélite de diferentes épocas de parte da área atingida através do recurso do *Timelapse* do *software Google Earth Pro* para averiguar se houve ou não um crescimento das áreas verdes de forma geral. Dessa maneira, selecionamos três imagens de satélite do mesmo ponto de referência de três anos diferentes: 2017, 2020 e 2023; épocas de pré, durante e pós remoção física compulsória da população atingida, respectivamente. Tratamos as imagens no *software Adobe Photoshop* para selecionar apenas os tons de verde e realçá-los, excluindo as demais cores (Fig. 05). Como resultado, podemos perceber que há sinais de um crescente aumento do tom de verde entre os anos de 2017, 2020 e 2023, com destaque para as áreas que antes eram ocupadas por humanos, ou seja, áreas que não possuíam vegetação preservada. Em sua escrita, Tsing aponta que a paisagem “[...] é constituída por padrões de atividade humana e não humana. A paisagem é um ponto de encontro para os atos humanos e não humanos e um arquivo de atividades humanas e não humanas do passado.” (Tsing, 2019, p. 16-17). Tal análise demonstra sinais de que a não presença da figura humana, qualifica a possibilidade de crescimento da flora, de outras formas de vida.

Ao passo que a figura humana não mais habita a área, as embaúbas despontam entre as rachaduras. O humano sai e o verde entra. “Toda essa história são camadas na paisagem, entrando e saindo destes lugares, **é possível verificar uma nova vida emergente**” (Tsing, 2019, p. 35, grifo nosso). O processo de remoção física compulsória ocorreu de novembro de 2019 até dezembro de 2023 através do Programa de Compensação Financeira e Apoio à Realocação (Braskem, 2024), antes disso, desde 2018, alguns moradores já tinham sido evacuados pela Defesa Civil, em vista da interdição de suas casas devido ao risco pelos danos na estrutura dos imóveis que o afundamento do solo causava; ou tinham saído de suas casas por conta própria já que existia uma esfera de medo e insegurança no local. Dessa forma, a *paisagem apocalíptica* constituída pelo afundamento do solo vai se fazendo: na medida em que os humanos são removidos compulsoriamente da área, a vegetação toma conta. Há nítidos sinais de que essas são “[...] histórias de linhas de vida emaranhadas” (2019, p. 41), como coloca Tsing.

Pós-apocalipse?

Imaginar um *após*, um futuro, para a situação urbana em curso em Maceió não vem sendo uma tarefa fácil, pois ainda estamos incessantemente tentando compreender todas as faces e complexidades relacionadas ao caso. As remoções dos moradores e o esvaziamento dos bairros e a forma como as compensações e os acordos vêm sendo conduzidos nos posicionam fortemente no presente emergente e no reconhecimento das trajetórias que conformam essa paisagem até aqui. Não podemos deixar de assinalar que o nosso exercício descritivo-crítico, tal como, o reconhecimento de outras formas de habitabilidade, só foi possível porque Maceió e seus habitantes vivem um *apocalipse*. As primeiras ideias para este ensaio surgiram da nossa inquietação frente ao cenário distópico que se formou para os moradores removidos das *áreas de risco* e

para os demais habitantes atingidos pelo hiato urbano implantado no centro territorial da cidade. O desastre urbano-socioambiental está em curso, o solo na superfície continua cedendo e ainda existe o risco de colapso das minas de sal-gema no subsolo do município, sendo incerta a previsão de quando a região virá a ser novamente segura para a atividade urbana/humana. Por outro lado, na região compulsoriamente desocupada, os terrenos e edificações foram *comprados* pela empresa petroquímica, seguindo os acordos realizados com as autoridades públicas. Logo, conseguimos acessar a nossa imaginação para presumir um futuro como já aconteceu no bairro Mutange, com a total demolição das edificações, remoção da vegetação e retificação da encosta. Um plano *em branco* para novos empreendimentos, quem sabe? No mundo em que vivemos “a maior ameaça à ressurgência é a simplificação do mundo dos vivos como um conjunto de ativos para futuros investimentos” (Tsing, 2019, p. 239).

Pensar paisagens para um *pós-antropoceno* nos instigou a refletir sobre o caso de outra forma, a buscar outras referências, a reconhecer outros seres e relações atuantes neste espaço urbano em respectivo arruinamento e resistência. Quanto mais adentramos na construção desse exercício, levando em conta o que conseguimos compreender das pistas deixadas por Tsing (2019, 2014), mais nos aproximamos de sua emblemática citação sobre as ruínas serem nossos jardins de agora (Tsing, 2014, p. 87). Para nós, visualizar a *dança das embaúbas* que despontam aleatoriamente nos escombros das edificações nos ajudou a compreender que as ruínas, tal qual o *cenário apocalíptico*, compõem a paisagem, fazem parte das histórias e memórias urbanas que traçam os contornos físicos e simbólicos dessa localidade, as quais precisarão ser encaradas nas negociações para o seu futuro... Por esse motivo, sem negar a natureza perversa do desastre em curso, tecida como *paisagens apocalípticas*, neste ensaio, buscamos imaginar a *dança das embaúbas* como uma forma de resistir ao apagamento do que vem acontecendo, onde outras espécies sobrevivem nas ruínas e, assim, contribuem para preservar a memória do que um dia foi, e também os traços da tragédia que também fazem parte de sua história... Nas consequências da exploração extrema de uma empresa mineradora em um território habitado por diversos seres, humanos e não-humanos, conseguimos enxergar nas paisagens de um *pós-apocalipse* a força da vegetação em brotar nas ruínas e, assim, nos inspirar a traçar outros caminhos para pensar a nossa história e o nosso futuro.

Referências

- ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. Ranking IDHM. Rio de Janeiro: PNUD, IPEA, Fundação João Pinheiro, 2022. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/ranking>. Acesso em: 20 jun. 2022.
- BRASIL. Serviço Geológico do Brasil (CPRM). Estudo sobre a instabilidade do terreno nos bairros do Pinheiro, Mutange e Bebedouro, Maceió (AL). Volume I. *Relatório Síntese dos Resultados*, Nº 1. Brasília, DF: Ministério de Minas e Energia, 2019.
- BRASKEM. Linha do tempo - Alagoas. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: <https://www.braskem.com.br/linha-do-tempo-alagoas>. Acesso em: 10 jan. 2024.
- CARDOSO, Thiago Mota. A arte de viver no Antropoceno: um olhar etnográfico sobre cogumelos e capitalismo na obra de Anna Tsing. *Climacom Cultura Científica-Pesquisa, Jornalismo e Arte*, v. 2, 2019.
- CARVALHO, Paulo Ernani Ramalho. *Espécies Arbóreas Brasileiras*. 1. ed. Colombo, PR: Embrapa Florestas, 2003. v. 1. 593 p. (Coleção Espécies Arbóreas Brasileiras).

CARVALHO, Paulo Ernani Ramalho. *Espécies Arbóreas Brasileiras*. 1. ed. Colombo, PR: Embrapa Florestas, 2006. v. 2. 593 p. (Coleção Espécies Arbóreas Brasileiras).

CARVALHO, Paulo Ernani Ramalho. *Espécies Arbóreas Brasileiras*. 1. ed. Colombo, PR: Embrapa Florestas, 2010. v. 3. 593 p. (Coleção Espécies Arbóreas Brasileiras).

CARVALHO, Tuanne Monteiro. Montagem Mutange. *Pixo-Revista de Arquitetura, Cidade e Contemporaneidade*, v. 7, n. 27, p. 272-285, 2023. GUATELLI, Igor. Persistências na produção do espaço por apagamentos. *Pixo-Revista de Arquitetura, Cidade e Contemporaneidade*, v. 7, n. 24, p. 18-27, 2023.

GONÇALVES BRITO, L. Futuros possíveis dos mundos sociais mais que humanos: entrevista com Anna Tsing. *Horizontes Antropológicos*, v. 27, n. 60, p. 405–417, 2021.

TSING, Anna Lowenhaupt. Blasted landscapes (and the gentle arts of mushroom picking). *The multispecies salon*, p. 87-109, 2014.

TSING, Anna Lowenhaupt. *Viver nas ruínas: paisagens multiespécies no Antropoceno*. Brasília: IEB/Mil Folhas, 2019. 284 p.

TSING, Anna Lowenhaupt; BAZZUL, Jesse. A feral atlas for the Anthropocene: An interview with Anna L. Tsing. In: WALLACE, M. F. G. *et al.* (ed.) *Reimagining science education in the Anthropocene*. Springer Nature, 2022. p. 309-319.

TSING, Anna Lowenhaupt; *et al.* *Feral atlas: the more-than-human Anthropocene*. Stanford University Press, 2020. Disponível em: <https://feralatlas.org/> Acesso em: 10 mai. 2024.

SOBREVIVÊNCIAS DE CIDADES-RUÍNAS PÓS BARRAGEM DE ITAPARICA

Uma montagem urbana

*SURVIVORS OF CITIES IN RUIN OF THE ITAPARICA DAM
An urban assembly*

Carolina Guida¹ e Ricardo Trevisan²

Resumo

Desde o período colonial até a contemporaneidade, a perenidade do Rio São Francisco em plena região semiárida demarca um motivo primordial para atrair comunidades e consolidar cidades. Após 1970, porém, ao contrário de fundarem cidades, as águas do São Francisco afundaram as mesmas pela construção de usinas hidrelétricas e respectivos represamentos. Com o objetivo de expandir a oferta energética na região e promover o desenvolvimento econômico das áreas vulneráveis no Nordeste, a construção de tais infraestruturas acabaram por inundar inúmeros assentamentos às margens do Velho Chico. Consequentemente, centenas de famílias foram compulsoriamente transferidas para novas cidades, as “cidades barrageiras”. Num ato de resistência ao silenciamento, no presente trabalho serão analisadas as ruínas materiais de três cidades submersas pela ação antrópica, que deram lugar às respectivas “cidades barrageiras” de Petrolândia (PE), Itacuruba (PE) e Rodelas (BA) – realocadas em decorrência da construção da Usina Hidrelétrica de Itaparica (1988) entre os estados de Pernambuco e Bahia. Mediante o método-montagem benjaminiano e respectivas interpretações, assim como uso de procedimentos de caráter histórico-investigativo e cartográfico, busca-se, à contrapelo, documentar e mapear tais reminiscências e, assim, dar voz a novas formas de pensar e articular a paisagem, resistindo à eminente constante de desaparecimento.

Palavras-chave: paisagens inundadas, cidades barrageiras, Rio São Francisco, ruínas, memória.

Abstract

From the colonial period to the present day, the perennality of the São Francisco River in the middle of the semi-arid region has been a major reason for attracting communities and consolidating towns. After 1970, however, instead of founding cities, the waters of the São Francisco sank them through the construction of hydroelectric plants and their damming. With the aim of expanding the region's energy supply and promoting

¹ Mestranda da Universidade de Brasília na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (2022-2024). Graduada em Arquitetura e Urbanismo na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU-UnB) em 2022. Participante do grupo de pesquisa TOPOS - Paisagem, Projeto e Planejamento do Laboratório de Estudos Urbanos (PPP-Labeurbe) da FAU-UnB. Foi bolsista de Iniciação Científica duas vezes: “Cidades Novas de papel: da intenção a não realização” (PIBIC/CNPq, 2018-2019); “Às margens do São Francisco: CHESF e suas cidades novas de realocação (FAP-DF, 2020-2021).” Recebeu menção honrosa no 25 Congresso de Iniciação Científica pelo artigo “Cidades Novas de papel: da intenção a não realização”.

² Arquiteto e urbanista, formado pela Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo (1998); mestre em Engenharia Urbana pela Universidade Federal de São Carlos (2003); doutor em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de Brasília (2009), com estágio-doutoral na École d'Architecture Paris-Malaquais (2007-2008) e no Istituto Universitario di Architettura di Venezia (2008), laureado com o Prêmio CAPES de Teses 2010; e pós-doutorados na Columbia University (2014-2015) e na Universidade do Minho (2023-2024). Atualmente é professor associado III no Departamento de Teoria e História da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília e em seu Programa de Pós-Graduação.

the economic development of vulnerable areas in the Northeast, the construction of these infrastructures ended up flooding countless settlements on the banks of the Velho Chico. As a result, hundreds of families were forced to move to new towns, the “barrage towns”. In an act of resistance to silencing, this paper will analyze the material ruins of three towns submerged by anthropic action, which gave way to the respective “barrage towns” of Petrolândia (PE), Itacuruba (PE) and Rodelas (BA) - relocated because of the construction of the Itaparica Hydroelectric Power Plant (1988) between the states of Pernambuco and Bahia. Using the Benjaminian montage method and its respective interpretations, as well as historical-investigative and cartographic procedures, the aim is to document and map these reminiscences and thus give voice to new ways of thinking and articulating the landscape, resisting the eminent constant of disappearance.

Keywords: flooded landscapes, dam cities, São Francisco River; ruins, memory.

Introdução: paisagens afundadas, ruínas fundadas

Ecologicamente, as ruínas oferecem nichos para as espécies: a dupla combinação de abrigo e exposição, encontrada em sua composição destrocada, proporcionam pontos de apoio ideais para ervas daninhas e flores silvestres. Culturalmente, por sua vez, as ruínas oferecem nichos para as narrativas: suas estruturas rompidas e alusões ressonantes a passados desmoronados e a futuros sonhados fornecem pontos de apoio ideais para escritores e artistas, que há séculos são atraídos pelas ruínas como sítios peculiarmente geradores de histórias e de tropos (Macfarlane, 2014, p. 126-127, tradução nossa).

As ruínas se encontram na eminente passagem entre a história humana e a ação da natureza. Há tempos construídas pelos seres humanos, as ruínas são integrantes de paisagens em constante transformação, suscetíveis às ressurgências naturais que irrompem em meio a seus restos arquitetônicos. Plantas, chuvas, ventanias, secas e inundações fazem com que desígnios antrópicos assemelhem-se mais e mais à natureza.

Numa luta incessante cerrada entre os fenômenos naturais e a cultura, as ações da natureza obstruem, paulatinamente, as tentativas humanas de dominação. Por meio das ruínas, portanto, a natureza apresenta-se como um oponente feroz e selvagem que corrompe a produção da cultura (Brizuela, 2012). Mais do que destroços, as ruínas simbolizam, assim, emblemas da contemporaneidade (Brizuela, 2012) que possibilitam contínuas reconfigurações da paisagem, bem como rearranjos de suas respectivas narrativas.

No presente artigo serão analisadas as ruínas arquitetônicas de três cidades submersas pela ação antrópica, que deram lugar às respectivas “cidades barrageiras” de Petrolândia (PE), Itacuruba (PE) e Rodelas (BA) – realocadas em decorrência da construção da Usina Hidrelétrica de Itaparica (1988) entre os estados de Pernambuco e Bahia. Na reconfiguração dessas três paisagens urbanas – hoje afundadas devido a práticas de origem antropogênica –, resistiram emblemas contemporâneos que possibilitam narrativas alternativas para tais histórias e culturas arruinadas: montagens outras que prospectam novos futuros.

Mediante o método-montagem - proposto por Paola Berenstein, ancorada em seus estudos de Walter Benjamin –, busca-se documentar e mapear tais fragmentos, com atenção aos intervalos (espaciais e temporais) entre tais reminiscências, tendo em vista seus limiares (Jacques; Velloso, 2023). Para isso, o artigo divide-se em cinco

partes: a princípio, em “Limiar: O Rio” e em “Arruinamento: ações do homem contra o homem” é traçado um panorama espaço-temporal do limiar em que se encontram os três fragmentos das paisagens arruinadas; já em um segundo momento, em “Montagens urbanas: leituras possíveis” e “Ruínas: fragmentos de sobrevivências” é realizado o arranjo e caracterização de tais fragmentos; por fim, em “Considerações finais: paisagens antropocênicas, ruínas fantasmáticas” são delineadas possíveis constelações, novas formas de pensar e articular a paisagem, apesar de eminente apagamento.

Limiar: O Rio

- Dize-me também se o rio te comunicou o misterioso fato de que o tempo não existe? [...]
- Acho que te referes ao fato de que o rio se encontra ao mesmo tempo em toda parte, na fonte tanto como na foz, nas cachoeiras e na balsa, nos estreitos, no mar e na serra, em toda parte, ao mesmo tempo; de que para ele há apenas o presente, mas nenhuma sombra de passado nem de futuro (Hesse, 2003, p. 90).

No rio não existe começo nem fim, senão e tão somente fluxo: trata-se de uma estrutura móvel, viva, polifônica, multidimensional e inconstante. Desafiando a linearidade do tempo, o rio encarna um *limiar*: um espaço intervalar onde coexistem tempos e fragmentos heterogêneos em que “os vestígios, os farrapos, os resíduos, de outros tempos aí sobrevivem” (Jacques; Velloso, 2023, p. 128). Por vezes demarcado como fronteira fixa, limite, partição, separação – entre lugares ou povos – o rio na paisagem, talvez, seja antes diálogo, comunicação, meio. Zonas-*entre* que permitem o trânsito por ambiências distintas e vinculando comunidades, períodos e locais – dando origem, assim, às paisagens urbanas: “a cidade começaria em seus *limiares*, neles se reconciliam o tempo e o espaço” (Jacques; Velloso, 2023, p. 128, destaque pelos autores).

Desde os primórdios de sedentarização humana, a presença dos rios teve papel fulcral na conexão do homem com a natureza (Viollet, 2004). Às margens dos rios, o livre acesso à água³ atraía a permanência e ocupação humanas que, paulatinamente, consolidaram pequenas vilas e, mais tarde, cidades ou até mesmo impérios. A intrínseca ligação das águas à fundação de cidades, ao longo do tempo, delineia uma história urbana que se desenvolve a partir das diferentes formas adotadas de apropriação e gestão das dinâmicas hídricas existentes⁴. Tal percurso urbano, resultante de um espectro de práticas, saberes e projetos relativos à indissociabilidade entre os núcleos urbanos e os corpos d’água, reflete, portanto, ciclos históricos da relação entre o homem e a natureza (Mello, 2008).

3 Tanto para o consumo e higiene, quanto para o desenvolvimento de atividades agrícolas, artesanais e, mais tarde, industriais e energéticas. O acesso à água também era um importante meio de comunicação e transporte, sendo assim um facilitador de práticas comerciais (Baptista; Cardoso, 2013).

4 Como exemplo de dinâmicas hídricas, podemos citar desde obras primárias do VI ao V milênio a.C. – como a construção de complexos sistemas de irrigação que espelharam os esforços iniciais do homem no sentido de controlar e sistematizar, de forma precisa, o acesso à água –, à criação de barragens, ao menos há 5.000 anos, de acordo com ruínas encontradas de reservatórios de água construídos com barreiras de terra, na Índia e Sri Lanka (antigo Ceilão) (Jansen, 1983); às relações precárias estabelecidas durante o século XVIII com a revolução industrial (e, até hoje) – onde os grandes rios foram transformados em fontes de abastecimento para as indústrias e, ao mesmo tempo, receptores de águas residuais altamente contaminadas (Reynoso *et al.*, 2010 *apud* Baptista; Cardoso, 2013, p. 132); ao manejo higienista do século XIX – a partir da construção de sistemas de esgotamento sanitário e drenagem pluvial com o objetivo de regular as enchentes e freiar doenças de veiculação hídrica; entre tantos outros.

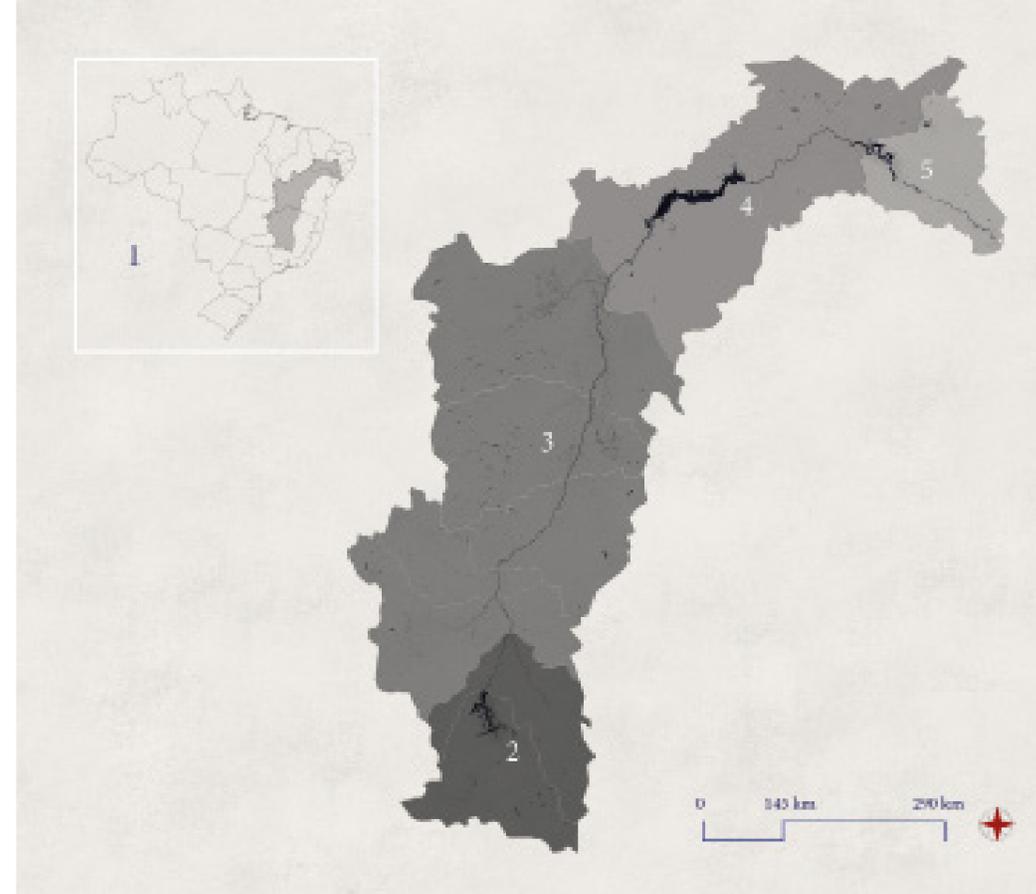


Figura 1 – Regiões fisiográficas da bacia do Rio São Francisco. Legenda: 1 – Localização da Bacia Hidrográfica do São Francisco em relação ao Brasil. 2 – Alto do São Francisco. 3 – Médio do São Francisco. 4 – Submédio do São Francisco. 5 – Baixo do São Francisco. Fonte: autora, 2023.

No caso da trajetória urbana do Brasil, “excluído o mar, caminho de todas as civilizações, o grande caminho da civilização brasileira é o rio São Francisco” (Silva, 1939, p. 67). Há séculos considerado o principal agente responsável pela perpetuação da vida e ocupação de seus territórios adjacentes, o caudaloso Rio São Francisco – considerado “o rio da integração nacional” por programas políticos do século XX – possui 2.863 quilômetros de extensão e banha atualmente as terras de 503 municípios, dispostos em sete unidades federativas: Bahia, Minas Gerais, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Goiás e em uma porção do Distrito Federal.

O Velho Chico estruturou ao longo tempo um tecido urbano que se alarga por todo território nacional e, devido a extensão, a sua bacia hidrográfica foi subdividida em quatro regiões fisiográficas (Figura 1): o Alto São Francisco, onde está localizada a nascente do Rio – a mil e duzentos metros de altitude, na Serra da Canastra – que corre até a cidade delimitadora de Pirapora (MG); o Médio São Francisco, estendendo-se de Pirapora (MG) a Remanso (BA); o Submédio São Francisco, circunscrito às fronteiras de Remanso (BA) e Paulo Afonso (BA) e, por fim, o Baixo São Francisco que, partindo de Paulo Afonso (BA), desemboca na foz do Rio: no Oceano Atlântico. O artigo em questão, concentra-se no *curso urbano* da região que distende do Submédio (4), até a porção à oeste do Baixo do São Francisco (5).

Arruinamento: ações do homem contra o homem

A ocupação inicial do Vale do São Francisco remete há muitos séculos, quando foi, predominantemente, habitado por dezenas de povos indígenas. Após esse período inicial, o desenvolvimento do Submédio e do Baixo do São Francisco, pode ser separado em três períodos principais: 1º. período: da segunda metade século XVI à primeira metade do século XIX, que corresponde ao intervalo histórico de apropriação de tais terras, principalmente, por fazendeiros e estadistas provenientes da Bahia e de Pernambuco; 2º. Período: desde o fim do século XIX até o início do século XX,

sendo marcado pela abertura de estradas de ferro e de rodagem construídas pelo Departamento Nacional de Obras Contra a Seca - DNOCS a partir da seca de 1932 e que permitiram uma maior integração e expansão territorial; e, finalmente, 3º. período: após o fim da Segunda Guerra Mundial (1945), o qual determina um momento de desenvolvimento e aplicação do planejamento governamental na região, objetivando a implementação de equipamentos que viabilizassem a produção de energia e a agricultura irrigada, promovendo, assim, a industrialização da região (Andrade, 1982 *apud* Suassuna, 2005).

No segundo e no terceiro períodos, nota-se uma transformação significativa na relação prévia estabelecida entre humanos e a natureza: a paisagem natural da bacia do rio São Francisco deixa de ser um pano de fundo (Costa, 2019) e passa a ser extensivamente domesticada pela ação antrópica⁵ na construção de infraestruturas que alicerçam o mundo contemporâneo, uma “organização tecnológica e mercantil” (Comité Invisible, 2014, p. 84, *apud* Costa, 2019, p. 256). As bases fundamentais, dentro do contexto político-econômico, que viriam a calcar tal reorganização – resultando na construção de usinas hidrelétricas e cidades novas – reportam, inicialmente, à década de 1930. A fim de traçar brevemente um panorama dessas bases, serão recapituladas, inicialmente, as repercussões da crise econômica mundial desencadeada pela Grande Depressão de 1929, reverberadas no Brasil a partir da incorporação de uma política nacional-desenvolvimentista, através da qual o Estado comandado por Getúlio Vargas participou ativamente das ações de planejamento, implicando em sua interferência mais direta na economia. Essas ações de planejamento faziam parte de um projeto de modernização e integração nacional, no qual, por meio da infraestrutura, mão de obra e do desenvolvimento tecnológico, acreditava-se ser possível garantir a transição de uma economia agroexportadora para uma economia industrial.

Diante desse cenário houve a criação de diversas indústrias de base nacionais, sendo a expansão do setor da produção de energia elétrica um elemento crucial para impulsionar e suprir as demandas do processo de industrialização (Corsi, 2000, p. 74). A região Nordeste, contudo, era vista como um entrave à industrialização, pois, além de menos desenvolvida economicamente que o restante do país, sofria longas temporadas de estiagem. Dentro desse contexto, surgiu uma “nova era” de políticas direcionadas a ela, que tinham como fim arrefecer os impactos provocados pela seca, além de proporcionar a expansão de oferta energética no local. Com isso, a União cria uma estrutura institucional própria à causa. Além da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (CHESF), de 1945, e da Comissão do Vale do São Francisco (CVSF), de 1948 – posteriormente designada Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF) em 1974 –, ambas responsáveis pelo planejamento regional, sendo a CHESF também responsável pela execução e implementação das obras planejadas, foram criadas diversas instituições para dar suporte aos planos desenvolvimentistas, como: o Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS)⁶, de 1945; o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), de 1952, e a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), de 1959, sob o comando do economista Celso Monteiro Furtado. Dessa maneira, em resposta a

5 A ação antrópica atuou de forma mais direta a partir da metade século XX, uma vez que o desenvolvimento econômico provocado pelo pós-guerra possibilitou a emergência de novas tecnologias que impulsionaram as redes de comércio, comunicação e indústrias – levando à crescente demanda e exploração dos recursos naturais disponíveis, culminando na expansão acelerada das cidades e, conseqüentemente, no inchaço da população urbana. Tais ações de origem antropogênica podem ser percebidas nos procedimentos biogeoquímicos da Terra, a ponto de ter introduzido uma nova época geológica no planeta: o Antropoceno (COSTA, 2019).
6 O DNOCS não foi fundado em 1945, visto que conforma a mais antiga instituição federal com ação no Nordeste. Foi inicialmente fundado em 1909 sob o nome de Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS) e, no ano de 1919, seu nome foi modificado para Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS). Apenas em 1945, passa a ser alcunhado de DNOCS.



deliberações macroeconômicas (Torres, 2016) e ao apoio de diversas instituições, foi construída uma sequência de hidrelétricas⁷ para a produção de energia na região Nordeste, ao longo do rio São Francisco.

Por um lado, havia a implementação de políticas predatórias e hegemônicas do Estado Novo de Vargas (1937-1945), prosseguida por governos democráticos posteriores, como de Juscelino Kubistchek, até ser encampada pelos militares durante a Ditadura (1964-1985). Para todos eles, o rio São Francisco representava uma fonte de possibilidades econômicas e como tal, devia ser explorado em seu potencial energético visando a um maior desenvolvimento econômico na região. Uma paisagem posteriormente estirada, exaurida e desordenada ambientalmente pelos projetos desenvolvimentistas – empreendidos pela aliança ruínoza entre capital e Estado (Costa, 2019). Por outro, como consequência da lógica capitalocênica, comunidades inteiras⁸ foram impactadas pela construção dos barramentos, levando a um movimento de desocupação dos antigos vilarejos marginais, os quais foram inundados, apagados, destruídos aos olhos da população (Figura 2). Milhares de famílias que foram compulsoriamente transferidas para cidades novas⁹ de realocação ou “cidades barrageiras”.

Montagens urbanas: leituras possíveis

As cidades de realocação compartilham, portanto, o fato de sua antiga sede ter sido submersa e, com ela, toda uma cultura e memória consolidada ao longo do tempo por seus habitantes (Trevisan, 2020). Serão consideradas, no presente trabalho *sobrevivências*¹⁰ (referentes a três antigas cidades (Figura 3) – Petrolândia e Itacuruba

7 Estendem-se pelo Velho Chico nove Usinas Hidrelétricas: o Complexo Hidrelétrico de Paulo Afonso (construído em 1950, conformado por um conjunto de usinas: I,II,III,IV como também a Usina de Apolônio Sales); a UHE de Três Marias (1962); a UHE de Sobradinho (1980); além UHE de Itaparica (1988) e UHE de Xingó (1994).

8 A obra da barragem de Itaparica foi concluída em 1988. O lago da usina inundou, em Pernambuco, os municípios de Petrolândia, Floresta, Itacuruba, Belém do São Francisco e, na Bahia, Glória, Rodelas e Chorrochó. Três desses municípios foram completamente inundados, os quais foram citados acima. A construção dessa Usina foi responsável pelo reassentamento de 10.500 famílias, aproximadamente 45 mil pessoas (Torres, 2016).

9 O conceito de “Cidade Nova”, particularmente desenvolvido por Trevisan (2020), constitui-se de núcleos urbanos: 1) empreendidos pelo desejo do poder público e/ou da iniciativa privada e concretizados em ações específicas; 2) que buscam atender, ao menos de início, a uma ou mais funções dominantes; 3) implantados num sítio previamente escolhido; 4) a partir de um projeto urbanístico; 5) elaborados e/ou desenvolvidos por agente definido – eventualmente profissional habilitado; e 6) em um limite temporal determinado, implicando inclusive um momento de fundação razoavelmente preciso. Esses são seis atributos que definem o DNA de uma cidade nova, utilizados para identificar os exemplares produzidos ao longo dos tempos.

10 O conceito de “Cidade Nova”, particularmente desenvolvido por Trevisan (2020), constitui-se de núcleos urbanos: 1) empreendidos pelo desejo do poder público e/ou da iniciativa privada e concretizados em ações específicas; 2) que buscam atender, ao menos de início, a uma ou mais funções dominantes; 3) implantados num sítio previamente escolhido; 4) a partir de um projeto urbanístico; 5) elaborados e/ou desenvolvidos por agente definido – eventualmente profissional habilitado; e 6) em um limite temporal determinado, implicando inclusive um momento de fundação razoavelmente preciso. Esses são seis

Figura 2 – Logo antes de serem alagadas, as cidades originais foram destruídas, quebradas e destroçadas aos olhos da população. Fotos ilustrativas da antiga cidade de Itacuruba. Fonte: FIGUEIREDO, 2011.

Figura 3 – Implantação das antigas cidades inundadas e suas respectivas sobrevivências, assim como das cidades barrageiras realocadas. Legenda: 1 (em azul) – Cidade nova de Rodelas. 2 (em azul) – Cidade nova de Itacuruba. 3 (em azul) – Cidade nova de Petrolândia. 4 (em azul) – Usina Hidrelétrica de Itaparica. 1 (em branco) – Antiga cidade inundada de Rodelas. 2 (em branco) – Antiga cidade inundada de Itacuruba. 3 (em branco) – Antiga cidade inundada de Petrolândia. 1 (em vermelho) – Caixa d'água da antiga cidade de Rodelas. 2 (em vermelho) – Observatório do CEA (Centro de Estudos Astronômicos) e Observatório Astronômico do Sertão de Itaparica (OASI). 3.1 (em vermelho) – Igreja Sagrado Coração de Jesus. 3.2 (em vermelho) – Estrada que dava acesso à antiga Petrolândia. Fonte: autora, 2023.



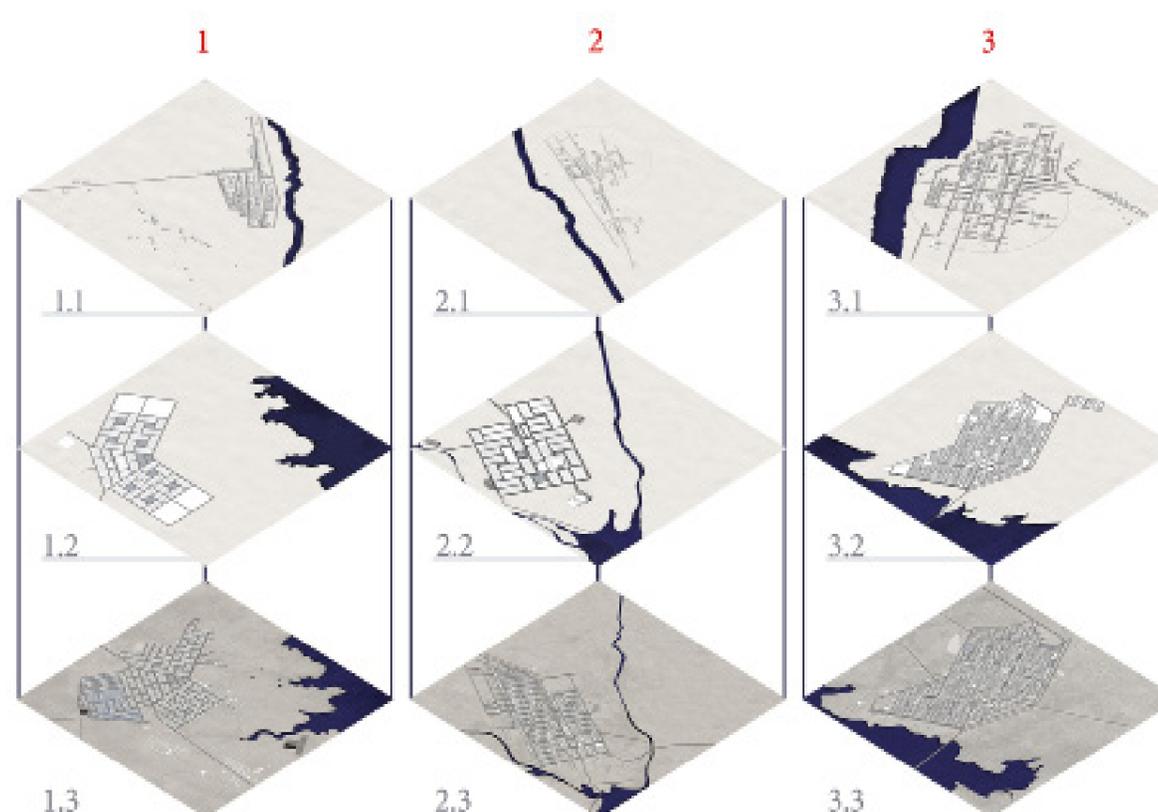
(em Pernambuco) e Rodelas (na Bahia) – submersas em decorrência da construção da Usina Hidrelétrica de Itaparica¹¹ (ou Usina Luiz Gonzaga).

Na confluência de fragmentos reminiscentes das cidades-palimpsesto¹² (Figura 4 e 5) de Rodelas, Itacuruba e Petrolândia, perscruta-se “um choque, um rasgar de véu, uma irrupção ou aparição do tempo” (Didi-Huberman, 2015, p. 26). Resgatar, por entre as camadas mnésicas desta tríade de cidades (a cidade antiga, o projeto da cidade nova e a cidade hoje), aos moldes de Walter Benjamin, *lampejos residuais sobreviventes* ou, ainda, “breves frestas de resistências e potências, poeiras de outros tipos de experiências das e nas cidades, que ainda sobrevivem como fragmentos (rastros mnemônicos [...])” (Jacques; Velloso, 2023, p. 130) (Figura 4) e discretamente infiltram-se na tessitura urbana:

atributos que definem o DNA de uma cidade nova, utilizados para identificar os exemplares produzidos ao longo dos tempos.

11 A abertura das comportas da barragem, em 1988, cobriu uma superfície de aproximadamente oitenta e três mil hectares entre os estados da Bahia e de Pernambuco, inundando os municípios de Glória, Abacaré, Mucururé, Chorrochó e Rodelas, na Bahia; além dos municípios de Floresta, Belém do São Francisco, Petrolândia e Itacuruba, em Pernambuco. A fim de realocar a população dessas áreas atingidas, foram criados planos urbanos para as cidades que foram totalmente alagadas, a serem construídas em outra localidade, incluindo: Petrolândia e Itacuruba (em Pernambuco) assim como Rodelas (na Bahia).

12 A ideia de que a cidade pode ser vista como uma espécie de palimpsesto foi relatada inicialmente por M.R.G. Conzen, em 1962. O autor defende que o desenvolvimento e a formação da cidade ocorreriam de maneira análoga ao processo de sobreposição de camadas, dispostas em um mesmo plano (no caso, terreno), encontradas no palimpsesto. Nas cidades barrageiras estudadas, além do processo natural de acumulação dessas gravações – que geralmente ocorre de forma espontânea e progressiva – as cidades incorporam duas camadas a mais: a esfera simbólica da cidade que fora inundada (aquela que sobrevive apenas na memória dos moradores) e a camada-base, do plano das cidades (esqueleto fundamental que guia a forma e expansão dessas cidades).

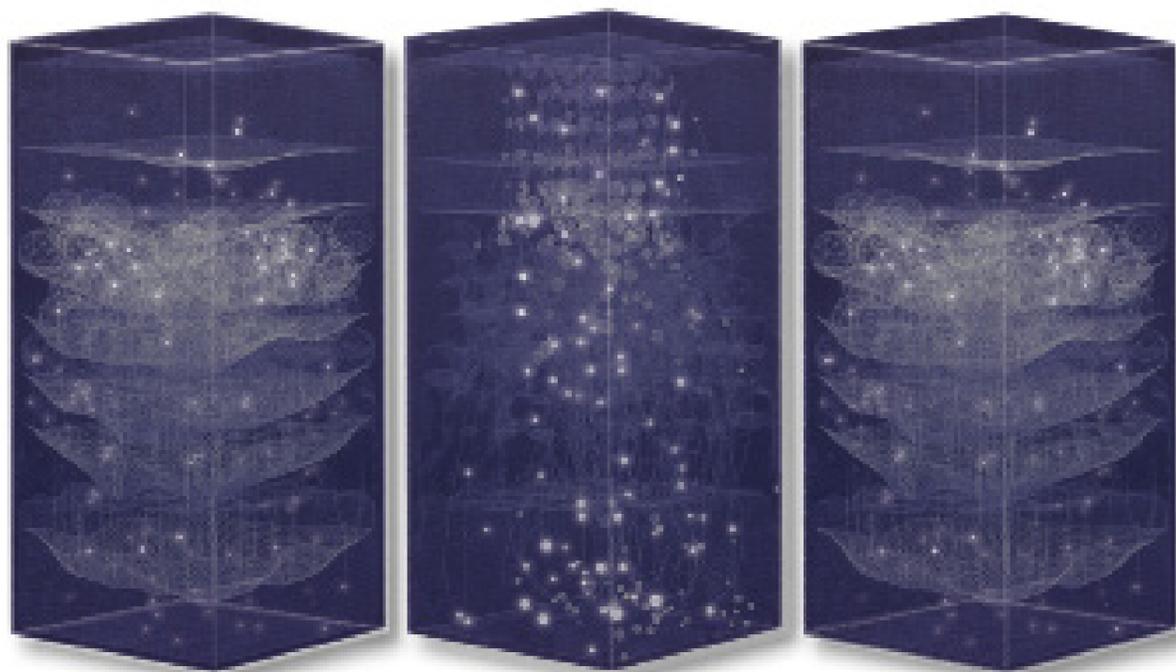


Benjamin exercitou uma aproximação entre o lembrar e a arqueologia em que a memória é uma forma de escavação arqueológica das diferentes camadas ou estratos de tempo coexistentes, em busca de vestígios, reminiscências, restos, para remontá-los e, assim, criar um outro passado [...] [Um processo de] irromper no presente, involuntariamente, memórias ocultas de um “outrora”, que passaram a se reencarnar no seu “agora”. Memórias que se tornaram assim devires outros, outros futuros possíveis, que foram interrompidos no passado, mas que sobreviveram como potência adormecida (Jacques, 2018, p. 25).

Ao “escovar a história à contrapelo” (Benjamin, 1985, p. 225), nesse processo de identificação de “minúsculos rastros de vida (‘sobrevivências’)” (Jacques; Velloso, 2023, p.130,), dos fragmentos escondidos nos limiares e intervalos (no caso, no Velho Chico em múltiplos tempos distintos) da paisagem – aplica-se aqui o método-montagem¹³, que consiste na articulação de múltiplas narrativas heterogêneas e díspares.

13 A montagem como princípio compositivo nos aponta pelo menos três caminhos possíveis e conectados: a escolha e utilização de fragmentos distintos (cacos ou “os farrapos, os resíduos”); a reverência e atenção aos intervalos entre os fragmentos e a sondagem de seus limiares. Dessa forma, a montagem como “método de conhecimento” poderia ser apreendida partindo desses três elementos, vinculados a experiências espaço-temporais: fragmento, intervalo e limiar (Jacques; Velloso, 2023).

Figura 4 – Cidades-palimpsesto. Fonte: autora, 2023. Legenda: 1 – Palimpsesto da cidade de Rodelas. 1.1 – Antiga cidade inundada de Rodelas (fundada em 1962). 1.2 – Plano da cidade realocada de Rodelas. 1.3 – Cidade de Rodelas hoje. 2 – Palimpsesto da cidade de Itacuruba. 2.1 – Antiga cidade inundada de Itacuruba (fundada em 1963). 2.2 – Plano da cidade realocada de Itacuruba. 2.3 – Cidade de Rodelas hoje. 3 – Palimpsesto da cidade de Petrolândia. 3.1 – Antiga cidade inundada de Petrolândia (fundada em 1887). 3.2 – Plano da cidade realocada de Petrolândia. 3.3 – Cidade de Petrolândia hoje.



Ruínas: fragmentos de sobrevivências

Primeiro, desapareceram mesmo os vagalumes? Desapareceram todos? Emitem ainda – mas de onde? – seus maravilhosos sinais intermitentes? Procuram-se ainda em algum lugar [...] apesar de tudo, apesar do todo da máquina, apesar da escuridão da noite, apesar dos projetores ferozes? [...] Para conhecer os vagalumes, é preciso observá-los no presente de sua sobrevivência: é preciso vê-los dançar vivos no meio da noite, ainda que essa noite seja varrida por alguns ferozes projetores. Ainda que por pouco tempo. Ainda que por pouca coisa a ser vista (Didi-Huberman, 2011, p. 45-52).

As obras progressistas “do todo da máquina”, materializadas neste estudo pelas usinas hidrelétricas, possibilitaram a distribuição de luz e energia através de “projetores ferozes”, em locais antes dominados pela escuridão, pela vida pacata sertão adentro. Em eminente apagamento, resquícios materiais das antigas cidades exprimem “o presente de sua sobrevivência” seja ao longo do rio, demarcando onde um dia fora a cidade, ou mesmo nas terras do sertão nordestino remetendo, de forma indireta (ou direta), à antiga cidade. Para ilustrar essa ideia, foi separada uma (ou duas) sobrevivência(s) para cada cidade. Dentre essas, três são ruínas, mapeadas (Figura 3) em referência às suas respectivas cidades antigas: a caixa d’água de Rodelas, uma estrada pavimentada remanescente, que dava acesso à antiga Petrolândia, e a Igreja Sagrado Coração de Jesus, localizada na antiga Barreiras, município da velha Petrolândia.



A Igreja Sagrado Coração de Jesus: Petrolândia (PE)

Logo antes da abertura das comportas da barragem de Luiz Gonzaga (1988) ficou acordado, por parte dos integrantes da CHESF à frente do projeto, que todos os edifícios das antigas cidades deveriam ser demolidos antes de sua inundação, artifício utilizado para apressar a retirada da população (Figueiredo, 2011). Existia, porém, uma ressalva: as igrejas deveriam ser mantidas por motivos religiosos. É o caso da Igreja do Sagrado Coração de Jesus, antigamente localizada na área rural – mais afastada do centro antigo de Petrolândia – alcunhada de Barreiras. Por consequência, como efeito da estiagem aguda na região e a baixa do reservatório, as ruínas da igreja emergem, assim, como uma figura fantasmática de um antepassado longínquo e arruinado:

Uma assombração? É algo ou alguém que volta sempre, sobrevive a tudo, reaparece de tempos em tempos, enuncia uma verdade quanto à origem. [...] Mas que, entretanto, é impossível reconhecer com clareza. [...] (Didi-Huberman, 2002 *apud* Jacques, 2020, p. 51).

Antigamente, na velha Petrolândia existiam duas igrejas: a igreja matriz (hoje submersa, a aproximadamente 20 metros da superfície) – cujas ruínas foram identificadas em 2017 –, e a Igreja do Sagrado Coração de Jesus (Figura 6) (ainda de pé e parcialmente submersa, com sua base a praticamente 10 metros de profundidade): resistente, a 35 anos, ao alagamento provocado pela construção da barragem de Itaparica.

A sua construção teve início em 1940 e sua obra nunca chegou a ser finalizada. A igreja abrigava as festas inseridas na programação cultural da cidade, sendo a mais destacada delas a festa do padroeiro São Francisco, que ocorria em outubro (GOMINHO; CARNEIRO, 2020). Hoje, restam apenas ruínas de sua cobertura em abóbodas de tijolo e cimento aparente que, devido a sua exuberância *assombrosa* e imponente, fez com que a velha Petrolândia fosse denominada de “Atlântida Brasileira”.



A rodovia: Petrolândia (PE)

Contrao-se ao caráter de permanência da Igreja Sagrado Coração de Jesus, a natureza *limiar*¹⁴ incorporada pela rodovia que dava acesso direto à Antiga Petrolândia (Figura 8) intermedia uma transição não entre lugares, mas, principalmente, entre tempos.

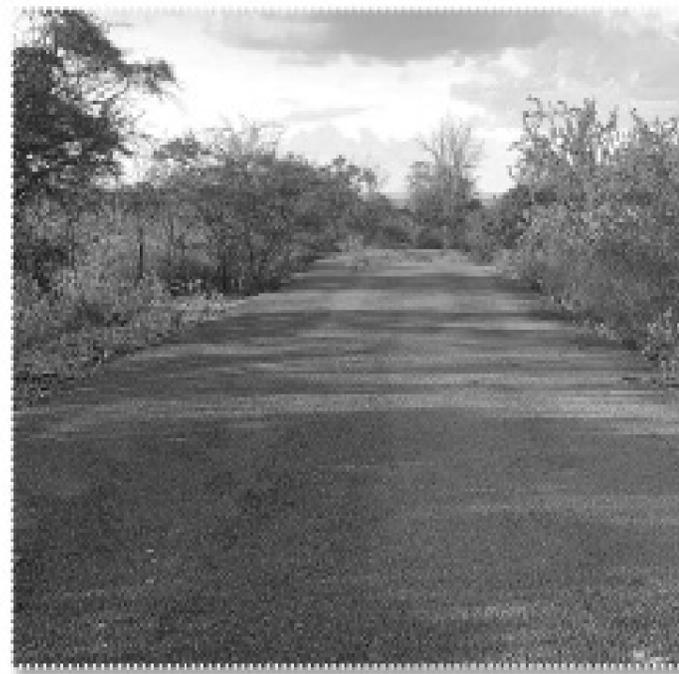
O terreno em que se encontra tal estrada pode ser acessado partindo da cidade Nova Petrolândia e seguindo pela BR-110, por cerca de 17 km, até o sítio conhecido como Brejinho de Fora. Adjacente à via principal dessa vila rural, logo é avistada uma estrada de terra, barrada por um portão amadeirado que, por sua vez, cerceia tais terras privativas. Permitida a entrada¹⁵ na propriedade, dirige-se por aproximadamente 5 km pela estrada de terra até alcançar uma trilha, daí em diante, percorrida a pé. No meio da trilha, próximo ao Serrote do Padre, o percurso até então de terra é interrompido pela rodovia – ainda pavimentada e intacta, com aproximadamente 1 km de extensão – que desemboca no Lago de Itaparica, recobrando o que antes era a velha cidade (Figura 7).

Circundada por cactos e pela caatinga, a rodovia hoje, metaforicamente, parte de um lugar conhecido (presente) rumo a lugar nenhum (passado) (Figura 8). Configurado por um passado interrompido, alagado e perdido, o estricto destino da rodovia – a antiga Petrolândia – está localizado em um outro tempo. A estrada funciona, então, como uma espécie de ponte entre tempos heterogêneos – um espaço anacrônico¹⁶ “aberto e fechado ao mesmo tempo” (Didi-Huberman, 1998, p. 243) – onde “se interpenetram sonho e vigília, utopia e ruína, projeto e rastro” (Jacques; Velloso, 2023, p. 129).

14 Nas palavras de Paola Berenstein (2023, p. 127): “a experiência [...] do limiar é, assim, aquela do atravessamento, do movimento, da transição entre espaços distintos. Limiares são espaços intermediários, que permitem o trânsito entre diferentes ambiências, por vezes antagônicas”.

15 No caso, a população de Brejinho de Fora contactou o proprietário do terreno que, por sua vez, encaminhou seu assistente para guiar a autora (em 2021) pelas terras até que pudesse ser alcançada a antiga rodovia que dava acesso à Petrolândia.

16 Definido como “a intrusão de uma época na outra” (Didi-Huberman, 2015, p.34).



A caixa d’água: Rodelas (BA)

Diferente das duas sobrevivências mencionadas acima, a caixa d’água da antiga cidade de Rodelas (Figura 9) pode ser observada diariamente pelos habitantes do novo núcleo. A visão da caixa d’água foi facilitada em decorrência de dois fatores principais: da topografia e de sua proximidade à sede precedente. Além da cidade nova possuir uma topografia em declive na direção ao Lago de Itaparica, de forma que o seu centro urbano esteja no topo, favorecendo a visão da caixa d’água abaixo; a cidade atual foi implantada contígua a sua antiga sede (Figura 3), o que faz sua reminiscência¹⁷ se encontrar mais próxima e perceptível.

Atualmente, a caixa d’água foi tão somente o que resistiu da cidade anterior. Perante as mudanças irremediáveis impressas na paisagem urbana do local, a imagem da caixa d’água funciona, então, como um ponto de referência, concentrador de arquivos memoriais depositados por cada residente da antiga e da nova cidade. Com isso, apesar dos deslocamentos temporais e espaciais das populações, as lembranças da comunidade, de alguma forma, permanecem: “se a vida é errante, sedentária é a memória e, embora sem cessar deambulemos, nossas lembranças, fixas nos lugares que deixamos, aí continuam sua rotina cotidiana [...]” (Proust, 1995, p. 246).

Nesse sentido, a figura da caixa d’água vincula-se a um novo conceito de imagem benjaminiano, ligado muito mais à memória – a sua imagem mnêmica em construção –, do que à própria fruição contemplativa *stricto sensu* da visão. Essa transição evidente da esfera da visão à da memória restitui à imagem suas faculdades auráticas¹⁸ e

17 Quanto às reminiscências, é interessante notar que, por pouco tempo, sobreviveram na área alagada, também, alguns poucos prédios – entre eles, a Igreja de São João Batista e o sobrado (onde, durante anos, foi consolidada a primeira escola da cidade) – que não puderam ser demolidos a tempo, mas que foram logo consumidas pelas águas do rio.

18 “Aurático, em consequência, seria o objeto cuja aparição desdobra, para além de sua própria visibilidade, o que devemos denominar suas imagens, suas imagens em constelações ou em nuvens, que se impõem a nós como outras tantas figuras associadas, que surgem, se aproximam e se afastam para poetizar, trabalhar, abrir tanto seu aspecto quanto sua significação, para fazer delas uma obra do inconsciente. E essa memória, é claro, está para o tempo linear assim como a visibilidade aurática para



Figura 9 – Caixa d'água remanescente da antiga cidade de Rodelas. Fonte da imagem à esquerda: <amyccaseypainting.com>, adaptada pela autora, 2023. Fonte da imagem à direita: autora, 2021.

proporciona, por conseguinte, a insurgência daquilo que Walter Benjamin denomina de a verdadeira imagem do passado (Gagnebin, 2014) que, na verdade, é uma imagem da memória. Tal imagem, portanto, representa o pretérito não como ele realmente foi, mas como a sua reminiscência é deflagrada e apropriada, no momento presente: “A verdadeira imagem do passado perpassa, veloz. O passado só se deixa fixar, como imagem que relampeja irreversivelmente, no momento em que é reconhecido” (Benjamin, 1985, p. 224).

No instante da rememoração, portanto, a relação estabelecida entre o passado vivo (a memória) e o presente ativo (o seu reconhecimento) gera uma dialética, pois, “enquanto a relação do presente com o passado é puramente temporal e contínua, a relação do ocorrido com o agora é dialética – não é uma progressão, e sim uma imagem [imóvel] que salta”. (Benjamin, 2006, p. 504). A “imobilidade” dessa imagem que emerge se refere a sua capacidade de abarcar um campo de tensões (que perpassam as esferas da tese e antítese; do sensível e inteligível) de forma que seu movimento não precise se resolver numa síntese final: está suspensa em sua própria ambiguidade (Matos, 1999, p. 56).

Narrativas polifônicas ecoam, lampejos de imagens sobrepõem e dialéticas imprevistas congelam memórias nesse repositório aquático. Um campo de tensões suspenso em sua própria ambiguidade *mimética*¹⁹: uma caixa d'água que resistiu ao represamento das águas do presente, apesar de ser, em si mesma, um equipamento (em uma escala muito menor) de retenção água; entretanto, no caso, remete às águas do passado: o da cidade anterior.

a visibilidade “objetiva”: ou seja, todos os tempos nela serão trançados, feitos e desfeitos, contraditos e superdimensionados” (Didi-Huberman, 2010, p.149).

19 “Deve-se refletir ainda que nem as forças miméticas nem as coisas miméticas, seu objeto, permaneceram as mesmas no curso do tempo; que com a passagem dos séculos a energia mimética, e com ela o dom da apreensão mimética, abandonou certos espaços, talvez ocupando outros” (Benjamin, 1989, p. 108).

O asteroide: Itacuruba (PE)

Dentre as três cidades abordadas, Itacuruba é a única em que não restaram ruínas em si, mas uma *sobrevivência*: um asteroide. A sete quilômetros da nova cidade de Itacuruba, entre a nova cidade e, mais próximo ainda, do local em que costumava ser a antiga cidade (a cerca de três quilômetros e meio) estão instaladas duas obras: o Observatório do CEA (Centro de Estudos Astronômicos) (Figura 9) – obra incompleta que conforma uma espécie de mirante para uma grande extensão do Rio São Francisco – e o Observatório Astronômico do Sertão de Itaparica (OASI) (Figura 10), obra finalizada que dispõe de um telescópio robótico cuja função é rastrear, monitorar e pesquisar asteroides de órbitas próximas à Terra. Itacuruba foi, conseqüentemente, escolhida como sede de tais equipamentos astronômicos devido aos baixos índices pluviométricos na região, além do fato de as cidades vizinhas terem no máximo 30 mil habitantes e, por conseguinte, emitirem uma baixa interferência luminosa.

Na escuridão do sertão, o Observatório Astronômico do Sertão de Itaparica (OASI), integrante do projeto IMPACTON (Iniciativa de Mapeamento e Pesquisa de Asteroides nas Cercanias da Terra no Observatório Nacional), deu início a sua operacionalização em 2011. No dia 13 de abril de 2017, por sua vez, foi anunciado que o asteroide do cinturão principal 10468, descoberto em 1981 – por coincidência, ano de concepção do novo plano urbano de Itacuruba –, denominar-se-ia de “Itacuruba” em homenagem a própria cidade.

Dessa forma, mesmo que a própria cidade nova deixe de existir (como ocorreu com a cidade antiga), o asteroide Itacuruba permanecerá (quem sabe?) vagando pelo espaço, remetendo simbolicamente tanto à cidade antiga quanto à cidade nova, de mesmo nome. Tendo em vista que *sobrevivência* remete a um elemento que *sobrevive* de um período em outro distinto – ao invés de promover a resistência do passado no presente, a existência desse corpo celeste simboliza a resistência do passado e do presente no futuro. O Observatório, portanto, proporciona a visibilidade de dimensões e corpos ainda pouco explorados – de um “porvir” latente – através dos quais, lampejos e relâmpagos sobreviventes de um “outrora” e do “agora” das cidades de Itacuruba, de repente, ainda podem atravessar. Cidades essas que, saturadas de *imagens mnésicas* e “constelações ricas de Futuro” (Didi-Huberman, 2011, p. 62), são capazes de sobreviver em outras materialidades, nem que essas sejam asteroides errantes e longínquos.

Considerações finais: paisagens antropocênicas, ruínas fantásmicas

Sempre, diante da imagem, estamos diante do tempo. Como [...] diante do vão de uma porta aberta. [...] Diante dessa imagem, nosso presente pode, de repente, se ver capturado e, ao mesmo tempo, revelado na experiência do olhar. [...] Diante de uma imagem - por mais antiga que seja -, o presente nunca cessa de se reconfigurar [...] Diante de uma imagem [...] o passado nunca cessa de se reconfigurar, visto que essa imagem só se torna pensável numa construção da memória [...] Mas como estarmos à altura de todos os tempos que essa imagem, diante de nós, conjuga em tantos planos? E como dar conta do presente dessa experiência, da memória que ela convocava, do futuro que ela insinuava? (Didi-Huberman, 2015, p. 15-16).



Figura 10 – Da esquerda para direita: Observatório do CEA (Centro de Estudos Astronômicos) e Observatório Astronômico do Sertão de Itaparica (OASI). Fonte da imagem à esquerda: autora, 2021. Fonte da imagem à direita: <gov.br>, adaptada pela autora, 2023.

Diante do rio São Francisco, como diante de uma imagem, estamos perante vários rios – rios do passado (da imagem mnésica) e do presente (do lampejo do agora) que não cessam de se reconfigurar na criação de rio do futuro que se insinua –, um limiar moldado a partir da confluência de múltiplas paisagens (Tsing, 2019) que se unem e se desenvolvem, em contínuos processos de interação entre humanos e não-humanos. Ultimamente, as relações entre o homem e natureza ao longo do Velho Chico vem provocando profundas transformações: rupturas, desintegrações sociais, ruínas e rearranjos ambientais. Sucessivos processos de degradação foram acelerados a partir de 1945, uma vez que ações estatais e institucionais promoveram a geração de energia e o desenvolvimento da agricultura irrigada às margens do rio, por meio de projetos economicamente lucrativos, porém, socio-ambientalmente calamitosos (Costa, 2019). O então “polígono das secas” – com a abertura das comportas das usinas –, transformasse, de uma hora para outra, numa grande “mancha irrigada” de reservatórios. A água avança pela paisagem, inundando o que antes eram solos férteis de terras agricultáveis ruindo, também, as dinâmicas dos ecossistemas aquáticos e, conseqüentemente, das atividades locais da pesca antes realizadas no Rio. Desintegra-se, assim, a força de trabalho das comunidades ribeirinhas – previamente centralizada na agricultura e na pesca (Torres, 2016) – assim como rompe-se com a história, a identidade cultural e as relações prévias estabelecidas entre o homem e natureza, na região. Quanto às relações ambientais, além do rearranjo da fauna e da flora, a construção das usinas hidrelétricas, ao contrário do que se pensa, também corrobora para o agravamento das mudanças climáticas, a partir da emissão nociva do gás metano:

Os reservatórios emitem gás metano, cujo efeito estufa é maior do que o gás carbono. O gás metano é proveniente da decomposição de plantas que surgem quando o nível do reservatório está baixo a ponto de formar um lamaçal. Com a subida do nível d’água elas se decompõem no fundo onde não existe oxigênio. De um modo geral, o *empresariado* desconsidera que as usinas têm alterado a fisionomia dos rios, prejudicando a pesca e a navegação, pois suas operacionalizações, a exemplo do controle de vazões, não estão sendo feitas de forma mais racional para promover a equidade do uso das águas fluviais (Guedes, 2019, p.45).

A criação de usinas hidrelétricas e barragens, sistemas de irrigação e, mais tarde, canais de transposição acoplados ao rio o moldaram e o moldam, promovendo a criação de novas paisagens: as paisagens industriais ou desenvolvimentistas. Tais paisagens refletem severas alterações de origem antropogênica, percebidas nos procedimentos biogeoquímicos da Terra, a ponto de ter introduzido uma nova época geológica no planeta: o Antropoceno (Costa, 2019). O uso rio Velho Chico, então, vive sob repetidas violências reverberadas nessa nova fase, acompanhada de destruições, conflitos e desaparecimentos. Com isso, ao lado do luto por tudo aquilo que se extingue e se transforma, surge a urgência de fazer viver e *sobreviver* o que está em eminente desaparecimento, mas permanece.

Adocumentação e o mapeamento do conjunto de reminiscências das cidades inundadas, vislumbra novas formas compreensão e articulação da paisagem, tendo em vista o desdobramento imagético e aurático de suas múltiplas temporalidades. Fragmentos, intervalos e limiares se conectam nessa montagem lampejante de sobrevivências, conformando constelações:

Ainda que beirando o chão, ainda que emitindo uma luz bem fraca, ainda que se deslocando lentamente, não desenham os vaga-lumes, rigorosamente falando, uma tal constelação? (Didi-Huberman, 2011, p. 60-61, grifos nossos).

De acordo com Benjamin, o conceito de constelação reside na ligação entre os elementos (as estrelas) de um conjunto (linhas invisíveis que traçam um grupamento constelar), relação que se exprime não somente pela contiguidade entre as estrelas, como também pelo sentido adquirido pelo conjunto (Jacques; Velloso, 2023). Cada estrela, lampejo ou sobrevivência das cidades inundadas (a Igreja Sagrado Coração de Jesus, a rodovia; a caixa d’água e o asteroide) delimita um extremo de linha que a liga a outra estrela, localizada em outro extremo singular. Nesse desenho de linhas imaginárias, configura-se uma forma desprovida de centro que permite a eclosão de fragmentos descontínuos, devido ao vazio que os separa. “Constelações ricas de Futuro” (Didi-Huberman, 2011, p. 62) correlacionadas por ressurgências temporais entre frestas e incompletudes de paisagens em ruínas (Tsing, 2019) que apontam para a resistência de refúgios mnésicos, a partir do restabelecimento e reconhecimento dos agenciamentos coletivos:

Essa imagem da constelação de vaga-lumes como a reunião de minúsculos fragmentos de poder em uma unidade maior, como uma cristalização do ato de resistência, fornece-nos, de fato, uma preciosa fórmula para o nosso futuro, ensina-nos um caminho a seguir: tal qual o signo da constelação, nossa sobrevivência é um fenômeno que somente se exprime por meio de um coletivo (Martins, 2020, p. 58).

Referências

- BAPTISTA, Marcio; CARDOSO, Adriana. "Rios e cidades: uma longa e sinuosa história..." In: *Rev. UFMG*. Belo Horizonte, 2013, v. 20, n. 2, p. 124–153.
- BENJAMIN, W. *Passagens*. (Tradução de Irene Aron e Cleonice Paes Barreto Mourão). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.
- BENJAMIN, Walter. *Obras Escolhidas: Magia e Técnica, Arte e Política*. Tradução Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de História. In: *Obras Escolhidas*. Vol. I, São Paulo: Brasiliense, 1985.
- BRIZUELA, Natalia. *Fotografia e Império. Paisagens para um Brasil moderno*. São Paulo: Companhia das Letras; IMS, 2012.
- CARPINTÉRO, Marisa Varanda Teixeira; CERASOLI, Josianne França. A cidade como história. *História. Questões e Debates*, v. 26, p. 60-101, 2009.
- CORSI, F. L. *Estado Novo: política externa e projeto nacional*. São Paulo: UNESP, 2000.
- COSTA, A.C. *Cosmopolíticas da Terra: modos de existência e resistência no Antropoceno*. Tese (Doutorado em Filosofia), Programa de Pós-Graduação em Filosofia da PUC-Rio, 2019.
- DIDI-HUBERMAN, G. *A imagem sobrevivente: História da arte e tempo dos fantasmas segundo Aby Warburg*. Rio de Janeiro: Contraponto / Museu de Arte do Rio de Janeiro, 2013, 506 páginas, 96 ilustrações. Tradução: Vera Ribeiro.
- DIDI-HUBERMAN, G. *Diante do tempo: história da arte e anacronismo das imagens*. Tradução por Vera Casa Nova, Márcia Arbex. Belo Horizonte : Editora UFMG, 2015. 328 p.: il. (Humanitas).
- DIDI-HUBERMAN, Georges. *O que vemos, o que nos olha*. São Paulo: Editora 34, 1998.
- DIDI-HUBERMAN, G. *Sobrevivência dos vaga-lumes*. Tradução por Vera Casa Nova e Márcia Arbex. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.
- FIGUEIREDO, M. S. *Exílio: Pertencimentos e reconhecimentos em populações deslocadas - o caso Itacuruba*. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Antropologia, UFPE, Recife, 2011.
- GAGNEBIN, J. M. *Limiar, aura e rememoração: ensaios sobre Walter Benjamin*. São Paulo: ed. 34, 2014.
- GOMINHO, K. C.; CARNEIRO, H. Velha Petrolândia: memórias de uma cidade perdida no semiárido pernambucano. *Desenvolvimento e Meio Ambiente, Sistema Eletrônico de Revistas SER/ UFPR*. Edição especial - Sociedade e ambiente no Semiárido: controvérsias e abordagens. v. 55, p. 262-279, dez. 2020.
- GUEDES, Cristiane Montalvão. *E o mar vai virar sertão? navegabilidade e problemas ambientais no Baixo São Francisco*. 2019. 258 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2019.
- HESSE, Hermann. *Sidarta*. Tradução por Herbert Caro. Rio de Janeiro: O Globo, 2003, 88 p.
- JACQUES, Paola; VELLOSO, Rita. *Enigma das cidades: ensaio de epistemologia urbana em Walter Benjamin*. Salvador: Edufba, 2023.
- JACQUES, Paola Berenstein. *Fantasmas modernos: montagem de uma outra herança* v. 1. Salvador : EDUFBA, 2020. 423 p.
- JACQUES, Paola Berenstein. *Montagem de uma outra herança: urbanismo, memória e alteridade*. Tese acadêmica (Defesa para Professor Titular). Salvador: FAUFBA, 2018.
- JANSEN, Robert B. – Dams and public safety. US Department of the Interior. Bureau of Reclamation, 1983.
- LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Tradução por Bernardo Leitão et al. 5ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003. 544p.
- MACFARLANE, Robert. "Life in ruins." In: BROWN, William; FABIAN, Andrew (ed.). *Life*. Cambridge: Cambridge University Press, 2014, p. 124-146.
- MARTINS, Élide Mara Alves Dantas. Constelações de vagalumes: Bruno Schulz e outros insetos fosforescentes no cosmos da palavra poética. 2020. 198 f. Tese (Doutorado em Estudos Literários) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2020.
- MATE, Reyes. *Meia-noite na história: comentários às teses de Walter Benjamin "Sobre o conceito de história"*. Tradução: Nélio Schneider. São Leopoldo, RS: Ed. UNISINOS, 2011.
- MATOS, O. *O iluminismo revolucionário: Benjamin, leitor de Descartes e Kant*. São Paulo: Brasileinse, 1999.
- MELLO, S. S. *Na beira do rio tem uma cidade: urbanidade e valorização dos corpos d'água*. 2008. 348f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, 2008.
- PROUST, M. *O Tempo redescoberto*. Tradução Lúcia Miguel Pereira. Ensaio crítico Olgária Chaim Féres Matos; Leda Tenório da Motta. 12ª ed. rev. por Olgária Chaim Féres Matos. São Paulo: Globo, 1995.
- ROSA, João Guimarães. *Grande sertão: veredas* [1956]. 19ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- SILVA, Antonio Willamys Fernandes da. *Do Plano da Região ao Traçado Urbano: A experiência de planejamento integrado da Chesf*. Novas Edições Acadêmicas: 24.08.2020. ISBN: 978-620-2-56150-1.
- SILVA, Moacir M. F. Geografia dos transportes no Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro: IBGE, ano I, nº. 3, 1939, p. 67.

SUASSUNA, C. C. de A.; PAULETTE, C. Y. R. D. *Dano moral ambiental coletivo em populações atingidas por empreendimentos hidrelétricos: o caso de Petrolândia - PE*. 2005. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Gestão e Políticas Ambientais, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005.

TORRES, Avani Terezinha Gonçalves. *Os meandros da política hídrica do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco : representatividade, efetividade, e formação de hidroterritórios*. 2016. 356 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2016.

TREVISAN, R. *Cidades novas*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2020.

TREVISAN, Ricardo; TEIXEIRA, Carolina Guida; VIEIRA, Mariana Verlangueiro; MULLER, Cristina Besen; *Matérias demolidas, memórias resistentes: Narrativas sobre três cidades submersas*. In: *Anais do XVII SHCU, 2022*, Belo Horizonte.

TSING, Anna L. *Viver nas ruínas: paisagens multiespécies no Antropoceno*. Thiago Mota Cardoso e Rafael Victorino Devos (org.), Brasília, IEB Mil Folhas, 2019

VIOLLET, Pierre. *História das civilizações antigas*. São Paulo: Globo, 2004.

HABITAR O PÓS-ANTROPOCENO

Os afetos e seus transbordamentos em um trecho não tamponado do Córrego do Veado em Presidente Prudente/SP

INHABITING THE POST-ANTHROPOCENE
Affections and their overflows in an unbuffered section of the Córrego do Veado in Presidente Prudente/SP

Vitória Lisiré Passarini¹ e Hélio Hirao²

Resumo

O artigo compartilha uma apreensão dos afetos compartilhados a partir do habitar na paisagem no contexto do Antropoceno. Investiga sob um olhar Ecosófico, a relação dos corpos que habitam essa paisagem urbana pelas margens semi-preservedas do Córrego do Veado, a partir de um trecho não tamponado. A pesquisa reconhece os desvios e a potência da paisagem na criação de novos significados para o habitar no contexto do Pós-Antropoceno. Estabelece, por fim, um diálogo possível entre outras perspectivas e abordagens do espaço rizomático nesse contexto, ao experimentar a ambiência com os transbordamentos dos atravessamento dos afetos pelos corpos. Através do método da deriva e da cartografia faz-se o reconhecimento desses afetos e seus transbordamentos singulares.

Palavras chave: corpo, Ecosofia, paisagem, cartografia, afeto.

Abstract

The article shares an apprehension of the affections shared from living in the landscape. It investigates, from an Ecosophical perspective, the relationship between the bodies that inhabit this urban landscape along the semi-preserved banks of the Córrego do Veado, from an unpaved stretch. The research recognizes the deviations and power of the landscape in creating new meanings for living in the context of the Post-Anthropocene. Finally, it establishes a possible dialogue between other perspectives and approaches to the rhizomatic space in this context by experiencing the ambience with and overflows of the crossing of affections through bodies. Through the method of drift and cartography, these affections and their singular overflows.

Keywords: body, Ecosophy, landscape, cartography, affection.

Introdução: paisagen O corpo e a paisagem no antropoceno

É o fato de habitar a paisagem que nos intriga a pensá-la enquanto um produto do pensamento humano ou ainda um objeto a ser transformado. O Antropoceno, por sua vez, revelou ao homem os efeitos não projetados, que as alterações na paisagem enquanto objeto a seu serviço ocasionam. Tsing (2019), descreve o Antropoceno enquanto a era dos desequilíbrios provocados pelo homem, mas também da resposta feral da natureza e da adaptação das outras formas de vida à ideia de paisagem do ser humano. Ainda Segundo Tsing(2019), “à medida que as infraestruturas industriais e imperiais se espalham, os efeitos não projetados disparam em todo o planeta. Nenhum de nós pode escapar a essa ecologia feiral” (Tsing, 2019, p.8).

Trata-se de uma “vida em ruínas”(Tsing, 2019, p.8), nas quais o homem é convidado pelo meio a refletir sobre seu papel e as suas ações no planeta Terra no qual co-habita junto a outras espécies, e não tem o poder absoluto como se imaginava. Nesse sentido, como se pode imaginar um cenário outro para a vida humana em meio às ruínas deixadas pelo Antropoceno? Como criar uma cosmovisão outra para se habitar física e mentalmente no Pós-Antropoceno?

Diante disso, Krenak (2020) aponta a necessidade de habitar outras perspectivas, para além da visão do ser humano de se relacionar com a cosmovisão animal, vegetal, ancestral, da terra, do ar, do solo. De outro modo, para o autor se está apegado pela construção do imaginário coletivo do Antropoceno a uma ideia fixa de retrato da Terra e da humanidade. No entanto, segundo ele, ignora-se o fato de que a terra já possuiu outras configurações “inclusive sem a espécie humana”. Nesse sentido, uma saída possível para refletir-se a vida no contexto do Pós-Antropoceno, passa necessariamente pela resignificação do sentido de habitar o mundo e as paisagens, e oferecer ao corpo a possibilidade de habitar outras cosmovisões a partir disso.

Nesse sentido, para Besse(2013) o conceito de paisagem vai além de um projeto humano, mas diz respeito à forma como se habita o mundo e de se relacionar com as diferentes perspectivas que compõem a paisagem. Em outras palavras, ao se conceber a paisagem como espaço vivido, os modos de agir não se separam dos modos de pensar e agir no espaço físico. Nesse sentido, parte-se da definição de paisagem dada por Besse (2013), na qual a paisagem se constitui enquanto uma “parte inseparável do que constitui a nossa vida e o nosso ser tanto nos planos coletivos como nos individuais”.

Diante disso, o desafio de pensar a paisagem no pós-antropoceno se justapõe ao desafio de transpor os dualismos teóricos e práticos que foram estabelecidos até então. Pensar do ponto de vista do habitar, implica avaliar a relação do homem com a paisagem para além da simples separação entre o corpo e o meio, entre o que é sentido e o que é percebido, entre percepto e afecto. Habitar significa pensar em modos de agir em consonância com o sentir. Ambos conceitos que outrora estiveram separados se fundem no ato de habitar para compor o que chamamos de o ser da paisagem. Trata-se do sentimento de co-pertença: “O homem está no mundo e o mundo está no homem: paisagem é o nome e o local dessa circulação entre homem e mundo, dessa mistura.”(Besse, 2013, p.34).

¹ Aluna de graduação em Arquitetura e Urbanismo e bolsista PIBIC do programa de iniciação científica da Faculdade de Ciências e Tecnologias FCT - UNESP Universidade Estadual Paulista, Campus de Presidente Prudente.

² Professor Assistente Doutor do Departamento de Planejamento, Urbanismo e Ambiente da FCT-UNESP. Professor do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design (FAAC-UNESP). Coordena o Grupo de Pesquisa “Projeto,Arquitetura e Cidade”.

É justamente a metáfora da produção e o dispositivo de pensamento e de ação que deveríamos questionar aqui é analisar.[...] Paisagens são locais nos quais estamos inseridos, antes de serem objetos de contemplação ou de criação. Nós habitamos as paisagens, **não nos satisfaz observá-las com um olhar distraído ou desconcertado. Não nos satisfaz querê-las ou querê-las transformar.** (Besse, 2013, p. 35).

A respeito das novas práticas sob a paisagem, Besse (2013) destaca que é no âmbito do viver que podemos obter tais respostas. Nessa perspectiva, propõe-se a ideia de uma Ecosofia (Guattari, 1990) como motivadora de novos agenciamentos existenciais que visem a ressingularização da vida. Tecer uma (eco)lógica cujo objetivo seja a ressingularização dos corpos, das ideias, de políticas, das paisagens e do significado que damos à ela.

A Ecosofia parte do princípio comum à ecologia ambiental, conecta-se de infinitos modos com o meio em que se vive. Não se pode, por exemplo, imaginar um animal vivendo isolado do seu meio, quando esse animal é extinto leva consigo parte do mundo da qual faz parte. Em outras palavras, não há uma hierarquia nas relações ecológicas, apenas partes de um rizoma que se estendem ao infinito.

Não existe hierarquia de conjunto que aloja e localize num dado nível os componentes de enunciação. Estes são compostos de elementos heterogêneos tomando consistência e persistência comum por ocasião de passagens de limites constitutivos de um mundo em detrimento de outro. Os operadores dessa cristalização são fragmentos de cadeias discursivas a-significantes que Schlegel comparava a obras de arte (“Semelhante a uma pequena obra de arte, um fragmento deve ser totalmente destacado do mundo ambiente e fechado sobre si mesmo como um ouriço”) (Guattari, 1990, p. 39).

Tem-se uma saída possível não apenas para os problemas práticos do mundo real, mas também para uma subjetividade global, que parece congelar-se diante de uma produção da existência essencialmente material. Desse modo, “Uma finalidade do trabalho social regulada de maneira unívoca por uma economia de lucro e por relações de poder só pode, no momento, levar a impasses dramáticos”(Guattari, 1990, p. 9). Vive-se hoje, em todas as dimensões, físicas e não-físicas, os dilemas decorrentes de uma progressiva homogeneização e congelamento das formas de ser e estar no mundo. A questão que se coloca, portanto, é: como se pode, a partir do corpo e da paisagem, reinventar as nossas formas de ver, ser e estar no mundo? Como então, a partir da realidade dada, habitar novos modos de ser e agir amparados pelo sentir e não mais pelas antigas vias que apartam os conceitos de sentir e agir?

Paisagem ecosófica (ou corpo ecosófico)

Para habitar-se uma paisagem ecosófica, é preciso habitar também um corpo ecosófico. O corpo é a paisagem e a paisagem é o corpo, é através dessa coexistência que se habita o mundo. Antes de discorrer sobre as características de paisagem ecosófica, cabe estabelecer de qual corpo se está falando aqui.

O corpo em questão, é o corpo físico capaz de sentir as texturas do mundo, mas funde-se a ideia de um corpo imaterial, ou um Corpo sem Órgãos (Deleuze, G.; Guattari F., 2010). Esse corpo é criado através de processos, é por si só, maleável e adaptável às exigências do cotidiano (mas nunca completamente, pois sempre há uma parte que

resiste). Esse mesmo corpo, sempre ligado ao entorno, possui a habilidade de abrir-se e fechar-se conforme os estímulos que o envolvem. É possível então, a depender dos estímulos que o meio oferece, ligar um *modus operandi* de ser e estar relacionado ao mundo físico que o rodeia. Andar depressa, evitar lugares, ou ser atraído por eles, todas formas de resposta (consciente ou não).

Fechado em si mesmo, cujo caminhar “não é vivido senão como uma simples locomoção” (Besse, 2013, p.50). O indivíduo torna-se passageiro no seu próprio corpo. Diante de um espaço que se fecha o corpo maleável, torna-se então resistente e passivo ao mundo que o rodeia. A conexão corpo-ambiente torna-se rasa, passiva.

O corpo ecosófico, por sua vez, abre-se ao mundo, não se permite ser manipulado por uma produção de subjetividade coletiva de mídia (Guattari, 1990). Com isso, afasta de si ideais unificadores. Expulsa qualquer ideia de resgate, não há nada a ser resgatado, o corpo é o que sempre foi, não precisa ser trazido para dentro das concepções modernas. Trata-se do corpo-corte em contrapartida ao corpo-planta do espetáculo, esse evidencia as relações de *sentido* entre as coisas, as microrugosidades da relação corpo-espaço, uma vez que “existem inúmeras outras maneiras de existir que se instauram fora da consciência” (Guattari, 1990, p.17).

Já o corpo-planta é tomado pelo espetáculo, vivendo à superfície dos cenários criados por esse. Habita o espaço apenas como um passageiro em si, como quem habita uma folha de papel em branco, lisa, planificada e setORIZADA. O corpo ecosófico, por sua vez, aproxima-se do conceito criado por Deleuze e Guattari (2010) de Corpo sem Órgãos:

Ele é o “limite do corpo vivido”, “limite imanente”(MP,186,191) na medida em que o corpo incide nele quando atravessado por “afetos” ou “devires” irredutíveis aos vividos fenomenológicos. Ele tampouco é um corpo próprio, já que seus devires desfazem a interioridade do eu (MP, 194 200, 203). Impessoal, nem por isso deixa de ser o lugar onde se conquista o **serne próprio**, numa experiência que excede o exercício regulado e codificado do desejo “separado do que ele pode”. Se o CsO³ não é o corpo vivido, mas seu limite, é porque remete a uma potência invisível como tal, a de um desejo sempre em marcha e **que nunca se deteria em formas**: a identidade produzir-produto [...]” (Zourabichvili, 2004, p.14). Grifo do autor.

O corpo ecosófico tem em comum com o CsO, o conjunto de práticas que o torna livre de uma setORIZAÇÃO e conquista com isso a sua identidade própria, uma subjetividade única. A identidade do CsO é produzida à medida que se vive, constituído de devires que não se resumem aos devires dados pela medicina, filosofia, geografia e etc. O CsO é rizoma (Deleuze; Guattari, 2010).

O rizoma, por sua vez, não possui começo nem fim, apenas uma trama de raízes que compõem o todo através de suas partes. Almeja-se atingir através desses conceitos o corte-bifurcação (Guattari, 1990, p. 41), isto é, o momento no qual as possibilidades de pensamento, de criação, de ser e estar no mundo não tem fim, a cada novo encontro uma bifurcação de caminhos possíveis é criada, como num rizoma. Em outras palavras, o corpo passa a operar através da ressingularização, da conquista do subjetivo, do

³ CsO é a abreviatura de Corpo sem Órgãos.

*De acordo com Zourabichvili(2004), os autores Deleuze e Guattari(2010) utilizam a abreviação do conceito como um mecanismo de defesa, a fim de preservar seu sentido operando em uma zona de profundidade e manter a natureza entre corpo e palavras, e de toda forma perdida.

múltiplo, do único, incapaz de ser aplainado, simplificado, domesticado.

Da mesma forma, pensar uma paisagem ecosófica, é pensar em uma paisagem bifurca, que se abre junto ao corpo à medida que amplia possibilidades de penetração, de troca, de criação de universos corporais e incorporais (Guattari, 1990) infinitos. É a transversalidade da paisagem que permite pensá-la junto ao corpo, funcionando em uníssono para formar o sentido do habitar.

Como surge o corpo ecosófico ?

É através dos agenciamentos da paisagem que esse corpo ecosófico pode emergir. O corpo ecosófico surge dentro dos processos existenciais de ruptura (dentro e fora de si) com padrões pré-estabelecidos. Não se trata de um corpo já pronto, setorizado, como o corpo ortogonal da medicina, da biologia, da química e das ordens psi. Assim como o CsO, o corpo ecosófico é criado à medida que existe, é potência em ação! São os afetos do mundo que penetram os poros desse corpo e passam a fazer parte dele transformando-o. Não se trata mais de uma parte inerte ao mundo, mas cuja existência está imbricada até o último fio de existência ao mundo. Esse corpo é criado à medida que caminhamos e experimentamos o mundo em sua multiplicidade.

Nesse contexto, destaca-se a importância do caminhar não apenas como forma de deslocamento, mas como uma fonte geradora do sentido da vida! De acordo com o autor, é no caminhar que constituímos nossos universos existenciais nos quais “O corpo vivo é o centro dos afetos, o centro e o receptáculo das espacialidades afetivas” (Besse, 2013, p.47). Desse modo, tem-se o corpo como a principal ferramenta para aprender o mundo e os afetos.

O autor defende ainda a ideia de um espaço urbano pensado em termos da plasticidade, tanto da paisagem quanto do corpo que a habita. Para o autor, o espaço da paisagem constitui diversos regimes de espacialidades distintas: regimes verticais, horizontais, laterais, frontais, etc, que podem ou não ter algum tipo de relação entre si. É através do caminhar que experimentamos a natureza fluida do espaço em seus diferentes ritmos. Nesse sentido, o caminhar se contrapõe à uma visão estática e totalizadora da paisagem, criticada por Besse (2013) enquanto uma “Visão do Estado” ou “Olhar de Deus”.

Nesta perspectiva, o autor coloca que é preciso criar novos hábitos em relação ao espaço geográfico, a fim de não mais considerá-lo como um absoluto, como um “quadro globalizante”, neutro, “no interior do qual é metida toda a realidade, os mundos, os homens etc”. Mas pensá-lo como o espaço da vida onde a vida acontece. E, também, compreendê-lo enquanto a base que constitui a porosidade do corpo através dos sentidos. Nesse sentido, o autor convida a repensar a base dos conceitos teóricos traçados até então sobre o espaço geográfico diante de tais pontos de vista.

É nesse contexto que este estudo se desenrola. Busca-se compreender a paisagem caminhando! E, através das diversas formas do sentir proporcionadas pela mesma. Utilizando-se do método da deriva cartográfica, objetiva-se apreender os transbordamentos da paisagem. Isto é, visa-se identificar e reconhecer as relações invisíveis que extrapolam os limites do urbano através de uma natureza que resiste e explode a racionalidade imposta à medida que existe! Os afetos do lugar atravessam o corpo, penetrando-o e o convidando a resistir também! O recorte espacial aqui estudado instiga o corpo através dos sentidos, convida-o a fazer desvios, a habitar mentalmente e fisicamente o espaço, e não mais a se comportar como um peão que flutua sobre as linhas imaginárias do espaço urbano planejado.



Figura 1 - Cartografia afetiva Vale do Córrego do Veado. Fonte: autor (2023).

Deriva e cartografia

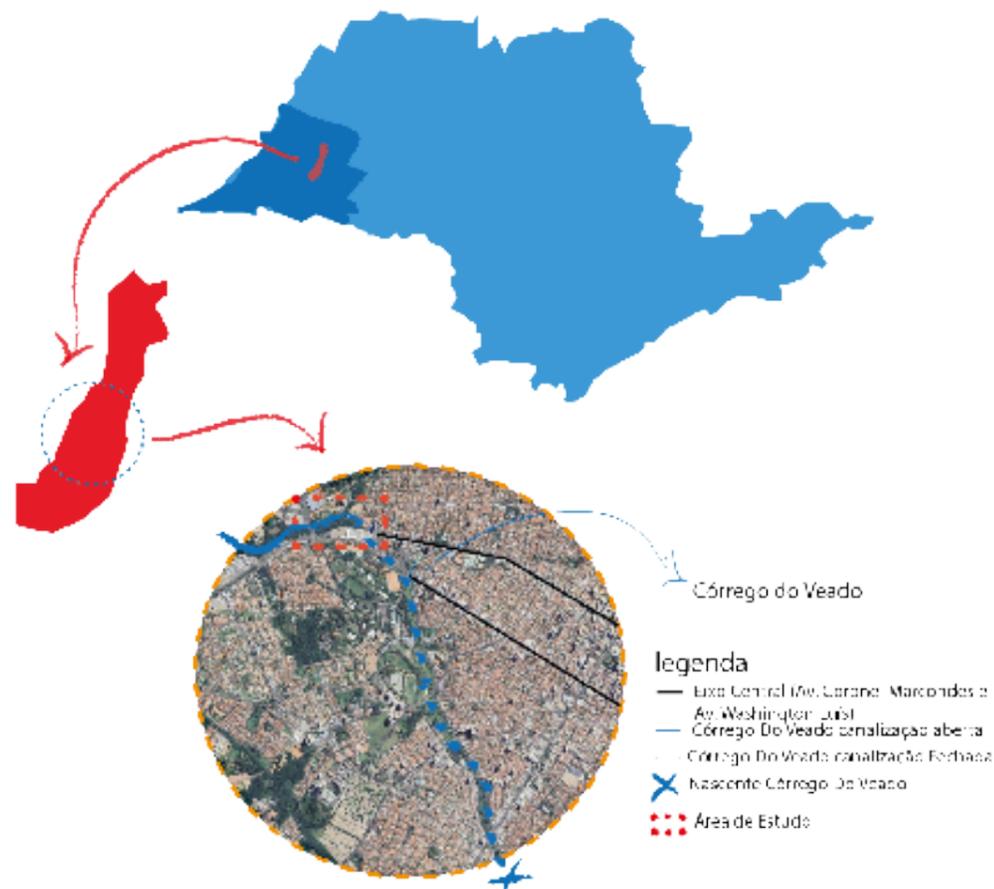
O estudo a seguir, se distancia por um momento da imparcialidade científica. Os objetivos da deriva e do método cartográfico somam-se à ecosofia: É preciso (re) singularizar! Desde o corpo, aos hábitos, até a experiência do habitar, não somente a paisagem mas a vida como um todo! Por isso, esta pesquisa caminha entre os desvios, atrás das linhas soltas, das pistas que revelam a aproximação com o real significado do habitar. Enfim, caminha-se em direção ao singular.

O ato da deriva acontece quando o pesquisador caminha sem um rumo pré-definido, é a atenção responsável por traçar o objetivo à medida que se caminha (Passos; Barros, 2015). De acordo com Kastrup (2015), durante o processo da deriva o pesquisador põe em funcionamento dois tipos de atenção: O primeiro tipo se trata da atenção flutuante, o conceito criado originalmente por Sigmund Freud contempla uma espécie de plano geral da atenção. Ela não se prende a nada, a princípio, e se conecta com tudo ao redor na mesma intensidade. Já o segundo tipo, descrito originalmente por Henri Bergson, é o conceito de reconhecimento atento.

Kastrup (2015), compara os dois tipos de atenção ao voo de um pássaro. O momento do sobrevoo se compara à atenção flutuante, enquanto o momento do pouso se iguala ao reconhecimento atento. Este último, por sua vez, representa o momento em que algo chama a atenção do pesquisador e ele desce em pouso a sua atenção ao fenômeno específico. Trata-se de visões diferentes: uma visão angular mais aberta, e uma forma de zoom, uma janela aberta para averiguar os processos de forma minuciosa.

Já a cartografia (Figura 1) trata-se de um método de registro, formulado por Gilles Deleuze e Félix Guattari (1995) que visa acompanhar um processo, e não apenas representar um objeto. De acordo com Kastrup (2015) “a cartografia como método de pesquisa é o traçado desse plano da experiência, acompanhando os efeitos (sobre o objeto, o pesquisador e a produção do conhecimento) do próprio percurso (singular) da investigação” (Kastrup, 2015, p.18).

Figura 2 - Córrego do Veado na malha urbana de Presidente Prudente/SP. Fonte: autor (2023).



A cartografia e a deriva subvertem a ideia de método científico e se aproximam da antiga arte do flunar, das errâncias urbanas e do relato. Para Passos; Barros (2015, p. 30) “o pesquisador cartógrafo mergulha no plano da experiência, lá onde conhecer e fazer se tornam inseparáveis, impedindo qualquer pretensão à neutralidade ou mesmo suposição de um sujeito e de um objeto cognoscentes prévios à relação que os liga”. De acordo com os autores, ambos cartógrafo e objeto fazem parte de um mesmo plano implicacional do conhecimento e, mais do que articulados em razão dele, ambos constituem-se mutuamente através do plano. Por esse motivo, a deriva cartográfica é considerada um método-intervenção de fazer ciência.

Em relação ao relato, Guattari (1990) explica que é através deste que as informações mais antigas da história da humanidade foram perpetuadas ao longo do tempo, antes mesmo de existirem formas físicas de registrar a informação a ser passada adiante. Dessa forma, o autor cita Walter Benjamin como fonte para compreendermos a diferença entre o relato e a informação pura:

Quando a informação se substitui à antiga relação, quando ela própria cede lugar à **sensação**, esse duplo processo reflete uma crescente **degradação da experiência**. Todas essas formas, cada uma à sua maneira, se destacam do relato, que é uma das mais antigas formas de comunicação. A diferença da informação, o relato não se preocupa em transmitir o puro em si do acontecimento, ele o incorpora na própria vida daquele que conta, para comunicá-lo como sua própria experiência àquele que escuta. Dessa maneira o narrador deixa nele seu traço, como a mão do artesão no vaso de argila (Guattari, 1990, p. 53 *apud* Walter Benjamin, *Essais 2*, trad. Maurice de Gandillac. Paris, Denoël, Gonthier, 1983, p. 148).

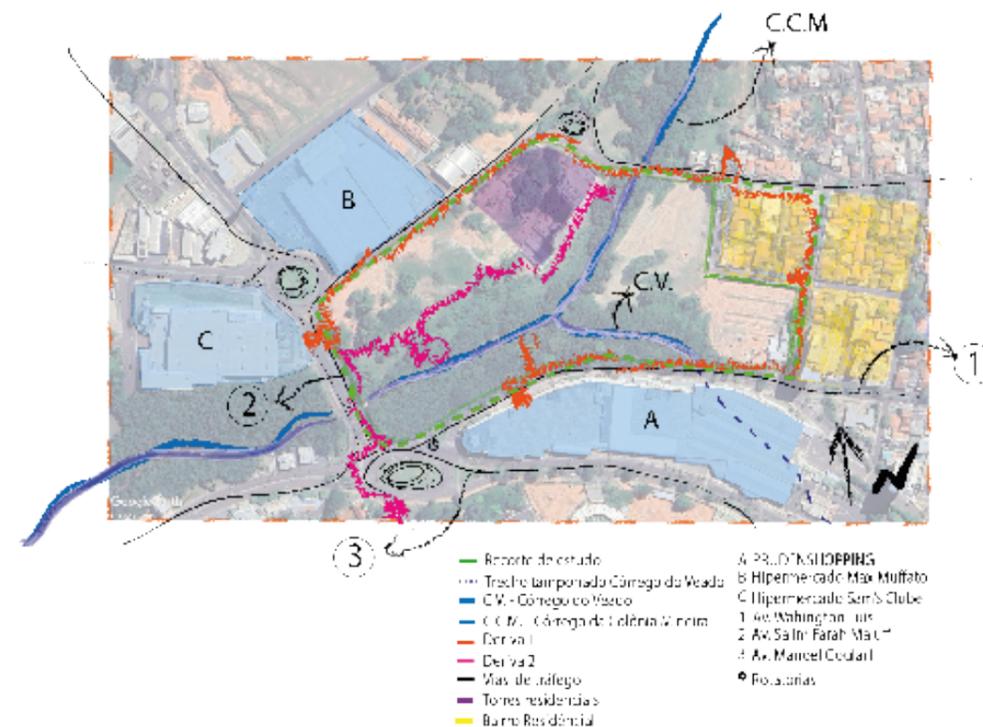


Figura 3 - Mapa Área de estudo. Fonte: autor (2023).

Nesse sentido, o método aqui empregado visa absorver não apenas a informação pura, pois isso seria separá-la do universo relacional com a qual ela está implicada. É através da especificidade dos relatos e das experiências pessoais na área em questão que este estudo assimila os transbordamentos do espaço e do corpo. De outra maneira, é através das experiências únicas e individuais que o significado múltiplo transparece e transborda o plano físico que lhe é dado. Por meio do relato expressa-se o que foi sentido, marcado, incorporado através da paisagem à qual pertence.

Assim, a fim de abarcar diferentes perspectivas diversas derivas foram realizadas no ano de 2023, em horários variados e conversando com pessoas que por ventura estivessem dispostas a trocar histórias através dos relatos. Entretanto, para fins didáticos, a experiência vivida junto à área ao longo do ano será resumida na forma de duas derivas. A primeira realizada no dia 28/06/2023 e outra realizada no dia 29/06/2024, ambas no período vespertino e foram georreferenciadas.

Transbordamentos

A perspectiva descrita a seguir é a do corpo feminino, jovem e cujo caminhar é uma rotina necessária. Trata-se de um caminhar pela cidade que por vezes é apressado e demasiado atento às possíveis situações de risco na cidade. Este estudo provém de um processo cartográfico resultante do habitar (extrangeiro) do Vale do Córrego do Veado em Presidente Prudente-SP (Figura 2). A área de estudo se trata de um terreno onde ocorre o encontro das águas do Córrego do Veado e um de seus afluentes, o Córrego da Colônia Mineira. O terreno (Figura 3) fica localizado no coração de um importante nó comercial da cidade: Conecta o novo centro comercial da cidade ao antigo no quadrilátero inicial urbano, cercado por importantes avenidas que conectam e redistribuem o fluxo a outras partes da cidade, são elas: Av. Coronel Marcondes, Av. Washington Luis (eixo com o quadrilátero central) e Av. Salim Farah Maluf (eixo com outros nós da cidade).



O início da urbanização da cidade se concretiza, a partir da implantação da estrada de Ferro Sorocabana ocupando a cumeeira do divisor de águas das Bacias Hidrográficas do Rio do Peixe (à oeste) e Santo Anastácio (à leste) (Fagundes, 2018; Francisqueti, 2020; Silva et Gouveia, 2017; Pedro et Nunes, 2012; Francisco, 2015). O crescimento da malha urbana ocorre, portanto, sob uma rica malha de nascentes, córregos e fundos de vale, sob as quais ocupou quase sempre de maneira sobreposta, como se ocupasse uma folha de papel em branco. O relevo menos acidentado a oeste apresentou maior facilidade à ocupação pela malha urbana. De modo que, o principal eixo comercial da cidade escorreu da cumeeira central até junto ao leito por onde corre o Córrego do Veado completamente tamponado desde a nascente. Sendo possível apenas sentir a sua presença que escapa através de respiradouros ao longo do Parque do Povo, e nos dias de cheia que inundam completamente o fundo do vale.

O início do tamponamento do córrego para dar origem ao Parque de maneira sobreposta, se deu através do projeto Federal CURA I, II e III (Francisqueti, 2020) de incentivo a políticas de urbanização e saneamento urbano. No entanto, os projetos de invisibilização das águas urbanas já aconteciam na cidade antes com os afluentes do córrego do Veado, sob a justificativa de que estes representavam risco à saúde das populações que chegavam antes mesmo do poder público para habitar as áreas de fundo de vale, sem qualquer tipo de infraestrutura.

Outra justificativa utilizada pelo poder público, era a “falta de educação” da população que despejava lixo e esgoto junto aos córregos. No entanto, apenas a partir de 2008 a cidade passou a oferecer tratamento de água e esgoto para toda a população (Fagundes, 2018). A partir disso, deu-se início a uma nova política urbana: a de cercamentos com grades e arame farpado das Áreas de Proteção Permanente que ainda não haviam sido dizimadas pelo próprio poder público, ou recebido versões menores do Parque do Povo, sempre com as mesmas características: tamponamento por lajes de concreto sobre o córrego, aparelhos de ginástica genéricos e poucas ou nenhuma árvore.

Desse modo, após o trecho sob o Parque do Povo, o córrego segue pelo subsolo do principal shopping center da cidade (Prudenshopping) até desaguar na área que este estudo acontece. Neste lugar (Figura 4), a presença da água pode ser sentida antes mesmo de ser vista. Imediatamente quando irrompe do subsolo, o vapor quente e pesado da água que emerge das árvores possibilita sentir o córrego antes mesmo de vê-lo.

Deriva 1 (28/06/2023)

À medida que se caminha pelos odores e sons da Av. Washington Luís em direção a Av. Salim Farah Maluf a atmosfera densa vai sendo dissipada, junto com o paredão maciço de árvores. E, de repente, pelas frestas é possível avistar a água correndo pequena e rápida. Refletindo o seu movimento à quem passa através das pequenas ondulações que rebatem a luz (Figura 5).

Neste trecho, sob a ponte da Av. Salim Farah Maluf (Figura 6) as águas do Córrego do Veado já foram diluídas pelas águas do seu afluente, que agora seguem juntas. Para ficar face a face com o córrego, é preciso ficar na ponta dos pés (caso você tenha até 1,65m) e colar o corpo junto ao muro da ponte para vê-lo correr lá embaixo, sob o concreto liso da canalização. Sem as grades, é possível ver e sentir as árvores à beira da canalização que “explodem” em verde livre, emoldurando a perspectiva linear do córrego e ao mesmo tempo unindo-o ao céu de tom quase sempre azul vivo e laranja forte quando enquadra o sol ao entardecer.

É ali que tudo acontece, sob aquela ponte, a natureza instiga, incita, convida, mostra que está viva! Resistente a todos os projetos a qual já foi submetida. Alguns corpos percebem o chamado e deixam ali a sua marca em forma de grafite, a fim de chamar a atenção de outros tantos corpos. Após a explosão de liberdade do olhar sob a ponte,

Figura 5- Da esquerda para a direita: início da ponte na Av. Salim Farah Maluf, vista da calçada na Av. Salim Farah Maluf, Córrego do Veado sob a ponte, Av. Washington Luís, Córrego do Veado visto através das grades sob a ponte. Fonte: autor (2023).



Figura 6 - Ponte na Av. Salim Farah Maluf sob o Córrego do Veado. Fonte: autor (2023).

as grades de arame farpado voltam à paisagem por um breve momento. Até dar lugar a uma abertura nas grades em forma de portão. Oficialmente, o convite está feito. Para os corpos que não se contentam em ver de longe, ver de cima. A curiosidade foi aguçada, agora não tem volta, é preciso ver de pertinho, adentrar no território (Figura 7): que cor tem a água? que cheiro ela tem? que gosto ela tem? que tato ela tem?

Penetrar em território desconhecido e cheio de mato não foi das tarefas mais simples. Durante as primeiras derivas, contou-se com a colaboração de amigos que pudessem ajudar em caso de alguma “enrascada”. À medida que o portal e a calçada são deixados para trás em direção ao território a ser explorado, uma nova realidade se materializa bem diante dos olhos. O silêncio predomina. O caos da cidade é apenas lembrado pelo som abafado dos carros ao fundo. A sensação ali é a de ser transportada instantaneamente a uma outra realidade, paralela à cidade que a envolve.

Inicialmente, a atmosfera do lugar é a de um grande espaço aberto e fundo em relação à calçada de fora. Partindo do portal, o terreno cai suavemente em direção ao córrego, e na borda esquerda o terreno é íngreme e ladeado por colônias e diferentes tipos de árvores grandes, como o Pau-Ferro, algumas Mangueiras largas, Pinheiros e até mesmo uma Araucária, dentre outras. À medida que se caminha para dentro do terreno, a sombra das árvores fica para trás e o sol forte reina novamente sob o imenso espaço coberto apenas por grama e alguns pequenos conjuntos de arbustos e árvores pequenas. Nesse trecho algumas pistas já indicam que alguém habita ali, contrariando toda e qualquer restrição subliminar do lado de fora. Roupas, calçados, papelão, pegadas na lama seca, caminhos dos desejos no mato e um chapéu de cowboy (Figura 8). Definitivamente alguém está colonizando aquele trecho também. Após esse trecho aberto, o espaço volta a se fechar em atmosfera à medida que o córrego vai ficando próximo. O sol encontra novamente a copa das árvores e o corpo o mato alto. A penetração vai ficando cada vez mais complexa à medida que se caminha. Os caminhos não são mais óbvios, o corpo agora é que os traça um passo de cada



Figura 7 - Adentramento: cartografia de Forças e Afetos. Fonte: autor (2023).

vez. Vários zigue-zagues são feitos tentando chegar até a borda do canal e desviar do mato muito alto pelo menos alto. Fomos “despreparados”, sem nenhum instrumento para abrir o mato, ou para se defender de animais que não apareceram em momento nenhum, com exceção de alguns pássaros. Neste trecho a atenção aberta deu lugar ao foco absoluto: é preciso traçar o melhor caminho pelo mato sob as nossas cabeças, com atenção para não tropeçar ao pôr o pé onde se quer via-se com clareza. Depois de alguns minutos lutando com o capim grosso, finalmente avista-se a água, ainda distante.

Cabe ressaltar ainda que, entre o início da APP e o restante do terreno não há separação. Esta já havia sido feita do lado de fora, com as grades dividindo o dentro e o fora, o que o corpo pode e o que ele não pode. Não se deve apropriar dessa Área, ela já possui dono, e ele é quem decide o que vai ser preservado ou não, independente se público ou privado. Ao conviver com o córrego e conhecer a sua história através da cidade, percebe-se que ele já serviu a diferentes propósitos ao longo do tempo, mas nunca do ponto de vista da sua essência, do devir água, criador das mais diversas formas de vida, engajador de universos existenciais inteiros. Mas, sempre transmutado para caber em algum tipo de projeto da paisagem: “revitalizado” nos termos da atualidade e do espetáculo que insiste em vender a visão de cima, da sacada do apartamento que emoldura a paisagem do Córrego do Veado seja na forma de parque, seja na forma de mato indulgente. O importante é que a lei assegura que ele permanecerá ali para sempre, imutável.

Mas, de volta à deriva, após a densa camada de capim alto, a paisagem muda. Agora as Leucenas (Figura 8), uma espécie de leguminosa invasora, dominam a paisagem até a borda do paredão de concreto do canal. Para chegar mais perto da água é preciso ainda descer mais cinco metros de barranco. A terra fofa e as voçorocas são comuns e avisam onde o solo já cedeu devido a força da água. Finalmente, cara a cara com a água, é possível ver o que a visão de cima não permitiu ver: A copa das



árvores repletas de sacolas plásticas coloridas presas na ponta dos galhos, roupas e até um colchão(Figura 9). A hipótese é que a água as tenha colocado ali em dias de cheia. Já no centro do canal há um jardim tropical, produzido pelo próprio tempo sob a ilha de sedimentos que se formou. De cima não fazia sentido, pareciam dois canais separados, com um espaço de terra no meio. Nessa pequena ilha, crescem diversas espécies como Samambaias e árvores de pequeno porte. As árvores próximas à borda abraçam o córrego formando arcos em ambas as suas margens.

Ao seguir o curso do córrego a norte, foi possível ver o ponto exato de mistura das águas: do lado do Córrego do Veado uma água esverdeada e carregada de algas, já o Córrego da Colônia Mineira despejando uma água transparente e sem o mesmo odor forte que outrora sentido do lado do Córrego do Veado. Por fim, a deriva termina no ponto em que começa a construção das torres residenciais imediatamente ao lado da APP do Córrego da Colônia Mineira. Neste trecho, todo tipo de lixo da construção civil é encontrado se espalhando pelo chão. Gotas de concreto sobre as plantas, canos de drenagem apontando diretamente para o córrego, pilhas e mais pilhas de rejeitos da construção ultrapassam a altura dos tapumes colocados entre a obra e o acesso de quem passa por fora. A transição antes suave da rua à mata, acontece apertada nesse trecho entre as torres de cinquenta metros de altura e o seu muro de vinte metros e o nível do solo e das árvores, a sensação é esmagadora. A partir desse ponto não existem outras saídas a não ser voltar todo o caminho até a entrada.

Figura 8- Cartografia Rizoma, Córrego do Veado. Fonte: autor (2023).



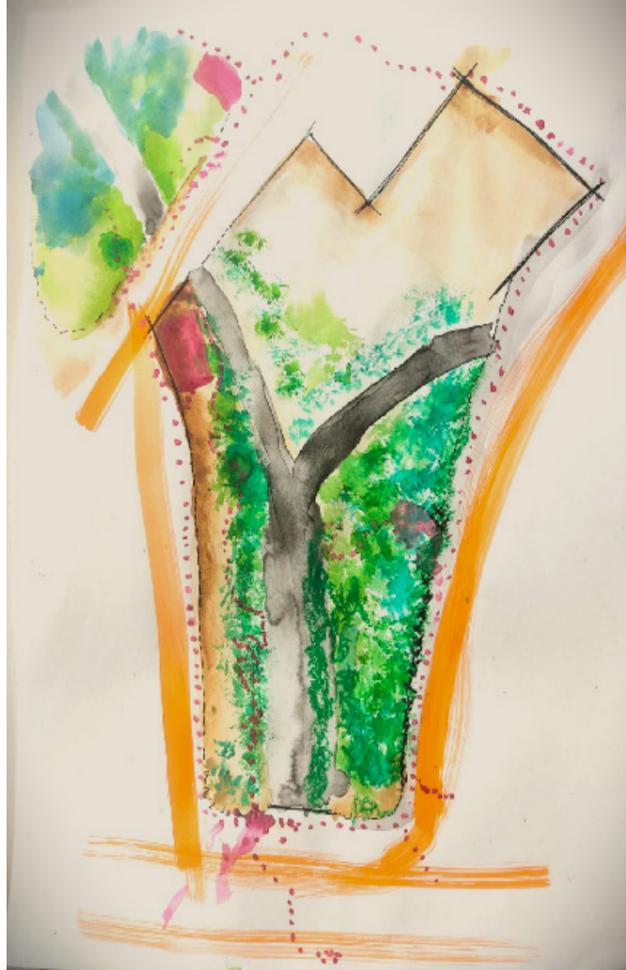
Deriva 2 (29/06/2023)

A deriva (Figura 10) realizada no dia seguinte aconteceu pelo lado de fora do terreno. Iniciou-se a caminhada em frente ao Prudenshopping e seguiu-se para leste, na Av. Washington Luís. Novamente o vapor quente e o cheiro forte tomaram conta da caminhada por todo o percurso nessa avenida. Neste trecho, onde a Área de Preservação do Córrego do Veado encontra seu limite junto à avenida, é o local com maior depósito de lixo jogado por dentro das grades de todo o caminho realizado. Existem ainda alguns latões de lixo nesse trecho, junto com placas de aviso de “Área de Preservação”.

Já no final desse trecho onde a Avenida encontra com a esquina ao norte, as grades transparentes dão lugar a grandes tapumes azuis, a visão do interior é completamente vedada exceto pela água que escorre sob o concreto fresco da calçada. É próximo a esse ponto que o córrego sai do subsolo do shopping e é despejado no canal. Em uma pesquisa posterior à data da deriva verificou-se que neste local (vedado pelos tapumes azuis) funcionava o antigo estacionamento do shopping, e que atualmente receberá um conjunto de torres residenciais.

Ao virar a esquina da Av. Washington Luis com a Rua Panamá ao norte, foi preciso realizar um pequeno desvio por dentro do bairro residencial adjacente ao terreno. Já na rua José Alfredo da Silva, a rua mais ao norte da área de estudo, foi possível identificar o outro lado do Córrego da Colônia Mineira, isto é, o trecho anterior ao limite do terreno deste estudo. A natureza explodia novamente sob a ponte na direção a cabeceira do córrego. Desta vez, o desnível entre o nível da ponte e o leito do córrego facilmente chega a vinte metros. Aqui o córrego também possui sua perspectiva retilínea valorizada pelo maciço de árvores que conecta o fundo do canal ao céu. A sensação que se tem junto à ponte, é a de estar também suspenso entre o céu, o mar de árvores e o leito do córrego.

Figura 9- Da esquerda para a direita: Colchão, jardim espontâneo, pistas deixadas por quem habita o lugar, córrego do veado, chapéu de cowboy encontrado durante a deriva. Fonte: autor (2023).



Em contrapartida, do outro lado da ponte, no sentido da direção do terreno (à jusante do córrego da colônia mineira) a vista já tomada pela torres residenciais dentro do terreno, davam a impressão de um “buraco” entre o fim da APP e o muro das torres, uma vez que este descia diretamente até o nível do solo dentro do terreno, sem conexão com a rua. Da esquina norte do terreno na mesma rua, tem-se uma visão panorâmica do fundo de vale, agora parcialmente coberta pelas torres citadas. Por fim, a deriva foi finalizada em frente ao portão frontal do terreno.

Além das diversas derivas realizadas, dentro e fora do terreno, buscando novas formas de entrar e sair, bem como as diferentes perspectivas sobre o lugar, foram realizadas entrevistas no ponto de ônibus com os *habitantes* do lugar. Os relatos mostram a perspectiva que quem habita o fora: “Medo de ficar aqui a noite? Eu tenho medo mesmo é se tiver um acidente aí na avenida a gente não tem pra onde correr aqui no ponto de ônibus”, “Eu nem ousa passar aqui à noite!”, “Esses moradores de rua que ficam ali no sinaleiro já vieram de graça uma vez e eu chamei a polícia”, “Uma vez precisei ajudar uma moça que tropeçou na calçada e “rasgou”(cortou) o braço inteirinho nesse arame farpado aqui ó (apontou um buraco de arame retorcido na direção da calçada), eu tive que dar a minha blusa pra ela enrolar o braço até o socorro chegar”. As experiências urbanas marcam o corpo e a imaginação daqueles que a habitam.

Conexões

Por fim, tudo isso se trata, como aponta Guattari (1990), “[...] da produção de existência humana em novos contextos históricos” (no antropoceno, pós-antropoceno, no pós-do-pós e etc). Se no antropoceno o homem é o centro, no período que se segue o homem é borda, o corpo vira transbordamento da razão. É o nó que transborda todas as relações do rizoma. No pós-antropoceno o corpo humano ganha destaque como palco dos acontecimentos do mundo. Não um corpo humano que vive para consumir,

que apenas existe dentro de si, mas um corpo humano, que ecosófico e desconstruído está ligado ao mundo através dos processos que ocorrem dentro e fora de si, dos afetos, porque se entende como parte deles, não como uma razão que paira inerte sobre o mundo. Os sentidos não são para sobrevivência mas, sim, para permitirem o adentramento do mundo no corpo e circular no seu interior.

Diante dessa perspectiva, a paisagem se coloca como centro de todas as mudanças. Entra pelos poros dos corpos e os transforma de dentro para fora, é o dispositivo ecosófico “capaz de operar no sentido de uma re-singularização individual e/ou coletiva” (Guattari, 1990, p.15). O dispositivo capaz de reconfigurar os corpos sejam eles naturais, existenciais, de carne e osso ou de água, operados pela matéria do urbanismo como peões flutuantes sobre um tabuleiro raso. O jogo da cidade será jogado no pós-antropoceno pelos corpos que ousarem virar do avesso, andar de mãos dadas com a loucura. Loucura essa de irromper com as linhas rígidas do concreto, loucura de adentrar às “áreas reservas” da cidade, e se perguntar: “Reservadas à quem?”. Como averiguado por esta pesquisa, esta natureza não é reservada à qualidade de vida na cidade, à construção do habitar em comum à natureza, à liberdade dos corpos, do criar ecosófico. Mas permanece enquadrada, presa, restrita à moldura das janelas, das grades, das pontes.

A paisagem e sobretudo a natureza tem o imperativo de captar o desejo dos homens, cabe ao corpo apropriar-se do próprio desejo, usurpado pelos mecanismos de controle: Urbanismo, Cultura de Massas, Espetáculo, Capital, Razão e etc. A paisagem é centro motriz de todas as mudanças necessárias, das revoluções corporais, da ruptura com o primado da informação. União entre os conceitos razão e emoção historicamente apartados de sua existência una. A paisagem é onde tal encontro acontece, sente-se e vive-se o espaço ao mesmo tempo. É através da Ecológica que tal pensamento enraíza nos corpos e torna qualquer pretensão de mudança uma falácia sentida primeiro através dos sentidos, Habitar é sentir, é apropriar-se, tomar o mundo para si, reconfigurá-lo a sua maneira particular. Não se pode, portanto, pensá-la através dos antigos dispositivos do espetáculo e da irracionalidade de uma vida separada dos seus Afetos.

Agradecimentos

a bolsa PIBIC REITORIA UNESP que está possibilitando o desenvolvimento da pesquisa.

Referências

- BESSE, J. Estar na paisagem, habitar, caminhar. In CARDOSO Isabel L. *Paisagem Patrimônio*. Porto: Dafne Editora, 2013.
- DELEUZE, G; GUATTARI, F. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*.V.1. Tradução: Aurélio G.N.; Célia P. C. 1. ed. São Paulo: 34, 1995.
- DELEUZE, G; GUATTARI, F. *O anti-édipo: Capitalismo e esquizofrenia 1*. Tradução: Luiz B. L. O. 1 ed. São Paulo: 34, 2010.
- FAGUNDES, B. *As águas da cidade de Presidente Prudente- SP - Brasil: Memória e representação social*. Tese (Doutorado)- Curso de Geografia, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - Faculdade de Ciências e Tecnologias, Presidente Prudente-SP, 2018.

FRANCISCO, A. M. A EFS como linha de penetração para a ocupação da Alta Sorocabana In: FIORIN, E.; HIRAO, H. (Orgs.). *Cidades do Interior Paulista: Patrimônio Urbano e Arquitetônico*. 1 ed. Jundiaí: Paco Editorial: Cultura Acadêmica, 2015, v.1, p. 81-106.

FRANCISQUETI, G. V. *Rios, cidade e espaços livres em Presidente Prudente -SP: a bacia hidrográfica do Córrego do Veado*. Dissertação (Mestrado). Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2020.

GUATTARI, F. *As três ecologias*. Tradução Maria Cristina F. Bittencourt. Campinas: Papirus, 1990.

KRENAK, A. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

PASSOS, E.; BARROS. Pista 1: A cartografia como método de pesquisa-intervenção. In PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. *Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2015.

PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. *Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2015.

PEDRO, L. C. NUNES, J.O.R. A relação entre processos morfodinâmicos e os desastres naturais: uma leitura das áreas vulneráveis a inundações e alagamentos em Presidente Prudente-SP. *Caderno Prudentino de Geografia*, Presidente Prudente, n. 34, v.2, p.81-96, ago./dez. 2012.

SILVA, N. R.; GOUVEIA, I. C. M. 100 anos de urbanização e transformações na bacia hidrográfica Córrego do Veado, Presidente Prudente (SP). *Espaço Revista*, v.19, n.1, jan/jun 2017, p 21-37.

TSING, L. A. *Viver nas ruínas: paisagens multiespécies no antropoceno*. Edição Thiago Mota Cardoso, Rafael Victorino Devos. — Brasília: IEB Mil Folhas, 2019.

ZOURABICHVILI, F. *O vocabulário de Deleuze*. Tradução André Telles, Rio de Janeiro: Ifch-unicamp, 2004.

CAMINHAR, COLHER E TRANSFORMAR CINZAS

Poéticas em paisagens queimadas

WALKING, HARVESTING, AND TRANSFORMING ASHES
Poetics in burned landscapes

Ana Lúcia Canetti¹ e Nivalda Assunção de Araújo²

Resumo

O presente artigo propõe um debate sobre paisagens queimadas em meio aos incêndios florestais e a perda significativa de espécies vegetais a partir de três produções autorais em áreas incendiadas do Cerrado brasileiro. Este artigo visa conectar estes trabalhos artísticos aos estudos de poéticas da paisagem, contribuindo para a formulação de um pensamento enredado de reflexões éticas, estéticas e políticas que desencadeia múltiplos modos de percepção sobre esses biomas em falência como entes do mundo pós-antropoceno. Essa conexão se traduz por uma metodologia da presença, a caminhada como recurso estilístico que viabiliza coleta e inventário dos danos e das cinzas. Deslocamento como signo artístico de um corpo que assume risco para promover uma economia de dispêndio, de gasto poético. A cinza que se transvalora em esmalte (em vidrados) para aplicar em cerâmicas, uma consumação catastrófica, o incêndio, em giro de transformação.

Palavras-chave: poéticas da paisagem, cinzas vegetais, cerâmica, esmalte de cinzas, caminhada.

Abstract

The present article proposes a debate on burned landscapes amid forest fires and the significant loss of plant species based on three authorial productions in burned areas of the Brazilian Cerrado. This article aims to connect these artistic works to studies on landscape poetics, contributing to the formulation of a thought entangled with ethical, aesthetic and politics reflections that trigger multiple modes of perception about these biomes in a post-anthropocene world. This connection is translated through a methodology of presence, walking as a stylistic resource that enables the collection and inventory of damages and ashes. Displacement becomes an artistic sign of a body that assumes risks to promote an economy of poetic expenditure. The ashes are transvalued into glaze (in enamels) to be applied in ceramics, a catastrophic consummation, the fire, in a transformative cycle.

Keywords: landscape poetics, plant ashes, ceramics, ash glaze, walk.

¹ Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Artes Visuais da Universidade de Brasília (UnB), mestrado em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina (2010), licenciada em Artes Visuais pela Universidade Estadual do Paraná – Campus de Curitiba II – Faculdade de Artes do Paraná (2007), psicóloga pela Universidade Federal do Paraná (2004), atualmente servidora no Ministério da Cultura do Brasil.

² Pós-Doutorado pela École nationale supérieure d'architecture de Paris-La Villette (ENSAPLV) 2015 - GERPHAU, supervisão de Chris Younès (CNRS), doutorado pela Arts et Science de Lart - Université Paris 1 (Panthéon-Sorbonne) (2008), mestrado em MASTER em Art Plastiques et Appliquées. - Université Paris 1 (Panthéon-Sorbonne) (2004), mestrado em Artes pela Universidade de Brasília (1999), graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de Brasília (1990), graduação em Artes Plásticas pela Universidade de Brasília (1988), professora do Departamento de Artes Visuais do Instituto de Artes da Universidade de Brasília (UnB).



Introdução

Na linha do horizonte tem um fundo cinza
Pra lá dessa linha eu me lanço, e vou
Não aceito quando dizem que o fim é cinza
Se eu vejo cinza como um início em cor
Quando tudo finda, dizem, virou cinza
Equívoco, pois, cinza cura, poesia eu sou
O traje cinza lembra fidalguia
Quarta-feira cinza é dia de louvor
Vamos celebrar, o amor há de renascer das cinzas
Vamos festejar o cinza com amor
(Aleluia, 2009)

Ao olharmos para a linha do horizonte em uma paisagem queimada no centro do Brasil, onde caminhamos entre as cinzas, somos remetidos à canção “Amor Cinza” de Mateus Aleluia (2009), que destaca o cinza como um início em cor, desafiando a noção convencional de que o fim é cinza. Nessa região, a seca traz consigo não apenas a aridez, mas também os incêndios que, ao longe, manifestam-se como fumaça e fuligem, anunciando a destruição. Anualmente, o horizonte acinzentado nos recorda da proximidade com vastas áreas do Cerrado, constantemente consumidas pelo fogo.³

³ O Cerrado, considerado o bioma mais ameaçado do Brasil e um dos mais ameaçados globalmente, enfrenta desafios significativos devido à expansão do agronegócio, pecuária, desmatamento e queimadas intensas. Com uma área equivalente à soma da Colômbia e Chile incendiada entre 1985 e 2022, o Cerrado, berço de importantes bacias hidrográficas, abriga 5% da biodiversidade mundial. Apesar de sua relevância, enfrenta ameaças que impactam não apenas suas próprias características, mas também ecossistemas distantes, como a Amazônia, devido à interconexão dos sistemas hídricos. Apesar de sua antiguidade e riqueza biológica, o Cerrado carece de reconhecimento e defesa internacional em comparação com a Amazônia. (Baun, 2023, in BBC News Brasil, <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cjkzpk1e770>)

Cinza é cor da bruma, do nevoeiro, dos sonhos; mistura das simbologias da claridade e pureza, da cor branca, e da opacidade e mistério, da cor preta. Uma cor que carrega, em sua mistura e constituição, a dialética da presença e ausência de luz, do renascimento e da morte, e do início e fim. Muitas vezes, é uma cor associada à melancolia, monotonia, dor, morte e tristeza. Ao mesmo tempo, é símbolo de renascimento, ressurreição e da renovação cíclica da vida (Chevalier & Gheerbrant, 2001).

Márcia Tiburi (2004), no artigo intitulado Brasil Cinza, afirma que “nossa verdade não é verde, nem amarela, antes tem a cor das cinzas” (p. 45), fazendo uma reflexão sobre nossa identidade ter sido construída a partir do que eliminamos, a exemplo da ação de exploração e extinção da planta que nos nomeia - o Pau-Brasil – ou de nossa história de colonização e morte. A partir dessa análise, a cor cinza aparece, como fundante em nossas vivências e imaginários, pois, em sua opinião, seríamos constituídos pelo que exploramos, matamos ou destruimos; demarcados pela morte em nossa passagem da natureza pela cultura: “Brasil, um nome vindo da natureza, demarca culturalmente a natureza como algo morto. A dominação da natureza fazendo-a coisa morta é uma de nossas marcas” (Tiburi, 2004, p.43).

Para além das tonalidades da cor das cinzas e dos tons verde e amarelo presentes em nossa bandeira, a autora (2004) levanta indagações sobre o abandono do vibrante vermelho das brasas, a coloração avermelhada do Pau-Brasil e a pigmentação da pele de nossos ancestrais indígenas. Ela lança a provocação:

Como manter brasas acesas, se brasas apagam-se transformando-se em cinzas? Ou seria antes ainda uma questão de preservar a luz, de criar salamandras que pudessem atravessar o calor das brasas? O que é a morte do vermelho vivo? (...) Nossa luz foi apagada. Nossa única cor advém da matéria que define nosso presente como sobra do passado. Cinza de restos de madeira queimada, de matas dizimadas, cinza de cadáveres (Tiburi, 2004, p. 44-45).

Enquanto caminhávamos em áreas de matas queimadas do Cerrado brasileiro, percorrendo os restos de um tempo repleto de incêndios, nos colocamos a pensar se ainda existiriam maneiras de mantermos nossas brasas acesas, criando faíscas ou salamandras que atravessassem o calor, acendendo luzes, mas, principalmente, pensando construções de outras relações com a paisagem.

O ano era 2022 e pisávamos nas cinzas de um país em ruínas. Éramos sobreviventes dos últimos meses de um governo incendiário e genocida no país⁴. Assim, nos questionávamos se havia maneiras de colher ou transformar as sobras daquele tempo? A partir do breu daquela paisagem, ainda seria possível se produzir brilho? E o nosso olhar, ainda seria capaz de incender, brilhar? O que trabalhos poéticos ainda poderiam cultivar naquelas paisagens?

⁴ O termo “genocida” é utilizado com base na avaliação da jurista Deisy Ventura (2020), que considera a atuação do Governo brasileiro durante a pandemia como crime de lesa humanidade. Especificamente em relação aos povos indígenas, ela sugere a possibilidade de caracterizar os crimes cometidos como genocídio. Quanto ao termo “incendiário”, ele é adotado com base em análises, como a de Felipe Milanez (2023), que compara o presidente Bolsonaro aos incêndios na Amazônia, atribuindo-lhe o título de “Nero”. Essa associação decorre do incentivo, legitimação e autorização percebidos em relação aos incêndios no país, resultando em um considerável impacto ambiental irreversível em algumas regiões. (Ventura, 2020, In El país, <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-07-22/ha-indicios-significativos-para-que-autoridades-brasileiras-entre-elas-o-presidente-sejam-investigadas-por-genocidio.html> e Milanez, 2023, In Brasil de fato entrevista, <https://www.brasildefato.com.br/2020/09/27/bolsonaro-e-o-nero-dos-incendios-na-amazonia-diz-pesquisador-felipe-milanez>)



A partir desses questionamentos, das ações de deslocamento em caminhadas sobre as cinzas do Cerrado, da pesquisa sobre as transformações das materialidades vegetais pelo fogo e das implicações éticas e poéticas diante do contexto das paisagens cinzas na contemporaneidade, surgiram três trabalhos artísticos distintos. “Colheita de Cinzas nos Jardins das Ruínas” (2022) materializa-se como uma ação artística coletiva na cidade, enquanto “Caminhando sobre Cinzas” (2023) e “Urnas Vegetais” (2023) se apresentam como produções escultóricas elaboradas em cerâmica, utilizando cinzas em seu processo de esmaltação. A conexão dessas três produções autorais com os estudos de poéticas da paisagem não apenas objetiva apresentar o que foi executado, mas também visa aprofundar o diálogo proposto ao longo do texto.

Colheita de Cinzas nos Jardins das ruínas



técnica: ação artística e vídeo (podendo ser acessado no link: https://drive.google.com/file/d/12ZyjlL2zPN5U6zyouJxFYMYsFOPBcXvmQ/view?usp=drive_link)

Colheita de cinzas nos Jardins das Ruínas

medidas: variáveis

local e ano: Brasília/DF, 2022.

A ação artística Colheita de Cinzas nos Jardins das Ruínas (2022) fez parte do evento Coordenadas Sobre-viventes, ocorrido em outubro de 2022, com a participação de artistas, pesquisadores, mestrandos e doutorandos em Artes Visuais. Cada artista

Figura 2 - Fotografia de área incendiada na cidade de Brasília/DF. 2022. Fotografias: Mariana Alves. Fonte: a autora.

propôs uma intervenção em um espaço cotidiano, construindo uma experiência sensível na cidade. Cada ação durou em média duas a três horas, totalizando três dias de atividades. O objetivo era interromper, mesmo que momentaneamente, as relações rotineiras com a paisagem cotidiana, reinventando vínculos com o espaço urbano, criando novos olhares e convidando a ações coletivas⁵.

A área escolhida para a ação fica na beira de um campus universitário. Naquele espaço, além de uma grande área de mata queimada, uma obra abandonada de um prédio de uma fundação de empreendimentos científicos e tecnológicos colaborava para o entendimento daquele local como uma ruína. Concretos, armações e vidros revelavam a ferida de um empreendimento fracassado. O terreno já havia sofrido vários incêndios, alguns noticiados naquele ano.

Em paisagens abandonadas na cidade, o tempo parece correr lentamente, esquecido pelos que se apressam para chegar aos lugares de produção. Terrenos baldios, descampados, áreas abandonadas são vistos como “pedaços de uma cidade nômade dentro de uma cidade sedentária” (Careri, 2013, p. 164). Esses lugares são opostos às ruínas românticas, sendo monumentos/antimonumentos onde suas “edificações se erguem em ruínas antes mesmo de serem construídas” (Smithson, 2011, p. 165).

Anna Lowenhaupt Tsing (2019, p.7) declara que, “em um estado global de instabilidade, não temos outras alternativas além de buscar vida nessa ruína”. Ela menciona que teorias e conceitos emergem do cotidiano, da atenção para o mundo, não sendo necessário que o pesquisador se distancie muito de seu ambiente local, uma vez que “a vida entre as ruínas está onipresente” (Tsing, 2019, p. 18). Desta maneira, ela sugere a revitalização de lugares em novas formas de interações multiespécies e multiculturais nas paisagens, fazendo a ativação de campos abandonados:

(...) a paisagem pode ser um objeto de pesquisa que nos mostra a heterogeneidade de projetos de fazer mundo. (...) Precisamos fazer histórias de paisagens que envolvam todos os tipos de seres, humanos e não humanos. Assim também podemos enfrentar um desafio analítico central do pensamento sobre o Antropoceno: como combinar paisagem e história para que diferença e possibilidade permaneçam à vista. (...) Talvez isso possa abrir futuras conversas sobre os mundos sociais mais que humanos à nossa volta - e o desafio de sobreviver ao Antropoceno (Tsing, 2019, p. 265).

Assim, partimos de um horizonte familiar, caminhado cotidianamente na cidade onde vivemos, composto por matas queimadas de cerrado, para impulsionar esta ação poética, arquitetada sobre as bases da ativação e busca de vidas perdidas nestes campos abandonados e queimados, refletindo questões éticas, estéticas e políticas em um “habitar-com”, “devir-com”, “fazer parentes” (Haraway, 2016, p.141), na perspectiva de uma colheita de porvires e de sobrevivência juntos no Pós-Antropoceno (ou Pós-Capitaloceno, Pós-Plantationoceno) ou Chthuluceno⁶.

5 A ação é parte de um evento maior intitulado Coordenadas [...], composto por intervenções artísticas pela cidade de Brasília e que ocorre desde 2015. É uma ação coletiva desenvolvida por artistas pesquisadores (mestrands e doutorandos) do Programa de Pós-graduação em Artes Visuais da Universidade de Brasília que cursam as disciplinas ministradas pela Profa. Dra. Karina Dias, no âmbito da linha de pesquisa Deslocamentos e Espacialidades. No ano de 2022, o Coordenadas Sobre-viventes, teve também a orientação da professora e artista convidada Ludmilla Alves. Para acesso a imagens e relatos dos demais trabalhos desta e de outras edições, acessar <https://www.instagram.com/coordenadasunb>.

6 No artigo “Antropoceno, Capitaloceno, Plantationoceno, Chthuluceno: fazendo parentes” (2016), Donna Haraway apresenta o conceito de Chthuluceno como uma abordagem tentacular que desafia as narrativas do Antropoceno. O termo, originado de um conto de H.P. Lovecraft, descreve um ser monstruoso com



A ação proposta partiu de um poema-correspondência de Ana Martins Marques (2017), que transformou o protocolo de incêndio de seu condomínio em poesia. Isso inspirou a reflexão sobre viver em um país em chamas e a criação de um novo protocolo para a ação. Após a leitura desse protocolo, o grupo de pessoas presentes na ação recebeu luvas, máscaras, potes, baldes e peneiras para realizar a colheita coletiva de cinzas. Durante a caminhada e colheita foram realizados registros em fotografias e filmagens, que, junto com a edição de trechos do protocolo, na sequência, compuseram o vídeo que foi construído sobre a ação e que foi exposto em alguns museus em 2023⁷.

Jardinamos aquela ruína esquecida. Não no sentido clássico de plantar dando uma ordem ao espaço ou colhendo o resultado desse plantio. Recolhemos os vestígios da queimada como símbolos e prenúncios do amanhã, nutrindo a esperança. Cuidamos daquele espaço como se a colheita fosse germinar em algo novo, dando origem a uma nova sementeira.

Byung-Chul Han (2021) argumenta que perdemos a reverência pela Terra, deixando de ouvi-la atentamente. Cultivar um jardim seria uma forma de reverenciar a Terra, pois requer cuidado, cultivo e tempo. Por essa razão, a iniciativa artística de coletar cinzas em um país em derrocada foi uma forma de jardinagem, na qual investimos tempo para reunir coletivamente os frutos daquela temporada de fogo e semear possibilidades de futuros imaginados naquele contexto.

muitos tentáculos, simbolizando a necessidade de uma mudança de atitude humana para garantir a sobrevivência da espécie. Haraway propõe uma postura que envolva compreensão do mundo e uma “maneira de viver e morrer bem” (p.141), promovendo uma recuperação biológico-cultural-política-tecnológica, incluindo o luto pelas perdas irreversíveis e a união de forças para reconstituir refúgios.

7 O vídeo desta ação já apresentado em duas oportunidades: na exposição coletiva intitulada Tópicos Brasília, realizada no Centro Cultural da Universidade Federal de Minas Gerais, em Belo Horizonte/MG, entre 28 de abril a 06 de junho de 2023; e na exposição coletiva Planos Utópicos, realizada no Museu Universitário de Arte (MUNA) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), em Uberlândia/MG, entre 25 de agosto a 22 de outubro de 2023, ambas organizadas pelo GEPPA - Grupo de Estudos, Pesquisas e Práticas Artísticas /UnB, coordenado pela professora doutora Nivalda Assunção de Araújo.

Figura 3 - Imagens de registro da ação Colheita de Cinzas nos Jardins das Ruínas. 2022. Fotografias: Mariana Alves. Fonte: a autora.



Figura 4 - Imagens de registro da ação Colheita de Cinzas nos Jardins das Ruínas. 2022. Fotografias: Mariana Alves. Fonte: a autora.

Ao final da colheita peneiramos as cinzas e essa ação permitiu que os corpos em movimento pudessem dar lugar a uma experiência com a formação de nuvens de pó no ar, um nevoeiro de cinzas vegetais. Naquele momento, a ação nos fez lembrar que somos pó e ao pó voltaremos, nos colocando diante de uma sensação de evanescência perante aquelas nuvens. Vários dos participantes descreveram ao final da caminhada, este momento de estar no nevoeiro das cinzas peneiradas, como um dos mais marcantes na ação da colheita coletiva.

Vilém Flusser (2011), ao discutir a neblina, orienta que não devemos procurar questões por trás dos fenômenos, mas sim apreender e compreender a partir da superfície exposta: “remover neblinas, e tentar mostrar que são neblinas e não algo, me parece ser a única atitude digna” (p. 138). Na obra intitulada Natural: mente: vários acessos ao significado de natureza (2011), ele analisa alguns fenômenos naturais, como a grama, a montanha, os ventos ou os vales, considerando-os como elementos que oferecem ensinamentos próprios, quando observados em sua concreticidade. Esse olhar permitiria o deslumbramento, o espanto e a maravilha, como ocorreu com a nuvem de cinzas, vivenciando a paisagem não como algo a ser visto, mas experienciado e vivido.

Guilherme Wisnik (2018) debate a temática das paisagens de bruma cinza, nevoeiros ou névoas de poeira na contemporaneidade. Ele analisa a imensa nuvem de ofuscamentos e invisibilidades em que estamos imersos, onde “o céu é sempre branco acinzentado, e não mais azul ou preto”(p. 305). A névoa escura do presente talvez possa nos fazer enxergar melhor o contexto contemporâneo. Wisnik (2018) afirma que “as poéticas do embaçamento e do retardamento, em arte, são estratégias que melhor se opõem ao regime de nitidez das imagens-fetiches que alimentam a sociedade da hipervisibilidade”(p. 307).

Em um mundo imerso em nevoeiros contemporâneos, as estratégias poéticas do embaçamento e do retardamento destacam-se como resistência ao regime de nitidez. Ao olhar para a névoa escura do presente, podemos enxergar melhor o contexto em que estamos inseridos. Ou como afirma Agamben (2009), o poeta contemporâneo



seria “aquele que mantém fixo o olhar no seu tempo, para nele perceber não as luzes, mas o escuro” (p. 64), experimenta a obscuridade do presente e aprende a enxergar o invisível.

Caminhando sobre cinzas

técnica: escultura em cerâmica de alta temperatura (1250°), esmaltação com cinzas.

materiais: cerâmica, cinzas.

medidas: 20 x 20 x 10 cm

local e ano: Brasília/DF, 2023.

Muitos filósofos buscaram a origem do cosmos na relação entre diferentes elementos, como água, ar, terra e fogo. Heráclito atribui ao fogo a primazia na composição do cosmo, com tudo originando-se e retornando a ele, em constante movimento e transformação, refletindo a natureza em contínuo devir (Berge, 1969).

O fogo, como símbolo, é envolto em uma dicotomia intrínseca, conectado à dialética da criação e destruição, origem e extinção, morte e vida. Gaston Bachelard (2008) destaca o fogo como agente transformador, capaz de se manifestar de forma contraditória. Ele brilha no Paraíso, aquece e conforta junto à lareira, mas também castiga desobediências, sendo fonte de doçura e tortura, prazer e apocalipse. O fogo, para Bachelard, é um princípio de explicação universal devido à sua capacidade única de se manifestar de formas opostas.

No contexto específico do Cerrado, o fogo assume uma dualidade semelhante. Considerado aliado e inimigo desse bioma, o fogo, quando usado com inteligência, é crucial para a preservação, promovendo diversidade. Contudo, as queimadas intensas representam uma ameaça crescente. As plantas do Cerrado evoluíram em sua presença, resistindo a secas e queimadas, demonstrando uma relação complexa de morte e vida.

Figura 5 - Imagem da escultura Caminhando sobre cinzas. 2023. Fotografia: Havane Melo. Fonte: a autora.



Byung-Chul Han (2021) expressa sua “inveja das plantas” (p.54), que, ao enfrentarem o inverno, renovam-se na primavera. Ele questiona por que essa renovação não é possível para os seres humanos e associa a mortalidade humana à liberdade de se mover pelo mundo. Essa reflexão destaca as diferenças entre os reinos vegetal e humano e como nos relacionamos com as paisagens, revelando nossa condição de caminhantes e, talvez, de seres mais mortais do que algumas plantas.

Com base nas poéticas do fogo e nas lições das plantas do Cerrado, que enfrentam paradoxos de criação/destruição e resistência/transformação, desenvolveu-se uma pesquisa a partir das cinzas vegetais coletadas nos Jardins das Ruínas. O objetivo era transformar esses resíduos do fogo em vidrados cerâmicos, utilizando uma técnica milenar originada na China. Ao queimar novamente as cinzas em forno de alta temperatura, elas se tornam coberturas vítreas, conhecidas como esmaltes de cinzas⁸. Essa técnica, associada à escultura, proporciona uma transformação notável, convertendo cinzas leves em peças cerâmicas rígidas e brilhantes, transformando o breu em brilho.

O formato da peça foi inspirado na fita de Moebius, um objeto não orientável, simbolizando a interconexão entre consciência e mundo, conforme discutido por Collet (2013). Essa escolha é relevante ao abordar a relação do sujeito na paisagem como uma experiência integral, destacando a importância do corpo encarnado na vivência do espaço. O formato da peça foi inspirado na fita de Moebius, um objeto não orientável, simbolizando a interconexão entre consciência e mundo, conforme discutido por Collet (2013). Essa escolha é relevante ao abordar a relação do sujeito na paisagem como uma experiência integral, destacando a importância do corpo encarnado na vivência

⁸ Segundo Murakama (2013), os vidrados cerâmicos são considerados um dos mais antigos esmaltes cerâmicos criados pela humanidade e tiveram sua origem na China, na dinastia Shang (século XVI a.C). Seu desenvolvimento está relacionado ao surgimento dos fornos de lenha de alta temperatura e supõe-se que este vidro tenha sido descoberto acidentalmente, quando as cinzas da lenha, usadas como combustível, iam sendo depositadas nas peças ocasionalmente, criando uma camada vítrea.



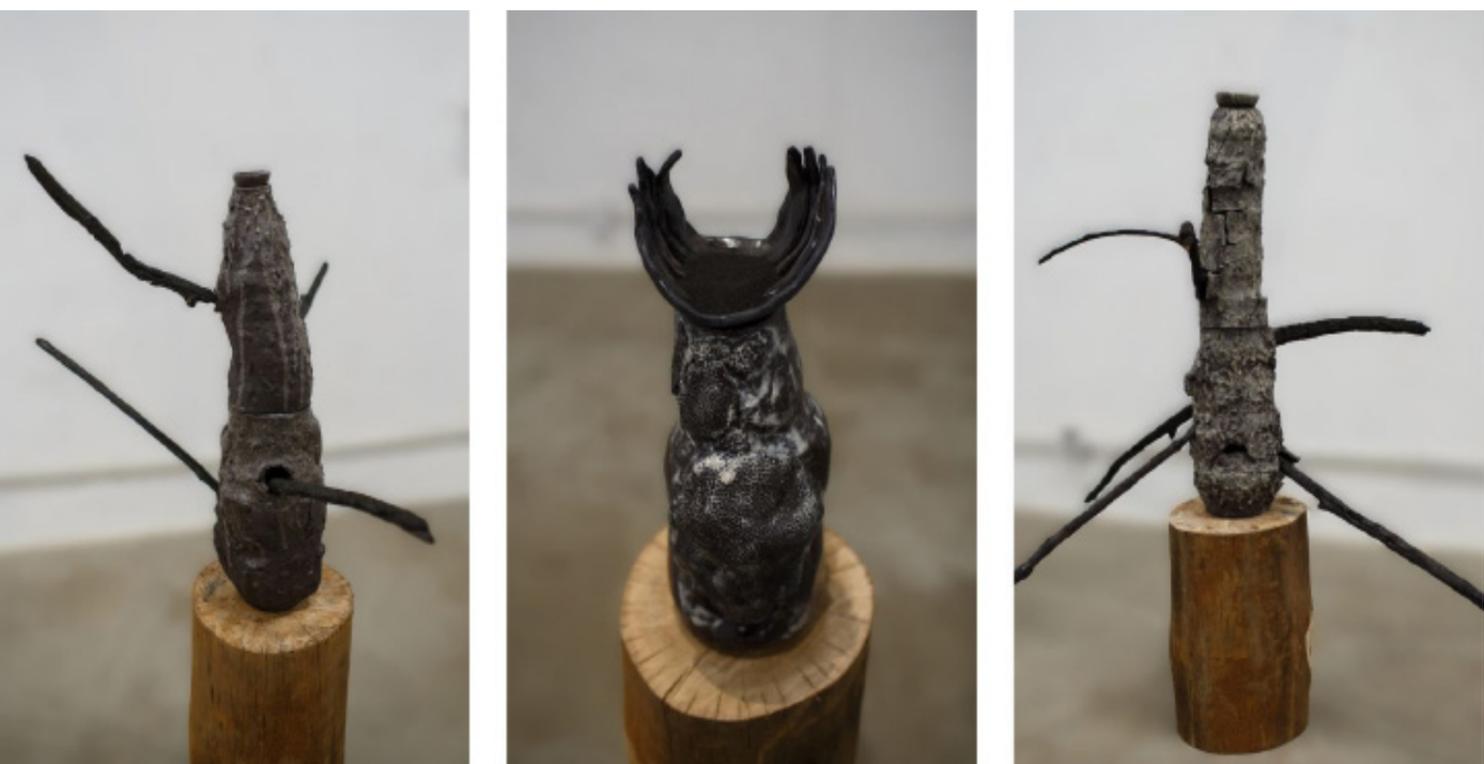
do espaço. Lygia Clark (1963) explorou a fita de Moebius em sua obra “Caminhando” (1963), desafiando a relação tradicional entre obra e espectador. Nessa proposta, o participante é convidado a cortar a fita com uma tesoura, tornando-se um agente ativo na criação da obra. A artista questiona as interações sujeito/objeto e desafia a alienação especular, propondo um “ato simples acontecendo no tempo” (Rivera, 2008, p. 228).

Para Clark (1964) o formato da fita “nos faz experimentar um tempo ilimitado e um espaço contínuo” (Clark, 1964 p. 15), criando um “caminho interior fora de mim” (Clark apud Rivera, 2008, p.227). Essa obra proporciona uma experiência singular do tempo e espaço, reforçando a potência do ato de caminhar.

Caminhar na paisagem é uma ação marcada por fluxos contínuos, uma passagem entre estados, um deslocamento que envolve simultaneamente criação e contemplação, uma “leitura e escrita do espaço” (Careri, 2013, p. 32,33). O caminhante, nesse contexto, é um inventor em movimento nas cidades, um construtor de mitos e narrativas, encarregado de “ficcionalizar a realidade” e revelar a verdadeira natureza da cidade (Davila, 2002, p. 79). Dessa forma, caminhar se torna uma ação transformadora, um ato criativo.

A concepção do trabalho Caminhando sobre cinzas (2023) foi a de materializar, em um ato criativo, a experiência vivida de caminhada e colheita na paisagem. A retomada de uma paisagem inventada através de um fazer escultórico, trabalhando a ideia de um fluxo contínuo de deslocamento e transformações promovidas pelo fogo.

Agamben (2018) propõe que o ato criador tem o poder de liberar uma potência de vida que estava aprisionada, resgatando as “centelhas (as forças) contidas nas coisas” (p. 138). Assim, a construção desse trabalho buscou libertar as forças contidas na materialidade das cinzas vegetais colhidas durante deslocamentos em caminhadas por terras queimadas, bem como nos processos de transformação das cinzas pelo fogo, realizados na confecção cerâmica e na criação de esmaltes de cinzas.



Urnas vegetais

técnica: cerâmica de alta temperatura, esmaltação com cinzas e montagem.
 materiais: galhos, cinzas vegetais, base em madeira, cerâmica.
 medidas: 20 x 20 cm x 1 m (altura), com a base em madeira.
 local e ano: Brasília/DF, 2023.

As cinzas, enquanto matérias, simbolizam algo que já existiu, deixando-nos diante de uma constante presença de perda e vazio. Derrida (2009), ao refletir sobre a sentença “hay ahí ceniza” (p. 07), explora a condição contraditória das cinzas, que são simultaneamente testemunhas e destino do que não existe mais. Em “Feu la cendre” (1987), traduzido ao espanhol como “La difunta ceniza” (2009), o autor destaca que as cinzas não são entidades próprias, mas um vazio, restos de uma memória ou traço do que se foi. Elas ocupam um lugar ao mesmo tempo que o deixam, sendo mais próximas do não-ser, da não-presença e do não-lugar:

Si un lugar a su vez se circunda de fuego, de difunto (tumba convertida en ceniza finalmente, tumba en cuanto nombre) ya no es. Resta la ceniza. Hay ahí ceniza – traduce –, la ceniza no es, no es lo que es. Ella resta de aquello que no es, para no recordar en su quebradizo fondo más que no-ser o impresencia. El ser sin presencia no ha sido ni tampoco será ahí donde hay la ceniza y donde hablaría esa otra memoria. Ahí, donde ceniza quiere decir la diferencia entre lo que resta y lo que es, ¿es ella capaz de llegar, ahí? (Derrida, 2009, p. 25).

Derrida (2009) questiona onde as cinzas se situam, entre o referente e a presença frágil de sua matéria. Elas seriam moradas quebradiças dos seres, sendo somente um pó com sentidos e lugares, quando ligados a um referente, que, no caso, já não tem lugar e não existe mais. As cinzas não trazem com elas, por si só, as referências, pistas, rastros ou informações diretas sobre o defunto (ou o ser que se findou). Elas só carregam uma mensagem de que algo ou alguém queimou. Só trazem a notícia de



um processo de transformação pelo fogo e não de um espaço ou volume específico. Através dos sentidos (pelo olhar, cheiro ou toque), não temos acesso ao referente que queimou. Suas materialidades são compostas, portanto, por nuvens de palavras e substâncias que não revelam completamente o que foram antes do fogo.

Essas indagações dão início a uma proposta poética de construir lugares para as cinzas: recipientes que possam abrigar esses espaços invisíveis, provocando imaginários das paisagens que foram consumidas pelo fogo. Surgem reflexões sobre como fazer poemas visuais com as cinzas, criando lugares para elas, que não estão nem na materialidade de sua presença que se desfaz, nem no seu referente original, como uma árvore ou planta. Construir um lugar para elas, ou para as matas que se foram, dentro do processo de transformação pelo fogo na cerâmica, representa um desafio e um risco. Surge a pergunta se um recipiente seria capaz de acolher uma mata ou fazer caber uma vida, especialmente diante de áreas verdes queimadas.

A série “Urnas vegetais” (2023) emerge dessa reflexão, utilizando cinzas coletadas em áreas queimadas do Cerrado para criar objetos escultóricos e dar um lugar simbólico a essas vegetações. A partir da queima na cerâmica e utilizando a técnica de criação de esmaltes com as cinzas, produções poéticas e escultóricas de urnas para as matas queimadas foram se desenhando, provocando imaginários de paisagens vegetais que já estavam invisíveis devido às queimadas.

A cerâmica, escolhida como material, possui um caráter ancestral, de transformação e quase imortalidade, refletindo sua presença em rituais funerários ao longo da história. Ela foi suporte para a construção de novas paisagens para as cinzas, e ganhou vida através da modelagem com a terra molhada (argila) e de uma outra ação de queima.

Conclusão

Encerramos este artigo refletindo sobre a complexidade da paisagem, que vai além de um mero procedimento social, econômico e político. Segundo Collot (2013), a paisagem é uma manifestação exemplar da multidimensionalidade dos fenômenos humanos e sociais, revelando a interdependência do tempo, do espaço, da natureza, da cultura, do econômico e do simbólico. No campo da Arquitetura e das Artes, as discussões sobre o futuro das paisagens emergem diante da crise planetária e dos desafios na relação humana com o espaço.

Nas Artes Visuais, o conceito de paisagem muitas vezes foi interpretado como um retrato fiel da natureza, sendo idealizado como uma captura do real ou uma representação equivalente ao mundo. Anne Cauquelin (2007) destaca que o termo ainda é confrontado com um essencialismo, transformando-o em um dado natural, gerando confusão ao considerar a paisagem como a própria natureza. A autora ainda argumenta que a ideia contemporânea de paisagem, enraizada em práticas pictóricas, estabeleceu-se como uma realidade autônoma.

Esse desenvolvimento remonta à Renascença, quando a perspectiva e as leis da representação visual deram à paisagem uma posição central, proporcionando uma “harmonia emoldurada”, uma noção de natureza idealizada acessada através da pintura. A Renascença, segundo Collot (2013), testemunhou o recuo das figuras sagradas nos quadros, permitindo que a paisagem assumisse um papel proeminente. Nas eras anteriores, a paisagem servia como pano de fundo para figuras humanas e mitológicas, mantendo uma relação íntima com o modelo divino. Assim, a paisagem se emancipou, retratando o real visível e inaugurando a ideia de paisagem como verdade e ideal da natureza.

Georg Simmel (2009) destaca que a criação da paisagem implicou um afastamento do sentimento de unidade em relação à natureza. Esse distanciamento, característico da modernidade, representou um esforço de demarcação e controle da natureza, surgindo na constituição do sujeito moderno. No entanto, essa separação paradoxalmente acontece em meio à impossibilidade de perceber a totalidade da natureza. Essa separação, conforme Cauquelin (2007), se justificaria perante a reação de terror diante do desmesurado e da força irruptiva da natureza e levou à invenção de uma paisagem tida como harmônica e mensurável.

Na contemporaneidade, diante de um contexto de transformações sociais, avanços tecnológicos e preocupações ecológicas, Collot (2013) destaca a oportunidade dos poetas de se religarem à vida na cidade e, à sua maneira, de fazerem com que se ouça uma voz diferente nesse debate, abrindo outra via na construção de novos espaços e olhares futuros. Propõe o estabelecimento de uma nova relação com a natureza, uma “ecologia simbólica, ao mesmo tempo ética e poética” (Collot, 2013, p.224). Tsing (2019) também sugere a articulação de compromissos éticos e estéticos na relação com a paisagem, entendendo-a como um ponto de encontro entre atos humanos e não humanos, um arquivo de atividades passadas.

Em resposta ao desencantamento com o mundo, retornar às paisagens pode proporcionar experiências sensíveis, contribuindo para a construção de novos significados em meio aos horizontes de cinzas. Inspirados na música de Aleluia (2009), buscamos transcender a linha do horizonte, recusando a ideia de que o fim é cinza. Nosso objetivo foi expressar poeticamente essa visão, criando obras que dialogam com os debates sobre paisagens na contemporaneidade.



Assim, os trabalhos encadeados a partir de um caminhar em paisagens queimadas na cidade, propuseram ficcionar novos lugares para as cinzas, criar a partir das transformações das matérias e das paisagens, experienciando encontros/desencontros com e na natureza, sempre mantendo um compromisso ético, estético e político com a vida, semeando possibilidades de futuro diante das diversas ruínas do mundo.

Referências

Livro

- AGAMBEN, Giorgio. *O que é o contemporâneo? e outros ensaios*. Tradução Vinícius Nicastro Honesko. Chapecó, SC: Argos, 2009.
- AGAMBEN, Giorgio. *O fogo e o relato: ensaios sobre criação, escrita, arte e livros*. Tradução Andrea Santurbano, Patricia Peterle. - 1 ed. - São Paulo: Boitempo, 2018.
- BACHELARD, Gaston. *A Psicanálise do Fogo*. Tradução: Paulo Neves. São Paulo: Martins Fontes, selo Martins. 2008.
- BERGE, Damião. *O logos heraclítico; introdução ao estudo dos fragmentos*. Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1969.
- CARERI, Francesco. *Walkscapes: O caminhar como prática estética*. São Paulo: Editora Gustavo Gili, 2013.
- CAUQUELIN, Anne. *A invenção da paisagem*. tradução Marcos Marciolilo, São Paulo: Martins Fontes, 2007.

CHEVALIER, Jean & GHEERBRANT, Alain. *Dicionário de Símbolos: mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2001.

COLLOT, Michel. *Poética e filosofia da paisagem*. Rio de Janeiro: Editora Oficina Raquel, 2013.

DAVILA, Thierry. *Marcher, Créer, Déplacements, flâneries, derives dans l'art de la fin du XX e siècle*. Paris: Editions du Regard, 2002.

DERRIDA, Jacques. *La difunda ceniza / Feu la cendre*, edición bilingüe, traducción de Daniel Álvaro y Cristina de Peretti, Buenos Aires, La Cebra, 2009.

FLUSSER, Vilém. *Natural:mente: vários acessos aos significados de natureza*. São Paulo: Annablume. 2011.

HAN, Byung-Chul. *Louvor à Terra: uma viagem ao jardim*. Ilustrações de Isabella Gresser; Tradução de Lucas Machado – Petrópolis, RJ: Vozes, 2021.

MARQUES, Ana Martins & JORGE, Eduardo. *Como se fosse a casa (uma correspondência)*. Belo Horizonte: Relicário Edições, 2017.

SIMMEL, Georg. *A Filosofia da Paisagem*. tradução: Artur Morão. Coleção: Textos Clássicos de Filosofia, Universidade da Beira Interior, Covilhã, 2009.

TSING, Anna Lowenhaupt. *Viver nas ruínas: paisagens multiespécies no Antropoceno*. Brasília: IEB Mil Folhas, 2019.

WISNIK, Guilherme. *Dentro do nevoeiro*. São Paulo: UBU Editora, 2018.

Artigo

HARAWAY, Donna. Antropoceno, Capitaloceno, Plantationoceno, Chthuluceno: fazendo parentes* *ClimaCom Cultura Científica - pesquisa, jornalismo e arte* | Ano 3 - N. 5 / Abril de 2016.

TIBURI, Márcia. Brasil Cinza. *ARQTEXTO (UFRGS)*, Porto Alegre, v. 1, n.1, p. 42-49, 2004.

SMITHSON, Robert. Um passeio pelos monumentos de Passaic, Nova Jersey. *Revista Arte&Ensaio*, #22. Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais EBA-UFRJ, 2011.

RIVERA, Tania. Ensaio sobre o espaço e o sujeito. Lygia Clark e a Psicanálise. *Revista Ágora*, v. XI, n. 2 jul/dez, Rio de Janeiro, 2008.

Tese/Dissertação/Monografia

MURAKAWA, Vanessa Yoshimi. (2013) *Cinzas do Brasil: esmaltes cerâmicos do bagaço de cana-de-açúcar*. 2013. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Artes, Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/110345>.

Discografia

ALELUIA, Mateus. *Amor cinza*, Álbum Cinco Sentidos. 2009.

Documentos eletrônicos

LYGIA CLARK, (1963) *Caminhando*. In. <https://portal.lygiaclark.org.br/acervo/189/caminhando>. Acessado em 19.jun.23.

BRASIL DE FATO ENTREVISTA. (2020) “Bolsonaro é o Nero dos incêndios na Amazônia”, diz ambientalista Felipe Milanez. Marina Duarte de Souza e Catarina Barbosa, 27 de setembro de 2020 às 12:45. In <https://www.brasildefato.com.br/2020/09/27/bolsonaro-e-o-nero-dos-incendios-na-amazonia-diz-pesquisador-felipe-milanez>. Acessado em 13.jun.2023.

BBC NEWS BRASIL (2023) *Como destruição do Cerrado é ofuscada por 'prioridade' à Amazônia*. Julia Braun, Publicado em 11 de junho de 2023. In <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cjkzpk1e77o>. Acessado em 13.jun.2023.

EL PAÍS (2020) *Hay indicios significativos para que autoridades brasileñas, incluido Bolsonaro, sean investigadas por genocidio*. Eliane Brum. Publicado em 25 de junho de 2020. In. <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-07-22/ha-indicios-significativos-para-que-autoridades-brasileiras-entre-elas-o-presidente-sejam-investigadas-por-genocidio.html>. Acessado em 10.ago.2023.

RESSURGÊNCIAS VEGETAIS

Fissuras e tramas

PLANT RESURGENCES
Cracks and plots

Arthur Simões Caetano Cabral¹

Resumo

Este texto examina características e dinâmicas associadas ao vegetal em terrenos residuais. Trata-se especialmente de plantas dotadas de ciclos breves, capazes de ocorrer em ambientes fortemente perturbados, transformando-os em locais propícios à existência de diversos seres. Seus movimentos acontecem em fluxos de pólen, esporos e sementes; suas raízes aprenderam a beber de solos exauridos e fissuras no asfalto. Quando mutiladas, rebrotam ou propagam-se alhures, inventando novos refúgios e possíveis paisagens, ainda pouco ou mal conhecidas. A contrapelo de esforços de controle, erradicação e das conotações depreciativas que lhes são comumente atribuídas, essas plantas sugerem valores de persistência e frescor de renovação em suas táticas de sobrevivência. A partir de estudos conduzidos ao longo de acostamentos rodoviários nas imediações da cidade de Goiás (GO), em zonas de expansão urbana, explora-se a emergência surpreendente e fortuita do vegetal, a fim de investigar, em lugares indesejados, possíveis tramas de interdependência e regeneração multiespecíficas.

Palavras-chave: paisagem, Pós-Antropoceno, flora ruderal, regeneração, Estudos Multiespécies.

Abstract

This paper examines characteristics and dynamics associated with vegetation in residual lands. These are plants with brief cycles, capable of occurring in highly disturbed environments and transforming them into places suitable for the existence of different beings. Their movements take place in flows of pollen, spores and seeds; its roots have learned to drink from exhausted soils and cracks in the asphalt. When mutilated, they resprout or propagate elsewhere, inventing new refuges and possible landscapes, still little or barely known. Contrary to control and eradication efforts and the derogatory connotations that are commonly attributed to them, these plants suggest values of persistence and renewal in survival tactics. Based on studies along road shoulders on the outskirts of the city of Goiás (GO), in areas of urban expansion, the surprising and fortuitous emergence of the plant is explored, in order to investigate, in unintended places, interdependence plots and multispecific regeneration.

Keywords: landscape, Post-Anthropocene, ruderal flora, regeneration, Multispecies Studies.

¹ Arquiteto, urbanista e professor assistente na Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP/Campus de Bauru). Graduado na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, possui mestrado e doutorado na área de Paisagem e Ambiente, da FAU-USP. É autor do livro “Paisagens baldias: a natureza manifesta nas brechas da cidade”, publicado em 2019 pela editora Appris. Desde 2011, é pesquisador junto ao Laboratório Paisagem, Arte e Cultura (LABPARC FAU-USP). Atualmente é vice-líder do Grupo de Pesquisa CNPq “Representações: Imaginário e Tecnologia” (RITE).

Introdução

A novidade era o máximo
do paradoxo estendido na areia
Alguns a desejar seus beijos de deusa
Outros a desejar seu rabo pra ceia
(Gilberto Gil e Herbert Vianna. *A novidade*, 1986).

Ao longo dos séculos transcorridos desde seu advento, contemporâneo ao início da Idade Moderna, no século XV, o conceito de paisagem se oferece a diversas áreas do conhecimento, admitindo acepções variadas. As ciências modernas muitas vezes chamam assim certo conjunto de dados objetivamente mensuráveis da realidade, passível de quantificações, análises ou esquadrinhamentos cartográficos e estatísticos. Por outras vias, a paisagem quer dizer a necessidade de uma especial atenção aos modos de ser no mundo, isto é, um fenômeno que implica a vivência encarnada de um mundo *comum* (Besse, 2018), refratário a representações meramente factuais ou dados locais, mutuamente implicado por seres humanos e não humanos.

A relevância da categoria paisagem a diversos campos e práticas do conhecimento pode trazer consigo a naturalização do termo, o que daria facilmente a esquecer de que se trata, contudo, de uma criação cultural (Bartalini, 2005). Recorremos à paisagem com frequência na experiência cotidiana e na fala corriqueira, o que permite inferir uma diversidade significativa de ideias, relações e afetos que demandam mencioná-la, embora acompanhados de dúvidas ou divergências conceituais. Ainda hoje corremos os riscos e cada vez mais sentimos os efeitos, por exemplo, da equivalência entre os conceitos de paisagem, ambiente e território, como se fossem sinônimos, em permuta geralmente automática de seus significados específicos, o que já alertava Rosario Assunto em 1976. Em linhas gerais, o célebre artigo compreende a paisagem como designação de uma unidade sintética primeva, precedente à apreensão das dimensões do espaço material (território) e de seus conteúdos ou funções biológicas e histórico-culturais (ambiente), aos quais só teríamos acesso mediante processos de abstração “do carácter concreto da paisagem que nós vivemos e experienciamos e conhecemos como território e ambiente na sua indissolúvel unidade” (Assunto, 2011, p. 128). Sujeita a discordâncias ou desdobramentos, a posição de Assunto oferece elementos significativos à reflexão daquilo que as paisagens Pós-Antropoceno poderiam dar a entender frente a cenários de crise, paradoxalmente premeditados pela ação humana.

A reflexão desse tema coloca em jogo, portanto, outro conceito problemático, dependente da confrontação de diferentes leituras dos distúrbios e resíduos decorrentes de forças antrópicas ora grafados como advento de uma nova era geológica, debatida nos termos do Antropoceno. Em tempos de incerteza e cerceamento de horizontes, sem saída aparente para a manutenção dos padrões de consumo e produção hegemônicos, cumpriria investigar valores de resiliência e regeneração em germens de paisagens ainda pouco assimilados em fissuras do meio urbano e ambientes profundamente perturbados. Às margens das vontades do Capital, naquilo que lhes escapa como um vazamento incontido, do qual rebentam brotos por força do acaso, observam-se tramas de ressurgência, potencialmente alusivas a uma hipótese de paisagens pós-Antropoceno.

Baseado em estudos de campo recentemente realizados em terrenos baldios e bordas urbanas, este artigo se volta à seguinte questão: se o vegetal é pródigo em engendrar mundos (Coccia, 2018), de que paisagens participam as plantas errantes, quais sejam aquelas capazes de germinar em qualquer fresta ou rebordo esquecido de terra, afeiçoando ambientes estéreis em possíveis refúgios à diversidade? O material apresentado oferece ao debate elementos associados a valores de resiliência e à

fugaz regeneração de plantas rasteiras, que rapidamente aprenderam a atravessar cidades, lavouras e florestas, despontando onde menos se espera. Colocam-se em pauta dimensões simbólicas daquilo que comumente reconhecemos como “mato”, em designação genérica ou mesmo depreciativa, quando dirigida àquilo que não se tolera, em sinal de desleixo a ser evitado.

As reflexões que se apresentam são resultado da frequentação de espaços residuais, desprovidos de uso ou ocupação programados, situados entre bairros periféricos e chácaras remanescentes, em contato direto com o sertão. Fora e dentro se confundem no que as cidades expandem seus limites. Por ali, é comum encontrar jardins improváveis rentes ao asfalto, cultivados contra a fuligem e a solidão que venta da rodovia. A seu tempo, intrometem-se outras tantas plantas, semeadas por vias não humanas. Embora alijada do olhar corriqueiro, a ocorrência subespontânea do vegetal permite atestar, talvez em resíduos do Antropoceno, condições de ressurgência. Com o objetivo de tematizar formas de existência triviais, via de regra marginalizadas pelo fazer humano, e de visibilizá-las, este texto reflete aspectos da experiência direta, da fruição e de um trabalho investido na *poiesis* desses germens. Haja vista que a flora ruderal não hesita em se fazer contra o horizonte de terras desoladas, a investigação empírica de que resulta este texto considera, com especial atenção, situações em que as intenções de apropriação e controle se desativam ou são tornadas inoperantes (Agamben, 2017), por ínfimas que sejam, despercebidas no cotidiano, oferecendo-se ao acaso de formações inconclusas e jardins em potência.

Baseando-se fundamentalmente em estudos de campo voltados à ocorrência subespontânea do vegetal em fragmentos de territórios e ambientes –, em sua indissolúvel unidade (Assunto, 2011) –, desprovidos de destinação, este artigo investiga a precedência originária da paisagem alusiva a meios de vida que se refazem de maneira quase sempre sub-reptícia, à revelia de esforços de domesticação ou domínio. Com o foco dirigido a atmosferas configuradas nas imediações de acostamentos rodoviários na cidade de Goiás (GO) entre os anos de 2020 e 23, o texto se organiza em três partes: 1) discute os modos de ser do vegetal e aspectos sensíveis das tramas de interdependência que as plantas estabelecem entre si e com outros seres; 2) investiga terrenos baldios, bordas e interstícios urbanos desprovidos de ocupações programadas, onde as destinações de uso se retraem, oferecendo refúgio a plantas subespontâneas; 3) cogita a latência de paisagens em espaços residuais, ainda pouco reconhecidas, refratárias a esforços de controle e apagamento, potencialmente alusivas à condição de regeneração proporcionada pelo vegetal e suas invenções incontidas.

Invasões, errâncias e refúgios

Um relatório científico apresentado à 28ª Conferência do Clima das Nações Unidas (2023) alerta para a iminência de “pontos de não retorno do sistema Terra”². O documento propõe diretrizes gerais para evitar a continuidade da “trajetória desastrosa” em que se encontra a humanidade. Desenvolvido por pesquisadores de diferentes países, o estudo avalia limiares críticos do funcionamento climático, isto é, situações em que seriam aferidas inflexões drásticas ou mesmo irreversíveis. A pesquisa apresentada à cúpula de líderes mundiais reúne em dados científicos uma constatação irrefutável: os padrões hegemônicos de produção e consumo levam à destruição do planeta que conhecemos.

² LENTON, T. M. et al. *The Global Tipping Points Report 2023*. University of Exeter, Exeter, UK. Disponível em: <https://global-tipping-points.org/>, acessado em 12 de fevereiro de 2024.

Trata-se de processos de desenvolvimento atrelados a perspectivas autocentradas no ser humano, intensificadas na modernidade por lógicas industriais e visões maquinicas, segundo as quais seríamos autorizados a destruir ou transformar indistintamente o meio ambiente conforme os interesses do capital. Sob pretensões de controle ou aperfeiçoamento técnico, as condições necessárias à vida na Terra são reduzidas a “recursos naturais” ou “serviços ambientais” – termos paradoxalmente recorrentes em certas matrizes ambientais –, o que leva a crer que elas permaneceriam disponíveis à extração de maneira indeterminada. Herdeira de empreendimentos de exploração e colonização, a construção de realidades socioambientais contemporâneas se vê impregnada por discursos que operam sob lógicas de poder e pela crença de que caberia isoladamente à ação humana controlar os rumos da Terra, sejam eles quais forem.

Os dados apresentados à COP28 sistematizam projeções estarecedoras e cenários de fim de mundo ao debate político global, que desconsidera em grande medida, contudo, a experiência de apocalipses já vividos e documentados por diferentes povos³, invisibilizados na construção histórica que nos traz às realidades contemporâneas. Sem grandes inibições, são comumente varridos para debaixo desse mesmo tapete os efeitos da produção do meio urbano e do agronegócio, por salientes que sejam os rastros socioambientais deixados pelo progresso do capital neoliberal. Ainda não refletimos suficientemente sobre os resíduos de seus sistemas de produção, ainda não contemplamos suas frestas, tampouco reconhecemos os modos de existência mais que humanos (Tsing, 2021) que nelas se criam clandestinamente.

Sem desconsiderar a relevância do relatório no plano das relações internacionais, confirmamos ali um problema estrutural: entre ruínas, preocupados em inventar futuros por conta própria, ainda não aprendemos a lidar com o passado e o presente, tampouco conseguimos nos desapegar suficientemente do ideal de uma competência controladora da ação humana sobre a Terra. Em outras palavras, aposta-se ainda em ecologias autocentradas. Se a paisagem expõe a estranheza da temporaneidade humana ante a temporalidade incontida da natureza da Terra (Assunto, 2011, p. 356), cumpriria investigar em paisagens Pós-Antropoceno aspectos de uma alteridade fundamental, pela qual a vida insiste em tecer-se. O cotidiano se vê semeado de exemplos, em que pese a distração corriqueira.

Entre conferências climáticas e relatórios que apontam a urgência de medidas compensatórias, o horizonte da paisagem se vê propriamente abstraído na dimensão de acordos intergovernamentais, via de regra distantes de qualquer possibilidade de reconhecê-lo no plano afetivo e do corpo próprio (Böhme, 2010, p. 56). Se vivemos *no tempo das catástrofes*, como sinaliza a filósofa Isabelle Stengers (2015), se a Terra hoje está repleta de refugiados, humanos e não humanos (Haraway, 2016), ora sentimos falta da paisagem, sejam aquelas devassadas pelo trator hegemônico da História, sejam as que se nos apresentam sem que ainda saibamos como lidar. Seria tempo, também segundo a autora, de revolver cosmogonias e recuperar saberes escanteados, imprescindíveis à concepção de realidades habitáveis.

Bruno Latour (2014, p. 13), por sua vez, alerta para as armadilhas desse termo híbrido, no qual se veem misturadas geologia, filosofia e teologia. “O júri ainda não se decidiu sobre a persistência do conceito de Antropoceno (sua meia-vida pode ser muito mais curta do que imagino)”. Com a proposta de investigar a natureza do tempo e do espaço em que efetivamente nos encontraríamos sob a ideia de que vivemos no Antropoceno, o autor reconhece nesse conceito “um modo poderoso, se usado de maneira sensata,

³ Ver KRENAK, Ailton. *Futuro ancestral*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

de evitar o perigo da naturalização à medida que permite reconfigurar o antigo domínio do social – ou ‘humano’ – em domínio dos Terráqueos ou dos Terranos”, corroborando “a recusa decisiva da separação entre Natureza e Humanidade, que tem paralisado a ciência e a política desde a aurora do modernismo” (Idem).

O advento da ecologia na história das relações entre o ser humano e a natureza da Terra promove revisões abrangentes dos comportamentos humanos, contemplando desde gestos individuais a ações coletivas, o que deveria atravessar, nos termos de Gilles Clément (2014), todas as formas de governança. Cumpriria assumir os significados políticos da hipótese de uma “alternativa ambiente”, cunhada pelo paisagista francês de modo a posicionar a ecologia como uma postura cívica, notadamente a afirmação de um ponto de vista e de um compromisso entre a sociedade e o planeta. O autor nos lembra que são atribuídas a inovações tecnológicas as grandes mudanças de paradigma que já vivemos, como a criação da imprensa no século XV e a disseminação da indústria no Oitocentos – sem falar da internet e das redes sociais. Tais alterações na sociedade são frequentemente denominadas “revoluções”, embora seus eventos não alterem o sentimento de dominação da Natureza pelo Homem, contribuindo, ao contrário, para reforçá-los. Nas palavras de Clément (2014, p. 5),

é preciso regressar a uma etapa anterior, em que a humanidade nômade, tornando-se sedentária, cria uma ruptura com a ‘tradição’ e passa a vislumbrar uma relação com a Natureza bem diferente da caça e da coleta – testemunhos do acaso – para estabelecer com ele um diálogo fundamentado: nascimento do jardim.

Na esteira de formulações anteriores, como os conceitos de “Jardim Planetário” (1995) e “Terceira Paisagem” (2004), as reflexões de Gilles Clément a propósito da “alternativa ambiente” parecem compatíveis com uma questão central colocada pela antropóloga Anna Lowenhaupt Tsing (2015): como sobreviver em um mundo dominado pela ecologia do Antropoceno, isto é, uma ecologia que transforma organismos em meros recursos, alienando-os das complexas redes de relações multiespecíficas que estabelecem entre si? Popularizado a partir do ano 2000 por Paul Crutzen, vencedor do Prêmio Nobel de química em 1995, o conceito de Antropoceno passa a descrever em proporções geológicas o impacto da jornada humana na transformação da dinâmica ambiental do planeta, colocando outras espécies em risco de extinção, alterando sua condição geofísica e destruindo paisagens em que a relação entre natureza e cultura teria atingido proporções harmônicas de equilíbrio.

No cruzamento de diferentes entradas, advindas da Antropologia à Geografia, atravessadas por investigações no campo das artes, seu debate expõe os limites e as contaminações mútuas de categorias continentais às “Ciências da Natureza” e às “Ciências Humanas”. Explorando suas intersecções, por onde certos movimentos de regeneração sugerem mundos clandestinos, subversivos à linearidade dos tempos históricos e ao binarismo de natureza e cultura, estas reflexões se voltam a fissuras e tramas ainda pouco reconhecidas, a fim de reconhecer os fenômenos que lhes correspondem a partir da vivência corpórea.

* * *

O conteúdo a seguir apresentado resulta fundamentalmente de uma pesquisa de campo conduzida na cidade de Goiás (GO) entre os anos de 2020 e 2023. Voltada ao reconhecimento pela percepção direta de arranjos configurados por plantas de ocorrência fortuita e à compreensão de seus modos de ser, essa investigação concentrou-se especialmente na faixa de acostamento das rodovias que atravessam o perímetro de expansão urbana do município. Entre quintais, residências improvisadas

e chácaras remanescentes à beira de autoestradas, observam-se condições propícias ao desenvolvimento de espécies ditas ruderais e à diversificação de seus agrupamentos ao longo do tempo.

Esses estudos foram acompanhados de coletas botânicas, anotações de campo e da criação de um pequeno herbário, o que viabilizou a identificação de um extenso rol de plantas que escapam às vontades de controle pleno, imiscuindo-se insistentemente em frestas e bordas de áreas cultivadas. O trabalho de campo teve como intuito apreender e exercitar uma atenção à paisagem (Besse, 2018), que ora se perde na vastidão do horizonte, ora se vê imersa em detalhes mínimos das existências que se dão ao alcance das mãos. Para além da ampliação de repertórios botânicos, à disposição de projetos de paisagismo, investigamos dinâmicas quase sempre ignoradas pelas quais a vida insiste em refazer-se quando perturbada. No bojo das reflexões sobre paisagens Pós-Antropoceno, os relatos textuais e registros fotográficos que se apresentam procuram aludir à experiência de contato com plantas que germinam em terrenos desprovidos de destinação e permitem aferir, em tais situações, diferentes tramas proporcionadas pelas táticas de sobrevivência do vegetal, às quais se entrecruzam múltiplas espécies.

Por imposição de bandeirantes liderados por Bartolomeu Bueno da Silva, filho de Anhanguera, “o diabo velho”, o Arraial de Sant’Anna, foi fundado num remanso rente à lama encarnada do Rio Vermelho. Tais expedições marcam o início de um longo processo de expropriações e extermínios promovidos pelo avanço do empreendimento colonial no território da Paulistânia⁴. Promovido à condição de Villa Boa de Goyaz em 1739, o núcleo urbano se desenvolveu entre campos de mineração, pesca e roças de subsistência. Em terras outrora ocupadas por aldeias goiazes, a cidade se expande na atualidade em loteamentos e conjuntos habitacionais recentemente implantados ao longo das rodovias que a circundam. Nos contrafortes da Serra Dourada, a poucos quilômetros do Parque Estadual de mesmo nome, o centro histórico da antiga capitania é reconhecido pela UNESCO, desde 2001, como patrimônio da humanidade. Às margens dos perímetros de preservação de bens naturais, históricos e culturais, segregados em processos de produção do espaço e especulações do mercado imobiliário, pequenos bairros se formam insulados no sertão.

Falamos da porção ocidental do interflúvio dos rios Tocantins e Paraná, de onde nascem os principais rios que nutrem o continente. Acostumadas nas últimas eras a estiagens prolongadas e incêndios sazonais, as terras mais centrais do Planalto Brasileiro oferecem guarida a raízes de arbustos retorcidos, pontuados entre campos sujos por árvores isoladas, cujas cascas aprenderam a atravessar e trazer consigo as marcas do fogo e de secas inclementes, rasgando em florações o cinza quente do inverno. Na condição de fragmentos, buritizais enveredados por veios d’água⁵, matas de galeria e cerradões sobrevivem entre os limites de pastagens e campos cultivados.

4 Trata-se da região recorrentemente percorrida ao longo da expansão paulista encabeçada pelos bandeirantes desde as fronteiras da antiga Capitania de São Vicente, abrangendo áreas que atualmente pertencem aos estados de Goiás, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Minas Gerais, Paraná e São Paulo. A obra de Antonio Candido apresenta elementos fundamentais para a compreensão da Paulistânia e dos processos de devastação que marcam a formação cultural brasileira: “Da expansão geográfica dos paulistas, nos séculos XVI, XVII e XVIII, resultou não apenas incorporação de território às terras da Coroa portuguesa na América, mas a definição de certos tipos de cultura e vida social, condicionados em grande parte por aquele grande fenômeno de mobilidade. Não cabe analisar aqui o seu sentido histórico, nem traçar o seu panorama geral. Basta assinalar que em certas porções do grande território devassado pelas bandeiras e entradas – já denominado significativamente Paulistânia – as características iniciais do vicentino se desdobraram numa variedade subcultural do tronco português, que se pode chamar de ‘cultura caipira’” (Candido, 2017, p. 43).

5 Trata-se das veredas de buriti (*Mauritia flexuosa*), em alusão ao meio de vida que se faz nesta região junto a correntes d’água.



O noticiário recente registra queimadas cada vez mais frequentes, não apenas fruto de trovoadas que faíscam contra a pedra e a areia, mas sobretudo aquelas premeditadas com o intuito de expandir os limites da produção agropecuária. As ações de planejamento urbano e regional, por sua vez, mostram-se insuficientes para refrear as especulações do mercado, respondendo muitas vezes com a anuência a processos de negação da paisagem. Retroscavadeiras e colheitadeiras hoje revolvem essas terras com indiferença. Seus procedimentos geram resíduos os mais diversos, onde outros modos de vida procuram refazer-se.

As plantas nos motivariam, por sua vez, a repensar a própria ideia de morte e de indivíduo. O botânico Stefano Mancuso comenta que muitas plantas têm a capacidade de sobreviver a condições adversas, inclusive a incêndios⁶. Encontramos exemplos disso na família das *Velloziaceae*, cujos ciclos de crescimento se ligam efetivamente às chamas, até mesmo necessárias para a geração de flores em cascas de tronco chamuscadas na estiagem do sertão (figura 1). Diversas tramas de regeneração costuradas pelo vegetal são encontradas nas mais diferentes situações e escalas, seja no Cerrado brasileiro, bioma pirofítico por excelência, seja em fissuras quaisquer onde certas sementes podem germinar.

A capacidade de resiliência do vegetal se vê diretamente imbricada no estímulo de regeneração que seus movimentos proporcionam, o que inclui o desenvolvimento de múltiplos seres. Sob o ponto de vista das taxonomias botânicas, identificam-se várias famílias nas quais certas espécies são especialmente hábeis em despontar em

⁶ Mancuso (2019, p. 97) se refere ao caso da palmeira-anã (*Chamaerops humilis*), única de origem europeia, capaz de regenerar-se após incêndios observados na Sicília. “[...] as palmeiras estão sempre lá quando o fogo se apaga; algumas levemente queimadas, outras reduzidas a carvão, outras até incineradas. Em poucos dias, com a humildade esperada de seu nome, começam a produzir novas projeções; brotos em movimento de um verde brilhante [...]. É uma demonstração gritante de resistência à adversidade, resultado da organização das diferentes plantas; uma organização sem paralelo no mundo animal, propiciada precisamente pela ausência de um centro de comando e pela distribuição de funções.”

condições ambientais severamente adversas. Trata-se de plantas de ciclos breves e amplo potencial adaptativo, capazes de manifestar em pouco tempo os efeitos de sua resiliência. Em muitos casos, essas plantas, precedem a chegada de parentes mais exigentes, coexistindo com eles, especialmente nas bordas de áreas florestadas e ambientes que tendem a interações mais estáveis. Posicionado no estágio inicial das sucessões ecológicas, esses organismos são também responsáveis pela diversificação das formas de vida na Terra, não apenas por requalificarem no solo e no ar as condições necessárias à participação de outras formas vegetais mais duradouras e ecossistemas mais complexos, mas sobretudo por atualizarem os expedientes segundo os quais as plantas insistem em fazer do planeta um lugar propriamente vivível e habitável (Coccia, 2018).

Em esboços preliminares e de forma radicalmente perspicaz, os traços mais transitórios de seu despontar revelariam aquilo que se denomina vegetação ruderal. Essa designação tem origem no latim *runderis*, que se traduz literalmente como entulho e que imediatamente alude à imagem de montes de detritos deixados ao ar livre em quintais, ruínas ou construções inacabadas, de onde surgem formações vegetais. Etimologicamente, a vegetação ruderal carrega consigo a dicotomia entre as qualidades de *rus* – que dá origem a termos como rústico, rude e rural – e *urbis*. Essa divisão binária revela vestígios de um ressentimento depreciativo associado à aparição do “mato” em assentamentos humanos, seja no campo ou nas cidades, expondo desconcertos e dificuldades de lidar com um *outro*, que se procura tolher à exaustão por resistir a civilizar-se. Os processos de formação do vegetal seguem outras lógicas e outras posturas em relação à realidade, como propõe o filósofo Emanuele Coccia. Para as plantas, segundo o autor,

criar uma forma significa atravessá-la com todo seu ser, como se atravessam idades ou etapas da própria existência. [...] Aos paradoxos da consciência que só sabe figurar formas sob a condição de distingui-las de si mesma e da realidade de que são os modelos, a planta opõe a intimidade absoluta entre sujeito, matéria e imaginação: imaginar é se tornar o que se imagina (Coccia, 2018, p. 19).

Diferentemente das comunidades clímax, que experimentam poucas alterações em seus aspectos ao longo do tempo segundo níveis estáveis de oscilação, as comunidades que se formam em espaços residuais, imiscuídos em ambientes fortemente antropizados ou frequentes em suas bordas, aprenderam a transfigurar-se avidamente. Falamos de seres errantes, que aparecem, somem e ressurgem alhures no que inventam refúgios em lugares indesejados. Suas feições passageiras se renovam entre períodos de tênue equilíbrio e eventos de distúrbio. Em arranjos florísticos variados, enredam tramas instáveis, mas que se comunicam diretamente com o porvir de ciclos cada vez mais prolongados. Os níveis máximos de biodiversidade encontrados em ambientes primários, portanto, dependeriam de seres vegetais resilientes, afeitos a condições de severa perturbação. Em outras palavras, as plantas ruderais que ali se estabelecem seriam responsáveis pelos movimentos mais imediatos de diversificação e engendramento de meios de vida, passíveis de reconhecimento e contínua aferição pela experiência do olhar.

Frente à diminuição das superfícies ocupadas por comunidades clímax, do aumento no grau e na abrangência de eventos de distúrbio e do risco de extinção de espécies ou de alteração em seus comportamentos acelerados nos últimos séculos, os terrenos residuais desempenham um papel tanto como abrigo para a diversidade, sob uma perspectiva passiva, como palco de interações originárias numa dimensão ativa daquilo que Gilles Clément (2005) caracteriza como “mescla planetária”. Nesse contexto, as interações envolveriam não apenas processos de disputa, invasão ou concorrência

destrutiva, mas também cooperações, hibridizações, mutações e até mesmo o surgimento de novas espécies. O caráter fundamentalmente indeciso da Terceira Paisagem, composta pela soma fragmentária de terrenos residuais ou baldios (*friche*), proporcionaria, então, oportunidades “à evolução do conjunto dos seres biológicos que compõem um território deixado na ausência de qualquer decisão humana” (Clément, 2005, p. 7).

Ausência e presença da ação humana são ideias ambíguas e de difícil delimitação no mundo contemporâneo. Por outro lado, as noções de evolução e diversidade investigadas por Gilles Clément e as relações multiescalares entre diferentes espécies passíveis de constatação em situações residuais ajudam a problematizar o desconforto gerado pelas questões do Antropoceno. Ainda não aprendemos a escapar da reintrodução de um universalismo que generaliza a figura humana à luz do capitalismo transnacional industrial sob uma perspectiva limitada das qualidades de vida na Terra, reduzidas a “recursos ambientais” ou “serviços da natureza”.

Abordagens exploratórias da antropologia, por sua vez, destacam a relevância da *diferença*, isto é, da alteridade irrefutável à relação entre os seres vivos e a materialidade da Terra. Suas respostas não deixam de enfrentar o desafio de compreender os efeitos das transformações atualmente observadas em escala planetária, mas colocam em debate diferentes consórcios pelos quais se arranja a existência. Uma resposta possível, recorrendo aos termos de Anna Tsing (2021), viria da compreensão de que os seres humanos se entrelaçam inevitavelmente a outros mundos, multiespecíficos, o que permitiria construir condições de existência nas ruínas de imperialismos industriais e *plantations* historicamente empobrecedores na esteira de ecologias simplificadoras.

No contexto de fissuras, a diversidade de organismos presentes em terrenos incultos não deve ser avaliada apenas pelo número de espécies capazes de prosperar em tais ambientes e criar condições para a existência de uma variedade ainda maior de plantas, fungos e animais em interações recíprocas. O aspecto mais significativo seria a complexidade dessas interações e sua efetiva participação no revigoramento de fluxos pelos quais a vida pode reinventar-se no planeta desde fissuras ainda pouco compreendidas. Reconhecer essa complexidade hoje requer um debate abrangente, envolvendo múltiplas perspectivas. É crucial investigar os vínculos pelos quais, talvez de forma inconsciente, vemo-nos conectados aos modos de existência do vegetal.

Tomemos, como exemplo, os hábitos da dormideira (*Mimosa pudica*), um arbusto comum na região central da América do Sul, conhecido por fechar suas folhas quando tocadas (figura 2). Este caso específico se baseia, novamente, nos estudos de campo conduzidos em Goiás. O registro foi realizado em um canteiro próximo a um entroncamento rodoviário, onde campos sujos se oferecem amplamente à interferência dos ventos, da fuligem, à incidência do sol e de chuvas torrenciais. Embora desprovida de músculos, a dormideira descobriu como movimentar seus folíolos – uma característica relativamente incomum entre as plantas – em resposta a estímulos súbitos, concentrando e dirigindo parte de suas energias até as últimas consequências de uma interação propriamente imersa no meio envoltório.

Insatisfeita, ela vai além: a dormideira sabe muito bem como perceber quando determinado estímulo passa a se repetir sem novidades, por exemplo, quando tocamos com os dedos suas folhas várias vezes consecutivas. Nessas situações, ela parece “acostumar-se” e cessa o movimento de seus pecíolos foliares, economizando energia para fechar-se quando provocada por motivos que lhe pareçam, de fato, relevantes. O intrigante comportamento da dormideira demonstra sua capacidade não apenas de responder imediatamente ao ambiente, mas, fundamentalmente, de *aprender* com a

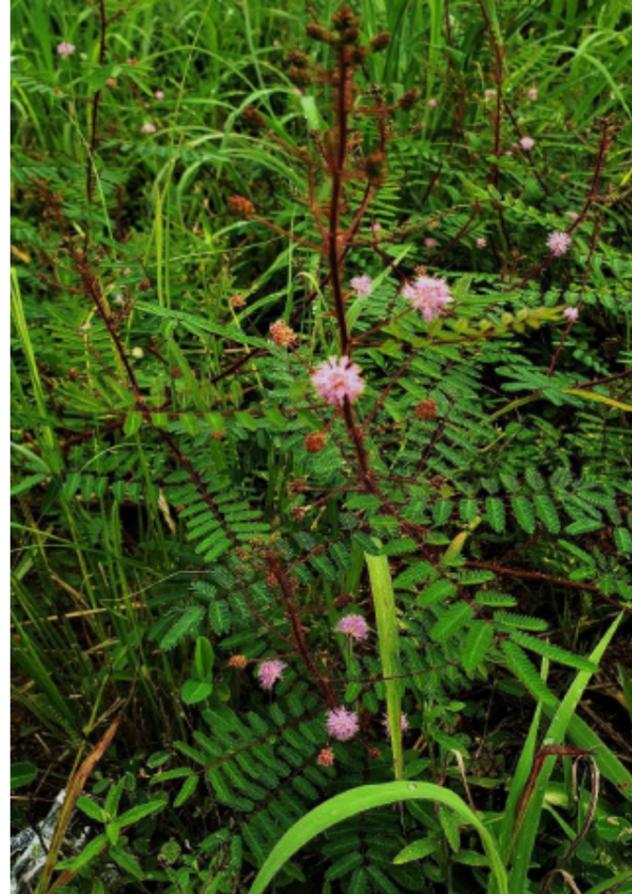


Figura 2 - Dormideira (*Mimosa pudica*) em trevo da rodovia Cora Coralina, nas imediações da cidade de Goiás. Fonte: o autor, fevereiro de 2022.

experiência⁷. Em meio ao desalento de um trevo rodoviário, enraizada contra toda sorte de poluentes e intempéries do sertão, essa planta se vê enredada a vigorosas touceiras de capins, delicados trevos e outros sobreviventes, que se deslocam pelo ar e se encontram em bordas ou frestas de assentamentos humanos de diferentes partes do país e do mundo.

Consórcios

A poucos passos do centro histórico de Goiás, nas porções externas ao perímetro de tombamento, processos recentes de expansão urbana apresentam novas contradições, assim como resíduos inconclusos. Atravessada pelas rodovias Cora Coralina (GO-070) e GO-164, que conecta o sul do estado à região do rio Araguaia, a cidade de Goiás tem sua zona de expansão contaminada por fluxos inter-regionais, provisionados por seres que se refugiam em terrenos pedregosos, onde moradias se erguem frente a vastos horizontes. Roças e chácaras remanescentes se intercalam a terrenos incultos, desdobrados ao longo dos acostamentos.

Entre loteamentos incompletos e antigas construções abandonadas, percorremos trechos lindeiros a cachoeiras e nascentes engasgadas junto a trevos de rodovias e viadutos, entre outros empreendimentos de infraestrutura mal cicatrizados. Investigamos seus poros a fim de penetrá-los. Em certos casos, aferimos atmosferas de quintais mais ou menos canhestros, despojados de muro ou cerca frente ao silêncio do sertão. A parte de cada lote que sobra nesses bairros, quando concluída a construção das primeiras casas, faceia em nudez o horizonte indeciso de campos cerrados.

⁷ Trata-se daquilo que se conhece cientificamente por “memória epigenética” e que, nos termos de Stefano Mancuso, permite reconhecer os modos pelos quais as plantas “respondem, de maneira cada vez mais apropriada, quando problemas conhecidos se repetem ao longo de sua existência. Tudo isso não poderia acontecer sem a capacidade de armazenar informações relevantes em algum lugar para superar obstáculos específicos. Isto é, sem memória, [que] nas plantas é espalhada por todo o corpo” (Mancuso, 2019, p. 13).

A liminaridade das paisagens relatadas e sua precariedade estabelecem relações de parentesco com as invenções constantes dos seres errantes que por ali transitam. Em lugares desprovidos de destinação de uso, compondo territórios fragmentários cuja capilaridade passa ao largo de estatutos de preservação, essas situações permitem aferir processos de regeneração, em sentido amplo, mobilizados por certas plantas, capazes de ressurgir em curto período de tempo sucedâneo a desmates. Embora ainda pouco consideradas, essas situações fazem condensar nos arredores de Goiás os sentidos e semblantes de campos cerrados, que se avizinham a roçados e fundos de lotes.

A vida das plantas, a seu tempo, aprendeu a inventar-se diante de infortúnios os mais diversos, irrompendo após queimadas, enxurradas ou em frestas do asfalto escaldante. Suas respostas a estímulos ou distúrbios, segundo uma apreciação grosseira, oportunizam a existência de seres interdependentes de uma mútua *contaminação*. Vivemos em ambientes cada vez mais perturbados, feitos à custa de processos de invasão, expulsão e refugiados. Certas plantas aprenderam a sobreviver e a diversificar-se no porvir de flores e frutos nutridos por solos exauridos. Suas táticas de sobrevivência são profícuas em imagens de resiliência, como aponta Renato Sztutman (2023) em análise da obra do artista Denilson Baniwa. Em linhas gerais, o autor evoca analogias entre a resiliência de povos indígenas e “poéticas de regeneração” sugeridas por mundos vegetais, que insistem em desabrochar em meio à desolação e a escombros.

Raramente paramos para observar, mas as plantas esbanjam imagens de regeneração. O mundo, que se faz um *mundo* (Merleau-Ponty, 2004) no que as plantas se fazem plantas, pressupõe enlances e relações de interdependência entre existências distintas, postas em evidência em condições de equilíbrio ou instabilidades críticas, a fim de uma convivência a ser inventada em comum acordo. Podemos aprender com o vegetal a “reconhecer que o mundo é um espaço de imersão” (Coccia, 2018, p. 47), e que não vivemos senão aqui mergulhados, em nascer contínuo. A cada instante, precisamos aprender a abrir os olhos como se fosse a primeira vez. Stefano Mancuso, por sua vez, desenvolve a ideia de que o vegetal sabe como reinventar-se quando mutilado: desprovidos de um centro nervoso, seus corpos descentralizados aprenderam a refazer-se. Cada pedaço arrancado de si pode originar uma nova planta, que “pega de novo” quando se enterra o membro amputado. Entre enxertos e mudas, a vida das plantas desconhece as fronteiras de biomas e países, assim como a ele seria estranha a ideia de individuação de um ser, posto que muitas vezes as plantas precisam ser despedaçadas para propagar-se (Marder, 2013). Suas partes despojadas rendem mundos e lançam novos esporos, quando germinadas, genuinamente expostos ao porvir.

Não se pode perpetuar como verdade imutável ou equilíbrio perene quaisquer condições impostas por poderes hegemônicos. Cosmogonias diversas deitam raízes ancestrais que nutrem saberes e mitos, muitas vezes marginalizados ou tidos como mortos. Falamos de visões de mundo sujeitas a crises internas, invasões, e até mesmo à extinção, o que não seria exclusividade da condição contemporânea perspectivada pelo Ocidente. Nas palavras de Ailton Krenak, “a gente não fez outra coisa nos últimos tempos senão despencar. Cair, cair, cair. Então por que estamos grilados agora com a queda?”. Entre precipícios e desmontes, sem perceber, vivemos em meio a seres e formas de organização diferentes dos nossos, humanos e não humanos, com os quais precisamos aprender – urgentemente. No caso de quedas cinzentas, Krenak (2020, p. 15) recomenda, “aproveitar toda a nossa capacidade crítica e criativa para construir paraquedas coloridos. Vamos pensar no espaço não como um lugar confinado, mas como o cosmos onde a gente pode despencar em paraquedas coloridos” (Idem). Disso bem sabem os povos *gwaya* e outros tantos, cujos descendentes ainda hoje



Figura 3 - Arredores do Quilombo Alto Santana vistos da Igreja de Santa Bárbara. Fonte: o autor, agosto de 2022.

habitam quilombos, vielas e becos nas imediações do Rio Vermelho e dos morros que circundam a cidade de Goiás (figura 3).

Atravessaram outros fins de mundo os habitantes das serranias de onde afloram teimosamente os veios capilares do Rio Araguaia, na cercania de pedregulhos e campos agrestes, assim como os povos das várzeas estranguladas a jusante. Se percorrermos rapidamente os últimos oito mil anos, encontraremos indícios do povo karajá nos descampados do alto curso, enquanto javaés, xavantes e avá-canoeiros aprenderam a percorrer durante séculos as várzeas de rios nascidos a conta-gotas, em seu deságue em pantanais e baixios densamente florestados. Não por acaso, extensões relevantes do bioma cerrado se veem hoje preservadas em terras indígenas dos estados de Goiás e Mato Grosso, habitadas e cultivadas por diferentes etnias.

Campos de soja, cana-de-açúcar e extensas pastagens logo voltam a engolir o horizonte nos quilômetros que antecedem a chegada à cidade de Goiás. A visão que se tem pela janela do automóvel em movimento converte em meros vultos a vida cotidiana dos bairros isolados e casas solitárias de suas redondezas. Embora a velocidade seja limitada no trecho urbano, perdem-se os ritmos e os hábitos das comunidades que se formam à beira da estrada. É preciso parar e andar a pé. A atenção do corpo inteiro, a respiração e o cansaço são cruciais na tentativa de imersão a passos lentos aqui proposta. A perspectiva inicialmente adotada nesses estudos corresponde à de um observador servido apenas dos sentidos do próprio corpo, sem a mediação de qualquer aparato ou instrumento, disponível a uma experiência de envolvimento imediato nas atmosferas que se apresentam (Böhme, 2010). Trata-se de um estágio preliminar, precedente a qualquer possibilidade de identificação das plantas de acordo com classificações taxonômicas, anterior a qualquer recorte objetivo das realidades vivenciadas, no qual ganham saliência os aspectos fisionômicos gerais dos arranjos por elas configurados em resposta à mobilidade das águas, do sol, dos ventos e da terra, em consórcios nos quais comparecem múltiplos organismos. Em outros termos, nossa pesquisa parte da tentativa de imersão em paisagens latentes, ou gérmenes de paisagens frequentemente desconsideradas, conforme se apresentam diretamente aos sentidos.

Como reconhecer e distinguir entre cenários de desolação e ruínas oportunidades oferecidas a novos modos de florescer? Como fruir a paisagem para além de um saudosismo melancólico e de um embotamento paralisante frente às realidades presentes? Como enfrentar prenúncios cada vez mais recorrentes de destruição do Ser e vislumbrar, entre eles, indícios de ressurgência? Teria um fim prematuro e certamente frustrante qualquer tentativa de resposta unívoca a tais questões, cuja complexidade nos convida a estabelecer novos tipos de conexão. As crises vivenciadas hoje nos planos físico e moral de nossas relações com a Terra posicionam uma compreensão do Antropoceno como “a era da perturbação humana”, recorrendo novamente às reflexões de Anna Tsing (2019). No ensaio intitulado *Contaminação*, a antropóloga identifica o surgimento nesta era, caracterizada pela extinção em massa, daquilo que corresponderia a emergências de “diversidades contaminadas”. Em linhas gerais, as noções de contaminação e de diversidade contaminada são abordadas em referência à conjugação de modos de vida culturais e biológicos conforme evoluíram ao longo de milhares de anos em meio à disseminação de diferentes formas de participação e interferência humana.

A partir de pesquisa de campo dirigida à vida do cogumelo *matsutake* e dos indivíduos dedicados à sua coleta em florestas nos Estados Unidos, Japão, Canadá, China e Finlândia, Tsing denomina como contaminação o momento em que perspectivas multiespécies passam a se colocar como alternativa à ecologia do Antropoceno, via de regra baseada na separação dicotômica entre florestas ou ambientes preservados, onde observam-se relações de equilíbrio e simbiose, de um lado, e campos de cultivo antrópico, marcados por simplificações ecológicas, de outro. Entre cada um desses extremos, a pesquisadora se volta especialmente a lugares de “perturbação lenta”, em alusão a ecossistemas alterados pela ação humana, embora propícios à ocorrência de outras espécies e ao surgimento de novas formas de “colaborações interespecíficas. Não são intocadas pela presença dos humanos, o supremo invasor ‘daninho’. No entanto, sua biodiversidade é comparativamente elevada [...]. lentidão é um sonho a encorajar, mais do que um traço a objetificar” (Tsing, 2019, p. 23). Com a proposta de caminhar em direção a um “planeta de perturbação lenta”, defende que,

em vez de simplesmente catalogar diversidade, precisamos narrar as histórias em que a diversidade emerge — isto é, admitir suas formas animadas e, portanto, contaminadas. Diversidade é criada em sinergias colaborativas; é sempre devir. Tanto nativos quanto migrantes podem participar na produção de áreas de perturbação lenta. Uma direção útil na qual mover a “diversidade biocultural” é abri-la à diversidade contaminada e aos regimes de perturbação lenta de pessoas em muitas circunstâncias. (Ibid, p. 24)

Por transformarem as condições de esterilidade observadas em terrenos degradados – contrários às situações de “perturbação lenta” – em meios compatíveis com a existência de organismos diversos e, ainda mais importante, por fornecerem pontes à coexistência de múltiplas espécies, as plantas de ocorrência subespontânea ditas ruderais podem ser associadas à possibilidade de reconhecimento de paisagens para além do Antropoceno. Não se trata de exaltar os aspectos por vezes canhestros de suas feições, tampouco a precariedade mal resolvida de espaços residuais, mas, ao contrário, de reconhecer na intromissão sempre fortuita dessas plantas o porvir de outros mundos. Frequente nas bordas de áreas cultivadas e em zonas de intersecção entre os mais diversos biomas, a flora ruderal atravessa silenciosamente os lugares que habitamos, insistindo em pontuá-los de arranjos efêmeros, mas resilientes a qualquer vontade de controle ou apagamento.



Figura 4 - Cercado de um quintal nas cercanias de Goiás (GO). Fonte: o autor, setembro de 2021.

Os aspectos sensíveis do dinamismo vegetal e as imagens por ele mobilizadas podem estabelecer correspondências com a apreciação pela experiência direta das plantas ruderais junto às bordas da cidade de Goiás. Não há calçadas ao longo da rodovia GO-164, vetada à circulação de pedestres. No entanto, portas e janelas se abrem diretamente ao fluxo intermitente de veículos à altura do bairro de Vila União, em contraste abrupto entre a estrada e as últimas residências da vila. Era mês de janeiro, período em que o céu ensolarado se vê diariamente interrompido por chuvas torrenciais. Entre as soleiras o asfalto, uma estreita faixa de terra oferece toda a umidade retida às sementes de trapoeraba (*Commelina erecta*), que não se furtam a germinar abundantes cordões pontuados de flores azuis. Rentes ao chão, elevam-se hastes de siratro (*Macroptilium atropurpureum*), cujas inflorescências advêm de cálices verdes, derramados em pétalas de profundo púrpura, igualmente apreciadas por abelhas e vespas.

A estreita faixa de terra se estende até o alambrado que delimita o quintal de uma residência (figura 4). Do lado de dentro, zínias (*Zinnia angustifolia*) e abóboras (*Cucurbita maxima*) cultivadas em pequenos canteiros ostentam cores vibrantes em celebração às chuvas. As interações do vegetal fazem diluir as fronteiras entre o quintal e o mundo exterior à medida que ocupam uma cerca tornada inoperante pelo toque de trepadeiras e ramos espichados. Do lado de fora, brotos de zínias e de abóboras permitem atestar sua mobilidade e o vigor com que extravasam os cercados e inauguram novas frentes em terrenos baldios. Em contrapartida, chumaços de picão-branco intrometem-se no quintal junto a cordas-de-viola, gonfrenas (*Gomphrena sp.*), singônios (*Syngonium angustatum*), entre outras plantas que o atravessam de fora para dentro.

Entre quintais cultivados e terrenos baldios, o lugar intermediário ocupado pelas plantas ruderais sugere a reflexão sobre modos de cultivo e de um fazer partilhado, a serem compreendidos no contato de cada dia com as expressões de sua alteridade. Analogamente, a antropóloga Natasha Myers (2017, p. 297) recomenda identificar o “instante que impulsiona as pessoas a se envolverem com as plantas”, considerando, de partida, “que ainda não compreendemos completamente o que é específico de uma

planta”. Contrapondo-se a uma perspectiva evolucionista, incompatível com a aceitação da convivência entre temporalidades distintas e a possibilidade de reversão de certos processos, a autora investiga a ideia de uma *involução*, o que significaria descrever aspectos de uma “captura recíproca” estabelecida em “encontros experimentais, improvisados e contínuos que tomam forma quando seres tão diferentes quanto plantas e pessoas se envolvem nas vidas uns dos outros” (Idem).

Desprovidas de destinação precisa e fronteiras nítidas, as situações apresentadas são em parte afeiçoadas pelo cuidado humano, em parte deixadas às forças das intempéries. Ao gosto das plantas, configuram-se intervalos entre casas e mundos, nos umbrais ambíguos onde se entrelaçam as vontades de cultivo e as agências do acaso. Em zonas marginais, esses espaços acolhem a existência daquilo que resiste a ser amansado ou contido, reinventando-se profusamente. Esses seres, que respondem efusivamente a gestos atentos aos seus modos de ser, são os mesmos que rapidamente ressurgem após desmatamentos ou distúrbios incisivos. Instaurando comunidades no que irrompem o solo, em parceria com insetos, fungos, pássaros e roedores, entre outros seres, seus corpos enraizados forjam lares provisórios.

Ressurgências

Onde há vida, há movimento. Nem todos os movimentos, no entanto, sinalizam vida. O movimento da vida é especificamente tornar-se, ao contrário de estar, é de renovação ao longo de um caminho ao invés de deslocamento no espaço. Cada criatura, à medida que brota e deixa rastros, se move de uma maneira diferente [...] (Ingold, 2013, p.18-19).

Nos arredores de áreas cultivadas, onde é abundante a luz do sol e o solo é periodicamente adubado, as plantas ruderais florescem conforme seus próprios ritmos. A condição de descuido observada junto às cercas dessas áreas, por sua vez, permite constatar vocações do vegetal geralmente esquecidas ou desconsideradas diante da imprevisibilidade de sua ocorrência. Nesse meio-termo entre o cultivo e o abandono, uma zona limítrofe proporciona lugares fecundos ao desenvolvimento da flora ruderal e à diversificação da vida, em suas tramas mais abrangentes. A imagem de cercas espontaneamente habitadas por trepadeiras e arbustos entre quintais e terrenos baldios sugere a relevância da observação das interações que essas plantas estabelecem – ou poderiam estabelecer – com o fazer humano.

Diante de diferentes concepções do Antropoceno, Anna Tsing (2015) denomina “ressurgência holocênica” a possibilidade de existência de “refúgios de habitabilidade”, nos quais seriam restabelecidos aspectos de uma cooperação multiespecífica. O conceito de ressurgência aparece como uma maneira de repensar certos movimentos regenerativos, que contrariam a linearidade da história, tanto natural quanto humana. Para tanto, seria crucial investigar possibilidades de reversão de certos processos considerando a concepção de convivência entre temporalidades distintas, inviabilizadas por visões evolucionistas.

No cruzamento de disciplinas e abordagens distintas, as qualidades latentes e as potencialidades da vegetação ruderal se mostram refratárias a definições segundo conceitos estanques. Por improvável que pareça, encontramos em terrenos baldios refúgios à regeneração configurados nos mais diversos arranjos e misturas proporcionados por uma inventividade resiliente do vegetal. A tentativa de imersão e reconhecimento pela fruição direta desses lugares procura, assim, alcançar o intuito de “apreender a relação entre vida e mundo” não como modo de confirmar pensamentos



Figura 5 - Fissuras e perpétuas (*Gomphrena* sp.) em calçada da Vila União, em Goiás (GO). Fonte: o autor, agosto de 2022.

previamente formulados, mas em experimentações que pressuponham, “nas plantas, [...] o ponto de vista privilegiado para compreender e descrever o mundo enquanto tal” (Coccia, 2018, p. 4).

Se as plantas são também fazedoras de mundo, as ruderais manifestam, especialmente, valores de resiliência e frescor “de um mundo em contínuo nascimento” (Ingold, 2013, p. 22). O vegetal dispensa olhos, ouvidos e pernas para colocar-se em deslocamento pela Terra. A vida das plantas se desenrola indiferente à necessidade de afugentar outros seres ou de esconder-se de predadores. Ao contrário dos seres humanos, as plantas não distinguem ou delimitam formas, tampouco criam desenhos ou recortes objetivos de qualquer fenômeno. Sua condição enraizada mobiliza outras lógicas e estabelece outros níveis de comunicação com seres distintos no que o vegetal se envolve, corpo a corpo, com o meio de que faz parte.

Seus ramos aéreos resistem ao vento, eriçados ou macios, ao passo que seus frutos e flores dele se valem para atrair o desejo e o toque de polinizadores. Nem sempre reconhecemos em suas formações a inteireza de um “rosto”, talvez ininteligível à condição humana. O reconhecimento sensível de seus semblantes, contudo, anterior à atribuição de qualquer significado, pode sugerir os sentidos da “face” na qual persistem sinais de uma indestinação. Recorremos aos termos do filósofo Jean-François Lyotard (1990, p. 186), que possivelmente reconheceria nessas paisagens

[...] um problema de MATÉRIA. A matéria é o que não é destinado naquilo que é dado. As formas domesticam-na, tornam-na consumível. [...] Sensibilidades passadas sem problema sob o controle do entendimento. É menos nítido no caso das suas congênicas inferiores, as quais sorvem, lambem e tateiam [e] dão somente direito a uma transferência de poderes materiais, para os odores, a qualidade tátil do solo, das paredes, dos vegetais. O seu pé apalpa a morbidez de urze musgosa nos bosques [...]. Provocam, no solo, um som surdo de percussão, os pneus estalam como se fossem ventosas arrancadas. Todos estados de matéria, indomesticáveis.



Proporcionando encontros fortuitos e combinações transitórias, as plantas ruderais afeiçoam conjuntos que podemos compreender não como repositórios de formas estáveis, mas como insinuações “dos confins onde as matérias se oferecem virgens, antes de serem domesticadas”. Recorrendo aos imaginários das florestas da Europa do Norte, Lyotard nelas sublinha a dimensão de um “FORIS, fora. Fora da vedação do interior, do cultivado, do formado. Este exterior, o desenraizamento fornece-o no interior [...]. Nas cidades, nos espíritos” (Idem). Se a experiência da paisagem corresponde a uma ocasião de desenraizamento do olhar trivial ante o escape de um *inumano* que nos habitaria silenciosamente desde a infância, a existência de um “fora”, a seu tempo, estranho aos esforços de civilização, recolhido em florestas, pode aparentar-se aos imaginários de campos indesejados ou baldios descampados. Entre múltiplas dimensões, temporalidades e escalas, sua imensidão, afinal, seria íntima⁸ do porvir de brotos insurgentes (figura 5).

A lua cheia clareia o sertão e as ruas da vila, desprovidas de iluminação. Apenas o som dos próprios passos interrompe a calada da noite, quando flutuam vagalumes silenciosos e assanham-se sapos cantores. Vez por outra, cigarras escondidas levantam a voz e morcegos fazem vultos em capins entouceirados. A escuridão esconde o resto.

Ao amanhecer, outros turnos da vida despertam. Entre madrugadas, vielas e quintais, galos cantam o novo dia. A luz do sol começa a banhar livremente as gramíneas e as plantas rasteiras que recobrem um talude junto à rodovia Cora Coralina. Uma cerca de arame farpado delimita um terreno vago, tomado pelo avanço incontido de braquiárias (*Brachiaria sp.*) e arbustos dispersos.

⁸ Aquém das evidências dimensionais ou de qualquer métrica dos ambientes, o ínfimo passa a conter o imenso se a vida vegetal nos ensinar a tranquilidade de seus ritmos. Veremos que a aparente disparidade de tais imagens, por fim, cede lugar às raízes e aos ritmos fundamentais que têm em comum, “se sonharmos realmente a força do broto, se cada manhã formos ver no jardim ou no matagal um broto, e se medirmos aí a atividade de um dia. [Então] saberemos com certeza que uma única árvore é todo um universo” (BACHELARD, 2001, p. 229).

Sem roteiro prévio, a caminhada segue adiante por uma das ruas da Vila União que faceiam os acostamentos. Nuvens corpulentas ameaçam despencar-se sob um sol ardido, em prenúncios de tempestade. A cerca de arame farpado é interrompida pelos muros das casas que dão fundos a um enorme terreno baldio. Do quintal de uma delas, cordas-de-viola (*Ipomoea acuminata*) derramam-se encachoeiradas sobre uma porteira há tempos fechada (figura 6). O cair de seus ramos coincide com uma interrupção no cimentado da calçada, em convite ao desfrute de grupos de picão-branco (*Galinsoga parviflora*) e gonfrena (*Gomphrena globosa*), em finíssima textura. O fluir das águas no declive e as poças deixadas entre uma enxurrada e outra sugerem a um observador desprevenido o movimento de um “riacho vegetal”, germinado pelas chuvas. Como fossem meandros, seus ramos improváveis se encurvam em direção à sarjeta e nela inventam cachoeiras e remansos.

Considerações finais

Frente ao porvir de encontros fortuitos pelos quais as plantas fazem mundos, com especial atenção a mesclas e tramas multiespecíficas insinuadas em um Antropoceno mais que humano (Tsing, 2021), apresentamos nesse artigo o resultado da frequência de lugares indesejados e de andanças ao longo de acostamentos rodoviários. Alheios ao embotamento do olhar corriqueiro e aos anseios apressados de limpeza ou supressão, traços de uma potência originária do vegetal são reconhecidos em lugares que escapam às lógicas de controle, sejam amplos terrenos baldios, sejam lacunas mínimas na pavimentação. Em suas diversas formas e dimensões, desprovidos de destinação, essas situações se oferecem a frutos do acaso e são requeridos pelas plantas que se prestam a produzi-los, antecipando o convite a outros seres. Tratamos, portanto, não apenas de condições espaciais, mas também de uma temporalidade aparentemente estranha à condição humana, cuja fruição seria irrevogável à paisagem⁹.

A tentativa de imersão corpórea em interstícios e bordas de assentamentos humanos e as imagens que dela se apresentam, além disso, buscam apreender as “lições do corpo”, que assumem pela experiência direta “o valor epistêmico específico do espaço de representação” como “um atelier onde o pensamento se constrói [...] nesses espaços de registro e de (re)composição do real, em que a imagem da paisagem se produz” (Besse, 2018, p. 106). A atitude primitiva de repouso sobre a Terra, que assumimos a cada vez que adormecemos, seria cúmplice dos instantes em que os propósitos ou intenções objetivas se veem arrebatados, isto é, as ocasiões de extravio do olhar corriqueiro em que firmamos um pacto tácito com um inumano no qual assoma a paisagem (Lyotard, 1990).

Se a paisagem se configura nos limiares da consciência e pressupõe a imersão corpórea num meio codividido, cumpriria investigá-la também, para além do Antropoceno, em germinações clandestinas, que não seriam “outra coisa senão uma modelagem inédita da matéria anônima do mundo [...], se o meio não começa além da pele do ser vivo, é porque o mundo já está dentro dele” (Coccia, 2018, p. 47). Ao contemplarmos a paisagem, veríamos o mundo em sua abertura, em conjugações dos diversos organismos que o inventam, com os quais viríamos a estabelecer relações de cumplicidade e interdependência. Comumente vistos como objetos ou recursos

⁹ Em linhas gerais, conforme pensamento de Rosario Assunto (2011, p. 373), entendemos que a paisagem apresenta uma *espacialidade* própria, qual seja a de um especial envolvimento entre o Eu e os aspectos sensíveis que o rodeiam, e uma *temporalidade* própria, em que se manifesta o transcurso inestimável do tempo da natureza em seu contínuo gerar-se (e transformar-se). Trata-se de condição espacial e temporal que não pode ou não cabe ser medida nem totalmente tematizada, que diz respeito a uma abertura incessante, isto é, o porvir de desvelamentos sempre inconclusos.

passíveis de extração e manuseio, na experiência da paisagem, por outro lado, eles seriam desativados um a um, assim como os espectros da razão humana. Os relatos de campo apresentados nesse artigo procuram acenar, por fim, às condições do ser que, tornado inoperante, coloca-se em estado de paisagem em comum acordo com tramas de regeneração e outros seres que as entrecem. Nas palavras de Giorgio Agamben (2017, p. 115), “vemo-los, perfeita e limpidamente, como nunca antes; contudo, já não os vemos mais, perdidos – feliz e imemoravelmente perdidos – na paisagem”.

Referências

- AGAMBEN, Giorgio. *O uso dos corpos*. Trad. Selvino J. Assmann. São Paulo: Boitempo, 2017.
- ASSUNTO, Rosario. A paisagem e a estética. In. SERRÃO, Adriana (Org.). *Filosofia da Paisagem*. uma antologia. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2011. p. 339 - 375.
- ASSUNTO, Rosario. Paisagem – Ambiente – Território. In. SERRÃO, Adriana (Org.). *Filosofia da Paisagem*. uma antologia. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2011. p. 125 - 130.
- BACHELARD, Gaston. *O ar e os sonhos: ensaio sobre a imaginação do movimento*. Trad. Antonio de P. Danesi. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- BARTALINI, Vladimir. A paisagem vivenciada. *Oculum*, Campinas, Campinas-SP, v.4, p. 117-123, 2005.
- BESSE, Jean-Marc. *La nécessité du paysage*. Marselha: Parenthèses, 2018.
- BÖHME, Gernot. *Atmosfera, estasi, messe in scena*. L'estetica come teoria generale della percezione. Milão: Christian Marinotti Edizioni, 2010.
- CANDIDO, Antonio. *Os Parceiros do Rio Bonito: Estudos sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*. São Paulo: EdUSP, 2017.
- CLÉMENT, Gilles. *L'alternative ambiante*. Ed. Sens&Tonka. Paris: 2014.
- CLÉMENT, Gilles. Le Jardin comme Index Planétaire. In: ROGER, Alain (Org.). *La Théorie du Paysage en France: 1974-1994*. Seyssel: Editions Champ Vallon, 1995. p. 389-399.
- CLÉMENT, Gilles. *Manifeste du tiers paysage*. Ed. Sens&Tonka. Paris: 2004.
- CLÉMENT, Gilles. *Manifesto del Terzo paesaggio*. Macerata: Quodlibet, 2005.
- COCCIA, Emanuele. *A vida das plantas - uma metafísica da mistura*. Trad. Fernando Scheibe. Florianópolis: Cultura e Barbárie, 2018.
- GILBERTO GIL; HERBERT VIANNA. A novidade. Rio de Janeiro: EMI: 1986.
- HARAWAY, Donna. Antropoceno, Capitaloceno, Plantationoceno, Chthuluceno: fazendo parentes. *ClimaCom Cultura Científica* - pesquisa, jornalismo e arte, Campinas, ano 3, n. 5, p. 139-146, 2016.
- INGOLD, Tim. Repensando o animado, reanimando o pensamento. *Espaço Ameríndio*, Porto Alegre, v. 7, n. 2, p. 10-25, 2013.
- KRENAK, Ailton. *Futuro ancestral*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- KRENAK, Ailton. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.
- LATOUR, Bruno. Para distinguir amigos e inimigos no tempo do Antropoceno. *Revista de Antropologia*, São Paulo, USP, v. 57, n. 1, p. 11-31, 2014.
- LENTON, Tim et al. *The Global Tipping Points Report 2023*. University of Exeter, Exeter, UK. Disponível em: <https://global-tipping-points.org/>, acessado em 12 de fevereiro de 2024.
- LYOTARD, Jean-François. *O inumano: considerações sobre o tempo*. Trad. Ana Cristina Seabra e Elisabete Alexandre. Lisboa: Editorial Estampa, 1990.
- MANCUSO, Stefano. *Revolução das plantas: um novo modelo para o futuro*. Trad. Regina Silva. São Paulo: UBU Editora, 2019.
- MARDER, Michael. *Plant Thinking. A Philosophy of vegetal life*. Nova York: Columbia University Press, 2013.
- MERLEAU-PONTY, Maurice. *O olho e o espírito*. Trad. Paulo Neves. São Paulo: Cosac & Naify, 2004.
- MYERS, Natasha. From the Anthropocene to the Planthropocene: designing gardens for plant/people involution. *History and Anthropology*, v. 28, n. 3, pp. 297-301, 2017.
- STENGERS, Isabelle. *No tempo das catástrofes – resistir à barbárie que se aproxima*. Trad. Eloisa Araújo Ribeiro. São Paulo: Cosac Naify, 2015.
- SZTUTMAN, Renato. Poéticas da regeneração. *PISEAGRAMA*, Belo Horizonte, edição especial Vegetalidades, p. 92-97, 2023.
- TSING, Anna Lowenhaupt. O Antropoceno mais que humano. Trad. Leticia Cesarino e Thiago Mota Cardoso. *Ilha – Revista de Antropologia*, Florianópolis, v. 23, n. 1, p. 176-191, 2021.
- TSING, Anna Lowenhaupt. *The mushroom at the end of the world: on the possibility of life in capitalist ruins*, Princeton, Princeton University Press, 2015.
- TSING, Anna Lowenhaupt. *Viver nas ruínas: paisagens multiespécies no Antropoceno*. Edição Thiago Mota Cardoso, Rafael Victorino Devos. Brasília: IEB Mil Folhas, 2019.

A RENATURALIZAÇÃO COMO UM MODO DE INTERVENÇÃO PARA A MELHORIA EM CORPOS DE ÁGUA URBANOS

RENATURALIZATION AS A WAY OF INTERVENTION FOR IMPROVEMENT IN URBAN WATER BODIES

Gabriel Delpino da Silveira¹ e Maurício Couto Polidori²

Resumo

A era antropoceno provoca alterações climáticas, degrada os sistemas terrestres e desconecta a interface entre o urbano e o rural, além do modo de produção capitalista do espaço urbano. Os modos de intervenção nos corpos de água urbanos são: recuperação, revitalização, renaturalização, reabilitação e remediação. A renaturalização surge em 1980 concentrada na preservação e recuperação dos recursos hídricos, com projetos que melhoram a qualidade da água, removem canalizações, ampliam a capacidade de escoamento, promovem o replantio de vegetação ribeirinha, entre outros. Essas medidas têm efeitos positivos na qualidade do ar, redução do ruído, combate às ilhas de calor e promoção da biodiversidade. A eficácia da renaturalização depende da disponibilidade de espaço nas margens dos corpos d'água, sendo mais viável em áreas de transição entre o urbano e o rural, onde há maior disponibilidade de espaços abertos. Contudo, a implementação desses projetos requer uma análise do contexto e das características socioespaciais.

Palavras-chave: renaturalização, corpos de água, urbanização.

Abstract

The Anthropocene era causes climate changes, degrades terrestrial systems and disconnects the interface between urban and rural areas, alongside the capitalist mode of urban space production. The modes of intervention in urban water bodies include recovery, revitalization, renaturalization, rehabilitation, and remediation. Renaturalization emerged in 1980 focused on the preservation and restoration of water resources, with projects aimed at improving water quality, removing canalizations, expanding drainage capacity, promoting the replanting of riparian vegetation, among others. These measures have positive effects on air quality, noise reduction, combating heat islands, and promoting biodiversity. The effectiveness of renaturalization depends on the availability of space along the water bodies' margins, being more feasible in transition areas between urban and rural, where there is greater availability of open spaces. However, the implementation of these projects requires an analysis of the context and socio-spatial characteristics.

Keywords: renaturalization, water bodies, urbanization.

Introdução

Para Paul J. Crutzen (2002), o Antropoceno é marcado pela força antropogênica na evolução dos sistemas terrestres, como as alterações climáticas, modificações no uso do solo e extinção das espécies. João Ferrão (2017) comenta que a expansão das áreas urbanas induz alterações no funcionamento do planeta por quatro vias: ocupação do solo, através da impermeabilização da superfície, destruição das linhas de drenagem, terraplanagem e redução da biodiversidade; aquecimento urbano, pela criação de ilhas de calor que alteram a qualidade do ar, consumos de energia e água; aquecimento global, através da emissão de gases e do agravamento de fenômenos extremos, alteração na formação de chuvas e aumento do nível do mar; por fim, o empobrecimento da relação urbano-rural, em que há a degradação das áreas rurais e a constante desconexão das interfaces transversais entre espaços urbanos e rurais.

A impermeabilização das bacias, modificação dos canais (incluindo retificação), alta demanda hídrica e o aumento de contaminação são alguns dos fatores que Nancy B. Grimm *et al.* (2008) alegam terem degradado os rios urbanos e afetando sua resiliência. Contudo, é necessário considerar o modo de produção da cidade capitalista, para pontuar observações relacionadas a degradação dos corpos de água. Essa prática de produção garante que o capital se expanda de dentro para fora, fazendo com que a periferia fique circunscrita em relação ao centro, por um raio em constante expansão. Qualquer barreira física tende a ser destruída para o desenvolvimento das forças de produção e da exploração dos fatores naturais (Harvey, 2005).

Para entender a importância da presença dos corpos de água em áreas urbanas, Fernando Magdaleno (2017) explica que eles têm a capacidade de estabelecer conexões estruturais e funcionais com outros elementos da matriz espacial, tornando-os componentes essenciais das cidades. A melhoria desses ambientes ajuda a reduzir o risco de enchentes, otimizar o planejamento de risco de inundação, ajudar a cidade a lidar melhor com sua rede de drenagem, diminuir os efeitos da ilha de calor urbana e melhorar os ambientes aquáticos e ribeirinhos.

Walter Binder (2001) destaca a importância de preservar áreas naturais de inundação e evitar práticas de uso do solo que comprometam a biota nativa. Ele aponta que, ao adotar objetivos ambientais para reduzir riscos de inundação em áreas urbanas e vias de transporte, é possível renaturalizar leitos de rios, zonas marginais e áreas vulneráveis a este risco, mitigando assim os efeitos adversos sobre a população.

A renaturalização, que visa restaurar os cursos d'água às suas condições originais, antes das intervenções humanas significativas, também é uma oportunidade para o ressurgimento das águas no ambiente urbano, incluindo sistemas de umidificação e refrigeração, bem como áreas verdes que serão criadas para atrair visitantes e proporcionar lazer (Pérola Brocaneli & Monica Stuermer, 2008). Dentre os objetivos estão: a manutenção e melhoria de todas as funções ecológicas, como controle de inundações, serviços paisagísticos, proteção da biodiversidade, conservação da água e do solo, transporte desobstruído e melhoria da qualidade da água (Zhao *et al.*, 2007).

Essas reflexões enfatizam a importância dos processos de intervenção nos corpos de água frente aos problemas relacionados a produção das cidades e sobreposição aos ambientes naturais, que visam restaurar suas características anteriores à degradação, garantindo a manutenção e a sustentabilidade para as próximas gerações. Neste trabalho, buscam-se elencar os diferentes conceitos relacionados a intervenções nos corpos de água e se aprofundar no conceito e práticas da renaturalização, que pode ser utilizada como uma estratégia para reparar os danos ambientais causados na era do Antropoceno, trazendo exemplos aplicados ao redor do mundo e fomentando a discussão sobre o tema no Brasil.

¹ Universidade Federal de Pelotas. E-mail: gabriel_ds@icloud.com

² Universidade Federal de Pelotas. E-mail: mauricio.polidori@gmail.com

Tipos e conceitos de intervenções em corpos de água

A bibliografia apresenta diferentes ideias sobre tipos e conceitos de intervenções em corpos de água. Como afirma Binder (2001), no início do Século XXI, muitos rios na Europa Central foram modificados para tentar evitar enchentes em áreas urbanas, terras agrícolas e rotas de transporte. As margens eram frequentemente revestidas e os leitos se tornavam perfis regulares, prejudicando a biodiversidade. Porém, com a uniformização do perfil do rio, a velocidade da água aumenta, intensificando a erosão e o assoreamento à jusante, além de reduzir a capacidade de autopurificação e prejudicar a qualidade da água, segundo Christopher Walsh *et al.* (2005). As bacias extremamente impermeáveis, por outro lado, diminuem a retenção de água e aumentam os fluxos de pico das águas pluviais, o que tem um efeito cumulativo na escala de captação.

Binder (2001) cita alguns fatores que contribuíram para a mudança da atenção para as águas urbanas, como o desenvolvimento de métodos de tratamento de efluentes, que permitiram a eliminação de poluentes que antes não eram possíveis de eliminar; o aumento do conhecimento sobre águas, ecologia da paisagem e proteção da natureza, incluindo as enchentes, o que reforçou a importância do assunto; a mudança na relação do tempo livre, onde as taxas de tempo livre aumentaram desde a década de 1950 e as tendências comportamentais exigiram espaços de lazer próximos e maior conscientização sobre a saúde.

A melhoria dos corpos hídricos das cidades pode contribuir para: aumentar a eficácia do planejamento de riscos de inundações e minimizar as catástrofes causadas por inundações; possibilitar que os centros urbanos aprendam a enfrentar melhor a degradação das redes de drenagem, ao implementar medidas de retenção de água e Sistemas Urbanos de Drenagem Sustentáveis (SuDs); diminuir as consequências das ilhas de calor urbanas; criar novos espaços recreativos em torno dos canais; melhorar o habitat aquático e as comunidades ribeirinhas (EEA, 2016).

Existem cinco expressões e modos utilizados para se referir às intervenções em corpos de água, cada uma delas abrangendo conceitos diferentes. Juliana Silva & Monica Porto (2020) conceituam as intervenções denominadas Recuperação, Revitalização e Renaturalização:

- a Recuperação procura reestabelecer as condições físicas, químicas e biológicas do corpo de água, para reconstituir as condições sanitárias.
- a Revitalização procura reintroduzir o canal natural, trazendo vida a ele e mantendo a possibilidade de outros tipos de uso, além de reconstruir de modo funcional as conexões entre córrego e paisagem. Tem como diferencial abranger outras variáveis, como urbanísticas, naturais e sociais, assim como na gestão e no processo de decisão.
- a Renaturalização procura retornar o corpo de água o mais próximo da sua condição natural, ou período anterior às constantes degradações.

Já Carlos Garcias & Jorge Afonso (2013) conceituam as intervenções denominadas Reabilitação e Remediação:

- a Reabilitação é um conjunto de ações que ajudam a melhorar parcialmente as condições físicas e biológicas do corpo de água, como é o caso da reconfiguração dos meandros, estabilização das margens, gerenciamento das espécies, proteção da vegetação ripária e a remoção de barragens.
- a Remediação pode ocorrer quando os impactos ambientais são severos o suficiente para impedir que o corpo de água volte a alguma situação próxima de seu estado natural, criando um ambiente alterado. Geralmente esse termo é utilizado para o tratamento das águas contaminadas por resíduos e poluentes que foram descartados por indústrias e residências.

Este trabalho será focado na renaturalização, em que a história começa no final dos anos 30, quando a frase “obra hidráulica mais naturalizada” começou a aparecer em artigos e discussões sobre economia das águas e ciência da natureza. Entre 1935 e 1945, os esforços abordaram a remodelação dos corpos de água, mas só após o fim da Segunda Guerra Mundial, esse termo foi substituído pelo termo “*Lebenverbauung*”, que significava fortalecer as margens de um arroio com plantas. Muitas críticas começaram a surgir em 1970 com o aumento da preocupação com as águas urbanas e a melhor conscientização da população sobre os problemas ambientais. No começo dos anos 1980 surge o termo renaturalização, sendo um assunto relacionado às intervenções nos meios hídricos, de acordo com Maristela Alves (2003).

Além disso, Alves (2003) considera o termo renaturalização “elástico”, dizendo que o processo não precisa ir de 0 a 100 (de degradado à natural) em escala fatorial. A importância é que as interferências se orientem para o natural, sem se basearem em uma noção falsa de interferência. A retirada da calha de um rio, a melhoria da qualidade da água e a expansão das margens, são exemplos de renaturalização.

Meltem Delibas & Azime Tezer (2017) acrescentam que a renaturalização desempenha um papel complementar na reabilitação bem-sucedida do corpo de água, tendo como foco trazer um sistema fluvial degradado ao seu estado original, de modo naturalista. Para renaturalizar o sistema fluvial com a aplicação de princípios ec hidrológicos, aumentaria a retenção de água e garantiria a continuidade ecológica do processo do ciclo da água.

Para este trabalho, a proposta é de unir o conceito de renaturalização apresentado por Silva & Porto (2020) e por Alves (2003), indicando a importância de todos os esforços que atuarem na manutenção e preservação dos corpos de água principalmente na era pós-antropoceno, tendo seu estado natural como uma referência, sem necessariamente ser alcançado. Para isso, é importante incluir a dinâmica hídrica, o tratamento das águas e o retorno das espécies nativas, assim como a requalificação de áreas e a verificação dos usos do solo e possíveis conflitos com o propósito da renaturalização.

Objetivos e diagnóstico da renaturalização no mundo

Diferentes objetivos e modos de realizar diagnósticos têm sido relatados para o processo de renaturalização. Binder (2001) fala sobre os objetivos deste tipo de intervenção na Europa, sendo um deles a recuperação do funcionamento do ecossistema típico das águas correntes, através de obras hidráulicas adaptadas à natureza e a preservação e recuperação das áreas de inundação, além de impedir o uso inadequado desses espaços. Já na América do Norte, segundo Palmer *et al.* (2007), os dois objetivos de renaturalização mais comuns são a melhoria dos habitats e o manejo das zonas ripárias, sendo necessárias ações para alcançar estes objetivos, como o replantio da vegetação ciliar, exclusão do gado das margens e o replantio da vegetação.

A disponibilidade das áreas, novas tecnologias em engenharia hidráulica e planejamento territorial são requisitos para projetos de renaturalização, onde os planos de recuperação de corpos hídricos específicos incorporam esses objetivos ao planejamento territorial e mostram como preservar, conservar e renaturalizar as margens, leitos de arroios e áreas inundáveis, devendo ser usados em conjunto com os planos de direção municipal, paisagismo, meio ambiente e urbanização, além de serem delineados pela escala das bacias e sub-bacias, como explicam Zhao *et al.* (2007). Segundo os autores, um sistema fluvial urbano é um tipo de sistema aberto que troca energia e materiais continuamente com o ambiente ao seu redor. A perturbação externa no ecossistema fluvial urbano pode se acumular e os efeitos cumulativos podem se espalhar por área

maiores, como as bacias hidrográficas.

As áreas de fundo de vale nas áreas urbanas geralmente são alvo de projetos de renaturalização que incluem a desapropriação e o remanejamento de habitações existentes, bem como o sistema viário e a infraestrutura (Silva & Porto, 2020). No entanto, essas práticas são normalmente associadas ao modo de produção da cidade capitalista, que necessita de novos espaços para produzir e acumular, expandindo a cidade do centro para a periferia e obrigando as pessoas a se localizarem em áreas de risco para sobreviver, ao invés de manter o foco nas questões naturais.

Prever as tendências ecológicas do curso de água contribui para identificar os problemas, sendo elas: a área de captação, distribuição populacional, desenvolvimento econômico social, dimensões de construção, demandas de recursos hídricos do desenvolvimento urbano, descarga de poluentes hídricos, quantidade de água e qualidade da água.

No entanto, a construção de um modelo eficaz na prática é um desafio devido à necessidade de coletar dados em grandes séries de tempo, alta precisão e complexidade do modelo, bem como a extensa degradação dos rios urbanos. Em tais circunstâncias, uma abordagem de análise do ecossistema baseada na previsão de um único elemento (como a qualidade da água e a quantidade de água) é possível de ser utilizada (Zhao *et al.*, 2007), com a inclusão de participação do público e o julgamento de especialistas.

Para avaliar e definir os objetivos específicos da renaturalização é necessário comparar o caso ideal (curso de água renaturalizado) com o caso atual (curso de água degradado), levando em consideração as áreas ribeirinhas. A liberação de áreas agrícolas ou urbanizadas é frequentemente necessária para permitir as condições naturais do curso dos arroios, porém os usos e direitos de uso no caso atual são determinados por diretrizes ou leis específicas em que, se não houver consenso sobre os direitos de uso do arroio, sua evolução natural será limitada (Binder, 2001).

O processo de renaturalização normalmente inclui a expansão do leito do rio, a restauração da continuidade do curso de água, o reestabelecimento da mata ciliar e a criação de ambientes recreativos. As áreas desse tipo podem ser transformadas em parques municipais, melhorando a qualidade de vida dos residentes. Binder (2001) também sugere que, para garantir a segurança a longo prazo, o governo deve comprar as áreas das margens e incluir essas áreas em planos municipais e estaduais. No Brasil esse processo caminha de forma lenta e atrasada quando comparada aos projetos de renaturalização em outros países, tendo foco principal na limpeza dos canais e no tratamento das águas.

Bülent Cengiz (2013) também discute a importância das áreas ribeirinhas como locais para lazer e recreação da população, destacando a necessidade de criar zonas de proteção nas áreas mais vulneráveis. O mesmo autor enumera várias aplicações potenciais para estes espaços, dependendo do período de retorno das inundações. Uma possibilidade é deixar esses espaços para parques e reservas naturais, variando para estradas de pequeno fluxo para períodos maiores, até estradas maiores e urbanizações para períodos de retorno de 100 anos. Isso mostra quão importantes são as áreas a serem renaturalizadas.

É importante lembrar que não existe um método que seja universalmente aplicável para a restauração, pois existem diferenças regionais na geologia, clima, vegetação, uso da terra e distribuição das espécies. Marcos Callisto *et al.* (2019) afirmam que o grau de urbanização tem um impacto direto na biodiversidade e na qualidade dos corpos de água.

O sucesso ecológico da restauração de rios urbanos é sustentado por cinco fundamentos, de acordo com Margaret Palmer *et al.* (2005). Em vez de tentar reproduzir condições históricas inacessíveis ou mesmo desconhecidas, eles defendem uma abordagem de restauração mais pragmática, afirmando que a restauração deve ter como objetivo tornar o rio o mais autossustentável e ecologicamente equilibrado possível, dentro da região. Os autores acreditam que a palavra “ecológica” pode ser usada para descrever amplamente as partes biológicas, hidrológicas e geomórficas dos sistemas naturais.

O primeiro fundamento é criar uma imagem guia que represente um rio saudável e ativo para o ambiente circundante. Palmer *et al.* (2005) explicam algumas opções para se obter a imagem guia, sendo elas:

- usar informações históricas, como fotografias aéreas, mapas, imagens locais e pesquisas realizadas que possam identificar as condições anteriores, tendo como objetivo compreender as condições dos recursos que possam ter se perdido, bem como as mudanças inevitáveis que possam ter ocorrido.
- localizar lugares de referência possivelmente não perturbados ou recuperados, para enquadrar metas de restauração, especialmente em situações em que os dados históricos são insuficientes.
- utilizar uma abordagem analítica ou baseada em modelos empíricos podendo ser usada para orientar o design de um projeto.
- buscar informações nos sistemas de classificação do fluxo, onde mais de 40 esquemas de classificação geomorfológicas foram propostos em várias áreas ao redor do mundo baseada em fatores como padrões de canal, gradiente, materiais e sedimentos, úteis como guias de restauro para regiões específicas.
- utilizar o senso comum, que pode ser adequado em diversas situações, onde as imagens-guia já são evidentes requerendo pouco ou nenhuma análise especializada. Por outro lado, Harvey (2005) alega que, na cidade capitalista, a parceria público-privada enfoca o desenvolvimento econômico na construção especulativa, ao contrário da melhoria de condições em territórios específicos. Estes investimentos focam na qualidade de vida como estratégias de regeneração urbana. Desse modo, a cidade se parece como um local inovador, criativo e seguro para se divertir e, principalmente, consumir. As intenções de gerar qualidade, ou seja, restaurar o rio, podem ser um mero pano de fundo para atração de novos usuários e consumidores do curso de água restaurado, para construir novos negócios e valorizar os terrenos.

O segundo fundamento consiste em melhorias quantitativas nas condições ecológicas do curso de água. Nesse caso, os componentes físico-químicos e biológicos do local, que se movem em direção à imagem, serão medidos após a restauração.

O terceiro fundamento é aumentar a resiliência. As condições dos ecossistemas mudam com o tempo devido às atividades humanas e aos fatores naturais. A restauração ecológica de um rio cria condições ecológicas, geomorfológicas e hidrológicas que permitem que o rio restaurado se transforme em um modelo autossustentável, resiliente e possível de se adaptar a mudanças e estresse rápidos. Como os métodos tradicionais de engenharia geralmente reduzem o canal, eles não deveriam ser a primeira opção para o restauro da resiliência.

O quarto fundamento é quando não há danos duradouros. Um bom projeto de restauro reduz as possibilidades de danos ao rio, no longo prazo. Além disso, ações realizadas num determinado local devem se organizar em conjunto, evitando atrapalhar outras atividades de restauração nas proximidades.

O quinto fundamento é a avaliação. Os níveis pré e pós-projeto são concluídos e os dados estão disponíveis. O sucesso ecológico de um projeto de restauração depende de um objetivo claro desde o início e de avaliações posteriores de como o objetivo foi alcançado. A avaliação é uma parte importante, mas atingir as metas não é suficiente para que um projeto seja considerado valioso. De fato, projetos bem documentados que não atingem os objetivos iniciais podem ajudar mais a manter nossas rotas navegáveis saudáveis no futuro do que projetos que cumprem as previsões.

Alexandre Pereira (2001) delineou outros princípios essenciais para garantir o sucesso do projeto de renaturalização, com base nos princípios descritos pela Agência de Proteção Ambiental dos Estados Unidos (USEPA), sendo:

- preservação dos recursos aquáticos, pois sua existência é fundamental para a recuperação de sistemas degradados;
- restauração da estrutura e composição ecológica, incluindo variáveis físico-químicas e processos naturais;
- restauração da estrutura física original, incluindo canalizações e mudanças causadas pelo homem;
- restauração da função natural, garantindo a sustentabilidade;
- dedicação ao contexto da bacia hidrográfica e da paisagem, pois são responsáveis por delinear o corpo de água;
- identificação contínua dos fatores que causam degradação, para que o processo de mitigação seja mais eficaz;
- observação contínua dos processos de renaturalização, para consolidar e verificar os objetivos alcançados.

Ambos os autores destacam a importância do monitoramento do processo, para garantir que os objetivos e indicadores sejam completos. Além disso, ambos buscam a restauração do meio natural para descobrir a sustentabilidade do ambiente aquático. Palmer *et al.* (2005) começa com o objetivo de construir uma imagem referencial do futuro do curso de água. Por outro lado, Pereira (2001) descreve o que será feito para alcançar a integridade por meio de objetivos. Contudo, é preciso levar em consideração o modo de produção da cidade capitalista, que segue destruindo estes ambientes para captar cada vez mais recursos, reconstruindo lugares como parte da produção e acumulação de capital, além de refletir sobre o Antropoceno e o que se deseja para a era pós-antropoceno, garantindo que estes espaços sejam remediados e protegidos, mesmo que isso fuja do interesse do ser humano de exploração e utilização destes ambientes para outros fins, como o turístico e recreativo.

Por fim, os objetivos e o diagnóstico do processo de renaturalização de rios urbanos enfatizam a importância dos aspectos econômicos, sociais e ecológicos, além da necessidade de monitoramento contínuo a longo prazo, ou seja, antes, durante e após o restauro, para procurar o sucesso do processo e servir de estudo para novos processos que poderão suceder. Não somente isso, destacam-se os desafios enfrentados pela renaturalização referente ao desenvolvimento urbano e ao modo de produção capitalista do espaço.

Sucesso nas intervenções em corpos de água urbanos

O sucesso nas intervenções de renaturalização vem sendo discutido, considerando as mudanças alcançadas e o modo como repercutiram na população. Segundo Sophia Findlay & Mark Taylor (2006), um dos principais fatores de sucesso, na Austrália, foi a participação da comunidade no processo de revitalização. Os projetos foram bem-sucedidos, criando controles de inundações e áreas recreativas para a comunidade,



sendo que a população preferiu a renaturalização nos canais onde a paisagem natural prevalecia e a vegetação ciliar permanecia intacta.

Judith Petts (2007) realizou um estudo com grupos de participantes, com o objetivo de compreender o papel da população no processo de revitalização de rios urbanos. Descobriu que essas pessoas passam a acumular conhecimentos específicos, criam conexões significativas com o curso de água e participam ativamente da comunidade, contribuindo significativamente para o processo de revitalização. Estas pessoas disseram que os espaços públicos abertos são essenciais para os projetos porque permitem a recreação e criam uma identidade positiva e afetiva com as águas.

Anna Wlodarczyk & Jorge Mascarenhas (2015) afirmam que operações realizadas nas bordas dos corpos de água recentemente foram consideradas inadequadas e caras, tentando criar espaços artificiais e higiênicos, mas ignorando a natureza. Deve-se considerar a restauração das margens dos rios de modo a evitar o uso de materiais intrusivos e artificiais, como o concreto. Em vez disso, deve-se utilizar a bioarquitetura para renaturalizar e restaurar a forma natural do rio, o que pode ser feito com muito pouco dinheiro.

Na visão de Palmer *et al.* (2005), projetos que atendem às demandas das partes interessadas e avançam na ciência e na prática da restauração de rios podem ser classificados como sucessos ecológicos. Segundo os autores, três áreas principais de sucesso devem ser combinadas para criar projetos de restauração de cursos de água mais eficazes (com está sintetizado na Figura 1, adiante). O sucesso das partes interessadas mostra a satisfação humana com os resultados da restauração,

enquanto o sucesso da aprendizagem mostra os avanços no conhecimento científico e nas práticas de gerenciamento que ajudarão futuras restaurações. Enfim, o sucesso ecológico afere a proximidade com a imagem de referência e as melhorias em indicadores ambientais.

Apesar de concordar em parte com Palmer *et al.* (2005), atender a demanda das partes interessadas precisa levar em consideração, de modo prioritário, os objetivos relacionados à natureza e aos interesses coletivos, pois os benefícios econômicos provenientes dos processos de renaturalização não podem ser medidos pela mera e imediata acumulação de capital pelos proprietários e empreendedores, de modo a simplesmente reforçar o modo de produção capitalista do espaço urbano. De modo diferente, esses benefícios econômicos podem estar difusos e desconcentrados, sendo alcançáveis no médio e no longo prazos.

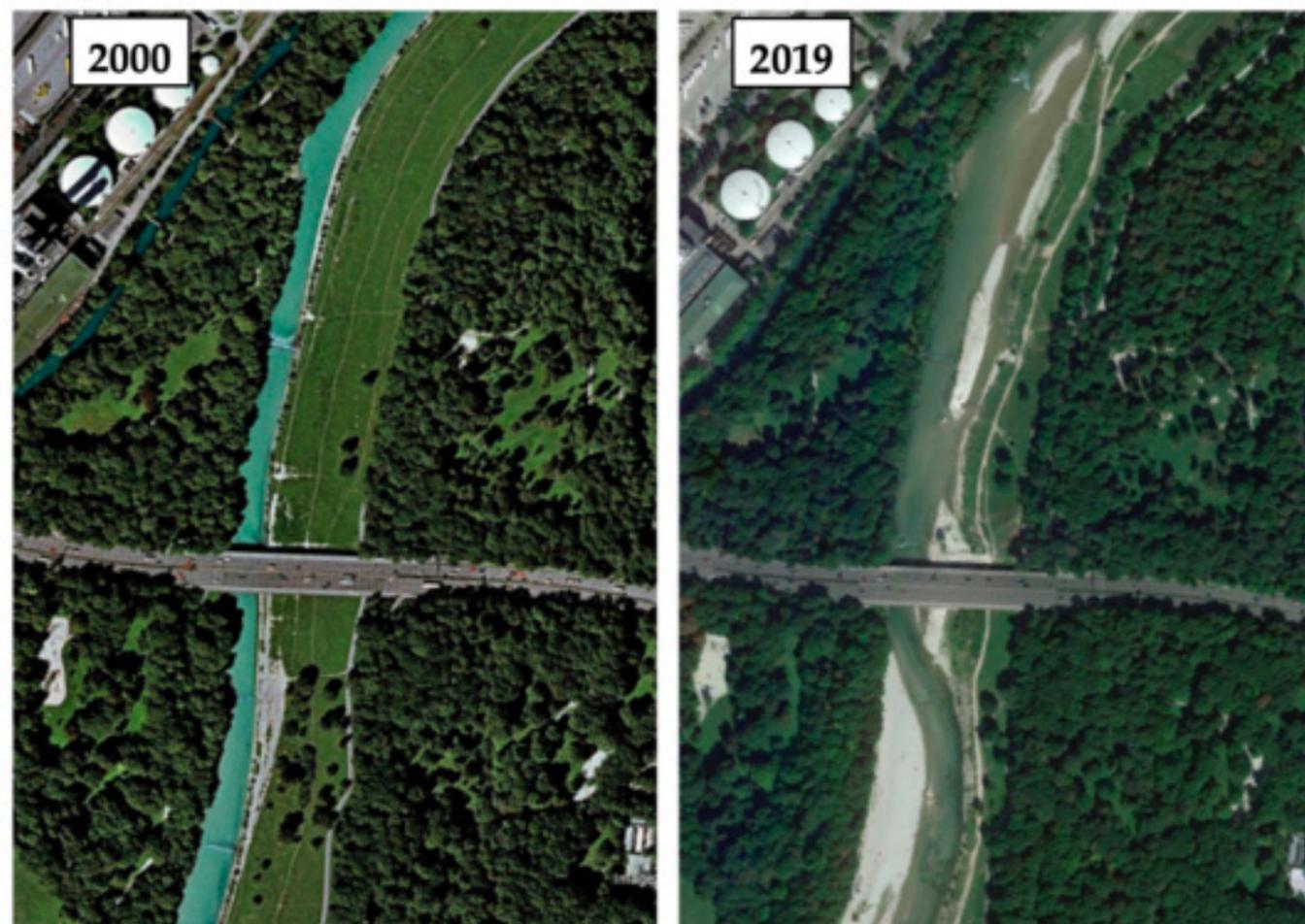
No contexto da nova era pós-antropoceno, é igualmente claro que as práticas adotadas devem ser orientadas por uma outra consciência ecológica, na qual o ser humano não mais se reconhece como centro do universo natural, mas como integrante de um ecossistema muito maior e como interdependente deste. E neste quadro, os projetos de renaturalização ganham uma dimensão ainda mais substantiva, ao oferecerem a possibilidade de servirem como estratégias para a regeneração de habitats naturais e a recuperação da diversidade biológica. Trata-se de esforços muito maiores do que buscar atingir metas econômicas no curto prazo e implicam buscar a sustentabilidade e a resiliência no longo prazo, como base para a sobrevivência de todas as espécies. A valorização da conexão de todas as formas de expressão de vida torna-se assim demandas éticas e estratégicas na formulação de políticas e práticas de desenvolvimento e de planejamento urbano e territorial.

Projetos de renaturalização já realizados e suas características

Aqui estão organizados oito projetos de renaturalização já realizados, trazendo suas particularidades e semelhanças. Como afirmam Christer Nilsson & Ása Aradóttir (2013), esses projetos têm ganhado notoriedade, especialmente mediante a preocupação sobre os efeitos das mudanças climáticas, além do interesse dos serviços ambientais que os sistemas degradados poderiam vir a fornecer, se renaturalizados.

Os primeiros projetos foram iniciados na Europa e nos Estados Unidos, na década de 70, conduzidas pela administração pública, por meio do planejamento participativo, seguidos por realizações na China. A restauração de pequenos ecossistemas fluviais, usando tecnologia de restauração avançada, foi amplamente implementada na Europa, nos Estados Unidos, no Japão (inicialmente pelas organizações não governamentais) e em várias outras nações (Zhao *et al.*, 2007).

Começando pelo primeiro projeto escolhido para o artigo: Rio Isar, na Alemanha. Cengiz (2013) afirma que, na década de 1980, os ambientalistas chamavam o Rio Isar de “rio morto”. O extenso programa de revitalização pretendia restaurar o rio para uso urbano, navegação, captação de água, recreação e geração de energia, o que levou à reversão do processo. O Plano Isar foi iniciado em 2000 pelo *State Office of Water Management Munich*, com o objetivo de aumentar a capacidade de retenção de água e reduzir as enchentes a jusante. As calhas de concreto que faziam a retificação do canal foram demolidas e o concreto foi utilizado como base para criar habitats ecológicos, sendo que diferenças resultantes podem ser vistas na Figura 2, a seguir.



O segundo exemplo escolhido foi o Rio Besos, em Barcelona, que ao final dos anos 90 estava completamente poluído por resíduos urbanos, domésticos e industriais. Devido a inundações significativas, que causaram danos à cidade, incluindo mortes e danos ao patrimônio, o curso do rio foi modificado e outras intervenções foram feitas, tornando-o um canal de escoamento de esgotos. Após a declaração de que os jogos olímpicos seriam realizados na cidade em 1992, o governo recebeu um financiamento de 20 milhões de dólares para a revitalização do Besos.

Uma parte do rio Besos tinha uma extensão de seis quilômetros e cortava dois municípios: Santa Coloma de Gramenet a jusante e Montcada a montante. Os espaços adjacentes ao canal viraram *Wetlands* a montante, que promovem a qualidade através da retenção de nutrientes das águas residuais. A jusante, foram concebidos novos parques para o uso da população, com escadarias de acesso e rampas, além de dispositivos para alerta de inundação, oferecendo os dois resultados imaginados: qualidade das águas e uso para recreação (Martín-Vide, 1999).

Ainda assim, o traçado retilíneo foi mantido na jusante, pois era necessário para incluir o novo parque em suas margens. Por outro lado, o espaço disponível no montante era maior, permitindo o traçado em meandros (ver Figura 3, adiante). Ao final, a revitalização do Rio Besos pode ser considerado um caso de sucesso, pois atingiu os objetivos iniciais de melhorar a qualidade das águas e de oferecer recreação, o que foi bem recebido pela população.

Figura 2 – Revitalização do rio Isar. No ano 2000: antes da revitalização. No ano 2019: após a revitalização. Fonte: Pugliese, 2020.



Revitalização do Rio Isar. No ano 2003: antes da revitalização. No ano 2024: após a revitalização. Fonte: elaborado pelo Autor (2024) a partir de imagens de satélite disponibilizadas pelo Google (2024).

O terceiro exemplo escolhido foi o Rio Emscher, na região sul da Alemanha, que em meados do Século XIX foi industrializado pela extração de carvão mineral. Após a desindustrialização, o rio estava muito degradado e prejudicando a qualidade de vida dos habitantes, porque os corpos de água estavam poluídos e o solo estava contaminado com metais pesados.

A extração mineral rebaixou o solo do rio em até 30 metros de profundidade, o que impediu a construção de tubulações subterrâneas. Como resultado, as calhas de concreto foram colocadas no leito do Emscher. O projeto de recuperação do sistema hídrico do rio foi projetado para durar de duas a três décadas. Foram apresentadas propostas para três áreas diferentes: sistema de tratamento de esgoto descentralizado, controle da água da chuva e remodelação dos corpos de água. Para a primeira área foram projetadas cinco estações de tratamento de esgoto, localizadas na região para atender à primeira área, porém ao final do processo de renaturalização descobriu-se que apenas três estações foram suficientes, devido à migração e ao fechamento de indústrias.

Para a segunda área, que diz respeito ao controle da água das chuvas, sistemas de separação de águas limpas e sujas foram instalados para evitar que a canalização se sobrecarregue. Em períodos de enchentes, os tanques de concreto decantam e diferenciam a água, onde a água mais limpa flui pela parte superior e a matéria suja, acumulada na parte inferior, é retirada a intervalos regulares e enviada para a estação de tratamento de lodos.



Para a terceira área, que se refere à remodelação do rio, foram desenvolvidas três opções, que se encaixam em ambientes diferentes do Emscher e foram consideradas e utilizadas, dependendo de onde melhor se encaixava mediante as particularidades de cada área de várzea. A primeira opção, conhecida como “rede verde-azul” (Figura 4, acima), requer grandes espaços livres para permitir o desenvolvimento de várias espécies e aumentar a valorização ecológica do rio. A largura do leito do rio não aumenta, mas aumentam as áreas onde o rio pode transbordar.

A segunda opção é conhecida como “várzea do Emscher” (Figura 5, acima). Nessa opção, são utilizadas áreas de 12 a 20 metros de largura, cobertas por taludes, devido a limitação de espaço nas margens do corpo de água.

A terceira opção, conhecida como “rio selvagem” (Figura 6, acima), produz um leito extenso com diferentes profundidades. Devido aos desníveis elevados, foram necessárias estações de bombeamento contínuo das águas e taludes naturais foram construídos nas margens para evitar o transbordamento.

O processo contribuiu para a restauração da paisagem natural (Figura 7), para a criação de distritos industriais para indústrias de tecnologias limpas em áreas antes mineradas e para a urbanização por meio da construção de moradias sustentáveis. O principal objetivo do projeto era restaurar a dinâmica do corpo de água e colocá-lo de volta na paisagem urbana (Alves, 2003).

Figura 4 – Variante “rede-verde-azul” do rio Emscher. Fonte: Alves, 2003. Figura 5 – Variante “várzea do Rio Emscher”. Fonte: Alves, 2003. Figura 6 – Variante “rio selvagem” do rio Emscher”. Fonte: Alves, 2003.



Figura 7 – Renaturalização de uma parte de um córrego do Rio Emscher utilizando a variante “rio selvagem”. Fonte: Alves, 2003.

O quarto exemplo de renaturalização escolhido foi o Rio Reno, com 1.320 km de extensão, abastece cerca de 30 milhões de pessoas com água potável em seis países: Suíça, França, Alemanha, Holanda, Bélgica e Luxemburgo. Até a década de 1950, era conhecido como “rio de ouro” devido a sua alta qualidade da água e à abundância de biodiversidade, mas devido ao crescimento econômico e populacional da área urbana, sofreu vários impactos ambientais. Em 1970, alguns trechos do rio foram canalizados para permitir a navegação, o que resultou em sua degradação e perda da biodiversidade na bacia. Um plano para restaurar o rio foi estabelecido pelos ministros europeus na Conferência de Strasburgo, na França, em 1987. O plano tinha três metas: combater a poluição, melhorar a qualidade da água e evitar acidentes. A recuperação ambiental foi incluída no plano, ainda no mesmo ano. Como resultado do processo de renaturalização, a poluição por gases emissores mais fortes diminuiu de 50% a 70% em 1995 e a biodiversidade voltou a existir no ano de 2000. Com 95% dos efluentes tratados, foi considerado um rio limpo em 2007. Aproximadamente US\$ 15 bilhões foram gastos em projetos públicos e privados (Chaves & Carvalho, 2020).

O Rio Danúbio, quinto exemplo escolhido para o estudo, abrange 19 países europeus e é considerado o segundo maior rio da Europa, sendo o principal afluente do Mar Negro. Após a segunda guerra mundial, houve um aumento no número de indústrias e no volume de resíduos lançados no rio. A poluição e a deterioração da qualidade da água foram as principais preocupações. Segundo Juliana Cibim (2010), houve acordos entre 1985 e 1994 para promover diretrizes de proteção da qualidade das águas e promover a integração e comunicação entre o governo, ONGs e organizações da sociedade civil. Ao final de 1994, a Convenção para a Proteção do Rio Danúbio foi assinada e continua sendo administrada. A participação pública no processo de tomada de decisões facilitou a cooperação e prevenção de conflitos de gestão internacional.



Figura 8 – Modelo digital do parque linear do Cheonggyecheon. Fonte: Cengiz, 2013.

Em 1950, o Rio Sena, sexto exemplo de renaturalização escolhido, que faz parte de uma bacia hidrográfica que cobre cerca de 20% da França, tinha apenas 11 estações de tratamento de efluentes. Entre 1997 e 2007, foram investidos 2,1 bilhões de euros em sua revitalização, com foco na melhoria da qualidade da água, na qualidade dos habitats da bacia e na implementação de medidas técnicas e ambientais. Em 2008, havia 2.000 estações de tratamento de efluentes.

O sétimo exemplo escolhido para o estudo, Rio Mapocho, localizado no Chile, tem 110 km de extensão e drena 4.230 km². A poluição causada por infraestrutura de efluentes inadequada, lançamento de chumbo e falta de conservação do leito afeta a biota, a qualidade da água e os espaços de contato e recreação. Um corredor ecológico foi proposto no Plano Diretor de Santiago em 1960, mas não foi construído, o que obrigou a concepção de outras iniciativas que estão sendo implementadas, como o projeto “Mapocho Urbano Limpo”, que desde 2007 visa limpar a área urbana do rio, garantindo que as descargas de resíduos sejam fechadas e a construção de um coletor para tratar os efluentes da região metropolitana (Garcias & Afonso, 2013).

O Rio Cheonggyecheon, em Seul, na Coreia do Sul, é o oitavo exemplo de renaturalização escolhido para o artigo, que teve início a sua degradação quando foi transformado em um canal de escoamento de esgoto devido à construção de uma grande avenida e uma via expressa elevada. In-Keun Lee (2006) declara que o projeto tinha como objetivos resolver os problemas de tráfego, melhorar a qualidade do ar e reduzir os ruídos sonoros, criar uma identidade para a região, aumentar a segurança, projetar um espaço naturalmente agradável, melhorar a qualidade de vida da comunidade e melhorar a imagem cultural de Seul. Para atingir esses objetivos, a via expressa elevada foi removida e a avenida foi demolida, deixando o rio exposto à luz natural (Figura 8).

Para garantir uma lâmina de água no rio durante todo o ano, foi necessário um sistema de bombeamento. O processo foi lento, caro e difícil, mas foi concluído com sucesso, devolvendo o rio à sua paisagem natural e integrando a comunidade com áreas de lazer nas margens.

Levando em conta as particularidades de cada localização, todos os projetos foram focados no retorno e tratamento da qualidade da água. Na renaturalização do rio Isar, Reno, Cheonggyecheon e do rio Emscher houve a retirada das calhas de concreto que faziam a retificação do canal. Com o aumento do espaço de vazão do rio, possibilitou a volta da vegetação ciliar e o aumento do espaço de vazão das águas, reduzindo impactos a jusante. Além disso, grandes áreas ribeirinhas se tornaram áreas verdes e recreativas para a comunidade e todos os projetos tiveram incentivos através da instalação de estações de tratamento de efluentes ao longo da região do corpo de água. No caso do Rio Besos, houve ainda áreas de *Wetlands*, capazes de reter os nutrientes das águas residuais e, no Rio Emscher, foi instalado um sistema de calhas com decantação que separa as águas limpas e o restante é direcionado para uma estação de tratamento de lodos.

Considerações finais

Após a integração dos diversos conceitos relacionados às intervenções em corpos de água, destaca-se o conceito de renaturalização proposto por Porto e Silva (2020) e Alves (2003), o qual enfatiza que qualquer esforço direcionado à manutenção e preservação dos corpos de água degradados é de grande relevância. É crucial ressaltar que esse processo deve ser o menos intrusivo e mais sustentável possível, abrangendo o tratamento das águas, o repovoamento com espécies nativas e a revitalização de áreas para usos não diretamente ligados à renaturalização.

Por outro lado, o conceito defendido por Binder (2001), que visa restaurar os corpos d'água ao seu estado mais próximo do natural, requer uma avaliação cuidadosa para determinar qual estado natural se pretende alcançar, considerando as variações ao longo do tempo e as influências humanas. O objetivo é alcançar metas definidas, visando a sustentabilidade do ambiente.

Apesar dos esforços de renaturalização, é essencial reconhecer que o modelo capitalista de desenvolvimento urbano continua a degradar esses ambientes, priorizando a criação de espaços comerciais e o atrativo de novos consumidores. Para obter sucesso na renaturalização, é necessário focar na recuperação dos ambientes degradados e na promoção de sua autorregeneração.

A era do Antropoceno pôs em risco e causou a extinção de muitas espécies devido à destruição de habitats e a poluição. A renaturalização busca reverter esses impactos ao restaurar os habitats naturais, ajudando na recuperação da biodiversidade perdida e proporcionando novos habitats para espécies ameaçadas. Além disso, este tipo de intervenção também pode melhorar a relação entre seres humanos e a natureza, fomentando uma maior consciência ecológica e respeito pelo ambiente natural. Isto é especialmente importante no pós-Antropoceno, onde uma nova ética em relação à natureza emerge, centrada no reconhecimento da importância da natureza e na necessidade de uma coexistência sustentável.

Em resumo, a renaturalização de corpos de água contribuirá significativamente para a paisagem pós-Antropoceno ao desempenhar um papel crucial na recuperação da biodiversidade, na estabilização do clima e na reconstrução de ecossistemas autossustentáveis.

As iniciativas de renaturalização têm produzido diversas consequências positivas, como a melhoria da qualidade do ar, a redução do ruído urbano, o combate às ilhas de calor, o aumento da biodiversidade e da atividade econômica, além de promover a harmonia entre desenvolvimento e preservação. No entanto, essas ações demandam espaços consideráveis ao longo das margens dos corpos d'água, o que pode ser um desafio em áreas urbanizadas densas, embora represente uma solução viável para cidades menores e dispersas. É necessário considerar o contexto específico, incluindo aspectos ecológicos e socioespaciais, como linhas de drenagem, topografia, densidade populacional e uso do solo.

No Brasil, o processo de renaturalização de cursos de água está em fases iniciais em muitas áreas, mas demonstra a crescente conscientização sobre a importância de preservar e recuperar nossos recursos hídricos. Os projetos em andamento enfrentam desafios, como captar financiamento adequado, engajamento comunitário e a concepção de políticas públicas, mas é através do avanço desses projetos, que se esperam mais rios brasileiros restaurados, beneficiando principalmente a natureza.

Por fim, a interface entre o ambiente urbano e o natural é fundamental para a renaturalização, exigindo a disponibilidade de espaços livres para garantir a resiliência e sustentabilidade dos ecossistemas fluviais. Quanto mais urbanizada uma área, mais desafiador será o processo de renaturalização. É crucial repensar a relação entre urbanização e rios, compreendendo a dinâmica desses ambientes e buscando garantir sua sustentabilidade, além de promover a criação de novas paisagens protegidas, conservadas e preservadas.

Referências

ALVES, M. P. *A recuperação de rios degradados e sua reinserção na paisagem urbana: a experiência do rio Emscher na Alemanha*. 2003. Dissertação de mestrado - Universidade de São Paulo, São Paulo.

Área Metropolitana de Barcelona. Geoportail de Cartografia de l'AMB. Barcelona, 2019. Online. Disponível em: <https://geoportailcartografia.amb.cat/AppGeoportailCartografia2/index.html>. Acesso em: 08 set. 2023.

BINDER, W. (2001). Rios e Córregos: Preservar – Conservar – Renaturalizar. A Recuperação de Rios, Possibilidades e Limites da Engenharia Ambiental. SEMADS - Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - Rio de Janeiro. Cooperação Técnica Brasil-Alemanha, Projeto Planágua, SEMADS/GTZ, Volume 2, 41 páginas. Recuperado em 03 de abril de 2022, de http://www.bibliotecaflorestal.ufv.br/bitstream/handle/123456789/10816/Livro_Rios-e-Córregos-Preserva-Conservar-Renaturalizar_SEMADS-RJ.pdf?sequence=1

BROCANELI, P. F., & STUERMER, M. M. Renaturalização de rios e córregos no município de São Paulo. *Exacta*, n. 6, p. 147-156, 2008. <https://doi.org/10.5585/exacta.v6i1.799>

CALLISTO, M., MORENO, P., MACEDO, D. R. Biomonitoramento e pressões da urbanização: Uma abordagem integrada entre Ecologia e Geografia na bacia do rio das Velhas. *Revista Espinhaço*, n. 8, p. 2-12, 2019. <https://doi.org/10.5281/zenodo.3345811>

CENGIZ, B. Urban River Landscapes. *Advances in Landscape Architecture*, n. 1, 2013.

CIBIM, J. C. Bacias Hidrográficas Internacionais: Território, Governança e Perspectiva de Cooperação. In: Anais do V Encontro Nacional da Anppas, 1., Florianópolis, BR, 2010.

CHAVES, A. C. A., CARVALHO, I. M. Renaturalização de corpos de água em Manaus/AM. In: ENSUS–Encontro de Sustentabilidade em Projeto, 1., Palhoça, BR, 2020. p.35-54.

CRUTZEN, P. J. (2002). Geology of mankind, *Nature*, n. 415.6867, p. 23, 2002.

DELIBAS, M., & TEZER, A. Stream Daylighting as an approach for the renaturalization of riverine systems in urban areas: Istanbul-Ayamama Stream case. *Ecohydrology & Hydrobiology*, n. 17, p. 18-32, 2017. <https://doi.org/10.1016/j.ecohyd.2016.12.007>

EEA - European Environment Agency. Rivers and lakes in European cities - Past and future challenges. Luxembourg: Office for Official Publications of the European Communities, 2016. Online. Disponível em: <https://www.eea.europa.eu/publications/rivers-and-lakes-in-cities/file>. Acesso em: 07 jul. 2023.

FERRÃO, J. Antropoceno, cidades e geografia. *Espaços e Tempos em Geografia*. p. 287-302, 2017.

FINDLAY, S. J., & TAYLOR, M. P. Why rehabilitate urban river systems? *Area*, n. 38, p. 312-325, 2006. <http://www.jstor.org/stable/20004548>

GARCIAS, C.M. & AFONSO, J. A. C. Revitalização de Rios Urbanos. *Gesta. Revista Eletrônica de Gestão e Tecnologia Ambiental*, n. 1, p. 131-144, 2013. <https://doi.org/10.9771/gesta.v1i1.7111>

GRIMM N.B., FAETH S.H., GOLUBIEWSKI N.E., REDMAN C.L., WU J., BAI X., BRIGGS J.M. Global Change and the Ecology of Cities. *Science*, n. 319, p. 756-760, 2008.

HARVEY, D. (2005). A produção capitalista do espaço. São Paulo: Annablume, 2005, v1.

LEE, K. Cheong Gye Cheon Restorations Project: a revolution in Seoul. ICLEI, 2006. Online. Disponível em: <https://seoulsolution.kr/sites/default/files/policy/%5BEN%5DCheong%20Gye%20Cheon%20Restoration%20Project.pdf>. Acesso em: 20 mai. 2023.

MAGDALENO, F. Experimental floods: A new era for Spanish and Mediterranean rivers? *Environmental Science & Policy*, n. 75, p. 10-18, 2017. <https://doi.org/10.1016/j.envsci.2017.05.01>

MARTÍN-VIDE, J. P. Restoration of an urban river in Barcelona, Spain. *Environmental Engineering and Policy*, n. 2, p. 113-119, 1999. <https://doi.org/10.1007/s100220000030>

NILSSON, C., ARADÓTTIR, Á. L. Ecological and social aspects of ecological restoration: new challenges and opportunities for northern regions. *Ecology & Society*, n. 18, 2013. <http://dx.doi.org/10.5751/ES-06045-180435>

PALMER, M., BERNHARDT, E. S., ALLAN, J. D., LAKE, P. S., ALEXANDER, G., BROOKS, S., CARR, J., CLAYTON, S., DAHM, C., FOLLSTAD, S. J., GALAT, D. J., GLOSS, S., GOODWIN, P., HART, D. H., HASSETT, B., JENKINSON, R., KONDOLF, G. M., LAVE, R., MEYER, J. L., O'DONNELL, T. K., PAGANO, L., SRIVASTAVA, P., SUDDUTH, E. Standards for ecologically successful river restoration. *Journal of Applied Ecology*, n. 42, p. 208-217, 2005. <https://doi.org/10.1111/j.1365-2664.2005.01004.x>

PEREIRA, A. L. Princípios da restauração de ambientes aquáticos continentais. *Boletim da Associação Brasileira de Limnologia*, n. 39, p. 1-21, 2001.

PETTS, J. Learning about learning: lessons from public engagement and deliberation on urban river restoration. *The Geographical Journal*, n. 173, p. 300-311, 2007. <http://www.jstor.org/stable/30130627>

PUGLIESE, F., GERARDO, C., AUDE, Z., GERD, L., MAURIZIO, G. Nature-Based Solutions (NBSs) Application for Hydro-Environment Enhancement. A Case Study of the Isar River. *Environmental Sciences Proceedings*, n. 2, p. 1-9, 2020. <https://doi.org/10.3390/envirosciproc2020002030>

RAMÍREZ-AGUDELO, N. A., BADIA, M., VILLARES, M., & ROCA, E. Assessing the benefits of nature-based solutions in the Barcelona metropolitan area based on citizen perceptions. *Nature-Based Solutions*, n. 2, p. 1-11, 2022. <https://doi.org/10.1016/j.nbsj.2022.100021>

SILVA, J. C. de A. da., PORTO, M. F. do A. Requalificação de rios urbanos no âmbito da renaturalização, da revitalização e da recuperação. *Labor e Engenho*, n. 14, p 1-19, 2020. <https://doi.org/10.20396/labore.v14i0.8659900>

WALSH, C.J., ROY, A.H., FEMINELLA, J.W., COTTINGHAM, P.D., GROFFMAN, P.M., MORGAN II, R.P. The urban stream syndrome: current knowledge and the search for a cure. *Journal of the North American Benthological Society*, n. 24, p. 706-723, 2005. <https://doi.org/10.1899/04-028.1>

WLODARCZYK, Anna Marta, MASCARENHAS, Jorge Morarji R. Dias. Nature in cities. Renaturalization of riverbanks in urban areas. *Open Engineering*, n. 6, p. 681-690, 2016. <https://doi.org/10.1515/eng-2016-0095>

ZHAO, Y. W., YANG, Z. F., XU, F. Theoretical framework of the urban river restoration planning. *Environmental Informatics Archives*, n. 5, p. 241–247, 2007.

CARTOGRAFIA DE CONTROVÉRSIAS NA ANÁLISE DA PAISAGEM

Experimentações no ensino de projeto da paisagem

CARTOGRAPHY OF CONTROVERSIES
IN LANDSCAPE ANALYSIS
Experiments in teaching landscape design

**Hugo Kamiya Tsutsui¹, Vanessa Alves Cordeiro²,
Katia Atsumi Nakayama³ e Maria Bárbara Guimarães⁴**

Resumo

Partimos da necessidade premente de reformulação da práxis do projeto da paisagem diante das crises socioambientais, propondo inflexões e críticas acerca da racionalidade antropocêntrica, que se constituiu desde a modernidade Ocidental, em relação à natureza. A partir da cartografia de controvérsias, foi proposta uma atividade de análise cartográfica aos alunos da disciplina de Paisagismo 2, na Universidade Federal de Mato Grosso, cujo escopo é o Sistema de Espaços Livres. O artigo busca descrever, por meio de um relato de experiência, os processos e resultados da atividade, demonstrando avanços, como uma maior percepção, pelos discentes, sobre as relações humanas e não-humanas na paisagem, e limitações, como o curto tempo da atividade para amadurecer conceitos complexos.

Palavras-chave: cartografia de controvérsias, humano e não-humano, ensino, projeto da paisagem, sistema de espaços livres.

Abstract

Addressing the urgent need to reformulate landscape design practices in response to socio-environmental crises, we propose inflections and criticisms regarding the anthropocentric rationality that has prevailed since Western modernity in relation to nature. Through cartography of controversies, an activity of cartographic analysis was introduced to students in the Landscaping 2 course at the Federal University of Mato Grosso, focusing on the Free Spaces System. This article aims to describe, through an experiential report, the processes and outcomes of the activity, showcasing advancements such as a greater perception by students of human and non-human relationships in the landscape, as well as limitations, such as the short duration of the activity to mature complex concepts.

Keywords: cartography of controversies, human and non-human interactions, teaching, landscape design, open spaces systems.

¹ Mestre em Planejamento e Gestão do Território (UFABC), professor no curso de Arquitetura e Urbanismo da UFMT.

² Mestre em Arquitetura e Urbanismo (UFBA), especialista em Planejamento Urbano e Gestão Socioambiental das Cidades (UFPI), professora no curso de Arquitetura e Urbanismo da UFMT.

³ Doutora em Gestão Urbana (PUCPR), professora do curso de Arquitetura e Urbanismo da UFMT.

⁴ Mestre em Preservação do Patrimônio Cultural (IPHAN-Centro Lucio Costa), professora no curso de Arquitetura e Urbanismo da UFMT.

Introdução

Diante de um real marcado por sucessivas crises socioambientais, pensar a práxis do projeto da paisagem demanda profundas reflexões sobre nossa relação com a natureza. Para Latour (1994), a modernidade se constitui a partir de um certo tratado em que o ser humano, supostamente, emancipa-se da natureza, superando-a, dominando-a. Tal dicotomia – sociedade e natureza – elaborada na modernidade, foi produzindo, ao longo do tempo, um ser humano que se entende apartado do seu meio e dos demais não-humanos, reforçando uma racionalidade antropocêntrica.

A crise ambiental é, antes, uma crise de objetividade (Latour, 2004) ou uma crise da razão, do pensamento, do conhecimento (Leff, 2009). Nesse sentido, partimos do entendimento de que projetar a paisagem nos coloca o desafio de superarmos a visão moderna e Ocidental de falsa dissociação entre sociedade/cultura e natureza. Neste cenário de incertezas, transformações e crises, é imperativo abordar a paisagem como um locus de convergências e divergências, onde distintas associações e controvérsias, das mais diversas naturezas, entrelaçam-se, demandando uma análise crítica e respostas complexas.

Uma concepção bastante difundida sobre paisagem, no campo da Arquitetura e Urbanismo, advém da obra “Paisagem Urbana” de Gordon Cullen (1994), cujo enfoque se dá na articulação entre a observação e percepção da paisagem e a construção das emoções, sobretudo por meio da percepção visual e seriada. Uma releitura crítica sobre as concepções de Cullen, realizada por Adam (2008), instiga-nos a avançar sobre a forma passiva com que consideramos esta pessoa observadora, fruidora da paisagem.

Sandeville Junior (2009, p. 50) aborda o sentido de paisagem, diferenciando-a de um mero “lance de vista” ou de uma “figura”. Ainda, o autor destaca que a paisagem não se restringe apenas à “estetização”, que estabelece em “primeiro plano as formas das coisas, cujo arranjo passa a ser visto como paisagem” (*Ibid.*, p. 51). Assim, a paisagem não seria apenas conduzida pela sua forma⁵, ou definida como lugar limitado de apreciação ou de percursos, mas inerente às suas características processuais, vivenciais e sensíveis. De acordo com o autor, a paisagem é caracterizada pelos seus elementos naturais e antrópicos em sua interatividade e complexidade; intrínseco a um determinado contexto histórico, cultural, e de múltiplos significados; e entendida pela sua materialidade e representação.

Para além de uma ideia de exterioridade, ou seja, a paisagem como cenário⁶, em que o ser está apartado do seu meio, o indivíduo é, antes de tudo, um agente, pois está o tempo todo se articulando e modificando a paisagem. Esse entendimento nos permite abordar a paisagem como espaço que integra o ser humano, o não-humano e suas complexas relações e contradições.

Dessa forma, tencionamos o exercício de projeto da paisagem a partir da reflexão e construção do saber ambiental. Trata-se de uma epistemologia política, proposta por Leff (2009, p.18), em que “O saber ambiental faz renascer o pensamento utópico e a vontade de liberdade em uma nova racionalidade na qual se fundem o rigor da razão e os excessos do desejo, a ética e o conhecimento, o pensamento racional e a sensualidade da vida”.

⁵ Segundo Milton Santos (2006), a forma nos dá um ponto de partida, porém, por si só, não é capaz de oferecer uma explicação. O autor compreende o espaço geográfico como resultante do sistema de objetos e sistema de ações, ou seja, leva-se em consideração o espaço no tempo.

⁶ Essa concepção de paisagem foi fortemente apropriada pelo *city marketing* e o setor imobiliário no marketing urbano.

Conforme Leff, o saber ambiental vai além do escopo do conhecimento técnico, caracterizando-se por uma abordagem holística e interdisciplinar. Este saber abarca a integração de saberes tradicionais, conhecimentos científicos, experiências práticas e outras dimensões. Além disso, destaca-se a relevância de uma consciência crítica para compreender as dinâmicas de poder e as desigualdades socioambientais decorrentes das práticas políticas e econômicas.

A partir da premissa de construção de um saber ambiental que incorpore perspectivas diversas, tanto de humanos como não-humanos, adotamos a cartografia de controvérsias para orientar a atividade de análise cartográfica na disciplina de Paisagismo 2⁷, na Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), durante o semestre 2023.2. Por meio de um relato de experiência, este artigo tem por objetivo descrever e discutir os processos e resultados da atividade de análise cartográfica, cujo objeto foi o Sistema de Espaços Livres (SEL) do campus de Cuiabá da UFMT e seu entorno.

A cartografia de controvérsias é uma ferramenta que se baseia e põe em prática a Teoria Ator-Rede (TAR) de Bruno Latour, concebido para preparar estudantes para a observação e descrição de questões sociotécnicas complexas. De modo geral, parte-se de uma controvérsia para entender e fazer emergir discussões sobre as relações sociais, culturais, ambientais, humanas e não humanas em um tecido social.

Sendo o Antropoceno uma proposta de uma nova época geológica que destaca a influência significativa das atividades humanas na Terra, de acordo com Latour (2020), é necessário reconhecer a interdependência entre os diferentes agentes nessas redes de múltiplos atores e seres, humanos e não-humanos, que compõem o mundo. Diante das rápidas transformações desde a constituição da modernidade, pensar o espaço é também um exercício de proposições de outras paisagens possíveis.

Dessa forma, a atividade, aqui descrita, teve como método a combinação de aulas expositivas e assessorias com os grupos. Nesta etapa de cartografia, os alunos se dividiram em 12 grupos e definiram, de acordo com seus interesses, qual seria o enfoque das cartografias. O objetivo da atividade foi explorar diferentes análises cartográficas visando expor as associações entre diversos entes humanos e não-humanos, assim como as suas controvérsias relacionadas aos espaços livres do campus.

Por fim, o(a)s discentes apresentaram os resultados por meio de mapas e, em sala de aula, elaboraram um mapa síntese colaborativo, no qual cada grupo adicionou informações sobre as controvérsias/conflitos e associações/conexões entre os diferentes entes humanos e não-humanos sobre os quais pesquisaram.

A aplicação dessas cartografias nas etapas iniciais do projeto paisagístico, junto ao levantamento e análise de dados, demonstrou-se uma ferramenta hábil para subsidiar a intervenção projetual. Isso se deve ao seu potencial para destacar aspectos que poderiam permanecer invisíveis ou ocultos na paisagem, especialmente quando utilizam-se métodos de análise que tendem a ser mais generalistas. A partir das controvérsias e associações híbridas, as quais conformam - materialmente e imaterialmente - o espaço, muitos estudantes demonstraram uma ampliação da percepção das relações humanas e não-humanas no campus.

No entanto, também nos confrontamos com alguns limites. Esta foi uma primeira experiência, na qual buscamos aproximações e adaptações entre a cartografia de controvérsias e o escopo da disciplina. O que resultou, quiçá, em um passo preliminar a uma cartografia de controvérsias, um mapeamento exploratório que levantou diversas questões que poderiam, posteriormente, desdobrar-se em diferentes cartografias de

7 A disciplina possui carga horária de 64h e foi organizada da seguinte forma: a primeira atividade foi o levantamento físico territorial da UFMT; a segunda - foco deste relato - foi a análise por meio das cartografias e; a última etapa, o projeto da paisagem, subsidiado pelos saberes construídos ao longo destas atividades.

controvérsias. Além disso, a proposta do relato também é de trocar experiências, bem como incentivar avanços e outras contribuições sobre a aplicação de cartografias no projeto da paisagem.

Este artigo está organizado em três seções: a primeira apresenta o embasamento teórico e conceitual da atividade; a segunda apresenta as etapas de desenvolvimento das ações a atividades e seus resultados; por fim, na terceira seção, são apresentadas as considerações finais.

Fundamentos teóricos sobre cartografia e as possibilidades analíticas da cartografia de controvérsias ao projeto da paisagem

Após apresentar a atividade à classe, a primeira aula expositiva explorou a relação intrínseca entre cartografia e poder. Por meio do texto “Mapas, saber e poder” de Harley (2009), foi apresentada uma breve contextualização de como, historicamente, o conhecimento sobre a cartografia esteve concentrado nas mãos de alguns grupos. Sob domínio da elite religiosa, intelectual, mercantil, do Estado, os mapas eram produzidos de acordo com interesses específicos.

Da antiguidade, passando pelos impérios e colônias, até a constituição do modelo moderno de Estado-nação, a cartografia foi uma ferramenta fundamental de conquistas de territórios, sobretudo a partir da expansão da navegação, manutenção dos direitos da propriedade privada, assim como o ordenamento jurídico atual. Buscamos refletir com os alunos sobre essa falsa percepção de neutralidade da cartografia, pois “os mapas nunca são imagens isentas de juízo de valor [...] os mapas são um meio de imaginar, articular e estruturar o mundo dos homens” (Harley, 2009, p. 2).

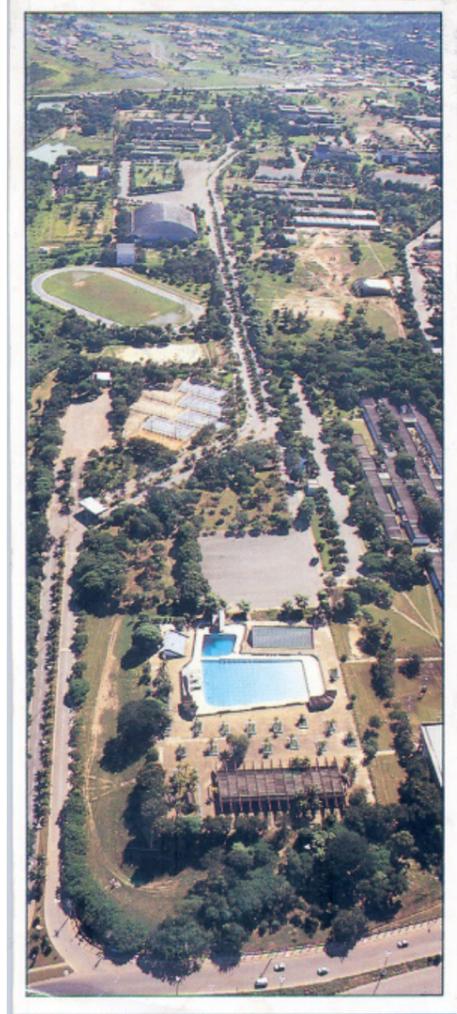
A história dos mapas, como a de outros símbolos culturais, pode ser interpretada como *uma forma de discurso*: deve-se encarar os mapas como sistemas de signos incomparáveis, nos quais os códigos podem ser ao mesmo tempo imagéticos, lingüísticos, numéricos e temporais, e como uma forma de saber espacial (*Ibid.*, p. 19, grifo nosso).

Compreender os mapas como construções discursivas nos permite uma reflexão importante à análise cartográfica da paisagem: as informações, dados, signos utilizados e a forma com que representamos o conteúdo engajam com discursos políticos, muitas vezes controversos. Harley (*Ibid.*, p.20) ainda nos provoca que, desde uma perspectiva histórica, os mapas favorecem um discurso desigual, sendo “essencialmente uma linguagem de poder e não de contestação”.

Ainda que haja sentido nesta afirmação, dentro da análise histórica que o autor desenvolve, demonstrando que os meios de produção cartográfica se mantêm, ao longo do tempo, sob domínio de grupos hegemônicos, algumas experiências recentes de mapeamento participativo, colaborativo e insurgente demonstraram que a produção de mapas pode ser estratégica nas ações de contestação de grupos minoritários e/ou marginalizados.

Dessa forma, após a contextualização, foram apresentados aos alunos os conceitos e exemplos de cartografia social, mapeamento participativo, colaborativo e a cartografia de controvérsias. Embora os discentes não fossem aplicar todos esses métodos, foram demonstradas possibilidades de uso dessas cartografias em diferentes contextos, como a atuação com comunidades tradicionais, participação social em planejamento urbano, assim como na construção coletiva de mapas virtuais.

Além desta aula, em outra ocasião foram abordados os tipos de entrevistas, questionários, entre outros. Por meio desse panorama, foram apresentadas as possibilidades, permitindo que cada grupo, diante das demandas no decorrer do trabalho, determinasse a combinação mais apropriada de ferramentas e métodos à realização da análise cartográfica.



A partir de Latour, Sbarra (2021) propõe uma releitura de duas obras clássicas na formação de Arquitetura e Urbanismo: Paisagem Urbana, lançado em 1971 pelo britânico Gordon Cullen, e A Imagem da Cidade, lançado em 1960 pelo norte-americano Kevin Lynch. Sbarra tece críticas à cidade como unidade homogênea, de Cullen e Lynch, e afirma que a leitura de um lugar não é única nem universal. A partir das possibilidades da cartografia de controvérsias, o autor propõe, então, atualizar os modos de olhar as cidades através de leituras que valorizem a multiplicidade e constante mutação das relações e espaços que a compõem.

A cartografia de controvérsias foi desenvolvida como uma forma de aplicação da TAR, por Bruno Latour e outros pesquisadores associados à rede. Ela visa observar e descrever as redes complexas de relações, interesses, atores humanos e não-humanos, discursos e elementos materiais envolvidos em controvérsias. Utilizada principalmente nos estudos de Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS), essa abordagem cartográfica é comumente aplicada em situações de controvérsias sociotécnicas. Enfatizando a natureza social da produção de conhecimento, ela busca compreender como diferentes atores - humanos e não-humanos - contribuem para a formação e transformação das controvérsias ao longo do tempo.

Ao debater as controvérsias, não implica que ela tem como propósito resolver problemas ou solucionar conflitos, mas pode, enquanto ferramenta, contribuir no aprimoramento da democracia (Venturini *et al.*, 2017). Além disso, não se busca um entendimento simplificado em termos de verdade ou mentira, a cartografia de controvérsias busca incluir um conjunto de interpretações e traduções de indivíduos, grupos, agentes que se relacionam em um determinado tecido social.

O hífen em “Ator-Rede” orienta, segundo Latour (2012), que os pesquisadores não devam analisar individualmente atores e redes, mas encará-los como uma entidade. Este entendimento nos permite focar não apenas nos entes, mas nos entremeios, nas relações, nas associações híbridas entre humanos e não-humanos. Para o autor, os



atores não se limitam aos seres humanos, pois os não-humanos desempenham papéis ativos nas redes sociotécnicas.

A cartografia de controvérsias, de acordo com Venturini *et al.* (2015), difundiu-se, principalmente, na Europa e Estados Unidos, sendo adaptada de acordo com as idiosincrasias das pesquisas em diferentes áreas. Conforme Venturini (2009), o mapeamento de controvérsias não pressupõe conceitos nem requer protocolos metodológicos. Assim, um dos desafios consistiu em elaborar a estrutura da atividade considerando o escopo da disciplina, com o objetivo de subsidiar, na próxima etapa, o projeto da paisagem.

Tendo como foco as relações sociais⁸ que se dão nos espaços livres da UFMT, os grupos foram orientados a definir um tema e analisar as associações/conexões, controvérsias/conflitos, entre outras questões que avaliassem importantes. Assim, foi indicado que observassem e descrevessem as controvérsias e associações, e definissem as ferramentas e métodos que melhor auxiliassem esse processo de descrição.

Na conclusão da atividade, cada grupo apresentou sua cartografia e, em seguida, associaram as principais informações em um mapa colaborativo. A proposta de sintetizar em um único mapa as principais controvérsias e associações levantadas pelos grupos, foi de que pudessem visualizar, especialmente, como as questões se distribuem e/ou se sobrepõem, trazendo complexidade para pensar o projeto da paisagem.

⁸ Tratamos aqui o social a partir das críticas de Latour (2012), onde um outro entendimento sobre o social precisa ser construído. Um social para além da visão antropocêntrica, limitado ao ser humano. Além disso, o social não se trata de explicações genéricas pré-estabelecidas, mas sua compreensão demanda estudo e aprofundamento das relações sociais específicas do contexto analisado.



Aplicação das cartografias e construção das controvérsias e associações no campus da UFMT

A área de estudo, comum a todos os grupos, foi o campus da UFMT de Cuiabá e seu entorno. Inaugurada em 1970, a implantação da UFMT em Cuiabá tinha como objetivo dar suporte ao desenvolvimento do interior do Estado, como parte de um processo geopolítico mais amplo de integração do território brasileiro, através do avanço das fronteiras capitalistas no território amazônico. O terreno, de 76 hectares, é remanescente de uma antiga chácara situada no bairro Coxipó da Ponte, atualmente bairro Boa Esperança, e margeado, à noroeste, pelo Córrego do Barbado. O campus, para além de documentar o processo de expansão urbana, possui um acervo expressivo de arquiteturas de filiação modernista paulista no contexto de Cuiabá. Seu projeto urbanístico foi concebido pelos arquitetos do Departamento de Obras Públicas de Mato Grosso (DOP-MT) Oscar Arine e Armênio Arakelian (Castor *et al.*, 2017).

Em relação à morfologia, a estrutura viária se dá a partir de um eixo principal, onde estão dispostos, de maneira independente, os edifícios, conformando amplos espaços livres e arborizados. O campus se destaca na paisagem, contrastando com o seu entorno, constituído por bairros de uso predominantemente residencial, atualmente consolidados. A diferença do padrão de uso, ocupação e disponibilidade de espaços livres proporcionam ao campus o funcionamento similar a um parque urbano, usado para atividades esportivas e de lazer - configura-se como uma unidade de paisagem distinta no tecido urbano.

A primeira atividade da etapa de análise da disciplina foi uma aula de campo, cujo percurso teve aproximadamente quatro quilômetros e levou cerca de duas horas (Figura 2). O trajeto teve início no bloco da Faculdade de Arquitetura, Engenharia e Tecnologia (FAET), passando pela antiga área do Zoológico, Casa do Estudante Universitário (CEU), blocos administrativos, Biblioteca Central e Reitoria. O percurso expôs a escassez de cobertura arbórea em diversas áreas, assim como forneceu alguns exemplos de uma boa relação entre espaços construídos e espaços livres,



como o bloco das Ciências Agrárias. O trajeto também incluiu espaços sombreados, como o Bosque, que é usado como atalho informal. Por fim, saímos do campus pela Avenida Parque do Barbado e retornamos por um acesso informal, revelando uma área pouco utilizada com potencial de conexão e fruição (Figura 3). O percurso foi concluído na praça em frente ao Restaurante Universitário (RU).

A aula de campo teve um impacto substancial na percepção dos alunos acerca dos elementos físicos do campus e das relações que se dão nele, mesmo que os estudantes já tivessem uma certa familiaridade com os espaços. Um exemplo foi a maior atenção aos caminhos informais, que não receberam tanto destaque na fase inicial de levantamento, mas que, durante a atividade de elaboração das cartografias, foram objeto de considerável foco por parte dos estudantes. Isso sugere que a experiência prática proporcionou aos alunos novas perspectivas, revelando detalhes e relações que não foram observados anteriormente.

Para o desenvolvimento da atividade cartográfica, os grupos tiveram quatro semanas, partindo da escolha dos temas, desenvolvimento do método de coleta e análise de dados e apresentação dos resultados. A definição dos temas foi consecutiva à aula de campo, sendo clara a influência de assuntos que surgiram durante a caminhada pelo campus, assim como de questões levantadas nas aulas expositivas anteriores. Os estudantes foram estimulados a buscarem temas que pudessem tornar nítidas associações e controvérsias nas relações que se dão no campus.

Entendendo como controvérsia uma incerteza compartilhada, situações onde atores discordam, ou melhor, concordam em suas divergências (Venturini, 2009), os alunos foram orientados de que

[...] quando procurar por controvérsias, procure onde a vida coletiva se torna mais complexa: onde a maior e mais diversa variedade de atores está envolvida; onde as alianças e a oposição se transformam de forma imprudente; onde nada é

Figura 4 - Nuvem de palavras com os temas das cartografias. Fonte: Elaborado pelos autores, 2024.

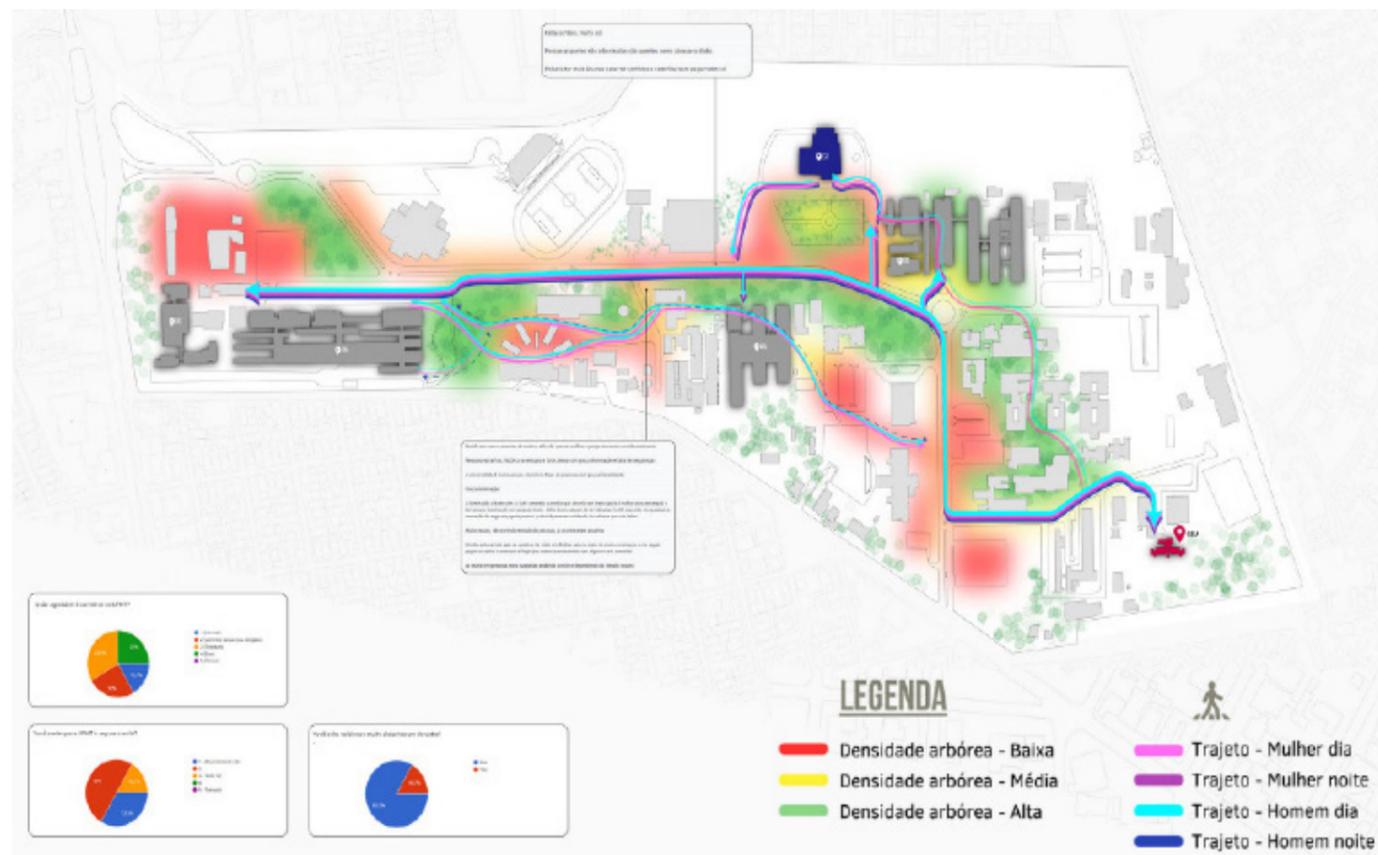


Figura 5 - Cartografia sobre fluxos de pedestres e sua relação com gênero e arborização. Fonte: Elaborado pelos estudantes Bruna Luiza, Geórgia Miranda, Marcio Andrade e Rebeca Guerra, 2024.

simples como parece; onde todos estão gritando e brigando; onde os conflitos se tornam mais severos. Lá, você encontrará o objeto da cartografia de controvérsias (*Ibid.*, p. 5, tradução nossa).

O processo de definição do tema foi particular a cada grupo. Alguns definiram logo no início da atividade, outros tiveram dificuldade e precisaram de maior atenção, especialmente quando o interesse envolvia não-humanos. A título de síntese (Figura 4), agrupamos aqui o total de 12 cartografias a partir de eixos temáticos: a) fluxos e mobilidade (3 trabalhos); b) usos e apropriações do espaço (4 trabalhos); c) relações de cuidado (1 trabalho); d) relações humanos e não-humanos (4 trabalhos).

As cartografias relacionadas aos fluxos e mobilidade de diferentes modais deram foco aos modais ativos. Os grupos trataram dos trajetos mais frequentes dos estudantes residentes na CEU, da experiência dos pedestres na UFMT e da mobilidade dos ciclistas no campus e entorno. Nestas pesquisas, dentre as questões levantadas estavam: motivação para escolha dos modais, horários e diferentes trajetos de locomoção na UFMT. Destacou-se a opção de modais ativos, a pé ou de bicicleta, especialmente nos períodos de radiação solar mais amena, como início da manhã e fim da tarde.

Sobre os trajetos, estes eram escolhidos prioritariamente para encurtar distâncias (significando, algumas vezes, o uso de acessos e caminhos informais e sem infraestrutura consolidada), em segundo lugar, pelo sombreamento e em terceiro pela segurança. No caso do último item, foi constatado que alguns caminhos informais não eram utilizados por mulheres, que optavam por caminhos oficiais, mais movimentados, no período noturno, mesmo que isso tornasse os percursos mais longos, colocando a segurança como critério prioritário na escolha dos trajetos (Figura 5). A respeito do uso das bicicletas, a pouca infraestrutura de suporte, como demarcação de ciclofaixas, boa localização, qualidade ou existência de paraciclos, assim como o trânsito e o acesso ao campus foram apontados como os maiores entraves para uso deste modal, seguido da intensa insolação e da percepção de (in)segurança.

MAPA SÍNTESE: O USO DOS ESPAÇOS DO CAMPUS DA UFMT PARA PRÁTICAS DE ATIVIDADES ESPORTIVAS



Um segundo grupo de cartografias analisaram o uso dos espaços livres do campus da UFMT pelo público externo e interno; a prática de atividades esportivas (Figura 6); os pontos de alimentação e comercialização de alimentos dentro do campus e no entorno; assim como o uso geral do campus e sua apropriação pela comunidade externa. As cartografias reforçaram a percepção da UFMT como espaço de lazer, exercendo a função de parque urbano na cidade de Cuiabá⁹. Observou-se também que muitos dos ciclistas e corredores que usavam o campus para práticas esportivas migraram para fora dele, especialmente depois da inauguração da Avenida Parque do Barbado, que tangencia o campus e possui ciclovias e pistas de corrida mais bem estruturadas.

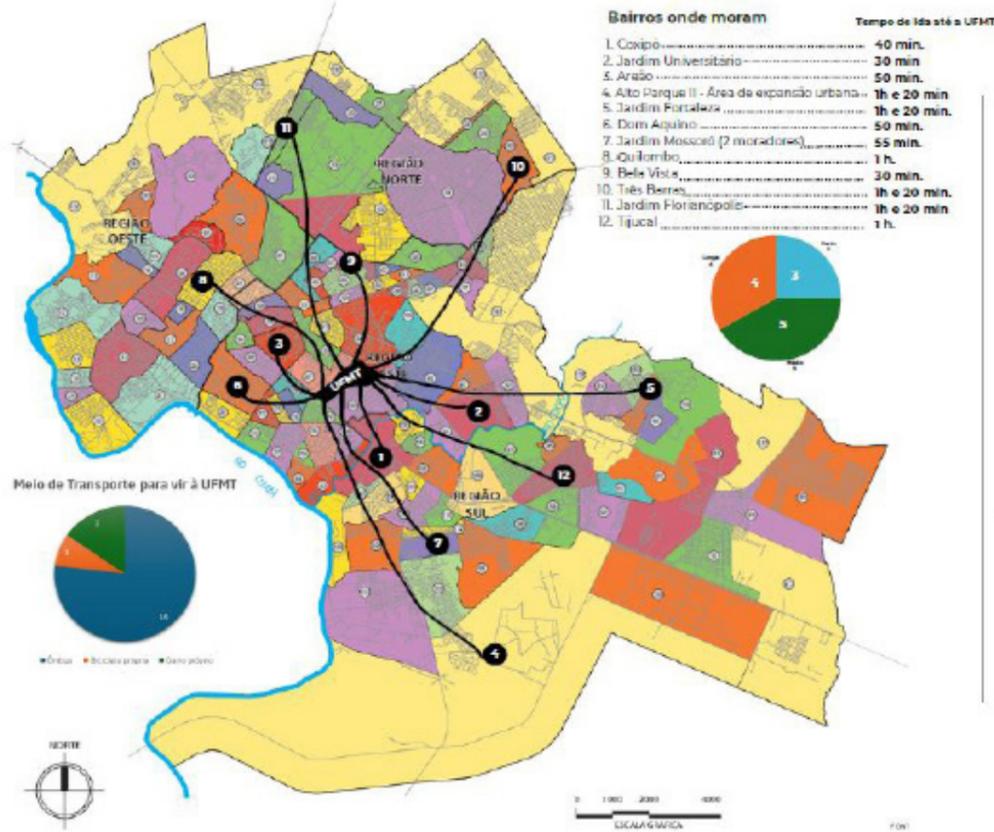
Dentre os mapeamentos, um grupo desenvolveu uma cartografia abordando o trabalho de cuidado no campus da UFMT, principalmente por mulheres terceirizadas, que prestam serviço de limpeza, buscando entender suas relações com os espaços livres. O grupo expandiu a escala de análise, demonstrando as distâncias entre os bairros onde residem as prestadoras de serviço e o campus, além dos seus respectivos tempos de deslocamento.

Por fim, um conjunto de cartografias centrou-se nas relações entre humanos e não-humanos, assim como não-humanos e não-humanos. Os temas trataram da percepção de riscos de zoonose e incômodos das pessoas a respeito dos animais no campus, especialmente dos sinantrópicos, aqueles que se adaptaram a viver junto aos seres humanos, tais como mosquitos, baratas, ratos, entre outros, assim como da superpopulação de gatos, frequentemente abandonados no campus; da presença e interação entre animais domésticos e silvestres de diferentes portes - que envolvem riscos de transmissão interespecíficas de doenças; das diferentes configurações de águas presentes nos espaços livres da UFMT - corpos d'água perenes, pontos de

⁹ Vale destacar a observação recorrente dos estudantes a respeito do declínio da diversidade de usos, usuários, horários de ocupação após o fechamento do Zoológico à visitação pública, espaço onde atualmente funciona um Centro de Medicina e Pesquisa em Animais Silvestres (CEMPAS).

Figura 6 - Cartografia sobre o uso dos espaços livres do campus para práticas esportivas. Fonte: Elaborado pelas estudantes Anna Vitória Metello, Júlia Rodrigues, Maria Eduarda Guimarães e Nayara Andrade, 2024.

Figura 7 - Mapa de deslocamento das prestadoras de serviço e limpeza da UFMT em relação aos bairros onde residem. Fonte: Elaborado pelos estudantes Lucas Ferrari, Thaina Vilela, Pietra Provezan e Michelly Natal, 2024.

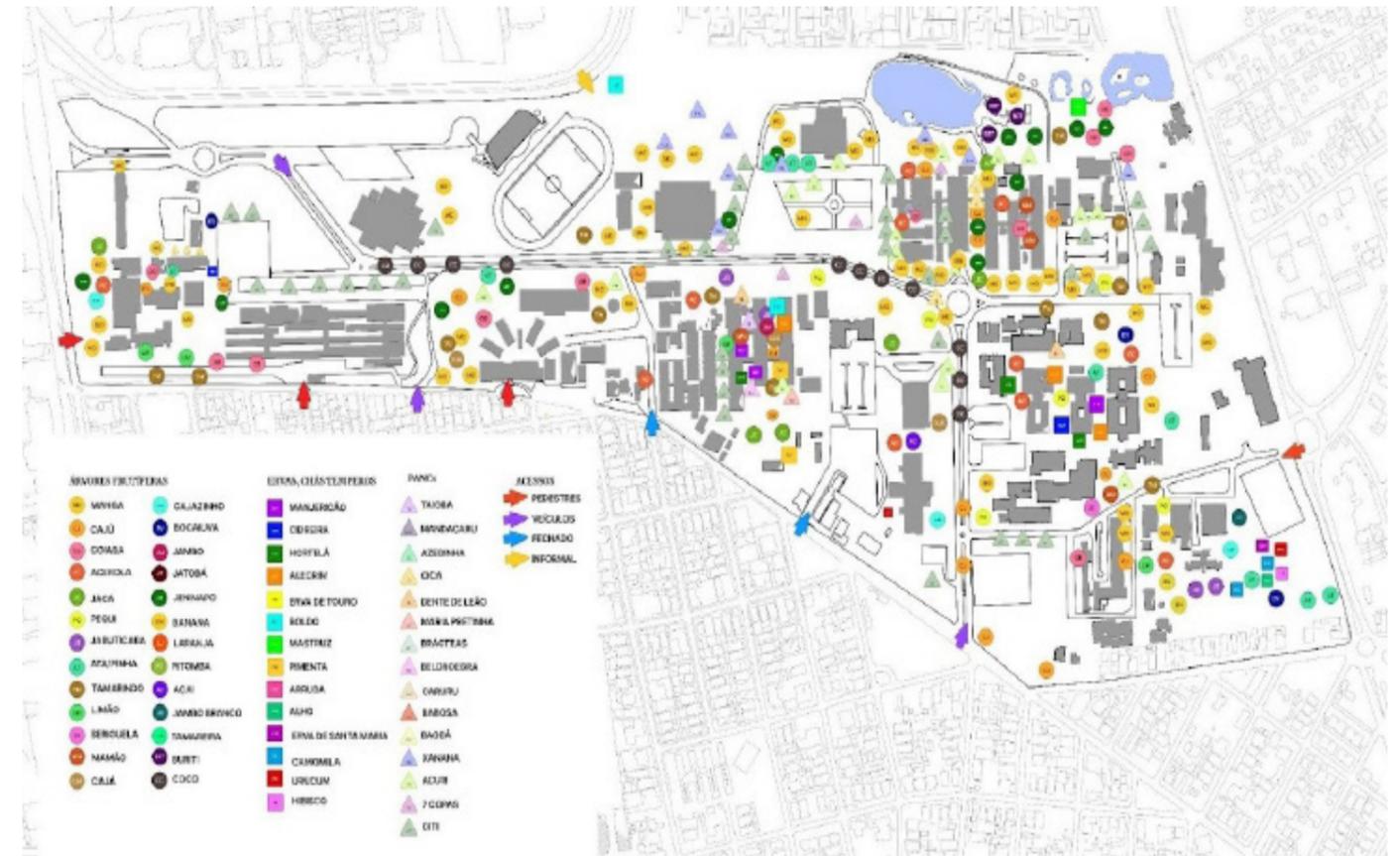


empoçamento de águas da chuva, acesso à água potável e presença de água parada; e da identificação e usufruto de plantas comestíveis (árvores frutíferas, ervas e Plantas Comestíveis Não Convencionais - PANCs) pela comunidade e fauna na UFMT (Figura 8).

No que diz respeito às ferramentas e métodos utilizados para coleta de dados, visando à elaboração das cartografias, uma parte significativa empregou questionários compartilhados virtualmente. Avaliamos que essa abordagem acabou por induzir um certo viés no perfil dos respondentes, predominantemente vinculado a grupos sociais semelhantes aos dos próprios realizadores da pesquisa. Isso ocorreu devido à distribuição dos questionários via WhatsApp e/ou redes sociais, as quais limitam, muitas vezes, seu alcance aos contatos pessoais dos alunos. A abrangência de resposta aos questionários variou entre 17 e 130 respostas, essa amplitude também influenciou na caracterização dos dados quantitativos.

Como estratégia, alguns grupos também foram a campo para aplicar questionários pessoalmente. Em alguns casos, agregaram métodos participativos como solicitar aos respondentes a identificação de pontos e trajetos em mapas colaborativos fornecidos pelos estudantes. Poucos grupos utilizaram o recurso de entrevista com especialistas, no entanto, as cartografias que se apoiaram nesta escolha obtiveram dados relevantes, trazendo novas camadas de entendimento e controvérsias aos temas tratados.

No desenvolvimento do questionário, os grupos sentiram dificuldade em elaborar perguntas assertivas que orientassem os respondentes de forma clara e que os ajudassem na espacialização das informações. A adesão dos entrevistados, especialmente entre os que escolheram abordar presencialmente no campus, também foi relatada como um desafio. Parte da turma afirmou que teria tentado outras ferramentas e abordagens para coleta de dados se tivessem mais tempo disponível. Todos relataram ter adicionado informações obtidas por observação durante as incursões a campo.



Os grupos foram orientados para que os questionários identificassem o perfil dos respondentes, por meio de informações como: identidade de gênero, autoidentificação racial, idade, renda, vínculo com a UFMT (se estudantes, professores e técnicos) ou se comunidade externa, modal de transporte mais frequente e blocos do campus mais acessados. Dessa maneira, foi possível que os grupos contrastassem informações entre diferentes perfis, como homens e mulheres, por exemplo.

Cada grupo apresentou sua cartografia em mapas impressos e alguns utilizaram o projetor para exibir gráficos e outros dados que auxiliassem na compreensão do trabalho. Para a elaboração do mapa síntese, foi disponibilizada uma base cartográfica do campus e entorno, impressa em formato A0, na escala 1:1500 - contendo topografia e os edifícios da UFMT. A medida que cada grupo apresentava seus resultados, seus membros adicionavam, à mão, o que consideravam ser os principais elementos de suas análises no mapa colaborativo. As legendas foram sendo construídas de forma orgânica: cada grupo poderia criar uma nova representação ou se utilizar da representação criada anteriormente para comunicar as novas camadas de informações.

Inicialmente, na elaboração coletiva da síntese, os estudantes ficaram receosos ao intervir no mapa, agindo com excessivo cuidado ao filtrar as informações para apresentá-las de forma sucinta. Havia uma preocupação compartilhada a respeito da legibilidade, pela sobreposição de 12 temáticas diferentes no mesmo mapa. Alguns alunos perguntaram se poderiam sobrepor suas considerações às de outros grupos, mesmo que fossem contrárias. Foi reforçado, pelos docentes, de que o foco eram as associações, mas também as contradições, inclusive entre os grupos, pois onde alguns haviam percebido problemas, outros percebiam qualidades.

Figura 8 - Cartografia de espécies vegetais comestíveis presentes na UFMT. Fonte: Elaborado pelas estudantes Giovanna Dallegrove, Lauren Caroline, Maria Eduarda Becker e Mariana Pezzin, 2024.



Figura 9 - Mapa síntese das cartografias elaboradas pelos grupos durante as apresentações. Fonte: Elaborado pelos discentes, 2024.

Os grupos, no entanto, demonstraram, em alguma medida, dificuldade de estabelecer conexões entre os temas, criando novas legendas (e tornando-as cada vez mais específicas) em lugar de fazer uso de legendas criadas por grupos anteriores, resultando em 17 indicações diferentes (Figura 10) que podem ser classificadas em condicionantes (acessos e percursos), conflitos/controvérsias (humano x humano, humano x não-humano, não-humano x não-humano) e potencialidades.

Após o preenchimento do mapa síntese, professores e alunos observaram e realizaram comentários sobre as informações. Destacou-se os espaços em que se sobrepuseram percepções difusas, como a praça em frente ao RU, caracterizada como potencialidade de interação com público externo, ao mesmo tempo como área de conflito entre diferentes perfis de usuários. Além disso, foi possível observar uma área percebida como insegura, especialmente por mulheres, próxima de uma região movimentada devido às atividades relacionadas à alimentação, que poderiam estar mais integradas.

A cartografia de controvérsias regularmente parte da sistematização, em diferentes escalas, de atores envolvidos em uma controvérsia já estabelecida. Entretanto, partimos do pressuposto que haviam controvérsias nas relações do campus da UFMT e seu entorno e os alunos buscaram identificá-las e espacializá-las a partir da perspectiva de diferentes grupos, humanos e não-humanos, que ocupam estes espaços. O mapa síntese aproxima-se de um mapeamento exploratório de caráter preliminar, que poderia, em um próximo passo, subsidiar o desenvolvimento e aprofundamento de diferentes cartografias de controvérsias.

Dentre diferentes temas que merecem aprofundamento teórico, avaliamos que seria interessante uma maior atenção ao conceito de humano e não-humano. Os estudantes tendem a compreender o não-humano limitado a animais e plantas. Observamos, por exemplo, a dificuldade dos discentes em identificar os conflitos com a água como um conflito entre humano e não-humano, ou seja, a água enquanto agente não-humano. Além disso, de maneira geral, o foco das cartografias permaneceu nos entes e não nas associações. Em alguma medida, para entender essas complexas relações é

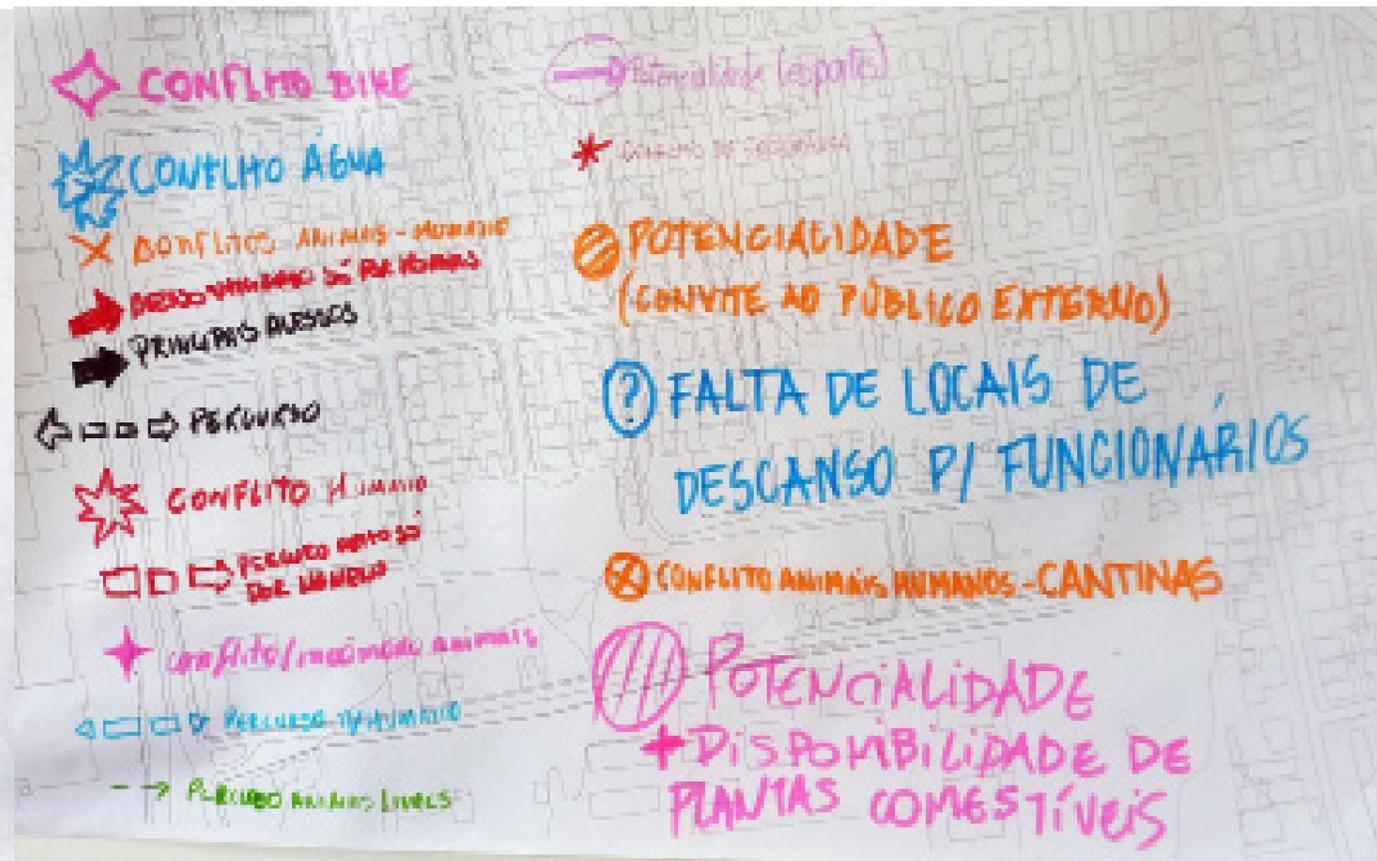


Figura 10 - Ampliação da legenda do mapa síntese. Fonte: Elaborado pelos discentes, 2024.

necessária uma maior dedicação no processo de observação e descrição, e isso ficou limitado pelo curto tempo da atividade.

A cartografia de controvérsias costuma utilizar representações gráficas que indicam as conexões em variados graus de correlações e articulações, que podem, contudo, mostrar-se muito abstratos ao objetivo de subsidiar o projeto da paisagem. Venturini *et al.* (2015) aponta os dilemas da representação de uma cartografia de controvérsias, destacando que o design é um fator crucial para o método. Os autores afirmam que o binômio complexidade e legibilidade atravessa as escolhas que nos levam a criar mapas que podem ser: fáceis de ler, mas pobres em conteúdo; ou complexos em informações, mas de difícil leitura. O cerne estaria na busca de representações que equalizassem esses critérios e nos permitam observar as controvérsias sem reduzir suas complexidades e ainda fazê-las compreensíveis a um público mais amplo.

Nesse sentido, escolhemos direcionar a representação das controvérsias de maneira a espacializar as informações e análises de cada grupo de maneira mais objetiva possível, pensando na próxima etapa: a aplicação da leitura do território e análise cartográfica na elaboração de diretrizes projetuais.

Considerações Finais

Ao atribuir agência tanto aos humanos quanto aos não-humanos, Latour (2012) propõe uma fundamentação capaz de subsidiar um maior entendimento das complexas redes de relações que moldam o mundo social, destacando a importância de entender as entidades não-humanas como participantes ativas na construção da sociedade e da realidade. Dessa forma, a aplicação da cartografia de controvérsias possibilitou que os alunos desenvolvessem uma maior sensibilidade para as agências não-humanas, tradicionalmente compreendidas como objetos passivos de ação.

Buscou-se estimular, a partir da atividade, a construção de um saber ambiental que se constitui pela polifonia entre diferentes agentes na paisagem, pela complexidade das associações e controvérsias, pelos saberes práticos e científico - entendendo que a cartografia é uma construção discursiva.

Venturini *et al.* (2015) destaca que a cartografia de controvérsias não é um método de intervenção social, pois não tem o objetivo de resolver ou conduzir conflitos. É, no entanto, uma ferramenta política, como qualquer mapeamento. Em se tratando de uma disciplina propositiva, as análises realizadas pelos estudantes de Arquitetura e Urbanismo invariavelmente carregam a pretensão de ações resolutivas ou, quando menos, mediadoras. Entretanto, durante as assessorias, os alunos foram orientados sobre os riscos de se abordar o projeto como tentativa de resolução por consenso. Em face de uma controvérsia, as decisões tomadas em um projeto se engajam politicamente com determinadas perspectivas. É importante estar conscientes de sua posição em relação aos discursos apresentados.

Nesta primeira experimentação da atividade, constatou-se contribuições para o entendimento das complexas interações presentes no SEL. As análises realizadas a partir de suas controvérsias aprofundaram as discussões na disciplina, ampliando diferentes perspectivas e pontos de vista. A aplicação das análises, aqui apresentadas, contribuíram para a identificação de condicionantes, deficiências e potencialidades, e auxiliou na espacialização de uma maior diversidade de aspectos.

Etimologicamente, projetar tem origem no latim “*projectare*” e significa lançar para a frente. Este sentido nos provoca questionar a forma com que relacionamos método e projeto da paisagem, muitas vezes reduzida a respostas técnicas e desconexas. Se projetar é também um exercício de pensar o futuro, as utopias - baseadas nas oportunidades empíricas, no contexto do lugar e numa profunda reflexão das experiências - podem ter um papel fundamental para criarmos um horizonte que nos faça caminhar para uma sociedade mais democrática e justa - do ponto de vista social e ambiental.

Diante de um Antropoceno em crise, permeado por representações e imaginários distópicos, urge a necessidade das elucubrações de utopias pós-Antropoceno a partir de uma construção comum de saberes ambientais - utopia enquanto processo dialético entre a prática e a teoria -, capaz de mobilizar a esperança. “Enquanto necessidade ontológica a esperança precisa da prática para tornar-se concretude histórica. É por isso que não há esperança na pura espera, nem tampouco se alcança o que se espera na espera pura, que vira, assim, espera vã” (Freire, 1992, p. 5).

Agradecimentos

Aos discentes de Arquitetura e Urbanismo da UFMT da turma de Paisagismo 2, semestre 2023.2.

Referências

ADAM, Roberto Sabatella. Analisando o conceito de paisagem urbana de Gordon Cullen. *Da Vinci*, Curitiba, v.5, n.1, p. 61-68, 2008.

CASTOR, Ricardo Silveira; FRIGERI, Ana Vittori; GUIMARÃES, Maria Bárbara Thame. Patrimônio arquitetônico da Universidade Federal de Mato Grosso: obras inaugurais. *Revista Amazônia Moderna*, Palmas, v.1, n.1, p.84-105, abr.-set. 2017.

CULLEN, Gordon. *Paisagem Urbana*. Portugal: Edições 70, 1994.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

HARLEY, Brian. Mapas, saber e poder. *Confins*, [Online], n.5, 2009.

LATOUR, Bruno. *Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.

LATOUR, Bruno. *Políticas da natureza: como fazer ciência na democracia*. Bauru: Edusc, 2004.

LATOUR, Bruno. *Reagregando o social: Uma introdução à Teoria Ator-Rede*. Salvador: Eudfba, 2012; Bauru, São Paulo: Edusc, 2012.

LATOUR, Bruno. *Diante de Gaia: oito conferências sobre a natureza no Antropoceno*. São Paulo: Ubu, 2020.

LEFF, Enrique. Complexidade, racionalidade ambiental e diálogo de saberes. *Educação & Realidade*, v. 34, n. 3, p. 17-24, set/dez 2009.

SANDEVILLE JUNIOR, Euler. Paisagem, *Paisagem e Ambiente*, São Paulo, n. 20, p. 47-60, 2005.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: Técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SBARRA, Marcelo. Bruno Latour e o uso da Cartografia de Controvérsias em arquitetura: Reconectando teoria e prática no ensino de arquitetura na contemporaneidade. *PIXO*, n.16, v.5, p. 71-83, verão de 2021.

VENTURINI, Tommaso. Diving in magma: How to explore controversies with Actor-Network Theory. *Sage Journals*, v.19, n.3, mai. 2009.

VENTURINI, Tommaso; RICCI, Donato; MAURI, Michele; KIMBEL, Lucy; MEUNIER, Axel. Designing controversies and their publics. *Design Issues*, [s.l.], v.31, n.3, p. 74-87, 2015.

parede branca



ANTROPOCÊNICA Ensaio Fotográfico

*Silvio Luiz Cordeiro*¹

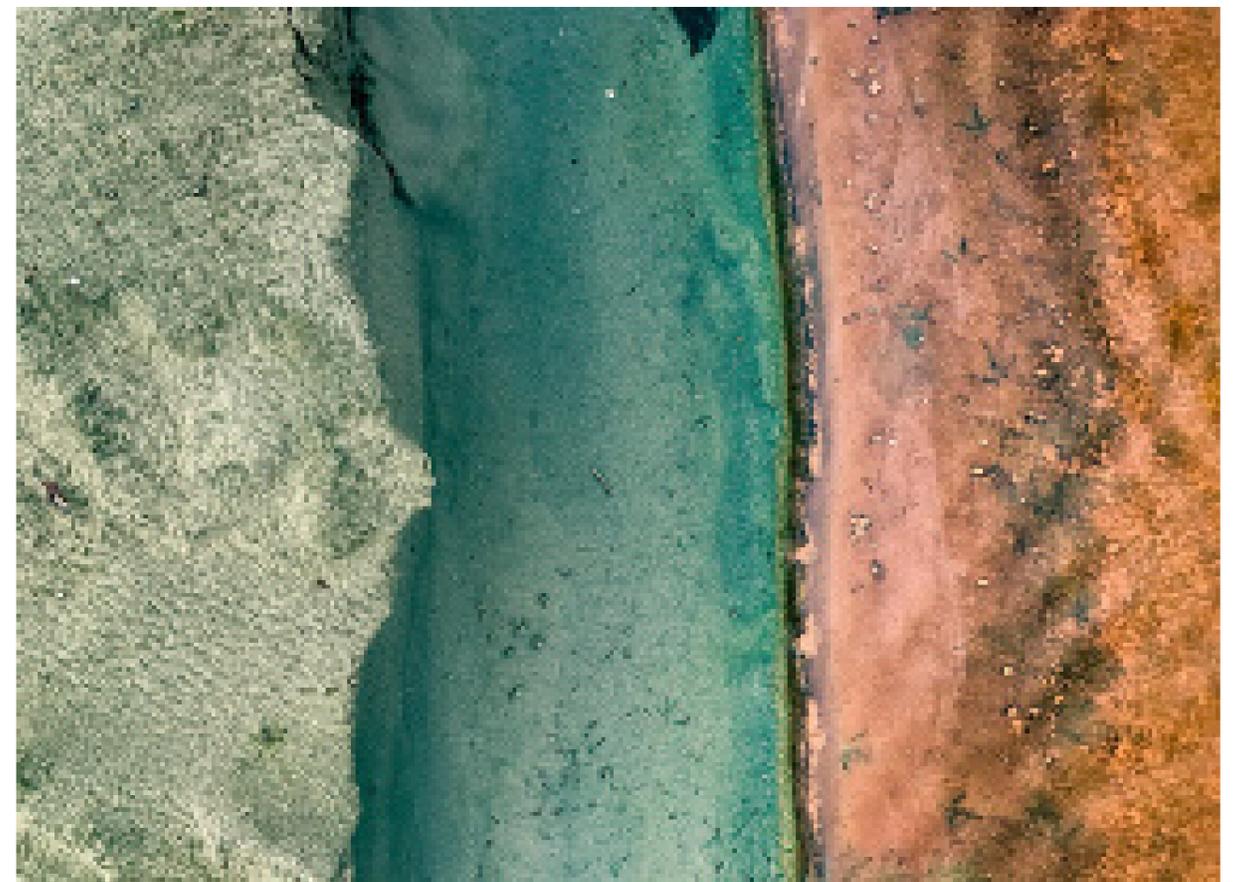
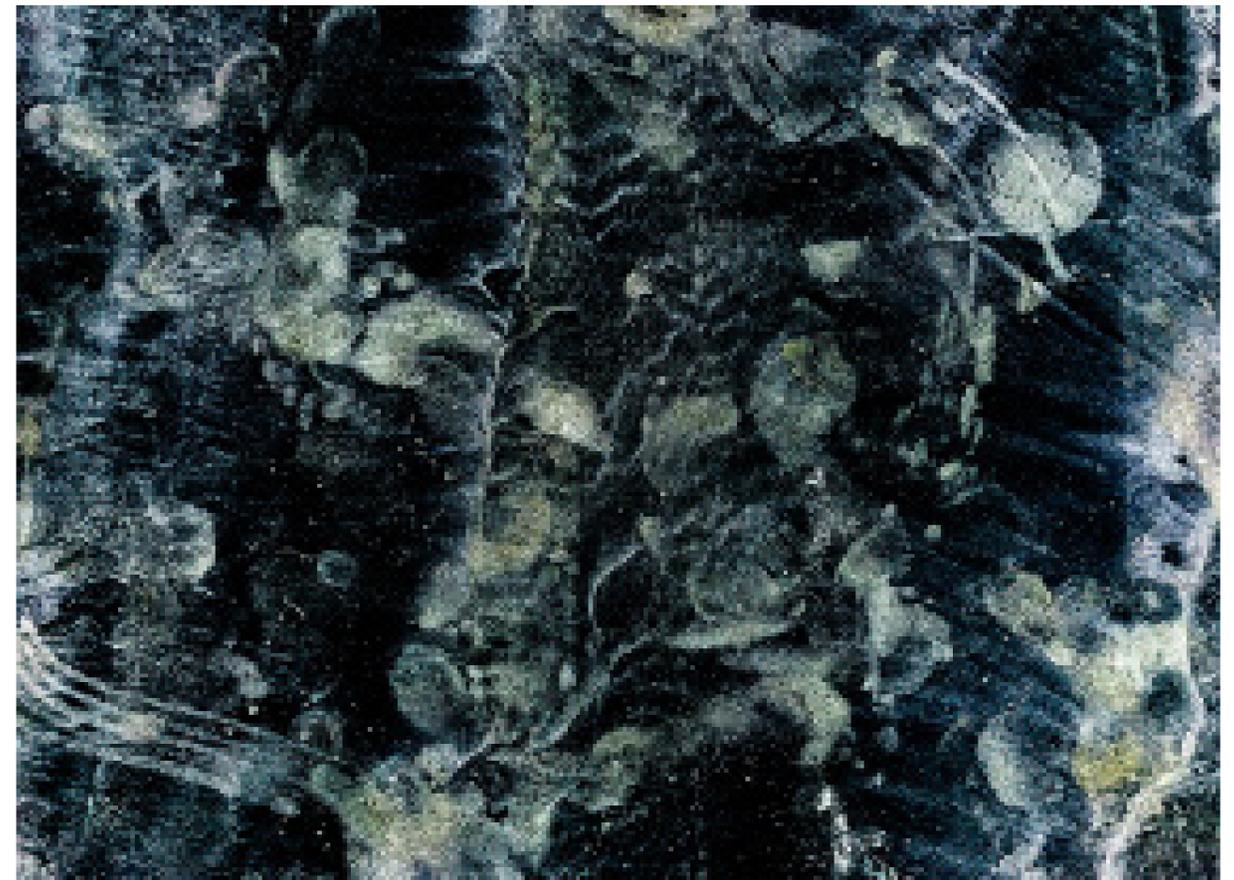
As imagens vistas aqui foram selecionadas de um ensaio fotográfico maior, concebido no contexto da série internacional de estudos transdisciplinares Antropocênica*, dedicada, em síntese, a (re)pensar *as cenas do drama humano no teatro do mundo em mutação*. Nela, propomos o Antropoceno como época de produção de ruínas, sobretudo a partir do recorte cultural, histórico e geográfico da expansão mercantil-colonial-escravagista iniciada pelos reinos ibéricos no século XV, processo disparador da complexa dinâmica que instaura e desenvolve, no tempo e no espaço, as formas imperiais e capitalistas da modernidade-colonialidade, que se difundem pelo mundo. No presente, as cenas contemporâneas expressam os problemas estruturais vivenciados por sociedades colonizadas nesse passado, hoje países do chamado *Sul Global*. Durante a criação artística deste ensaio, transitaram os principais conceitos que animam os encontros da série Antropocênica. As imagens foram capturadas na praia de Bopiranga, ao sul de Itanhaém, vila colonial em 1561, hoje uma das cidades litorâneas da Baixada Santista, São Paulo, Brasil. A ideia surgiu numa caminhada pela manhã, quando ainda se via, impressas na areia, as marcas do dia anterior, *cenas* remanescentes, imagens vestigiais que logo seriam apagadas pelas águas do mar, pela ventania e fluxo de gente, enfim, pelo movimento dos múltiplos *atores* que transformam o *cenário* desse lugar. Havia ali referências físicas propícias, isto é, como formas visuais simbólicas relacionadas com o contexto temático da Antropocênica.

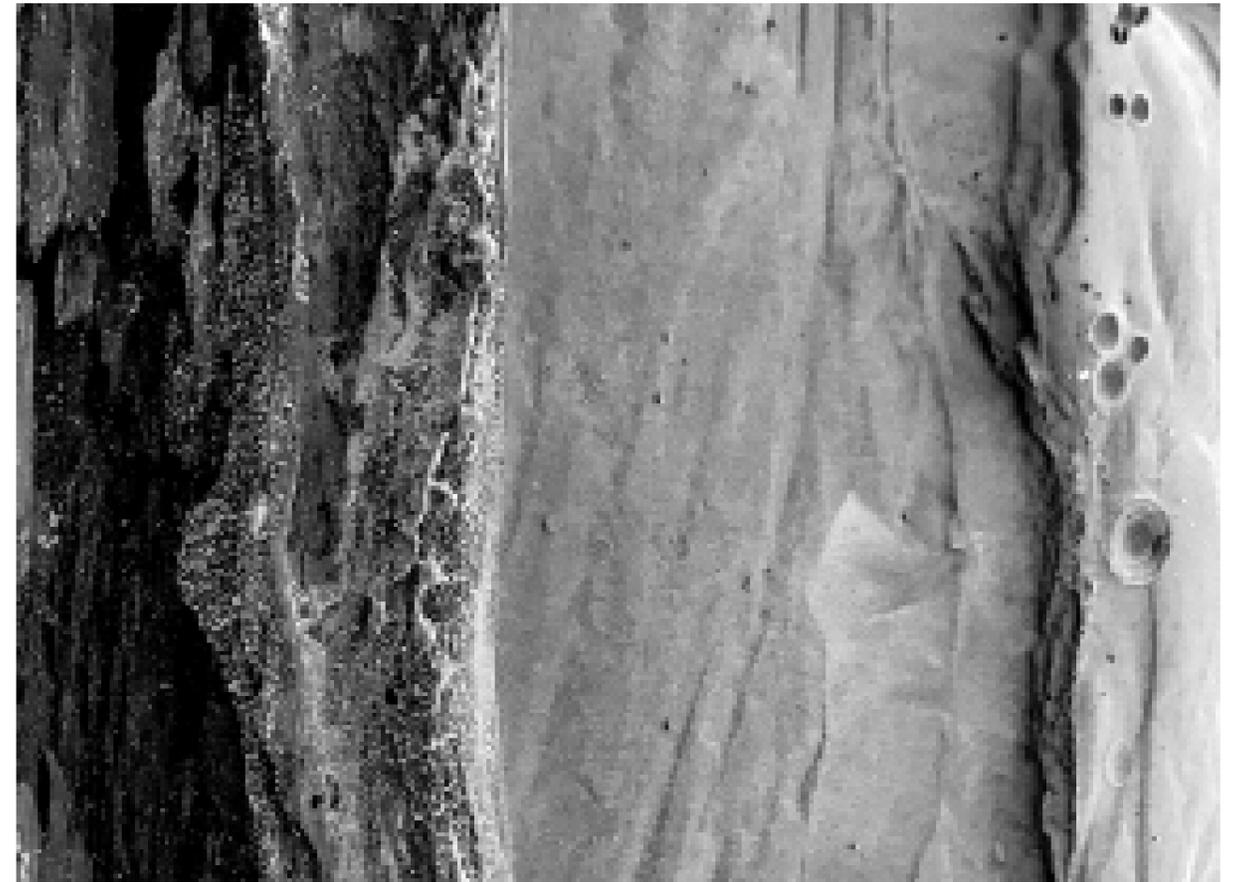
A presença constante da areia, em si, evidencia a ruína de antigas rochas, degradadas e erodidas no tempo. Elas formam a extensa praia banhada pelo Oceano Atlântico, fronteira geográfica, mas também mítica e histórica, habitada por antigas culturas e ultrapassada por invasores europeus desde as travessias transatlânticas no fluxo de matérias, seres e corpos humanos escravizados; lugar em que indígenas viram chegar aqueles que dominariam em breve os seus territórios, com a violência da escravatura empreendida a partir do século XVI.

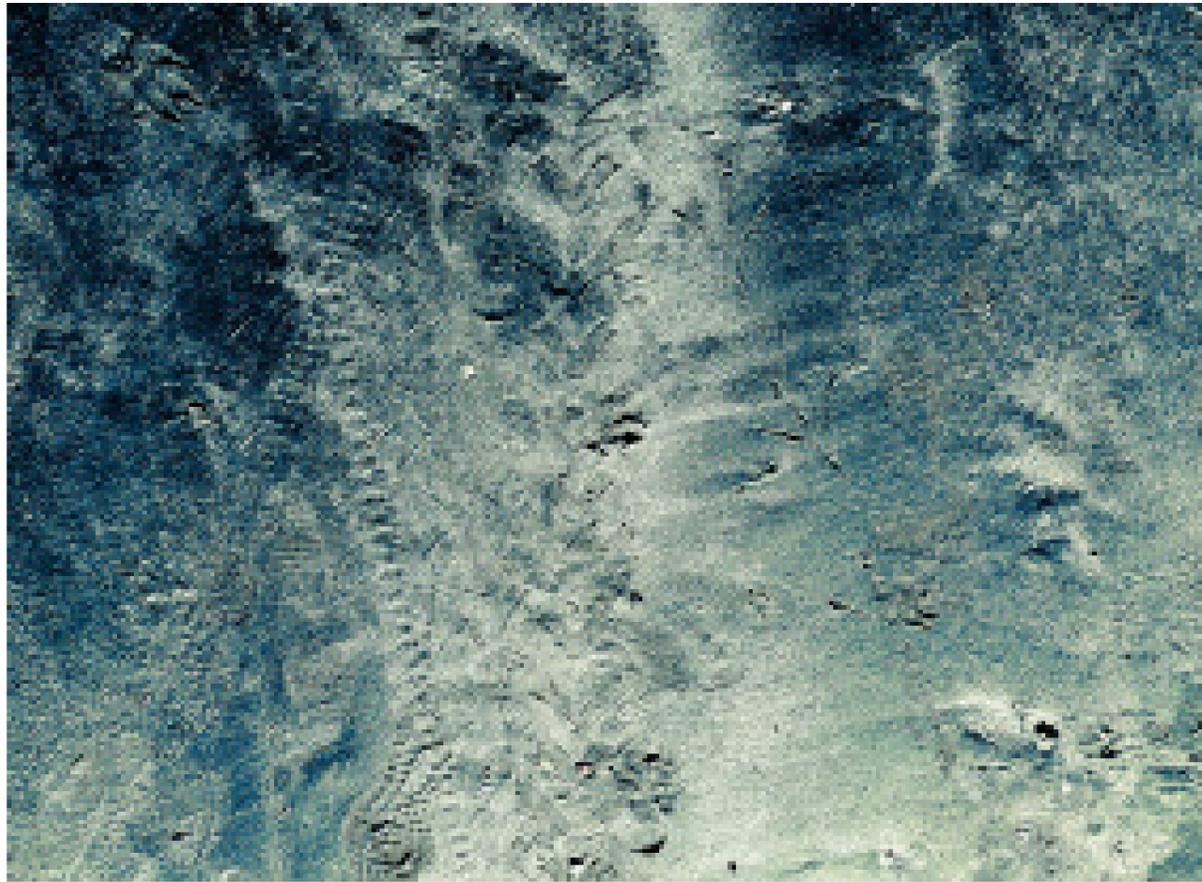
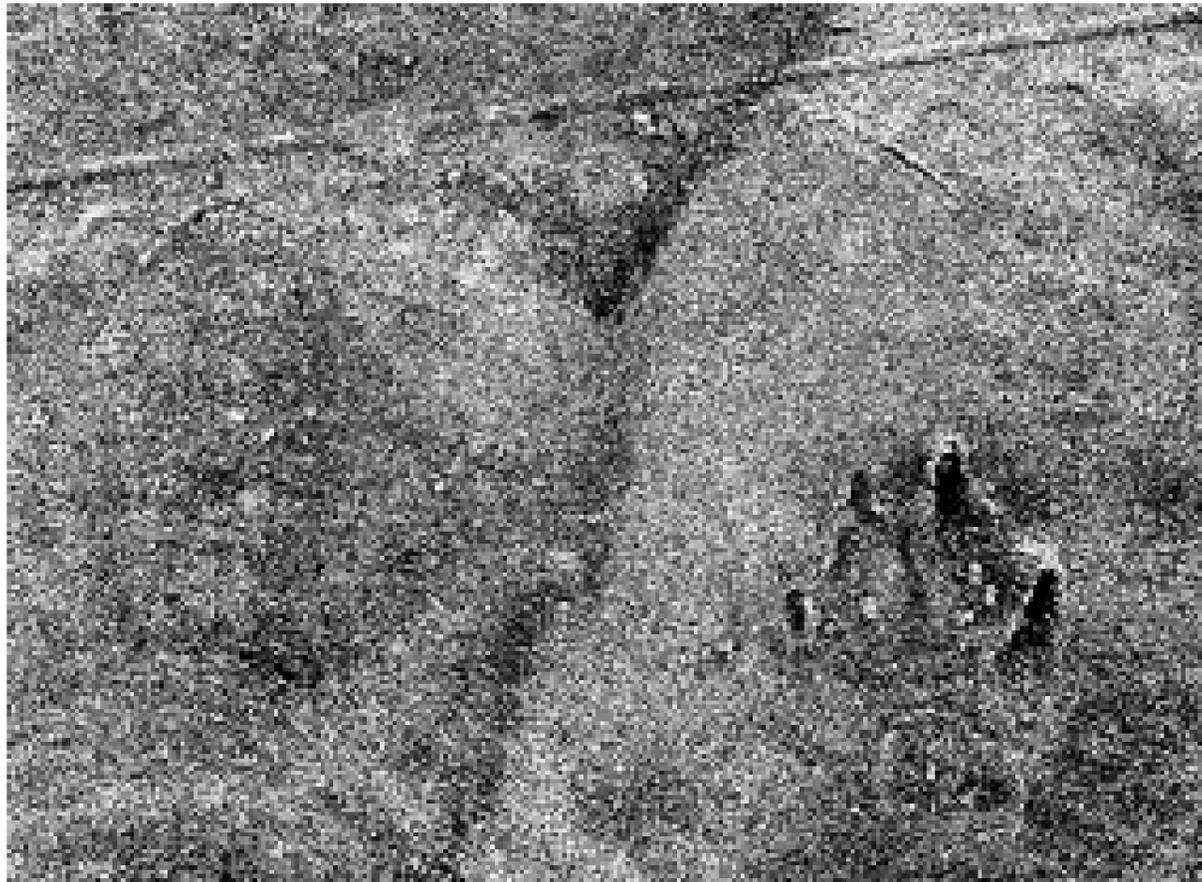
Neste ensaio, a areia da praia é tanto o suporte-ruína de sinais efêmeros, quanto o elemento de temporalidades expressivas, por exemplo, do tempo remotíssimo dessa região litorânea, como memória geológica das transformações da Terra (aqui, um aceno poético à ancestralidade desse litoral, *in memoriam* de outros continentes primitivos, como a Pangeia, quando America do Sul e África estavam unidos). As marcas impressas na areia, de seres (humanos e não-humanos) e de veículos, cujos sulcos de rodas pneumáticas ora parecem vestígios fósseis das vértebras de algum desconhecido animal extinto... Testemunhos do lixo disperso, itens industrializados consumidos, poluentes daquele ambiente fotografado, linhas retorcidas, resíduos plásticos, outras evidências de ruínas que marcam a nova época geo-humana.

*<https://www.antropocenica.ooo/>

¹ Artista, arquiteto e arqueólogo, membro do Grupo de Pesquisa Políticas da Imagem na Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA USP); colabora com o Centro de Estudos em Arqueologia, Artes e Ciências do Patrimônio da Universidade de Coimbra (CEAACP) e o Centro de Estudos Globais da Universidade Aberta de Portugal (CEG); é um dos idealizadores e coordenadores da série internacional Antropocênica.







LUGARES Amazônia e Ucrânia

Eneida Ripoll Ströher¹

Amazônia

Chega a ser redundante me referir a Amazônia, ela que está todo dia no noticiário. Mas quando as notícias me afetam demais eu, muitas vezes, tenho como válvula de escape o trabalho manual para descarregar. A morte trágica de Don e Bruno foi muito impactante e me levou à produção desses objetos.

Ucrânia

A guerra na Ucrânia, tão inacreditável no início, se tornou esse pesadelo, agora suplantada pelo genocídio na Palestina. As guerras são intermináveis. Comecei esses trabalhos com “Elas são fáceis” e por esse viés fui desenrolando os outros a seguir.



¹ Arquiteta e artista visual, trabalha com cerâmica e tecidos, foi assídua nos cursos da Maria Helena Bernardes e Ana Flávia Baldisserotto, desde 2010, frequenta o Atelier Tânia Resmini desde 2013 e assiste aos cursos do Jailton Moreira desde 2017. Participou de várias exposições coletivas e duas individuais: 2016 CADA COISA É UM LUGAR, Porão do Paço Municipal, S.M.C., Poa, com Valderez Englert. 2012 CLANDESTINOS, Porão do Paço Municipal, S.M.C., Poa. Foi premiada: 2014 Prêmio Especial de Júri, Açorianos de Artes Visuais. Com a exposição O JARDIM DO REI: uma visão poética da História Natural de Buffon, trabalho coletivo. 2011 Prêmio Maria Conceição Menegassi. Salão de alunos do Atelier Livre, S.M.C. da P.M. de Poa – Esculturas cerâmicas – ORBE, trabalho coletivo.

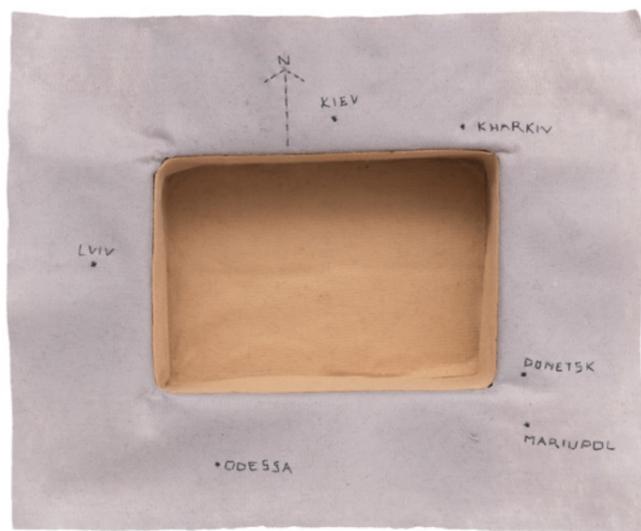


AMAZÓNIA (2022) - Don e Bruno
95X25cm
Foto: Giordano Toldo.



REFUGIADOS (2016/2024)
dimensões variadas
Foto: Giordano Toldo.

UCRÂNIA (2022) - Elas são fáceis... 44x60cm
UCRÂNIA (2022) - Bomba 30cm
UCRÂNIA (2022) - Mapa 40x30cm



UCRÂNIA (2022) - Mortos
46x60cm
Fotos: Giordano Toldo.

UMA FAÍSCA ATRAVESSOU A PISTA Ensaio Fotográfico

Silvia Helena Cardoso¹

Em Setembro de 2022, a Aldeia Höpryre na Terra Indígena Mãe Maria/TIMM em Bom Jesus do Tocantins, no Sudeste do Pará, na Amazônia Oriental, viveu um dos piores momentos desde a formação: uma faísca de fogo atravessou a pista, a Rodovia BR-222, e foi suficiente para incendiar as casas de madeira, as plantações, vários animais (domésticos e selvagens), e deixar um rastro de destruição.

Por volta das doze horas do dia um de setembro, a Aldeia Höpryre pegou fogo... em uma hora tudo estava no chão... a pequena comunidade indígena ficou em cinzas, apenas algumas casas e a igreja em blocos e em construção sobreviveram ao incêndio. Lembro que a notícia se espalhou na mesma velocidade que o fogo... recebi um filme digital de alguns segundos de uma paca queimando e agonizando, o que causou infinita angústia.

Existia uma hipótese de que o incêndio fosse criminoso, mas logo foi constatado que colocaram fogo no outro lado da BR-222 e com o calor intenso daquele verão, a faísca foi o combustível para o fogo tomar conta da comunidade.

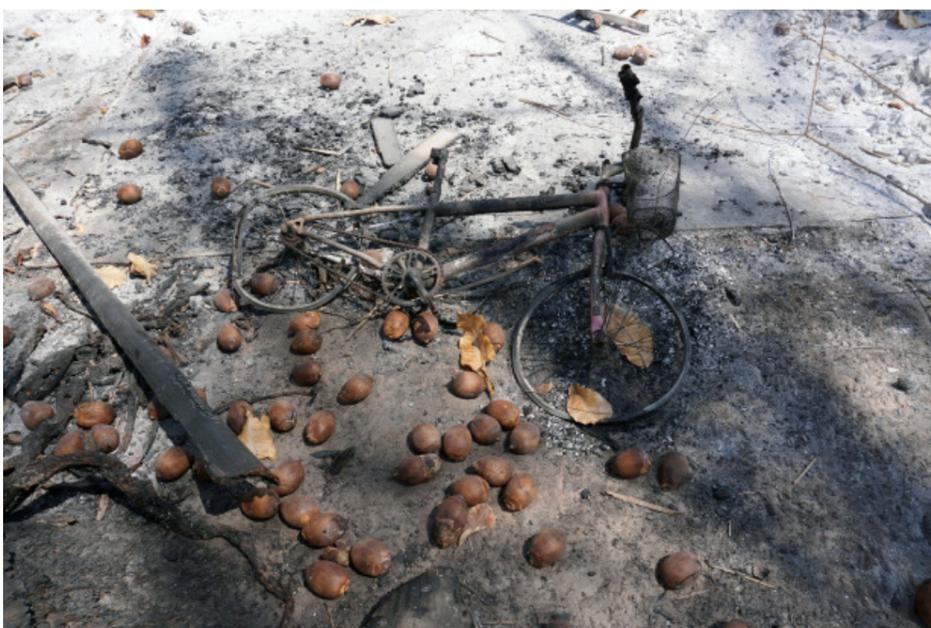
Felizmente ninguém se feriu e uma corrente de solidariedade se formou, o cacique Potamã Akrátikatêjê organizou as doações – telhas e madeira para a reconstrução das casas, trator para a limpeza da área, roupas, sapatos e colchões, além de comida.

Estive na Aldeia Höpryre onze dias depois do incêndio, não consegui ir antes, fui tomada por uma tristeza profunda... contudo, quando cheguei havia um mutirão de pessoas organizando, limpando, cozinhando, construindo e fazendo o que fosse preciso para Höpryre viver dias melhores.



¹Artista, Antropóloga e Professora Universitária na Faculdade de Artes Visuais, da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (FAV/UNIFESSPA).







UM TRECHO NO BIOMA DO [S]ERRADO

Carolina Reichert¹

A mudança na paisagem ocasionada pelas grandes plantações de grãos e fibras - soja, milho e algodão, tem modificado, intensamente, a paisagem do Cerrado baiano. Desde a iniciativa de preenchimento dos vazios geográficos, os quais foram promovidos pelo projeto Prodecer (Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados), iniciado em meados da década de 1970, trouxe a ideia de modernização o campo. Mais, recentemente, em 2015, com a consolidação do MATOPIBA (MAranhão + TOcantins + Plauí + BAhia), região que compreende uma área de quase 73 milhões de hectares, estimulou a mecanização tecnológica do campo tornando esse contexto, ainda, mais evidente em virtude do volume de produção agrícola demandada pela alta produtividade requerido do solo. Ao longo do trecho da BR 242, entre Bahia e Tocantins, a exploração das terras no vazio do [s]errado estabelece outras relações com a terra e com a paisagem do Cerrado na região. As transformações neste trecho do bioma impuseram a construção de uma outra paisagem que estetiza a ausência da vegetação característica de galhos retorcidos. Neste percurso, o maquinário que revira o solo com potência é engolido pelo vácuo que, de tempos em tempos, revira uma lembrança da fauna e da flora que habitou o local.

¹ Artista, docente e pesquisadora em Artes, na Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB), Campus Barreiras. Doutora em Artes visuais pela UFBA, mestra e bacharel em Artes visuais pela UFSM.



Figura 1 – Divisa TO-BA.



Figura 2 – Máquinas ao campo.



Figura 3 – Entre Cerrado serrado.



Figura 5 – Não há ninguém.



Figura 4 – Ao longe, pode existir alguém.



Figura 6 – Só máquinas trabalhando.



Figura 7 – Ao fundo, máquinas trabalhando.



Figura 9 – Máquinas trabalhando.



Figura 8 – Só vejo as cercanias da sede.



Figura 10 – Serrado sem fim.

VOCÊ VIU ESSA POMBA?

Luanda Francine Garcia da Costa¹

Um cartaz de um animal perdido. Mas, ao invés de um gato ou cachorro, é uma pomba a que se procura. A hesitação se anuncia: será verdade? Será mentira? Como encontrar uma pomba na região central da cidade em meio a tantas pombas? E por que alguém se interessaria por uma? É filhote e está em sofrimento, diz a descrição. Se sofre, tem interioridade subjetiva. Mas afinal, as pombas não são animais que devem ser desprezados, odiados, eliminados do mundo humano? Há também um contato de e-mail para quem tiver notícias dela: euviapomba@gmail.com.

A antipatia às pombas é uma construção do antropocêntrico projeto Moderno. Pombas e humanos convivem desde a Idade do Bronze (Binberg, 2018), entretanto, desde o século XX vem sendo transformadas em pragas urbanas no imaginário coletivo das cidades ocidentais. De acordo com o filósofo Fahim Amir (2020), duas razões explicam tal metamorfose. A primeira, é o declínio do valor econômico das pombas: deixaram de ser consideradas úteis para correio e para alimentação (antes do frango ser instituído como fonte alimentar, as pombas eram destinadas à essa função) e, com isso, também suas fezes deixaram de ser usadas como principais fertilizantes. A segunda, foi que, já em lugar de inutilidade, assim como os vagabundos, moradores de rua, mendigos, grafiteiros e drogados, passaram a perturbar o ideal de metrópole como um lugar onde vigoram os mais altos padrões de higiene, incluindo o higienismo estético, as zonas higienizadas de consumo, os espaços urbanos disciplinados. Entretanto, por que as pombas passaram a ser vistas como “fábricas de germes” e não os outros animais que também vivem e ainda vivem nas cidades, transmissores de muito mais patógenos para os seres humanos do que a pomba, tais como cães e gatos? A antipatia de uma população disposta a acreditar nisso, esconde um segredo. Conforme Amir (2020) observa, a ofensa do pombo é viver nos locais projetados exclusivamente para o viver humano, esse é o maior fator contaminante. Diferente de cães e gatos que podem ser escondidos em casas e abrigos ou terem os seus movimentos controlados por coleiras, e dos ratos e baratas que só aparecem durante a noite, as pombas vivem nos locais mais visíveis e públicos das cidades, e em plena luz do dia. É mesmo muita insolência. Através de uma pomba específica, convocar as pessoas que vivem nos meios urbanos para olharem as pombas sob uma perspectiva amorosa de cuidado e reconhecimento de pertença social, é um dos anúncios do fim dos tempos mentais do Antropoceno e um anúncio que puxa um futuro pós-antropocentrado, responsável, plural, acolhedor das alteridades radicais e construído em companheirismo com as outras espécies.

“Você viu essa pomba?” é um projeto idealizado por mim e abraçado pela Coletiva Animália – coletivo de artistas no qual também faço parte, que se dedica a trabalhar o tema das relações multiespécies, especismo, capitaloceno, entre outros temas afins. Ações de colagens foram feitas pelas ruas de Lisboa e de São Paulo e diversos e-mails foram recebidos, tornando a pomba um agente de fabulação e pivô de laço social. As imagens a seguir são uma amostra das intervenções urbanas realizadas e de uma intervenção digital.

Bibliografia

AMIR, Fahim. *Being and swine*. Between the Lines: Toronto, 2020.

BINBERG, J. Karin. *Birds in the Aegean Bronze Age*. Tese de Doutorado. Universidade de Oxford, 2018.

GARCIA DA COSTA, Luanda Francine. “A insólita busca por uma pomba em Lisboa.” *Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade*, 11(30), 241-276. 2024. <https://revistas.face.ufmg.br/index.php/farol/article/view/7873>

¹ Artista visual, psicanalista, doutoranda em Filosofia pela Universidade de Lisboa.

VOCÊ VIU ESSA POMBA?

NA REGIÃO CENTRAL DA CIDADE



Ainda é um pouco filhote. Está doente e em sofrimento. Caso tenha alguma informação do seu paradeiro, por favor, escreva para:

euviapomba@gmail.com







VOCÊ VIU ESSA POMBA?
NA REGIÃO CINTRAL DA CIDADE



Ainda é um pouco filhote. Está doente e em sofrimento. Caso tenha alguma informação do seu paradeiro, por favor, escreva para:

euviapomba@gmail.com

GATO PERDIDO



Procura-se Gato!! Se você viu esse gato por favor entre em contato. Recompensa \$
OBRIGADO

+351 942421



VOCÊ VIU ESSA POMBA?

NA REGIÃO CENTRAL DA CIDADE



Ainda é um pouco filhote. Está doente e em sofrimento. Caso tenha alguma informação do seu paradeiro, por favor, escreva para:

euviapomba@gmail.com



VOCÊ VIU ESSA POMBA?

NA REGIÃO CENTRAL DA CIDADE



Ainda é um pouco filhote. Está doente e em sofrimento. Caso tenha alguma informação do seu paradeiro, por favor, escreva para:

euviapomba@gmail.com



VOCÊ VIU ESSA POMBA?

NA REGIÃO CENTRAL DA CIDADE



Ainda é um pouco filhote. Está doente e em sofrimento. Caso tenha alguma informação do seu paradeiro, por favor, escreva para:

euviapomba@gmail.com

GUAIEPCAS E MARISQUEIROS

Efreu Brignol Quintana¹

Da paisagem a seus personagens. Guaiepcas e marisqueiros, é uma série que coleciona pequenos acontecimentos cotidianos de uma paisagem com seus elementos, seus habitantes e seus rastros. Guaiepcas, no léxico regional, é vira-lata, cão sem raça. E marisqueiro, é não apenas aquele que coleta ou pesca mariscos, mas como se chamam os nativos e moradores do litoral do Rio Grande do Sul.

A paisagem em questão é a borda entre a cidade e a borda, Cruzando a borda da borda, e olhando adiante, tem-se a paisagem original formada por seus poucos elementos: água, areia e céu e o tempo. Uma paisagem permanente, mas feita de impermanência. A série toda é um pôr os olhos naquilo que não é o que se vai ver quando se vai à praia.

Este trabalho é um desdobramento da investigação desenvolvida no âmbito do III Máster en Imagen y Comunicación de la Arquitectura pela E.T.S. Arquitectura da Universidad de Málaga.



¹ Arquiteto e Urbanista pelo Centro Universitário Ritter dos Reis (2004) e Mestre em Planejamento Urbano e Regional pelo PROPUR/UFRGS (2013), Máster en Imagen y Comunicación de Arquitectura pela ETSA Málaga (2023). Atua profissionalmente com fotografia de arquitetura. Foi conselheiro no Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU-RS), gestão 2015-2017. É Presidente do Núcleo Torres do Instituto de Arquitetos do Brasil - RS (IAB-RS) e conselheiro no Conselho Estadual (CoEs) do IAB-RS.







L (P) I X O

Julia de Brito Vilas Boas¹ e Gabriela de Moura Silva²

“Eu cato papel, mas não gosto. Então eu penso: faz de conta que eu estou sonhando” (Carolina Maria de Jesus, 2004).

A produção do livreto artístico-manifesto “L (P) I X O” parte da busca por formas de denunciar esse lugar de conflito da cidade, que se desdobra nas desigualdades e nas mazelas de algo que produzimos como indivíduos e sociedade: o lixo. Quando nos referimos a “lugar de conflito”, falamos dos conflitos de interesse dentro da materialidade física da cidade, ou seja, como o lixo e, nesse caso, as ações, ou as faltas do Estado influenciam no cotidiano e naquilo que existe de comum para todos, a paisagem.

As obras retratam o território de São João del-Rei, uma cidade mineira histórica, ou seja, colonialista por essência. O pixo surge neste cenário como oposição à estética dominante, atravessando muros e casarões por todo o território, hoje o pixo é parte incontestável da cidade de São João del-Rei.

Ainda que o plano diretor do município preveja diretrizes para a gestão adequada dos solos, sabemos que, na realidade, São João del-Rei possui um “aterro sanitário controlado” onde destinam toneladas de lixo, mas que não passa de um lixão a céu aberto, o qual não há fiscalização, portanto, nenhum controle dos resíduos que são depositados e da produção de chorume (São João del Rei Transparente, 2009).

Para isso, fizemos uma cartografia da ação, a qual se desdobra em intervenções feitas em fotografias das paisagens comuns na cidade, com a presença do lixo, e também nas instalações da associação dos catadores de material reciclável (ASCAS) da cidade, na tentativa de apontar como o território é transpassado pelo “não-olhar” ou pelo “ignorar”, mas que, ao fazer o movimento contrário, afeta e incomoda. Por isso, pensamos que a invisibilização de certas ações conflitua com o cotidiano e bem-viver do território e das subjetividades impostas a ele. E é claro que não procuramos estabelecer um discurso sobre higienização, mas sim de manifesto, para que possamos compreender como se dá às relações de poder desde a produção até a coleta do lixo.

Em “L (P) I X O” procuramos expressar nossos afetos e memórias, os fixos e os fluxos, que ultrapassam o cotidiano de habitar o território de São João del-Rei, além de provocar com a idéia de “sujeira” que o pixo carrega consigo diante do olhar de muitos, e buscando ressaltar que não é sobre a higienização da cidade, aquela que afasta e centraliza o que é “limpo”, “belo”, “branco” e, portanto, colonial, mas sobre intervir nos afetos cotidianos, territorializar, denunciar e incomodar: pixar.

¹ Mineira, bacharel em Administração Pública pela Universidade Federal de Lavras, UFLA, e mestranda do Programa Interdepartamental de Pós-graduação Interdisciplinar em Artes, Urbanidades e Sustentabilidade (PIPAUS) na UFSJ

² Formada em Psicologia pela universidade de São João del Rei, UFSJ, e mestranda no Programa Interdepartamental de Pós-graduação Interdisciplinar em Artes, Urbanidades e Sustentabilidade (PIPAUS), UFSJ.

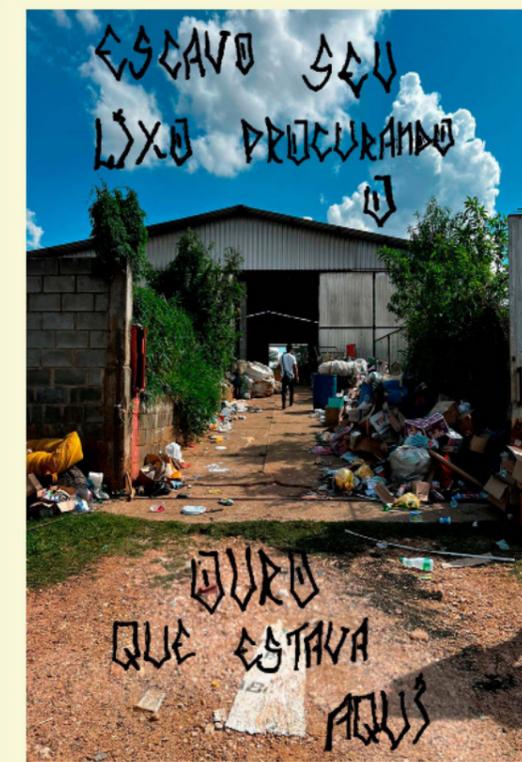
Referências

São João del Rei Transparente. Caminho e descaminho do lixo em São João-del Rei. Projeto e coordenação: Alzira Agostini Haddad, 2009. Disponível em: <https://saojoaodelreitransparente.com.br/works/view/670> Acesso em: 18/06/2023

JESUS, Carolina Maria de. Quarto de despejo: diário de uma favelada. São Paulo: Francisco Alves, 2004.



“Ontem, Bateias. Hoje, Pás”
São João del-Rei, 2023



“Escavo seu lixo procurando o ouro que estava aqui”
São João del-Rei, 2023



“Lanterna Nova” São João del-Rei, 2023

Hoje, Carlos,
Nas ruas, não achamos mais
mulas-sem-cabeça,
Apenas o lixo
Correndo para o Rio das Mortes
e a cidade parálitica
espiando...



“Queimo tudo que tenho
para produzir tudo que me livro”
São João del-Rei, 2023



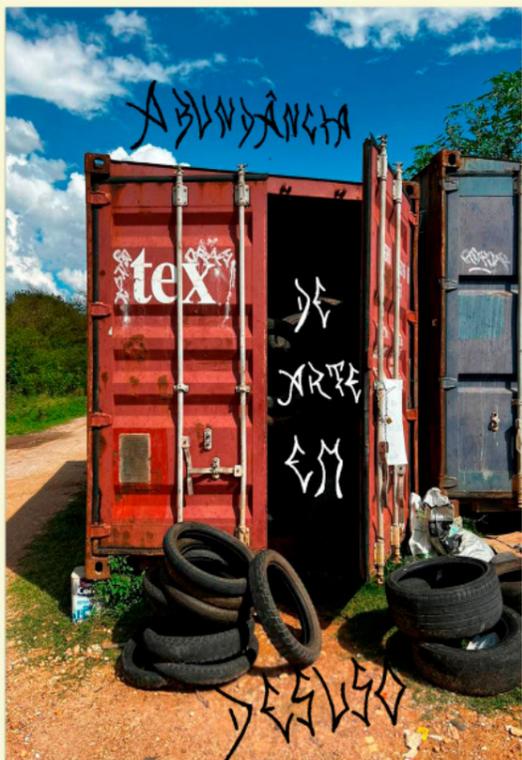
“Futuro Frágil”
São João del-Rei, 2023



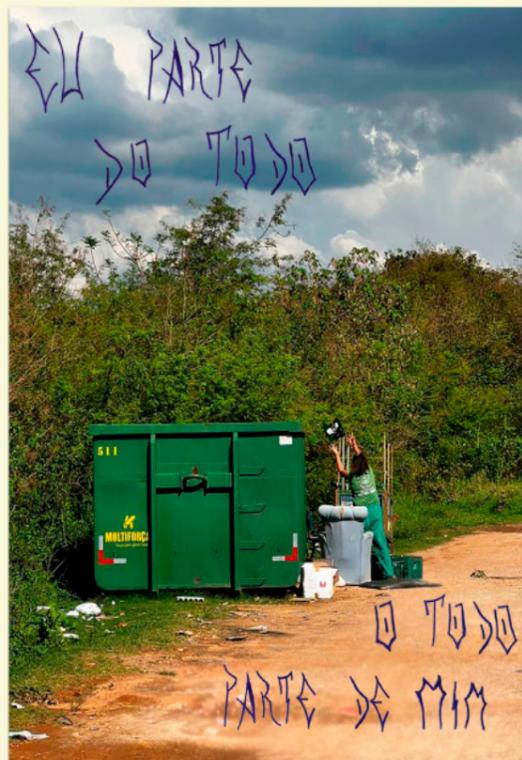
“Só mais um ponto na paisagem,
ou menos um no olhar”
São João del-Rei, 2023



“A gente corre para não ver”
São João del-Rei, 2023



“Abundância de Arte em desuso”
São João del-Rei, 2023



“Eu parte do todo, o Todo parte de mim”
São João del-Rei, 2023

NAVEGUE PELO PLÁSTICOCENO

Um passeio conduzido

Camila Coelho Silva¹

Olhe. Observe. Perceba.

Perceba a transformação dos oceanos do nosso planeta em mares plastificados, como uma das inúmeras intervenções humanas não projetadas sobre o meio ambiente. Visualize a estimativa de que até o ano de 2050 os oceanos podem conter mais peso em plásticos do que peixes (Fórum Econômico Mundial, 2016). Pense na condição criada por nós, humanos, de não mais haver ambiente marinho remanescente livre de plástico (Zalasiewicz *et al*, 2016). De um lado, seres humanos dedicados a uma produção incontrolável de plástico; no outro, seres vivos cujos órgãos se misturam com ou se tornam plástico; e, como em um processo cíclico, microplásticos sendo encontrados na placenta e no sangue humanos (Leslie *et al*, 2022; Ragusa *et al*, 2021).

Observe o mapa do Plásticoceño. Nossos oceanos sendo vistos como uma ave, entregue, de asas abertas, sem vida, com seu interior tomado por pedaços de plástico. Esta ave representa diversas espécies devastadas pelo Plásticoceño. O albatroz Laysan é uma dessas espécies; cerca de cinco das vinte toneladas de detritos plásticos que chegam à ilha Midway, no oceano Pacífico Norte, são dados para os filhotes de albatroz. Dos 1,5 milhão de albatrozes Laysan que habitam Midway, quase todos provavelmente têm plástico em seu sistema digestivo (Jordan, 2009; Schiller, 2012).

Considere. Dos 275 milhões de toneladas métricas (TM) de resíduos plásticos gerados anualmente pelos países costeiros, estima-se que 4,8 a 12,7 milhões de toneladas acabem nos oceanos (Jambeck, 2015). No Plásticoceño, o protagonista é antagonista. Se espalha rapidamente, ocupa grandes dimensões, dizima espécies.

Movimente-se sobre este mapa de fluxo. Veja a composição da ave-oceano. Um coração de garrafas pet; um pulmão de tartarugas sufocadas e deformadas por plástico; uma cloaca de focas marinhas sufocadas por sacolas, pedindo socorro. Viaje pelos microplásticos no interior do albatroz, por algumas de suas vítimas, e sinta a vastidão desse problema.

Percorra as margens dos continentes. Escute as aves e os oceanos falarem em versos.

Olhe. Perceba. Sinta. Aproxime-se. Movimente-se. A casa é sua. Mas não fique à vontade...²



¹ Docente do IFSertãoPE – Instituto Federal do Sertão Pernambucano; Doutoranda em Arquitetura e Urbanismo pelo PPGAU/UFPB; Graduada (2013) e mestre (2015) em Arquitetura e Urbanismo também pela UFPB.

² Ver mais em: https://miro.com/app/board/uXjVO_4SyEo/

Referências

FÓRUM ECONÔMICO MUNDIAL. *A Nova Economia do Plástico: Repensando o Futuro do Plástico*. Genebra: Fórum Econômico Mundial, 2016.

JAMBECK, J.R.; GEYER, R.; WILCOX, C.; SIEGLER, T.R.; PERRYMAN, M.; ANDRADY, A.; NARAYAN, R.; LAW, K.L.. Plastic waste inputs from land into the ocean. *Science*, 347, 768-71, 2015.

JORDAN, Chris. Midway: Message from the Gyre. *The New York Review*, 2009. Disponível em: <<https://www.nybooks.com/daily/2009/11/11/chris-jordan/>>. Acesso em: 02 nov. 2023.

LESLIE, Heather A.; VAN VELZEN, Martin J.M.; BRANDSMA, Sicco H.; VETHAAK, A. Dick; GARCIA-VALLEJO, Juan J.; LAMOREE, Marja H.. Discovery and quantification of plastic particle pollution in human blood. *Environment International*, Volume 163, 2022. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0160412022001258>>. Acesso em: 08 maio 2023.

RAGUSA, Antonio; SVELATO, Alessandro; SANTACROCE, Criselda; CATALANO, Piera; NOTARSTEFANO, Valentina; CARNEVALI, Oliana; PAPA, Fabrizio; RONGIOLETTI, Mauro; BAIOTTO, Federico; DRAGHI, Simonetta; D'AMORE, Elisabetta; RINALDO, Denise; MATTA, Maria; GIORGINI, Elisabetta. Plasticenta: First evidence of microplastics in human placenta. *Environment International*, Volume 146, 2021. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0160412020322297>>. Acesso em: 08 maio 2023.

SCHILLER, Jakob. Plastic-Filled Albatrosses Are Pollution Canaries in New Doc. *Wired*, 2012. Disponível em: <<https://www.wired.com/2012/08/albatross-midway-chris-jordan/>>. Acesso em: 02 nov. 2023.

ZALASIEWICZ, J.; WATERS, C.N.; IVAR DO SUL, J.; CORCORAN, P.L.; BARNOSKY, A.D.; CEARRETA, A.; EDGEWORTH, M.; GALUSZKA, A.; JEANDEL, C.; LEINFELDER, R.; MCNEILL, J.R.; STEFFEN, W.; SUMMERHAYES, C.; WAGREICH, M.; WILLIAMS, M.; WOLFE, A.P.; YONAN, Y.. The Geological Cycle of Plastics and Their Use as a Stratigraphic Indicator of the Anthropocene. *Anthropocene*, volumen 13, p. 4-17; 2016. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S2213305416300029>>. Acesso em: 02 nov. 2023.





CIDADES TEMPORÁRIAS¹

Fernando Freitas Fuão²

Prudência. É preciso deixar sentar a poeira, baixarem as águas, até para pensar e pesar.

Diante das possibilidades cogitadas para a solução futura da crise ambiental que acometeu Porto Alegre, Canoas e outras cidades do interior do Rio Grande do Sul, todas elas são de caráter monumental, de alto investimento e, algumas, de alta irresponsabilidade. Diria, antecipadamente, tão catastróficas ou mais que a inundação. Refiro-me às políticas de evacuação e abandono que se acenam na internet – de bairros inteiros de Porto Alegre, do *Mathias Velho* em Canoas, da cidade de Eldorado do Sul – e à correspondente reconstrução dessas cidades e bairros em outros lugares.

Vou tomar aqui o exemplo hipotético do Bairro Mathias Velho em Canoas, exatamente pelos boatos que fluem na internet, mas que não são verdadeiros até o momento. Esse gigantesco contingente humano (22 mil pessoas em Canoas e 10 mil em Porto Alegre) saindo de suas casas já constituiu uma tragédia nunca vista antes no Brasil. Abandonar suas casas, seus tetos, seu chão é algo extremamente doloroso. Todas essas pessoas querem voltar o mais rápido possível para seus lares, mesmo que tenham perdido ‘tudo’ que estava lá dentro. Mas esse ‘tudo’, na realidade, não é tudo; é real, mas também uma força de expressão.

Da casa, restam ainda as paredes, a carcaça. Pouco? Sim, porém, quando baixarem as águas pode ser muito; essas casas estão cheias de esperança e são passíveis de acolhimento quando secarem. Em cada tijolo assentado de cada casa, há muito trabalho, muito sacrifício despendido para sua construção. Cada centímetro que a água ocupou não é um centímetro qualquer, é um ‘sentímetro’ que nenhuma baliza consegue medir.

Mathias Velho é um desses lugares que foi ocupado por pessoas sem moradia na década de 1970-80. Muitos hoje já nasceram ali e até constituíram novas famílias. Ao longo desses anos, as ruas, no seu cotidiano, foram impregnando-se de relações de vizinhança, construindo amizades, memórias; tornaram-se vivas e até conflituosas. Ainda assim, é o ‘lugar’. Nem mesmo as águas conseguiram arrastar as memórias impregnadas nas paredes e nas ruas. Toma-se aqui o exemplo do bairro Mathias Velho pelas tristes e angustiantes imagens que presenciamos esses dias, e que agora fazem parte do nosso imaginário. Mathias Velho porque também é exemplo para demonstrar a indissolubilidade entre homem e casa. Ciente de que não irão para uma Cidade Temporária; entretanto, não se pode garantir que isso não acontecerá a outras populações vítimas das enchentes.

A maioria das pessoas, inclusive muitos políticos, desconhece a formação do bairro Mathias Velho. Uma ocupação urbana oriunda do Movimento Comunitário entre os anos 1975 e 1988, viabilizada pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) de luta pela moradia, voltada para as pessoas que não paravam de chegar a Porto Alegre,

vítimas do Êxodo Rural, e não tinham onde morar. O finado Irmão Antônio Cechin e sua irmã Matilde, entre outros atores importantes, protagonizaram essa ocupação e a construção junto às CEBs. O bairro Mathias Velho está numa zona de risco, era uma fazenda de gado e de plantio de arroz de um militar; um banhado, nada apropriado para residências devido às constantes cheias do Rio dos Sinos, que só diminuiriam no final dos anos 60 quando foi construído o dique. São esses lugares que sempre restam, de Norte a Sul do País, para os pobres. O restolho.

Vamos à questão central que agita as redes e as mídias: a questão física estrutural material da casa, a perda da casa. O fato subjacente mais relevante – porém, não visível – é uma poderosa e profunda estrutura maior que a casa que mantém a vida dessas pessoas: trata-se da estruturação social do bairro que acaba se confundindo com a própria estruturação urbana e de seu dia a dia. Manifesta-se no vai e vem da escola, da creche, do comércio, do hospital, do Pronto Socorro, da Universidade, na correria para pegar o Metrô (Trensurb).

Geralmente, tendemos a observar o aspecto material físico da cidade, sem perceber a infinidade de relações que se dá num simples andar de um lugar a outro; não as percebemos porque estamos mergulhados nessas relações. Isso chamamos de cotidiano, rotina, hábito; o mesmo de hábito do habitar, o fator que estabiliza e estrutura o tempo e a vida, as memórias de uma comunidade, o tempo de cada um, o ritmo. O cotidiano é o que também organiza a *psique* de seus moradores, e é tão vital como o ar para que as pessoas estabeleçam a relação de espaço-tempo, ‘passado-presente-futuro’. Alterar essa estrutura é desestruturar a questão espaço-tempo, retirar o chão, permitir o deslizamento.

Por serem intangíveis, nem mesmo as águas conseguiram levar as memórias – elas estão lá, submersas junto à casa física, não mortas, só aguardando. Se as águas são o que mantêm essas memórias vivas lá, não quer dizer que os políticos gananciosos não possam destruí-las de um momento para outro, com um simples ato inconsequente, tal como a construção de Cidades Temporárias.

A população abrigada permanece em estado de choque, vivendo há mais de três semanas em pequenos abrigos improvisados, sem eira nem beira. Alguns políticos querem que essas pessoas se desloquem mais uma vez, agora para uma cidade abrigo a ser construída. Se a enchente constituiu um trauma, o novo deslocamento será uma erosão psicológica; e, novamente, não haverá balizas para medir os seus níveis.

Não se pode acabar com a esperança do retorno à casa. Voltar a sua casa é um imperativo, assim como relutar em abandoná-la, algo análogo a abandonar a existência. Alguns pagaram um forte preço pela decisão de ficar. A relação casa e morador é uma relação existencial de que nem a filosofia conseguiu dar conta. É essa possibilidade de retorno à casa, e não o retorno das águas, que têm alimentado a sobrevivência dessas pessoas nos abrigos, somada à gigantesca solidariedade vinda de fora. Essas pessoas têm o desejo de retornar ao seu aninhamento, aos velhos hábitos e à rotina. Deixar as águas baixarem, retirar o barro do bairro, e voltar.

A ideia de Cidades Temporárias funciona muito bem para poucos dias e ambientes festivos como o *Burning Man* (contém ironia). As vítimas das guerras e das catástrofes atestam o contrário: quando estão em campos de refugiados, só há pobreza, fome e miséria, e a desesperança campeia solta no cercamento. Até as relações de amizade são temporárias. Então, o que fazer com um bairro, uma cidade quando se resolve abandoná-la? Fechá-la, cercá-la, deixar virar fantasma? Ululante que seria ocupada novamente em poucos dias por novos moradores. Destruí-la? Seria um ato insano num País onde milhares de pessoas ainda seguem sem moradia.

¹ Texto publicado originalmente no Jornal Sul21, edição de 19 de maio de 2024. Disponível em: <https://sul21.com.br/opiniao/2024/05/cidades-temporarias-por-fernando-freitas-fuao/>

² Professor titular da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio Grande Sul. Pesquisador do CNPq, desde 1992 estudando Galpões de Reciclagem e as Ocupações no Centro de Porto Alegre. Sua prática extensionista é voltada para os moradores de rua e catadores.

A ideia do 'novo normal' é tudo de que o capitalismo e o fascismo precisam. Temos que entender que todos os problemas anteriores da Mathias Velho, ou de qualquer bairro alagado da Zona Norte de Porto Alegre, não ficarão para trás; irão agora para um espaço literalmente de confinamento por alguns anos até a finalização das casas novas. Os problemas estão mais nas pessoas do que nas casas. Em Porto Alegre, a remoção e realocação tem sido a política predileta dos políticos, coroada exemplarmente pelas obras para os preparativos da Copa do Mundo de 2014. Nos sobra *expertise* para arruinar vidas e bairros quando a temática é essa. Dez anos depois, muitas das realocações seguem sem se efetivar; e as obras continuam, como na Moeb Caldas e na Vila Tronco. Esses deslocamentos nunca são satisfatórios quando se trata de fazer justiça ao valor equivalente da antiga casa e da nova. Não há também uma equivalência nas relações interpessoais construídas ao longo de anos; cada casa é diferente da outra, cada uma tem sua identidade.

Certamente, o modelo habitacional definitivo para as novas casas será o de sempre: casas grudadas umas nas outras, porta e janela, para maximizar o custo de terreno e infraestrutura; ou blocos de apartamentos de quatro pavimentos isolados uns dos outros. Nenhum deles deu certo e somente estimularam mais violência. Para manter essa *Cidade Instantânea*, será necessário um forte regime disciplinar e de controle: horários de entrada à noite, de uso dos banheiros coletivos, horários de silêncio. Atuará toda a disciplina militar para que possa ser viabilizada. Há críticos que já alegam que o tráfico comandará essa cidade, ou as milícias. Não haverá cenário paradisíaco, nem praça nem jardim.

O que se verá é o mesmo de experiências anteriores: crianças brincando com os cachorros na terra empoeirada do verão, na lama do inverno. A maioria das pessoas não tem noção do que seja uma cidade desse tipo e da extensão que pode vir a ocupar. Sua aparência deverá se assemelhar a um grande acampamento militar de guerra, com barracas e/ou *containers* e grandes tendas. Quiçá, com sorte, terá pequenos habitáculos de painéis de *mdf* ou similar, simulando mini casas. No verão, essa cidadela se tornará um verdadeiro inferno, e no inverno algo glacial. Cabe a pergunta: quanto tempo pode suportar um idoso, uma criança com deficiência e seus pais num abrigo desse tipo?

Uma espécie de delírio alucinatório das águas tomou conta de tudo e da cabeça de todos, desde a ideia de Cidades Temporárias até as propostas de micro acampamentos para os flagelados, ocupando praças e parques em barracas, como abrigos temporários espalhados pela cidade. Tudo parece surreal, até as ideias parecem ter se afogado, e as soluções boiam nas redes como lixo sobre as águas; tudo parece deslocado do tempo e do contexto. Vivemos no Sul do Brasil e, dentro de três semanas, ingressaremos no inverno – talvez um dos invernos mais rigorosos que teremos de atravessar. Viver em barracas, em situação precária, é quase um suicídio para os idosos, crianças e recém-nascidos, e pessoas com deficiência.

Seria mais fácil e mais econômico fornecer, de imediato, assim que baixarem as águas, um recurso para cada família comprar: material e ferramentas para limpeza, fogão, geladeira, estufa, televisão, um notebook para os estudantes, custo que não chegaria a R\$ 10.000,00. Se alguém quiser assim, existe essa possibilidade. Uma vez dentro de suas casas, poderia haver a solicitação de auxílio reforma, em que os itens seriam: tintas para pintura, material para reboco, revestimentos cerâmicos, substituição e reparos de aberturas, e para rede elétrica. Cada morador saberia o que demandar de auxílio e poderia pagar com subsídios dos Governos Federal, Estadual e Municipal. Enquanto isso, se efetivam as obras vitais de contenção das águas com tecnologias adequadas e atualizadas. Uma alternativa proposta – extremamente bem-vinda – é a ocupação e o uso de prédios desocupados dos entes Federais, Estaduais e Municipais.

Voltar para casa, reconstruir e remobiliar o que restou, a paz de estar dentro de casa no estado que tiver. Como se diz: preciso dormir essa noite em casa, 'na minha cama', mesmo que seja só um colchão usado no chão. Essa casa sem sentido, esvaziada como um corpo sem órgãos, ainda é a casa de cada um. Literalmente uma querência, o lugar sempre de voltar, mesmo que não passe de uma carcaça. Ali é o lugar onde se fixa e se estabelece, se ordena a vida e a *psique*; o lugar onde começa a orientação da vida. A casa é ponto de partida e de chegada de todos os trajetos possíveis na vida, ela não só dá proteção, como estabiliza. O lugar onde se carrega as baterias para o dia seguinte, como se diz correntemente.

É preciso ajuda econômica para isso, bem menos do que irão gastar com os projetos megalomaniacos de acampamentos, eufemisticamente chamados de Cidades Temporárias. Quiçá, muito menos que com a inclusão no Plano Minha Casa Minha Vida, nas mãos da CEF. Medida emergencial e necessária, mas certamente quem lucrará serão as Construtoras – talvez nem daqui. A Alvarez & Marsal já está em prontidão, aquela envolta nas águas da corrupção do Sergio Moro e da 'Lava Jato'. Nesse momento, é preciso atenção: há uma 'indústria da desgraça' montada sobre a infelicidade dos outros; não somente os saqueadores, também as grandes Construtoras internacionais especialistas em reconstruções de pós-guerra e cataclismos.

O alerta já foi dado há anos pelos ambientalistas. Agora, é preciso recuar e reaprender com a natureza, adaptar-se a seus ciclos e anomalias. Veneza, por exemplo, até os dias de hoje sofre alagamentos, e nem por isso resolveram abandonar a cidade. Há centenas de anos, tiveram essa oportunidade, mas não o fizeram; cientes das cotas de inundação, deixaram pisos intermediários em suas casas de três e quatro pavimentos sem nada, apenas para atracação de barcos e à espera da chegada das águas. Não é preciso ir longe, temos a riqueza de soluções das populações ribeirinhas da Amazônia. Por exemplo: a cidade de *Iquitos* no Peru, com suas palafitas e barcos, vivendo em harmonia com o ciclo das águas dos rios Amazonas e Maranhão. O manancial de soluções adaptativas é gigantesco, podemos encontrar aqui mesmo no Estado. Todas essas culturas aceitaram a natureza e organizaram-se para viver de acordo com ela. E, a partir dessa aceitação, se criou a diferença, tornando-as especiais.

A barragem, o dique do Mathias Velho e o muro Mauá funcionaram e não funcionaram simultaneamente. Funcionaram porque retardaram em algumas horas o avanço da água dentro da cidade, evitando um desastre maior. Em Porto Alegre, não funcionou pelo total descaso da Prefeitura, há anos, em fazer a manutenção e renovar totalmente o sistema de defesa. Em Canoas, o dique deveria ser cinco metros mais alto que o atual. O muro e o dique são alternativas viáveis, desde que acompanhadas de um sistema satisfatório de casas de bombeamento e outras questões técnicas necessárias. Os atuais sistemas de defesa e imunidade devem ser urgentemente atualizados.

Há muitas possibilidades também de pequena envergadura. No Mathias Velho, por exemplo, poderiam ser criadas estruturas refúgio elevadas a 10-12 metros de altura, para onde as pessoas pudessem se dirigir em eventual catástrofe; simultaneamente, seriam Centros Sociais e de Cultura. Outra possibilidade é treinar a população para deslocar seus móveis para o pavimento superior da casa, se houver essa possibilidade, uma prática já recorrente no bairro. Talvez, fornecer subsídios para criar pequenos refúgios externos elevados para a colocação dos móveis.

Fundamental é planejar, projetar, prever soluções, despejar recursos na Defesa Civil e na Crise Ambiental. Essa é a realidade e já passamos do ponto de inflexão de retorno adequado. O deslocamento de cidades, de bairros inteiros, populações, tem tudo para dar errado – e, infelizmente, em algumas cidades do Rio Grande do Sul, talvez não reste outra solução.

É preciso pesar e pensar bem. Certamente, a prudência e a vivência do Prefeito Jairo Jorge, de Canoas, não cogitará qualquer remoção; ao contrário, sua expectativa é de elevar ainda mais o dique, para 7 metros. Talvez, sempre um talvez quando se evoca a prudência, aprendendo um pouco com o Ir. Antonio Cechin, a Matilde e as suas pequenas grandes obras, que podem ainda nos dizer algo: organizar e construir, dia a dia, a vida dessas populações miseráveis nos momentos em que não tinham nada, absolutamente nada. Quando criaram o Clube de Mães, no intervalo da confecção dos acolchoados de trapos, lia-se um texto bíblico, fazia-se o trabalho de conscientização política da Teologia da Libertação, enquanto se produzia os aconchegantes que aqueciam o inverno úmido e molhado. Elas agasalhavam também os sonhos e as lutas constantes que deveriam ser travadas ainda. E, assim, se fez o Mathias Velho do nada em seus primeiros tempos.



ISSN 2526-7310

